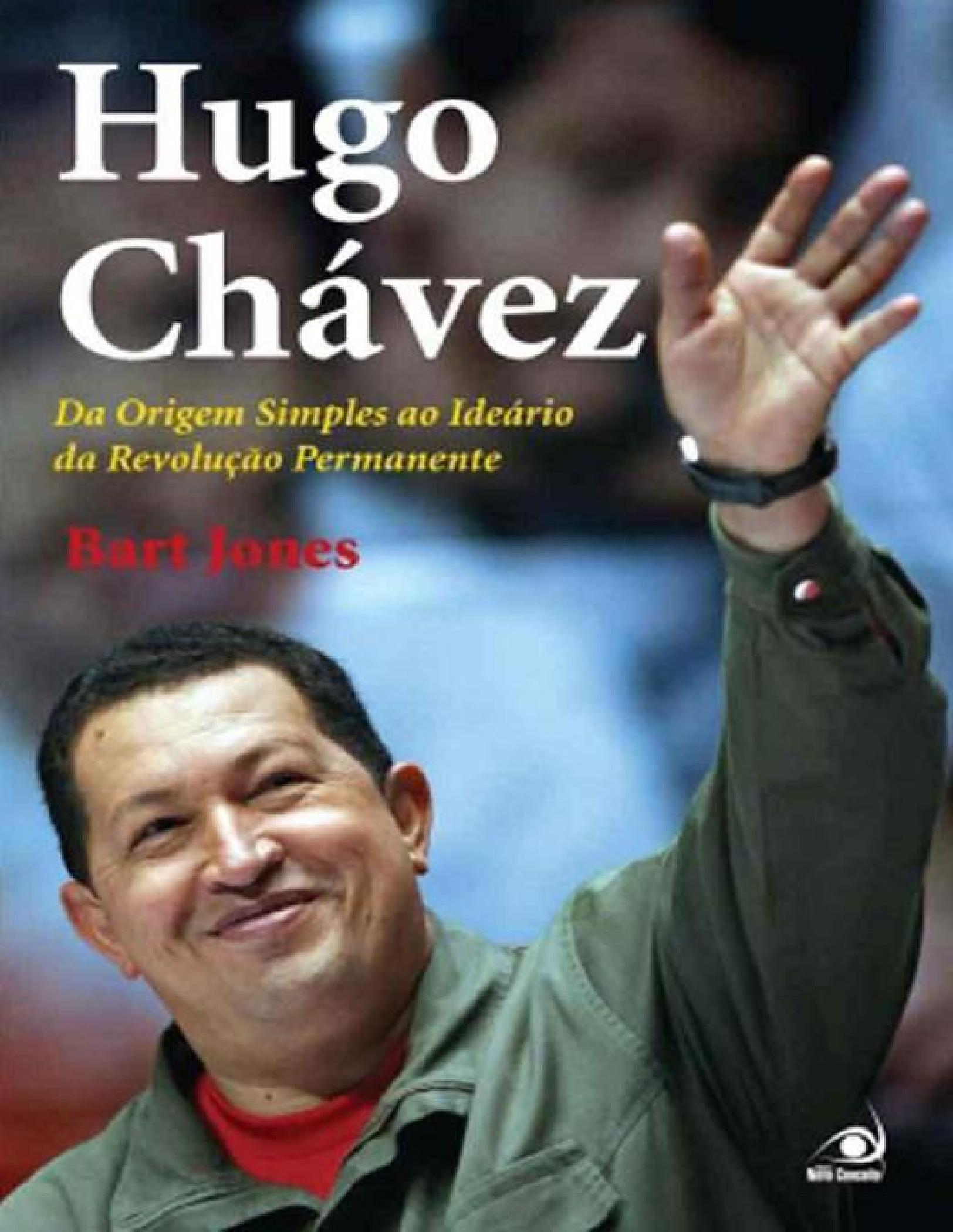


Hugo Chávez

Da Origem Simples ao Ideário da Revolução Permanente

Bart Jones



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

HUGO CHÁVEZ



Da Origem Simples ao Ideário da
Revolução Permanente

Bart Jones

Tradução:
Rodrigo Castro



Copyright © 2007 by Bart Jones
Copyright © 2008 by Editora Novo Conceito Todos os direitos reservados
Consultoria: Patrícia Secco
Editores: Bete Abreu e Pedro Almeida
Assistentes Editoriais: Marília Mendes e Sonnini Ruiz
Produtor Gráfico: Samuel Leal
Tradução: Rodrigo Castro
Preparação de Texto: Maria Alexandra Orsi Cardoso de Almeida
Revisão de Texto: Esther Alcântara e Vanessa de Paula
Capa: Osmane Garcia Filho
Editoração e Diagramação: Triall

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Jones, Bart Hugo Chávez : da origem simples ao ideário da revolução permanente / Bart Jones ; tradução Rodrigo Castro. -- São Paulo : Novo Conceito Editora, 2008.

Título original: Hugo! : the Hugo Chávez story from mud hut to perpetual revolution.

ISBN 978-85-99560-42-6
eISBN 978-85-8163175-2

1. Chávez, Hugo
2. Venezuela - Política e governo - 1974-1999
3. Venezuela - Política e governo - 1999-
4. Venezuela - Presidentes - Biografia I. Título. 8-06148 CDD-987.0642092

Índices para catálogo sistemático:

1. Venezuela : Presidentes : Biografia 987.0642092



Rua Dr. Hugo Fortes, 1885 – Parque Industrial Lagoinha
14095-260 – Ribeirão Preto – SP
www.editoranovoconceito.com.br

"A América é ingovernável. Os que se dedicam à revolução aram no mar. A única coisa a se fazer na América é emigrar."

Simón Bolívar

"Aqueles que tornam impossível a revolução pacífica farão da revolução violenta algo inevitável."

John F. Kennedy

Para Elba e Frank

Sumário

Prefácio

1. O Furacão Hugo
2. Raízes Rebeldes
3. Nasce um Revolucionário
4. Tateando Novos Rumos
5. Um Juramento Sagrado
6. A Conspiração Ganha Corpo
7. As Primeiras Traições
8. O Massacre
9. À Espera de Asas para Voar
10. A Rebelião dos Anjos
11. Prisão
12. O Adeus ao Comandante Misterioso
13. Pé na Estrada
14. A Bela e a Fera
15. Rumo ao Poder
16. Um Nascimento e uma Tragédia
17. As Primeiras Deserções

18. O Homem do Petróleo
 19. Primeiras Revoltas no Regresso da Turma do Irã-Contras
 20. O Golpe
 21. O Presidente Desaparece
 22. Depois do Golpe
 23. A Greve do Petróleo
 24. As Missões Sociais
 25. O Referendo
 26. No Contra-Ataque
 27. O Socialismo do Século 21
- Posfácio da Edição Americana
- Posfácio da Edição Inglesa
- Agradecimentos
- Notas

Prefácio



Hugo Chávez e eu estávamos sentados sozinhos no segundo andar do palácio presidencial de Miraflores, em Caracas, Venezuela. O relógio marcava quase meia-noite do dia 30 de abril de 2007. A Venezuela estava a alguns minutos de realizar um feito, em certo sentido histórico, assumindo o controle majoritário de quatro projetos petrolíferos multibilionários desenvolvidos na bacia do rio Orinoco (leste) e até então pertencentes a empresas estrangeiras, entre as quais a ExxonMobil, a Chevron Corp, a Conoco e a Total.

Sentado a uma mesa em um pátio externo semifechado, Chávez supervisionava o processo de aquisição. Sobre sua cabeça, um teto de sapé. Penduradas no teto, várias gaiolas com passarinhos que volta e meia trinavam. O ambiente era de tranqüilidade. Mas no Estado de Anzoátegui nada lembrava esse ar de placidez. Os ânimos exaltavam-se. Funcionários e dirigentes da empresa estatal Petroleos de Venezuela (PDVSA), escoltados por

soldados venezuelanos, preparavam-se para, à meia-noite do dia 1º de Maio, Dia do Trabalho, assumir o controle das instalações usadas pelas petrolíferas privadas. Os funcionários hasteariam bandeiras venezuelanas e mudariam o nome das empresas. A Sincor, por exemplo, se transformaria na PetroJunin, designação que faz referência a uma famosa batalha liderada pelo herói de Chávez, Simón Bolívar.

Como muitas das manobras de Chávez, essa também era polêmica. Os adversários afirmavam se tratar de mais um passo rumo à instalação de uma ditadura talhada aos moldes daquela de Fidel Castro, seu mentor. Os aliados respondiam que o presidente restabelecia, orgulhosamente, a soberania nacional sobre um recurso natural estratégico explorado durante anos por empresas estrangeiras que se beneficiavam de isenções fiscais quase plenas.

Enquanto Chávez coordenava o processo de tomada, eu acompanhava tudo de um posto de observação privilegiado. Ficamos sozinhos no pátio das 23h10 à 1h30 – um horário de muita atividade para o presidente. Aquela era minha segunda entrevista com ele em dois dias – uma rara oportunidade de passar algum tempo com um homem sempre muito requisitado para dar entrevistas.

Com exceção de um garçom, vestido com roupas comuns, que aparecia de tempos em tempos para perguntar se desejávamos uma xícara de chá ou um copo de água, ninguém nos interrompia.

Na noite anterior, eu voara com Chávez, dentro do jato presidencial, da cidade de Barquisimeto para Caracas, entrevistando-o em seu escritório particular dentro do avião. Depois, ele me convidou para acompanhá-lo na viagem de carro até

Caracas, onde por fim levou-me para uma caminhada do lado de fora do Palácio de Miraflores.

Então, à meia-noite, aproximadamente, Chávez começou a conversar no celular com Rafael Ramírez, o presidente da PDVSA. O líder venezuelano queria saber quais empresas haviam se recusado a assinar os contratos pelos quais cediam o controle de suas operações para a Venezuela. A Conoco era a única que ainda resistia, disse-lhe Ramírez.

Um pequeno aparelho de televisão pendia do teto de sapé, e Chávez não tirava o olho dele. O presidente da rede pública de televisão falava ao vivo de Anzoátegui, afirmando que o país estava prestes a testemunhar um momento histórico. “Seria bom se você pudesse fazer um pronunciamento para a nação pontualmente à zero hora, talvez em uma *cadena*”, disse Chávez a Ramírez, usando o termo jurídico que designa a ordem para que todos os canais transmitam um mesmo programa. “Ligue para William Lara (ministro das Comunicações)”, afirmou Chávez. “Não. Eu vou ligar para ele agora mesmo. Vou dar a ordem para a *cadena* daqui mesmo. Não fique falando durante muito tempo. Não faça como Chávez”, brincou.

Dentro de poucos minutos, Ramírez falava ao vivo em quase todas as emissoras de televisão do país. Chávez mudava de canal, a fim de verificar se todos cumpriam a ordem. Quando chegou ao Canal 2 RCTV, ele parou. Esse canal preparava-se para perder sua concessão, no dia 27 de maio, e vinha realizando uma intensa campanha internacional, acusando Chávez de suprimir a liberdade de expressão. O governo argumentava que a RCTV participara ativamente da tentativa de golpe de 2002 contra o presidente e que suas posturas – tais como dar espaço a jornalistas e políticos

para defender a deposição do líder venezuelano – nunca seriam permitidas nos Estados Unidos, por exemplo. A Comissão Federal de Comunicações daquele país teria tirado o canal do ar imediatamente. Não obstante, quando mais tarde a RCTV saiu do ar porque o governo recusou-se a renovar sua concessão, Chávez viu-se criticado no mundo todo; e todos os seus críticos, da secretária norte-americana de Estado, Condoleezza Rice, ao presidente George W. Bush, passando por grupos de defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão, condenaram a medida adotada por ele.

Chávez ficou satisfeito quando viu que a RCTV acatava a *cadena*. “Com isso, eles vão ficar ainda mais indignados”, afirmou, rindo ao imaginar a reação dos executivos da RCTV quando se viram obrigados a transmitir a *cadena*.

Ramírez fez seu pronunciamento na televisão, e tudo parecia estar correndo de forma tranqüila. De maneira cerimoniosa, o presidente da PDVSA entregou um capacete vermelho – a cor da Revolução Bolivariana – a um trabalhador do setor petrolífero, substituindo-lhe o capacete azul. A multidão reunida em Anzoátegui celebrava freneticamente.

Não foi fácil conseguir sentar-me ao lado de Hugo Chávez enquanto ele comandava o processo de tomada. Em abril de 2007, seus assessores disseram-me ter recebido mais de mil pedidos de entrevista – e isso desde janeiro. Segundo alguns, o melhor que eu conseguiria seria fazer algumas perguntas breves dentro de um corredor qualquer. Durante as pesquisas realizadas para escrever este livro, passei quase dois anos pressionando autoridades para conseguir sentar-me com Chávez, a fim de conversarmos sobre sua

vida e Presidência. Muitos afirmaram que fariam o melhor possível – mas nada acontecia.

O cenário diferenciava-se bastante daquele existente quando vivi no país, de 1992 a 2000, cobrindo os altos e baixos da ascensão de Chávez ao poder. Eu entrevistara Chávez várias vezes e ficara bem perto dele, em uma sacada, quando ele conquistou a Presidência em 1998. Ainda antes de seu triunfo, o candidato regressara de uma viagem à Colômbia e convocara uma entrevista coletiva, porém somente alguns repórteres compareceram.

Agora, no começo de abril de 2007, minha vez havia finalmente chegado – ou ao menos parecia ter chegado. Autoridades do governo ligaram para mim em Nova York, a fim de contar-me que a entrevista com o presidente havia sido agendada. A data: 25 de abril.

Eu voei para a Venezuela alguns dias antes, compareci ao palácio no dia combinado – e o encontro não houve. “*Se complicó la cosa*”, disseram-me – as coisas haviam se complicado. Ele não poderia fazer a entrevista.

Sentindo-me desapontado e ofendido, resolvi aproveitar o dia de folga entrevistando os dois homens mais poderosos do governo depois de Chávez – Adán, seu irmão, e o vice-presidente de longa data, José Vicente Rangel, que havia saído do cargo recentemente. Integrantes do governo garantiram-me estar fazendo de tudo para colocar-me diante do presidente no dia seguinte.

No dia seguinte, nada aconteceu – ao menos não até às 15 horas. Nesse momento, já havia perdido todas as esperanças e encontrava-me mentalmente preparado para pegar o voo de volta a Nova York, que sairia um dia depois. Foi quando um assessor do

Palácio de Miraflores me telefonou, informando que Chávez desejava que eu o acompanhasse no jato presidencial em uma viagem até Barquisimeto, onde se encontraria com o presidente boliviano, Evo Morales, e com o presidente nicaragüense, Daniel Ortega, além de outras pessoas. Eu teria a oportunidade de entrevistar o presidente no avião, na viagem de volta, marcada para o domingo, ou na segunda-feira de manhã, no palácio.

Naquele sábado de manhã, dirigimo-nos para Barquisimeto, dentro do avião presidencial. Apenas Chávez não estava a bordo. Ele perdera o vôo de seu próprio avião, que levava alguns ministros, jornalistas, agentes da área de segurança e eu até Barquisimeto, e que depois daria meia-volta e regressaria para Caracas a fim de buscar o presidente. Eu não conversei com Chávez durante o fim de semana – ele estava ocupado demais se reunindo com Morales, Ortega e outras pessoas.

Porém, no domingo à noite, quando retornamos para Caracas a bordo do Airbus 319, fui chamado ao gabinete presidencial. Recebia então uma rara oportunidade de passar um bom tempo sozinho com o homem responsável por chacoalhar a Venezuela e tentar disseminar sua Revolução Bolivariana pelo mundo.

Depois de pousarmos em Caracas, 45 minutos mais tarde, conversamos dentro do carro presidencial durante o trajeto de 20 minutos até o palácio e, mais tarde, conversamos mais um pouco em Miraflores. Às tantas, nós nos despedimos, e Chávez prometeu ver-me no dia seguinte, por volta do meio-dia, a fim de completarmos a entrevista. Eu duvidei que aquilo fosse ocorrer, já que ele passara mais tempo comigo do que com a maior parte dos outros jornalistas e já que permitira que o acompanhasse dentro do

carro e do avião. Além disso, os venezuelanos são conhecidos por marcar compromissos que não costumam cumprir.

O meio-dia chegou e passou, sem que nenhuma palavra viesse de Miraflores. Por volta das 15 horas, comecei a preparar-me para a viagem de volta a Nova York, na manhã seguinte. Mas, cerca de 15 minutos depois, meu celular tocou e era uma ligação do palácio: esteja lá às 20 horas. O presidente vai recebê-lo.

Eu apareci no horário marcado e acabei esperando por três horas. Passava das 23 horas, quando me pediram que subisse as escadas para ver o presidente.

Nas conversas que mantivemos naquela noite e na noite anterior, falamos durante quase quatro horas. Abordamos vários assuntos, da infância pobre de Chávez ao golpe de 2002, quando ele quase fora morto... e tocamos ao menos em um ponto delicado sobre o qual ele nunca havia se manifestado publicamente antes e que, segundo eu temia, talvez fizesse com que a entrevista acabasse prematuramente.

1. O Furacão Hugo



A Presidência escapava por entre os dedos de Hugo Chávez. Centenas de milhares de manifestantes caminhavam rumo ao palácio presidencial de Miraflores, em Caracas (Venezuela), no dia 11 de abril de 2002, exigindo que o dirigente renunciasse. “Fora Chávez, traidor!”, gritavam alguns. “Vamos derrubar o governo!” “Chávez vai pagar!” Tratava-se de uma das maiores passeatas de protesto da história da Venezuela, uma variada reunião de homens, mulheres e até crianças agitando bandeiras, assoprando apitos e batendo panelas. Muitos haviam pintado a cara de amarelo, vermelho e azul, as cores da bandeira venezuelana.

Depois de ocupar por três anos a Presidência, Chávez havia se tornado uma figura odiosa para alguns venezuelanos. Estes viam no dirigente um demagogo messiânico, um segundo Fidel Castro, responsável por destruir o país com um experimento requeitado nas águas do comunismo. Para os manifestantes, Chávez dividira a Venezuela entre ricos e pobres, empurrando um país pacífico para a

beira de uma guerra civil. O presidente condenava as elites ricas colocadas à frente da oposição, chamando-as de “porcos guinchantes”, “oligarcas rançosos” e “os miseráveis”. Ele atacou a liderança da Igreja Católica, na Venezuela, descrevendo-a como um “tumor” e “diabos de batina”. Para os manifestantes, Chávez significava um obstáculo, um *caudillo* maluco que estava incitando a luta de classes e atirando o país em um caos econômico.

Mas, quando se espalharam pelos populosos bairros localizados nos morros próximos da capital rumores dando conta de que os manifestantes haviam alterado ilegalmente a rota de sua passeata no último minuto e caminhavam rumo a Miraflores, várias dezenas de simpatizantes de Chávez subiram em motocicletas e ônibus municipais para se dirigirem ao palácio. Eles prometiam defender o presidente até a morte. Para essas pessoas, Chávez era um messias. Era o primeiro presidente da história da Venezuela a levantar-se em defesa dos milhões de pobres que formavam a maior parte da população do país. A Venezuela possui as maiores reservas de petróleo do mundo fora do Oriente Médio e é um dos maiores fornecedores estrangeiros do combustível para os Estados Unidos; ainda assim, no entanto, sua população continua imersa na pobreza. Muitos acusam as elites governantes e corruptas de saquear a riqueza auferida com o petróleo e de amealhar fortunas para si próprias. Enquanto os motoristas de ônibus, eletricitas e professores vivem em barracos, as elites moram em mansões cercadas por muros altos e voam de jatinho para a Europa e os Estados Unidos, onde passam férias.

Algumas centenas de chavistas reuniram-se em uma passarela localizada perto de Miraflores, chamada ponte Llaguno. A fim de diferenciarem-se dos manifestantes, muitos deles pintaram o rosto

de vermelho, a cor de Chávez. Pouco abaixo, na mesma rua, alguns poucos membros da Polícia Metropolitana e da Guarda Nacional dispuseram-se em filas, a fim de manter os grupos distantes um do outro. Lojas de roupa, cafés e restaurantes que vendem as *arepas*, um tipo de pão de milho, fecharam as portas e baixaram suas grades de metal para protegerem suas vitrines. O forte Sol caribenho castigava a cidade. O gás lacrimogêneo tornava a atmosfera sufocante.

Por volta das 15h20, um dos manifestantes contrários a Chávez, Aristóteles Aranguren, 29, estava de pé na avenida Baralt, a cerca de sete quadras de Miraflores, quando pipocaram os primeiros tiros. Ele não tinha certeza a respeito do ponto de origem deles, mas supôs que haviam sido disparados pelos chavistas. Aranguren, um ex-soldado calvo e sardento, professor da quarta série, hesitou e protegeu-se atrás de um veículo semelhante a um tanque e conhecido como *Ballena* (baleia). O veículo pertencia à Polícia Metropolitana e havia saído, inesperadamente, de uma rua próxima, estacionando na Baralt. Aranguren começou a correr para trás e já havia dado apenas alguns passos quando uma mulher do sétimo andar de um prédio de escritórios próximo gritou da janela: "Cuidado! Eles estão trazendo alguém ferido!". Um grupo de pessoas chegou correndo pela rua, carregando pelos braços e pernas o corpo ensangüentado e flácido de um homem. O homem começou a escorregar-lhes pelas mãos, de forma que tiveram de parar para segurá-lo melhor.

Aranguren correu até o local para saber se poderia ajudar com algumas das técnicas de primeiros-socorros aprendidas nas Forças Armadas. A vítima tinha cerca de 20 anos e estava vestida de preto

– camisa, jaqueta e um macacão. O corpo do homem não tinha rigidez e a cabeça dele pendia para o lado.

Uma bala havia penetrado nela pela lateral esquerda pouco acima da orelha, saindo pelo lado direito. Deixou um buraco de 2,5 centímetros, através do qual Aranguren conseguia ver parte da massa cinzenta e ensangüentada do homem. Em sua mão desocupada, uma das pessoas que o socorriam levava uma gosma sangrenta e cinza, que parecia ser a outra parte do cérebro do jovem. Ele perdia muito sangue. A parte de trás da sua cabeça estava encharcada de sangue, grudando-se no cabelo.

Aranguren ficou furioso ao ver aquele homem, que parecia morto. Os manifestantes haviam se mobilizado, a fim de exigir pacificamente que Chávez renunciasse. Aranguren nunca imaginara que a passeata se tornaria violenta. Talvez houvesse algumas bombas de gás lacrimogêneo da polícia. Talvez algumas brigas com os chavistas. Mas nunca disparos de arma de fogo.

De olho na passarela, Aranguren retrocedeu outros 20 metros, mais ou menos, caminhando na direção sul, pela Baralt. Outros tiros ecoaram. Ele conseguiu ver balançarem as folhas de uma árvore existente na frente de um McDonald's enquanto as balas zuniam. Na esquina da avenida Universidad, Aranguren encontrou uma segunda cena revoltante: um homem deitado na calçada de barriga para cima, inconsciente. Um buraco de bala produzira um ferimento enorme no lado esquerdo da cabeça dele. Cinco manifestantes estavam ao redor do homem, de pé, em silêncio e em choque. Um deles levantava a cabeça dele do chão, um pouco, e tentava inutilmente deter o sangramento, pressionando um lenço contra o ferimento. O pedaço de pano ficou encharcado de sangue.

Aranguren avaliou rapidamente a cena medonha e viu-se tomado por um pensamento estarrecedor. Os dois homens haviam sido mortos com um único disparo contra suas cabeças. Haveria franco-atiradores matando as pessoas? Ele tinha recebido treinamento nas Forças Armadas sobre como neutralizar os franco-atiradores, e tudo parecia encaixar-se naquele cenário. Aranguren olhou para o alto dos prédios ao longo da rua, mas não viu nada de estranho. Então, saiu correndo, voltando-se para a passarela e gritando para a multidão: "Tem franco-atiradores aqui! Recuem! Duas pessoas já foram mortas!".

Ele havia coberto cerca de 30 metros quando, do outro lado da rua, viu a cabeça de um homem que corria ao seu lado mover-se para a frente repentinamente, como se alguém o tivesse empurrado por trás. Pouco depois, o homem desabou no chão. Ele era magro, usava o cabelo cortado bem curto e não tinha camisa. Fora atingido por uma bala na cabeça, que agora exibia uma pequena mancha. Ele ficou deitado sobre seu lado direito, na calçada, sem se mexer. Aquela era a terceira pessoa com uma bala na cabeça que Aranguren via. Os disparos tinham começado abertamente há não mais de um minuto.

Os tiros continuavam a atravessar a multidão. Cerca de 50 pessoas estavam na área existente logo ao redor de Aranguren. Cerca de seis, mais ou menos, apresentavam ferimentos a bala nos pés, pernas, torso ou braços. As pessoas caminhavam, corriam ou desabalavam carreira em todas as direções. Outros limitavam-se a ficar parados no mesmo lugar, petrificados. Ninguém sabia de onde vinham os tiros ou o que estava acontecendo.

Aranguren continuou a correr, voltando os olhos mais uma vez, rapidamente, para a rua que se estendia a sua frente. Cerca de 10

metros adiante, viu um homem deitado em uma calçada, de barriga para cima, diante de uma loja de roupas masculinas. Um manifestante que corria à frente de Aranguren percebeu o homem no último minuto e pulou por sobre o corpo. Com exceção de seu braço e mão esquerdos, esticados para o alto e agitando-se lentamente de um lado para o outro, em um movimento de vaivém, o homem não se mexia. Quando Aranguren chegou até ele, o braço do homem caiu no chão e deixou de movimentar-se.

Aranguren parou na frente do homem e olhou para baixo. Ele tinha cerca de 40 anos de idade, cabelos pretos, uma camiseta branca, calças jeans e tênis brancos. O rosto cobria-se de suor devido à corrida realizada sob o calor tropical. Do lado esquerdo do pescoço, via-se um grande ferimento à bala. O sangue esguichava. Nada indicava que o homem conseguiria sobreviver por muito mais tempo. Os lábios haviam perdido a cor. Os olhos mantinham-se quase totalmente fechados. A cabeça dele movia-se levemente, de um lado para o outro.

Parte de Aranguren desejava largar o homem ali e fugir, já que a própria vida dele corria perigo. Mas Aranguren havia visto o braço do homem movimentar-se, pouco antes, e imaginou que o homem talvez estivesse vivo ainda. Ele não poderia simplesmente o abandonar.

Aranguren abaixou-se até o chão e colocou-se sobre o homem, com uma perna de cada lado. Então, fez a única coisa que lhe ocorreu para estancar o sangramento: enfiou o dedo médio de sua mão direita na ferida tépida e escorregadia, que engoliu o dedo completamente. O sangramento diminuiu, mas não parou totalmente. O ferimento localizava-se perto de uma artéria. Aranguren conseguia sentir o sangue pulsando contra seu dedo.

Áfinal, talvez houvesse uma chance de salvá-lo, pensou. Um outro manifestante aproximouse, agachou e perguntou: “Como ele tá? Ainda tá vivo?”.

“Acho que sim”, respondeu Aranguren. “Chame o pessoal do resgate. Chame a defesa civil.” Por sorte, havia paramédicos na área para o caso de o protesto tornar-se violento. Dois chegaram em alta velocidade pela calçada, vindos da área sul da Baralt, onde a maior parte dos manifestantes tinha se reunido. Um deles pulou da moto e gritou para Aranguren: “Não tire seu dedo daí! Espere um pouco!”. O paramédico tinha cerca de 30 anos e usava uma jaqueta larga, que servia como kit de material médico. Os bolsos da jaqueta estavam repletos de ataduras, agulhas, material de sutura, luvas de borracha, talas, gaze e frasquinhos com remédios. O rapaz era uma unidade de emergência ambulante.

Ele ajoelhou-se perto do homem na calçada e sacou uma agulha e um frasquinho de medicamento, informando Aranguren de que iria dar uma injeção na vítima. Se o homem estivesse vivo ainda, ele responderia ao tratamento, afirmou o paramédico. Ele enfiou a agulha no braço direito do homem, apertou o pistão e arrancou a agulha. Então, abriu as pálpebras do homem e observou os olhos dele. Nada. “Vou dar outra injeção no braço dele”, afirmou o paramédico. “Se responder, está vivo. Se não, está morto. Eu vou ter de atender a outra vítima que precisa de ajuda.”

Aranguren protestou: “Mas ele está vivo. Estou sentindo o pulso dele. Você tem de fazer alguma coisa”. Ele disse ao paramédico que desejava ao menos carregar o homem para longe dali, para longe da linha de fogo, para um local seguro onde pudesse ser atendido.

O paramédico explicou a Aranguren que este poderia estar sentindo apenas o sangue do homem escorrendo para fora do cérebro dele. Ele injetou uma segunda dose do medicamento, verificou os olhos do homem e novamente não obteve resposta. “Essa pessoa não pode ser salva”, afirmou. “Ele está quase morto.”

Aranguren explodiu de raiva. “Como é possível que você não consiga fazer nada?”, berrou. Os dois começaram a gritar um com o outro, e o paramédico mandou que Aranguren se afastasse, a fim de que pudesse observar o ferimento. Ele empurrou-o no peito, mas Aranguren, em vez de afastar-se, apenas retirou seu dedo do ferimento e ficou de pé.

Ao fazer isso, sentiu alguma coisa atingir a parte de trás de sua perna direita. Virou-se para ver se havia alguém atrás dele, disparando, mas não notou a presença de ninguém. Ele não tinha certeza se fora atingido por uma bala ou por uma pedra. Não doía muito. Porém, quando tateou a região, sentiu que sua calça se rasgara. O sangue escorria pela perna dele, pouco abaixo das nádegas. Aranguren tinha sido atingido. Percebeu horrorizado que o local do tiro, na perna, coincidia exatamente com a posição onde se encontrava sua cabeça um segundo antes de o paramédico empurrar-lhe o peito. A bala tinha endereço certo, a cabeça dele. Aranguren estava na mira de um franco-atirador.

Em pânico, a adrenalina espalhando-se pelo corpo, ele saiu correndo pela Baralt. Seu objetivo era chegar à praça Caracas, a uma distância de cerca de 100 metros dali, onde, segundo acreditava, estaria livre dos franco-atiradores. Ele correu diagonalmente, cruzando a rua e tentando desesperadamente chegar à praça. No entanto, ao correr, percebeu algo de estranho com sua perna, como se ela estivesse dormente na região do

disparo. Tornava-se cada vez mais difícil sair do lugar, como se houvesse um peso atrelado ao corpo dele. Então, a parte dormente da perna ficou cada vez maior. Neste ponto, Aranguren estava quase arrastando a perna. Ele conseguiu atravessar a rua, mas chegou apenas à metade do caminho rumo à praça antes de cair na calçada. Aterrorizado com a possibilidade de os franco-atiradores acertarem-no enquanto permanecesse deitado, indefeso, começou a gritar: "Fui atingido! Tirem-me da linha de fogo porque há franco-atiradores aqui!".

Somente poucos minutos haviam se passado desde os primeiros disparos.

Desenrolava-se assim um dos acontecimentos mais extraordinários da história moderna da América Latina. Os tiros continuaram a ser disparados por várias horas, e não demorou muito para que o canal de TV pertencente ao bilionário Gustavo Cisneros, o homem mais rico da Venezuela e um dos mais ricos do mundo, mostrasse um vídeo no qual supostos chavistas disparavam da ponte Llaguno contra os manifestantes. Na realidade, eles atiravam contra a Polícia Metropolitana, controlada por um adversário de Chávez, e não contra os manifestantes, distantes demais para serem atingidos por disparos de revólver e pistola. Isso, no entanto, não importava. O mundo logo responsabilizaria Hugo Chávez pelo "Massacre de El Silencio".

Oficiais das Forças Armadas apareceram nos canais de TV para declarar que não mais reconheciam Chávez como chefe de Estado. Líderes da oposição política e empresarial fizeram o mesmo, acusando Chávez de ser um "assassino". Chávez acabou cedendo às ameaças de militares rebeldes de bombardearem o Palácio de Miraflores, entregando-se a eles, enquanto um general anunciava

ao mundo que o presidente havia renunciado. Chávez, então, ficou desaparecido durante dois dias. Ninguém da população sabia onde se encontrava o presidente. Na verdade, ele rodou secretamente por quatro localidades, entre as quais uma ilha caribenha. Em um dado momento, no meio da noite, os responsáveis pela prisão dele levaram-no para uma estrada remota e escura, onde, ao que tudo indicava, iriam executá-lo.

Após 46 horas do desaparecimento, Chávez regressou ao poder quando dezenas de milhares de seus furiosos simpatizantes foram às ruas e oficiais leais das Forças Armadas lançaram um contragolpe, a fim de resgatá-lo e recolocá-lo no palácio. O *putsch* de dois dias inclui-se entre alguns dos capítulos mais dramáticos de uma vida marcada por reviravoltas dramáticas e constantes, uma vida que transformou Hugo Chávez em uma figura seminal da história moderna da América latina – no mais controvertido e mais intensamente vigiado líder da região desde Fidel Castro.

A história de vida de Chávez é um material de proporções hollywoodianas, uma ascensão parecida com a de Lincoln, da pobreza ao poder... com uma pitada venezuelana. Ele nasceu em uma casa de pau-a-pique das Grandes Planícies venezuelanas, nas mãos de uma parteira, porque havia poucos médicos na empobrecida zona rural. Durante a infância, vendeu doces nas ruas e na escola, a fim de ajudar sua família a sobreviver. Aos 17 anos de idade, havia ingressado na prestigiosa academia militar do país, a versão venezuelana de West Point, basicamente para jogar em sua equipe de beisebol e correr atrás de seu sonho de tornar-se lançador da liga principal.

Mas a estrada para o beisebol profissional sofreu um desvio na academia quando Chávez descobriu o herói da independência sul-

americana e filho da Venezuela Simón Bolívar e lançou-se em uma missão para mudar o destino de seu país. Ele mais tarde organizou uma conspiração secreta com companheiros de armas insatisfeitos com a corrupção disseminada e a decadência moral da nação, criando uma célula clandestina dedicada a estudar os ensinamentos do Libertador. Durante anos, Chávez reuniu-se em segredo com exlíderes guerrilheiros como Douglas Bravo, realizando esses encontros furtivos em uma localização secreta que ficou conhecida como "casa da conspiração". Acalentou um grupo clandestino de seguidores formado por civis progressistas e nacionalistas que desejavam perseguir seu sonho ao seu lado, atuando bem debaixo do nariz dos oficiais de alta patente, que não conseguiram sufocar aquele movimento em constante expansão.

Em 1992, a conspiração veio a público quando Chávez liderou uma tentativa de golpe malsucedida contra o presidente Carlos Andrés Pérez. O páraquedista e seus aliados estavam indignados devido às ordens dadas por Pérez, três anos antes, para que os soldados reprimissem violentamente centenas de pessoas, pouco depois de distúrbios de rua surgidos devido à falta de comida decorrente de um "pacote econômico de choque", que contava com o apoio do Fundo Monetário Internacional. O episódio transformou-se em um dos piores massacres da história moderna da América Latina, rivalizando, em número de mortos, com o da praça Tiananmen.

Chávez ficou preso durante dois anos, mas acabou se tornando um herói para milhões de venezuelanos pobres, por ter se levantado contra a elite governante e corrupta. Os detratores dele atacavam-no, vendo nele nada muito diferente de um demagogozinho responsável por fomentar o ódio entre as classes e

apregoar sobras das políticas econômicas marxistas da década de 1960.

Depois de ser libertado, Chávez passou vários anos “no deserto”, cruzando o país em uma missão cuja meta final nem mesmo ele sabia dizer exatamente qual era. Sem um tostão furado, apelou a amigos e aliados para comer e ter um lugar onde dormir. Os meios de comunicação baniram-no, considerando-o algo ultrapassado, e ele desapareceu quase por completo da imprensa venezuelana e internacional. Secretamente, continuava estudando a possibilidade de realizar mais uma tentativa de golpe. Os Estados Unidos e outros países viam na “democracia modelo” da Venezuela uma ilha de estabilidade, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, quando guerras civis e ditaduras brutais reinavam no continente. Mas Chávez estava convencido de que essa democracia modelo não passava de uma farsa controlada pela corrupta classe governante do país, e de que esse modelo nunca permitiria a um intruso como ele, que desejava alterar o *status quo* via eleições, tomar o poder.

Em 1997, depois de Francisco Arias Cárdenas, companheiro dele na tentativa de golpe, ter conquistado o governo do Estado de Zulia, rico em petróleo, Chávez mudou de opinião e deu início a uma campanha para conquistar a Presidência do país. O candidato era a quintessência do peixe fora d’água – um homem que havia tentado derrubar o sistema por meio de um golpe. A maioria dos olhos do país voltava-se para a adversária dele, a ex-Miss Universo Irene Sáez, 1,85 metro de altura, cabelos loiro-avermelhados. Antes de Chávez, a Venezuela era famosa por duas coisas – as rainhas da beleza e o petróleo. Na qualidade de prefeita bem-sucedida de um rico município da área de Caracas, Irene, como era chamada em toda parte, liderava as pesquisas.

Mas a disputa entre a bela e a fera, conforme ficou conhecido o pleito, mudou de figura quando as trivialidades adocicadas de Irene acusaram uma vacuidade preocupante, ao passo que os discursos inflamados de Chávez conquistavam o coração de milhões de moradores de favela do país, há muito inconformados com a grande disparidade existente entre os ricos e os pobres. Ao final, Chávez venceu a eleição de dezembro de 1998 com uma folgada margem de votos, 56% a 40%.

Ele deu início a sua Presidência tentando assumir o controle sobre a megaestatal do petróleo pdvsa (pronuncia-se *pe-de-ve-ça*), que descreveu como um descontrolado “Estado dentro do Estado” encarregado de servir antes às elites ricas do que à maioria pobre do país. Ele também desempenhou um papel central no renascimento da quase extinta Organização dos Países Exportadores de Petróleo, comandando a primeira cúpula dos líderes da opep em 25 anos. Contribuindo para elevar os preços do petróleo de um patamar extremamente baixo, quando assumiu o poder, para recordes de alta, Chávez aumentou a receita da Venezuela de US\$ 14 bilhões em 1998 para US\$ 40 bilhões em 2006.

Em seu primeiro ano de mandato, ele convocou uma Assembléia Constituinte, ajudou a reescrever a Constituição do país e, depois, assistiu aos eleitores aprovarem-na por 78% dos votos contra 28%. No mesmo dia, um violento aguaceiro de proporções bíblicas destruiu centenas de comunidades venezuelanas ao longo das encostas de morro localizadas perto do Caribe, enterrando milhares de pessoas debaixo da lama e levando várias delas para o mar. O maior desastre natural enfrentado pela Venezuela em ao menos um século atingiu principalmente os pobres.

Não demorou muito para as políticas de Chávez detonarem uma onda de indignação, medo e ressentimento entre a elite governante do país e seus aliados nos Estados Unidos, provocando passeatas nas ruas, editoriais rasgados nos jornais e, ao final, a tentativa de golpe de abril de 2002. O *putsch* seguiu-se a oito meses de uma das mais devastadoras greves da história moderna da América Latina, quando opositores de Chávez fecharam a pdvsa durante dois meses. A economia chegou perto de quebrar, faltavam gasolina e comida, e o presidente viu-se muito perto de ser obrigado a renunciar. De alguma forma, ele sobreviveu, mais uma vez.

Diante de uma oposição debilitada e desacreditada, Chávez teve a chance de concentrar-se no governo da Venezuela. Criou uma série de “programas sociais” semelhantes ao *New Deal*, medidas essas que se transformaram em uma marca de seu primeiro mandato como presidente, responsáveis que foram pela alfabetização de 1,5 milhão de venezuelanos, pela criação de mercados com comida subsidiada, pela abertura de sopões, pela distribuição de terra para os sem-terra e pelo convite a 20 mil médicos cubanos para viverem e morarem em alguns dos bairros mais pobres do país.

Chávez continuou perseguindo seu sonho de tornar realidade os planos de Bolívar a respeito de uma América Latina unida, criando um canal de notícias capaz de abarcar toda a região, vendendo petróleo mais barato para os países vizinhos e propondo a criação de um cartel continental do petróleo – uma opep Latina. Ele acalentou o projeto de construir um gasoduto de US\$ 20 bilhões e 81.400 quilômetros de comprimento, começando no leste da Venezuela para atravessar a selva amazônica do Brasil e terminar na Argentina, com dutos auxiliares saindo em direção ao Peru, à

Bolívia e ao Chile. Ele até propôs criar uma versão latina da nasa e enviar latino-americanos para o espaço. Para seus adversários, tratava-se de um homem lunático. Para seus simpatizantes, de um visionário em ação.

Chávez é hoje um das figuras mais interessantes, carismáticas e polêmicas do cenário internacional. Nos meios de comunicação de massa do mundo todo,

o dirigente costuma ser retratado como uma espécie de monstro, um projeto de ditador comunista, responsável por destruir a economia da Venezuela, fomentar a luta de classes, ignorar os direitos humanos, atacar a liberdade de imprensa e minar a democracia. Mas a verdade a respeito de Chávez é muito mais complexa. Sob vários aspectos, a mídia deixou de compreender a história ao não conseguir explicar por que o dirigente goza de tamanha popularidade e ao enxergar a Venezuela pelas lentes da elite de pele clara. Nas palavras do cientista político Edgardo Lander, um venezuelano, os meios de comunicação internacionais “apresentam, dia a dia, distorções grotescas a respeito do que se passa na Venezuela”.

Chávez obteve uma vitória arrasadora no referendo extemporâneo de agosto de 2004, obtendo 59% dos votos (contra 41%), em um processo livre e justo no qual os eleitores tiveram a rara chance de tirá-lo do cargo antes do final de seu mandato. A seguir, obteve uma outra vitória folgada, ao reeleger-se, em dezembro de 2006, conquistando um novo mandato de seis anos. Tratava-se de seu décimo triunfo nas urnas em oito anos, incluindo aí uma série de plebiscitos, processos de “relegitimação” e eleições nacionais e estaduais. Como todos os governos, o de Chávez também possui falhas. No entanto, para milhões de venezuelanos

que moram em favelas e para um crescente número de progressistas em todo o mundo, ele promove a transformação social mais radical da América Latina desde a Revolução Sandinista na Nicarágua, no começo dos anos 1980.

A Venezuela, por décadas um lugar atrasado da América Latina, tornou-se hoje um destino atraente para os "turistas da revolução", vindos dos Estados Unidos, da Europa e de outros locais para ver a Revolução Bolivariana na prática. Chávez conta, entre seus amigos, com líderes negros dos Estados Unidos, como Harry Belafonte, Danny Glover e Jesse Jackson, que traçam um paralelo entre, de um lado, a revolução dele inspirada em Bolívar e realizada em nome da maioria pobre e de pele escura da Venezuela e, de outro lado, a luta dos negros norte-americanos, inspirada em Martin Luther King Jr. e realizada em nome da justiça social e econômica nos Estados Unidos. O líder venezuelano vende por preços mais baixos combustível usado no aquecimento de casas em bairros pobres, incluindo o Bronx e o Harlem, para não falar do distante Alasca, onde tribos de índios se beneficiam do acordo. Quando visitou a cidade de Nova York, em setembro de 2006, ele compareceu ao Harlem e fez um discurso no Sindicato do Cobre, no East Village, tornando-se o primeiro presidente estrangeiro a fazer um pronunciamento no salão onde oito presidentes dos Estados Unidos, entre os quais Lincoln, haviam discursado. Poucos meses antes, a revista *Time* tinha inserido o nome dele em uma lista das cem pessoas mais influentes do mundo.

Nem todo mundo, porém, gosta de Chávez. O presidente venezuelano também gerou intensos sentimentos de ódio. Ele possui inimigos poderosos dentro e fora da Venezuela, que vêem nele uma reencarnação de seu mentor em Cuba, um "Fidel com

petróleo”, como costumam dizer alguns, apesar de na realidade profundas diferenças separarem os dois líderes. Um dos adversários mais poderosos de Chávez é o magnata da mídia e imigrante cubano Gustavo Cisneros, cuja fortuna foi avaliada em US\$ 5 bilhões pela *Forbes*, o que faz dele a 14ª pessoa mais rica do mundo. Cisneros é amigo do ex-presidente George H. W. Bush, que já realizou com o empresário viagens de pescaria na Venezuela. O restante da imensamente rica classe alta da Venezuela, em sua maioria, também odeia Chávez, mesma atitude adotada pelas outros grupos de poder aliados que costumavam controlar a Venezuela. Entre esses há muitos integrantes da liderança da Igreja Católica, grandes empresários, chefes de sindicato, barões da mídia e líderes dos partidos políticos tradicionais, aniquilados pela série de triunfos eleitorais de Chávez. Aliando-se às elites venezuelanas, o governo Bush atuou abertamente pelo fim da era Chávez. Importantes figuras políticas dos dois maiores partidos dos Estados Unidos consideram-no um pária, imagem reforçada pela maneira como os meios de comunicação de massa norte-americanos o retratam – um amalucado ditador de esquerda – e por muitos dos próprios comentários explosivos dele.

Para os simpatizantes de Chávez, a oposição ao dirigente alimenta-se de um fato básico: pela primeira vez na história da Venezuela, os pobres assumiram o poder, e as classes endinheiradas que moram em mansões muradas e voam até Miami nos fins de semana para fazer compras não gostam disso. Apesar de a oposição contestar vigorosamente este dado, o governo de Chávez, seus aliados e várias entidades argumentam que a vida realmente melhorou para os pobres da Venezuela, que hoje estão menos pobres, são em menor número e acalentam, pela primeira

vez em décadas, esperanças. Chávez retomou o controle sobre a indústria do petróleo, implantou uma série de leis para reter uma fatia maior dos lucros auferidos pelas empresas estrangeiras e instituiu uma mudança histórica quanto às receitas revertidas à maioria pobre. Um grande número de novas escolas e de missões sociais bolivarianas fornece hoje às classes baixas acesso à saúde e à educação, além de uma prosperidade capaz de sustentar-se no futuro. Um modelo de democracia participativa deu força a e incorporou ao processo político milhões de pessoas excluídas, de forma tal que promete sobreviver à Presidência de El Comandante e espalhar-se por outros países.

Chávez colocou-se à frente de uma nova onda de esquerdistas que sobem ao poder na América Latina com grande apoio das classes baixas, de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, a Néstor Kirchner, na Argentina, de Evo Morales, na Bolívia, a Rafael Correa, no Equador. Eles comandam uma reação aos programas econômicos “neoliberais” de defesa do livre mercado. Conhecidos também por Consenso de Washington, esses programas tomaram conta da região nos anos 1990 e 2000, com a promessa de elevar sensivelmente o padrão de vida das pessoas e reduzir a pobreza em massa. Nada disso aconteceu. A América Latina continua a registrar as maiores desigualdades de distribuição de renda do mundo – “os medalhistas de ouro da desigualdade”, nas palavras de Chávez. O resultado são os esquerdistas, reformistas e radicais liderados por Chávez, que tentam abrir um novo caminho, algo entre o “capitalismo selvagem” e o comunismo fracassado. Ele chama isso de socialismo do século 21.

Como era de se esperar, o programa de reforma de Chávez vem sofrendo ataques do governo Bush, que recolocou no poder várias

figuras centrais do escândalo Irã-Contras e das “guerras sujas” travadas na América Central durante a era Reagan, nos anos 1980. Entre esses incluem-se Otto Reich, Elliot Abrams e John Negroponte, que trouxeram na bagagem o que os progressistas consideram uma visão atrasada e retrógrada da América Latina e uma vontade de distorcer os fatos e minar governos democraticamente eleitos caso não atendam àqueles que são, na opinião deles, os interesses norte-americanos.

Desde a declaração da Doutrina Monroe, em 1823, os Estados Unidos vêm na América Latina seu “quintal”. Durante décadas, o país engendrou golpes de Estado, deu apoio a ditadores e financiou governos acusados de abusos reiterados dos direitos humanos. Os fuzileiros norte-americanos ocuparam a Nicarágua de 1912 a 1933, a fim de esmagar uma insurgência esquerdista, enquanto a CIA orquestrou um golpe na Guatemala em 1954, que derrubou do poder um presidente democraticamente eleito e transformou-se em uma guerra civil de 30 anos, a qual deixou 200 mil pessoas mortas. Desde o começo da década de 1960, a CIA e o governo norte-americano realizam uma campanha para minar, derrubar e por vezes até mesmo assassinar Fidel Castro. Em 1973, a CIA ajudou a organizar um outro golpe, dessa vez no Chile, depondo Salvador Allende, o primeiro presidente marxista democraticamente eleito no Hemisfério Ocidental. O sucessor dele, general Augusto Pinochet, instaurou uma ditadura sangrenta que, sistematicamente, matou, torturou e “fez desaparecer” os chilenos, deixando 3.000 mortos. Nos anos 1980, os

Estados Unidos deram apoio, em El Salvador, a um governo de “esquadrão da morte”, responsável por matar com frequência padres, freiras, agricultores e professores, decapitando algumas de

suas vítimas e colocando a cabeça delas em pilastras de cercas para aterrorizar a população.

Segundo quase todos os parâmetros, a história norte-americana de intervenção na América Latina representa uma deturpação e uma negação dos princípios democráticos que o país defende. Esse fato não passou despercebido para Chávez e seus aliados, que conheciam aquela história muito melhor do que a maior parte dos norte-americanos – cujo saber sobre a região tende a centrar-se no seu clima exótico ou em suas atrações consagradas, como a floresta tropical, na Amazônia brasileira, ou as ruínas incas, no Peru.

Na década de 1990, a maior parte das ditaduras na América Latina havia chegado ao fim. Os Estados Unidos de Bill Clinton adotaram a fórmula de livre mercado, democracia e menos intervenção. Mas o governo Bush reverteu essa política, encorajando abertamente a derrubada de Chávez. Em contraste com quase todos os de outros países do continente, aquele governo endossou a tentativa de golpe de 2002. Diversos de seus membros, de Otto Reich a Condoleezza Rice, criticaram Chávez várias vezes, acusando-o de ser uma ameaça à democracia. Entidades custeadas pelos Estados Unidos, entre as quais o National Endowment for Democracy (NED) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), injetaram milhões de dólares na Venezuela para a “promoção da democracia”. A maior parte do dinheiro chegou às mãos dos adversários de Chávez, entre os quais alguns que apoiaram a deposição violenta do governo.

Chávez ofereceu algumas de suas respostas bombásticas aos ataques norte-americanos, chamando Bush de “imbecil”, “bêbado” e “burro”. E adotou outras medidas polêmicas. Criticou jornalistas por

terem relatado os fatos de forma tendenciosa, nomeando-os um a um e levando simpatizantes dele a agredirem fisicamente alguns dos jornalistas nas ruas. Alardeou sua amizade com Fidel Castro. Fez uma visita a Saddam Hussein, no Iraque, e selou uma aliança com Mahmoud Ahmadinejad, do Irã. Na Venezuela, viu-se criticado por não conseguir diminuir os índices de criminalidade urbana e de desemprego. O gabinete de governo dele parecia dotado de uma porta giratória. Alguns programas de governo sofriam com a desorganização. Adversários acusaram-no de atropelar os oponentes e de politizar os tribunais. Seus enormemente populares programas sociais, apesar de bem-sucedidos ao atender às necessidades imediatas das massas empobrecidas da Venezuela e ao dar-lhes voz, ainda faziam nascer dúvidas sobre sua viabilidade de longo prazo, especialmente no caso de despencarem os cada vez mais altos preços do petróleo. Mesmo alguns dos aliados dele preocupavam-se com a possibilidade de um ambiente revolucionário crescentemente intransigente estar inviabilizando um saudável debate interno a respeito das falhas do movimento. Outros se questionavam sobre se Chávez seria o protagonista do show de um homem só, sem o qual ruiria a “Revolução Bolivariana”.

Porém, nos *barrios* empobrecidos e na zona rural da Venezuela, Chávez continuava a ser um herói para milhões de pessoas. Ele era o primeiro presidente da história do país a defendê-los, a falar a língua deles e mesmo a ter a aparência deles, com sua pele cor de chocolate e os cabelos encaracolados. O dirigente usava gírias de rua em cadeia nacional de TV e rádio, deixando horrorizada a classe alta, mas tornando-se benquisto pelas classes baixas, que mal acreditavam ao ver um dos seus dirigindo o país. Era como se um homem pobre do Harlem tivesse aportado na Casa Branca.

Chávez representava um personagem diferente de qualquer outro que jamais ingressara em Miraflores. Avesso ao protocolo diplomático, comportava-se como presidente da mesma forma como se comportaria no quintal de sua casa, em um domingo à tarde, quando jogasse dominó ou bocha. No *Valentine's Day* (dia dos namorados), em rede nacional de TV, anunciou com uma voz sedutora para sua mulher: "Marisabel, hoje você vai ter o que merece". Os venezuelanos contam-se entre as pessoas mais amigáveis e extrovertidas do mundo e adoram fazer piada. Nos *barrios*, muitos acharam o comentário de Chávez engraçadíssimo, mas as feministas de fora da Venezuela não esboçaram um sorriso sequer.

Chávez comanda um programa semanal na televisão e no rádio chamado *Alô, Presidente*. Trata-se, provavelmente, do único programa da América Latina e talvez do mundo para o qual cidadãos comuns podem telefonar e conversar com o líder da nação a respeito de seus problemas, ao vivo e diante de todo o país. Os programas estendem-se por horas, assim como vários de seus discursos. Na atração, o líder venezuelano canta músicas, conta piadas, recita poesia, lembra-se de sua infância, anuncia mudanças na composição do governo, lança novas políticas e cita várias pessoas, entre as quais Jesus Cristo, Simón Bolívar e John Kenneth Galbraith.

Ele percorreu o mundo todo. Usando uma jaqueta de nylon com as cores da Venezuela, lançou a primeira bola em uma partida de beisebol do New York Mets. Tocou o sino da Bolsa de Valores de Nova York. Correu ao longo da Muralha da China. Jogou beisebol com Fidel em Havana. Deixou líderes mundiais desarmados, como no caso de Vladimir Putin, o presidente da Rússia, diante do qual

assumiu uma postura de carateca quando o encontrou pela primeira vez, a fim de mostrar estar ciente do fato de Putin ser faixa preta.

É um talentoso contador de histórias. Até Michael Skol, ex-embaixador dos Estados Unidos na Venezuela e uma pessoa distante de ser um fã de Chávez, reconheceu que “ele possui carisma, uma habilidade de discursar e de ser comovente e provocar empatia, algo a que nunca vi ninguém da América Latina, ou mesmo dos Estados Unidos, equiparar-se”. Ele é um vendaval de um homem só, o “Furacão Hugo”, que dorme algumas poucas horas por noite, trabalha sete dias por semana, toma até 12 xícaras de café expresso por dia, a fim de manter a adrenalina a todo vapor, e esfalfa seus assessores e aliados com telefonemas à 1h ou às 2h da madrugada. Se Nova York é a cidade que nunca dorme, Chávez é o presidente que nunca descansa.

Por debaixo das piadas, das músicas, das brincadeiras e dos comentários ultrajantes, há um homem profundamente sério. Ele encontra-se em uma missão, a de mudar a Venezuela e o mundo em nome da justiça social. Mesmo os inimigos dele não podem duvidar da sinceridade de sua intenção de ajudar, ainda que estejam convencidos da inadequação da postura adotada. Ele passou anos lendo vorazmente e absorvendo os ensinamentos de revolucionários como Bolívar, Mao e Ernesto “Che” Guevara. Difícil de defini-lo. Dele consta uma mistura de vários elementos: capitalismo e socialismo, programas econômicos conservadores e programas sociais de esquerda. Certa vez, quando instado a definir-se, respondeu simplesmente: “Sou um revolucionário”.

Em setembro de 2006, na Assembléia Geral das Nações Unidas, Chávez realizou uma apresentação inesquecível, conquistando espaço no cenário mundial de forma definitiva. Em um desempenho

capaz de rivalizar com a famosa cena de Nikita Khrushchev batendo o sapato na tribuna durante seu pronunciamento de 1960, Chávez chamou George W. Bush de “o demônio”. Acusou Bush de “falar como se fosse dono do mundo” e sugeriu que um psiquiatra analisasse o discurso realizado por Bush no dia anterior. “Ontem, o demônio esteve aqui. Bem aqui. Bem aqui”, disse Chávez no palanque da em geral modorrenta sede das Nações Unidas, provocando risos desconfortáveis. “E, ainda hoje, sente-se um cheiro de enxofre nesta tribuna diante da qual estou em pé, agora.” Ele fez o sinal da cruz, um gesto comum na Venezuela não apenas para dar mostras da fé católica, mas também para afastar maus espíritos. Então, uniu as mãos como se estivesse rezando e olhou para o teto. O *showman* latino-americano não havia concluído sua apresentação ainda. “Ontem, senhoras e senhores, desta tribuna, o presidente dos Estados Unidos, o cavalheiro a quem me refiro como demônio, esteve aqui, falando como se fosse o dono do mundo.”

No dia seguinte, lembrando as visitas jubilantes de seu mentor, Fidel Castro, em 1960 e 1965, Chávez dirigiu-se ao Harlem. Na Igreja Batista Monte das Oliveiras, discursou para uma multidão de simpatizantes em polvorosa, anunciando que havia aumentado em mais de duas vezes o programa de fornecimento de combustível subsidiado para os norte-americanos de baixa renda. Também retomou seu ataque contra Bush, chamando-o de “bêbado” e de “um homem doente” que agia como se fosse John Wayne. Estufando o peito e balançando os braços, imitou o que descreveu como sendo a pose de caubói valentão de Bush. Houve risos por todos os lados.

Apesar de agradar à numerosa platéia no Harlem, os comentários de Chávez provocaram indignação em outros pontos

dos Estados Unidos. As declarações bombásticas e os ataques pessoais, um de seus calcanhares de Aquiles e um hábito ao qual até mesmo alguns de seus aliados se opõem, permitiram que os detratores dele o criticassem, descrevendo-o como algo não muito diferente de um bufão, um ditador maluco de uma república das bananas que não conhecia os limites da decência. A secretária de Estado Condoleezza Rice considerou os comentários “indignos de um chefe de Estado”. O deputado John Boehner (de Ohio), chefe da maioria republicana na Câmara dos Representantes, investiu contra Chávez chamando-o de um “autocrata sedento por poder”. O senador John McCain (do Arizona) acusou-o de ser um “ditador de meia-tigela”. Em um editorial, o *Los Angeles Times* ridicularizou Chávez, descrevendo-o como o “presidente palhaço” e o “príncipe herdeiro de Caracas”. O *The Wall Street Journal* publicou um editorial alcunhando-o “ditador” – por três vezes. O *Daily News* de Nova York publicou um foto de Chávez, tomando toda a sua primeira página, sobre o qual estampou uma manchete remetendo a um editorial constante das páginas internas: “A Mensagem do *News* para o Destemperado Líder Venezuelano”.

Até os democratas de esquerda e os críticos de Bush o atacaram. “Hugo Chávez apresenta-se como um Simón Bolívar dos dias modernos, mas não passa de um criminoso comum”, afirmou Nancy Pelosi, líder da minoria na Câmara dos Representantes. O ex-presidente Bill Clinton acrescentou lenha à fogueira. “Hugo Chávez disse uma coisa errada ontem – e deixou de ser um chefe de Estado.” Dando mostras da dimensão dos estragos provocados em vários setores pela atuação dele, até o deputado Charles Rangel, um democrata supostamente pertencente à base aliada de Chávez no Harlem, vociferou: “Lamentamos o fato de ele ter vindo aos

Estados Unidos e ter criticado o presidente Bush. [...] O senhor não pode entrar no meu país, no meu distrito eleitoral, e condenar o meu presidente.”

O governador do Maine anunciou que seu Estado não mais aceitaria o combustível subsidiado de Chávez. Um empresário do Alabama lançou uma onda de boicote aos postos de gasolina Citgo, de propriedade da Venezuela. Em Boston, um vereador defendeu que fosse retirada a placa de neon da Citgo visível na cerca do lado esquerdo do parque Fenway e que há décadas serve de símbolo da cidade. A cadeia de lojas 7-Eleven, em vista de um grande número de telefonemas de clientes indignados, anunciou formal e histrionicamente seu rompimento com a Citgo, que deixaria de ser o fornecedor de gasolina para 2.100 lojas de conveniência da rede. A decisão, no entanto, já havia sido tomada meses antes. A empresa criticou Chávez por suas declarações “ofensivas” a Bush.

O presidente venezuelano, em suma, desgastou-se politicamente nos Estados Unidos devido a seus ataques contra Bush, revertendo grande parte da impressão positiva que havia causado com o programa, comandado pela Citgo, de fornecimento de combustível subsidiado para aquecimento, iniciado um ano antes. Porém, em um contexto mais amplo, os comentários dele não se mostraram tão amalucados ou mal formulados. Nas Nações Unidas, onde mais da metade dos países-membros são países em desenvolvimento, eles provocaram risos e aplausos. Quando concluiu seu pronunciamento de 33 minutos, recebeu a maior ovação dada a qualquer dos líderes que discursaram. Os aplausos entusiasmados duraram tanto tempo – cerca de 4 minutos – que autoridades da ONU tiveram de interrompê-los.

Durante seu pronunciamento, Chávez brandiu o livro de 2003 *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance* (Hegemonia ou sobrevivência: a busca dos Estados Unidos pelo domínio global), do pensador de esquerda Noam Chomsky, um ataque à construção do império norte-americano. O líder da Venezuela conclamou as pessoas a lê-lo. As vendas saltaram da noite para o dia, e o livro ficou na cabeça da lista dos mais vendidos da Amazon.com.

O discurso nas Nações Unidas espelhou o essencial de Chávez: polêmico, provocador, impulsivo, desprovido de sutilezas diplomáticas, capaz de conquistar tanto inimigos quanto admiradores, atendendo aos interesses dos seus e mandando tudo o mais às favas. Ele defendeu aquilo que acreditava sem se importar com o que os outros pensariam. Apesar da fúria provocada entre os dirigentes norte-americanos, algumas pessoas ficaram convencidas de que Chávez apenas verbalizou o que muitos outros líderes estrangeiros pensavam sobre Bush, mas tinham medo de externar publicamente. Da mesma forma que Chávez, eles incomodavam-se cada vez mais com a guerra no Iraque, o papel do governo norte-americano em Israel, as práticas comerciais injustas e o estilo caubói de domínio norte-americano do planeta.

Se Chávez não tivesse chamado Bush de "demônio", teria conseguido fazer com que tantas pessoas dessem atenção a seu discurso? Conforme escreveu Eugene Robinson, colunista do *Washington Post*: "Alguém conseguiria se lembrar do nome do último presidente da Venezuela? Ou recordar-se de algum momento no qual o discurso de um presidente da Venezuela tenha provocado tamanho estardalhaço?". Mesmo alguns críticos de Chávez reconheceram que o discurso lhe rendeu dividendos políticos no

mundo todo, e talvez até mesmo dentro dos Estados Unidos. “O discurso de Chávez provocou um grande impacto, e é ingenuidade fingir o contrário. Ele conseguiu ganhar destaque. Ele fez com que o mundo olhasse para ele”, escreveu no *The Wall Street Journal* Peggy Noonan, ex-redatora de discursos para Reagan. “Neste fim de semana, todos falarão a respeito do que ele disse – sobre o que exatamente ele disse e como o disse. Ele deu um chacoalhão nas coisas... Ampliou a base que pretende formar... Declarou como simpatizantes todos os insatisfeitos com o mundo unipolar.”

À época em que discursou, Chávez fazia campanha contra os Estados Unidos e em defesa de uma vaga para seu país como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ao final, não conseguiu derrotar o candidato norte-americano, a Guatemala. Nenhum dos dois países obteve os dois terços dos votos necessários para garantir a vaga. Alguns interpretaram o resultado como uma derrota arrasadora para Chávez e como prova de que o discurso dele na ONU havia sido um exagero. Mas há outra maneira de olhar para esse quadro: um país do Terceiro Mundo enfrentou a única superpotência restante do planeta e arrancou um empate. Nada mal.

Apesar de os comentários de Chávez terem escandalizado os norte-americanos, outros líderes e figuras públicas dos Estados Unidos trocaram insultos semelhantes sem provocar nada que mesmo de longe lembrasse aquele alvoroço. O próprio Rangel, o democrata do Harlem, chamou Bush de “Nosso Bull Connor”, referindo-se ao mal-afamado delegado do Alabama dos anos 1960, que usou mangueiras de bombeiro e cães de ataque contra manifestantes que defendiam os direitos civis. Rangel também descreveu o presidente como um “alcoólatra insensível que

encontrou Jesus". Em outro episódio, ao apresentar o senador Charles Schumer na cerimônia de formatura de uma faculdade em 2006, Alan Hevesi disse que Schumer "colocaria uma bala entre os olhos do presidente se pudesse sair livre dessa". Hevesi desculpou-se logo depois, afirmando que o comentário havia sido "mais do que idiota". Na década de 1990, o direitista Rush Limbaugh, apresentador de um programa de entrevista no rádio, ridicularizou Chelsea Clinton, então com 13 anos de idade, chamando-a de o "cãozinho da Casa Branca". Em 2001, referiu-se repetidas vezes ao líder democrata Tom Daschle como, literalmente, "El Diablo" e discorreu "longamente sobre como Daschle poderia ser, sem dúvida, o Satã disfarçado de bom moço", disse o diretor do grupo fair, que supervisiona os meios de comunicação.

Se Chávez havia batido de frente com Bush, e se não havia pedido desculpas, tinha seus motivos, independente do custo político dessa atitude dentro dos Estados Unidos. Os comentários não saíram do nada. Quase nenhum outro país do mundo que não os Estados Unidos endossou o golpe de 2002 contra Chávez. O apoio norte-americano mostrou-se tão ostensivo que, depois da deposição de Chávez, o embaixador dos Estados Unidos na Venezuela, Charles Shapiro, dividiu um café-da-manhã no palácio presidencial com Pedro Carmona, no primeiro dia em que este acordou ocupando o cargo depois de ter fechado o Congresso e a Suprema Corte, ter suspenso a Constituição e ter eliminado do país todos os outros vestígios de um sistema democrático. Documentos da CIA, antes secretos, revelaram mais tarde que o governo Bush sabia do golpe com antecedência, mas mentiu a respeito daqueles fatos e argumentou que não se tratava, sob hipótese nenhuma, de um golpe, e culpou Chávez por sua própria

derrocada. Documentos também mostraram que o National Endowment for Democracy, custeado pelos Estados Unidos e criado durante a era Reagan, injetava mais de US\$ 1 milhão ao ano na Venezuela, principalmente em grupos que apoiaram ou participaram do golpe. O fluxo de dinheiro continuou a aumentar, quando outras agências como a Usaid entraram em ação, despejando milhões de dólares a mais. Os Estados Unidos, no entanto, recusaram-se a informar para onde se enviou grande parte desse dinheiro dos contribuintes.

Depois do fracasso do *putsch* e do regresso de Chávez à Presidência, Condoleezza Rice divulgou um comunicado defendendo o respeito às regras da democracia. Surpreendentemente, o aviso não se endereçava à oposição que havia tentado tirá-lo do poder, mas a Chávez. Conforme observou Chomsky, podia-se compreender facilmente o ódio de Chávez em relação a Bush. “O governo Bush apoiou o golpe que depôs o governo dele”, afirmou. “Suponhamos que a Venezuela apoiasse um golpe militar que depusesse o governo dos Estados Unidos. Nós consideraríamos isso algo engraçado?” Katrina vanden Heuvel, diretora de redação da *The Nation*, acrescentou: “Para sermos justos, que tipo de sutileza diplomática Chávez deveria ter com um presidente cujo governo apoiou um golpe contra ele?”.

Além de dar sustentação ao golpe, os Estados Unidos travaram uma constante guerra verbal com Chávez. No dia 31 de julho de 2006, Bush afirmou ao canal Fox News, durante uma entrevista: “eu vejo nele uma ameaça capaz de minar a democracia”; e isso mesmo tendo-se em vista que Chávez foi eleito e reeleito pela população venezuelana em um processo limpo – ao contrário de aliados dos Estados Unidos, como o ditador paquistanês, general

Pervez Musharraf. Em abril de 2005, Otto Reich, ex-homem forte do governo norte-americano na América Latina, escreveu uma matéria de capa para a revista *The National Review* sobre "A Terrível Dupla da América Latina". Na capa, uma foto de Chávez e Fidel Castro próximos um do outro, conversando, e uma faixa na qual se lia a seguinte frase: "O Eixo do Mal ... Versão Hemisfério Ocidental".

Em fevereiro de 2006, o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, chegou ao ponto de comparar Chávez com Adolf Hitler. "Vemos Chávez na Venezuela com um monte de dinheiro do petróleo", afirmou Rumsfeld diante do National Press Club. "Ele é uma pessoa que conseguiu eleger-se legalmente da mesma forma como Hitler conseguiu eleger-se legalmente antes de consolidar seu poder." Seis meses mais cedo, o ministro evangélico Pat Robertson, uma pessoa intimamente ligada ao governo Bush, havia defendido abertamente o assassinato de Chávez.

Depois do discurso de Chávez, o embaixador dos Estados Unidos junto à ONU, John Bolton, que boicotou aquele pronunciamento, afirmou: "Vocês sabem que se trata de um fenômeno norte-americano o fato de alguém poder não apenas dizer essas coisas na Assembléia Geral, mas também caminhar até

o Central Park e exercer sua liberdade de expressão e dizer quase tudo o que queira. Pena que o presidente Chávez não conceda a mesma liberdade de expressão ao povo da Venezuela". O *Daily News* foi mais longe: "Em seu país, um adversário de Chávez que ousasse manifestar um discurso tão pitoresco sobre El Presidente correria o risco de ser preso ou, até mesmo, de levar um tiro".

Manifestações típicas da histeria do governo norte-americano e dos meios de comunicação internacionais sobre Chávez. Apesar de o líder venezuelano, como qualquer outro dirigente mundial, possuir defeitos, não havia cabimento em acusá-lo de eliminar a liberdade de expressão em seu país. Dentro da Venezuela, os meios de comunicação posicionavam-se contra Chávez de maneira feroz – os canais de TV exibiam continuamente peças de propaganda coléricas acusando-o de ser várias coisas, de um ditador a um louco. Junto com a maioria dos grandes jornais do país, as TVs deram apoio ao golpe. Quando a oposição política entrou em greve, o mesmo fizeram os jornais, recusando-se a publicar suas edições diárias. Os canais de televisão alteraram sua grade de programação para cobrir em tempo integral aquela paralisação. Os inimigos de Chávez apareciam regularmente nas TVs para pedir a deposição dele, opinião essa manifestada algumas vezes pelos próprios âncoras de programas jornalísticos. Os oponentes realizaram protestos, atraindo centenas de milhares de pessoas. Se essa era uma ditadura, tratava-se de uma ditadura deveras peculiar. Se moradores dos Estados Unidos pedissem aos militares que tirassem George Bush do poder, acabariam na cadeia. Na Venezuela, continuaram circulando livremente, mesmo quando não se limitaram a falar sobre a deposição do presidente, mas tentaram fazê-lo. A Venezuela de Chávez não se parecia em nada com a Cuba de Fidel.

Os principais meios de comunicação ignoraram parte do discurso de Chávez diante da ONU, a parte considerada por muitos a mais interessante. O dirigente apresentou um inovador programa de quatro pontos, com vistas a reformar a organização mundial. Também explicou alguns dos motivos pelos quais alimentava

tamanha fúria contra Bush e o governo dele: os Estados Unidos, afirmou, haviam impedido de entrar no país o médico pessoal de Chávez e seu chefe de segurança, deixando-os trancados dentro do avião presidencial.

Chávez destacou, ainda, um fato mais grave. Disse que “o maior terrorista deste continente”, o ex-agente da CIA Luis Posada Carriles, encontrava-se nos Estados Unidos, e as autoridades desse país recusavam-se a extraditá-lo até a Venezuela, a fim de que respondesse às acusações de ser o responsável por um atentado à bomba contra um avião. Posada, um famigerado exilado cubano anticastrista, arquitetou o atentado de 1976 contra o aparelho de uma companhia aérea de Cuba que partiu da Venezuela rumo à ilha caribenha. Não houve sobreviventes.

O exilado acabou passando vários anos preso na Venezuela e, então, “com o auxílio da CIA e de autoridades do governo da época, conseguiu escapar, e hoje vive neste país, protegido pelo governo (dos Estados Unidos)”, afirmou Chávez diante da ONU. “O governo norte-americano trabalha com dois pesos e duas medidas; ele protege o terrorismo quando deseja.” Posada entrou no país ilegalmente, em 2005, e foi detido na Flórida. Mais tarde, acabou transferido para uma prisão de imigrantes no Texas. Em maio de 2007, conseguiu sua liberdade.

Para Chávez, os norte-americanos ficaram indignados com o fato de ele ter chamado Bush de demônio, mas indiferentes com o fato de os Estados Unidos darem guarida para um conhecido terrorista com as mãos manchadas de sangue. O que seria pior? Quando a Venezuela requisitou a extradição de Posada, os Estados Unidos recusaram esse pedido. Um juiz alegou que o cubano exilado seria torturado.

Chávez é um tipo singular de latino-americano, um agitador político de esquerda destinado a alterar a paisagem do continente, talvez de uma forma com a qual Bolívar apenas sonhou, e talvez para além da América Latina. Na opinião das elites de pele clara da Venezuela, ele é *ese mono* – esse macaco. “O peão assumiu o comando da fazenda”, costumam dizer alguns deles.

No entanto, para os milhões de pobres que levam uma vida sofrida nos *barrios* venezuelanos e para um crescente número de simpatizantes dele no mundo todo, Chávez é El Comandante – o homem que está tirando a Venezuela de seu sombrio abismo em nome do maior herói daquela nação e abrindo um caminho alternativo para que os países subdesenvolvidos do mundo todo deixem para trás os séculos de exploração e miséria. Na história dele reverbera hoje a história da América Latina e a da luta das classes baixas, de Caracas ao Harlem, de Johannesburgo a Bombaim. Conforme observou certa vez o padre jesuíta e adversário de Chávez, reverendo Arturo Peraza: “O homem toca a alma dos pobres”.

2. Raízes Rebeldes



Hugo Chávez tocou a alma dos pobres porque era um deles. Cresceu pobre numa época em que as reservas de petróleo da Venezuela conferiam fabulosas riquezas para uns poucos afortunados. Nasceu no dia 28 de julho de 1954, na casa de pau-a-pique da avó Rosa Inés Chávez, que morava no vilarejo agrícola de Sabaneta, no Estado de Barinas. Um lugar pequeno e esquecido, lar de aproximadamente mil pessoas, com algumas ruas de terra que tinham de ser molhadas durante o inverno seco e quente, a fim de evitar a formação de sufocantes nuvens de poeira. Durante as chuvas de verão, transformavam-se em mares de lama.

Sabaneta fica em *los llanos*, uma ampla área pouco povoada e recoberta por terrenos pantanosos e de pastagem, a versão venezuelana das Grandes Planícies dos Estados Unidos ou dos Pampas da Argentina. Lar dos lendários caubóis da Venezuela, *los llanos* apresentavam um cenário típico de faroeste, uma região distante e subdesenvolvida, localizada perto da fronteira com a

Colômbia e cobrindo quase um terço do território venezuelano; a uma distância colossal dos redutos chiques de Caracas, com seus empregados vestidos de *smoking* e elegantes festas regadas a champanhe.

Os pais de Chávez, Hugo de los Reyes Chávez e Elena Frías de Chávez, viviam em um vilarejo chamado Los Rastrojos, um local ainda menor e mais carente do que Sabaneta. Ali não havia médicos, hospitais ou postos de saúde. Quando chegou a hora de Elena dar à luz seu primeiro filho, Adán, e depois a Hugo Rafael, um ano mais tarde, a família percorreu o trecho de alguns quilômetros até Sabaneta. Ao menos lá conseguiriam encontrar uma parteira para ajudar no nascimento dos bebês dentro da casa de Rosa Inés. O casal teve um total de sete garotos, apesar de um deles, Enzo, ter morrido aos seis anos de idade devido a uma leucemia.

Naquele tempo, era comum que crianças mais velhas de famílias muito grandes e pobres passassem a morar com os avós, que ajudavam a criá-las. Os pais de Chávez, professores que viajavam constantemente de bicicleta entre Los Rastrojos, onde trabalhavam, e Sabaneta, pediram a Rosa Inés que tomasse conta de Hugo e de Adán. Abandonada pelo marido e tendo se tornado viúva muito antes daquele tempo, a avó tinha tempo e amor materno de sobra.

Ela morava sozinha em uma casa simples e típica daquela empobrecida região. As paredes da construção eram feitas de lama e sapê, o teto, de folhas de palmeira, e o chão, de terra. Quando chovia, a água pingava do forro. Rosa Inés espalhava jarros pelo piso da casa, em um esforço vão para evitar que se transformasse em barro. A casa não tinha geladeira, ventilador, água corrente nem banheiro interno. Rosa cozinhava em um fogão a lenha, obtinha

água de um poço e usava uma latrina construída fora da casa. Um pequeno rádio de pilha representava seu único luxo. Rosa tinha sorte quando conseguia algumas horas de eletricidade à noite, da pequena usina de energia elétrica existente no vilarejo e movida a gasolina e gás natural. Poucos veículos automotores circulavam pela região. As pessoas locomoviam-se de bicicleta ou a pé, com frequência realizando a caminhada de uma hora até Los Rastrojos. Meio século depois, as ruas de Sabaneta continuam coalhadas de bicicletas.

Depois de Rosa ter recebido Adán e Hugo em sua casa, passou a agir mais como uma mãe substituta do que como uma avó. E ficava mais tempo com os garotos do que os próprios pais, que visitavam Sabaneta nos fins de semana, quando possível. Nos primeiros anos de vida de Chávez, continua-ram morando em Los Rastrojos. Na época em que Hugo e Adán começaram a falar, não chamavam Rosa Inés de "vovó", mas de "*mama Rosa*". A avó, por sua vez, os chamava de "netos-filhos". Em muitos aspectos, Hugo sentia-se mais próximo de Rosa do que da própria mãe. Junto de Rosa ele aprendeu a andar, a ler e a escrever antes de ingressar na primeira série.

Rosa repassou a Hugo e a Adán todo o afeto e toda a sabedoria de que dispunha. Ela não tinha muito mais a oferecer. No primeiro dia na escola de ensino fundamental Julián Pino, a um quarteirão da casa da avó, Hugo apareceu usando um esfarrapado par de sandálias de corda. A maior parte dos outros estudantes usava calçados fechados e eles não demoraram muito a ridicularizá-lo. Hugo voltou para casa chorando, o que fez com que Rosa também chorasse de vergonha e frustração. Com a ajuda da família e de

amigos, conseguiu juntar dinheiro suficiente para comprar um par de sapatos para Hugo.

O dinheiro era contado. Rosa precisava apelar aos meninos para ajudá-la a sobreviver financeiramente. Ela dirigia um pequeno negócio caseiro, vendendo doces e frutas tropicais que cresciam no quintal. Sua especialidade eram as *arañas* (aranhas) recobertas de açúcar. Rosa as fazia com fatias finas de mamão, que cozinhava, banhava em açúcar e depois montava em forma de aranhas.

Todos os dias, Hugo levava para a escola um jarro com os produtos altamente requisitados de Rosa e os vendia para os colegas de classe durante o intervalo das aulas. Depois da escola e nos fins de semana, percorria o vilarejo vendendo-os para moradores que assistiam a rinhas de galo ou que jogavam *bolas criollas* – um tipo de bocha. Ele também as vendia para as pessoas reunidas na praça Bolívar de Sabaneta ou perto do único luxo da cidadezinha um cinema que exibia filmes mexicanos. Ao contrário de seu irmão Adán, Hugo gostava desse trabalho, que lhe dava a oportunidade de circular pela cidade e conversar com as pessoas. A atividade, porém, também revelava a precária situação econômica de sua família. Aqueles anos de vendedor de doce deixaram uma marca indelével em sua existência. Alguns dos colegas de sala enfrentavam uma vida ainda mais dura, devendo abandonar completamente a escola do ensino básico para ajudar a sustentar seus familiares.

Sabaneta não oferecia muito em termos de entretenimento, de modo que Hugo se via obrigado a inventar maneiras de divertir-se por conta própria. Como muitos jovens da região, ele era obcecado pelo beisebol, esporte levado à Venezuela na década de 1920 por funcionários norte-americanos do setor petrolífero, que chegaram

em grandes levas depois da descoberta dos primeiros poços de grandes dimensões. Ao contrário do restante da América Latina – onde impera o futebol –, o beisebol transformou-se no esporte nacional da Venezuela e em objeto de intensa devoção. Hugo e seus amigos jogavam constantemente. Costumavam usar tampas de garrafa ou meias enroladas, no lugar de bolas; pedaços de pau ou cabos de vassoura serviam de tacos.

Hugo ficou tão obcecado por esse esporte que, quando não estava na escola, passava horas disputando um jogo que havia inventado. Sobre uma mesa existente na casa de Rosa, ele desenhou um círculo e dividiu-o em pedaços como se fosse uma torta. Dentro de cada fatia, escreveu os principais acontecimentos do jogo – *single, double, strike, bola fora, double play*. Daí colocava uma faca no meio do círculo e a girava, disputando partidas consigo mesmo, com Adán ou com os amigos. Anotava os resultados em um caderninho, descrevendo cada jogo *inning* por *inning*. Algumas vezes, ao jogar sozinho, pulava da cadeira e gritava: “*Home run!*” – assustando sua avó.

Apesar das privações econômicas, Chávez lembra-se de ter experimentado um começo de vida alegre. “Éramos crianças muito pobres, mas muito felizes.” Rosa possuía um jardim grande, cheio de árvores frutíferas e outras plantas. Hugo passava horas regando as plantas e até cantando para elas – algo que, segundo repetia Rosa, ajudava no crescimento das plantas. As músicas favoritas dele eram *rancheros* mexicanos e baladas *llanero*, canções melancólicas que tratavam de temas sertanejos, como o amor e as brigas de faca, o lauto consumo de bebidas e a destreza no manejo de cavalos bravos. Ele aprendeu a plantar e a colher milho no fundo da casa. Servia-se de laranjas, abacaxis, toranjas e mangas que

cresciam ali. Ajudou Rosa a cuidar de uma plantação de tomates, cebolas e de outros vegetais. E também jogava beisebol com Adán e amigos. “O nosso quintal era um quintal de sonhos”, afirmou, “um universo inteiro.”

Ele adorava desenhar e pintar, fazendo-o com tamanha destreza, que acabou conseguindo que um tio remediado da capital do Estado lhe comprasse algum material de pintura. Desde muito pequeno, desenvolveu a incrível capacidade de memorizar e recitar longos poemas, canções e trechos de livros, muitos dos quais sobre assuntos históricos ou os *llanos*. Uma habilidade da qual continuaria a dar mostras como presidente.

Rosa foi o primeiro modelo de comportamento para Chávez. A avó, uma católica rigorosa e honesta que costumava rezar dentro de casa, não tolerava bobageiras e mantinha os meninos na linha. Também incentivava um traço comum entre as classes mais baixas da Venezuela – a solidariedade com os menos afortunados. Quando um vizinho precisava de comida ou roupas, Rosa dispunha-se a ajudar, mesmo que ela própria não possuísse muito. Essa influência parece ter deixado sua marca. Durante um curto período, Hugo serviu como coroinha na igreja do vilarejo. E participou, ainda, de um programa de alfabetização do governo chamado *cadena abajo*, “abaixo os grilhões”. Ele ensinou vários adultos a ler e a escrever, apesar de ter então apenas 10 ou 11 anos de idade.

Apesar de Hugo ser muito apegado à avó, sua relação com os pais e especialmente com a mãe parecia ser marcada por sentimentos contraditórios. Um dia, Elena e Hugo Chávez trocaram Los Rastrojos por uma casa de alvenaria na mesma rua de Rosa, em Sabaneta. Hugo, porém, continuou morando com a avó. Mais uma vez esse fato não era de todo estranho naquela época, mas

indicava a extrema proximidade existente entre ele e a avó. Ausente de grande parte dos primeiros anos da vida de Hugo, a mãe revelava-se também uma “chefe” rigorosa, que não hesitava em recorrer a uma cinta para disciplinar os meninos – uma outra prática comum daqueles tempos. Hugo e os irmãos costumavam buscar abrigo na casa de Rosa, onde ela os escondia em um armário para que escapassem das pancadas.

Apesar de a família negar isso, alguns contam que Chávez acabou por se desentender definitivamente com a mãe, e eles teriam ficado sem se falar durante dois anos, chegando mesmo a se ignorarem reciprocamente quando se encontravam na rua. O suposto conflito parece enraizar-se nos amargos sentimentos da infância, época em que ela batia nos meninos. Segundo ao menos um relato, esse conflito tornou-se declarado no final da década de 70, quando Elena não aprovou a primeira mulher com quem Chávez se casou, Nancy Colmenares; e os dois romperam relações. Chávez nega ter rompido relações com a mãe ou mesmo que eles tenham ficado sem se falar durante dois anos uma afirmativa constante do livro *Hugo Chávez Sem Uniforme*, publicado na Venezuela em 2004 e mais tarde nos Estados Unidos. Em uma entrevista de abril de 2007, ele declarou “nunca ter acontecido uma coisa desse tipo”. E afirmou que ele e Nancy se casaram no final de 1977, quando ela estava grávida de Rosa, e que a mãe dele realmente não se mostrara muito entusiasmada com o casamento. Mas que nunca houve uma dramática interrupção da relação entre ambos. “Com certeza, não havia, digamos, boas relações entre minha mãe e Nancy”, disse Chávez. “Mas nunca houve um rompimento de dois anos, durante o qual não nos falássemos. Isso não.”

Segundo Chávez, ele sempre visitou a mãe com Nancy durante suas férias enquanto o casal continuou junto. E observou que, mais tarde, as duas mulheres costumavam visitá-lo juntas na prisão. Depois de Chávez ter se tornado presidente, a mãe envolveu-se, em Barinas, com uma fundação de ajuda a crianças dirigida pelo governo, e Nancy trabalhou para ela durante algum tempo.

Em 2007, Adán, um dos irmãos de Chávez, durante uma das poucas entrevistas que concedeu, também negou que Hugo e a mãe tivessem parado de se falar durante um longo tempo e que tivessem a postura de se ignorar um ao outro quando se encontravam por acaso.

Ainda assim, as notícias e os boatos sobre o relacionamento por vezes inamistoso entre Chávez e a mãe forneceram munição para os detratores dele, permitindo-lhes especularem sobre a possibilidade de ele ter sofrido uma carência patológica de amor maternal na infância, o que haveria afetado sua personalidade. Evidentemente, Chávez contou sempre com o amor inquestionável e constante de Rosa, e muitas pessoas saíram ilesas de uma infância muito pior do que essa.

Ele parecia sentir-se mais próximo de seu pai do que de sua mãe – ao menos quando conseguia vê-los. Depois de os dois terem se mudado para Sabaneta, o pai começou a trabalhar na escola Julián Pino e foi o professor de Hugo na quinta série do ensino fundamental. Ele flertou com um partido de esquerda, o Movimento Eleitoral para o Povo (MEP), mas manteve-se afiliado durante mais tempo ao Copei (social-cristão), um dos dois partidos que dominaram a Venezuela durante décadas. Quando Chávez conquistou a Presidência, seu pai tornou-se governador de Estado.

A mãe de Hugo de los Reyes era Rosa Inés; ele também havia crescido vendendo *arañas* nas ruas.

O Chávez filho sempre fala em público de Rosa e do impacto que a avó teve sobre ele. Dos seus quatro filhos, Chávez batizou uma filha de Rosa e outra de Rosinés. O único filho do sexo masculino ganhou o nome de Hugo. "Eu adoro meus pais, mas tenho de reconhecer que a educação vinda de Rosa foi muito importante para mim. [...] Ao lado dela eu conheci a humildade, a pobreza, a dor e algumas vezes a realidade de não ter o que comer. Vi as injustiças deste mundo. [...] Com ela, eu aprendi os princípios e os valores dos venezuelanos humildes, aqueles que nunca tiveram nada e que formam a alma do meu país."

A morte da avó, em 1982, significou para Chávez um dos momentos mais dolorosos da vida. Mergulhado na tristeza, escreveu um poema de amor e admiração, prometendo não se esquecer jamais das lições recebidas e não trair nunca suas raízes em Sabaneta. Ele também declarou esperar ser enterrado ao lado dela:

*Talvez um dia Minha querida velha Eu vá dirigir meus passos
Rumo a seu túmulo E então Apenas então No fim da minha vida
Poderei vir para cuidar de você Minha mãe Rosa Poderei aproximar-
me do túmulo Poderei regá-lo Com suor e sangue E poderei
encontrar consolo No amor de uma mãe E poderei contar-lhe Sobre
as minhas decepções Entre os mortais*

*Então Você poderá abrir seus braços E poderá abraçar-me
Como quando eu era uma criança E poderá ninar-me Com sua doce
canção E poderá me levar Para outros lugares Para soltar um grito
Que nunca pára.*

Rosa acalentou um outro traço que se transformou em um dos pilares da personalidade de Hugo: seu amor pela História. Desde quando ele tinha cinco ou seis anos de idade, Rosa sentava-se dentro de casa ou no quintal e passava horas contando-lhe histórias do passado. Uma de suas favoritas era a narrativa sobre como o lendário guerrilheiro do século 19, Ezequiel Zamora, havia cavalgado através de Sabaneta com seus homens e animais, passando bem na frente da casa da família de Rosa e formando uma nuvem de pó, enquanto uma corneta soava. Rosa não viu a cena pessoalmente, mas ouviu a história relatada pela mãe.

Zamora era um revolucionário, um herdeiro menos conhecido do sonho de Simón Bolívar: sonho de construir uma sociedade mais justa. Ele ajudou a organizar, com os camponeses e escravos da região, um exército que nos decênios de 1850 e 1860 travou uma guerra civil contra as forças ligadas à oligarquia dos proprietários de terra. Zamora cultivava uma hostilidade ardente pelas elites e possuía uma opinião radical sobre como reformar a sociedade venezuelana. “Não haverá mais pobres nem ricos, nem escravos nem proprietários, nem poderosos nem desprezados, mas irmãos, que, rechaçando a formação de lideranças, tratarão uns aos outros de igual para igual, olho no olho”, afirmava um dos seus motes.

Um homem à frente de seu tempo, Zamora defendeu a adoção de várias medidas, entre as quais a abolição da pena de morte, a total liberdade de expressão e o voto universal. Era favorável ao fim das restrições à livre movimentação dos trabalhadores, que à época poderiam ser presos e condenados a trabalhos forçados nas fazendas caso fossem considerados culpados de perambular pelas ruas. Ele até sugeriu a criação de um tipo de sistema de seguridade social capaz de ajudar as pessoas necessitadas por motivos “de

incapacidade ou de privação generalizada”. Também desejava que os grandes proprietários de terra fossem obrigados a fornecer dez vacas leiteiras, que seriam criadas em terras comunitárias e forneceriam “leite gratuito, todos os dias, para as casas pobres”.

Zamora manteve-se sempre comprometido com o respeito incondicional à propriedade privada; no entanto, sua retórica igualitária deixou alarmados mesmo alguns de seus aliados. Reza a lenda que o guerrilheiro acabou morto em 1860, não em uma batalha, mas nas mãos de um de seus soldados, que o alvejou pelas costas. Alguns prevêm que Chávez poderá, algum dia, ter a mesma sorte. Ao final, a cruzada de Zamora pouco fez para transformar as injustas estruturas sociais da Venezuela, em parte porque suas forças federalistas não contavam com um programa amplo de reformas econômicas e sociais. O guerrilheiro deixou para trás, porém, um legado como liberal progressista, com acentuado sentimento de solidariedade diante dos camponeses pobres. Uma filosofia que se encaixava quase totalmente à nascente visão de Chávez sobre uma nova Venezuela.

Muitas das batalhas de Zamora travaram-se não muito longe de Sabaneta, fato esse que marcaria com memórias intrigantes a infância de Chávez. Mas Hugo possuía ainda uma ligação especialmente próxima com Zamora. Seu trisavô, coronel Pedro Pérez Pérez, foi um dos homens que cavalgaram através dos intermináveis campos dos *llanos* para guerrear ao lado de Zamora. Seu filho, Pedro Pérez Delgado, era o bisavô de Chávez.

Esse parente, porém, não se traduziu em uma fonte de orgulho para Chávez enquanto menino. Pérez Delgado ficou conhecido como Maisanta. Tratava-se de um apelido que conseguiu devido a seu grito de guerra – “Madre Santa, Virgem do Socorro”. Em seu

mascado palavreado *llanero*, as duas primeiras palavras transformaram-se em “Mai Santa”. Apesar de o pai dele ter obtido o posto de coronel, a reputação de Maisanta em Sabaneta e nas cercanias não diferia muito da de um ladrão e assassino. Em um dos crimes mais famosos atribuídos a ele, diz-se que matou um coronel e fugiu para as montanhas. A má reputação de Maisanta disseminou-se a ponto de muitos acreditarem que ele costumava amarrar as pessoas a árvores e disparar contra elas, ou mesmo que as decapitava na frente dos respectivos filhos, enfiando em seguida as cabeças cortadas na pilastra de cercas.

Hugo Chávez cresceu acreditando nisso, já que a maior parte das outras pessoas também parecia acreditar. Apenas em 1974 descobriu uma outra versão de Maisanta. Naquele ano, um conhecido médico de Barinas, José León Tapia, publicou um livro argumentando que Maisanta não era um assassino, mas um defensor da liberdade. Como o seu pai e, antes dele, Zamora, Maisanta, segundo Tapia, havia conflagrado uma rebelião contra as desigualdades sociais e a opressão, unindo-se a um movimento guerrilheiro. Nesse caso, tratava-se de um esforço com vistas a depor o general Juan Vicente Gómez, um violento ditador que governou a Venezuela de 1908 a 1935.

Maisanta, argumentou-se então, matou realmente um coronel quando adolescente. Mas aquele não havia sido um mero caso de assassinato a sangue-frio. O coronel engravidara Petra, irmã de Maisanta, e se recusava a casar-se com ela. Maisanta encontrou o coronel e, seguindo as tradições de faroeste imperantes naquele tempo, matou-o a tiros para salvar a honra da família. Depois fugiu e uniu-se aos guerrilheiros que combatiam Gómez.

O livro tornou-se uma revelação para Chávez, na opinião de quem a obra faria justiça a Maisanta. Chávez convenceu-se de que a oligarquia havia distorcido a reputação de Maisanta, da mesma forma como o fizera com a de Zamora. “A verdade me libertou”, disse. Maisanta e outros “eram líderes de uma revolução que talvez não compreendessem bem, mas que foi travada em nome dos oprimidos. Uma revolução agrária [...]”.

Chávez escreveu um poema em homenagem a Maisanta e deu início a uma investigação sobre sua história, que se transformou em uma missão de vida. Em dado momento, vários anos depois de ter iniciado sua carreira nas fileiras militares, Chávez refez os passos do bisavô no *llanos*, entrevistando pessoas idosas que ainda se lembravam dele e, sem notar, atravessou a fronteira com a Colômbia. De posse de um gravador, uma câmera, mapas militares, cadernos de anotação, fotografias da região, dois revólveres e um par de granadas de mão, os militares colombianos confundiram-no com um espião. Acabou detido durante três dias, até convencer os colombianos de que não realizava uma ação de espionagem, mas uma quixotesca jornada de pesquisa histórica com o objetivo de recuperar suas raízes. Ao final, os colombianos deixaram-se convencer pela inverossímil narrativa. Um oficial tomou uma cerveja com Chávez e, depois, quando este último já regressava para casa, deu-lhe um amistoso abraço a meio caminho da ponte que liga os dois países.

Apesar de alguns continuarem discutindo sobre se Maisanta era um corajoso combatente da liberdade, um criminoso pé-de-chinelo ou algo entre as duas coisas, o homem tornou-se um dos heróis de Chávez, junto de Zamora, de Bolívar e do tutor visionário de Bolívar, Simón Rodríguez, os três heróis revolucionários mais consagrados.

Nas palavras de um de seus mentores nas Forças Armadas, Chávez “carrega na alma o espírito de Maisanta”. Um dia, quando conseguiu encontrar os dois filhos de Maisanta havia muito desaparecidos e já idosos então, um deles, Ana Domínguez de Lombano, abriu a porta de sua casa enquanto Chávez lhe declarava ser o bisneto de Maisanta; ela lhe respondeu que ele nem precisava informar aquilo, pois o parentesco seria óbvio. Chávez era o “retrato vivo” de Maisanta, com sua testa ampla, seu nariz grosso e seus olhos fundos, afirmou Ana. Chávez seria parecido com Maisanta não apenas na aparência física, mas também em seu “desejo de luta, seu amor pela liberdade”.

Pedro Pérez Delgado e seu legado entroncam-se em uma longa tradição de rebeliões surgidas na área de fronteira dos *llanos*. Junto com os pampas da Argentina e seus gaúchos, os *llanos* da Venezuela abrigavam alguns dos mais hábeis cavaleiros da América do Sul. Combatentes destemidos, esses homens formaram a espinha dorsal do exército de libertação de Bolívar, transformando os *llanos* no cenário de algumas das batalhas fratricidas mais sangrentas do século 19. Os caubóis *llaneros* conquistaram a reputação de homens duros e independentes, com espírito igualitário forjado na experiência de vida em terras inóspitas. Mesmo hoje, a região conta com um lugar especial nas lendas venezuelanas e no sentimento de identidade nacional. Ali se passa a história narrada no romance mais famoso da Venezuela, *Doña Bárbara*, de Rómulo Gallegos. Para muitas pessoas, a região, ainda hoje em grande medida subdesenvolvida, onde há várias cidadezinhas poeirentas e meio dormentes, representa a “verdadeira Venezuela”, em contraste com Caracas, a capital

ocidentalizada, com seus arranha-céus cintilantes, *shopping centers* e cadeias de *fast-food* norte-americanas.

Os *llanos* continuam a ser um lugar de extrema beleza, cujas pradarias parecem estender-se infinitamente. As palmeiras reais, o gado zebu e as imensas fazendas pontuam a paisagem, onde, em áreas e águas remotas, circula grande número de animais selvagens: jaguares, piranhas, botos, enguias, pássaros coloridos, cobras de 7,5 metros de comprimento e até o maior roedor do mundo, a capivara – um porquinho-da-índia de hábitos aquáticos bastante apreciado na cozinha dos *llaneros*. Ao longe, desde Sabaneta, ficam os majestosos Andes, cujas encostas os rios descem até chegarem aos *llanos* e desembocarem, cedo ou tarde, no poderoso rio Orinoco, na floresta tropical da Amazônia. Quando garoto, em um dia de boa visibilidade, Chávez conseguia divisar o cume nevado do Pico Bolívar. Com 4.950 metros de altitude, essa é a montanha mais alta da Venezuela e supera o Matterhorn, da Suíça.

O legado dos *llanos* como um lugar de resistência, rebelião e revolução não se perdeu no jovem Hugo Chávez. Ele cresceu em uma região onde um número não pequeno de pessoas olhava com simpatia para rebeldes como Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara. Em 1967, quando tinha 13 anos, Chávez ouviu reportagens que chegavam pelo rádio enquanto os militares apertavam o cerco em torno de Guevara na Bolívia. O ícone da revolução encontrava-se cercado em uma área de floresta e estava quase totalmente sozinho. Chávez imaginou aquilo como se fosse um filme. E se perguntava por que Fidel não havia enviado aviões ou seus próprios soldados para resgatar o revolucionário enquanto este ainda resistia. “Aquilo era uma coisa de criança”, observou Chávez mais

tarde. “Porém, era sinal de uma total identificação com eles, um ponto de vista marcado pela simpatia que eu percebia em Barinas em relação aos dois líderes.”

De forma semelhante ao movimento de Fidel contra a ditadura de Fulgencio Batista em Cuba no decênio de 1950, não faltavam aos *llaneros* alvos contra os quais se rebelar. Bolívar havia comandado sua guerra de independência no começo do século 19 em nome da justiça social e da igualdade, mas aquela luta deixara intactas as injustas estruturas sociais e havia devastado o país. A oligarquia agrária continuava controlando um primitivo sistema de exploração do trabalho que tratava os subalternos como mão-de-obra servil. Décadas de ditadura, violência e anarquia seguiram-se aos fracassados esforços de Bolívar. A Guerra Federal (1858-1863) travada por Zamora e outros contra a elite de proprietários de terra deixara entre 60 mil e 100 mil venezuelanos mortos. E também dizimara o setor pecuário, fazendo com que os rebanhos diminuíssem de 12 milhões de cabeças para 1,8 milhão. Até 1888, a Venezuela havia registrado 730 batalhas e 26 grandes insurreições desde a guerra de Bolívar. Quando surgiam os primeiros raios de Sol do século 20, pouco mais de 19% da população era alfabetizada. A Venezuela continuava a ser um lugarejo pobre e esquecido da América Latina.

Em 1908, o ditador mais conhecido do país, general Juan Vicente Gómez, tomou o poder. Autodidata, abstêmio, solteiro e sexualmente promíscuo, Gómez era uma figura dúbia. Instalou a ordem em um país atormentado pela anarquia. Profissionalizou as Forças Armadas. Equilibrou as contas públicas. Supervisionou o nascimento da indústria do petróleo, responsável por colocar a

Venezuela no mapa e por atrair empresas petrolíferas de todo o planeta.

Por outro lado, Gómez também ficou conhecido pela corrupção e pela violenta ditadura que comandou. Transformou o modesto patrimônio amealhado durante seus tempos de administrador de uma fazenda de gado no Estado de Táchira em uma gigantesca fortuna pessoal – de até 300 milhões de dólares em 1927 a 400 milhões quando morreu, em 1935. Gómez, o homem mais rico e o maior proprietário de terras no país, lançou mão de todos os recursos para continuar no poder. “Os dissidentes viram-se condenados a permanecer em prisões arcaicas, nas quais um dos filhos do ditador supervisionava as torturas. Alguns prisioneiros eram dependurados pela genitália ou pelos pés; outros tinham a cabeça espremida por tiras ligadas a um torniquete até que seus olhos praticamente saltassem das órbitas. Muitos prisioneiros eram obrigados a usar bolas de ferro de 50 quilos em cada tornozelo; o editor de um jornal dissidente viveu 20 anos nessas condições.”

No final dos anos 1940, a Venezuela viveu uma breve experiência democrática, antes de ingressar novamente em um período de ditadura, nos anos 1950, essa liderada pelo general Marcos Pérez Jiménez. Como Gómez, Perez Jiménez apresentava cores contrastantes. Era um realizador de obras e um visionário. Construiu túneis através de montanhas. Pavimentou milhares de quilômetros de estrada e criou um dos melhores sistemas rodoviários da América Latina. Construiu uma ponte imensa através do maior lago da América do Sul, o Lago de Maracaibo. Ergueu o maior e mais alto bondinho do mundo, na pitoresca cidade andina de Mérida. Construiu um hotel no topo do Monte Ávila, com vista para Caracas, enviando os materiais de construção morro acima em

mulas e, mais tarde, por meio de um teleférico que ele próprio mandara montar.

Mas Pérez Jiménez foi também um ditador corrupto e violento. Subornos, propinas e assassinatos não eram raros. Ele modernizou vários dos métodos de repressão usados por Gómez, lançando mão, contra adversários políticos, de escutas telefônicas, monitoramento das rádios e agulhões elétricos usados normalmente no manejo do gado. O regime libertou 400 prisioneiros políticos em janeiro de 1954, reconhecendo que mantivera atrás das grades outros 300. Alguns acreditavam que milhares mais sofriam em diferentes prisões, dentre as quais um conhecido campo de trabalhos forçados na Floresta Amazônica. O ditador e seus aliados, muitos dos quais vindos de Táchira, também saquearam os cofres públicos. Esbanjaram dinheiro construindo luxuosos clubes para autoridades e também em hotéis e teatros suntuosos. Nos fins de semana, Pérez Jiménez voava para a pequena ilha caribenha de La Orchila, onde se divertia na praia ao lado de beldades venezuelanas nuas.

Apesar do regime brutal, os Estados Unidos viam Pérez Jiménez com bons olhos. O ditador mostrou-se um aliado fiel durante a Guerra Fria. Em 1954, ano em que Chávez nasceu, o presidente Dwight Eisenhower conferiu a Pérez Jiménez a maior condecoração civil dos Estados Unidos, a Legião do Mérito. A honraria deixou indignados vários venezuelanos que tentavam derrubar o ditador, muitas vezes correndo risco de morte.

Em 1959, o regime de Pérez Jiménez abriu as portas para a instalação de uma democracia formal na Venezuela. Mas pouco fez para mudar as estruturas de injustiça social que marcavam o país. As grandes massas continuavam sofrendo, mergulhadas na pobreza. Os rebeldes esquerdistas, para os quais a prática

democrática na Venezuela não passava de uma fraude controlada pela elite para beneficiar a si própria, organizaram uma insurgência armada nos anos 1960, com vistas a derrubar o governo. Entre os rebeldes havia homens e até algumas mulheres que se tornariam figuras centrais da vida política do país na era Chávez, citem-se Alí Rodríguez e Teodoro Petkoff. Os rebeldes, que contavam com o apoio de Cuba, fizeram daquela uma das insurgências mais eficientes da América Latina. Realizaram uma série de ações espetaculosas, incluindo atentados à bomba e o seqüestro de executivos estrangeiros e de integrantes da Embaixada norte-americana, além de ações armadas dentro de cidades. Petkoff ficou famoso após escapar por duas vezes da prisão.

Muitas das frentes de batalha da guerrilha localizavam-se nos *llanos*. Quando adolescente, Chávez não manteve ligações diretas com nenhum dos rebeldes, mas por meio de um vizinho entrou em contato, pela primeira vez de maneira significativa, com a esquerda. Na metade da década de 1960, ele e Adán partiram de Sabaneta e mudaram-se, com a avó Rosa Inés, para a cidade de Barinas, a fim de os meninos freqüentarem a Escola Secundária Daniel O'Leary. Batizada com o nome de um irlandês que se unira ao movimento independentista sul-americano e que se tornara um dos homens de maior confiança de Bolívar, aquela era a única escola secundária do Estado de Barinas, predominantemente agrário.

Os meninos e a avó passaram a morar em uma casa que ficava de frente à casa de uma família cujo patriarca era um homem erudito, de baixa estatura, chamado José Esteban Ruíz Guevara. Fundador do Partido Comunista em Barinas, Ruíz Guevara era historiador e detentor de uma grande biblioteca e da maior coleção

de livros sobre Bolívar na cidade. Dos seus filhos, um chamava-se Friedrich Engels e o outro, Vladimir Lenin, apesar de o último nome ter sido grafado incorretamente na certidão de nascimento, como *Wladimir*, ficando assim para sempre. Não obstante o comunismo ser um pecado mortal nos Estados Unidos, o partido conseguia agir de forma atuante em várias partes da América Latina, onde se disseminava com fervor o sentimento de insatisfação diante do apoio norte-americano às ditaduras. Os comunistas desempenharam um papel central na deposição de Pérez Jiménez. O próprio Ruíz Guevara acabou detido pelo ditador devido a sua militância política.

Chávez tornou-se grande amigo dos irmãos Ruíz. Um relato, o da biografia *Hugo Chávez Sem Uniforme*, dá conta de que o pai deles se destacou na formação política inicial de Chávez, com uma tendência marcadamente esquerdista. Os três adolescentes “atiravam-se sobre o tapete da biblioteca da família para ouvir um comunista fervoroso” – o Ruíz Guevara pai. Segundo esse relato, Ruíz Guevara incentivava Chávez e os próprios filhos a lerem livros como *O Contrato Social*, de Rousseau, e as obras de Karl Marx. Apesar de não ter sido completamente “catequizado” no comunismo, Chávez viu-se “inoculado” por meio do contato com Ruíz Guevara. Na época em que ingressou na academia militar, aos 17 anos de idade, diz a biografia, Chávez levava um livro debaixo do braço: o diário de Che Guevara.

Em uma entrevista concedida em abril de 2007, Chávez negou a sugestão de que tivesse sido doutrinado no comunismo ou no marxismo já a partir da idade de 13 anos. Contou que visitava a casa de Ruíz Guevara para, principalmente, convidar os dois irmãos vizinhos a jogarem beisebol ou a passear pelas ruas, e que se

limitava a cumprimentar o pai deles de vez em quando. “Essa história de que eu me sentava, aos 15 ou 16 anos, para conversar sobre política com Ruíz Guevara, mesmo que por uma única vez, não é verdade. Não fiz isso com ninguém”, afirmou Chávez. Ele era, segundo suas próprias palavras, um “garoto normal [...]”. Não tinha motivações políticas”.

Chávez acrescentou ser mentira também que tivesse ingressado na academia militar com o diário de Che Guevara debaixo do braço e que o relato seria parte das lendas negativas disseminadas para manchar sua imagem. “Isso é mentira”, disse, dando risada. “Eu nunca havia lido quase nada de política.”

Ele afirmou ser verdade que Ruíz Guevara possa tê-lo influenciado de forma indireta em termos de política, naquela época, e isso por meio de determinados comentários feitos de forma generalizante, porém ressaltando que a verdadeira influência se deu mais tarde, quando tinha 20 e poucos anos e, tendo se formado na academia militar, ficou servindo em Barinas. “Houve, então, uma troca intensa com Ruíz Guevara”, contou. “Ele foi uma grande referência moral, política e ideológica.” Muitas de nossas discussões centravam-se em Bolívar, Zamora, Maisanta e outras figuras políticas da Venezuela.

Wladimir, o filho de Ruíz Guevara, concorda com a afirmativa de Chávez de que o pai, com certeza, nunca havia despendido esforços para transformá-los em adolescentes comunistas. “Meu pai não nos sentava como um padre para dar-nos lições sobre o comunismo”, declarou, observando que ele próprio só leu o *Manifesto Comunista* quando tinha 23 anos, e não aos 13, conforme consta no livro *Hugo Chávez Sem Uniforme*. “Meu pai não tinha por missão converter Hugo Chávez ao comunismo.” Na Escola Secundária O’Leary, um

outro amigo de Chávez presidia o Partido da Juventude Comunista, mas Chávez nunca ingressou na legenda.

Ele não se preocupava com revoluções. Preocupava-se com os estudos, as garotas... e o beisebol. À noite, passava várias horas ouvindo rádio quando os tradicionais adversários Los Leones e os Magallanes se enfrentavam pela liga profissional de inverno da Venezuela, na qual atuavam muitas das estrelas do país, além de alguns jogadores da liga principal dos Estados Unidos. Durante o dia, Chávez jogava beisebol com os amigos e treinava lançamentos atirando pedras contra uma lata que colocava no quintal de Rosa Inés. Ele corria, levantava peso e praticava técnicas de lançamento.

Chávez era um talentoso canhoto. Seu herói era Isaías “Latigo” (chicote) Chávez. A escolha devia-se a vários motivos. Por um lado, os dois compartilhavam o mesmo sobrenome – apesar de não haver nenhum parentesco. Latigo integrava o time preferido de Hugo, os Magallanes. E também era lançador. Hugo nunca viu de verdade seu ídolo em ação porque os aparelhos de TV escasseavam em Barinas, um Estado pobre. Em vez disso, imaginava-o jogando enquanto ouvia o rádio. Hugo tinha tanto talento que os moradores da região o chamavam de “Latigo” ou de “Canhota de Ouro”.

Em um domingo de manhã, em março de 1969, Chávez recebeu uma notícia devastadora a respeito de seu herói. Rosa Inés preparava o café-damanhã na cozinha quando o locutor de rádio interrompeu a programação para divulgar um boletim urgente: Latigo Chávez havia sido morto na noite anterior, em um acidente aéreo. Chávez, que estava então com 14 anos, ficou estarecido. E tão deprimido que não foi à aula nem na segunda e nem na terça-feira seguintes ao acidente. Em seu período de luto, escreveu

um poema que começou a repetir todas as noites, jurando, algum dia, vir a ser como Latigo Chávez – um lançador da liga principal.

O problema seria chegar lá. Nenhum caçador de talentos conseguiria descobri-lo nos rincões de Barinas e Sabaneta. Ele precisava estar em um local onde ocorressem jogos profissionais de beisebol. Ao aproximar-se da conclusão do segundo grau, cogitou a possibilidade de unir-se a Adán na Universidade dos Andes, em Mérida. Imaginou estudar matemática ou física. No entanto, quando descobriu que em Mérida não havia nenhum time profissional de beisebol, desistiu da idéia.

Então, um dia, ocorreu de um recruta da academia militar visitar a Escola Secundária O'Leary, a fim de dar uma palestra. Chávez não se mostrava muito interessado em ingressar nas fileiras militares... mas a localização da academia despertou sua atenção: Caracas, onde os Magallanes costumavam jogar. Começou a pensar sobre a possibilidade de ingressar na academia, passar um ano ou dois treinando e então a abandonar para perseguir sua verdadeira paixão. A academia serviria como "ponto de passagem", contou mais tarde, "como uma ponte".

Nessa época, um amigo de Barinas, que era cadete, regressou para casa e conclamou Chávez a alistar-se. "Eu perguntei-lhe se eles jogavam beisebol, e ele disse que sim. E disse que José Antonio Casanova e Héctor Benitez Redondo eram os dirigentes. Casanova? Benitez? Aquilo era a glória, o Olimpo, e eu assinei os papéis imediatamente." Casanova e Benitez eram lendas do beisebol venezuelano. Casanova foi um *shortstop* e mais tarde um dos dirigentes dos Leones de Caracas na liga de inverno da Venezuela. Benitez Redondo atuara como quarto rebatedor, nos decênios de 1940 e 1950.

Chávez passou nos exames preliminares realizados no quartel de Barinas. Pouco depois, recebeu um telegrama mandando que se dirigisse a Caracas, a fim de realizar novos testes. Ele subiu em um ônibus e viajou pela primeira vez rumo à agitada capital do país, um mundo totalmente diferente quando comparado com a provinciana Barinas. Passou naqueles testes também. Mas, depois de ter regressado a Barinas, enfrentou um problema.

Em termos gerais, Chávez era um bom estudante e um leitor voraz. Porém, não conseguia interessar-se por uma matéria: química. Sentava-se no fundo da sala e fazia poucas perguntas. Seu professor, Manuel Felipe Díaz, estava certo de que Chávez assimilava tudo o que lhe era ensinado. Chávez, porém, não estava aprendendo nada. E quando chegou o momento das provas, obteve notas ruins. Então Díaz o reprovou.

Aquilo representava um obstáculo para o ingresso na academia militar. Os candidatos reprovados costumavam ser rechaçados. Mas havia uma exceção: caso se destacassem em uma atividade esportiva, poderiam ingressar na academia e cursar novamente a matéria. A opção agradava a Chávez. Na entrevista seguinte realizada na academia, os instrutores enviaram-no para um estádio próximo, a fim de “verificar se conseguiria jogar de verdade”, conforme ele próprio contou.

Quando Chávez entrou no estádio, qual não foi sua surpresa: Casanova e Benitez Redondo comandavam os testes. As duas estrelas do beisebol disseram aos garotos que o primeiro teste consistiria em descobrir quem vestiria o uniforme mais rapidamente. Os que não conseguissem vesti-lo de forma correta seriam eliminados. Chávez havia jogado em times organizados de Barinas e foi um dos primeiros a chegar ao campo.

Os treinadores colocaram-no em cima do morrinho de lançamento para ver como se sairia. Chávez havia atuado como lançador em um jogo realizado em Barinas, alguns dias antes. Com o braço ainda dolorido, não jogou bem. Os treinadores tiraram-no do morrinho. Ele estava a um passo de perder sua chance de ingressar na academia militar. Por sorte, Chávez também atuava na primeira base e era um rebatedor de respeito. Os treinadores mandaram-no para o banco de rebatedores a fim de ver o que conseguiria fazer. Um adolescente da cidade de Maracaibo jogava como lançador. Ele atirou três bolas rápidas. Chávez rebateu-as contra o muro externo do estádio.

A atuação salvou-o. Chávez foi aceito na academia militar. Sua habilidade como rebatedor possivelmente alterou os rumos da história da Venezuela. Se tivesse sido eliminado, é provável que nunca tivesse se tornado presidente. Depois de Chávez ter subido ao poder, o professor de química, Díaz, passou anos criticando a si próprio, acreditando ter fracassado em sua missão como professor, ao ter quase estragado a carreira de Chávez. Nas emissoras de televisão e de rádio, Chávez sempre fez piadas bem-humoradas a respeito de *Venenito*.

No dia 8 de agosto de 1971, um domingo, Chávez e outros 374 cadetes aspirantes entraram na base militar Forte Tiuna, em Caracas. Em um grande pátio cercado por um prédio branco e reluzente, em forma de "u", formaram filas para as cerimônias de recrutamento oficial. Chávez havia conseguido ser admitido na versão venezuelana de West Point. Em Barinas, Rosa Inés remoía seus temores. Na opinião dela, a carreira militar não servia para o neto. E a avó preocupava-se com a possibilidade de seu comportamento rebelde colocá-lo em apuros. Ela acendeu velas para

o santo patrono de Sabaneta, pedindo que Chávez regressasse para casa.

Não obstante sua inicial falta de entusiasmo pela carreira militar, Chávez sentiu-se logo à vontade. Quando se viu “de uniforme, com um fuzil, na bancada de tiro, nos exercícios rigorosos, nas marchas, nas corridas realizadas de manhã cedo, nos estudos sobre as ciências militares e sobre as ciências gerais... Em resumo, eu gostei daquilo, sabe. O pátio. Bolívar ao fundo... Senti-me como um peixe na água. Como se tivesse descoberto a essência ou parte da essência da vida, minha verdadeira vocação”.

Chávez deparava-se com uma nova vocação – e deixava para trás uma outra. Em uma das primeiras licenças que obteve, poucos meses depois de entrar na academia, comprou um buquê de flores e dirigiu-se para o Cemitério Geral do Sul, em Caracas. Havia lido que Latigo Chávez estava enterrado ali. Vestido com seu uniforme azul e com luvas brancas, indagou ao coveiro sobre a localização do túmulo de seu herói. Quando o encontrou, Chávez tirou suas luvas, limpou a lápide e acendeu uma vela. Deixou as flores sobre o local.

Aquele era um ato de penitência. O sonho dele de tornar-se jogador profissional de beisebol saía de cena para dar lugar a novos objetivos. “Fui até lá porque tinha um nó na garganta, como uma dívida que se acumulava desde aquele juramento, aquela oração... Eu estava deixando aquilo de lado, eu queria ser soldado agora... Sentia-me mal por esse motivo... Era como se estivesse dizendo: ‘Perdoe-me Isaías, eu não vou seguir esse caminho. Agora eu sou um soldado’.”

Quando saiu do cemitério, exclamou: “Estou livre!”.

3. Nasce um Revolucionário



A chegada de Hugo Chávez à academia militar, em 1971, aos 17 anos de idade, coincidiu com uma reestruturação radical da instituição, realizada por um grupo de oficiais nacionalistas das Forças Armadas. Eles desejavam dar aos cadetes uma formação mais ampla e mais humanista do que aquela do curso tradicional, centrado exclusivamente nas ciências militares. Batizaram-no de Plano Andrés Bello, nome de um filósofo e poeta venezuelano do século 19.

Pela primeira vez na história da escola, os cadetes receberiam um grau universitário e precisariam de um diploma do segundo grau para serem admitidos. Aprenderiam, além de história e estratégia militares, ciências humanas. Os diretores da instituição convocaram professores civis para ensinar economia, ciências políticas, história mundial, direito constitucional, física, química, engenharia, medicina, entre outros assuntos, incluindo aulas dedicadas a analisar a história da Venezuela e a realidade atual. Os soldados

teriam a chance de continuar com os estudos, formando-se em universidade civis.

Paradoxalmente, os cadetes que treinavam para enfrentar um movimento guerrilheiro de esquerda, então em extinção, também começaram a ler o *Manifesto Comunista*. Chávez entrou em contato com várias personalidades, de Mao a Clausewitz¹, de Napoleão a Claus Heller (general prussiano que escreveu sobre como os militares poderiam servir de instrumento para mudanças sociais). Algumas das aulas dos cadetes afastavam-se ainda mais do material didático usado tradicionalmente por seus predecessores. Um aluno que entrou na academia um ano depois de Chávez e que se lhe tornou um importante aliado, Raúl Isaías Baduel, especializou-se em filosofia oriental e meditação. Um dia, passou a queimar incensos em seu quarto, a tocar música gregoriana e a ler Sun Tzu². Os amigos apelidaram-no de El Tao.

O Plano Andrés Bello traçava uma clara divisão entre a velha guarda e os novos integrantes das Forças Armadas da Venezuela. Ao contrário de seus antecessores, a maior parte dos novos cadetes não estudou em instituições de contra-insurgência dirigidas pelos Estados Unidos, como a Escola das Américas, localizada então no Panamá e hoje no Forte Benning, na Geórgia. Se o fizessem, chegariam ali “bastante fortalecidos com idéias progressistas”. Aquela instituição, chamada de “Escola dos Assassinos” por seus críticos, ganhou notoriedade por treinar alguns dos mais famosos ditadores e violadores dos direitos humanos da América Latina, entre os quais o general Hugo Bánzer, da Bolívia, e, anos depois, vários integrantes das tropas de “elite” de El Salvador, que massacraram quase mil idosos, mulheres e crianças em El Mozote, durante o mês de dezembro de 1981. Mesmo antes do Plano Andrés

Bello, as Forças Armadas da Venezuela diferenciavam-se significativamente de suas similares latino-americanas. Não havia discriminação entre os militares venezuelanos – qualquer um conseguia chegar aos postos mais altos ou ingressar na prestigiosa academia militar. Não existia uma “casta militar” como as verificadas na Argentina e Chile, onde os filhos das elites de pele clara dominavam as patentes mais altas e as unidades de elite das Forças Armadas. Na Venezuela, muitos oficiais graduados vinham de famílias pobres, cidadinas ou camponesas, e conheciam por experiência própria as dificuldades enfrentadas pelo povo para colocar comida sobre a mesa. Isso não significa, claro, que todos fossem “imunes às inteligentes manobras de cooptação da oligarquia com que entravam inevitavelmente em contato ao chegar às patentes mais altas”. Mas um grande número dos novos cadetes que galgaram posições – como Chávez, Baduel e Jorge Luís Carneiro, um outro colega de sala de Chávez – nunca se esqueceu de suas raízes. Alguns eram tão pobres que suas famílias nem mesmo conseguiam comprar-lhes sapatos.

O Plano Andrés Bello e a histórica abertura das Forças Armadas da Venezuela para todas as classes sociais somaram-se para produzir um novo tipo de soldado no começo dos anos 1970 – um tipo muito diferente dos oficiais de direita que realizaram golpes e instalaram ditaduras sangrentas em outros países do continente. “Em um acentuado contraste com os neonazistas arquetípicos e violentos que integravam as Forças Armadas da Argentina e do Chile, um novo tipo de soldado surgiu dos quartéis da Venezuela com formação profissional, contatos com a sociedade civil e uma nova sensibilidade social.”

O Plano Andrés Bello exerceu um impacto tremendo sobre Chávez, que não se esqueceu dele nem dos homens que o criaram. Chávez ficou fascinado pelas aulas do tenente coronel Jacinto Pérez Arcay, um escritor e historiador que contava histórias sobre Zamora e a Guerra Federal. Quando Chávez chegou ao Palácio de Miraflores, mais de três décadas e meia depois, reservou a Arcay – então um general da reserva – um pequeno gabinete próximo ao seu. E nomeou o ex-diretor da academia, responsável pela concepção do Plano Andrés Bello, general Jorge Osorio García, embaixador no Canadá.

Nas salas de aula, Arcay e outros professores também falavam sobre a gigantesca figura histórica venezuelana, Simón Bolívar. Quando menino e adolescente, na escola, Chávez não teve muitas aulas sobre o Libertador. Mesmo assim, “em vez do Super-Homem, meu herói era Bolívar”, afirmou certa vez. Agora, incentivado por Arcay e por outros, mergulhou mais profundamente na vida daquele que libertara seis países sul-americanos do domínio espanhol e se transformara em um ícone na Venezuela. Bolívar, um homem ágil, com 1,67 metro de altura, grossas costeletas e roupas ao estilo de Napoleão, era para os venezuelanos uma personalidade que agregava em si as qualidades de George Washington, Abraham Lincoln e Jesus Cristo, um “santo secular” nas palavras do cientista político Daniel Hellinger.

Chávez acalentou mais do que uma paixão passageira por Bolívar. A fascinação transformou-se em uma tão profunda devoção que chegou às raias da obsessão. Começou a ler tudo o que conseguia obter a respeito do Libertador. Depois de soar o sinal das 21 horas, na academia, quando se exigia silêncio, ele costumava regressar às salas de aula vazias, onde os cadetes tinham

autorização para ficar até as 23 horas a fim de estudar. Muitas vezes Chávez permanecia ali até mais tarde, ocasionalmente caindo no sono sobre a mesa, onde alguém o encontraria com a cabeça inclinada sobre um livro aberto.

Não era de surpreender o fato de o Libertador ter conquistado Chávez.

A vida de Simón Bolívar consistia de uma série de conquistas arrebatadoras, de vitórias e derrotas ocorridas no grande palco do mundo. Nascido no seio de uma das famílias mais aristocráticas do Novo Mundo, Bolívar ficou órfão quando jovem, herdou uma das maiores fortunas do mundo colonial aos 21 anos, e então a consumiu tentando realizar o sonho quixotesco de primeiro libertar e depois unir a América Latina, para assim formar a maior nação do mundo. Exilado na Venezuela por duas vezes e alvo de várias tentativas de assassinato, Bolívar liderou algumas das campanhas militares mais audaciosas da história. No transcorrer de uma delas, comandou um exército esfarrapado e faminto de 2.400 homens – muitos dos quais *llaneros* descalços – através dos gelados picos andinos, a fim de lançar um ataque surpresa contra forças legalistas acampadas na Colômbia.

Bolívar realizou parte de seus objetivos. Conseguiu libertar a Venezuela, a Colômbia, o Panamá, o Equador, o Peru e um país cujo nome lembra o seu próprio, Bolívia. Foi festejado como herói em todas as capitais ao marchar por ruas adornadas com flores em sua homenagem. Rechaçou várias ofertas para que se coroasse imperador. Mas, ao fim, o sonho de Bolívar começou a desmoronar quando as nações que libertou sucumbiram às disputas entre caudilhos inimigos. A passageira união formada por Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador, conhecida como a Grande Colômbia,

fez-se em pedaços. Bolívar acabou banido na condição de traidor da Venezuela, onde havia nascido e onde as mesmas multidões, que poucos anos antes o celebravam furiosamente, agora o escarneciam. Morreu em 1830, exilado na Colômbia, sem dinheiro e quase sem nenhum amigo.

Bolívar é hoje quase desconhecido para a maior parte das pessoas de fora da América Latina. Mas, na Venezuela e em outras partes da América do Sul, continua a ser um gigante de grandes proporções. As crianças venezuelanas em idade escolar memorizam suas frases, referindo-se a ele em tom de reverência. As pessoas penduram retratos dele em suas salas, gesto difícil de imaginar ocorrer entre os norte-americanos em relação a imagens de George Washington. Mesmo os menores e mais remotos vilarejos possuem uma estátua de Bolívar e uma praça em sua homenagem. Até a década de 1950, por respeito ao Libertador, os homens não poderiam passar por essas praças se não estivessem trajando terno e gravata. Ruas principais, prédios municipais, aeroportos, escolas, hospitais, estádios, túneis e até represas receberam o seu nome. Os ditos de Bolívar aparecem pintados em muros espalhados por todo o país. MORALIDADE E CONHECIMENTO SÃO NOSSAS NECESSIDADES BÁSICAS, é uma frase presente em quase todas as escolas venezuelanas.

Hoje, poucos historiadores têm dúvidas quanto ao fato de Bolívar ter sido um gênio, apesar de detratores o verem como um temerário sonhador, arrogante, imprevisível e algumas vezes cruel, um homem que era também acusado de ser promíscuo. Suas admiradoras faziam fila em uma lendária casa de campo, mantida por Bolívar nas proximidades de Lima, Peru, a fim de se lhe oferecerem. Os gritos produzidos durante as noites de amor,

segundo a lenda, teriam feito um oficial da cavalaria mudar-se de sua própria casa para poder conseguir dormir. Todas as vezes que Bolívar ingressava triunfante em uma nova cidade, “os líderes locais escolhiam a moça mais bonita para ter a honra de entregar-lhe uma coroa de flores. Caso ela entregasse a ele mais do que isso, bem, tratava-se do Libertador”.

Bolívar nasceu em 1783. Quando completou 9 anos de idade, seus pais já haviam morrido – a mãe devido a uma infecção torácica, provavelmente uma tuberculose, e o pai devido à idade avançada e ao estilo de vida desregrado. Simón viveu durante vários anos sob a guarda de seu tutor, Simón Rodríguez, um professor brilhante e excêntrico, visionário a sua maneira. Junto com Bolívar, Zamora e Maisanta, Rodríguez transformar-se-ia em um dos faróis do projeto “bolivariano” de Chávez para a Venezuela e a América Latina.

Menos conhecido ainda do que Bolívar fora da América Latina, Rodríguez era um jovem devoto do filósofo francês Rousseau. Ele defendia sua própria filosofia radical. Chocando os líderes de Caracas, defendeu publicamente que a escola da cidade, na qual dava aula para as crianças brancas da elite, deveria admitir também os negros e os pardos. A defesa dos pobres trouxe problemas constantes, e Rodríguez terminou sendo demitido da escola. Passou então cinco anos como tutor de Bolívar, antes de finalmente fugir de Caracas, em 1797, quando se viu envolvido em uma das primeiras revoltas do movimento independentista voltado contra o domínio espanhol.

Anos mais tarde, na década de 1820, envolveu-se novamente em problemas ao desembarcar na Bolívia. Ele insistia que os filhos dos índios deveriam ser matriculados nas escolas públicas que

então organizava. Não demorou muito até as autoridades, sob pressão dos pais das crianças brancas, que não desejavam ver seus filhos freqüentando o mesmo estabelecimento dos índios, encontrarem uma desculpa para fechar as escolas.

Antes de fugir de Caracas, Rodríguez incluía seus ensinamentos revolucionários nas aulas que dava para Bolívar, que, enquanto absorvia os apelos por uma radical mudança social, vivia protegido sob uma grande fortuna. Depois de seus anos de formação sob as asas de Rodríguez, Bolívar foi enviado pelos tios para a Espanha, em 1799, aos 15 anos de idade. Passou três anos na Europa, onde se deixou seduzir pelo ambiente revolucionário. Intelectual voraz, Bolívar devorou as obras de Voltaire e Rousseau. Nessa altura, já aprendera bastante a respeito dos clássicos.

Ali também se apaixonaria. Aos 17 anos, conheceu a filha de uma das famílias mais aristocráticas da Espanha, Maria Teresa Rodríguez y Alaiza, que era dois anos mais velha do que ele. Os dois acabaram casando-se em maio de 1802 e vieram para Caracas. Porém, apenas oito meses depois das núpcias, vivendo em clima tropical, Maria Teresa contraiu febre amarela e morreu. Tomado pela dor do luto e quase enlouquecido, Bolívar prometeu nunca mais se casar – e efetivamente nunca mais o fez. Em vez disso, entregou-se a seus sonhos de libertar a América do Sul.

Poucos meses depois da morte da mulher, Bolívar, desassossegado e desconsolado, regressou para a Europa. Passou vários anos na França e na Itália, reencontrando seu mentor, Rodríguez. Em uma famosa reunião ocorrida em agosto de 1805, certamente romanceada nas narrativas, os dois galgaram as encostas do monte Aventino, em Roma, onde Bolívar fez um juramento de teor romântico, prometendo a Deus que não

descansaria até sua pátria estar livre. Palavras imortalizadas que continuam até hoje profundamente gravadas na psique do povo venezuelano, sendo ensinadas às crianças na escola e memorizadas pelos soldados quando prestam o serviço militar. Chávez as invocaria em 1982, ao organizar uma conspiração secreta dentro das Forças Armadas, provocando o nascimento do seu movimento bolivariano e acabando por garantir sua ascensão ao palácio presidencial:

Juro diante de vocês, e juro diante do Deus de meus pais, que não permitirei que meu braço descanse, nem que minha alma descanse, até ter rompido os grilhões que nos oprimem [...]

Três anos mais tarde, depois de uma viagem pelos Estados Unidos da América, que então se aproveitavam da independência recém-conquistada, Bolívar estava de volta à Venezuela para envolver-se pessoalmente na luta da América Latina. Imergiu no embrionário e clandestino movimento independentista. Apesar de seus poucos anos de vida, subiu rapidamente até uma posição de liderança. Em abril de 1810, o movimento encontrava-se a todo vapor. Um levante de grandes proporções contra os espanhóis irrompeu em Caracas, onde uma junta revolucionária assumiu o poder. Menos de um ano mais tarde, em 5 de julho de 1811, a Venezuela declarava sua independência. Mas uma década de conflitos sangrentos ainda estava por vir.

Bolívar sofreu derrotas consecutivas, algumas devido a causas humanas, outras devido a causas naturais. Em 26 de março de 1812, um violento terremoto atingiu a Venezuela, destruindo cidades inteiras, arrasando grande parte de Caracas e enterrando destacamentos inteiros das forças de independência. Na cidade de Barquisimeto, por exemplo, um regimento com 1.500 homens foi

engolido por uma fissura na terra e desapareceu. Em Caracas, onde dezenas de milhares de pessoas teriam morrido, Bolívar ajudava a tirar vítimas dos destroços quando um seu conhecido, favorável à Espanha, postou-se a seu lado, declarando que a natureza havia optado por ficar junto dos espanhóis. Bolívar, em tom hostil, respondeu: "Se a Natureza está contra nós, então vamos combatê-la e fazê-la nos obedecer".

Essa frase tornou-se uma das mais famosas de Bolívar. Chávez invocou-a em dezembro de 1999, quando desabamentos de terra e enchentes devastaram Caracas e a região costeira próxima, banhada pelo mar do Caribe, deixando, segundo estimativas, 1.500 mortos, no pior desastre natural enfrentado pela Venezuela no século 20. Lembrando a época de Bolívar, quando a Igreja Católica, aliada da Espanha, declarara que o terremoto provava o descontentamento de Deus com os revolucionários, o arcebispo de Caracas, José Ignacio Velasco, sugeriu do alto do púlpito que as enchentes significavam uma punição contra Chávez.

Bolívar nem sempre se comportou como um nobre defensor da liberdade que fosse sempre irrepreensível. Podia ser cruel e vingativo como os monarquistas, cuja sede de violência tornou-se lendária. Costumavam executar sumariamente os soldados patriotas detidos. Um comandante psicopata, conhecido como "Açougueiro", general José Tomas Boves, supervisionou pessoalmente o massacre de vilarejos inteiros. Não era raro vê-lo perambulando pelas ruínas com um sorriso sinistro. Certa vez, depois de assumirem o controle da cidade de Valencia, os soldados de Tomas Boves encontraram uma jovem na casa de um ex-comandante patriota. Eles amarraram-na em sua rede de dormir, estupraram-na repetidas vezes, arrancaram-lhe a língua, cortaram-

lhe fora os seios e, então, acenderam uma fogueira sob a rede, a fim de queimá-la em seu próprio leito. Aquela era uma prática comum entre os espanhóis.

Bolívar respondeu ao caos espanhol com atos de violência retaliatória. Durante *La Campana Admirable* (A Admirável Campanha), realizada após o terremoto, ele declarou “guerra até a morte”. Ordenou que quaisquer prisioneiros nascidos na Espanha fossem mortos, advertindo aos monarquistas em geral que eles também perderiam suas vidas. Em determinado momento, em 1814, mandou executar 1.300 prisioneiros, que foram decapitados. Suas ações contribuíram para a instalação de uma atmosfera de violência desmedida, arrastando para o conflito uma parcela ainda maior da população e deixando devastados largos territórios do país. Ao final da guerra, um terço da população havia morrido. O número de animais de criação caiu de 4,5 milhões para cerca de 250 mil. O tesouro nacional falira. A Venezuela assistiu a cerca de 400 batalhas. Em nenhum outro lugar do continente, os combates resultaram mais cruéis e destrutivos.

Quando sua campanha militar começou a sofrer repetidos revezes, Bolívar acabou exilado, uma vez na Jamaica e duas vezes no Haiti – países a partir dos quais lançou vários ataques malsucedidos. Mas, em 1817, sua luta sofreu uma reviravolta. Regressando novamente do Haiti, percorreu de barco a costa leste da Venezuela até chegar ao delta do Orinoco, estabelecendo um quartel-general em Angostura (hoje Ciudad Bolívar). A partir dali, entrou em contato com líderes republicanos nos *llanos*, com destaque para José Antonio Páez, um cavaleiro hercúleo e analfabeto. Em certo momento, Bolívar foi descrito como semelhante a uma figura feroz, e até como meio louco, com

costeletas enormes e cabelos na altura dos ombros. Seu carcomido uniforme incluía até mesmo o capacete de um cossaco russo. Em uma lança de bambu, carregava dependurada uma bandeira com caveira e ossos cruzados, na qual se liam as palavras: LIBERDADE OU MORTE.

Os *llaneros* haviam lutado ao lado dos espanhóis, mas agora Bolívar convencera muitos deles a aderirem à causa independentista. Formavam um contingente de cavalaria irregular e devastador; e tornaram-se a espinha dorsal do exército de Bolívar.

Suas forças passaram parte dos dois anos seguintes travando batalhas nos *llanos* e em outros locais. Foi então, em 1819, que ele mudou de estratégia, abrindo mão da Venezuela e concentrando-se na vizinha Colômbia. Em uma das investidas mais audaciosas e desesperadas da luta de independência da América Latina, Bolívar fez 2.400 homens marcharem através das selvas do Orinoco durante a temporada de chuvas e depois subir os Andes, percorrendo suas trilhas congelantes. Ao romperem a barreira das árvores, a uma altura de 3 mil metros, os soldados passaram a percorrer caminhos estreitos, traiçoeiros e escorregadios, muitas vezes envoltos por nuvens de neblina. Vários dos *llaneros*, malvestidos, descalços e desacostumados ao frio tiritante, morreram devido às intempéries. Os animais de carga e de montaria também pereceram. Bolívar, envolto em um imenso sobretudo escarlate, continuava indomável, mas muitos dos seus homens quiseram desistir. Apesar de tudo, os sobreviventes venceram os picos majestosos, desceram pelo outro lado e surpreenderam os espanhóis. Bolívar venceu rapidamente uma série de batalhas que culminaram em uma grande vitória em

Boyaca, onde derrotou 5 mil soldados da Espanha. Três dias depois, ingressava de forma triunfante em Bogotá.

A marcha de 5 mil quilômetros através da barreira montanhosa de 4 mil metros de altura, quase tão inóspita quanto o Himalaia, é considerada um dos maiores feitos militares da história. A manobra colocou a Colômbia sob o controle de Bolívar. Ele fez então o caminho de volta, subindo a encosta dos Andes e velejando rio abaixo no Apure até o Orinoco e sua base em Angostura. Suas vitórias repetiram-se mais rapidamente depois disso. Em junho de 1821, ele e seus homens haviam avançado rumo ao norte e derrotado os espanhóis na sangrenta batalha de Carabobo, abrindo caminho para Caracas, aonde Bolívar chegou durante a noite, como vencedor.

Mas o Libertador não se demorou muito ali. Seus sonhos eram mais ambiciosos. Logo partiu para comandar a libertação do Equador, do Peru e da Bolívia. Ele e seus homens lutaram entre os vulcões, perto de Quito (Equador), nas ruínas de Cuzco (Peru) e no desolado altiplano, para além do lago Titicaca (Bolívia). Sua épica campanha chegou ao fim em 1824. Agora ele “podia reclamar para si o controle de um dos maiores impérios conquistados por qualquer comandante militar da história, um território de aproximadamente 7,5 milhões de quilômetros quadrados, um território do tamanho do leste e do oeste da Europa somados. [...] Em um período de dez anos, ele percorrera, no lombo de um cavalo, ao menos 32 mil quilômetros [...] e lutara em cerca de 300 batalhas e escaramuças”. Quando aparecia em público, Bolívar era recebido com entusiasmo por imensas multidões. “Bolívar tinha apenas 42 anos de idade e ainda assim, o mundo, ou ao menos a América, parecia estar a seus pés.”

Esse cenário não perduraria por muito tempo.

Menos de dois anos mais tarde, a Grande Colômbia, atormentada pelos embates entre caudilhos inimigos e pelo “estilo incompetente, vacilante e autocrático” de Bolívar, deparou com o risco de esfacelamento. José Antonio Pérez, o *llanero* encarregado por Bolívar de comandar a Venezuela, planejava liderar o país em um movimento de secessão. Bolívar correu de volta para Caracas a fim de consolidar a federação, mas já era tarde demais. Depois de seis meses tentando reorganizar o governo, autoridades aprovaram uma resolução, determinando que ele nunca mais regressasse a sua terra natal. Bolívar partiu rumo a Bogotá, onde também se viu atacado.

Uma última infâmia aconteceu em 1828, quando chegou perto de ser assassinado. Em Bogotá, reencontrou-se com Manuela Sáenz, sua bela e voluntariosa amante de longa data. Os dois haviam se conhecido durante o ingresso triunfante de Bolívar em Quito, Equador, no dia 16 de junho de 1822. Quando ela lhe atirou uma coroa de louros de uma sacada, assim conta a história, Bolívar olhou para cima, a fim de identificar o responsável pelo gesto e seus olhos se cruzaram. Ela viria a ser a mulher com quem o Libertador manteria a mais longa relação amorosa de sua vida.

Familiarizada ela também com os clássicos, galgou posições no exército revolucionário de Bolívar até chegar ao posto de coronel. Ela o acompanhou durante longas marchas junto com os soldados e até esteve presente na batalha de Ayacucho, no Peru – batalha da qual o próprio Libertador não participou. Recebeu a Ordem do Sol, a mais alta condecoração oferecida pelo novo governo peruano. Sáenz, integrante do grupo de confidentes leais e íntimos de

Bolívar, transformou-se em uma das mulheres mais influentes da história da América Latina.

Ainda agora, depois de congregar-se durante os dias mais gloriosos de Bolívar e de sofrer durante os piores desses dias, Sáenz continuava a ser uma fiel seguidora do amante, quando este desembarcou em Bogotá procurando abrigo. Os rumores sobre planos para assassiná-lo espalhavam-se às dezenas. Por volta da meia-noite do dia 25 de setembro de 1828, duas ou três dúzias de inimigos ingressaram silenciosamente na casa de campo de Bolívar, esfaquearam três sentinelas e derrubaram duas portas, a fim de ingressarem no quarto do Libertador.

Manuela estava na cama com ele. Ouvindo os ruídos, acordou Bolívar, passou-lhe as botas e ajudou-o a escapar pela janela do quarto. Bolívar escondeu-se debaixo de uma ponte, durante três horas, ao lado de um de seus criados, que havia encontrado quando escapava. Dentro da casa, os conspiradores decepcionados espancaram Manuela violentamente quando ela não os ajudou a encontrar Bolívar. Sua rapidez de raciocínio e sua bravura fizeram com que ele a chamasse de "Libertadora do Libertador".

O sonho bolivariano de unificar a América Latina ruía, e o mesmo acontecia com a saúde de Bolívar. O Peru invadia a Colômbia. A Venezuela e o Equador abandonavam a união. A tuberculose consumia os pulmões de Bolívar. Ele decidiu então abandonar seu continente de origem e procurar exílio na Europa. Mas não conseguiu ir além da pequena cidade costeira de Santa Marta, em território colombiano. Desfalecendo repetidas vezes, ficou desorientado nos seus últimos e tortuosos dias de vida, que o escritor Gabriel García Márquez retratou, um século e meio depois,

em seu romance de maior sucesso de vendas, *O general em seu labirinto*.

Bolívar morreu em 17 de dezembro de 1830, com apenas 47 anos. Encontrava-se, então, amargurado, empobrecido e quase sem amigos. Antes de morrer, em uma carta escrita para um general equatoriano, registrou uma profecia amarga que continuaria ecoando nas décadas seguintes da história da América Latina: “A América é ingovernável. Os que servem à revolução aram no mar. A única coisa a se fazer na América é emigrar”.

Quase um século e meio depois, sentado nas salas de aula da academia militar durante a noite, Hugo Chávez não alimentava nem de longe um pessimismo semelhante ao dos últimos dias de Bolívar. Em vez disso, alimentava uma inspiração. Chávez terminaria por adotar a vida e os pensamentos do Libertador como modelo para sua própria missão de reformar as corruptas instituições da Venezuela e de ver nascer uma América Latina soberana e livre da exploração imperialista, vinda do exterior e da injustiça social existente internamente.

Ele estudou as “cartas abertas” e os discursos de Bolívar, que serviam de modelo padrão para o pensamento político mais avançado da época e que, para Chávez, ainda continuam importantes. Em sua famosa “Carta da Jamaica”, de 1815, Bolívar traçou um plano visionário para o futuro da América Latina, da Argentina ao México. Em um ensaio escrito para um congresso realizado em Angostura, em 1819, o Libertador alertou sobre o perigo de um único indivíduo deter muito poder durante muito tempo e defendeu a realização de eleições periódicas – mesmo que seu fracasso quanto a essas metas tenha contribuído para sua própria derrocada. “O sistema mais perfeito de governo é aquele

que produz a maior felicidade possível, o maior grau de segurança social e a maior estabilidade política”, escreveu.

Em 1825, após ter libertado o país batizado em sua homenagem, Bolívar elaborou uma Constituição saudada como a mais liberal do mundo. Ela estipulava liberdades civis e a igualdade de tratamento diante das leis, a liberdade de expressão, de locomoção e de imprensa, a abolição da escravatura e provisões sobre o devido processo legal, e a realização de julgamentos com a participação de júris. Em seus últimos anos de vida, Bolívar direcionou sua atenção para os Estados Unidos, que naquele momento havia adotado a Doutrina Monroe, declarando a América Latina seu “quintal”. Em outro texto famoso, escreveu que os Estados Unidos estavam “destinados pela Providência a assolar a América Latina com a miséria em nome da liberdade”.

Bolívar morreu desiludido e odiado. No entanto, décadas mais tarde, quando os historiadores e outros reavaliaram seu legado, tornou-se claro que o Libertador havia sido um visionário. Quase sempre, Bolívar defendeu a democracia, a igualdade e a liberdade, em um tempo em que ditaduras, oligarquias e injustiça social reinavam por toda a América Latina. Ele foi uma figura sem par na região, conforme observou o autor Robert Harvey em seu livro *Liberators* (Libertadores), de 2000:

Simón Bolívar é um semideus na América Latina de hoje. Ele é a única figura a respeito da qual há unanimidade, o único líder continental, o homem que libertou milhões de pessoas da tirania e que não as escravizou ele próprio. Sua reputação transcende as amargas desavenças existentes na América Latina moderna – entre a direita e a esquerda, entre militaristas e democratas, entre a oligarquia e os revolucionários. Entre as classes que freqüentaram

as faculdades e que possuem bens, seu radicalismo está há muito tempo esquecido. Entre as centenas de milhões de americanos comuns que falam espanhol, muitos deles analfabetos, Bolívar representa o líder que tentou superar as divisões de classe e de raça, que tentou conceder direitos a uma grande fatia da humanidade que continua oprimida [...].

Como soldado, estadista e homem humanamente comum, Simón Bolívar coloca-se acima de qualquer outra figura produzida pela América Latina, e entre os maiores nomes da história mundial. Não é de admirar que continue a ser um

símbolo de esperança para milhões de latino-americanos que tentam livrar-se da miséria, da ignorância e das doenças.

Na opinião de Chávez, Bolívar fixou as linhas gerais de um formidável projeto nacional para a América Latina. Zamora tomou para si esse projeto um quarto de século depois da morte de Bolívar, e Chávez – ao menos segundo sua concepção – o herdaria no final do século 20.

Chávez mergulhou tão profundamente na vida de Bolívar que, durante um tempo, parecia que se *transformara* nele. “Quando ele começa a falar sobre Bolívar, é como se o Libertador estivesse dentro dele”, afirmou Milagros Flores de Reyes, uma amiga íntima e mulher de um dos aliados militares de Chávez, Luis Reyes Reyes. “Tem-se a impressão de que ele esteve naqueles lugares, de que é capaz de ver o que Bolívar viu. Ele conversa com a gente sobre as árvores, os animais que estavam com ele, que estavam ao redor dele. Um dia eu lhe disse: ‘Você o incorporou’. Ele sorriu e respondeu: ‘Comadre, tenha cuidado com o que você diz!’”

Na época em que Chávez tentou assumir o papel de Bolívar, os venezuelanos haviam esquecido de grande parte dos pensamentos revolucionários do Libertador. Esse legado havia sido diluído ao longo de décadas pelas elites que temiam um levante entre as massas; as injustiças sociais que atingiam o país antes do movimento de independência continuam intactas. Nas palavras do cantor de protesto mais famoso da Venezuela durante os anos 1960, Alí Primera, Bolívar havia se tornado “um simples santo a quem se acende uma vela”. Na sua conhecida “Canción Bolivariana”, um garoto venezuelano trava uma conversa imaginária com Bolívar, cujo nome batiza a moeda do país, e conta-lhe que os venezuelanos ainda não foram totalmente libertados:

Garoto: E o pior é que meu povo hoje não tem um Bolívar sequer.

Bolívar: Eles não têm dinheiro? Isso é horrível.

Garoto: Não têm consciência, Libertador, não têm consciência. As pessoas foram levadas a acreditar na burguesia rica que vai ao Panteão Nacional para levar flores no aniversário da sua morte.

Bolívar: Então, por que eles fazem isso, pequeno patriota?

Garoto: Para ter certeza de que você continua morto, Libertador, morto de verdade.

Chávez tomaria para si a missão de garantir que o Libertador estivesse vivo de verdade.

A devoção de Chávez ao projeto de transformar a Venezuela nasceu não apenas da leitura dos livros sobre Bolívar. Forjou-se também em suas visitas aos *barrios* de Caracas, onde o esgoto corria a céu aberto e onde as pessoas viviam em *ranchos* de áreas

montanhosas, empilhados de forma precária uns sobre outros. Na academia militar, preocupada com o *status* social, os cadetes ainda ouviam conselhos para que se dirigissem à parte leste da cidade, mais rica, e que evitassem os ônibus públicos usados pelas massas. Chávez ignorou essas instruções e passou vários sábados visitando um amigo de seu pai em Catia. Ele usava seu uniforme completo, incluindo as luvas, o que causava espanto entre os moradores daquele local.

Ele começou a perceber a realidade dos *ranchos* e a ouvir com maior freqüência as músicas de Alí Primera. Certa vez, visitou uma família do luxuoso bairro de Prados del Este. Quando saiu dali, precisou andar por quilômetros até atingir sua casa porque não tinha dinheiro para o táxi e porque a família não lhe ofereceu uma carona. Esse era um problema que ele nunca encontrara nos *barrios*. “Entre os pobres, há muito amor, muita solidariedade. Eles dividem o pão”, contou. “Entre os ricos, há frieza.”

Segundo alguns indícios, Chávez alimentou desde cedo os sonhos de suceder Bolívar no papel de salvador da Venezuela. Depois de participar de um desfile em cerimônia de homenagem ao novo presidente do país, Carlos Andrés Pérez, registrou em seu diário meditações sobre um dia ele também chegar aos píncaros do poder. “Depois de esperarmos durante um longo período, o presidente chegou”, escreveu em 13 de março de 1974, aos 19 anos de idade. “Quando olhei para ele, tive o desejo de um dia assumir a responsabilidade por um país inteiro, o país do Grande Bolívar.”

Houve outros sinais de que Chávez se encontrava em uma missão. No mês de setembro subsequente, durante um exercício de campo, lamentou o fato de outros jovens como ele estarem gastando suas energias nas discotecas. “Se soubessem o que

estamos fazendo, diriam que somos malucos”, escreveu. “Mas eu não sou maluco. Sei muito bem o que pretendo fazer, o que estou fazendo e o porquê de estar me sacrificando. Nesses momentos, lembro-me de um pensamento de Che: ‘O presente é uma luta. O futuro nos pertence.’”

Naquele momento, Chávez dava sinais claros da bem desenvolvida sensibilidade social nascida durante sua própria infância em Sabaneta, pobreza que continuava a ver em todos os lugares. Em um outro registro do diário, escreveu sobre como “passamos pela casa onde bebemos café na noite passada. A mulher apareceu, agora com duas crianças, e eles colocaram a mão para fora a fim de se despedirem. Vi os pequeninos com uma grande tristeza, com barrigas inchadas, sem dúvida cheias de parasitas por comerem tanta sujeira e por andarem descalços e nus. Diante de uma cena como essa, senti o sangue ferver-me nas veias e me convenci da necessidade de fazer alguma coisa por essas pessoas, independente do que fosse”.

Ao testemunhar de forma cada vez mais reiterada a pobreza disseminada na Venezuela e aprofundar-se ele próprio na vida de Bolívar, Chávez viu surgirem esforços coetâneos de libertação em outras nações da América Latina. Uma dessas era o Peru. Chávez transformara-se em um especialista principiante em Bolívar e recebia convites freqüentes para dar palestras sobre o herói a seus colegas de academia. Integrava um grupo conhecido informalmente como os Bolivarianos, devido à devoção ao Libertador. Eles chegaram até a batizar com o nome de Bolívar a própria turma, a primeira, em décadas, a ter autorização para realizar essa homenagem. No final de 1974, ano de conclusão do curso na academia para Chávez, os superiores o escolheram, junto com mais

uma dúzia de formandos, para viajar até o Peru, a fim de participar de um evento especial: o aniversário de 150 anos da batalha de Ayacucho, testemunhada por Manuela Sáenz.

No dia em que descobriu ter sido escolhido para a viagem, Chávez dirigiu-se à biblioteca da academia para começar a se informar sobre o que estava acontecendo no Peru. E o que descobriu chamou-lhe a atenção.

Um general nacionalista, chamado Juan Velasco Alvarado, liderava uma revolução de nome Plano Inca. Adotando um padrão que Chávez e seus aliados repetiriam duas décadas e meia depois, um grupo de oficiais progressistas das Forças Armadas peruanas, insatisfeito com a corrupção disseminada e com a situação deteriorada do país, realizou um golpe, em 1968. Derrubaram o regime civil e seu líder, Fernando Belaúnde Terry. Os oficiais estavam decepcionados com o principal partido político do país, o apra, liderado por Belaúnde Terry, no qual já não depositavam confiança.

Devido à experiência deles no combate a guerrilhas na zona rural do Peru, eles tinham plena ciência da abjeta situação de pobreza naquelas áreas. Apesar de Velasco ter ajudado a esmagar a insurgência guerrilheira nos anos 1960, acabou adotando, quando subiu ao poder, grande parte do programa empregado por ela. Nacionalizou as empresas de petróleo e desapropriou as fazendas de cana-de-açúcar. Implementou um amplo programa de reforma agrária. Transformou o quéchua, a língua falada pela população indígena e pobre do altiplano andino, na língua oficial do país. Desapropriou jornais conservadores e encorajou a participação dos trabalhadores na direção das empresas estatais. Contrariando Washington, ele também restabeleceu os laços diplomáticos com

Cuba, dando início a uma relação bilateral de comércio com a União Soviética.

Chávez pousou no Peru em meio ao Plano Inca, de Velasco, entrando em contato, durante vários dias, com o ambiente revolucionário. Encontrouse com cadetes do Peru, do Chile, da Colômbia, do Panamá e de outros países. A todos eles fez perguntas sobre a experiência do Peru. Visitou a casa de cadetes peruanos e freqüentou festas nas quais conheceu as jovens do país. Quando viajou até Ayacucho, testemunhou a pobreza da população de origem indígena.

Por volta do fim da viagem, ele e outros cadetes venezuelanos reuniram-se com o próprio Velasco em uma recepção oferecida no palácio do governo. Velasco entregou duas publicações aos cadetes: *O Manifesto do Governo Revolucionário das Forças Armadas do Peru* e um livreto azul com os discursos de Velasco, denominado *La Revolución Nacional Peruana* (A Revolução Nacional Peruana). O encontro deixou sua marca em Chávez. “Depois de ouvir Velasco, devorei os livros, chegando até mesmo a decorar quase por inteiro alguns dos discursos”, contou mais tarde. Nos anos seguintes, manteve o pequeno livro azul junto de si. As autoridades acabaram confiscando-o, junto com outros livros, quando Chávez lançou sua própria tentativa de golpe, 17 anos mais tarde.

Dois anos depois da visita de Chávez ao Peru, a experiência nacionalista de Velasco entrou em colapso. Faltava-lhe dinheiro e apoio popular – as reservas em moeda estrangeira do país haviam se esgotado. Velasco cometera dois erros capitais. Primeiro, seu governo formou-se exclusivamente de oficiais das Forças Armadas; não havia civis. Esse governo tampouco conseguiu penetrar para

além dos beneficiários imediatos das reformas. As lições não passaram despercebidas por Chávez. Apesar de ter sido ridicularizado por estudiosos e jornalistas, o governo esquerdista de Velasco ofereceu ao venezuelano um elemento importante: seu primeiro contato direto com um regime militar progressista, embora substancialmente diferente do projeto que um dia viria a adotar. Ele também percebeu que no Peru ainda havia admiração pelo nome de Bolívar.

O Peru não era o único país da América Latina onde militares progressistas lideraram regimes revolucionários. Uma experiência semelhante acontecia no Panamá, onde o general Omar Torrijos também tomara o poder em 1968. Chávez terminou por estudar com um dos filhos de Torrijos na academia militar de Caracas, onde este chegou para receber treinamento, já que o Panamá não contava com nenhuma escola militar de nível universitário. Os dois jogavam beisebol e tornaram-se amigos dentro e fora dos campos. Intrigado com a experiência nacionalista realizada pelo Panamá, Chávez pedia-lhe que trouxesse livros sobre Torrijos. O filho de Torrijos também deu a Chávez algumas fotos nas quais o general aparecia discursando para agricultores. Chávez ficou impressionado. Antes de formar-se, visitou o Panamá, conheceu Torrijos e viu a revolução em funcionamento.

Torrijos iniciou seu movimento rebelde por motivos semelhantes aos que impeliram os oficiais das Forças Armadas do Peru e, anos mais tarde, o próprio Chávez a entrar em ação. Torrijos sentia-se indignado com a corrupção das elites políticas e com as desigualdades relativas à distribuição de renda entre uma minúscula classe alta e as massas pobres. Também desprezava o papel que os militares se viam obrigados a desempenhar, papel de

manter o sistema no lugar, e desprezava o controle indireto exercido pelos Estados Unidos sobre o Panamá. Os norte-americanos ainda comandavam o canal do Panamá. Haviam se passado 65 anos desde que o governo dos Estados Unidos expropriara uma grande porção do território panamenho para construir o canal, em 1903, transformando pouco depois extensas regiões do país em bases militares norte-americanas.

Em uma entrevista de 1975, Torrijos explicou por que havia lançado o golpe que o levara ao poder. A Guarda Nacional Panamenha, liderada pelo general, havia se transformado em um conjunto de “escravos assalariados da oligarquia”:

Nossa função consistia em manter o *status quo*, com sangue e violência, com deslocamentos militares cuidadosamente calculados, ou com um golpe de Estado. Eu era obrigado a participar de atos de repressão, e a repressão era tanta que fiquei farto daquilo. Como resultado direto, a Guarda Nacional decidiu rebelar-se, decidiu descolonizar o país. Acima de tudo, desejávamos solucionar o problema do canal, algo quase que religioso para os panamenhos.

Fomos as sentinelas da oligarquia até o ponto em que os erros dos políticos se tornaram tão graves que não havia mais chances de retificação. Uma geração de jovens oficiais das Forças Armadas, formada na Escola Militar Panamenha, decidiu não apenas organizar um golpe de Estado, mas também colocar um fim definitivo no sistema de “democracia” aparente do país. As pessoas haviam se acostumado a misturar questões políticas com atividades econômicas, usando sua liberdade democrática de forma semelhante àquela com que as mulheres usam produtos de beleza.

Transformado em líder do Panamá, Torrijos fez aprovar um programa de reforma agrária para tentar beneficiar os agricultores. Além disso, conseguiu obter do presidente Jimmy Carter, em 1979, uma promessa de entregar aos panamenhos, dentro de duas décadas, o controle sobre o canal. Ele, no entanto, não viveu o suficiente para ver sua maior conquista tornar-se realidade. Torrijos morreu na queda de um avião, em 1981, 13 anos depois de ter tomado o poder.

No entanto, seu radical programa reformista, junto com o projeto acalentado pelo Peru, serviu como exemplo sedutor para o jovem Chávez. Torrijos e Velasco eram oficiais progressistas que usaram seu poder para tentar elevar o padrão de vida de seus países, retomar a soberania da mão dos Estados Unidos e enfrentar as questões relativas à pobreza em massa. “Começou-se a perceber então que os militares não deviam massacrar as pessoas, realizar golpes de Estado sangrentos, para suprimir os direitos do povo, mas, pelo contrário, podiam servir ao povo”, afirmou Chávez ao entrevistador Agustín Blanco Muñoz, em 1995.

Torrijos e Velasco contrastavam fortemente com outros dirigentes militares que também tomaram o poder na América Latina, enquanto Chávez cursava a academia militar. No dia 11 de setembro de 1973, no Chile, o general Augusto Pinochet depôs o presidente Salvador Allende, o primeiro presidente marxista eleito democraticamente em uma nação do Hemisfério Ocidental. Os Estados Unidos e a CIA apoiaram o golpe. Pinochet instalou um regime que “fez desaparecerem” ao menos 3 mil pessoas e se manteve no poder durante 17 anos. Na vizinha Argentina, em 1976, o general Jorge Videla derrubou do governo María Estela³, a viúva de Juan Perón. Videla governou o país ao lado de uma junta militar

responsável pelo desaparecimento de ao menos 30 mil pessoas. Soldados do regime drogavam algumas das vítimas, colocavam-nas em aviões e as jogavam das alturas sobre o mar.

Na época do golpe contra Allende, Chávez treinava nas montanhas. Ficou horrorizado com o acontecimento. No rádio, ouviu a voz de Fidel Castro condenando o *putsch*. Um comentário do líder cubano marcou-o para sempre. “Uma frase ficaria marcada para sempre”, contou Chávez. “Se todos os operários, se todos os trabalhadores tivessem um fuzil nas mãos, o golpe fascista no Chile não teria acontecido.” Essas palavras nos marcaram de forma profunda, viraram um ditado para nós, um tipo de senha que somente nós conhecíamos.” Depois disso, quando ele e algum de seus aliados secretos nas fileiras militares se encontravam, um geralmente começava: “Se todos os operários, se todos os trabalhadores [...]”, e o outro completava a frase.

Os levantes militares ocorridos na América Latina durante os anos 1960 e no começo dos anos 1970 permitiram que Chávez conseguisse diferenciar claramente entre os militares que lançavam rebeliões para libertar seu povo e os que lançavam golpes para oprimi-los. “Nós, os homens das Forças Armadas, tínhamos o exemplo de Pinochet, do qual, claro, não compartilhávamos”, afirmou Chávez mais tarde. “Ele representava os militares que matam as pessoas, que destroem, que promovem decapitações; já os militares peruanos falavam de outra maneira, falavam do povo. Mesmo que, ao final das contas, aquela experiência tenha infelizmente fracassado, talvez por falta de clareza estratégica, ao menos eles falaram e agiram de maneira diferente.”

Na época em que se aproximava o dia da formatura na academia militar, em julho de 1975, Chávez não pensava em

realizar um golpe na Venezuela. Apenas se sentia insatisfeito com o que via a seu redor – uma terra rica em petróleo, com milhões de pessoas na pobreza, e uma classe política corrupta no comando do país. Em suas reflexões, circulavam em grande número as idéias de Bolívar e de outros revolucionários. Sua alma enchia-se de um ódio crescente pelas elites e, paralelamente, de uma também crescente simpatia pelas classes oprimidas. Na academia recebeu instruções sobre como enfrentar as guerrilhas, mas agora se perguntava se elas seriam realmente o verdadeiro inimigo.

“Estudamos as táticas de guerrilha, mas eu já estava questionando tudo aquilo”, afirmou Chávez:

Acho que, quando saí da academia, já me orientava para um movimento revolucionário. [...] O Hugo Chávez que entrou lá era um garoto das montanhas, um *llanero* com a aspiração de tornar-se um jogador profissional de beisebol. Quatro anos mais tarde, saiu dali um segundo-tenente que havia optado pela seara revolucionária. Alguém que não prestava contas a ninguém, que não pertencia a nenhum movimento, que não participava de nenhum partido, mas que via com bastante clareza o destino para o qual caminhava.

4. Tateando Novos Rumos



Hugo Chávez acreditou ter sorte ao conseguir seu primeiro emprego após sair da academia militar. Em julho de 1975, classificou-se em sétimo lugar entre uma turma de 67 alunos que conseguiu ser aprovada no rigoroso programa. A maior parte do grupo original, com 375 integrantes, sucumbiu. Chávez agora regressaria para seu Estado natal, Barinas. Havia conseguido o cargo de oficial de comunicações em uma das 13 unidades de contra-insurgência criadas pelos militares no começo dos anos 1960 – “a década violenta”, como ficou conhecida na Venezuela. Quando da chegada de Chávez a sua unidade, em 1975, quase não havia guerrilheiros a serem combatidos. Sobraria muito tempo para que o jovem oficial se dedicasse a outras tarefas.

Com seu primeiro salário, Chávez esbanjou. Alugou um quarto em um hotel perto da praça Venezuela, em Barinas. Depois, comprou uma geladeira, uma cama nova, outros móveis, um ventilador e um rádio grande para Rosa Inés. Quando apareceu na

casa da avó, ela ficou emocionada com os presentes, ainda que não gostasse da nova vida do neto como soldado.

Apesar da satisfação por regressar para casa, Chávez não recebeu de todos a mesma acolhida generosa. Ele era o primeiro formando do Plano Andrés Bello na academia militar a ser incorporado ao Batalhão de Caçadores Manuel Cedenó, em Barinas. Os oficiais da velha-guarda não viram com bons olhos o “garoto de faculdade”, Chávez. Ele entrou em atrito com um capitão que se recusou a chamá-lo de tenente. Em vez disso, usando um tom de escárnio, o capitão chamava-o de *licenciado* – título usado em espanhol para as pessoas com grau universitário. Chávez recusou-se a responder ao capitão até que este o chamasse conforme seu posto militar. Recém-saído da academia, o rebelde Chávez já começava a enfrentar problemas.

E começava a envolver-se cada vez mais no ambiente militar, com um prazer cada vez maior, mas não se esquecera de sua paixão pelos esportes. Continuava jogando beisebol regularmente. Esse era outro ponto que o capitão desaprovava. “Ele me perguntou o seguinte: ‘Você é um soldado ou um jogador de beisebol?’”, contou Chávez. “Nunca consegui convencê-lo de que seria possível fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Ele mandou que eu me dedicasse à prática esportiva com os soldados. ‘Eu me dedico, capitão.’ O time dos soldados era bom, mas eu queria jogar em uma liga organizada.”

Um dia, o dirigente da equipe de Barinas que disputava a liga nacional telefonou para Chávez, convidando-o a jogar no fim de semana seguinte em uma partida amistosa contra um time de Caracas que viria à cidade. Tratava-se de um grande jogo: a equipe inaugurava então um estádio a ser usado para partidas disputadas

pelo campeonato nacional ainda naquele ano. Além disso, o dirigente precisava de um lançador canhoto. Chávez duvidava que seus superiores o autorizassem a jogar. Então, decidiu participar da partida sem lhes dizer nada.

No *inning* inicial, na primeira vez em que ficou na posição de rebatedor, Chávez conseguiu acertar uma jogada. Na segunda vez em que pegou o taco, Chávez mandou a bola para fora do estádio, depois de o lançador ter atirado uma bola curva. Aquele era o primeiro *home run* do novo estádio. A multidão explodiu de alegria. Mesma reação dos soldados de Chávez nos alojamentos. Sem o seu conhecimento, a Rádio Barinas transmitia a partida ao vivo e os soldados acompanhavam tudo. O narrador do jogo até identificou Chávez como sendo o segundo-tenente do batalhão local. O relógio marcava 21 horas. O quartel deveria estar em silêncio.

A balbúrdia acordou o capitão, que, furiosamente, se dirigiu para o dormitório a fim de descobrir o que se passava. “Acendam a luz”, vociferou. “O que está acontecendo aqui?” “Capitão, estamos felizes porque o nosso comandante Chávez conseguiu fazer um *home run*”, responderam os soldados. O quê? Chávez Frías? O segundo-tenente deveria estar dentro do quartel, não lá fora jogando beisebol.

No dia seguinte, o capitão tentou deter Chávez por violação de ordens superiores. Arrastou-o até o gabinete do comandante. Chávez tentou safar-se da situação. “Olhe, comandante, aqui no batalhão há cerca de dez segundostenentes”, disse. “Se o senhor for à noite até Guayanesa (um famoso bordel de Barinas), o senhor os encontrará lá, ao lado de um monte de mulheres e de uma garrafa de rum. Ou, se o senhor for ao clube militar, eles estarão lá com suas namoradas, dançando e bebendo. Eu, por outro lado, gosto de

esportes. Não consigo entender por que deveriam me prender por jogar beisebol e estar honrando o nome do batalhão que o senhor comanda.”

O comandante ouvia tudo atentamente. Chávez tinha pouco mais de 20 anos, mas já era carismático e convincente. Continuou argumentando. “O senhor não acha que é melhor me ver envolvido com o beisebol do que com mulheres e bebidas?” Ao comandante restava apenas concordar. “O senhor tem razão”, afirmou ele a Chávez. “Dou-lhe permissão para jogar.”

Ele continuou jogando. Algumas vezes por semana, Chávez dirigia um velho Volkswagen do quartel até o campo e, no banco dos reservas, trocava sua roupa de combate pelo uniforme de beisebol. Ele também teve a chance de dis-seminar sua paixão pelos esportes no batalhão todo. Sua unidade costumava viajar até a violenta região da fronteira com a Colômbia, a fim de perseguir os eventuais guerrilheiros ainda existentes. O movimento havia desaparecido quase por completo depois que Rafael Caldera assumira a Presidência, em 1969, e oferecera anistia a quaisquer guerrilheiros dispostos a abrir mão da luta armada. A maior parte deles aceitou a proposta. Durante as excursões para a fronteira, Chávez, na qualidade de oficial encarregado das comunicações, ficava ao lado do comandante do batalhão ou de seu principal assessor nos postos de comando. Chávez acabou criando uma boa relação com o comandante.

Um dia, o oficial pediu a Chávez que organizasse o programa de esportes do batalhão. Mais tarde, Chávez descreveria essa incumbência como precursora das “missões sociais” que lançou em centenas de *barrios* quando presidente. Ele entrou em contato com um amigo que comandava o Instituto Nacional para os Esportes em

Barinas e recrutou treinadores para darem aula aos soldados, gratuitamente.

O programa foi um sucesso enorme. Durante dois anos consecutivos, os soldados de Cedenó conquistaram os campeonatos de beisebol, futebol, voleibol, basquetebol e atletismo nas disputas com outros batalhões. Chávez transformou a área descampada onde os homens jogavam beisebol em um campo com tamanho oficial e visual moderno. Conseguiu de graça areia branca e vermelha e um caminhão para transportá-la. Os homens tiraram retângulos de grama da área para formar as pistas entre as bases. Construíram dois bancos de reservas, dois pequenos vestiários e uma grade feita com postes. “Quando terminamos, o estádio havia ficado maravilhoso”, observou Chávez mais tarde. “Nós o inauguramos com uma festa que se parecia mais com um festival.” Para Chávez, aquele era o segundo melhor estádio de Barinas, superado apenas por aquele no qual disputava partidas pela liga local. Os soldados convidavam as pessoas para vê-los jogar quando bem entendiam.

Seus superiores também encarregaram o dinâmico segundo-tenente da tarefa de recrutar candidatos para a academia militar. Chávez costumava freqüentar os colégios espalhados pelo amplo Estado de Barinas – em um total de dez naqueles tempos –, fazendo palestras para os formandos e incentivando-os a se candidatarem para a academia. Ele também levou sua campanha de “evangelização” para o rádio, fazendo uma parada na estação Rádio Barinas, a fim de disseminar sua mensagem. Os oficiais em Caracas deram a Chávez e a outros recrutadores um guia para ser lido; o segundo-tenente, porém, adicionou seus próprios comentários. “Eu nunca lhes disse que teriam um bom salário, mas

conversava com eles, em vez disso, sobre Bolívar e sobre o que Martí (o herói da independência cubana, José Martí) falara a respeito dele.” Ele começou a pintar as conhecidas frases de Bolívar nas paredes do quartel e fez com que alguns soldados para os quais dava aulas de pintura o ajudassem.

Chávez também conseguiu permissão para publicar uma coluna semanal no diário local *El Espacio* (O Espaço). Nela, escrevia sobre história e sobre as atividades de sua unidade – entre os vários assuntos tratados incluíam-se os eventos esportivos, a criação de coelhos e os cuidados com um pomar. A respeito de outra atividade mais tarde retomada durante sua Presidência, Chávez discorreu sobre uma “união entre militares e civis”. Além da coluna semanal, ele encontrou tempo para cantar os números em um jogo de bingo e para atuar como mestre de cerimônias em um concurso local de beleza. Suas energias não se esgotavam nunca.

A unidade de Chávez dedicava-se a combater guerrilheiros, mas ele nunca encontrou nenhum deles em Barinas. O mais perto que chegou de um evento semelhante ocorreu em determinado dia, quando recebeu a missão de ficar em um posto avançado e modorrento, localizado nas cercanias da capital. Ali ele encontrou um carro abandonado. Era uma Mercedes-Benz preta, crivada de balas. Ele descobriu que o veículo havia pertencido a um grupo de guerrilheiros mortos num tiroteio com soldados, uma década antes. Chávez abriu à força a tranca do porta-malas e dentro dele encontrou um punhado de livros, quase todos marxistas. Ele levou-os para o posto militar, reformou-os e montou uma pequena biblioteca.

Chávez tinha tempo de sobra para ler e para pensar – as noites eram longas e solitárias nos *llanos*. Havia livros de Lênin, Mao e de

outros esquerdistas, mas o que mais lhe interessou chamava-se *A Época de Ezequiel Zamora*. Chávez devorou os livros durante os poucos meses que passou no posto avançado, aprofundando os conhecimentos iniciados com sua descoberta de Bolívar, na academia militar. “Quando cheguei aos 21 ou 22 anos, tornei-me um homem de esquerda”, comentou tempos depois.

Os dois anos que passou em Barinas serviram ainda para testar suas idéias sobre um novo tipo de soldado e um novo tipo de relação com a sociedade – inspiradas em Bolívar, Zamora, Torrijos, Velasco e outras personalidades. “Aquele foi um período muito intenso, no qual me envolvi dentro e fora do batalhão com os esportes, o jornalismo, o recrutamento de estudantes e a apresentação de concursos de beleza. [...] O mais importante foi que o Batalhão de Caçadores começou a ter uma nova cara. Não se tratava mais de uma unidade de combate a guerrilhas distante das pessoas, algumas vezes até odiada pelas pessoas, e sim de uma unidade cujos rapazes participavam da vida atlética e cultural de Barinas.”

Em vista do pequeno número de guerrilheiros sujeitos a serem perseguidos em Barinas, a unidade de Chávez transferiu-se em 1977. No Estado de Anzoátegui (leste da Venezuela), fervilhava nas montanhas um novo surto de atividade guerrilheira a cargo do grupo ultra-esquerdista *Bandera Roja* (Bandeira Vermelha). A nova atividade logo despertou em Chávez conflitos internos a respeito do papel dos militares e da forma como agiam.

Pouco depois de sua chegada à região, ele ficou encarregado de um posto de comando em uma área remota. Determinada noite, um coronel da reserva, antes atuante na inteligência militar, apareceu no local com algumas pessoas descritas como sendo

“prisioneiros de guerra”. Tratava-se de três *campesinos* magros, com as cabeças abaixadas e o medo estampado no rosto. O coronel desejava passar a noite ali, e Chávez colocou-os em uma barraca vazia. Às 21 horas, ordenou o desligamento de um pequeno gerador de eletricidade, e o acampamento ficou às escuras.

Uma hora mais tarde, Chávez ouviu berros vindos da barraca. Ele caminhou até o local e viu o coronel espancando os *campesinos* com um taco de beisebol envolto em um pedaço de pano. O coronel pediu a Chávez que

o deixasse sozinho porque estaria ocupado. Chávez agarrou o taco e mandou que parasse. Disse ao coronel que devia suspender a sessão de tortura ou se retirar do acampamento. Mais tarde, o coronel apresentou uma queixa acusando Chávez de atrapalhar as atividades da inteligência militar. Ele precisou se defender da ameaça de uma corte marcial, acusado de instigar uma rebelião militar e de não obedecer a ordens superiores.

Apesar de ter agido corretamente, Chávez corria, ainda assim, o risco de ser punido. A experiência fez surgirem perguntas sobre uma instituição que, de um lado, adorava, mas que, por outro lado, era prejudicada pelo mesmo tipo de corrupção presente na maior parte da sociedade venezuelana. “Aquilo me abalou profundamente. E eu disse a mim mesmo: ‘Que tipo de Exército é esse que tortura as pessoas assim? Mesmo que eles fossem guerrilheiros, não havia motivo para torturá-los!’”

As sementes da dúvida sobre os militares haviam sido plantadas na época de Barinas. Chávez testemunhara como a corrupção generalizada do *establishment* político infiltrava-se nas Forças Armadas. Oficiais de alta patente desviavam dinheiro do

Orçamento militar e usavam equipamentos das Forças Armadas para benefício próprio ou lucro. Mesmo que seus salários nominais fossem modestos, muitos viviam como ricos, voando, por exemplo, até a ilha turística de Margarita, no Caribe, durante os fins de semana. Havia muitas formas de roubar. Uma das mais fáceis passava pelas verbas destinadas à alimentação, conforme Chávez descreveu em uma entrevista de 2004:

Desde meus primeiros dias em Barinas, comecei a notar a corrupção, a imoralidade e a arbitrariedade de alguns superiores. E não era possível combater isso dentro dos quartéis. Um ponto bastante vulnerável, por exemplo, era o da alimentação dos soldados. Quando eu estava de serviço, costumava ir às 4 ou 5 horas para o barracão onde preparavam a comida. Esperava até que chegasse o caminhão de suprimentos, com queijo para o café-da-manhã e carne para o almoço. Eles colocavam a comida na balança. “Quanto para cada soldado?” “80 gramas de queijo”, diziam-me, por exemplo. A gente fazia as contas e, muitas vezes, havia menos do que deveria haver. Ou nos entregavam botas de marcha que se rompiam na primeira caminhada. [...]

Existiam milhões de maneiras de roubar. Mais tarde, vieram os abusos no leste contra os guerrilheiros ou supostos guerrilheiros. Tudo isso começou a fazer nascer em mim um sentimento de resistência contra a negligência e as atitudes arbitrárias com as quais entrei em contato nos quartéis, e que iam além da vida militar. Comecei a olhar para o país e a tentar achar explicações para as contradições que encontrava dentro de mim mesmo. Girando dentro de mim havia situações, conflitos diários, que estavam muito longe dos princípios bolivarianos e dos valores com os quais tinha sido educado. Então apareceu essa pergunta que era

desconfortável para a elite militar e política, mas que alguém obviamente precisava fazer: “Que tipo de democracia é essa que enriquece uma minoria e empobrece a maioria?”.

Chávez deveria estar enfrentando os guerrilheiros. Porém, quando recebeu ordens para participar da primeira missão real de contra-insurgência, para perseguir guerrilheiros nas montanhas de Anzoátegui, em outubro de 1977, começava a sentir simpatia pelas pessoas que supostamente deveriam ser o inimigo. Ele escreveu um diário ao longo da missão, que se estendeu de 21 de outubro a 18 de novembro. O registro mostra um jovem oficial atraído pela figura de Ernesto “Che” Guevara, amargurado com o “imperialismo” norte-americano, orgulhoso da cultura de origem indígena da Venezuela e convencido de estar destinado a coisas maiores, mesmo que naquele momento seu trabalho fosse tedioso.

“Esta é a primeira vez em que participo de uma operação contra guerrilheiros”, escreveu Chávez no dia 22 de outubro de 1977. “Cá estou, desempenhando um papel insignificante, papel que poderia ser muito maior e mais produtivo.” Três dias mais tarde, lembrou-se das palavras de Che – “Vietnã. Um e dois Vietnãs na América Latina” – e de Bolívar – “Venha. Regresse. Aqui [...] Isso poderia acontecer.” Dias depois, em 26 de outubro, Chávez prosseguia no mesmo tom: “Essa guerra durará anos. [...] Preciso travá-la. Ainda que isso custe minha vida. Não importa. Nasci para isso. Por quanto tempo conseguirei continuar assim? Sinto-me impotente. Improdutivo. Preciso prepararme. Para agir”. Um dia mais tarde, acrescentou: “Meu povo é estóico. Passivo. Quem acenderá a chama? É possível fazer uma fogueira imensa. A madeira está úmida. Não há condições. Não há condições. Não há condições. Droga! Quando haverá condições? Por que não as criar?”

Não há condições. Subjetivas, sim. Objetivas, não. Uma desculpa e tanto. Nos vemos lá”.

Na Venezuela, a madeira estava úmida. Chávez desejava acender a chama da revolta social, mas isso não era possível. As condições não eram propícias porque a economia do país caminhava de vento em popa. Alimentada pelo aumento dos preços do petróleo ocorrido por ocasião do surgimento da Opep, da Guerra Árabe-Israelense de 1973 e do conseqüente embargo árabe do petróleo, a Venezuela nadava em petrodólares. O preço do barril de petróleo venezuelano, derrubado para o patamar irrisório de 1,76 dólar em 1970, recuperou-se para 3,56 dólares em 1973 e quase triplicou, para 10,31 dólares, em 1974. Entre 1973 e 1983, o petróleo rendeu à Venezuela, um país então com 16 milhões de habitantes, mais de 150 bilhões de dólares. Os venezuelanos experimentavam então os mais altos padrões de vida da América do Sul.

Embevecida pelo dinheiro do petróleo, a classe média tomou um porre. Advogados, médicos, professores, corretores de imóvel e pessoas que exerciam outras profissões voavam regularmente para Miami, onde passavam o fim de semana gastando. Nessa época, tornaram-se famosos por dizerem: “*Está barato. Dame dos*” – está barato, dê-me dois. Os tempos áureos, que perduraram no país de 1974 até a “crise do petróleo” de 1981, renderam ao país o apelido de “Venezuela Saudita”. O clima contagiante registrou-se em um livro intitulado assim. Na capa, a imagem do presidente Andrés Pérez vestido com o robe e o lenço de cabeça, típicos de um príncipe saudita.

Politicamente, a Venezuela provava ser um dos países mais estáveis da América Latina. Em uma época em que ditaduras

militares sangrentas prevaleciam em toda a região, o país era um oásis – uma “democracia modelo”. Realizando eleições presidenciais a cada cinco anos, o povo via o poder mudar de mãos pacificamente entre dois partidos e contava com meios de comunicação enérgicos, apesar de controlados quase totalmente pela oligarquia. Os membros das classes desfavorecidas, deixados para trás durante o *boom* do petróleo, sonhavam conseguir um naco dessa prosperidade.

Em 1976, Pérez entrou para a história ao nacionalizar a indústria do petróleo. Os venezuelanos assumiam o controle sobre sua maior fonte de renda ao menos teoricamente. Enquanto uma grande parcela da população continuava atolada na miséria, a riqueza do petróleo e as migalhas que lhe eram atiradas pareciam suficientes para vetar qualquer possibilidade de um levante social de massa. As guerrilhas estavam quase totalmente extintas. A maior parte dos venezuelanos não desejava o regresso da “década violenta”.

Sentado nas montanhas de Anzoátegui, em uma lúgubre missão, com a qual simpatizava cada vez menos, Chávez era um homem frustrado. Suas atenções voltaram-se para uma moradora de Barinas, Nancy Colmenares, com quem logo se casaria, fundando uma família. Aparentemente, envolvera-se com ela durante seu período em Barinas e, agora, depois da transferência para um local distante dali, centenas de quilômetros, pensava nela com nostalgia. Em seus sonhos, via a si próprio e a Colmenares realizando juntos a revolução, como Bolívar e Manuela Sáenz, ou mesmo morrendo juntos como Romeu e Julieta, apesar de, em verdade, a mulher não compartilhar muito da florescente consciência revolucionária de Chávez e de ser, em parte, segundo alguns relatos, o motivo de um

desentendimento havido entre Chávez e sua mãe, que não aprovava o casamento dos dois. Colmenares, uma mulher humilde vinda das classes trabalhadoras, manteve-se discreta ao longo dos anos e é quase desconhecida dos venezuelanos. Ela e Chávez tiveram três filhos – Rosa Virginia, em setembro de 1978, María Gabriela, em março de 1980, e Hugo Rafael, em outubro de 1983. O casamento dos dois terminou em divórcio, no começo dos anos 1990; mais tarde, pouco antes de disputar a eleição presidencial de 1998, Chávez casou-se novamente; essa união, no entanto, também se dissolveu.

Naquele outubro de 1977, 11 meses antes de Colmenares dar à luz a primeira filha do casal, Chávez escreveu acaloradamente sobre a futura mulher em seu diário – não obstante ter feito isso misturando as questões relativas ao amor com aquelas relativas à revolução. “Minha neguinha está longe daqui”, escreveu Chávez, referindo-se a ela com carinho. “Se pudesse estar com ela, sentir seu calor. Ser feliz com ela. A verdade é que a amo. É muito difícil viver sem ela. Querida, tudo vai dar certo. Espere por mim. Talvez um dia eu a traga comigo. E você poderá aprender comigo. E vencer ao meu lado. Ou morrer ao meu lado. Essa guerra durará anos. [...]”

Além da distância que o separava de sua paixão da época, Chávez estava melancólico porque até seu time do coração, os Magallanes, havia perdido um jogo. O homem que ingressara na academia militar alimentando sonhos de chegar à liga principal agora experimentava emoções dúbias a respeito do beisebol, um esporte importado pelos imperialistas:

Perdi meu fanatismo. Este beisebol não é algo nosso. Ele também veio dos norte-americanos. Ouço uma canção “jorogo”,

vinda de algum lugar aqui perto. Essa é a nossa música, que também foi pisoteada pela música estrangeira. O venezuelano nunca foi capaz de encontrar a si próprio. De encontrar sua terra, seu povo. Sua música. Seus costumes. Não temos identidade. Importamos tudo. Temos "*dough*" (grana). Somos "*petroleum producers*" (produtores de petróleo). Não nos importamos com mais nada que não seja conseguir "*dough*". Com comprar o último modelo de carro. Ser turista. Ter "*status*". É assim a cabeça dessas pessoas, corroída pelos "*petro-dollars*". "O ouro corrompe tudo." Mais uma vez, Simón José Antonio (Bolívar). Não podemos evitá-lo. Ele é a única coisa real e bonita que nos restou, que restou para os que, dentre nós, amam esta terra: agarrar-se firmemente àquele passado heróico e a seus homens, construtores da história. O que mais há para fazer?

Chávez estava cada vez mais desgostoso com o consumismo à moda Estados Unidos, perpetrado pela classe média venezuelana, enquanto muitas pessoas tinham dificuldades para sobreviver. Os abusos cometidos pelos militares e pelo governo também o incomodavam, mas tampouco acreditava que um movimento guerrilheiro fosse a resposta para os problemas da Venezuela. Via também neles atitudes que não aprovava.

Certa vez, em uma viagem à cidade de Barcelona para buscar suprimentos, Chávez estava na base militar da região quando um helicóptero pousou. Dele saíram vários soldados. Alguns estavam feridos e outros, mortos. Chávez aproximou-se do helicóptero a fim de ajudar. Um dos soldados ainda vivo reconheceu-o; ele agarrou o braço de Chávez. "Tenente, não me deixe morrer", suplicou... mas era tarde demais. Ele faleceu pouco tempo depois, no hospital.

Chávez ficou sabendo que o soldado e sua unidade tinham sido alvo de uma emboscada realizada por guerrilheiros ligados ao Bandera Roja. Os soldados haviam realizado uma longa marcha pelas montanhas. Meio sonolentos, e dentro de um caminhão, desciam por uma estrada vicinal. Os guerrilheiros esperavam-nos. Quando o caminhão fez uma curva, os guerrilheiros abriram fogo. Os soldados nem tiveram tempo de se defender.

O incidente fez com que Chávez tomasse distância tanto da campanha de combate à insurgência realizada pelos militares quanto das ações de guerrilha realizadas pelos rebeldes. “Disse para mim mesmo: ‘Não sou nem a favor da tortura desses agricultores por serem talvez guerrilheiros e nem a favor dos guerrilheiros que massacram esses soldados, que também não passam de pessoas honestas realizando seu trabalho’. Além do mais, aquele era um grupo guerrilheiro já derrotado, que não contava com nenhum tipo de apoio popular. Aqueles eram grupinhos isolados.”

Chávez não via nenhum dos dois caminhos com olhos esperançosos. Então, decidiu seguir o seu próprio. Aos 23 anos de idade, formou sua primeira célula subversiva dentro das Forças Armadas. Dela participavam vários soldados, entre os quais dois sargentos dos *llanos* que também estavam servindo em Anzoátegui. Eles chamaram o grupo de Exército de Libertação do Povo Venezuelano (ELPV).

Não havia uma agenda específica a seguir ou um plano de ação determinado. Esses homens somente se sentiam indignados com os abusos que percebiam. O vago objetivo consistia em, de alguma forma, combater as injustiças presentes na Venezuela. “O que faríamos?”, perguntou Chávez retoricamente em uma entrevista de

1995. “Naquele momento, não tínhamos a menor idéia sobre o que faríamos.” Mais tarde, em uma conversa com o escritor Gabriel García Márquez, comentou: “fizemos aquilo a fim de nos prepararmos para o caso de algo acontecer”.

Na primeira ação do grupo, escavaram secretamente um buraco no chão e enterraram algumas granadas. Aquele era o “arsenal” deles, brincou Chávez anos depois. A célula não durou muito. Morreu sozinha, pouco tempo mais tarde. No entanto, marcou um passo importante na evolução de Chávez. Tratava-se do seu primeiro ato concreto de rebelião, realizado dentro das fileiras militares. Estávamos em 1977, 15 anos antes de Chávez lançar sua tentativa de golpe.

Fora das Forças Armadas, Chávez também realizava sondagens a fim de encontrar aliados para sua luta embrionária. Continuou a manter um intenso contato com os irmãos Ruíz, de Barinas, e com o pai deles, o historiador e fundador do Partido Comunista local. Como cadete em Caracas e como segundo-tenente em Barinas, Chávez visitava-os quando possível. Os irmãos Ruíz realizavam suas próprias ações. Haviam ajudado a fundar o partido operário esquerdista La Causa R (A Causa Radical). Tratava-se de um desmembramento do Partido Comunista, nascido do movimento sindicalista existente em Ciudad Guayana, uma área industrial – a Pittsburgh da Venezuela⁴. A seu tempo, La Causa R transformou-se em um dos maiores partidos políticos do país e em séria ameaça para os partidos tradicionais que dominaram a era democrática marcada pela corrupção.

O fundador e principal figura da legenda era Alfredo Maneiro, ex-guerrilheiro e membro histórico do Partido Comunista – um

esquerdista carismático e lendário. Em 1971, Maneiro publicou *Notas Negativas*, texto no qual apresentava suas opiniões sobre um grupo nacional e de esquerda que abandonaria o dogma socialista e adotaria uma “democracia radical” de base. Esse escrito contribuiria, pouco tempo depois, para o nascimento da Causa R.

Por volta de 1978, enquanto Chávez amadurecia cada vez mais politicamente, os irmãos Ruíz ajudaram a marcar um encontro entre Maneiro e o jovem segundo-tenente. Os irmãos também convidaram Pablo Medina, outro dirigente da Causa R. Medina passara anos trabalhando nas fábricas de Ciudad Guayana (leste da Venezuela), organizando clandestinamente os trabalhadores. Chegara mesmo a publicar um jornal operário entre um turno e outro. Medina se transformaria em figura de peso dentro da Causa R e do movimento esquerdista da Venezuela.

O encontro secreto entre Chávez e Maneiro aconteceu no apartamento alugado por Chávez e localizado na frente da base militar, em Maracay, distante 90 minutos de carro a partir de Caracas. A reunião não durou muito tempo – cerca de 15 minutos. Chávez, que não falou quase nada, ficou deslumbrado com Maneiro, a quem coube a maior parte da confabulação. O militante desejava encontrar-se com Chávez. Procurava pelo que descreveu como sendo a “quarta perna” de uma mesa metafórica, a fim de completar a aliança revolucionária.

A aliança abarcaria principalmente trabalhadores de Ciudad Guayana e moradores do gigantesco *barrio* Catia, de Caracas. Também fariam parte dela intelectuais progressistas da classe média e, finalmente, alguns militares. “Lembro-me muito claramente de Maneiro”, afirmou Chávez mais tarde. “Ele disse: ‘Encontramos a quarta perna da mesa’. [...] E acrescentou: ‘Vou

pedir apenas uma coisa para você. Você tem de aceitar que, independente do que façamos, isso não é para ser algo imediato. É algo de médio prazo, para daqui a dez anos.” A revolução não aconteceria dentro em breve na Venezuela. Chávez teria de ser paciente. A madeira estava úmida.

Essa foi a única vez em que Chávez se encontrou com Maneiro, morto cinco anos mais tarde, em 1983. Chávez também não vira mais Medina, até se encontrarem no enterro de Maneiro. Aquela reunião inicial, porém, serviu como a semente que mais tarde faria brotar um elemento importante do movimento rebelde de Chávez – sua ligação com os civis de esquerda.

No mesmo período, Chávez cruzou por acaso com um de seus colegas de turma da época da academia militar, Jesús Urdaneta Hernández. Os dois se encontraram em uma base militar de Maturin, no Estado de Anzoátegui. Uma noite, quando Urdaneta estava de serviço, Chávez aproximou-se. Confidenciou-lhe a respeito da formação de seu minúsculo grupo revolucionário, o Exército de Libertação do Povo Venezuelano. Chávez contou estar decepcionado com suas experiências junto às Forças Armadas. Não era aquilo que havia esperado. Por que não criamos algo totalmente diferente? sugeriu. Nós não nos uniremos aos guerrilheiros. Isso é coisa do passado; mesmo porque nossa aparência e nossa formação não se encaixam com a deles.

O que Chávez tinha em mente era um novo caminho, um movimento a nascer dentro das Forças Armadas. Urdaneta mostrou-se receptivo à idéia. Ele também estava frustrado com o governo e com militares corruptos. Também estava imbuído dos ideais de Bolívar. Urdaneta aceitou aderir ao projeto embrionário. Disse que entraria em contato com outros dois oficiais, Felipe Acosta Carles e

Miguel Ortiz Contreras, para descobrir se desejavam participar. Naquele momento, tudo não passava de uma idéia vaga. Mas Chávez atingira, então, um importante e decisivo momento.

Naquela noite, ele disse a Urdaneta: "Dentro do Exército, serei assim minha vida inteira".

5. Um Juramento Sagrado



O plano de William Izarra para levar a revolução até a Venezuela nasceu na Universidade de Harvard. Em 1978, por volta da mesma época em que Chávez formava sua primeira célula subversiva dentro das Forças Armadas e começava, ainda vacilante, a buscar revolucionários aliados, Izarra recebeu dos militares venezuelanos a chance de estudar em Harvard durante um ano. Enfurnado na biblioteca da universidade, pesquisou as obras de Mao Tsé-tung e de outros revolucionários. Regressou à Venezuela com um plano para derrubar o sistema.

Izarra era piloto da Força Aérea, mas alimentava dúvidas semelhantes às que Chávez logo enfrentaria a respeito dos militares e da sociedade venezuelana em geral. Em 1967, piloto recém-formado, Izarra foi designado para atuar durante cerca de seis meses em "teatros" antiguerrilha, onde os rebeldes marxistas ainda continuavam em atividade.

Como todos os demais soldados, Izarra submeteu-se a um intenso treinamento ideológico, responsável por apresentar os guerrilheiros como comunistas subversivos, sedentos por sangue e capazes de destruir a democracia “modelo” da Venezuela. Porém, como Chávez anos mais tarde, Izarra começou a sentir simpatia pelas pessoas que deveria enfrentar.

Um dia, recebeu a missão de interrogar um líder guerrilheiro vindo de Cuba e que ajudava os rebeldes venezuelanos. Izarra não se deparou com um criminoso, mas com um oficial inteligente que conseguia argumentar de forma coerente sobre por que os rebeldes haviam pegado em armas, na América Latina, a fim de lutar contra as injustiças sociais. No dia seguinte, o oficial cubano apareceu morto – supostamente alvejado quando tentava fugir. Izarra viu seu rosto mutilado e ficou horrorizado.

Um dia, começou a manter conversas informais com outros oficiais insatisfeitos. Também entrou em contato com um lendário dirigente guerrilheiro da Venezuela, Douglas Bravo. Em 1978, Izarra experimentou uma virada em sua vida, ao ser enviado para Harvard, a fim de estudar em período integral, durante um ano. “Meu objetivo em Harvard resumia-se a um único: concluir a elaboração de minha tese sobre a revolução para as Forças Armadas. [...] Em Harvard, nasceu meu projeto político, que incluía a concepção de um sistema social diferente.”

Então, em 1979, imbuído de suas inclinações trotskistas, Izarra regressou para a Venezuela convencido da impossibilidade de provocar mudanças no país por meio das eleições. Segundo acreditava, o somatório das fraudes eleitorais com as práticas clientelistas dos dois maiores partidos venezuelanos, o AD e o

Copei, impedia qualquer candidato, excluído do sistema formado pelas duas legendas, de conquistar a Presidência.

A Venezuela era uma democracia no papel, mas administrada quase totalmente para o benefício das elites, que se mantinham no poder por meio de testas-de-ferro. Além de controlar o Orçamento nacional, o presidente e seu partido escolhiam os governadores de Estado – surpreendentemente, os ocupantes desses cargos só passaram a ser eleitos por voto direto em 1989. O presidente e seu partido também controlavam a distribuição dos cargos até o nível de prefeitos e vereadores de pequenos vilarejos. Os membros do Congresso elegiam-se por voto direto ou por votação distrital; os eleitores limitavam-se a selecionar uma *plancha* ou lista de candidatos elaborada pelo partido, que então nomeava a pessoa que preencheria a vaga. Os senadores e os deputados, na prática, não deviam explicações à população, que em inúmeros casos nem mesmo conhecia o nome de seus representantes.

O partido governista escolhia a dedo os integrantes da Suprema Corte, que quase nunca tomava decisões desfavoráveis aos interesses da legenda. O partido também nomeava os juizes de todo o Poder Judiciário. Consultórios de advocacia conhecidos como “tribos”, e que mantinham ligações com a AD e o Copei, conseguiam garantir a sentença desejada por qualquer pessoa rica

o suficiente para pagar por isso. Os pobres e os que não fossem apadrinhados ficavam à míngua.

A influência dos dois partidos estendia-se para abarcar, aparentemente, todos os aspectos da sociedade. Se alguém desejasse um emprego como professor, precisava conhecer um dos chefes locais dos partidos. Algumas escolas até dividiam seu espólio

– o diretor do período matutino era um “adeco” e o do período vespertino, um “copeyano”. Os que não pertenciam a nenhuma das duas legendas tinham poucas chances de serem contratados.

A mágica do sistema consistia em distribuir uma quantidade de apadrinhamentos e benefícios em volume suficiente para manter sob controle as insatisfeitas classes desfavorecidas. Em cada eleição, a AD e o Copei atiravam aos moradores dos *barrios* migalhas, distribuindo, por exemplo, latas de tinta para que embelezassem a fachada de seus barracos de alvenaria. Durante umas poucas semanas, as pessoas sentiam-se agraciadas. O governo ainda distribuía milhares de postos de trabalho improdutivo e de baixa remuneração. Alguns dos agraciados passavam o dia todo na entrada de prédios oficiais, que chegavam a contar com oito ou dez porteiros para cada porta. Ou então essas pessoas nem mesmo apareciam para trabalhar. Esse sistema criou uma das burocracias mais infladas e ineficientes da América Latina. Alguns juravam que continuariam sendo “adecos” até o dia de sua morte.

Izarra concluiu que um levante civil e militar seria a única maneira de romper com o sedimentado controle da AD e do Copei sobre as corruptas instituições políticas, judiciais, econômicas e educacionais. Imaginou realizar algo similar à revolta que depusera o ditador Marcos Pérez Jiménez, em 1958. Regressando de Harvard, Izarra formou uma célula revolucionária na Força Aérea. Batizou-a de R-83. O R significava “revolução” e 83, o ano em que, segundo acreditava com otimismo, triunfaria o movimento.

A meta de Izarra passava por substituir a “democracia” então em vigor na Venezuela por algo que atendesse às necessidades da maioria. “O R-83 baseava-se na implementação de um sistema socialista – possivelmente diferente daqueles existentes então, mas

um sistema socialista”, declarou. Ele reuniu oficiais com ideais semelhantes e começou a organizar grupos de discussão clandestinos. E até elaborou um juramento a ser feito pelos novos ingressantes. O juramento realizava-se altas horas da noite, na frente do Panteão Nacional, em Caracas, onde estão sepultados os restos mortais de Bolívar e de outros fundadores do país.

Izarra retomou o contato iniciado vários anos antes com Douglas Bravo. O ex-dirigente de guerrilha saía novamente à procura de oficiais insatisfeitos que pudessem contribuir com seu projeto revolucionário.

De baixa estatura, peito largo e bem-apessoado, Bravo era uma lenda da esquerda latino-americana, incluindo a venezuelana. Durante certo tempo, acreditou-se que, depois de Che Guevara e de Fidel Castro, Bravo encabeçava a lista da CIA concernente aos homens de esquerda mais procurados. Filho de um proprietário de terras, o esquerdista ingressou ainda adolescente, nos anos 1950, no Partido Comunista Venezuelano e participou do movimento responsável por tirar Pérez Jiménez do poder. Naquele tempo, não era raro que alguém se unisse aos comunistas ligados à União Soviética. Entre 1928 e 1968, a legenda ocupou o lugar de segunda mais poderosa da Venezuela, superada apenas pela Ação Democrática. No decênio de 1950, desempenhou papel de destaque na deposição de Pérez Jiménez, que contava com o apoio resolutivo dos Estados Unidos.

Durante o século 20, ao sustentar uma série de ditadores e de regimes opressivos na América Latina, dos Somoza na Nicarágua a Fulgencio Batista em Cuba, os Estados Unidos alimentaram, na região, um sentimento de hostilidade em relação ao país. Os norte-americanos reconheceram prontamente o governo de Pérez

Jiménez depois de ele ter conquistado o poder, em 1952. A decisão de Dwight Eisenhower de conceder-lhe a Legião do Mérito dois anos mais tarde manchou ainda mais a imagem daquele país.

Bravo e seus companheiros do Partido Comunista Venezuelano iniciaram, em 1957, um esforço para selar uma aliança com oficiais das Forças Armadas, tendo por meta derrubar Pérez Jiménez. No ano seguinte, outro setor das Forças Armadas aliado a civis adiantou-se a eles. Bravo e outros insurgentes, porém, continuaram formando alianças nos quartéis – eles acreditavam que o novo governo instalado pela Ação Democrática estava longe de ser revolucionário. “Nos processos revolucionários da Venezuela, sempre houve um contato com setores das Forças Armadas”, afirmou Bravo. Ele descobriu que as fileiras militares do país ofereciam um campo fértil para o recrutamento de aliados. A maior parte dos soldados venezuelanos havia saído de famílias pobres da classe trabalhadora. Eles não estavam dispostos a defender o *status quo*. E nem Bravo.

Em fevereiro de 1959, Rómulo Betancourt, da AD, substituiu Pérez Jiménez no comando do país, renunciando o regresso da Venezuela a um sistema democrático de governo. Dentro em breve, o dirigente viu-se cercado tanto pela direita quanto pela esquerda. Em 20 de junho de 1960, Betancourt escapou de um atentado com carro-bomba realizado por oficiais direitistas das Forças Armadas do país. Simultaneamente, formavam-se pequenos focos de atividade guerrilheira, e manifestações de rua passaram a ocorrer habitualmente. Em 1962, oficiais da Marinha haviam liderado duas tentativas fracassadas de golpe contra o presidente.

Betancourt reprimiu os dissidentes, mandando os soldados dispararem contra os manifestantes e prendendo os comunistas,

entre os quais alguns membros do Congresso do país. Por fim, colocou na ilegalidade todo o Partido Comunista e o MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária). O MIR tinha sido criado em 1960, depois de alguns membros mais radicais e jovens da AD haverem se desiludido com Betancourt por ele ter voltado as costas para os admiradores de Fidel Castro e ter se aproximado da burguesia da própria Venezuela e do estrangeiro. Muitos integrantes jovens da AD haviam colaborado intensamente com os comunistas venezuelanos para depor Pérez Jiménez. A designação usada para referir-se aos membros do partido refletia esse elo: *adeco*. O *ade* provém de Ação Democrática; o *co*, de comunista.

Em meio à sublevação, o Partido Comunista, de Bravo, e o MIR convenceram-se da inevitabilidade na Venezuela de uma insurreição armada feita nos moldes da revolta castrista em Cuba. Além de aprofundar os laços com os oficiais esquerdistas das Forças Armadas, começaram a treinar guerrilheiros. Pouco depois, o PCV, o MIR e outros grupos formaram uma estrutura centralizada de comando guerrilheiro. As Forças Armadas da Libertação Nacional (FALN) cuidavam das operações militares. A Frente de Libertação Nacional (FLN) encarregou-se das questões políticas e organizacionais.

Entre 1962 e 1964, eles lançaram uma série de ataques audaciosos, violentos e polêmicos. As ofensivas fizeram-se acompanhar, inúmeras vezes, de conflitos intensos com os militares. No fogo cruzado, vários civis foram vitimados, o que minou o apoio popular aos guerrilheiros.

Em 1965, alguns integrantes da liderança do Partido Comunista e da FALN decidiram-se por abandonar a luta armada. Bravo, porém, recusou-se a adotar a mesma postura. Ele ainda

considerava esse o único caminho para pro-mover mudanças na Venezuela. O Partido Comunista expulsou Bravo, que continuou lutando nas montanhas ao lado da FALN. Ao mesmo tempo, ele formou o Partido Revolucionário da Venezuela (PRV) para servir de braço político do seu movimento. Durante anos, Bravo, para o qual havia um mandato de prisão, viveu na clandestinidade. O guerrilheiro costumava viajar para a Europa, onde seu grupo recebia apoio de intelectuais de esquerda e de outras fontes. Distante dos cubanos e dos russos, viajou para o Iraque, a Líbia, a China e outros países em busca de ajuda militar e financeira. Não conseguiu muita coisa.

Ele não era apenas um rebelde amalucado, inclinado a realizar atos de violência gratuita, despropositada. Seu objetivo: criar um mundo utópico onde não houvesse divisões sociais e onde reinasse a justiça. Bravo era um sonhador, divisando uma sociedade na qual as pessoas trabalhariam cinco ou seis horas por dia e devotariam o resto de seu tempo a escrever poesias, à pintura ou à leitura. Seu projeto incluía a preservação do meio ambiente, com destaque para a floresta Amazônica. Ele também desejava resgatar a cultura dos povos indígenas, então sob ataque da invasão do consumismo norte-americano. E, resgatando a imagem de Simón Bolívar, de Simón Rodríguez e de Ezequiel Zamora, acreditava que essa tríade ofereceria os fundamentos ideológicos para uma nova Venezuela. O fato de ter abraçado Bolívar traduziu-se em mais um motivo para a saída dele do Partido Comunista, que continuava leal à ortodoxia soviética e considerava Bolívar um anátema.

No final da década de 1960, o movimento revolucionário armado dava seus últimos suspiros. Os venezuelanos compareciam em grande número às eleições presidenciais a cada cinco anos. O

presidente Rafael Caldera, que assumira o cargo em 1969, exterminou quase completamente os rebeldes ao oferecer anistia. A maior parte deles aceitou a proposta, mas Bravo recusou-a, argumentando que não fizera nada de errado para receber perdão. Tornou-se

o líder guerrilheiro mais famoso a nunca aceitar uma anistia. E continuou a trabalhar na clandestinidade, formando células de guerrilha urbana e mantendo alguns combatentes armados nas montanhas, apesar de esses grupos realizarem apenas raramente ações violentas. Seu braço político, o PRV, marcava presença nas grandes cidades de todo o país. Entre elas, a pitoresca cidade andina de Mérida, cuja Universidade dos Andes (ULA) provou ser um campo fértil para o recrutamento de ativistas.

Um dos estudantes da ULA era Adán, o irmão de Hugo Chávez. O mais velho dos seis meninos da família Chávez revelou-se também o mais precoce em termos políticos. Enquanto o adolescente Hugo se preocupou quase exclusivamente com o beisebol e nunca ingressou em um movimento político, Adán, já aos 16 anos de idade, participava do MIR. Ele descreveu-o como uma "organização marxista-leninista. Lá dei início a minha formação política e revolucionária". Até hoje Hugo faz piada, referindo-se ao irmão mais velho como "o comunista da família".

Adán passou alguns anos no partido, até o começo da década de 1970. A legenda, no entanto, "começou a degenerar, transformando-se em um partido revisionista dividido entre duas facções de tamanhos iguais: uma que continuava a chamar-se MIR e outra que adotou o nome de Nova Alternativa. Eu decidi ficar de fora dos dois grupos. Não concordava com o revisionismo e era da opinião de que precisávamos construir um partido verdadeiramente

revolucionário capaz de manter-se em contato com as massas. Éramos um grupo de jovens que militava na faculdade. Passamos mais ou menos um ano nessa situação, até nos unirmos a um outro partido”.

Esse partido era o PRV. Adán entrou na Ruptura, um braço político legalizado do movimento revolucionário e armado de Bravo, à época ainda em ação. Para Adán Chávez, aquele parecia ser o veículo mais promissor para realizar uma mudança de teor revolucionário na Venezuela. Ao formar-se pela ULA e adquirir uma vaga de professor de física naquela instituição, ele passou também a trabalhar por fora como organizador para o PRV-Ruptura, envolvendo-se com “ações de guerrilha urbana”. Sua função consistia principalmente em recrutar estudantes para o movimento. Não se tratava de uma tarefa fácil. Mesmo tendo em vista que o Ruptura era um movimento legalizado, a legenda continuava ameaçada de ser cassada devido a suas ligações com Bravo. Seus integrantes agiam de forma semiclandestina porque poderiam ser detidos ou mesmo “desaparecer” nas mãos do governo. “Devido a esse caráter clandestino, o partido não mantinha contato com as massas”, disse Adán Chávez. “Além disso, eles eram muito dogmáticos e sectários.”

Hugo Chávez não sabia quase nada a respeito das atividades políticas de seu irmão durante esse período, não obstante estar ciente da sua ideologia política cada vez mais radical. Quando Hugo cursava a academia militar, na primeira metade dos anos 1970, Adán apareceu algumas vezes com suas sandálias e volumosos cabelos longos para visitar o cadete bem-comportado e de aparência certinha. Em outras épocas, quando Chávez viajava para casa, em Barinas, Adán vinha de Mérida, que ficava perto dali, e os

dois saíam juntos com alguns dos seus amigos *hippies*. Eles conversavam sobre política. “Adán foi um dos que mais influenciaram minhas atitudes políticas. Ele é em grande parte o responsável por minha formação”, disse Chávez em uma entrevista de 2004. “Meu irmão morava em Mérida e integrava o MIR. Eu não sabia disso. O que me chamava atenção era o fato de ele e seus amigos usarem cabelos compridos e alguns, barba. Aparentemente, eu, com meu cabelo curto e meu uniforme, não me encaixava nesse padrão. Mas me sentia bem com o grupo dele. Costumávamos freqüentar um bar de jovens localizado perto da casa da minha mãe. Íamos principalmente em um cujo nome era ‘Noites da Hungria’. [...]”

Por volta dessa época, um outro desmembramento do Partido Comunista surgido em 1968, o Movimento ao Socialismo (MAS), liderado por exguerrilheiros como Teodoro Petkoff, ampliava-se para transformar-se em uma importante força política. Os irmãos Ruíz, amigos de Chávez dos tempos do colegial, envolveram-se com o recém-criado Causa R. “Éramos amigos, e eles me aceitavam de uniforme e tudo o mais”, contou Chávez. “Também havia muitas discussões, claro. Certa vez, um desses caras, um rapaz jovem, me disse: ‘Este soldado deve ser um daqueles parasitas’. Nós quase trocamos uns sapatos, mas o grupo defendeu-me. ‘Respeite-o, cara, ele é o Hugo Chávez, nosso amigo.’ Havia muitas discussões sobre política e muitas leituras. Eu me interessava cada vez mais pelas questões sociais. No entanto, quando olho para trás, percebo que desde a infância nutria uma simpatia pelos rebeldes. Aquela área de Sabaneta era uma área de insurgentes.”

No Natal de 1977, quando se acumulavam as desilusões de Chávez com os militares, ele regressou para casa, em Barinas, a fim

de passar férias por lá e confidenciou suas frustrações a Adán. Disse ao irmão que estava pensando em pedir baixa. Perguntou-lhe se poderia arrumar um emprego para ele na ULA. Adán aconselhou-o a continuar nas Forças Armadas. E, pela primeira vez, contou a respeito de suas atividades clandestinas junto ao PRV.

Naquela época, o grupo de Bravo encontrava-se em um momento de transição, deixando para trás os dias heróicos da guerra de guerrilha vividos nos anos 1960. Fazia tempo, eles tinham chegado à conclusão de que essa estratégia seria inexecutável na Venezuela e, em 1975, dispersaram por completo a FALN. Adotaram o que veio a chamar-se de *Virage Tactico*, meia-volta estratégica. Encerrando quase completamente a insurgência rural, uma vez que os camponeses se mudavam em grande número para as cidades, eles passaram a direcionar seus esforços para centros urbanos.

Também implementaram um plano intitulado de *tres patas*, três pernas, algo semelhante às quatro pernas defendidas por Alfredo Maneiro, da Causa

R. A primeira perna de Bravo era *el pueblo* – membros dos sindicatos, agricultores, estudantes, moradores dos *barrios* e entidades culturais e comunitárias. Organizadores como Adán Chávez trabalhavam nesse seguimento, tentando obter apoio das massas. A segunda perna era a Igreja. A fim de avançar nesse campo, o pessoal de Bravo realizava uma série de encontros secretos com padres progressistas da Igreja Católica, entre os quais o reverendo Arturo Sosa, brilhante jovem jesuíta, egresso de uma família abastada, que, anos mais tarde, se tornou chefe da ordem religiosa na Venezuela.

A terceira perna eram as Forças Armadas. Os dirigentes do PRV reuniam-se com Izarra, na Força Aérea, com uma célula subversiva na Marinha e com Hugo Trejo, um dos principais líderes militares do movimento civilmilitar que depôs Pérez Jiménez. Bravo divisava as três pernas unindo-se no futuro para participar de um movimento civil-militar semelhante, com vistas a liquidar a hegemonia AD-Copei. Ele sonhava com um sistema socialista diferente dos modelos soviético e cubano, que rejeitava, um sistema com viés nacionalista e bolivariano.

Depois de Hugo ter manifestado suas frustrações naquele Natal, Adán comunicou-lhe que os membros do PRV já estavam comentando a respeito dele. Hugo seguiu o conselho dado pelo irmão e por José Esteban Ruíz Guevara, o velho comunista de Barinas. Regressou para o quartel e ficou de olhos abertos, em busca de caminhos que dessem prosseguimento aos esforços de transformação da Venezuela.

Um caminho plausível logo se lhe abriu. Hugo foi transferido da unidade de combate a guerrilhas no leste para uma base militar da cidade de Maracay, região central do país. Continuava a ser um oficial da área de comunicações.

Porém, ao desembarcar em Maracay e ver um conjunto de tanques, percebeu quão mais úteis eles poderiam ser, algum dia, para seus planos. "Quando era soldado, percebi paulatinamente que, como oficial de comunicações, não teria muito poder ou muitas oportunidades para agir. Então, em Maracay, vi os tanques franceses AMX 30 e pedi transferência para o esquadrão de tanques. O poder estava ali." Um ano mais tarde, o pedido foi aceito.

Hugo continuou conversando com Adán. No começo de 1979, o irmão sugeriu-lhe encontrar-se com Bravo. Hugo “mostrou-se prontamente disposto a realizar a reunião”, contou o irmão.

Mas realizar o encontro não seria uma tarefa fácil. Bravo continuava a ser um homem procurado. Vivia clandestinamente em Montalbán, uma área de Caracas. A fim de evitar ser reconhecido e preso, quase nunca saía de seu apartamento à luz do dia. Quando ia para a rua à noite, costumava usar disfarces: perucas, chapéus e óculos escuros.

O PRV encarregou um de seus militantes de maior confiança, Nelson Sánchez, da delicada tarefa de providenciar o encontro entre Bravo e Chávez. Quando Douglas Bravo tentou acelerar seus esforços para infiltrar-se nas Forças Armadas, no final da década de 1970, escolheu Sánchez para comandar a criação de um novo “*front* na carreira militar”, formado por oficiais dispostos a aliarem-se ao PRV com o intuito de derrubar o sistema político vigente na Venezuela. Sánchez passou grande parte do período compreendido entre 1976 e 1978 estudando a história militar da Venezuela e tudo o mais a respeito dos soldados, desde a forma como falavam à forma como pensavam e o que comiam. “Desde 1976, estudávamos a psicologia e a composição de classe dos membros das Forças Armadas, suas preferências, seus hábitos, suas preocupações. Tratava-se de um estudo científico de verdade, já que a insurreição não é exatamente um jogo.” Ele logo descobriu que uma maneira de chegar aos corações e às mentes dos soldados consistia em tratar de assuntos como a corrupção nas Forças Armadas, bem como os conflitos relativos às fronteiras com a Colômbia e a Guiana.

Sánchez adotou um outro nome para ser usado em seus contatos com os militares – Harold. Ele encontrou-se com Izarra e

com outros membros do movimento R-83. Em 1979, informou-se sobre a existência de um outro oficial promissor que desejaria unir-se à conspiração: Hugo Chávez. Nessa época, Chávez estava prestes a ser promovido novamente, acabando por ser designado para dar aulas em sua *alma mater*, a academia militar de Caracas. Seus superiores não faziam idéia da crescente insatisfação de Chávez.

Sánchez pôs em prática o plano para colocar Chávez e Bravo cara a cara. E informou Adán que o primeiro contato ocorreria no Forte Tiuna, onde ficava a academia militar. Eles criaram uma senha, a fim de que Chávez identificasse os ativistas do PRV encarregados de encontrá-lo. Ingressar no Forte Tiuna não era algo fácil – Sánchez não poderia simplesmente entrar de carro na base e pedir para chamarem Chávez. Em vista disso, ele procurou uma prima sua, Elizabeth Sánchez, que havia se divorciado de um soldado e que possuía um documento de identidade capaz de lhe facultar o acesso à base.

Sánchez fingiu ser seu motorista, e os dois ingressaram no final de uma certa manhã no Forte Tiuna. Entraram, pedindo que um guarda chamasse Chávez. Ele veio encontrar-se com os dois. Quando perguntou quem os enviara, eles responderam: “Adán”, e falaram a senha. Os três ficaram juntos por cerca de dez minutos em um estacionamento localizado perto de um jardim. O encontro foi rápido, mas importante. Chávez dava início a suas relações com Douglas Bravo e respectivas forças. Essas relações desempenhariam um papel fundamental na formação da ideologia de um movimento revolucionário que acabaria por virar a Venezuela de cabeça para baixo.

Uma semana mais tarde, Chávez e Bravo encontraram-se. Em separado, foram levados secretamente para a casa de Elizabeth Sánchez, no bairro de classe média Altos Prados de María. O local oferecia condições apropriadas para uma reunião clandestina. Os carros podiam parar em uma entrada escondida, enquanto seus ocupantes conseguiam passar diretamente para dentro da casa sem serem vistos pelos vizinhos. Além disso, já era noite.

Os dois homens conversaram durante cerca de uma hora. Dessa vez, Chávez mostrou-se mais loquaz do que no encontro com Alfredo Maneiro, líder da Causa R. Ele e Bravo falaram sobre os acontecimentos políticos da Venezuela de então, sobre a idéia de recrutar rebeldes nas fileiras militares, sobre o conceito de um eventual levante civil e militar. Chávez causou uma boa impressão a Bravo e Sánchez – homem autoconfiante e determinado a reformar o país. “Na minha opinião, ele era um homem muito cativante, muito inteligente e resoluto”, afirmou Bravo duas década e meia mais tarde e depois de haver se desentendido com Chávez. “Ele estava preparado para levar adiante sua missão a longo prazo. [...] A partir daquele momento, demos início a um projeto de longo prazo.”

Chávez e Bravo realizaram uma série de encontros no decorrer de vários anos, e “Harold” serviria sempre de intermediário entre os dois. Chegaram mesmo a se reunir com uma freqüência semanal, apesar de o prazo entre um contato e outro variar. O ponto de encontro costumava ser a casa de Elizabeth Sánchez. Os dois adotaram nomes códigos para si também. Bravo era Martín; Chávez, José María. O nome *José* veio do general da independência e aliado de Bolívar, José Antonio Páez, que Chávez admirava. O

María veio de Maisanta e do “Madre Santa” que o ativista gritava antes de todos os combates.

Os dois homens criaram uma relação de intimidade, mas uma relação sobre a qual os venezuelanos pouco sabem. Mesmo alguns dos co-conspiradores de Chávez dentro das Forças Armadas a ignoravam. Chávez percebeu que, se descobrissem a respeito de sua aliança com o comunista Bravo, ficariam descontentes. Durante algum tempo, ele viu-se obrigado a levar uma vida dupla, não apenas nas Forças Armadas, mas também dentro do próprio movimento conspiratório, escondendo suas relações dos que acabariam por afastar-se, caso descobrissem com quem mais ele mantinha ligações. E conseguiu fazer isso formando pequenos “círculos”, células cujos membros não conheciam a identidade dos integrantes de outras células. Muitos desses membros-soldados não tinham idéia de que Chávez confabulava com um comunista como Douglas Bravo. Um membro que participou da fundação do movimento de Chávez nas fileiras militares, José Urdaneta Hernández, só descobriu a esse respeito no começo dos anos 1990. “Se tivesse sabido dessas relações, eu nunca teria ficado ao lado dele no movimento”, afirmou Urdaneta em 2005. “Chávez, desse ponto de vista, era um homem perspicaz; ele fazia um jogo com a gente – ele sabia quem era quem. Ele navegava por essas águas.”

Bravo, da mesma forma, não desejaria ter ligações com soldados como Urdaneta, que considerava um tipo clássico de militar violento de direita. A fim de agradar seus aliados dentro das Forças Armadas, Chávez enquadrou seu movimento não nos termos do comunismo e do marxismo de Bravo, mas nos termos do nacionalismo e da unidade latino-americana defendidos por Bolívar. Eles aceitariam Bolívar; Bravo, nunca.

E compreendeu isso claramente certa vez, quando disse a um aliado militar próximo que iria se encontrar com Bravo. “Ele reagiu perguntando-me se eu era louco, e afirmando que ele era um guerrilheiro, que matava soldados. Imediatamente lhe respondi que aquilo era mentira” – ele era um que jamais se reuniria com Bravo. “Tempos depois, conversei com outra pessoa que não tinha uma lembrança tão viva dos guerrilheiros a ponto de ter uma idéia negativa a respeito de Douglas Bravo. Essa pessoa, no entanto, criticou-me como haviam feito meus outros amigos próximos. [...] Então, mantive uma relação com o movimento (e com Bravo) em um nível mais pessoal. Continuei a agir com um perfil nacionalista de inspiração bolivariana e percebi que isso conseguia ter penetração nas Forças Armadas, que isso caía como uma semente em solo fértil. Por outro lado, se a gente falasse sobre ex-guerrilheiros, a conversa não avançava, não havia discussão. Havia uma rejeição natural, e isso principalmente devido à formação militar.”

O incipiente movimento de Chávez não era nem puramente comunista e nem puramente bolivariano. Era uma mistura das duas coisas, e continuaria a receber novos elementos à medida que evoluísse. Ao final, acabou incorporando de tudo um pouco, desde a “Terceira Via” de Tony Blair, na Inglaterra, às idéias de Mao, na China; apesar de a motivação central e subjacente de Chávez continuar sendo sanar as injustiças sociais existentes na Venezuela. Urdaneta, que mais tarde rompeu radicalmente com Chávez em parte por acreditar que ele traía as raízes bolivarianas do movimento e dava poder demais a civis desacreditados, descreveu-o – talvez asperamente – como “uma moenda de cana-de-açúcar.

Ele agarra a gente, coloca a gente lá dentro, espreme, pega tudo o que precisa pegar e depois joga no lixo”.

À medida que o movimento de Chávez começava a tomar forma, no início do decênio de 1980, os dias do *boom* do petróleo na Venezuela chegavam a um fim devastador e, para ele, imprevisto. Não obstante o país ter faturado um imenso montante de 150 bilhões de dólares entre 1973 e 1983, a maior parte dos petrodólares havia desaparecido. A corrupção e a ineficiência do governo alastravam-se. Em 1978, o governo Pérez “adotou o primeiro e funesto passo rumo à crise da década de 1980, e o fez ao contrair vários empréstimos de curto prazo para cobrir o déficit da balança de pagamentos e para continuar com os projetos de expansão industrial”. A dívida externa da Venezuela começou a inchar. Uma variada gama de ministérios e instituições do governo fizeram empréstimos no exterior, muitas vezes sem autorização do Congresso. Ao longo de vários anos, nem mesmo se conhecia o verdadeiro tamanho da dívida. Conforme se descobriu mais tarde, metade dela não havia sido registrada ou autorizada.

Quando Luis Herrera Campins, do Copei , disputou a Presidência em 1978, o seu slogan era: “*Donde están los reales?*” – onde está o dinheiro? Ele venceu a disputa e, em seu discurso de posse, proferido em fevereiro de 1979, declarou estar assumindo o comando de um “país hipotecado”. O novo dirigente prometeu diminuir os gastos. No entanto, entre 1978 e 1981, a Revolução Iraniana conquistou o poder, explodiu a guerra entre o Irã e o Iraque e os preços do petróleo saltaram novamente, de 13 dólares para a estonteante cifra de 34 dólares o barril. Herrera acabou gastando, nos primeiros três anos de seu governo, tanto quanto Pérez gastara em cinco.

O descaso com as contas públicas regressaria para assombrá-lo. No começo dos anos 1980, os preços do petróleo despencaram. O faturamento com as exportações do combustível caíram de pouco menos de 20 bilhões de dólares, em 1981, para 11 bilhões, em 1983. Ao mesmo tempo, as enormes dívidas de curto prazo começaram a vencer. Herrera Campins resistiu desvalorizando o bolívar, uma moeda antes tradicionalmente sólida e cuja taxa de câmbio era então de 4,3 por dólar norte-americano – com isso, pretendia adaptar o país à nova realidade econômica. Porém, em 28 de fevereiro de 1983, não conseguiu mais adiar o inevitável. Aquele dia entraria para a história como a “Sexta-Feira Negra”.

Herrera Campins anunciou um novo sistema de câmbio, com três faixas. No final do ano, a taxa de câmbio do bolívar, vista antes como a moeda *blue chip* da América Latina, triplicou no mercado livre. No final do ano seguinte, a taxa de desemprego nas áreas urbanas quase dobrara, passando de 7,8% para 14,3%. A dívida externa – cujo montante tornou-se finalmente conhecido do grande público – estacionou em cerca de 34,2 bilhões de dólares, dívida quase duas vezes maior que a registrada em 1978 e que fez da Venezuela o quarto maior devedor da América Latina, atrás apenas do Brasil, do México e da Argentina. A festa acabara. As coisas agora só iriam piorar.

Dois meses antes da Sexta-Feira Negra, as Forças Armadas da Venezuela preparavam-se para as cerimônias anuais que celebram a morte do maior luminar do país, Simón Bolívar. Na base militar de Maracay, sede do comando central da Força Aérea, procurava-se por alguém apto a discursar. Chávez, que realizava um curso ali, tornou-se a escolha óbvia. Ele era especialista amador em Bolívar, elogiando-o todas as vezes que tinha a chance de fazê-lo,

distribuindo livros sobre o líder e pintando a imagem dele nos muros dos quartéis. Por volta das 13 horas do dia 17 de dezembro de 1982, os soldados reuniram-se no pátio. Chávez levantou-se para falar.

O discurso dele, no entanto, revelou-se diferente do típico ramerrame cerimonial que se espera em eventos patrióticos referentes a fundadores mortos de um país. Em vez disso, Chávez fez um pronunciamento inflamado e de teor rebelde, responsável por chamar a atenção de seus superiores e de seus colegas soldados. Bolívar continua vivo, disse, e indignado com a bagunça que os venezuelanos disseminaram na Venezuela e que os demais latino-americanos, por sua vez, disseminaram no restante da região. Tratava-se de uma defesa não muito sutil da revolução, conforme afirmou mais tarde:

Comecei lembrando de Martí (José Martí, herói da independência cubana). “Lá está Bolívar, no firmamento das Américas, vigilante e com o semblante carregado [...] porque o que ele não realizou ainda precisa ser realizado hoje.” E eu passei a falar a situação naquele momento. “Como vocês podem dizer que Bolívar não tem mais nada para fazer na América, onde existe tanta pobreza, tanta miséria? Como vocês podem afirmar que Bolívar não tem nada a fazer?”

Quando concluí o discurso de cerca de meia hora [...], senti logo um clima de grande tensão entre os oficiais. A formação desfez-se e nós saímos correndo, um ao lado do outro. O major Flores Gilán ordenou que todos parassem e ficassem em posição de sentido. E me disse em um tom bastante duro: “Chávez, você soa a um político”. Naquele período, chamar alguém de político, especialmente alguém que fosse das Forças Armadas, era uma

ofensa. A política degenerara-se tanto que aquilo era como chamar alguém de mentiroso, de demagogo [...].

Um coronel acabou com o clima de tensão, mandando que todos ficassem em silêncio. Na noite anterior, disse o coronel, ele havia sido informado de tudo que Chávez diria no discurso. “Ninguém acreditou nele. Mas a declaração resolveu a situação naquele momento”, contou Chávez. Os homens regressaram para seus alojamentos. Um amigo de Chávez, Felipe Acosta Carles, sugeriu que saíssem para correr a fim de aliviar a tensão. Eles convidaram dois outros colegas, Urdaneta e o tenente Raúl Isaías Baduel, que era de um ano anterior ao de Chávez e seu colega na academia militar.

Chávez trocou o uniforme, mas não conseguia encontrar seu tênis. Vestiu então seu calçado de beisebol, com calços de plástico. O relógio marcava 14 horas, mais ou menos. Eles correram lentamente, por cerca de dez quilômetros, na direção de um local chamado La Placera e também na direção da famosa árvore conhecida como Samán de Güere. Segundo se contava, Simón Bolívar teria dormido sob ela, com seus homens, antes da crucial batalha de Carabobo, em 1821. Chávez espumava de raiva. Enquanto corriam, ocorreu-lhe sugerir aos colegas criarem formalmente uma organização que resgataria os valores defendidos pelos fundadores do país, a dignidade da carreira militar e a luta contra a corrupção.

Quando chegaram à árvore, Chávez fez a proposta. Os homens aceitaram-na. Chávez improvisou um juramento que todos deveriam fazer. Invocou a promessa que Bolívar realizara em 1805, em Roma, diante de Simón Rodríguez, promessa de que devotaria sua vida à luta para libertar a Venezuela do “jugo espanhol”.

Chávez adicionou ao novo juramento três das principais palavras de ordem usadas por Zamora:

Juro pelo Deus dos meus pais, juro pela minha nação, juro pela minha honra que nunca permitirei à minha alma descansar, nem ao meu braço relaxar, enquanto não tiver rompido os grilhões dos poderosos que oprimem meu povo. Eleições livres, terras livres e homens livres. Horror à oligarquia.

Aquele era um momento histórico. Chávez criava, finalmente, um movimento conspiratório sério, secreto e político dentro das Forças Armadas. Tinha 28 anos de idade. Cinco anos haviam se passado desde sua tentativa inicial e breve de formar uma célula revolucionária no leste da Venezuela. Eles batizaram o novo grupo de Exército Bolivariano Revolucionário-200 (EBR-200). As letras jogavam com os nomes de heróis que serviriam de inspiração para o movimento. Ezequiel Zamora, Simón Bolívar e Simón Rodríguez. Emprestando um conceito de Douglas Bravo, os três transformaram-se na “raiz tripla da árvore” do movimento chavista. Chávez e seus colegas acrescentaram o “200” para marcar as celebrações a serem realizadas durante todo aquele ano devido aos dois séculos do nascimento do Libertador, que viera à luz em julho de 1783.

O movimento de Chávez não contava com uma definição clara; não possuía um plano concreto para depor o governo ou lançar um golpe. “Naquele momento, o nascente movimento bolivariano não propunha objetivos políticos”, disse. “Seus objetivos eram antes internos. Seus esforços dirigiam-se, primeiramente, a estudar a história militar da Venezuela como fonte de uma doutrina própria, que até então não existia. [...] Ali descobrimos o professor Simón Rodríguez, o líder Simón Bolívar e o combatente Ezequiel Zamora.”

Urdaneta, que no futuro se tornaria um dos principais críticos de Chávez, afirmou que a meta inicial do movimento não era “derrubar o governo. [...] A meta era nos tornar conscientes da realidade de nosso país. De certa maneira, desejava-se enfiar o soldado entre as quatro paredes do quartel e isolá-lo da realidade, que é o nosso país. E isso era impossível. [...] Detestávamos a corrupção e percebemos que um oficial corrupto se fazia acompanhar de um grupo de oficiais também corruptos. Eles caminhavam juntos e formavam um conjunto. É por isso que os chamávamos de conjuntos da corrupção. Então dizíamos que os vagabundos se unem e, de outro lado, os homens honestos ficam isolados e são pisados pelos vagabundos. Por que não nos uníamos também, a fim de enfrentá-los? Foi assim que começamos a nos organizar”.

O movimento mostrou-se amorfo o suficiente para significar coisas diferentes para pessoas diferentes. Na opinião de Urdaneta, um anticomunista ferrenho, tratava-se de um movimento democrático e nacionalista baseado nos ideais de Bolívar, que não se filiava nem à direita, nem à esquerda. Para Chávez, que continuava reunindo-se secretamente com Douglas Bravo, a idéia consistia em aproveitar os melhores elementos de todos os sistemas e fundi-los sob a bandeira central e unificadora de Bolívar. O Libertador fornecia o tronco; Rodríguez e Zamora, as principais raízes suplementares; outros pensadores e ideais seriam bem-vindos se ajudassem no crescimento da árvore. “Essa árvore precisa ser uma circunferência, precisa aceitar todos os tipos de ideais, da direita, da esquerda, das ruínas ideológicas dos antigos sistemas capitalista e comunista”, afirmou Chávez. “Há elementos ou ruínas que são gigantescos, e precisamos levá-los em conta.”

Apesar de Bolívar ser a principal força unificadora da árvore, Zamora oferecia um elemento central para a ideologia de Chávez. Um combatente radical e revolucionário do século 19, esquecido havia tempos, Zamora ressuscitara pelas mãos de Chávez. Em certa medida, este conseguia identificar-se ainda mais com Zamora do que com Bolívar. O Libertador era um oligarca, um proprietário de terras e um “creole” branco – nascido na América Latina, mas de origem espanhola. Sua aristocrática família em Caracas pagara para que estudasse na Europa quando adolescente; Zamora, em contraste, viera dos *llanos*, de origem humilde, e mantinha ligações diretas com os camponeses de Barinas.

Zamora sonhava unir civis e soldados em seu projeto. Em um famoso retrato do herói combatente, feito depois de uma vitória sua em Santa Inés, Zamora é retratado usando dois chapéus, um sobre o outro, de uma forma pouco usual: o primeiro é um chapéu-coco comum, o segundo, um quepe militar. Juntos simbolizavam seu desejo de unificar as Forças Armadas e a sociedade civil. Quando jovem, Chávez, então um pintor entusiasta, costumava fazer cópias dessa imagem. Anos mais tarde, enviou cartões de Natal enfeitados com um desenho do rosto de Zamora. A devoção mostrava-se tão intensa que Chávez sugeriu a amigos que, caso a reencarnação fosse algo possível, ele poderia ter sido Zamora em sua vida passada.

Após fazerem o juramento naquele dia, em Maracay, Chávez e os outros três começaram a correr de volta para o quartel, apesar de ele e Baduel terem pegado um ônibus, momentos mais tarde, a fim de concluir a longa viagem. De volta à base militar, no clube dos oficiais, continuaram falando sobre seus planos. Discutiram como se organizariam, como recrutariam novos membros, e quem se

encarregaria de qual atividade. Discutiram a criação de um sistema de segurança. E acordaram que não incluiriam novos soldados no movimento sem antes consultar os outros três.

Ao final, desenvolveram um sistema de “círculos” de segurança. O primeiro círculo compreendia os membros “superseguros” do movimento, os que formavam seu núcleo interno e a respeito dos quais havia confiança total. Os demais círculos incluíam um segundo grupo de membros confiáveis, um de soldados neutros e mais um de “inimigos” – agentes da inteligência ou traidores que poderiam infiltrar-se no movimento e traí-lo.

O grupo também desenvolveu um complexo sistema de comunicação, mantendo consigo um livro de Augusto Mijares sobre Bolívar e estabelecendo uma série de códigos com base naquele texto. “Se você me ligasse e me dissesse que o número do telefone da sua irmã ou da sua mãe era 258342”, contou Chávez, “o 42 era o número da página, e nela estariam as palavras em código que deveríamos dizer”. O sistema de segurança funcionou bem. Chávez e seus aliados atuavam com seu movimento subversivo e clandestino dentro das fileiras militares ao longo de uma década sem que os respectivos superiores dos envolvidos conseguissem – ou, em alguns casos, desejassem – suprimi-lo.

No dia seguinte ao do juramento sob a grande árvore, Chávez encontrava-se em seu escritório, na base, quando o impetuoso Acosta Carles saiu de seu carro e ingressou agitado no local, vangloriando-se de ter encontrado um primeiro recruta para o movimento. Chávez ficou ao mesmo tempo satisfeito e bravo. Eles precisavam ser cautelosos ao extremo. Mas também precisavam de novos integrantes. Acosta garantiu-lhe que o novo recruta era um belo achado: que pelo menos saísse do escritório para vê-lo. Ele

estava no carro. Chávez caminhou até o veículo e em seu interior estava Ronald Blanco La Cruz, um soldado jovem e promissor. Ele se transformaria em um dos maiores aliados de Chávez.

Os esforços de recrutamento realizados por Chávez logo alcançariam vôo – bem no coração das Forças Armadas. Seus superiores haviam cometido o erro de designá-lo como instrutor em sua *alma mater*, a academia militar. Chávez teria acesso direto aos melhores e mais brilhantes cadetes da Venezuela.

6. A Conspiração Ganha Corpo



Chávez fez da academia militar seu principal campo de recrutamento. Sua nomeação como instrutor, em 1981, não poderia ter sido mais providencial. Aos seus pés, estava um pelotão de jovens cadetes influenciáveis, muitos vindos de famílias humildes, compartilhando portanto do desgosto de Chávez frente às decadentes instituições políticas e militares da Venezuela. Eles acataram avidamente o discurso rebelde daquele carismático capitão, que passava horas exaltando as idéias de Bolívar, Zamora e Rodríguez.

“Sabíamos que os inimigos da Venezuela eram a fome, a corrupção, a miséria, o desemprego e a entrega das imensas riquezas do país para os ricos”, lembrou Pedro Carreño, um dos cadetes que duas décadas depois conquistaria uma vaga no Congresso como membro da coalizão chavista. “Na academia militar, falávamos a esse respeito porque o tópico da segurança e da defesa era preponderante.”

Inicialmente, Chávez viu-se totalmente isolado. Cerca de quatro anos haviam se passado desde que ele formara a efêmera célula no leste da Venezuela, quando, ao lado de outros poucos soldados, enterrou granadas no chão. Na academia, “eu iniciei aquilo em silêncio, com muita disciplina, dando muita atenção aos garotos” – os cadetes.

Chávez começou a recrutar aliados, contou em uma entrevista de abril de 2007, concentrando-se nos cerca de cem cadetes colocados diretamente sob seu comando dentro da academia militar. Mais tarde, dirigiu-se aos cerca de 300 para os quais dava aula. Afirmou ter tentado trabalhar o máximo possível de horas dentro das salas de aula, a fim de manter o maior contato possível com os cadetes, recrutas em potencial do seu movimento. Também coordenava os programas esportivos, que se transformaram em outro veículo para atrair candidatos. Além disso, organizou atividades culturais, incluindo peças de teatro que encenavam eventos históricos. Atribuía aos cadetes o papel de várias figuras históricas, incluindo Bolívar e Zamora. E também conversava com muitos cadetes em particular, durante o desempenho de atividades solitárias, como a guarda. “Tratava-se de uma combinação” de métodos, disse, acrescentando que os cadetes “formavam a espinha dorsal do movimento revolucionário no Exército”.

Chávez estudou meticulosamente cada um deles, a fim de descobrir quais estariam inclinados a ingressar em seu movimento secreto. Examinou as fichas pessoais de cada um. Descobriu fatos sobre as famílias dos cadetes, o *status social* deles, suas raízes. Rejeitou automaticamente qualquer um vindo das classes altas. Mesmo os que viessem de famílias pobres tinham de dar sinais do perfil apropriado, para de serem considerados integrantes em

potencial do movimento. “Um erro teria sido fatal”, disse, observando que, felizmente, ele nunca errou nos 11 anos que passou recrutando aliados dentro e fora da academia.

Quando se convenciam de que alguém ingressaria no movimento e manter-se-ia fiel, Chávez entrava em cena para incorporá-lo como membro. Eles repetiam a cerimônia de juramento daquele 17 de dezembro de 1982. Costumavam reunir-se à noite, no pátio da academia, para que os novos integrantes realizassem o juramento.

Chávez conversava com os recrutas sozinho ou em grupos pequenos. Os diálogos aconteciam na academia, no apartamento de Ronald Blanco La Cruz, em Caracas, ou em uma pequena sala existente sobre a garagem da casa de Elizabeth Sánchez. Chávez disseminava sua mensagem de rebelião na academia sob o disfarce de professor de história e de doutrina militar. Nos quadros de aviso, colocava frases de Bolívar, Zamora, Rodríguez e Maisanta, junto com outras informações a respeito dessas figuras históricas. Por vezes, quase não havia sutileza em seus esforços. Como outros oficiais, Chávez levava seus cadetes para correr às 4h30. Mas em vez das tradicionais canções de guerra, ele os fazia cantar um hino da época das Guerras Federais que homenageia Zamora:

*O céu nublado anuncia as tempestades que estão por vir
Enquanto, por detrás das nuvens, o Sol perde seu brilho intenso
Tremam oligarcas, vida longa à liberdade! As forças de Zamora, ao
toque do clarim, Destruirão as brigadas da escória reacionária.*

O contato com os jovens soldados redobrou as energias de Chávez e deu nova vida à sua nascente organização. Ele agia sob o nariz dos próprios superiores, mas poucos suspeitavam de que estivesse montando um movimento subversivo. Chávez costumava

falar ou mesmo agir como o “inimigo” dentro das Forças Armadas a fim de enganar seus superiores, contou mais tarde, em abril de 2007.

“No meu caderno de anotações, consigo mostrar como funcionávamos nas salas de aula da Academia Militar, durante o horário normal de aulas, nos pátios e quando realizávamos corridas”, observou Chávez certa vez. No começo “eu ainda alimentava dúvidas. [...] Um dilema sobre o que estava fazendo aqui. Eu sentia esse pendor para a política. Eu sentia aquela coisa dentro de mim e convivia com essa contradição”. Mas os cadetes “me estimularam e colocaram fim ao dilema. [...] Aquilo me deu uma força extraordinária e eu esqueci de uma vez por todas dos planos de pedir baixa ou de coisas do tipo. [...] Todos os dias que passava ao lado deles, voltava a ser apenas um outro cadete. A gente experimenta a pureza da juventude lá. Aquele foi o berço da revolução. [...] É por isso que eu chamo esse período de minha segunda graduação. Eu fiquei com eles durante quase quatro anos”.

Carreño calcula que, no momento em que concluiu os estudos ao lado de seus companheiros de turma, ao menos 30 dos 133 formados haviam feito o juramento para ingressar no movimento. Antes de partirem e de assumirem postos em todos os cantos do país, prometeram manter contato com ao menos dois cadetes da academia, a fim de garantir a sobrevivência do movimento. A turma de 1985 produziu alguns dos principais membros do movimento chavista e dos seus aliados nas Forças Armadas. Entre eles estavam Diosdalo Cabello e Florencio Porras, que duas décadas depois se tornariam governadores de Estado, enquanto Chávez subia ao poder.

Para além das salas de aula, Chávez dispunha de outra arma de recrutamento – o beisebol. Ele comandava um time na academia. Em alguns fins de semana, levava os cadetes, em um ônibus da academia militar, até a casa de Elizabeth Sánchez, onde comemoravam as vitórias da equipe e, a partir de certo ponto, realizavam encontros do movimento bolivariano. Chávez era um freqüentador assíduo da casa, onde continuava a manter encontros secretos com “Martín” – Douglas Bravo.

Em meio a todo esse clima conspiratório, Chávez também se desdobrava como pai de família. Ele e Nancy Colmenares tinham bastante trabalho com as três crianças pequenas do casal, Rosa Virginia, María Gabriela e Hugo Rafael. Mesmo segundo o relato de pessoas que mais tarde se tornariam seus inimigos políticos, Chávez era um pai apaixonado e amoroso. Em meio a suas numerosas atividades, passava o máximo de tempo possível com a família. Assegurava-se de que os filhos tivessem uniformes escolares, livros e tudo o mais. Ao desempenhar a função de pai, no entanto, as reflexões sobre a revolução não eram totalmente abandonadas. Quando as crianças ficaram um pouco mais velhas, ele as ajudou a desenhar cartões de Natal. Nos cartões, aparecia a imagem de Simón Bolívar.

Os filhos de Chávez pareciam às vezes aturdidos com o estilo de vida pouco ortodoxo do pai e com a missão misteriosa responsável por lhe consumir o tempo. Em 1995, a segunda filha do casal, María Gabriela, então com 15 anos de idade, escreveu-lhe uma carta comovente sobre a relação deles. “Desde que eu era pequena, tento entender você, pai”, afirmou a adolescente. “Havia coisas que eu não entendia e que hoje entendo. ‘Era e é a luta’, e aquele amor pelo país e pela humanidade.” Ela contou como ele os

levava para uma fazenda com um rio convidativo – mas que eles não tinham roupa de banho por causa “daquele mistério”. Ela lembrou-se dele lendo para ela e os irmãos poemas sobre Bolívar, e de como, certa vez, rasgara uma nota de dinheiro pela qual as meninas brigavam, dizendo: “O dinheiro não vale nada. Apenas o amor vale alguma coisa”. Ela concluiu a carta afirmando o seguinte: “Você é meu amor maior, meu professor, meu irmão, meu melhor amigo, meu pai. Peço-lhe que, por favor, não deixe seu barco afastar-se do meu”.

María Gabriela e os outros filhos do primeiro casamento de Chávez evitam expor-se em público. O mesmo vale para a mãe deles, Nancy Colmenares. Chávez quase nunca a menciona em seus discursos. Apesar de, segundo alguns, ser uma mulher humilde, trabalhadora e benquista em Barinas, onde nasceu, Nancy não compartilhava da paixão de Chávez pela história, de sua obsessão com Bolívar e de sua crescente angústia em relação ao futuro da Venezuela.

Em 1984, ele encontrou uma outra pessoa que compartilhava dos seus ideais. Herma Marksman dava aula de história e enfrentava um divórcio complicado. Ela estava de mudança para Caracas, vinda de Ciudad Bolívar (leste), a fim de iniciar uma nova vida trabalhando em uma escola do ensino médio e fazendo pós-graduação em economia e história social da Venezuela. Cristina, sua irmã, morava em Caracas, na casa espaçosa, de três andares, pertencente a Elizabeth Sánchez. Herma e seus dois filhos ficaram ali durante um período, até encontrarem um lar definitivo. Ela estava em uma fase de transição, viajando constantemente entre Caracas e Ciudad Bolívar.

Uma noite, em abril de 1984, Marksman e Sánchez encontravam-se em um dos andares superiores da casa quando um carro estacionou do lado de fora. Dele desceu Hugo Chávez. Sánchez pediu a Marksman que o recebesse na porta, perguntando-lhe o que desejava, já que, naquele momento, ela ainda se arrumava para sair.

Chávez estava acompanhado de Argenis, seu irmão, e viera pedir para emprestar a casa de Sánchez na noite seguinte. A equipe de beisebol que comandava concluiria uma etapa do campeonato no dia consecutivo. Ele desejava comemorar, caso vencessem. Sánchez concordou, segundo lhe disse Marksman, e os dois sentaram-se para conversar um pouco. Descobriram ter muitas coisas em comum. “Naquela noite, começamos a falar como qualquer pessoa faria. Ele mostrou-se bastante preocupado com as Forças Armadas, com a deterioração do país, enquanto eu falava sobre o sistema educacional [...] e sobre a necessidade de adotar medidas corretivas, de implementar reformas.” Quando se levantou para sair, Chávez deu a Marksman seu cartão. Se precisar de alguma coisa, disse-lhe, pode me ligar.

No dia seguinte, Marksman já havia se esquecido completamente dele. Saiu para jantar com alguns amigos e ficou surpresa, ao regressar para casa, por volta da meia-noite, com um ônibus militar estacionado ali. Chávez e seus jogadores encontravam-se lá dentro, celebrando. Marksman ingressou na casa, cumprimentou todo mundo, dirigiu-se à cozinha para apanhar um copo de água e depois voltou para dar-lhe boa noite. Ela precisava dormir porque pegaria um voo logo de manhã para Bolívar. Mas Chávez não permitiu que se afastasse. “Ele me falou: ‘Não, vamos conversar. Aquilo sobre o que falamos ontem foi muito

interessante. Fique um pouco com a gente'. Então eu fiquei, e foi assim que começamos a nos conhecer."

Ela voou para Bolívar na manhã seguinte, a fim de continuar se preparando para a mudança rumo a Caracas. Chávez – segundo as palavras de Marksman – fizera perguntas a Cristina sobre ela, tentando conseguir seu número de telefone. Cristina disse-lhe que ele teria de esperar até o regresso de Herma. Ela finalmente se mudou em definitivo para Caracas, em agosto de 1984, e começou a se encontrar com Chávez com uma frequência cada vez maior, naquela casa. "Primeiro, eu pensei que ele comparecia à casa apenas por causa dos amigos, porque existia uma relação muito bonita naquela família, com Elizabeth, com os filhos dela e ele. Mas algumas vezes me incomodava o fato de ele chegar e perguntar: 'O Martín ligou? O Martín chegou?'. E uma vez eu perguntei a Elizabeth quem era Martín. Bem, ele é um amigo do Nelson (Sánchez) que vem algumas vezes conversar com o Hugo."

Martín era uma figura misteriosa para Marksman. Todas as vezes que ele chegava, coisas estranhas aconteciam na casa. Herma possuía um quarto no segundo andar da casa, e Elizabeth pedia-lhe que não saísse dali. Uma reunião aconteceria em uma sala do andar inferior, dissera-lhe Sánchez, e ninguém deveria abrir a porta. Marksman não fazia idéia do que estava acontecendo.

O mistério aumentou no dia em que Elizabeth viajou para fora da cidade. Marksman decidiu limpar um quatinho cheio de teias de aranha onde Sánchez costumava lavar roupa e pendurá-las para secar. No quatinho, havia um monte de revistas, livros e documentos. Quando Marksman começou a tirar o pó, eles chamaram sua atenção. Havia ali a revista *Ruptura*, do grupo de

Bravo, *O Livro Vermelho*, de Mao Tsé-tung, e outras publicações esquerdistas.

Quando Sánchez voltou para casa, Marksman interpelou-a. Quero saber

o que está acontecendo nesta casa, afirmou, porque estou aqui com meus dois filhos e com minha irmã, também. Sánchez viu-se de guarda aberta. Ela não conseguiria mais esconder a verdade. Contou a Marksman o que se passava. Os livros, as revistas e os documentos pertenciam ao primo Nelson, dis-se Sánchez, e, como você sabe, ele é de esquerda. Ele é membro do PRV. E eu vou contar-lhe quem é Martín. Acho que é hora de você saber a verdade. Martín não é ninguém menos que Douglas Bravo. Meu primo Nelson é o braço direito de Douglas e está envolvido com a formação de um grupo civilmilitar. “Ela me explicou aquilo, e eu entendi por que ele (Chávez) comparecia à casa regularmente e por que algumas vezes trazia os garotos da academia com ele”, contou Marksman mais tarde. “Foi assim que comecei a conhecê-lo pouco a pouco.”

Marksman ficou mais intrigada do que assustada com as revelações. Ela e Chávez começaram a encontrar-se de forma mais reiterada. No aniversário de 35 anos dela, naquele mês de setembro, Chávez apareceu na casa com um grande buquê de flores, a fim de comemorar a data com outros amigos que estavam ali. Quando a noite chegava ao fim e ele veio despedir-se, disse-lhe que desejava ter uma “conversa séria” com ela. Convidou-a para tomar um café em algum lugar fora dali.

Na segunda-feira seguinte, ele foi até ela e levou-a para o bairro comercial de Sabana Grande, na região leste de Caracas.

Quando estavam sentados tomando café, Chávez confessou-lhe tudo. Segundo Marksman, ele disse-lhe que gostava dela e que seria "franco". Sou uma pessoa que leva uma vida dupla, afirmou-lhe. De dia, sou um oficial das Forças Armadas. Pertencço ao Exército. Tento cumprir minhas obrigações. Mas também tenho outra atividade, uma atividade perigosa; dedico o resto do meu tempo a um movimento conspiratório chamado EBR – Exército Bolivariano Revolucionário. Ele é composto por oficiais militares, mas também precisamos recrutar civis. Quero que você me acompanhe nessa luta até os dias derradeiros. "A partir daquele instante", afirmou Marksman, "comecei a ajudá-lo na preparação dos encontros".

Chávez possuía certa fama de conquistador, algo não raro na Venezuela, onde poucos casamentos significavam fidelidade. Marksman não sabia disso quando o conheceu. Jesús Urdaneta, cofundador do EBR-200, costumava brincar que "bastava a Chávez, quando jovem, ver uma vassoura enfiada em um vestido para ficar apaixonado".

Ainda assim, a relação com Marksman seria diferente. Ela era uma mulher séria, uma intelectual. Marksman e Chávez aproximaram-se devido à paixão comum pela história da Venezuela e ao desejo de reformar o país. Ela não se sentiu propriamente atraída pela aparência dele – Chávez era magro e tudo, menos bonito. Por outro lado, ela sentiu-se atraída pelas ocupações dele e pela missão de inspiração bolivariana que realizava. Ele também era um *llanero* charmoso, e capaz de conversar de forma inspirada durante horas, contando histórias, fazendo piadas e cantando músicas *llaneras*.

Levou pouco tempo para Marksman transformar-se, em certa medida, na Manuela Sáenz de Chávez, a companheira erudita e de longa data de Bolívar, que ajudou o Libertador na luta independentista e que alguns consideram ser a mulher mais influente, apesar de largamente ignorada, da história latinoamericana. Marksman ajudou a organizar encontros dos conspiradores bolivarianos. Ela serviu como contato central entre Chávez e seus colaboradores militares, e os avisou quando investigadores das Forças Armadas se colocaram no encalço deles. Ela servia de ponte entre Chávez e os grupos compostos por civis. Tomava notas durante os encontros, mantinha um arquivo com os documentos secretos de Chávez, queimando alguns deles quando as autoridades começaram a fechar o cerco. A fim de preservá-los, guardou vários dos seus pertences: a primeira mecha do cabelo de Chávez, fotos de família, diários, cartas, recortes de jornal e diplomas.

Um apartamento da região de classe média de El Paraiso, em Caracas, que Marksman comprou em 1985, transformou-se em um refúgio para Chávez que, por várias vezes, comeu, dormiu, leu e reuniu-se com outros conspiradores ali. Ela algumas vezes o acompanhava quando ele, em seu tempo livre, percorria o país discursando secretamente para soldados. Houve dias em que Marksman dirigiu durante horas, enquanto o infatigável Chávez, que dormia cerca de apenas três horas por noite, desmaiava de exaustão no banco do passageiro.

Muito mais do que uma motorista ou uma secretária, Marksman surgia como uma respeitável parceira de Chávez, a ponto de ele ouvir suas opiniões e de mesmo algumas vezes seguir seus

conselhos. De forma semelhante a Sáenz com Bolívar em seus momentos mais tenebrosos, houve vezes, quando

o movimento dava sinais de estar à beira do esfacelamento, que Marksman pareceu ser a única pessoa postada ao lado de Chávez. Ela participava tão ativamente da conspiração que recebeu seu próprio nome de guerra – Comandante Pedro.

Aquela não era uma relação amorosa típica. Antes de envolver-se nela, Chávez confessou para Marksman, um dia, que havia mandado alguns amigos investigarem a vida dela, a fim de garantir que não fosse uma espiã e que não trairia Chávez ou o movimento. Mas Chávez também conseguia ser carinhoso e romântico – costumava dar-lhe flores e chocolate, cantava serenatas para ela e comprava-lhe remédios quando ela ficava doente.

Ele, no entanto, continuava sendo Chávez. O primeiro presente que deu a Marksman foi um livro sobre Maisanta escrito pelo médico José León Tapia, de Barinas; o livro que primeiro lhe abriu os olhos para a história do bisavô. Em outro momento, quando ela caiu da escada e abriu um corte na testa, Chávez visitou-a todos os dias enquanto ela se recuperava. Uma noite, apareceu com algumas fitas de uma pessoa lendo discursos e documentos de Bolívar. A idéia, disse-lhe Chávez, seria permitir a ela tocar as fitas enquanto estivesse dormindo, a fim de garantir que o Libertador estivesse sempre presente.

Chávez não tinha tempo para futilidades – ele se encontrava em uma missão para salvar a Venezuela. “Ele dizia que a finalidade da sua vida era seu projeto”, afirmou Marksman anos depois. “Ele sente ter uma missão a cumprir e ele a cumprirá. [...] A preocupação com os que nunca tiveram nada sempre marcou sua

vida – a preocupação com os excluídos. Isso talvez se deva ao fato de ele ter enfrentado condições de vida carentes de tanta coisa.”

Nos nove anos que ficaram juntos, Chávez e Marksman quase nunca tiveram tempo de ir ao cinema. Ela lembra-se apenas de um filme: *Fatal Vision* (Visão Fatal). Os dois nem mesmo foram ao cinema. Assistiram ao filme na TV. Mas o casal combinava. Nenhum deles mostrava-se disposto a ficar horas em bares ou na praia, como muitos venezuelanos. Preferiam permanecer em casa e ler, algo que Chávez fazia com frequência no apartamento dela. “A imagem que tenho de Hugo Chávez é a de um homem que estava sempre lendo”, contou Marksman, que mais tarde romperia relações com ele. Chávez lia de tudo, mas especialmente livros sobre história e sobre a vida de grandes líderes. Entre seus livros havia até mesmo um sobre como discursar em diferentes ocasiões – funerais, missas, eventos políticos. Desde a primeira vez em que o encontrara, Marksman sempre acreditara que Chávez iria longe. “Ele possuía uma tenacidade incansável, sabia o que desejava e para onde caminhava.”

Quando Marksman conheceu Chávez, o movimento estava em ascensão. O encontro aconteceu mais ou menos na metade do período de expansão da conspiração, período que durou de 1982 a 1986. O grupo realizava reuniões freqüentes, a maior parte delas em casas alheias ou em apartamentos, geralmente com poucas pessoas presentes por motivos de segurança. Atribuía-se tarefas aos integrantes, que deviam realizar apresentações de cinco minutos sobre assuntos variados. Marksman, por exemplo, recebeu certa vez a incumbência de falar sobre Simón Rodríguez e precisou fazer uma pesquisa a respeito para dar uma pequena palestra. Outros se encarregavam de estudar os problemas do sistema

educacional ou da economia venezuelanos para depois informar o resultado a seus companheiros. Chávez desejava prepará-los para o caso de um dia tomarem o poder. Os oficiais das Forças Armadas não estavam a par dos seus encontros com Bravo, e ele pediu a Marksman que não fizesse comentários a esse respeito. Ele sabia que a maior parte deles não aceitaria aquele fato.

Além do recrutamento bem-sucedido de cadetes na academia militar, Chávez também começou a retomar seus contatos com a Causa R. Ele era então um homem diferente daquele que se reunira secretamente com Alfredo Maneiro em 1978, sem falar quase nada. Chávez agora estava muito mais confiante a respeito de si mesmo e de seus projetos. Ele se encontrara rapidamente com Pablo Medina, líder da Causa R, em 1983, depois da morte de Maneiro, apesar de nada ter resultado daquele contato. No entanto, dois anos mais tarde, Chávez resolveu procurar Medina novamente.

O encontro não poderia ter vindo em melhor hora para o líder da Causa

R. O grupo dele desorganizara-se depois da morte de Maneiro, a figura central daquele movimento. Havia sofrido uma série de reveses. O maior sindicato do país, o CTV, controlado pela Ação Democrática, interviu no sindicato em Ciudad Guayana, despedindo 3 mil trabalhadores e minando a influência da Causa R. O grupo quase não existia fora de Ciudad Guayana. Em Caracas, não somava mais do que seis integrantes. "Precisávamos nos levantar do nada", afirmou Medina.

O ressurgimento de Chávez era mais do que bem-vindo. Ele e Medina adotaram nomes em código. O líder da Causa R batizou-o de *luz*. Para Medina, Chávez representava, potencialmente, a luz no

fim do túnel para sua alquebrada organização. A partir daquele momento, os dirigentes da Causa R e Chávez mantiveram uma relação de proximidade. Medina, em especial, desempenhou um papel fundamental para a logística do movimento chavista. Ele conseguia apartamentos e casas onde ocorreriam encontros. Forneceu dinheiro para consertar o carro de Chavez. E até enviou um avião para buscá-lo quando ele estava servindo em áreas remotas da Venezuela, a fim de que pudesse participar de reuniões clandestinas em outros pontos do país. Marksman servia de contato entre os dois homens.

Chávez possuía várias atribuições. Já no posto de capitão, ele percorria o país todo, em seu tempo livre, para manter contato com membros do movimento e recrutar novos integrantes. Segundo Medina, em determinado momento, Chávez quis organizar um encontro com cem oficiais comprometidos com a causa. Medina considerou aquela uma idéia maluca. Os serviços de inteligência das Forças Armadas descobririam, provavelmente, a existência deles e os colocariam atrás das grades. Ele o aconselhou e, segundo Medina, Chávez aceitou o conselho. Também Douglas Bravo se preocupava com o fato de o movimento estar crescendo demais rapidamente. Com tantos novos membros chegando, assim acreditava Bravo, os agentes da inteligência conseguiriam infiltrar-se com facilidade. Ele aconselhou Chávez a parar de ampliar o movimento e a fechar o círculo. Mas, naqueles dias, o movimento, que ha-via sofrido altos e baixos, encontrava-se, sem dúvida, em alta.

A conspiração de Chávez experimentava ventos tão favoráveis que, a partir de 1985, eles realizaram uma série de cinco "congressos" nacionais em todo o país. O primeiro aconteceu em 9

de novembro de 1985, em Catia La Mar, perto do Aeroporto Internacional Simón Bolívar, na costa caribenha, a cerca de 30 minutos de carro de Caracas. Combinaram usar a casa de um amigo de Ronald Blanco La Cruz durante o fim de semana. Convidaram cerca de 25 pessoas – a maior parte delas militar, além de alguns civis progressistas. Eles realizaram um churrasco completo, com carne, cerveja e música. Mas a festa servia apenas como fachada. O intento real era recrutar novos membros, discutir o projeto do grupo e analisar a situação política do país. A maior parte deles reuniu-se em uma sala dentro da casa, enquanto alguns ficaram do lado de fora, no jardim, para não deixar dúvida de que ali ocorria uma *fiesta*. Alguns chegaram mesmo a dançar salsa.

Chávez teve a idéia de realizar os congressos durante uma conversa com

o líder do Partido Comunista em Mérida, cujo filho, Ruben Avila, era cadete na academia militar. Usando o modelo do partido, Chávez sugeriu a agenda dos encontros, distribuiu-a previamente e atribuiu assuntos a serem tratados por integrantes do movimento que estariam presentes nas reuniões. O material ficaria camuflado para o caso de caírem nas mãos do inimigo.

Naquela época, Chávez já havia ultrapassado o estágio inicial devotado principalmente à análise da situação sociopolítica da Venezuela e das idéias de Bolívar. E já analisava de forma mais concreta a realização de algum tipo de levante civil-militar, de atos de sabotagem ou mesmo de um golpe. Na sua opinião, formar um partido político não seria a resposta – a AD e o Copei mantinham o sistema eleitoral sob rígido controle, por meio de fraudes e de apadrinhamentos. A madeira continuava úmida, mas enfim começara a secar.

Cinco meses mais tarde, em março de 1986, Chávez convocou um outro congresso, cuja meta era especial: incorporar definitivamente ao movimento Francisco Arias Cárdenas. Arias formou-se na academia militar um ano antes de Chávez. No final dos anos 1970 e começo dos 1980, Arias manteve contato com o grupo clandestino de Izarra, sediado principalmente na Força Aérea. Izarra acabou mudando o nome do grupo para arma (Alianza Revolucionaria de Militares) já que a designação R-83 não mais servia – o ano de 1983 começou e terminou sem nenhuma revolução à vista. Arias também se relacionava com “Harold” – Nelson Sánchez, o elo do PRV com os militares. Sánchez procurava o de vez em quando para tomarem uma cerveja ou um café.

Chávez havia tido uma boa impressão de Arias Cárdenas, um oficial respeitado e equilibrado, com seus próprios seguidores dentro das Forças Armadas. Chávez desejava vê-lo desempenhando um papel mais ativo dentro do EBR-200.

Nascido na cidade petroleira de Maracaibo, Arias Cárdenas passara dez anos em um seminário, na infância e na adolescência, no decênio de 1960. Ele gastara horas pesquisando os documentos do Concílio Vaticano II e do seminal encontro de 1968, que reunira vários bispos em Medellín (Colômbia) e no qual foi declarada uma “opção preferencial pelos pobres”, além de outros textos progressistas da época. Enfim, ele acabou deixando o seminário porque acreditava que os padres com os quais travara conhecimento limitavam suas ações à capela e às salas de aula. Eles não estavam suficientemente presentes na comunidade e nas ruas. Arias, no entanto, partiu tomado pelos ideais do Vaticano II, pela teologia da libertação e pela necessidade de oferecer justiça social aos pobres.

No final da adolescência, deparou com duas opções. Poderia ingressar em uma universidade ou poderia alistar-se nas Forças Armadas. A família não possuía dinheiro para mandá-lo a uma universidade, então se candidatou à academia militar. Arias era um bom estudante e, como Chávez, iniciou uma promissora carreira quando saiu da versão venezuelana de West Point, transformado em oficial do Exército. Via-se, porém, aturdido pelo mesmo tipo de ansiedade a respeito do corrupto *establishment* venezuelano e em relação às massas pobres cujo sofrimento atormentava Chávez. De baixa estatura, magro e com voz calma, Arias era um soldado, mas falava de forma que lembrava a de um padre.

Em março de 1986, Chávez convidou Arias para um congresso que organizava na cidade de San Cristóbal, no Estado de Táchira, perto da fronteira com a Colômbia. Arias estava servindo perto dali. O grupo a reunir-se seria pequeno e dele participaria uma única mulher – Marksman.

Chávez e outras pessoas preocupavam-se com a possibilidade de agentes de inteligência estarem no seu encalço, de forma que adotaram medidas suplementares de segurança. Prepararam-se tanto para uma ação policial que visasse ao apartamento, o que exigiria deles uma fuga rápida, quanto para um cerco, hipótese na qual seriam obrigados a lutar. Encontraram-se em um apartamento do quinto ou sexto andar de um determinado prédio, levando consigo cordas, que usariam para descer pela lateral do edifício, caso fossem obrigados a fugir. Meio confusa, Marksman ouviu as instruções sobre como deveria usá-las. Imaginou que de forma nenhuma se lançaria pela janela e escorregaria até o térreo por uma corda. Simplesmente teria de se render.

Os rebeldes também encheram o apartamento com fuzis de assalto, granadas e um suprimento de comida suficiente para uma semana, preparando-se para um prolongado impasse. Chávez até dirigiu um pequeno tanque desde o distante vilarejo de Elorza, a centenas de quilômetros de distância, nos *llanos*, para onde fora transferido meses antes, até as cercanias de San Cristóbal. Tratava-se de mostrar que o movimento ganhava força. Surpreendentemente, ninguém das Forças Armadas tentou impedi-lo. A maior parte dos seus superiores parecia cega para as atividades de Chávez, apesar de – conforme descobriria – esse não ser efetivamente o caso de todos eles.

Chávez estava decidido a causar uma boa impressão em Arias. Preparou o encontro meticulosamente. Veio armado com uma série de folhas de plástico, folhas que colocou em um projetor suspenso e que traçavam o perfil de seu movimento bolivariano. Ele e outros participantes falaram sobre a raiz tripla formada por Bolívar, Zamora e Rodríguez, sobre a deterioração das Forças Armadas, bem como sobre a patética situação política do país. Falaram sobre a necessidade de um movimento civil-militar e de um levante para romper o controle mantido pela oligarquia sobre a Venezuela, por meio de seus representantes.

Arias concordou com a maior parte dos pontos levantados. Por volta das 3 horas, seis ou sete horas após o início do encontro, as discussões passaram a girar sobre como atingir aquelas metas. Chávez disse acreditar que o grupo deveria provocar uma insurreição, desestabilizando a Venezuela. Ele desejava explodir pontes, derrubar torres de eletricidade e destruir poços de petróleo. Desejava ajudar civis esquerdistas a lançarem ataques contra os

quartéis, a fim de roubarem armas e organizar unidades ao estilo da guerrilha urbana e rural.

Suas propostas adotavam a linha das idéias de Douglas Bravo sobre acelerar a “situação objetiva” para provocar uma rebelião de massa.

Arias não gostou do que ouviu. Na opinião dele, as propostas de Chávez não se diferenciavam muito de um retorno às fracassadas táticas guerrilheiras adotadas por Bravo nos anos 1960. Desconfiado dos civis em geral e de Bravo em especial, Arias opôs-se a permitir que o PRV adotasse o comando do movimento e da rebelião. E isso porque sentia existirem suspeitas recíprocas. Alguns dos civis acreditavam que certos soldados não passavam de ditadores militares de direita, semelhantes aos assassinos que haviam deposto os governos do Chile e da Argentina. Esses civis desejavam ver civis controlando o levante.

Mas Arias tampouco depositava muita confiança neles. Eles pareciam presos a um paradigma da década de 1960, sem perceber que a maior parte dos venezuelanos não queria mais reeditar a violência guerrilheira daqueles anos. Também acreditava que eles não se davam conta da diferença fundamental existente entre os soldados venezuelanos e os soldados de outros países da América Latina. Se nós somos os que corremos o risco de morrer ou de ficarmos presos durante anos, pensava Arias, então nós deveríamos ser os responsáveis por comandar a rebelião.

“O mesmo que sentíamos, Douglas e o pessoal dele sentiam: falta de confiança”, afirmou Arias Cárdenas tempos depois:

Acreditávamos estar colocando a mão na massa, enquanto aquelas pessoas se eximiam e ficavam fazendo discursos sobre a

ecologia. Nós arriscávamos nossas vidas todos os dias. [...] Na minha opinião, precisávamos ser mais autônomos e nós mesmos deveríamos controlar o movimento e o processo todo. Em alguns momentos, as intervenções de Harold pareciam nos enclausurar em um projeto pré-concebido que não nos permitia pensar, que não nos permitia criar, que limitava em muito o horizonte. [...] Sabíamos que, para ganhar espaço dentro das Forças Armadas, não podíamos correr o risco de as propostas serem ligadas a uma visão marxista da história, do homem e da economia.

Arias bateu o pé durante a reunião e declarou que não faria parte de "fracassos". Se nós, como um grupo, quisermos tomar o poder e realizar mudanças, prosseguiu, não podemos abandonar o papel de forças armadas nos transformando em quase-guerrilheiros. Perderemos legitimidade se um de nossos membros for flagrado explodindo uma ponte ou ajudando civis a roubar armas. Que os civis realizem as mobilizações nas ruas, e nós ficaremos de prontidão para nos unirmos a eles no final, quando chegar o momento de uma revolta.

Naquele ponto, Chávez sentia uma crescente decepção. O debate tornara-se mais acalorado. Chávez criticou duramente Arias, acusando-o de estar com medo de agir. O problema com você, disse, é que você vai até um certo ponto na revolução, mas continua com um social-cristão preso aí dentro, o que o mantém de mãos atadas. Outros deram declarações de cunho semelhante, conforme se lembra Arias. "Ronald Blanco, que concordava quase inteiramente com a teoria de Chávez, veio até mim e disse: 'Veja bem, major, temos de fazer isso. Não tenha medo'. Eu respondi: 'Isso não é medo. Para mim, não há dúvida de que o método proposto aqui está errado. Acho que, se aumentarmos nosso

poderio militar, conseguiremos ser muito mais eficientes do que se nos permitirmos ser descobertos e se reduzirmos nossas chances de crescer internamente'."

Enquanto a tensão aumentava, o major David López Rivas tentou romper o impasse. Caminhou até o projetor suspenso, pegou uma das folhas de plástico e nela desenhou a imagem do Zorro. Colocou-a no projetor e todos começaram a rir. Aquilo fez diminuir a tensão, e a discussão prosseguiu de forma mais calma. Como condição para envolver-se mais profundamente no movimento, Arias desejava que Chávez se distanciasse de Bravo. Chávez aceitou, mas possuía ele próprio outros motivos. O PRV estava rachando. Em meio aos desentendimentos, não desejava que algum membro amargurado do partido denunciasse suas atividades clandestinas.

Ainda assim, os encontros com Bravo não cessaram totalmente. Os dois continuaram a manter contatos esporádicos, até a ruptura definitiva ocorrida anos depois. À medida que a ligação de Chávez com Bravo e com o PRV se tornava mais tênue, os contatos dele com a Causa R intensificavam-se. O grupo desempenhou um importante papel no movimento, fornecendo o homem que mais tarde assumiria o comando do setor petrolífero no governo Chávez, Alí Rodríguez, apesar de os militares continuarem sendo o coração daquele movimento. Para Chávez, a Causa R encontrava-se mais próxima do clamor das massas e ele não ficava construindo castelos de areia.

"Meu encontro com Maneiro e, por que não dizê-lo francamente, minha certeza de que a direção adotada por Bravo não era a direção correta empurraram-me mais para perto da Causa R, especialmente por causa do trabalho deles com os movimentos

populares, algo vital para minha visão ainda inicial sobre uma luta da qual participariam os civis e os militares”, afirmou Chávez. “Eu estava decidido a respeito do papel das massas, o que não era o caso do grupo de Douglas; por outro lado, na Causa R, eu sentia essa presença.”

Quando o dia começava a raiar em San Cristóbal, Arias fez o juramento bolivariano e passou, formalmente, a ser um membro integral do EBR. Aquele era um momento decisivo na história do movimento. Arias desempenharia papel fundamental, elevando-se à posição de co-líder e oferecendo um contrapeso reflexivo para a natureza algumas vezes impetuosa de Chávez. Os dois se desentenderiam amargamente anos depois, em meio a um embate público e acirrado, mas Arias regressaria de forma dramática ao campo dos aliados de Chávez em 2006, quando o presidente o nomeou embaixador da Venezuela junto às Nações Unidas.

Quatro meses após o congresso em San Cristóbal, Chávez e seus companheiros organizaram um outro encontro semelhante em Maracay. Essa cidade, localizada na região central da Venezuela, contava com um grande número de militares. Ali ficava a principal base da Força Aérea do país e outras instalações importantes das Forças Armadas. Os bolivarianos precisaram adotar precauções maiores para evitar que fossem descobertos. Ao dirigir sentido oeste, vindo de Caracas, junto de Marksman, López Rivas, o major que tornara a atmosfera menos pesada no encontro de San Cristóbal, apresentou uma peruca de mulher e óculos escuros. Ele os colocou e pagou a taxa cobrada em um pedágio, agindo como mulher. E também levava um vestido no carro. Quando chegaram ao zoológico de Maracay, onde alguns conspiradores se encontrariam, López Rivas dirigiu-se até um banheiro e colocou o

vestido. O disfarce estava completo. Ele até tentou caminhar como mulher. O major revelou-se bastante convincente, ao menos na opinião de Marksman.

Marksman serviria de contato para alguns conspiradores. Eles a reconheceriam por meio do chapéu vermelho que sempre usava nos encontros. Geralmente, ela se reunia com eles na praça Bolívar da cidade ou no vilarejo onde o grupo estivesse – todos esses locais possuíam uma praça em homenagem ao Libertador. Marksman fixava um horário – 8 horas da manhã, por exemplo – e esperava exatos dez minutos antes de partir. Eles não ficariam em um mesmo lugar durante muito tempo, já que, dessa forma, se exporiam ao risco de serem percebidos por agentes da inteligência.

Em Maracay, o grupo decidiu fazer do conhecido zoológico o ponto inicial de contato. Marksman e López Rivas apanharam alguns dos outros e dirigiram-se para um prédio de apartamentos da cidade. Quando entraram no local, Chávez deu risada do disfarce de López Rivas. Marksman lembra-se desse encontro como aquele no qual ocorreu a mais emocionante cerimônia de juramento que testemunhou. Em todas as reuniões, os participantes, entre os quais os que já haviam feito o juramento, formavam um círculo, davam-se as mãos e repetiam o juramento mais uma vez, ao lado dos novos ingressantes. Naquele dia, em Maracay, um dos fundadores originais do ERB-200, Felipe Acosta Carles, chegou ao encontro acompanhado de seus dois filhos pequenos – um menino e uma menina. Quando chegou a hora do juramento, ele os colocou sobre cada um de seus joelhos, levantou uma das mãos de cada um deles para o alto e repetiu: “Eu juro pelo Deus dos meus pais [...]”.

Ao final da reunião, Chávez estava doente e registrou-se em um hotel para passar a noite. No dia seguinte, partiu rumo a Elorza, no

sudoeste da Venezuela, enquanto Marksman regressava para Caracas. O movimento entrava em ação. Novos membros filiavam-se, os congressos tornavam-se eventos regulares, Arias havia aderido e o clima geral era de entusiasmo. O número de ingressantes aumentou tanto que a liderança do movimento decidiu paralisar os recrutamentos. Eles temiam que o movimento ficasse grande demais, podendo, assim, acabar descoberto.

No encontro de San Cristóbal, os membros haviam decidido organizar Comandos de Areas Revolucionarias (CARs). Dividiram o mapa da Venezuela, encarregaram grupos de civis e militares de montarem atividades e nomearam cada região com o nome de tribos indígenas venezuelanas – Jirahara, Guajira, Piaroa, Cumanagotos. Alguns dos civis até se comprometeram a dar início à publicação de um jornal. Eles o batizaram de *Alianza Patriótica*. Chávez estava empolgado. O jornal representava um sinal concreto de avanço. O movimento consolidava-se. O homem que lutara durante anos para encontrar uma voz e criar uma organização capaz de canalizar suas angústias mostrava-se otimista. O movimento bolivariano e seu sonho de transformar a Venezuela começavam a tornar-se uma coisa só.

Os bons tempos, no entanto, estavam prestes a colidir com um primeiro revés de grandes proporções. Ao menos um homem das Forças Armadas saíra à caça de Chávez.

7. As Primeiras Traições



Carlos Julios Peñaloza Zambrano mal assumira seu novo posto como diretor da academia militar, em 1984, quando ouviu os rumores sobre Hugo Chávez estar organizando uma conspiração. Peñaloza não se surpreendeu. Havia ao menos um ano que ele ouvia boatos sobre uma célula subversiva entre os oficiais menos graduados das Forças Armadas; apenas não sabia quem estava no comando. Os supostos rebeldes se autodenominavam *comacates* – palavra espanhola usada para designar coronéis, majores, capitães e tenentes.

Em setembro de 1984, a academia realizou uma cerimônia para marcar a primeira vez em que os cadetes recém-chegados teriam permissão para sair da unidade. No evento, Peñaloza encontrou-se com um antigo amigo de colegial cujo filho estava entre os cadetes. O amigo puxou Peñaloza de lado. “Ele me falou: ‘Preste atenção. Meu filho disse que há um capitão aqui, cujo sobrenome é Chávez, que está falando sobre “rebelião e golpes” contou Peñaloza anos

depois. “Aquela foi a primeira vez em que liguei Hugo Chávez à conspiração.”

Dentro das Forças Armadas, o fato de grupos de soldados realizarem uma conspiração era quase um segredo de polichinelo. Chávez não estava sozinho nesse tipo de empreitada. Havia a Arma, de William Izarra, organização que perdia fôlego porque seus líderes vinham sendo expulsos das fileiras militares. E havia outros. Oficiais com cargos mais altos que o de Chávez sabiam da existência dos movimentos e, do ponto de vista de Peñaloza, permitiam que prosperassem. A insatisfação com o declínio político e econômico da Venezuela espalhava-se por todo o contingente militar. Da mesma forma como se espalhava a doutrinação esquerdista realizada em parte pelo Plano Andrés Bello.

Peñaloza investigou as atividades de Chávez. Alimentava muitas suspeitas sobre Chávez estar doutrinando alguns cadetes e organizando uma conspiração. Mas não podia provar nada. Chávez e os outros agiam com inteligência. Não permitiriam ser pegos facilmente.

A investigação de Peñaloza não realizou nenhuma descoberta conclusiva, mas foi o suficiente para que oficiais de alta patente transferissem Chávez. O vilarejo de Elorza ficava localizado no interior do Estado de Apure, nos *llanos*, perto da fronteira com a Colômbia – um lugar distante de tudo. Até 1941, nem mesmo havia certeza sobre se a área pertenceria à Colômbia ou à Venezuela, conforme observou Chávez. Tratava-se de uma terra de ninguém.

Chegava-se a Elorza após uma viagem de 12 horas por uma estrada esburacada, saindo de Barinas em direção ao sul. Nela, existiam lojas comandadas por sírios, restaurantes de propriedade

de colombianos e duas tribos indígenas na periferia da cidade. O caudaloso rio Arauca corria ferozmente nas proximidades.

Chávez desembarcou em Elorza no mês de agosto de 1985. Estava arrasado com a transferência. A turma de 1985 da academia militar fornecera alguns dos recrutas mais brilhantes do movimento chavista; esses cadetes desempenhariam, anos depois, um papel central no governo de Chávez, que os chamava de *Los Centauros*. Ele escreveu um poema pesaroso no dia da graduação deles:

Os Centauros estão partindo Minha alma enche-se De uma dor profunda

Os graduandos também se dispersariam por todo o país. Eles planejavam disseminar o movimento, escreveu Chávez, como sementes espalhadas por toda a Venezuela.

Mas não importa A semente logo dará seus frutos E germinará por todas as partes da Venezuela Cada um será O que precisa ser independente do lugar para onde vá.

Em Elorza, Chávez poderia ter se entregado à depressão. Ficou isolado de seus companheiros do movimento bolivariano, longe da ação em Caracas e em outras cidades. Em vez disso, mergulhou na vida local. Jogava beisebol com os moradores da região. Ajudava a organizar os festivais anuais para os santos padroeiros, as corridas de saco, as festas de *piñata*, os eventos que rememoravam fatos históricos, as corridas, os programas de plantio de árvores, as comemorações, a Pequena Liga de beisebol, os mutirões de atendimento médico e os festivais folclóricos para crianças.

Elorza transformou-se em mais uma oportunidade para Chávez testar suas idéias sobre unir os soldados e os civis em uma única força comum, capaz de transformar a Venezuela. Ele passou a ser

um tipo de prefeito da localidade e um líder diferente de qualquer outro que o vilarejo já vira. Contava com grande popularidade. Tornou-se tão amado que os moradores do vilarejo o escolheram para o prestigioso cargo de chefe do comitê organizador do dia do santo padroeiro da região, por dois anos consecutivos. Os estudantes de uma instituição de ensino médio homenagearam-no ao escolherem Chávez, por duas vezes, como *padrino*, padrinho da turma de formandos – mesmo ele nunca tendo dado uma única aula ali.

Alguns superiores das Forças Armadas podem ter acreditado que puniriam e isolariam Chávez ao enviá-lo para Elorza. No entanto, na opinião de Peñaloza, a manobra não deu resultados. “Eu fiquei surpreso quando o enviaram para um posto de comando onde ficaria isolado, onde seria o chefe supremo. Para mim, aquilo era uma barbaridade; um erro tremendo, porque, se alguém é suspeito de conspiração, a última coisa que se deve fazer é enviá-lo para um lugar onde esteja sozinho e no qual seja o oficial mais graduado.”

O que mais chamou a atenção de Chávez em Elorza foram as tribos indígenas que viviam em uma área isolada, nas proximidades do vilarejo. Os povos cuiva e yaruro contavam-se entre os cerca de 500 mil índios da Venezuela que ainda sobreviviam após séculos de exploração. Pouco depois de ter chegado a Elorza, Chávez conversou com um padre local sobre os abusos sofridos pelos índios nas mãos de grandes proprietários de terra, que ficavam cada vez mais ricos aproveitando-se do trabalho daquelas pessoas. “Veja, capitão. Muitos dos senhores que você vê aqui hoje, que possuem ranchos e que são ricos, costumavam, 20 anos atrás, sair por aí e matar índios como se matassem um cervo”, disse o padre, segundo

contou Chávez. “Eles os massacravam e os jogavam no chão. Até me contaram que alguns foram queimados vivos.”

O primeiro contato de Chávez com os índios aconteceu em um dia quando uma mulher pobre compareceu ao posto de comando, reclamando que alguns índios lhe haviam roubado seus dois porcos. Chávez costumava receber reclamações dos criadores de gado, mas geralmente os mandava procurar a polícia. “Os criadores de gado começaram a dizer que eu não colaborava, e isso porque estavam acostumados a ver o Exército agindo de forma violenta contra os índios. E eu sempre lhes disse que aquilo não fazia parte do meu trabalho”, afirmou. No caso da mulher, no entanto, Chávez resolveu investigar.

Ele escolheu 15 soldados de seu destacamento e entrou em contato com um especialista em seguir trilhas, um homem que havia sido soldado e espião para as forças de Marcos Pérez Jiménez. O homem já idoso conseguia de fato encontrar os índios, conforme logo demonstrou a Chávez. Ele era capaz de perceber o cheiro de urina em um determinado local e dizer se se tratava de um homem ou de uma mulher – “A mulher deixa pequenas poças enquanto o homem faz a urina espirrar para todos os lados”, explicou a Chávez.

Não demorou muito e o homem avisou que os índios se encontravam nas proximidades.

Chávez pegou seu binóculo e viu-os debaixo de uma mangueira. Estavam comendo as frutas da árvore. Ingenuamente, afirmou a um sargento que desejava cercar a árvore e conversar com os índios. O homem idoso disse que ele nunca conseguiria chegar aos índios. Mas Chávez insistiu na ordem. Ele enfiou sua arma na cintura, com

o cano apontado para baixo, e disse a seus soldados que ninguém deveria disparar, a não ser que recebessem ordens para tanto.

Assim que viram Chávez e seus homens, os índios ficaram alarmados. “Eles improvisaram uma ação defensiva impressionante e imediata”, disse Chávez. “Era como se raios de luz saíssem da mangueira. Os índios dispersaram-se como névoa no mato, incluindo as mulheres e as crianças. Em um piscar de olhos, os índios homens investiram contra mim. Eles puxaram suas facas e uma chuva de flechas caiu sobre a gente. Uma passou tão perto que quase atingiu minha cabeça.”

Pensando com rapidez, Chávez tirou sua pistola do cinto e disparou para o alto. Mandou que seus homens recuassem, apesar de, pouco depois, dois soldados e um índio terem começado a brigar. Por sorte, ninguém ficou ferido.

Os índios partiram, mas Chávez, porém, logo ouviu um grito na mata fechada. Eles dirigiram-se para o rio Cano Caribe. A região atravessava o auge da época das chuvas, e o rio apresentava um grande volume de água. No meio do Cano Caribe, Chávez viu uma mulher tentando atravessá-lo. Com uma mão, carregava seu filho pequeno envolto em um xale; com a outra, segurava uma faca e tentava nadar. Ela continuava afundando para debaixo das águas com o garoto e aparecendo novamente para puxar ar.

Chávez acreditou que ela poderia afogar-se. “Nunca me esquecerei dos olhos daquela mulher quando se encontraram com os meus. O olhar era de ódio, e aquilo provocou um impacto em mim”, disse. “Fiquei angustiado. ‘Ela vai afogar-se.’ Sabe o que o guia me disse? ‘Capitão, atire nela.’ E, segundo sabia, aquele não era um homem mau. Ele me surpreendeu. ‘O quê?’ ‘Mateos. Eles

são animais. E aquele menino, quando crescer, vai disparar flechas também.”

Chávez não disparou. Providenciou para que a mulher atravessasse o rio em segurança e se juntasse aos outros. Então, regressou para seu posto de comando. Ele sobrevivera a seu primeiro contato com as tribos indígenas, mas aquilo o deixara inquieto. “Duas coisas me abalaram naquele dia. Primeiro, a resposta dos índios quando me viram de uniforme e, depois, aquele ‘mate-os, eles são animais’. Fiquei pensando naquilo durante vários dias.”

As meditações de Chávez levaram-no a pesquisar mais profundamente a respeito das tribos. Viajou para San Fernando de Apure, capital do Estado, e compareceu à biblioteca do escritório local da Agência de Assuntos Indígenas. Em um mapa, identificou as áreas nas quais os índios moravam. Começou a estudar mais sobre a história, a cultura e as crenças indígenas. Entrou em contato com Arelis Sumavila, socióloga da Universidade Central da Venezuela que estudava os cuivas e os yaruros havia 20 anos.

Chávez e Sumavila tornaram-se amigos. Um dia, ela o convidou a participar de uma de suas expedições de campo. Chávez deixou que seu cabelo cortado rente, ao estilo militar, crescesse, vestiu roupas civis e juntou-se a Sumavila para ingressar nas profundezas dos *llanos*. Ela apresentou Chávez a outras duas pessoas que convidara, dois estudantes envolvidos em uma pesquisa.

Chávez passou vários dias com os índios, comendo e dormindo na comunidade deles, “tentando compreender o mundo deles”. Os índios aceitaram-no com afeição. Duas semanas depois da expedição, ele regressou sozinho para ver a tribo. Estava vestido

com seu uniforme. Os índios não o reconheceram e, inicialmente, ficaram com medo. Chávez tirou o quepe e chamou o chefe da tribo pelo nome: Vicente. Os índios “ficaram paralisados”, percebendo que

o estudante de antropologia do qual tinham ficado amigos era na verdade um soldado. Eles sentaram-se para conversar. “Ali, iniciou-se um processo de aproximação mútua que terminou em uma admiração mútua”, contou Chávez.

Seus soldados logo visitariam os índios como se fossem velhos amigos. Chávez conquistaria-lhes afeição e respeito, a ponto de convencê-los a participar de algumas das atividades culturais de Elorza, disputando corridas de saco e semelhantes. Os cuivas nunca conseguiram pronunciar corretamente o nome de Chávez. Chamavam-no de “Chivas Frías”, uma alcunha afetuosa.

A amizade com os índios marcou-o profundamente. Levou-o, anos mais tarde, a adotar algumas das políticas mais progressistas do continente dirigidas para as tribos indígenas, incluindo normas constitucionais reconhecendo a linguagem, a cultura e o sistema econômico indígena. “Eu senti a dor deles no fundo da minha alma”, disse Chávez em uma entrevista de 2004. “Aprendi a amá-los. Ao lado deles, deparei com experiências terríveis e com outras lindas. Os índios sofreram abusos durante toda sua vida. Eu já sabia disso, mas só lá realmente conheci a realidade, quando fui capitão no território deles, vivendo ao lado deles.”

Enquanto Chávez integrava-se ao mundo dos índios e à vida em Elorza, continuou tentando organizar clandestinamente o movimento bolivariano. Realizava encontros, viajava pelo país para de manter contato com seus companheiros e persistia nos estudos.

Passou a saber mais sobre a vida de Maisanta, ainda lembrado por alguns dos moradores mais velhos de Elorza. Chávez refez os passos de Pedro Pérez Delgado, munindo-se de mapas e de cadernos de anotação e realizando a já mencionada viagem até a Colômbia, quando foi detido por militares colombianos que o confundiram com um espião.

Quando aportou pela primeira vez em Elorza, Chávez encontrou-se com uma mulher que lhe disse lembrar-se de ver Maisanta, quando menina. Descreveu como Maisanta certa vez chegara ao local e vira a mãe e a avó da pequena de luto porque um coronel do Exército do ditador Juan Vicente Gómez seqüestrara uma das meninas da casa. Segundo o relato de Chávez, Maisanta perguntou a direção que o coronel tomara e partiu em seu cavalo. Ele a resgatou e a trouxe de volta alguns dias depois. Quando a moradora de Elorza contou essa história para Chávez, décadas mais tarde, chorou de gratidão. Ele então lhe disse ser descendente de Pérez Delgado, e ela respondeu que sua família idolatrava o bisavô de Chávez havia anos. “Cerca de 60 anos depois”, lembra-se Chávez, “eu descobri naquela terra os rastros das batalhas e das esperanças de Pedro Pérez Delgado. Sinto que em Elorza terminei de descobrir a mim mesmo.”

A cruzada de Chávez em busca das raízes de Maisanta pode ter soado como uma atividade inocente, senão pouco ortodoxa, para um soldado servindo em um posto militar remoto. Na verdade, essa cruzada servia de alimento para o movimento subversivo de Chávez. E o mesmo se dava com outras empreitadas. Cerca de um ano depois da chegada a Elorza, ele decidiu refazer a famosa marcha do general José Antonio Páez, das profundezas dos *llanos* até o Estado de Carabobo, ao norte, para a vitória crucial na guerra

da independência, em 24 de junho de 1821. O 165º aniversário da batalha de Carabobo seria celebrado em junho de 1986. Chávez enviou Marksman a uma livraria de Caracas, a fim de conseguir um livro com a imagem da bandeira rebelde que Páez e suas forças costumavam desfraldar. A bandeira era preta; no canto esquerdo superior havia uma caveira e ossos cruzados; sob o desenho, as palavras LIBERTAD O MUERTE – liberdade ou morte.

Usando o livro como guia, Chávez pediu a Marksman que fizesse duas bandeiras como aquela, em tecido. Ela as enviou para Elorza. Chávez hasteou uma delas na base militar e a outra no local de uma importante batalha vencida por Páez décadas antes, quando gritara: "*Vuelvan caras!*" – Meia-volta! – para seus soldados, em uma manobra responsável por garantir a vitória sobre os espanhóis. Chávez precisou realizar uma pesquisa para descobrir o local da batalha. Com orgulho, telefonou para Marksman no dia em que fizera a descoberta e plantou ali a bandeira.

Alguns meses mais tarde, apresentou um plano ainda mais grandioso. Pediu a Marksman que mandasse fazer aproximadamente cem cópias menores da bandeira. Então, reuniu alguns soldados, vestiu-os com a roupa completa dos camponeses da época de Páez, incluindo chapéus de palha e calças que iam à altura dos joelhos, e colocou-os sobre o lombo de cavalos. Os homens partiram para uma jornada de uma semana pelos *llanos*, refazendo a trilha seguida por Páez. Pararam em vilarejos ao longo da rota, dirigindo-se para todas as praças Bolívar, onde Chávez homenageava o Libertador com flores, proclamando discursos inflamados. Ele criticava o governo e celebrava Bolívar, a quem descrevia como um revolucionário que ficaria enojado diante da situação da Venezuela.

Se os superiores de Chávez tivessem ouvido aqueles discursos, eles seriam sem dúvida considerados subversivos. Em vez disso, quando ele chegou finalmente a Carabobo, reencenando a triunfante entrada de Páez no Estado,

o general encarregado da parada comemorativa ficou tão impressionado que fez de Chávez uma das estrelas do evento. Mandou que Chávez fizesse um discurso no começo da parada militar, explicando o que ele e seus homens estavam realizando. Depois, fez que cavalgassem altivamente pela rua como ato de encerramento das festividades, com suas bandeiras agitadas pelo vento enquanto permaneciam sobre os cavalos. O episódio, transmitido ao vivo por um canal de televisão do país, gerou uma pequena comoção e apareceu no dia seguinte em página inteira do jornal *El Nacional*, com fotos inclusive. Chávez alimentava seu movimento bolivariano bem debaixo do nariz de seus superiores, que aparentemente não percebiam isso ou não se preocupavam o suficiente para tentar detê-lo.

Mas isso apenas aparentemente. Dois meses depois, em setembro de 1986, o movimento viu-se atingido pelo seu primeiro vazamento grave de informação. Depois da transferência para Elorza, Hugo Chávez mandou que os bolivarianos interrompessem o recrutamento de novos membros porque o grupo crescia muito rapidamente. Ele temia que autoridades descobrissem o movimento e o pulverizassem. Porém, ainda com seu consentimento, um tenente chamado Valera Querales deu continuidade a seus esforços, tentando concluir uma missão de recrutamento então muito próxima de ser finalizada com sucesso.

Um recruta em potencial, no entanto, teria se assustado em um encontro do qual Chávez não participou, em San Juan de los Morros,

quando o grupo passou a falar sobre a possibilidade de um golpe contra Carlos Andrés Pérez, caso o candidato vencesse as próximas eleições presidenciais. Um dos participantes chegara mesmo a fazer um comentário despropositado sobre matá-lo, caso resistisse. O apreensivo recruta alertou seu comandante, citando o nome de Chávez e de outros. A informação chegou rapidamente a Peñaloza e a outros dirigentes militares no Forte Tiuna, em Caracas. Eles convocaram uma reunião, mandaram que um secretário trouxesse a ficha de Chávez e iniciaram uma investigação. Chávez havia sido promovido de capitão a major poucos meses antes.

Por sorte, um colega dele na academia militar, da turma de 1975, trabalhava no gabinete dos comandantes das Forças Armadas. Os generais pediram-lhe que os acompanhasse até o Palácio de Miraflores, onde se reuniram com o presidente Jaime Lusinchi. Quando o deixaram sozinho no carro por alguns minutos, ele olhou o relatório secreto, colocado dentro de um envelope e do qual constavam as acusações contra Chávez e os respectivos companheiros. O colega de turma conseguiu ler alguns dos nomes mencionados. Mais tarde, telefonou para a casa de Marksman, conseguindo falar com Cristina, irmã dela. Repassou-lhe uma breve mensagem codificada: "*Peligro. La vieja esta grave. HCHVQCHR*" – Cuidado. A velha está muito doente. HCH significava Hugo Chávez; VQ, Valera Querales. O CHR não pôde ser entendido com clareza. Algo de estranho acontecia.

Chávez estava de férias e havia viajado até Caracas para realizar uma pequena operação nos olhos. Teria alta do hospital naquele dia. Quando chegou acompanhado de Marksman à casa, por volta do meio-dia, com um tampão em um dos olhos, deparou-se com Cristina, nervosa, trazendo-lhe a mensagem. Poucas horas

depois, receberam uma segunda ligação do colega de turma, igualmente criptografada, com a mesma informação. Chávez disse a Herma Marksman que caberia a ela achar Ronald Blanco La Cruz, então servindo no Forte Tiuna. Blanco La Cruz poderia então localizar o colega de Chávez e descobrir o que se passava.

Por volta das 19h, Marksman tomou um táxi e dirigiu-se para a casa de Blanco La Cruz, em La Valle. Conversou com a mulher dele, Guadalupe, que lhe disse que Ronald estava de serviço, no forte. Guadalupe foi de carro até o local, perto dali, e afirmou a Ronald que ele deveria ir para casa a fim de conversar com Marksman. Quando ele a encontrou ali, ouviu dela sobre o que estava ocorrendo. Ele mandou Marksman esperar enquanto avaliava a situação na base militar. Poucas horas depois, regressou com a notícia: oficiais haviam descoberto provas do possível envolvimento de Chávez, de Valera Querales e de um outro oficial chamado Chacon Rojas em uma conspiração. Você precisa alertar todo mundo do movimento, afirmou-lhe.

Marksman voltou para sua casa, em El Paraiso, a uma distância de 15 minutos de carro, e repassou as informações a Chávez. Ele mandou que ela queimasse todos os documentos incriminatórios que possuíssem. Havia vários: anotações dos encontros, documentos reunidos pelo grupo, uma agenda com a lista dos membros do movimento.

Chávez e Marksman jogaram todo esse material dentro de uma caixa e a encharcaram de querosene. Por volta da 1h30, Marksman e a irmã foram de carro até La Guaira, na costa caribenha, a meia hora dali. Acharam um local ermo da praia de Macuto. Marksman escalou um píer rochoso, jogou a caixa dentro de uma rachadura na pedra e tentou atear fogo usando velas e fósforos. O vento

continuava apagando as chamas e os fósforos terminaram. Ela viu-se obrigada a caminhar de volta até a estrada, a fim de encontrar uma loja aberta onde pudesse comprar mais fósforos. Marksman mandou a irmã ficar por perto para o caso de se verem obrigadas a fugir de uma hora para outra. Mas quando chegou à estrada, Cristina havia estacionado o carro tão longe que mal conseguia vê-lo. Cristina ficou aterrorizada com a possibilidade de as autoridades encontrarem Herma e prenderem as duas.

Enquanto isso, Chávez tinha alguns documentos em Elorza que precisava queimar. Temendo que as autoridades fossem prendê-lo, ele arrancou o tampão do olho, entrou em seu carro e começou a dirigir. Passou por Maracay, a cerca de 90 minutos de distância, onde alertou um dos integrantes do movimento. Continuou dirigindo por mais meia hora, até Valencia, onde divulgou a mesma mensagem e deu ordens para que os bolivarianos se escondessem. Depois, percorreu a longa distância até Barinas – outras sete horas de viagem.

No vilarejo localizado na periferia da cidade, entrou em contato com al-guns civis que participavam do movimento, cuja presença era significativa na área, incluindo a cidade natal de Chávez, Sabaneta – alguns de seus moradores haviam ingressado em guerrilhas e movimentos de esquerda na década de 1960. Ali, ele procurou dois de seus amigos mais fiéis, os irmãos Orta, que aceitaram levá-lo de caminhão ao longo da esburacada estrada até Elorza. Eles alertaram alguns subordinados de Chávez na base militar, que então usaram uma chave recebida de Chávez para entrar em seu quarto e queimar todos os livros, documentos e agendas incriminatórios, guardados ali. “Eles vasculharam tudo porque suspeitávamos de que os serviços de inteligência acabariam

por apreender tudo aquilo”, disse Chávez. “E de fato, no dia seguinte, um avião com agentes da inteligência pousou na base. Eles procuraram, mas não encontraram nada.”

Chávez seguiu para a casa de sua mãe em Barinas e, com o olho inchado, ligou para o oficial comandante em San Juan de los Morros, a fim de informar que estava se recuperando de um problema de saúde. Ele avisou o irmão Adán, que divulgou para alguns civis a notícia sobre a delação. No final, apesar das arraigadas suspeitas sobre o envolvimento de Chávez com algo ilícito, as autoridades militares não conseguiram provar nada. Os bolivarianos haviam conseguido superar a primeira falha grave de segurança.

Mas Chávez não escapou totalmente ileso. Quando regressou de suas férias, as autoridades tiraram-no do comando em Elorza, alegando tratar-se de uma reestruturação. Ordenaram que criasse uma nova unidade de “desenvolvimento da fronteira”. Chávez via a situação por um outro ângulo: “Eles tiraram tudo de mim, fiquei sem orçamento, sem terra, sem nada, na solidão de Cajon de Aracua, conversando com os fantasmas de Lorenzo Barquero” – personagem do famoso romance venezuelano *Doña Bárbara*, cuja vida fora destruída por infortúnios e vícios e que, finalmente, leva uma vida miserável em uma cabana nos *llanos*. “Ao fim e ao cabo, formamos uma unidade com dez soldados e alguns índios. Eles continuavam de olho em mim. Há até um relatório da disip (polícia política) que me liga aos guerrilheiros colombianos e me acusa de estar preparando uma rebelião indígena!”

Chávez e outros soldados dedicaram-se à restauração de uma fazenda colombiana abandonada, de nome Santa Rita, e que ficava nas proximidades da base. Realizaram algumas colheitas e até

cuidaram de alguns porcos doados por um vizinho. Hastearam a bandeira da Venezuela ao lado de uma grande bandeira negra de Páez, só que desta vez com as palavras santa rita o muerte. Segundo os relatos de Chávez, aqueles homens transformaram-se em uma turma de trabalho maltrapilha, perdida no meio do nada.

Um dia, um general chamado Arnoldo Rodríguez Ochoa decidiu visitar Chávez e os soldados. A manhã já estava pela metade. Chávez ainda dormia, pois chegara tarde de uma viagem a Capanaparo, nos *llanos*. Um helicóptero surgiu no céu e aproximou-se da base. Um soldado bateu na porta de Chávez. Major, um helicóptero chegou! Chávez e seu grupo, naturalmente, não se encontravam preparados para a visita de um comandante de alta patente. Seus soldados: pareciam-se mais com guerrilheiros, calçando botas de borracha porque as botas de combate haviam estragado, vestindo uniformes rasgados, alguns com calças jeans, eu com os cabelos longos e uma barba. [...] Vesti uma camiseta verde, umas calças sujas, um par de botas enlameadas. Quando vi o general, pensei: “Estou em apuros”. Aquilo não se parecia em nada com uma unidade militar.

Não havia disciplina. Alguns soldados cavalgavam. O general ficou lá, de pé, olhando para mim, como se estivesse surpreso. Ele possuía um tipo sutil de humor e, ao lado de seu subordinado, disse para mim em um tom bastante sério:

O seu nome é Chávez? O capitão da academia militar?

Sim, general, sou Chávez.

Jesus, o que significa essa bandeira negra? E o que você está fazendo que esses soldados não batem continência para um general?

Seja bem-vindo general (eu não sabia o que dizer para ele). O senhor deseja uma xícara de café?

Os dois entraram na casa, que estava cheia de fumaça devido ao fogão a lenha existente na cozinha. Alguns dos porcos perambulavam perto deles. Do lado de fora, havia uma pequena plantação de milho. O general perguntou a Chávez o que ele estava fazendo ali. Eles me enviaram para cá, respondeu Chávez. Eles me acusaram de estar organizando uma conspiração. E isso é verdade? perguntou o general. Não, general. O que acontece é que sou desse jeito. O senhor me conhece, eu falo muito. Eu sou um bolivariano.

Chávez convenceu o general de que não estava realizando nenhuma conspiração e eles mantiveram-se em contato. Rodríguez Ochoa gostava dele. Em um determinado momento, no ano de 1988, Rodríguez Ochoa convidou Chávez para ser seu assistente pessoal. Chávez passou algum tempo ao lado do general, no posto de comando em San Juan de los Morros. Então, um dia, divulgou um comunicado: Rodríguez Ochoa estava sendo nomeado chefe do Conasede, o Conselho Nacional de Segurança. O general iria para o palácio presidencial de Miraflores, em Caracas, e desejava levar Chávez consigo.

De novo, a sorte sorria para Chávez. Ninguém entre os oficiais tentou bloquear sua transferência para Caracas. Dentro em breve, Chávez viu-se trabalhando dentro do Palacio Blanco, na frente de Miraflores, do outro lado da rua. Seu principal ocupante, o presidente Jaime Lusinchi, chegava ao fim de seu mandato de cinco anos, mais um período de declínio na história venezuelana. Tratava-se da "Década Perdida", marcada por dívidas crescentes, inflação em alta e recessão econômica na América Latina. A Venezuela não representava uma exceção.

Lusinchi assumira o comando do país em 1984, um ano depois da Sexta-Feira Negra, quando o então sólido bolívar sofreu uma desvalorização, deixando os venezuelanos chocados. Os eleitores tiraram do poder o homem que determinara a desvalorização, Luis Herrera Campins, do Copei, e trouxeram de volta

o partido mais populista de Carlos Andrés Pérez, a Ação Democrática. Seu novo líder era Lusinchi.

Quando tomou posse, nem mesmo o governo sabia o montante verdadeiro da crescente dívida venezuelana, e isso porque um grande número de agências e institutos oficiais tomou empréstimos por conta própria, sem o consentimento do Congresso. Descobriu-se depois que aquele montante dobrara de tamanho desde 1978, para um total de 34,2 bilhões de dólares – sendo grande parte da dívida em títulos de curto prazo.

Lusinchi conseguiu pagar não apenas os juros vencidos das dívidas, mas também o principal. Conseguiu ainda incentivar o crescimento econômico, na época em que os preços do petróleo despencavam. O cenário parecia resultado de algum tipo de mágica econômica. Como ele conseguira fazer aquilo? Em resumo, Lusinchi desvalorizou o bolívar por duas vezes e tornou mais leves os cofres do país. As reservas em moeda estrangeira não comprometidas com as dívidas caíram de 8,98 bilhões de dólares, em 1985, para 1,77 bilhão, em 1986. A balança de pagamentos superavitária de 17 bilhões de dólares em 1985 transformou-se em uma balança deficitária de 3,8 bilhões de dólares, em 1986, e de 4,4 bilhões, em 1987. Um desastre econômico formava-se no horizonte, apesar de poucos venezuelanos perceberem isso.

Acrescente-se ao cenário o escândalo conhecido como Recadi, sigla que designava a agência oficial encarregada da taxa de câmbio. Lusinchi criou o órgão a fim de administrar a taxa de câmbio com três faixas (quatro faixas entre 1984 e 1986) e o sistema de controle da moeda que fornecia dólares a taxas preferenciais para a importação de alguns produtos. O órgão transformou-se em um enorme esquema de lavagem de dinheiro usado pelas elites venezuelanas. Conseguia-se faturar alto simplesmente comprando dólares com taxas preferenciais e convertendo-os em bolívar com as taxas do mercado.

Vários empresários e políticos ligados ao esquema foram acusados e detidos, mas a Suprema Corte, órgão com forte influência política, acabou anulando os mandatos de prisão devido a uma tecnicidade. O fato não surpreendeu a maior parte dos venezuelanos. Se um jornalista perguntasse a um homem ou a uma mulher, nas ruas: "O senhor (a senhora) acredita que algo de concreto resultará disso?" – referindo-se às acusações de corrupção –, a resposta mais comum seria: "*Aqui no ha pasado nada*". Aqui não aconteceu nada.

O Recadi não foi nem mesmo o maior escândalo do governo Lusinchi. Pouco tempo depois de mudar-se para Miraflores, o presidente não conseguiu esconder do país que mantinha um caso amoroso com sua secretária, Blanca Ibáñez, uma mulher muito mais jovem do que ele. Ruiva de feições delicadas, Blanca Ibáñez saíra de uma família pobre dos Andes para chegar a ter um escritório próprio dentro do palácio presidencial, imaginando-se uma versão venezuelana de Eva Perón, apesar de faltar-lhe o respectivo carisma.

Ibáñez acumulou um poder incrível, viu-se envolvida em muitos escândalos de corrupção e usurpou o papel de primeira-dama, chegando a usar sua posição para perseguir a mulher de Lusinchi, que havia pedido o divórcio. “Blanquita”, como era chamada, costumava participar das reuniões de gabinete e até mesmo acompanhar Lusinchi em viagens oficiais ao exterior. Em uma dessas viagens, para a Espanha, o indecoroso relacionamento provocou um escândalo. As autoridades espanholas recusaram-se a permitir que ocupassem as mesmas instalações oficiais, o que os obrigou a hospedarem-se em um hotel.

Quando a Presidência de Lusinchi embarcava em seus dias finais, em 1988, o sistema financeiro encontrava-se à beira do colapso. Sua política de sangria dos cofres nacionais rendeu-lhe uma popularidade momentânea, mas deixou um desastre à espera do próximo presidente. Na esperança de voltarem aos bons e velhos tempos do *boom* do petróleo, verificado na década de 1970, os venezuelanos recorreram outra vez a Carlos Andrés Pérez, *el gocho*, que prometera uma “grande reviravolta” no destino da Venezuela. Conforme observou o cientista político Daniel Hellinger: “As políticas de Lusinchi provavelmente contribuíram para que o colega *adeco* vencesse as eleições de dezembro de 1988, mas Lusinchi legou a Pérez uma bomba-relógio econômica que precisaria ser desmontada”.

Hugo Chávez chegou a Caracas quando o relógio da bomba continuava a avançar. Infelizmente para ele, o movimento bolivariano atravessava um de seus períodos de retração. Pouco depois do encontro de San Cristóbal, em 1986, no qual ingressara oficialmente no grupo, Arias Cárdenas tinha partido rumo à Colômbia para estudar ali durante dois anos. Ele não desempenhara

nenhum papel importante dentro do movimento, que naquela altura trocara seu nome para MBR-200, devido à crescente adesão de civis como Marksman.

É claro que Chávez, a seu turno, havia ficado isolado em Elorza. Lá, encontrara dificuldades para manter seus contatos. Até o jornal que os ci-vis haviam combinado publicar, no encontro de San Cristóbal, revelou-se um motivo de decepção. Dois meses após aquela reunião, um pacote com duzentos jornais foi entregue a Chávez, em Elorza. Quando ele abriu o pacote, ficou chocado. O jornal deveria dar ênfase a Bolívar, Rodríguez e Zamora. Em vez disso, na capa vinha estampada uma foto de Ernesto “Che” Guevara, e os artigos apresentavam um viés semelhante. Chávez admirava Che, mas sabia que o revolucionário de Cuba nunca seria aceito dentro das Forças Armadas ou mesmo entre a maior parte da população em geral. Ele levou os jornais para fora e lhes ateou fogo.

Quando a década de 1980 chegava ao fim, Chávez estava convencido de que seu movimento corria o risco de desaparecer por completo. “O processo, com altos e baixos, avançou de 1982 a 1991, e houve épocas nas quais achei que não continuaria.” Os rebeldes precisavam de um acontecimento dramático para revitalizar a conspiração. E um acontecimento do tipo ocorreria dentro em breve.

8. O Massacre



Carlos Andrés Pérez desejava fazer de sua posse um evento inesquecível. Ele vencera a eleição presidencial de dezembro de 1988 de forma categórica, aproveitando-se de uma onda de esperança criada em torno da possibilidade de o novo dirigente retomar no país os gloriosos dias do *boom* do petróleo, quando exercera seu primeiro mandato, nos anos 1970 – naquela época bilhões de petrodólares pareciam cair do céu. Depois de uma década de recessão econômica, a “Venezuela Saudita” regressava à cena, ou ao menos assim esperavam milhões de venezuelanos. CAP, como Andrés Pérez era conhecido, transformava-se no primeiro presidente a ser reeleito no país desde a instalação da democracia, em 1958.

Chávez testemunhava de camarote o retorno de CAP ao poder. Encontrava-se então servindo no Palacio Blanco, do outro lado da rua, na frente do palácio presidencial de Miraflores, trabalhando no escritório de segurança nacional. Mas não acompanharia os

acontecimentos traumáticos que logo se seguiriam à posse de Pérez e que mudaram o país para sempre. Enquanto Caracas ardia em chamas, Chávez viu-se confinado a uma cama, recuperando-se de uma catapora.

Até o surgimento de Chávez, Pérez havia sido a maior figura da era democrática da Venezuela. Político carismático e demagogo, que, aos 66 anos de idade, ainda conseguia em seus comícios levar as multidões ao delírio, fazendo as mulheres desmaiarem, Pérez não era popular graças a sua aparência. “Alto, uma calvície inicial, nariz grande e queixo pouco saliente, ele não é exatamente uma estrela de cinema”, afirmou *The Atlantic Monthly* em um perfil a respeito do presidente. “E nem se trata de um grande orador. O charme de CAP é o próprio CAP.”

De forma semelhante a Chávez, Pérez era um *workaholic* capaz de dormir somente quatro ou cinco horas por noite. De pé antes do amanhecer, todos os dias, para mais uma seqüência atordoante de reuniões, telefonemas e viagens, o líder reeleito podia ser descrito como um rodamoinho de atividades a percorrer o globo terrestre. Durante os comícios, agitava os braços sobre a cabeça como duas vassouras que limpassem janelas e conseguia levar as multidões a um estado próximo do histérico, por meio de frases banais: “Vamos trabalhar! Vamos trabalhar!”. Acabado animal político, Pérez alimentava uma legendária ânsia por holofotes.

Ele nascera no pequeno Estado fronteiriço de Táchira, que possuía dois produtos principais: o café e os autocratas. Dali saíram os três ditadores militares do século 20 venezuelano; somando tudo, os três governaram o país durante 46 anos. Pérez ingressou na política aos 15 anos, conseguiu um emprego, oito anos mais tarde, como secretário particular do patriarca da democracia na

Venezuela, Rómulo Betancourt, e em 1949 fugiu para um exílio de nove anos, depois de o general Marcos Pérez Jiménez ter tomado o poder. Trabalhou como ministro do Interior no começo dos anos 1960, quando Betancourt se tornou o primeiro presidente eleito pelo voto popular na Venezuela e, finalmente, tomou o país de assalto durante seu mandato inicial, de 1974 a 1979. Nacionalizou o setor petrolífero, encetou relações diplomáticas com Cuba, fez *lobby* com o Congresso norte-americano para garantir a devolução do controle sobre o canal do Panamá aos panamenhos e forneceu armas aos sandinistas, enquanto o regime Samoza, aliado dos Estados Unidos, cambaleava em meio aos últimos suspiros.

Cercado por um grupo de aliados esbanjadores, alcunhados “os 12 Apóstolos”, Pérez viu sua Presidência chegar ao fim envolvido em um escândalo no qual era acusado de participar de um esquema de suborno. O caso envolvia uma fragata, a *Sierra Nevada*, comprada pelo dobro de seu valor e entregue à Bolívia, país sem acesso ao mar. O comitê de ética da Ação Nacional, legenda à qual o dirigente pertencia, puniu-o e tentou expulsá-lo do partido.

No entanto, uma década mais tarde, após a Venezuela ter mergulhado na estagnação econômica, tudo aquilo fora esquecido, ou ao menos perdoado. O mesmo valia para as gordas contas bancárias que acumulara com seu modesto salário oficial. Pérez percorreu o país durante a campanha de 1988 como um tornado em forma de gente, atravessando os *barrios* a passos largos, enquanto apertava a mão das pessoas, beijava senhoras de idade e prometia prosperidade. Suas palavras de ordem eram: “O homem que caminha realmente” e “O homem com energia”.

Ele passara 15 anos percorrendo o mundo em nome das causas do Terceiro Mundo. Como faria Chávez tempos depois, ele se

considerava a reencarnação moderna de Simón Bolívar, unindo a América Latina para enfrentar a devastadora crise das dívidas externas na Década Perdida dos anos 1980, e tornando-se o porta-voz oficial do Terceiro Mundo em geral. Ao preparar-se para assumir novamente o cargo de presidente, ele acalentou o plano de marcar o dia de sua posse com um espetáculo que o apresentasse como um líder mundial completo e como o salvador da América Latina.

Seus adversários disseram tratar-se de uma "coroação". A lista de convidados incluía 24 chefes de Estado, meia dúzia de ex-presidentes, entre os quais Jimmy Carter e Julius Nyerere, da Tanzânia, cinco ministros do Petróleo de países-membros da opep e centenas de dignatários estrangeiros. Fidel Castro compareceu, encerrando os intensos boatos sobre se retornaria à Venezuela pela primeira vez desde sua triunfante visita 30 anos antes, realizada depois de haver tomado o poder em Cuba. Os Estados Unidos enviaram Dan Quayle, que debutava em viagem diplomática ao exterior no cargo de vice-presidente. Tanto líderes dos Contras na Nicarágua, quanto o presidente sandinista do país, Daniel Ortega – ainda em guerra entre si –, participaram da cerimônia. Os xeiques do petróleo vindos do Oriente Médio ficaram ombro a ombro com os líderes da guerrilha latino-americana Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. O luxuoso Hotel Hilton da região central de Caracas, onde muitos dos poderosos se hospedaram, transformou-se em "zona militar com armas por todos os lados", sob os olhares atentos de oficiais da KGB (soviética), agentes do Serviço Secreto dos Estados Unidos, agentes cubanos da área de segurança e um grande número de soldados venezuelanos. Cerca de 700 jornalistas do mundo todo dirigiram-se à cidade a fim de acompanhar o espetáculo.

Ninguém ficou desapontado. Pérez e seus asseclas realizaram um *show* como poucas vezes se vira na região – “uma das maiores celebrações já testemunhadas na América Latina”, afirmou *The New York Times*. Segundo alguns, tratou-se da maior reunião de líderes estrangeiros já ocorrida no território latino-americano. Um total de 10 mil convidados para as pomposas festas de início de mandato teriam bebido 1.200 garrafas de uísque e consumido 650 mil antepastos, 20 lombos de boi e 209 lombos de cordeiro, tudo regado a champanhe. “Isso se parece com uma coroação, algo que um imperador fa-ria”, afirmou um diplomata sul-americano. “A gente até chega a pensar que ele é Hirohito⁵ ou algo assim.”

A multidão de convidados especiais instados a participar da cerimônia de posse revelou-se grande demais para o prédio do Congresso. Então, pela primeira vez, o evento ocorreria no elegante Teatro Teresa Carreño, o maior centro de artes dramáticas da cidade, localizado na frente do Hilton.

O fato de Fidel e Ortega terem sido convidados alimentou especulações sobre a possibilidade de Pérez, que nacionalizara as empresas estrangeiras de petróleo em 1976, realizar um anúncio impactante a respeito da crescente dívida externa da América Latina. Essa dívida provocava o que muitos economistas e analistas de política consideravam ser a pior crise da história do continente. Muitos esperavam que Pérez anunciasse a criação de um cartel de devedores, a fim de pressionar os bancos estrangeiros e os Estados Unidos a concederem ajuda aos países latino-americanos.

Às 10h30 do dia 2 de fevereiro de 1989, Jaime Lusinchi finalmente entregou a Pérez a faixa presidencial. O novo líder venezuelano lançou-se em um discurso de 45 minutos, invocando o

sonho de Bolívar de unir a América Latina e conclamando os líderes da região a formarem uma frente única contra o “oneroso” fardo das dívidas. Não houve muitas referências específicas à Venezuela, mas Pérez deu pistas sobre o que viria a seguir.

Duas semanas mais tarde, o país e o mundo descobriram a que se referia

o novo presidente. Mesmo quando atacara publicamente o capital estrangeiro nas semanas anteriores a sua posse, enquanto percorria diferentes países, Pérez enviava mensagens reservadas ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial garantindo que a Venezuela cumpriria as rígidas condições impostas para que o país obtivesse um empréstimo de 4,3 bilhões de dólares, incluindo 1,5 bilhão de imediato, dinheiro do qual precisava desesperadamente.

As condições integravam o que ficou conhecido como o Consenso de Washington. Considerado a Bíblia das emergentes políticas “neoliberais” de livre mercado que se espalhavam pela América Latina como resposta à crise das dívidas, o Consenso de Washington previa a redução do papel do Estado na economia, cortes nos gastos e subsídios do governo, suspensão das medidas de controle de preços, redução do aparato burocrático oficial, privatização de estatais, abertura da economia para o investimento externo, taxa de câmbio livre e submetida às leis do mercado, redução das tarifas comerciais e desregulamentação da economia. Em suma, irrestrito capitalismo de livre mercado com uma pequena dose da segurança social do socialismo de viés europeu.

À equipe do novo governo Pérez incluía dois jovens economistas que haviam estudado nos Estados Unidos e eram bem versados em

disciplinas de economia neoliberal da Escola de Chicago: Moisés Naím, ministro da Indústria e do Comércio, e Miguel Ramírez, ministro do Planejamento – ambos alunos brilhantes do MIT⁶ e de Yale. Eles ajudaram na elaboração de um “pacote de choque” econômico que outros países da América Latina, entre os quais a Bolívia, já tinham adotado em meio aos esforços para combater a hiperinflação, incentivar o crescimento econômico e diminuir a dívida externa.

A idéia era simples: um sofrimento de curto prazo para corrigir os “desequilíbrios da economia”, levando a uma prosperidade de longo prazo. Não importava que Pérez houvesse criticado o pacote do FMI, descrito por ele como uma “bomba atômica que mata as pessoas e deixa apenas os edifícios econômicos em pé”, e que tivesse atacado os economistas do fundo, “funcionários genocidas pagos pelo totalitarismo econômico”. Na sua concepção, não havia outras opções. O endividado país achava-se perto da falência devido a Lusinchi, que esgotara as reservas em moeda estrangeira a fim de pagar os serviços da dívida, deixando Pérez quase sem nada. O maior dramaturgo da Venezuela, José Ignacio Cabrujas, retratou a desesperadora situação do novo dirigente em uma cena na qual conversam Pérez e o banqueiro Pedro Tinoco, que acabara de informá-lo sobre o fato de haver “200 milhões de dólares” nos cofres:

Pérez: Para comprarmos clipes para papel, Tinoco?

Tinoco: Não, não. No total, senhor presidente.

Pérez: Pressuponho que o senhor se refira à caixa de trocados, Dr. Tinoco.

Tinoco: Não, não. Estou falando sobre o total das reservas. Isso é tudo o que temos. Não há mais nada além disso.

Pérez: Mas o Jaime... ele não... ele não me falou nada a esse respeito. Liguem para o Jaime.

Tinoco: O Jaime está em Miami, senhor presidente.

No dia 16 de fevereiro, Pérez anunciou o novo *paquete*. Não o chamou de “pacote de choque”, mas descreveu-o como um dos elementos do *El Gran Virage* – a Grande Virada –, que recolocaria a Venezuela nas águas da prosperidade. Tratava-se de um ortodoxo pacote de austeridade do FMI, somado a algumas medidas específicas elaboradas com vistas às peculiaridades econômicas da Venezuela. O preço da gasolina venezuelana, por exemplo, entre os menores do mundo (13 centavos de dólar o galão – 3,8 litros), quase dobraria, medida à qual se seguiriam, nos anos consecutivos, mais dois aumentos. Com essas manobras, pretendia-se equiparar os preços aos do mercado internacional.

O governo não imaginou que deveria preparar a população para as medidas, que incluíram aumentos drásticos dos preços do pão, do leite, do macarrão e de outros alimentos subsidiados. Naím, Rodríguez e os demais simplesmente partiram do pressuposto de que as pessoas aceitariam as medidas como estratégia óbvia para corrigir os desequilíbrios econômicos.

O pacote entrou em vigor no fim de semana dos dias 25 e 26 de fevereiro, quando se adulteraram silenciosamente os preços da gasolina nas bombas. O país já se encontrava em estado de tensão. Durante a campanha eleitoral, Lusinchi, da Ação Democrática, mantivera sob controle o preço de vários produtos, protegendo assim seus índices de popularidade e aumentando as chances de

Pérez vencer o pleito do começo de dezembro. Prevendo a suspensão dessa medida de controle, a desvalorização do bolívar e a elevação dos preços após o início do novo mandato presidencial, os comerciantes anteciparam-se às medidas e esconderam suas mercadorias, incluindo: arroz, feijão preto, farinha de milho, macarrão, leite em pó, sabonete, pasta de dente, xampu, desodorante e até automóveis.

Durante semanas, o país enfrentou uma falta generalizada de mercadorias. Nos pequenos estabelecimentos de bairro ou nos grandes supermercados, as pessoas que tentavam comprar produtos básicos da dieta venezuelana ouviam como resposta: "*No hay*" (não tem), apesar de muitas das mercadorias estarem escondidas nos depósitos. Incapazes de comprar até mesmo seus produtos mais básicos, os venezuelanos perdiam a paciência. Na metade de fevereiro, distúrbios de rua, provocados pela falta de comida, começaram a pipocar em Caracas e em algumas cidades do interior.

Na segunda-feira de manhã, 27 de fevereiro, foi a gota d'água. Apesar de o programa de choque de Pérez prever um aumento de 100% no preço da gasolina, ele restringiu o aumento das passagens de ônibus e microônibus em 30 por cento. Os motoristas não gostaram nada da medida. Naquela manhã, simplesmente ignoraram as novas regulamentações; a fim de acompanhar a alta do combustível, duplicaram o preço das passagens e recusaram-se a aceitar as carteirinhas de estudante capazes de garantir descontos de 50%.

O novo preço das passagens surpreendeu milhões de pessoas pobres que dependiam dos ônibus e microônibus para chegarem ao trabalho. Muitas delas acordavam às 4 horas, saíam de seus

barracos nos morros por volta das 5 horas e então enfrentavam, durante uma hora ou duas, longas filas para conseguir um lugar em veículos tão lotados que os passageiros precisavam dependurar-se por fora a fim de chegar ao trabalho. Ao final da tarde, repetiriam a mesma rotina humilhante, chegando em casa por volta das 20 ou 21 horas. As empresas de ônibus que monopolizavam esses serviços recusavam-se a colocar mais veículos nas ruas para agilizar as viagens porque isso faria diminuir seus lucros.

Para os alquebrados usuários do transporte público que mal conseguiam sustentar-se do ponto de vista financeiro, um aumento de 100% das passagens, sem aviso prévio, não poderia ser engolido. Em algumas áreas da periferia da capital, as novas tarifas representavam até um quarto do salário mensal de um trabalhador comum.

Os primeiros sinais de problema surgiram em Guarenas, fora de Caracas. Quando amanheceu o dia e as pessoas formaram as filas nos pontos de ônibus, viram-se atingidas pelo aumento de 100% nas passagens. Brigaram com os motoristas, atiraram pedras nos veículos e tomaram as ruas para protestar. Às 7h30, dois ônibus pegavam fogo. Por volta do mesmo horário, distúrbios eclodiam em Caracas, perto do terminal de ônibus de Nuevo Circo (Novo Circo).

Algumas horas depois de iniciadas as mobilizações, os manifestantes saíram de Nuevo Circo em direção às seis pistas da avenida Bolívar. Ali, montaram barricadas, interrompendo uma das principais vias de tráfego da capital. Donos de lojas, apreensivos com a situação, baixaram suas *santamarias* – as onduladas cortinas de ferro ou grades de aço usadas normalmente à noite, a fim de proteger suas vitrines. Outros deixaram suas *santamarias* semi-

abertas e os estabelecimentos funcionando parcialmente, sem saber com certeza o que estava acontecendo.

Naquela manhã, protestos semelhantes atingiram 19 cidades de todo o país. As redes de televisão mostravam imagens dos tumultos na capital, contribuindo para disseminar o clima de agitação.

Em Caracas, pouco depois do meio-dia, uma multidão de estudantes reuniu-se na frente da Universidade Central da Venezuela. Criticaram não apenas a elevação das tarifas do transporte, mas também todo o pacote de choque imposto por Pérez. Estacionaram carros ao longo da rua que leva à praça Venezuela e à praça de Las Tres Gracias, bloqueando o tráfego em outros dos centros nervosos da cidade. Por volta das 14 horas, desceram para a avenida Francisco Fajardo, maior via de circulação de veículos, e fecharam-na com galhos de árvore, engradados vazios e outros objetos. Pararam caminhões de transporte de comida, desembarcaram a carga e mandaram os motoristas estacionarem seus veículos ao longo da avenida.

Durante a maior parte desses eventos, não havia policiais à vista; os que havia ficavam parados, sem reagir, uma vez que em número muito menor que o dos manifestantes. Parte da força de segurança encontrava-se em greve devido a um desacordo sobre salários. Complicando o cenário, os líderes do governo tinham sido pegos de surpresa. Pérez estava em Barquisimeto, a 275 quilômetros de distância. O presidente, segundo tudo indicava, ou não tomara ciência dos distúrbios em Caracas ou não lhes dera a devida importância. Em Barquisimeto, as autoridades convocaram a Guarda Nacional por volta do meio-dia, de forma que essa cidade se viu em certa medida poupada dos tumultos.

No final da tarde em Caracas, porém, os ônibus e microônibus do transporte público haviam desaparecido. O metrô fechara as portas. Centenas de milhares de pessoas andavam quilômetros a pé para chegar a suas casas, no regresso do trabalho, enquanto carros e ônibus ardiavam em chamas nas ruas. A cidade mergulhava em uma situação de anarquia quase completa, e finalmente ultrapassou-se uma última barreira: começaram a ocorrer saques em grandes quantidades.

Essas ações iniciaram-se por volta das 16 horas. Os primeiros alvos foram os bares, supermercados e estabelecimentos que vendiam os produtos dos quais a população mais carecia – roupas e comida. Os saqueadores quebraram vitrines ou derrubaram portas e portões de metal para entrarem correndo nas lojas. Para a surpresa geral, descobriram que muitos dos produtos desaparecidos das prateleiras havia semanas se encontravam escondidos em depósitos no fundo dos estabelecimentos. Em uma orgia de pilhagens, levavam tudo sobre o que conseguissem colocar as mãos: macarrão, arroz, farinha de milho, leite em pó, pão, manteiga, presunto, queijo, carne, frango, calças, sapatos, fraldas. Muitos corriam pelas ruas com seu butim. Outros transportavam-no em carrinhos de supermercado. Alguns até carregavam nas costas lombos de boi do tamanho de um homem adulto.

Os motins propagaram-se como fogo em mato seco. Os gigantescos *barrios* de Catia, no oeste de Caracas, viram-se tomados pelas chamas. O mesmo aconteceu com Petate, no leste. As empresas de propriedade de imigrantes chineses, portugueses e libaneses foram atacadas com uma violência maior porque muitos venezuelanos os culpavam por esconder os produtos e causar a carestia. Enquanto destruíam estabelecimentos comerciais, os

envolvidos nos distúrbios também acendiam fogueiras na rua, atirando nas chamas pneus, caixas de papelão e outros materiais, impedindo o tráfego. Eles paravam carros, arrancavam os motoristas e ateavam fogo nos veículos. Os canais de televisão, ao mostrarem ao vivo essas cenas de caos, alimentavam o tumulto, indicando o local onde ocorriam os episódios mais recentes e dando coragem às pessoas para saquearem. Centenas de *motoboys* que costumavam passar o dia entregando pacotes, cheques e cartas também contribuíram para a divulgação das notícias, passando de um ponto de conflagração a outro, em alta velocidade.

A hora do jantar acabara de soar. E Caracas enfrentava um caos sem precedentes.

Quando caiu a noite, os saques passaram a ocorrer em escala crescente, e de forma mais organizada. Os moradores de algumas áreas e as forças policiais sobrecarregadas fizeram com que os saqueadores formassem filas do lado de fora das lojas e então permitiam primeiro a entrada das mulheres e das crianças. Os homens entrariam depois. Alguns saqueadores agitavam bandeiras da Venezuela e cantavam o hino nacional. Outros gritavam palavras de ordem ou as pichavam nos muros: o povo está Com fome. o povo está Com fome. Chega de deCepções. Muitos aderiram às pilhagens por acreditar que nada sobraria para eles.

Depois de os bares e supermercados terem sido quase esvaziados, os saqueadores voltaram sua atenção para as lojas de equipamentos de som e vídeo, para as lojas de móveis e para outros estabelecimentos que exibiam produtos caros nas vitrines e nos anúncios de TV. As multidões levavam embora aparelhos de TV, aparelhos de som, geladeiras, máquinas de lavar, fogões, camas. Para muitos, em vista dos preços cada vez maiores dos produtos e

da estagnação dos salários, os tumultos poderiam ser a última oportunidade para conseguirem uma cama nova, um novo sofá ou uma TV. Os moradores carregavam as mercadorias pelas ruas ou colocavam-nas em carrinhos de supermercado ou em padiolas roubadas de lojas de material de construção. Alguns apareciam a bordo de carros ou furgões. Outros, arrastavam geladeiras nas costas. Um repórter de televisão chamou o cenário de "loucura coletiva".

Os policiais identificavam-se com os saqueadores. A maior parte deles veio também dos *barrios*, contando com magros salários e não tendo recebido nada nas últimas semanas devido à disputa com os patrões. Em número muito menor que o de saqueadores, permitiram que a multidão pilhasse as lojas. E, ainda, à medida que as horas transcorriam, muitos deles passaram para o lado dos saqueadores. Grupos com homens armados, entre os quais alguns policiais uniformizados, com o rosto coberto por lenços, chegavam em caminhões ou mesmo em veículos policiais, a fim de levarem embora todo o estoque de um ou outro estabelecimento. Alguns repórteres viram policiais dispararem bombas de gás lacrimogêneo contra certos grupos para mantê-los afastados das lojas que pilhavam. Também dispararam aleatoriamente contra saqueadores que fugiam deles. Nas palavras de Charles Hardy, então um padre católico que trabalhava como missionário da Maryknoll em um *barrio*: "De repente, roubar macarrão passou a ser um crime punido com pena de morte".

Naquela noite, os saques saíram das principais avenidas comerciais ao pé do vale de Caracas para chegar aos *barrios* localizados nos morros vizinhos. Na esperança de que suas lojas não fossem totalmente destruídas, alguns comerciantes abriram as

portas para as multidões, que muitas vezes preservaram os estabelecimentos, mesmo levando as mercadorias. No *barrio* de San Augustin, roubaram-se 50 carcaças de vaca de um único açougue. As balanças sumiram também. Em Palo Verde e em La Urbina, bairros de classe média, “gangues armadas com pistolas” desceram de Petare, localizado perto dali, e saquearam mercados e um restaurante português, queimando os seus móveis na rua. Alguns manifestantes gritavam: “Melhor ser morto à bala do que morrer de fome”.

A orgia de pilhagens tornou-se conhecida como “o dia em que os pobres desceram dos morros”. Foi a válvula de escape para a raiva há muito represada pela massa das classes desfavorecidas. Durante anos, essas pessoas observaram impotentes uma minúscula elite enriquecer sobejamente, enquanto elas tinham dificuldade até mesmo para comer. Apesar de os saqueadores não terem investido contra os bairros mais luxuosos, os ricos ficaram aterrorizados. Moradores de áreas chiques do leste de Caracas formaram brigadas de defesa armadas, que circulavam pelas ruas com submetralhadoras, fuzis, pistolas e facões. Para a elite da Venezuela, o país rebaixava-se a uma situação de barbárie.

No entanto, para muitos dos moradores dos *barrios*, o levante espontâneo representava um ato de justiça social. Apenas 11 dias antes, os jornais estampavam em suas primeiras páginas notícias sobre o “Casamento do Século”, um evento cheio de pompa e ostentação organizado por duas das famílias mais ricas do país. A cerimônia incluiu uma festa para 3.500 convidados, 200 deles trazidos de avião por seus anfitriões de locais tão distantes quanto o Taiti. O casamento de Mariela Cisneros Fontanals, filha de Oswaldo Cisneros, com Gonzalo Fernández Tinoco y Zingg expôs

com todas as suas cores a vida da alta classe venezuelana. Oswaldo Cisneros era à época o presidente da subsidiária venezuelana da Coca-Cola e membro de uma das famílias mais ricas do mundo. Tinoco y Zingg era o rebento de uma próspera família de negociantes. O *El Diario de Caracas* reservou para o casamento parte de sua primeira página e outras nove do corpo do jornal, detalhando o extravagante acontecimento. Segundo os meios de comunicação, os convidados consumiram uísque importado, milhares de garrafas de uma refinada marca de champanhe francesa e as “melhores iguarias do exterior”, incluindo um bufê com caviar, lagosta e salmão à farta.

Depois da “coroação” de Pérez, duas semanas antes, e do pacote de austeridade sancionado pelo FMI, e impondo poucos sacrifícios aos mais ricos, a suntuosa festa prometia ser algo capaz de embrulhar o estômago do país. Durante anos, as elites e o governo “ficaram nos dizendo que deveríamos apertar nosso cinto. Mas não havia mais orifícios para apertá-lo”, comentou a ativista comunitária Xiomara Tortoza. Como Hardy, ela trabalhava com a Maryknoll em Nueva Tacagua, onde as pessoas viviam em barracos de metal, defecavam em pedaços de jornal depois atirados no mato, uma vez que não possuíam banheiro, e bebiam água infestada de parasitas, armazenada em barris que caminhões-pipa enchiam a cada mês, se tanto. “Os pobres e as classes trabalhadoras têm engolido sapo, engolido sapo e engolido sapo. Até que chegou um dia no qual dissemos: ‘Chega!’”, contou Tortoza. “O povo expressou sua raiva dessa maneira. Uma pessoa que não consegue pagar nem mesmo por um pedaço de carne conseguiu, naquele dia, comer carne de graça, vestir-se de graça e realizar seu sonho capitalista.”

Os saques verificaram-se também na noite de 27 de fevereiro e na manhã de 28 de fevereiro. Ao meio-dia, essas ações perdiam força em muitas áreas. O centro de Caracas transformou-se em uma cidade fantasma. Escolas, bancos e lojas ficaram fechados. Os ônibus do transporte público e os táxis haviam desaparecido. As estações de rádio aconselhavam as pessoas a não saírem de casa.

Nos *barrios* localizados morro acima, as pessoas passaram o dia trancadas dentro de casa, com medo, ou aproveitando-se do resultado das pilhagens. No *barrio* de Tortoza, em Catia, organizou-se uma grande celebração. Os moradores de Isaías Medina levaram suas churrasqueiras para as quadras de cimento, e o cheiro de carne na brasa espalhou-se pelo ar. Os vizinhos compartilhavam ou trocavam entre si os produtos saqueados, vangloriavam-se a respeito do que haviam pegado e bebiam cerveja, uísque e até champanhe. Aquele era um dia de triunfo, um dia de justiça.

Mas logo se transformaria em uma noite de terror. Pérez regressara a Caracas vindo de Barquisimeto por volta das 20 horas de 27 de fevereiro. Aparentemente estava surpreso com a situação caótica instalada naquela que, até então, fora tida como a democracia modelo da América Latina. Passou a noite tentando decidir-se sobre quais medidas adotar. Em um dado momento, sobrevoou a cidade de helicóptero para ver a anarquia com os próprios olhos. O governo estava em estado de choque.

Porém, somente às 14 horas de terça-feira, 28 de fevereiro, uma autoridade, o ministro Alejandro Izaguirre (do Interior), finalmente apareceu na TV. Ele pediu calma e declarou – obviamente tarde demais – que a violência não seria tolerada. No meio de seu comunicado, o ministro, de idade avançada, sentiu-se mal e a transmissão foi interrompida. Aquilo deixou os

telespectadores ainda mais confusos. Duas horas depois, Izaguirre voltou para concluir sua declaração.

E duas horas depois daquilo, Pérez enfim apareceu, acompanhado de integrantes do seu gabinete de governo. O presidente fez um pronunciamento cheio de divagações e fúria. Os relógios marcavam algo em torno de 18 horas. Mesmo com a maior parte dos saques tendo chegado ao fim, Pérez decretou lei marcial, impôs um toque de recolher que vigoraria das 18 às 6 horas e suspendeu uma série de garantias constitucionais relativas à liberdade de expressão e de assembléia. Na prática, o pacote significava que os militares poderiam prender qualquer um sem acusação específica. Os detidos não teriam direito de ver nem advogado nem parentes. As apostas estavam feitas.

Horas antes, naquele mesmo dia, Pérez mandara os soldados para as ruas a fim de "restabelecer a ordem". Agora, empenhava-se em levar para Caracas, de avião, mais 9 mil militares vindos de todo o país. A decisão seria fatal. Durante o governo Betancourt, Pérez trabalhara como ministro do Interior e reprimira brutalmente um movimento guerrilheiro de esquerda, aliado de Fidel Castro. O hoje presidente deveria saber que enviar soldados para as ruas de Caracas com ordens para restabelecer a ordem significava incorrer em um banho de sangue. Eles eram treinados para a guerra, não para garantir a segurança e a ordem públicas, e nunca haviam estado na cidade para controlar distúrbios daquela magnitude.

Depois de Pérez ter anunciado a suspensão das garantias constitucionais, rumores começaram a circular em muitos *barrios*, dando conta de que os moradores de outros *barrios* invadiriam a própria vizinhança e saqueariam os bens. Membros de gangues e cidadãos comuns organizaram células de defesa. Pistolas, fuzis,

espingardas e até metralhadoras e bazucas apareceram nas ruas, vindas aparentemente do nada. Outras pessoas surgiram com facas, tacos, pedaços de pau e facões. Ou fabricaram coquetéis Molotov. Os grupos armados reuniram-se na esquina das ruas e esconderam-se nos telhados ou atrás de carros abandonados, à espera do inimigo.

Os forasteiros logo chegaram. Mas não se tratava de moradores de outros *barrios*, e sim de soldados. Os primeiros caminhões carregados com militares subiram os morros e ingressaram em *barrios* como o de Isaías Medina no meio da noite, seguidos de tanques de guerra. As ordens eram simples: atirem em qualquer coisa que se mexer, e atirem para matar. “Eles não falavam levante os braços ou coisas do tipo”, contou Tortoza. “Tudo o que surgia, eles matavam.” Alguns dos jovens que prometeram defender o bairro de Tortoza estavam nas ruas ou nos telhados. Como muitos venezuelanos, eles não compreendiam totalmente o toque de recolher ou não acreditavam na seriedade dele – uma medida do tipo não era adotada na Venezuela havia décadas.

Descendo a rua, a partir da casa de Tortoza, os soldados começaram a atirar como malucos, “como se estivessem em uma guerra”. Atingiram vários jovens e os deixaram mortos na rua. Ainda mais perto da casa dela, um vizinho de 22 anos morrera após ser baleado, e ficara estirado na rua durante um dia inteiro. Remover um cadáver era contra as leis; cabia às autoridades levar os corpos embora. A única coisa que os vizinhos podiam fazer consistia em cobrir o cadáver com um lençol e acender algumas velas ao seu redor.

No *barrio* de San Martín, perto do centro de Caracas, Wolfgang Quintana, funcionário de uma livraria, encontrava-se na sacada do

segundo andar de seu sobrado, observando a rua. Segurava a filha Estefania, de 3 meses de idade, em um dos braços, e um copo de limonada na mão. De repente, sentiu uma dor lancinante pouco abaixo do coração e exclamou: "Avy!". Deixou cair

o copo no chão, colocou o bebê em um carrinho e começou a caminhar em direção à escada que levava ao térreo. Ainda conseguia falar, mas, ao atingir a escada e tocar o corrimão, já estava coberto de sangue. Desceu os degraus, chegou ao último deles e caiu de joelhos. Depois, desabou no chão.

A mulher de Quintana, Iris Medina, correu para fora da casa gritando e procurando por ajuda. Parentes que moravam perto levaram-no às pressas para um hospital, mas era tarde demais. Quintana estava morto.

A ação indiscriminada de repressão continuou a ser realizada dessa forma ao longo dos três dias que se seguiram à suspensão das garantias constitucionais por Pérez. Acabou por se tornar o pior massacre da Venezuela no século 20 e um dos piores da história moderna da América Latina. Os soldados e os policiais agiam sem restrições, espalhando por todos cantos, e principalmente durante a noite, o aterrorizante barulho das armas automáticas. Funcionários da Cruz Vermelha que se arriscavam a entrar na área localizada perto da casa de Tortoza, nos morros de Catia, a fim de tentar resgatar os feridos e levá-los a hospitais, então sobrecarregados, viram uma vítima caída na rua: o tampo de sua cabeça havia sido arrancado.

Hugo Chávez escapara por pouco de constar entre os militares que receberam ordens para reprimir a população. No dia 26 de fevereiro, um domingo, ele trabalhava em Miraflores e consultou-se

com um médico do palácio devido a uma febre. O médico diagnosticou uma catapora e mandou-o para casa imediatamente, a fim de não contaminar o resto dos funcionários com a doença infecciosa. Outros integrantes do movimento bolivariano não tiveram a mesma sorte. Francisco Arias Cárdenas realizava um curso avançado no Forte Tiuna, em Caracas, e incluiu-se entre os enviados para a periferia a fim de reprimir

o levante. Não lhe restava outra opção – tinha de obedecer às ordens. Mas resolveu impedir os homens sob seu comando de dispararem indiscriminadamente contra a população, que estava “desarmada, faminta, sofrendo há muito tempo e condenada a arcar com as conseqüências de um pacote de medidas econômicas injustas e perversas sob qualquer ponto de vista”.

Ele havia sido enviado para um *barrio* de Catia. Quando chegou ao local, viu os moradores enraivecidos com os militares. Um deles atirou uma privada de um ponto elevado; ela espatifou-se ao atingir um tanque de guerra. Se um dos soldados de Arias estivesse com a cabeça para fora do tanque, poderia ter sido morto. Arias ficou estarecido com a situação encontrada em Catia, onde alguns apartamentos haviam sido alvejados várias vezes:

Assim que cheguei ao local que seria meu centro de operações, percebi que o oficial ao qual eu substituiria já havia disparado contra os blocos de apartamento, de forma desumana e irresponsável. Também ouvi relatos sobre os abusos cometidos pela polícia política, a disip.

Imediatamente, reuni meus soldados e disse-lhes: “Levantem as mãos os que pertencem ao Country Club!”. Vi a expressão de surpresa deles. Todos permaneceram imóveis e em silêncio. Repeti

a ordem: "Levantem as mãos todos os que moram em Alto Prado, no Lagunita Country Club em Altamira (os bairros mais ricos e mais elegantes de Caracas)!". Ninguém se mexeu.

Então eu disse: "Bom, isso significa que todos viemos dos *barrios* e de áreas pobres como esta. As pessoas que moram aqui são como a gente, todas são do povo, são nossos irmãos. Isso significa que ninguém deve atirar sem autorização. Ninguém deve atirar se não formos atacados".

A maior parte do caos ocorreu no sábado, 4 de março, quatro dias depois dos primeiros protestos terem surgido em Guarenas. Quando os distúrbios acabaram, ao menos mil estabelecimentos comerciais haviam sido queimados e saqueados apenas em Caracas, 2.900 no país todo. As pilhagens significaram aos comerciantes um prejuízo estimado em 1,5 bilhão de dólares. O número oficial de mortes manteve-se em 277, segundo reconheceu o governo, relutantemente, mais tarde. Grupos venezuelanos de defesa dos direitos humanos, no entanto, elaboraram uma lista com os nomes de 399 vítimas fatais. Outros acreditam que a cifra final seria muito maior. Um antropólogo da Universidade de Chicago citou os relatos de equipes médicas para calcular que entre mil e 1.500 pessoas haviam sido mortas em Caracas. Um repórter do jornal *El Nacional*, da capital venezuelana, resumiu em uma frase o estado de caos instalado na cidade: "Ontem, Caracas viveu um dia de Beirute".

Mas o sofrimento ainda não chegara ao fim. Muitas vítimas continuavam desaparecidas. Boatos logo se espalharam, dando conta de que o governo jogara seus corpos em uma vala comum aberta em uma parte pouco freqüentada do Cemitério Geral da região sul, o La Peste (A Peste). O governo negou a acusação, mas

em novembro de 1999 um grupo de defesa dos direitos humanos, chamado Cofavic, conseguiu na Justiça o direito de realizar buscas no cemitério. Acompanhados de um juiz, de promotores, ativistas dos direitos humanos, freiras, padres e parentes das vítimas, descobriram horrorizados estar olhando para plásticos de lixo com cadáveres dentro. Muitos dos corpos estavam mutilados, com os braços, as pernas e as mãos decepados, a fim de que coubessem dentro dos sacos. Outros, homens de pouca idade, apresentavam as mãos amarradas atrás das costas e marcas de tiro na cabeça, sinais de que teriam sido executados.

Dentro de poucas semanas, encontraram um total de 68 corpos de supostas vítimas do Caracazo. Três foram identificadas e entregues a seus familiares, então de luto. Nesse ponto, o governo suspendeu as investigações. Os outros 65 corpos ficaram guardados em células individuais de um mausoléu em concreto, localizado a centenas de metros do La Peste. Até hoje, os corpos não identificados continuam ali. Os angustiados parentes de muitas das vítimas ainda não sabem o que aconteceu com seus entes queridos.

9. À Espera de Asas para Voar



O Caracazo traumatizou a Venezuela e destruiu a imagem do país como uma democracia modelo da América Latina. O episódio marcou o início do fim do *ancien régime*. As elites venezuelanas, que importavam não apenas uísque escocês, mas também água dos Highlands da Escócia para beber com o malte, ajudando o país a registrar o maior consumo *per capita* de uísque escocês do mundo, “estava vivendo em um mundo de faz-de-conta”, observou um economista estrangeiro. Em um documento divulgado depois dos distúrbios, a liderança da Igreja Católica da Venezuela, uma das mais conservadoras da América Latina, descreveu a situação com outras palavras: “O luxo das minorias tornou-se um insulto para a miséria das massas”.

O Caracazo também significou um momento de virada na história da conspiração bolivariana de Chávez. Serviu para fortalecer a convicção dos rebeldes sobre a necessidade de derrubar um sistema considerado corrupto e maléfico. E deu um empurrão

em um movimento que havia mergulhado em um de seus momentos de relativa inatividade. “Para nós, foi traumático o fato de pessoas desarmadas terem sido alvejadas quando roubavam por estar com fome”, comentou Arias Cárdenas quase sete anos mais tarde.

Uma noite quando, poucas semanas depois do Caracazo, Chávez retornou ao trabalho no Palacio Blanco, em frente ao Palácio de Miraflores, foi interpelado por um jovem guarda do local, traumatizado devido à repressão. O oficial suspeitava que Chávez estivesse envolvido em um movimento subversivo e desejava tomar parte dele. Chávez voltava de uma aula na Universidade Simón Bolívar, onde cursava mestrado em ciências políticas. Os dois entraram em seu escritório a fim de conversarem.

O jovem oficial disse-lhe que, quase uma semana depois do início dos distúrbios, fora enviado para uma patrulha realizada perto de Miraflores e deteve um grupo de jovens que saqueava uma loja. Ele mandou-os sentarem-se em uma quadra de basquete, afirmou-lhes que não deveriam roubar e prometeu libertá-los. No entanto, antes que pudesse fazer isso, recebeu ordens para entregá-los à disip. A polícia política levou os jovens embora. Meia hora depois, quando o oficial e seus soldados patrulhavam o bairro, encontraram os jovens. Estavam estirados na rua, todos mortos. Havia entre 12 e 15 deles.

Agora, o oficial permanecia sentado no escritório de Chávez, ainda horrorizado. “Ele me dizia que seu coração não conseguia agüentar aquilo e acabou por afirmar: ‘Olhe, major, se o senhor possui um movimento, conte-me. Porque se o senhor não o possuir, vou dar baixa. Não fui feito para estar neste Exército.’” A reunião com o jovem oficial era reveladora. O mesmo valia para encontros

semelhantes com outros oficiais, membros da guarda de honra de Pérez, que diziam: “Não estamos preparados para sair matando as pessoas”. Tratava-se de soldados de elite, encarregados de proteger o presidente e nos quais o governo depositava total confiança. Mesmo eles voltavam as costas, repugnados, à repressão, conforme narrou Chávez:

A verdade é que aquilo era um horror. As pessoas protestando nas ruas contra o neoliberalismo, contra os programas de choque do Fundo Monetário Internacional, contra a privatização de tudo, contra o desemprego, a fome. E eles nos enviaram para enfiar-lhes balas no peito. E os líderes políticos, supostos democratas, falavam sobre justiça e democracia. Aquilo não era uma democracia. Era uma ditadura dos partidos e da elite, que usavam as Forças Armadas e usavam os meios de comunicação para promover uma lavagem cerebral no povo e confundi-lo. Aqui nunca houve uma democracia.

Os membros do MBR-200 perceberam que nos encontrávamos num ponto sem volta e que tínhamos de pegar em armas. Não podíamos continuar a defender um regime genocida. O massacre serviu de catalisador para o MBR-200. Começamos a acelerar nossos esforços de organização, nossa busca por contatos com os civis e com os movimentos populares.

O levante atingiu o movimento de Chávez em seu âmago também por outro motivo: um de seus fundadores havia sido morto. Em um incidente inexplicável, Felipe Acosta Carles, um dos quatro homens que correram até Samán de Güere no dia 17 de dezembro de 1982 e que realizaram o famoso juramento, criando a organização bolivariana de Chávez, morreu baleado. O major de 36 anos de idade foi alvejado no bairro operário de El Valle, enquanto

liderava um grupo de soldados que perseguiram franco-atiradores abrigados em uma cabana escondida perto da avenida Pan-American. Quando chegaram à cabana, iniciou-se um tiroteio.

O próprio presidente Pérez citou a morte de Acosta Carles, descrevendo-a em tons carregados como o resultado de uma emboscada e como um exemplo da violência desenfreada provocada pelos radicais irresponsáveis, os quais ele insistia em responsabilizar pelo início dos tumultos. Mas algumas pessoas, entre as quais Chávez, acreditavam que o próprio governo estava por trás do assassinato. Suspeitavam que a disip sabia da participação de Acosta Carles na conspiração bolivariana e que se aproveitara do caos deflagrado pelo levante para matá-lo, sabendo que sua morte seria atribuída aos saqueadores. Também suspeitavam que, se Chávez não estivesse em casa, doente, haveria tido o mesmo fim.

Arrasado, tanto pela perda de Acosta quanto pela sangrenta sublevação, Chávez escreveu um longo poema para seu camarada e colega de turma da academia militar, usando a expressão de afeto *catire* – “branquinho” (“neguinho” também é uma designação afetuosa na Venezuela). Chávez invocou ainda um sem-número de patronos da Venezuela, de Bolívar a Simón Rodríguez e Francisco de Miranda.

Ai, eles mataram o catire Acosta O catire Acosta Carles Acosta Carles A tempestade popular Deflagrada nas ruas Nada ficou de pé De Petare a La Valle. E Caracas estava sedenta E a sede era de sangue. Ai, uma bala em apenas um momento Levou embora meu compadre. Eles mataram Felipe Acosta Felipe Acosta Carles Eu não queria acreditar naquilo Juro a vocês, pela minha mãe, Que foi

antes de ontem Que o vi lá na alma mater Com toda a sua presença Você entrou na sala de aula E gritamos como sempre

Maisanta, há tantos deles! Você continua aqui conosco Eles não o mataram, compadre.

O velório e o enterro de Acosta Carles realizaram-se na academia militar. A cerimônia reuniu vários membros da conspiração bolivariana, bem como alguns novos recrutas desejosos de ingressar no movimento. Ao manterem vigília ao lado do corpo do companheiro morto, alimentando a raiva gerada pelo assassinato e pelos massacres do Caracazo, repetiram calmamente o juramento bolivariano e comprometeram-se a agir contra o governo e a sociedade doente do país. A fachada democrática da Venezuela ruíra. Outras sublevações estavam por vir.

Depois de um início tumultuado, a segunda presidência de Andrés Pérez e seu pacote neoliberal de “choque” econômico davam resultado, em certa medida. Registraram-se incríveis taxas de crescimento macroeconômico. Em 1991, a economia expandia-se a uma taxa anual de 9,2%, a maior do continente americano.

Mas a taxa de crescimento do número de protestos também se mostrava, provavelmente, a mais alta das Américas. Quase nada da nova prosperidade beneficiou as massas. O modelo econômico criou uma “escandalosa concentração de riqueza”, conforme descreveu um dos adversários de Pérez, o congressista do Copei e ex-candidato à presidência Eduardo Fernández. Manifestações diárias realizadas por estudantes, professores, operários e outros tornaram-se rotina durante um dos governos mais tumultuados da era democrática da Venezuela. Os primeiros três anos do mandato de Pérez testemunharam 5 mil protestos de rua – uma média de

quase cinco por dia. Cerca de 2 mil deles terminaram de forma violenta. A polícia e a Guarda Nacional costumavam abrir fogo contra os manifestantes. Vários deles morreram. A Presidência de Pérez, na verdade, terminou antes mesmo de começar realmente. O Caracazo matou-a.

Os distúrbios decorrentes da falta de comida, o persistente descontentamento político e a repressão ofereceram a incubadora ideal para o movimento secreto de Chávez. De forma semelhante à economia, o movimento experimentou um *boom*. Novos recrutas aderiram a ele, e o grupo reconquistou parte da força que perdera no final dos anos 1980. Os dirigentes das Forças Armadas continuavam a investigar denúncias de que Chávez conspirava contra o governo.

A investigação mais séria aconteceu em dezembro de 1989, nove meses depois do Caracazo. O general Carlos Peñaloza, um dos maiores inimigos de Chávez, descobriu novas informações sobre o fato de Chávez e os respectivos aliados planejarem um golpe que incluiria, segundo alguns dos relatos (exagerados), o assassinato de Pérez durante o jantar anual de Natal, no Palácio de Miraflores. Peñaloza e outros oficiais detiveram uma dúzia de bolivarianos para interrogá-los durante uma noite inteira. O episódio ficou conhecido como "a noite dos majores", devido ao posto ocupado por Chávez, Urdaneta e outros dos interrogados.

Chávez negou tudo, mas Peñaloza continuava desconfiado. Segundo contou o general, ele possuía dentro do movimento ao menos um espião, que lhe repassava informações. Peñaloza estava especialmente irritado com o fato de o suposto golpe incluir um plano para prendê-lo e, se isso não desse certo, seqüestrar seu próprio filho. "Eu lhe disse: 'Preste atenção, Chávez. Você pode

estar conspirando o quanto quiser, e meu dever é impedi-lo de conspirar. Porém, ao mesmo tempo, quando você se envolve com a minha família, o problema passa a ser pessoal.”

Furioso, Peñaloza desafiou Chávez a deixarem o local para resolverem suas diferenças em um duelo. Chávez declinou do convite. Ele negou mais uma vez estar tramando a deposição do governo.

O general não conseguiu provar nada. Chávez foi liberado. Mas seus problemas não haviam acabado. Durante os decênios de 1990 e 1991, ele participou de um curso obrigatório em meio a sua preparação para assumir, pela primeira vez, o comando direto de um batalhão. Fracassou em parte dos testes e viu-se obrigado a realizá-los uma segunda vez. Chávez acreditava que superiores desconfiados das suas atividades o reprovavam intencionalmente, a fim de prejudicá-lo em sua carreira.

No entanto, enquanto alguns oficiais como Peñaloza estavam convencidos de que Chávez liderava um movimento subversivo, muitos outros não estavam – ou optaram por permitir que conspirasse. Entre os que não acreditavam na existência de tal movimento incluía-se Carlos Andrés Pérez. Peñaloza conversou com ele várias vezes a respeito das atividades de Chávez. O presidente, adotando uma postura cética, não queria ouvir a respeito daquilo. “CAP falou para que eu não conversasse mais com ele sobre aquele assunto”, contou o general.

Chávez acabou sendo aprovado no curso. No verão de 1991, deveria assumir o comando direto de um batalhão. Mas o dia 5 de julho, Dia da Independência da Venezuela, chegou e passou. Chávez, então tenente-coronel, continuava de mãos vazias. E o

mesmo se dava com dois de seus companheiros do MBR-200, Urdaneta e Joel Acosta Chirinos. Ao final, o ministro da Defesa do país, Fernando Ochoa Antich, interveio para ajudar Chávez e Urdaneta a conquistarem seus postos. Acosta Chirinos obteve o seu também.

Os três acabaram no comando de unidades de pára-quedistas de elite em Maracay. Tratava-se de um incrível golpe de sorte.

Mais tarde, a intervenção de Ochoa gerou suspeitas de que estaria ajudando os rebeldes. Chávez negou que isso tivesse ocorrido. Ele acreditava que Ochoa não tinha outra opção senão o promover. Chávez era um jovem oficial carismático e de destaque, tendo sido um dos primeiros alunos de sua turma na academia militar e contando com um grande número de admiradores. Deixá-lo para trás acabaria gerando instabilidade nos quartéis. Chávez também acreditava que o alto comando fosse simplesmente incompetente e que não tinha idéia do que ele e seus camaradas tramavam. “Qual outra explicação poderia haver, já que agíamos bem debaixo do nariz deles havia anos? [...] Nós até cantávamos abertamente as músicas de Zamora quando corríamos” na academia, onde Ochoa também trabalhou na metade dos anos de 1980.

De seu lado, Ochoa acreditava que, apesar das suspeitas sobre as atividades conspiratórias de Chávez, poucas provas concretas haviam sido encontradas. Não se poderia simplesmente interromper a carreira de um oficial promissor. Outros concluíram que as promoções comprometiam Ochoa, cujo irmão Enrique era um dos líderes, na conspiração, do partido esquerdista MAS. Há ainda uma outra teoria, segundo a qual o alto comando das Forças Armadas não levava a sério a idéia de que jovens oficiais planejassem um

golpe. Aquela era a democracia “modelo” da América Latina. Golpes de Estado não aconteciam mais.

Independente do motivo, aquela foi uma decisão da qual Ochoa mais tarde se arrependeria. “Cometemos um erro. Não acreditávamos que eles fossem iniciar uma insurreição. [...] A esquerda penetrava nas Forças Armadas. Eles nos enganaram.”

O novo posto de Chávez, de toda forma, era algo estranho. Ele não saltava de um avião havia dez anos. E possuía pouca experiência em pára-quedismo. Sua especialidade eram os tanques. Seus superiores lhe disseram que ou aceitava o novo posto ou teria de esperar pela próxima rodada de promoções. Chávez sabia que aquilo não podia acontecer. Era imperativo para ele e para os bolivarianos que assumisse imediatamente o comando de um batalhão. “Realmente, a gente sentia que o movimento avançava e que era preciso ter um posto de comando nas mãos”, contou Chávez. “Não importava se entre os pára-quedistas, na artilharia ou nos tanques. O importante era ter uma força militar nas mãos.”

Aquele se revelou um momento decisivo para os rebeldes. Finalmente, dispunham de soldados que poderiam enviar contra Pérez e o sistema corrupto simbolizado pelo presidente. Dentro de poucas semanas, Chávez e seus aliados elaborariam sua primeira tentativa de golpe: o Plano Ezequiel Zamora.

10. A Rebelião dos Anjos



A crescente tensão política no Haiti proporcionou aos rebeldes uma primeira chance de lançar um golpe contra o odiado Carlos Andrés Pérez. Corriam boatos sobre a possibilidade de rebeldes militares de direita tentarem derrubar do poder o recém-empossado presidente da ilha caribenha, Jean-Bertrand Aristide, de esquerda. Autoridades dos Estados Unidos, da França e da Venezuela avaliavam a hipótese de enviar soldados para a ilha em uma demonstração preventiva de força, tentando dissuadir os rebeldes. Pérez, que sempre se apresentara como um defensor da democracia na América Latina, assegurou com sofreguidão sua participação nos planos.

À época, Chávez encontrava-se no Estado de Cojedes. Seus superiores convocaram-no para comparecer a Maracay. Ele temia que tivessem novamente descoberto seu plano para derrubar o governo. Em vez disso, mandaram-no preparar-se para ir ao Haiti. Sua missão consistiria em ocupar o aeroporto de Porto Príncipe. O

camarada Acosta Chirinos ficaria encarregado de uma cabeça-de-ponte em uma praia perto dali. Os dois começaram a preparar-se para a missão. Chávez, porém, não pretendia absolutamente ir para o Haiti. Se recebesse a ordem para voar até o território haitiano, tencionava, uma vez no céu, dirigir-se a Caracas. Ele e seus aliados lançariam a tentativa de golpe e tentariam capturar o presidente. Mas o plano de Pérez não se concretizou. A ordem para a partida de Chávez nunca chegou a ser dada.

Os rebeldes continuaram procurando uma oportunidade. No dia 10 de dezembro, deveriam participar de uma exibição aérea em Maracay. O presidente e o alto comando das Forças Armadas compareceriam ao evento. A ocasião parecia perfeita. Eles poderiam usar os preparativos do espetáculo como um disfarce para o golpe. No dia da exibição, saltariam de seus aviões, aterrissariam em um campo aberto e invadiriam o palanque presidencial – seqüestrando Pérez e o alto comando. Então, convocariam outros quartéis do país, que não conhecessem o movimento, para juntarem-se a eles.

Porém, quando começaram a elaborar um plano, depararam com problemas. A comunicação não era fácil porque os serviços de inteligência estavam atentos a eles. E os rebeldes tentavam convencer seus aliados na Força Aérea a aderirem à revolta. Mas os pilotos disseram-lhes acreditar que não contavam com apoio suficiente dentro da Força Aérea. Outro impedimento devia-se ao fato de Arias Cárdenas estar de viagem marcada para Israel, onde compraria peças de reposição para mísseis. Chávez disse-lhe para cancelar a viagem; no entanto, depois de uma discussão acalorada, Arias partiu.

A relação sempre complicada dos rebeldes com alguns de seus aliados civis também se deteriorava. Certos membros do Partido Causa Radical, preocupados com as divisões surgidas dentro de suas fileiras, haviam abandonado a conspiração. Outro problema, esse ainda mais grave, era representado pelos membros do grupo esquerdista radical *Bandera Roja* (Bandeira Vermelha), que tinham se infiltrado no movimento bolivariano. Eles conclamavam dois capitães jovens, Ronaldo Blanco La Cruz e Antonio Rojas Suárez, a lançarem a rebelião eles próprios, já que Chávez teria traído a causa. Segundo alguns, os capitães até flertaram com a idéia de matar Chávez e Francisco Arias Cárdenas. Ele e Arias precisaram trabalhar com vigor para evitar que lançassem o golpe sozinhos. Em certa ocasião, ficaram dirigindo durante horas pelas ruas de Caracas, com Blanco La Cruz, a fim de dissuadi-los.

Em vista do número crescente de problemas, Chávez e seus aliados suspenderam o plano de 10 de dezembro. No dia do *show* aéreo, acreditava-se que as autoridades suspeitassem de alguma coisa. Medidas de segurança inusuais tinham sido adotadas. Caças F-16 passaram horas sobrevoando a área, soldados foram postados ao redor da base e o público pôde entrar no local gratuitamente. Isso garantiria a presença de uma grande multidão, o que significava uma quantidade considerável de escudos humanos. “Se tivéssemos lançado aquela operação lá, várias pessoas teriam morrido”, afirmou Chávez a um entrevistador – o que transformaria os rebeldes em assassinos de sangue-frio em vez de heróis tentando derrubar um sistema político corrupto. “Dezembro foi um mês negro para nós. Tínhamos inimigos dentro de nossas fileiras e graves problemas internos que ameaçavam provocar uma ruptura.”

Um outro plano a ser realizado no dia 16 de dezembro também acabou sendo abandonado. Naquela época, os respectivos projetos já eram conhecidos por determinados grupos. Aparentemente, todas as semanas, na Universidade Central da Venezuela, em Caracas, um reduto da militância esquerdista, surgiam novos rumores sobre um golpe – alimentados possivelmente pelo Bandera Roja ou por agentes da inteligência infiltrados no grupo de Chávez. Foram tantas as *horas cero* – horas zero –, que o fato se tornou motivo de piada. Alguns suspeitavam que Chávez teria voltado atrás e traído o movimento. O Bandera Roja espalhou boatos de que ele e Arias Cárdenas haviam se vendido para oligarcas e multinacionais.

Mesmo entre muitos cidadãos comuns, circulavam rumores sobre um golpe, apesar de a maior parte deles nunca ter ouvido falar de um tenente-coronel chamado Hugo Chávez. “Todo mundo está falando sobre isso”, afirmou a um repórter um vendedor de cachorros-quentes de Caracas. O país estava com os nervos à flor da pele. No final de novembro, o ministro da Educação cancelou as aulas nas escolas e universidades públicas do país todo, durante dois dias, após violentas manifestações estudantis. Depois, cancelou-as por prazo indeterminado, prazo esse que se estenderia por várias semanas. Pérez não deu importância aos tumultos e desprezou os boatos sobre um golpe. Ele considerava a mera menção da palavra um “insulto à sociedade venezuelana”.

Da mesma forma como enfrentaram problemas em dezembro que os impediram de lançar um golpe, também teriam problemas se *não* agissem logo. Com a inteligência militar fechando o cerco, aumentavam as chances, dia a dia, de que fossem identificados e presos. E existia um outro problema: os superiores enviariam

alguns dos soldados comandados por Chávez e Acosta Chirinos para outras regiões do país, como parte de missões de treinamento. A próxima vez em que estariam novamente reunidos em Maracay seria no final de janeiro e começo de fevereiro. À medida que o ano de 1991 se aproximava de seu final, Chávez sabia dispor de pouco tempo. Ele concluiu que teria um tempo de cerca de duas semanas para agir.

Uma oportunidade promissora caiu do céu. Pérez viajaria até Davos, na Suíça, para participar de um encontro com líderes mundiais, a fim de discutir questões de economia. Depois de seu regresso, previa-se que ele, Ochoa e outras autoridades do primeiro escalão compareceriam a um outro *show* aéreo, na terça-feira, 4 de fevereiro, em El Pao, no Estado de Carabobo. As unidades de Chávez e Acosta Chirinos tomariam parte do evento. Chávez percebeu que poderia deslocar os soldados e armas como se estivessem preparando-se para a demonstração, quando, na verdade, preparavam-se para um golpe.

O grupo de conspiradores crescera a ponto de manter contatos dentro do Palácio de Miraflores, contatos pertencentes à guarda presidencial de honra. Eles forneceria informações específicas sobre os planos de Pérez para a viagem à Suíça – e, mais importante, a data e a hora de seu regresso. O plano previa capturá-lo no aeroporto.

Na última semana de janeiro, procurando um derradeiro incentivo moral para sua rebelião, Chávez viajou até La Guaira, na costa caribenha, per-to de Caracas. Encontrou-se com um de seus antigos mentores, o coronel da reserva Hugo Trejo, que havia ajudado a liderar a rebelião civil-militar de 1958, responsável por depor o ditador Pérez Jiménez. Chávez, então, em uma quinta-feira,

30 de janeiro, reuniu-se rapidamente com Arias Cárdenas e com Urdaneta. Os rebeldes entraram em estado de alerta máximo, à espera de uma ordem final de Chávez.

A ordem chegou no fim de semana. Os contatos de Chávez informaram-no de que Pérez regressaria da Suíça na segunda-feira à noite, dia 3 de fevereiro. Naquele sábado, 1º de fevereiro, Chávez enviou uma mensagem para Maracaibo a fim de repassar a informação a Arias Cárdenas. Usar o telefone seria arriscado demais – as linhas estavam provavelmente grampeadas.

No dia seguinte, um domingo, ele encontrou-se com dois pilotos da Força Aérea simpatizantes do movimento, Luis Reyes Reyes e o general Francisco Visconti Osorio. Tratava-se de um esforço de última hora para convencer a Aeronáutica a participar da rebelião. Reunindo-se por volta das 21h45, em um posto de gasolina localizado na avenida Pan-American, cercanias de Caracas, Chávez lhes disse que a revolta ocorreria dentro de algumas horas. Explicou que o apoio aéreo seria crucial para reforçar as tropas em terra. Reyes e Visconti desejavam ajudar, mas afirmaram não ser possível. O máximo que conseguiriam oferecer seria uma “neutralidade ativa” – assumir o controle da base de Maracay e impedir que aviões decolassem para atacar os rebeldes. Visconti, um membro ativo da já extinta célula conspiratória ARMA, queria adiar a rebelião, a fim de conseguirem obter mais apoio dentro da Força Aérea. Chávez respondeu-lhe ser tarde demais.

Duas horas depois, por volta da meia-noite, ele recebeu um telefonema confirmando a chegada do presidente. Falando em código, um contato de Miraflores afirmou que “o tio” – Pérez – pousaria no Aeroporto Internacional Simón Bolívar, em uma área da

costa caribenha localizada perto de Caracas, às 22h30. O telefonema era a última peça faltante para detonar a revolta.

Os rebeldes contavam com uma seqüência específica de planos. Um comando de soldados ingressaria no aeroporto, seqüestraria Pérez quando o presidente saísse do avião, o colocaria em um caminhão e o levaria secretamente até Caracas, onde seria entregue com vida a Chávez. Se isso não funcionasse, havia o Plano B: capturariam o presidente dentro de um túnel em seu retorno para Caracas, ao surpreendê-lo num congestionamento provocado ateando fogo a um carro. Se o Plano A e o Plano B fracassassem, então havia o Plano C: eles o apanhariam no Palácio de Miraflores ou na residência presidencial de La Casona, que seriam tomados junto com o Forte de Tiuna, quartel-general das Forças Armadas na capital, e outras bases do restante do país.

Com a ajuda de aliados civis, previam assumir o controle de cadeias de rádio e televisão, proclamando a derrubada de Pérez. Desejavam mostrar o presidente capturado na TV e instalar uma junta civil-militar para comandar temporariamente a nação, até que realizassem eleições e escrevessem uma nova Constituição. Pérez seria julgado sob a acusação de ter cometido crimes contra o Estado. Esses crimes incluíam corrupção, responsabilidade por causar fome em massa, assassinar manifestantes e entregar riquezas do país a empresas multinacionais como parte de uma “falsa” nacionalização do setor petrolífero.

Usando equipamentos de rádio que lhe permitiriam comunicar-se com os rebeldes em terra e no ar, em todo o país, Chávez comandaria a operação de natureza bolivariana a partir de um museu militar localizado no alto de um morro com vista para o Palácio de Miraflores, onde esperava ver a si próprio e a outros

bolivarianos tomando posse e passando a administrar, dentro em breve, o país.

O plano era audacioso. Chávez sabia que o preço a pagar seria, apesar das ordens expressas para evitar a violência o máximo possível, a provável morte de alguns de seus irmãos soldados – entre legalistas e rebeldes. Segundo sua concepção, não havia outra escolha. O país encontrava-se em ruínas. Uma ação revolucionária, radical, fazia-se necessária para romper com a miséria e a opressão. A decisão faria com que seus adversários questionassem para sempre seu comprometimento com a democracia, já que Pérez, apesar de seus defeitos, fora eleito presidente de forma legítima. Para esses, Chávez sujaria suas mãos com o sangue de companheiros venezuelanos.

No entanto, para o inflamado tenente-coronel, aquele não era um golpe nos moldes tradicionais, como os realizados por militares autoritários e direitistas da América Latina. Tratava-se de uma insurreição encabeçada por jovens oficiais progressistas contra um sistema injusto, falido e brutal. E que tinha maior proximidade com os levantes de guerrilheiros esquerdistas contra regimes opressivos como o de El Salvador nos anos 1980 do que com os golpes de generais como Pinochet, no Chile. A Venezuela atingira o ponto de ebulição. O Caracazo, a vala comum, a corrupção ostensiva, a pobreza em massa – tudo aquilo era demais para ser suportado. O país considerado por autoridades de Washington uma democracia “modelo” não passava de um sistema fechado, em que um pequeno círculo de elites controlava tudo, deixando poucas migalhas para as massas e reprimindo-as violentamente quando se rebelavam.

Chávez acreditava estar seguindo os passos não de Pinochet e Somoza, mas de Torrijos e Velasco, Bolívar e Zamora, porque na

Venezuela quase nada mudara desde os dias de Pérez Jiménez ou mesmo de Juan Vicente Gómez, no distante ano de 1908. Conforme diria Chávez anos depois:

Tudo continuava a ser basicamente o mesmo; o mesmo sistema de dominação, com uma nova cara – fosse essa a cara do general Gómez ou a do doutor [e ex-presidente] Rafael Caldera. Por detrás dessa figura, portando ou não uma boina militar, no lombo de um cavalo ou a bordo de um Cadillac ou de uma Mercedes-Benz, sempre o mesmo sistema – na economia e na política –, a mesma privação dos direitos humanos básicos e do direito do povo de determinar seu próprio destino.

A Venezuela enfrentava uma crise terminal, comandada por uma ditadura vestida com trajes democráticos, uma ditadura responsável por levar um povo que mora sobre um mar de petróleo, com enormes rios navegáveis e milhões de acres de terra arável, para um estado abjeto de pobreza e infundável corrupção política e moral.

Arias Cárdenas, o ex-seminarista profundamente influenciado pelo Concílio Vaticano II, pela teologia da libertação e pela “opção preferencial pelos pobres”, alimentava sentimentos parecidos. Como Camilo Torres, o padre católico transformado em guerrilheiro na vizinha Colômbia na década de 1960, Arias via no uso da força em algumas situações extremas uma ferramenta não para a opressão, mas para a libertação. Essa não seria a primeira vez na história. Nos Estados Unidos, rebeldes liderados por George Washington travaram uma Guerra Revolucionária contra os britânicos devido à insatisfação com medidas como “a taxaçoão sem representaçoão”, algo muito menos grave do que os assassinatos em massa de Caracazo.

Arias não havia chegado àquela conclusão facilmente. O militar defendia há muito tempo encontrar caminhos pacíficos para promover mudanças na Venezuela.

Em muitas oportunidades, acreditei que precisávamos realizar um gesto. Uma vez, fiz uma proposta a alguns colegas. Disse-lhes: “Porque não nos mobilizamos

– um batalhão completo, ou até mesmo dois –, colocamos nossos fuzis aos pés da estátua do Libertador, Simón Bolívar, e exigimos dos políticos que encarem seriamente a situação do país, a situação da pobreza, a situação da corrupção, a situação da anarquia, a situação da falta de uma verdadeira democracia?”. E eles me olharam e responderam: “É, vá em frente e faça isso. Eles então vão levar você para o quinto andar do hospital militar (a ala psiquiátrica) e vão dizer que ficou maluco. E nada mais acontecerá. É preciso agir usando a força”. [...] Teremos mortes. Mas elas são necessárias para fazer com que as mudanças aconteçam.

No começo de 1992, um número considerável de venezuelanos compartilhava dessa opinião, cidadãos que, apesar de contrários às ditaduras e à violência, mostravam-se desapontados com o *establishment* corrupto do país. Arias tinha consciência de que esse sentimento tomava conta das ruas. “A noção de que vivíamos em um sistema de injustiça, opressão, abusos e corrupção – todos nós venezuelanos tínhamos aquilo na nossa cabeça e queríamos romper com aquilo. Então, a coisa era bastante simples.”

Após o final do encontro com os oficiais da Força Aérea, no começo daquela madrugada, Chávez encaminhou-se para sua casa, em Maracay, a fim de despedir-se dos filhos, Rosa Virginia, María Gabriela e Hugo Jr., e da mulher, Nancy. Todos dormiam. Na mesa,

ele deixou um cheque para Nancy e um certo montante de dinheiro que havia sacado no banco. Chávez não tinha certeza de que voltaria a vê-los. Com a adrenalina correndo por todo o corpo, tomado pela esperança e pelo medo, não conseguiu dormir, pensando a respeito do que ocorreria nas próximas e cruciais horas – uma nova Venezuela revolucionária ou, talvez, a própria morte. “Eu não dormi naquela noite, revendo documentos, sentindo ter chegado ao final de um capítulo da minha vida e sem saber se outro capítulo começaria, ou se tudo terminaria ali. Lembrei-me de muitas coisas, observei as crianças dormindo e parti.”

Vestido com uma camiseta e calças *jeans*, dirigiu seu carro rumo à base da Força Aérea em Maracay. Parou perto do pedágio de Tapa-Tapa por volta das 7 horas e telefonou para alguns dos colegas de conspiração. “O.k., vamos começar o jogo”, afirmou Chávez, usando um código acertado previamente. “Ontem, disputamos a partida planejada e o placar foi de 2 a 1.” Segundo o código, seria necessário somar os algarismos do placar para determinar o dia do golpe, 3 de fevereiro. Chávez continuou dirigindo. Parou então na praça Aragua Park e ligou para mais alguns rebeldes. Às 9 horas, estava na base aérea mobilizando seus soldados. Os homens dobravam seus pára-quadras, preparavam seus uniformes e entravam em formação.

Apenas um punhado de oficiais sabia que os bolivarianos se preparavam para não tomar parte do *show* aéreo, mas para um golpe. Quanto aos soldados, não tinham ciência de nada. Conforme as palavras de Chávez:

Eu tinha meu batalhão, composto por 20 oficiais e mais de 500 soldados. Desses, apenas um pequeno grupo de oficiais sabia o que iríamos fazer naquela noite. Os soldados não sabiam de nada. Eu

enfrentava um dilema: eu fora treinado para ser um líder e me sentia o líder deles. Então, não poderia levar esses sujeitos para Caracas e pedir-lhes que arriscassem suas vidas sem lhes dizer o que estava para ocorrer.

Foi assim que, primeiro, reuni todos os oficiais e expliquei-lhes a operação militar. Avisando que, se alguém não estivesse de acordo, poderia entregar-me sua pistola e ficar trancado em seu alojamento até minha partida rumo a Caracas. Depois disso, estariam livres para ir para casa ou para onde quisessem. Antes, no entanto, não poderia deixá-los sair dali. Um deles começou a chorar e me falou: "Não pense que sou um covarde, mas tenho esposa e filhos...". "O.k., vá para casa, mas você só poderá sair depois de mim." E ele agiu dessa forma. Mais tarde, acabou dando baixa porque não conseguiu enfrentar a pressão. Ele havia sido o único a pedir para ficar para trás. Mais tarde, reuni os soldados e apresentei os mesmos argumentos.

Outros soldados só descobriram que participariam de um golpe quando estavam prestes a entrar em combate a fim de conquistar seus alvos em Caracas e em outros pontos do país. Naquela manhã, Chávez e outros oficiais tiveram dificuldade para encontrar meios de transporte que levassem os soldados até Caracas. Encontraram uma empresa particular de ônibus em um terminal da região, contrataram 30 motoristas e disseram-lhes para aparecerem às 20 horas. Assim, teriam tempo suficiente para chegar a Caracas antes da *hora cero*, à meia-noite. Pretendiam realizar ataques simultâneos contra Miraflores, La Casona e a base aérea La Carlota, localizada perto dali.

Mais tarde, por volta das 13 horas, Chávez dirigiu-se para a base aérea Los Palos, em outra parte da cidade, a fim de conversar

com Visconti e entregar um rádio para a operação. Visconti pediu novamente a Chávez que adiasse a revolta, afirmando que a Força Aérea não estava preparada. Chávez, porém, repetiu que não poderia mais retroceder.

Os primeiros soldados a partirem de Maracay encontravam-se sob o comando do major Francisco Javier Centeno. Ele colocou 250 soldados em ônibus e caminhões que também levavam equipamentos de cozinha e outros suprimentos para a montagem de um campo avançado no campo de Carabobo, onde ocorreria o *show* aéreo. Os soldados, assim se supunha, passariam a noite lá. Em vez disso, o plano secreto previa que partissem discretamente rumo a Caracas, horas depois. Por volta das 18h30, Centeno e seus homens saíram da base aérea. Dentro de meia hora, chegaram ao vizinho Estado de Carabobo e ao parque onde ocorrera a famosa batalha de Carabobo, liderada por Bolívar.

Por volta das 19 horas, Urdaneta e Acosta Chirinos assumiram o controle do quartel San Jacinto, em Maracay. Urdaneta ligou para Chávez, indicando por meio de um código que o primeiro passo havia sido bem-sucedido: "O pássaro está na gaiola". Chávez estava ocupado assumindo o controle do quartel Páez, onde seus soldados se encontravam, do outro lado da cidade. Enquanto isso, nas proximidades de Caracas, um comando de outros soldados preparava-se para ingressar no aeroporto e capturar Pérez. O plano dava sinais de estar avançando, apesar de Chávez ter recebido notícias preocupantes, também em código, de vários quartéis. Alguns rebeldes estavam desistindo. Havia muita coisa em jogo. Eles poderiam destruir suas carreiras militares. Poderiam perder a vida.

"Não consigo seguir adiante."

“A festa é hoje. Mande o uísque para mim.”

“Não, não podemos mandar o uísque. Não conseguimos o dinheiro.”

“O.k. Não me mande nada então.”

Apesar de os problemas parecerem contornáveis, o plano já estava em perigo. Horas antes, um capitão cuja missão consistia em assumir o controle da academia militar em Caracas, onde servia, debatia-se na indecisão. O capitão René Gimón Álvarez enfrentava um conflito pessoal. Ele estava saindo com a filha do novo diretor da academia. Os dois acabariam por se casar. Tomado de culpa, ele procurou seu futuro sogro, naquela manhã, e revelou-lhe alguns detalhes sobre o plano em Caracas. Ele não comunicou a dimensão total do movimento nacional e nem as identidades dos líderes envolvidos. Mas sua decisão, pela primeira vez, alertou o governo peremptoriamente sobre a existência de um plano concreto de golpe. No começo da tarde, oficiais de alta patente reuniram-se em Caracas a fim de descobrir o que se passava, tentando, assim, impedir o movimento. Como forma de precaução, mandaram que os soldados do Forte Tiuna ficassem confinados em seus alojamentos. Também tornaram inoperantes tanques e outros veículos, removendo a munição, os rádios e as baterias.

A “cabeça da cobra”, conforme Chávez a denominou, já que Caracas representava a peça central da revolta, estava sendo decepada. Ele e os outros dirigentes do golpe, porém, não sabiam disso. Ele recebeu uma única ligação de um colaborador na capital, por volta das 16 horas, mas essa pessoa não sabia do vazamento de informações e nem das medidas adotadas para sufocar a rebelião.

Ignorando o cenário que se montava em Caracas, Chávez e seus homens partiram para Maracay por volta das 22 horas, nos ônibus civis alugados. Partiram com a justificativa de que se dirigiam à base área Libertador, do outro lado da cidade, a fim de se prepararem para o *show* aéreo do dia seguinte. Eles dividiram-se em três colunas, pegando três caminhos diferentes para chegarem à capital. Se alguma das colunas fosse interceptada, imaginaram, as outras ainda assim conseguiriam cumprir a missão. Na dianteira de ao menos um dos ônibus, os rebeldes colocaram uma arma antitanque Carl Gustav. Se tropas legalistas os atacassem no caminho para Caracas, abririam fogo.

Quando Chávez e seus soldados se preparavam para partir, o ministro da Defesa, Fernando Ochoa Antich, percorria de avião o trajeto de Maracaibo a Caracas. Ochoa havia passado o dia no Estado de Zulia (oeste), um pólo petrolífero. A liderança do país em Caracas não o informara dos relatos sobre um suposto golpe. A decisão de não o alertar até hoje não está bem explicada. Ochoa concluiu, mais tarde, que a liderança do governo possivelmente tivera vários motivos para manter o silêncio. Talvez pensassem que a tentativa de golpe estava sob controle. Talvez também não acreditassem que uma tentativa de golpe estivesse realmente em andamento. Talvez não quisessem incomodar Pérez.

Independente do motivo, Ochoa não foi informado dos relatórios sobre o golpe até sair de um avião no Aeroporto Internacional Simón Bolívar, nas cercanias de Caracas, às 20h30. Ali, recebeu um telefonema de um comandante da Guarda Nacional dizendo-lhe que havia boatos sobre a possibilidade de Pérez ser alvo de um ataque ainda naquela noite. Ochoa não levou a notícia de todo a sério. Os boatos sobre golpes haviam se tornado rotina.

Ele entrou em seu carro e regressou para Caracas. No entanto, quando chegou ao primeiro túnel, cinco minutos mais tarde, viu-se impedido de entrar no local. Em seu interior, um carro pegava fogo. Pela primeira vez, acreditou que poderia haver algo em andamento. Ochoa deu meia-volta, tomou a direção do aeroporto e parou em um quartel da Guarda Nacional. Assumindo o comando do local pessoalmente, mandou os soldados ocuparem o aeroporto. Ele também convocou a disip, a polícia política, para reforçar a segurança. Logo, cerca de 400 soldados lotavam o aeroporto, colocando-se lado a lado nas pistas de pouso e decolagem, subindo no alto dos telhados, ocupando as torres de controle e vigiando a central de energia elétrica, a fim de impedir eventuais ações de sabotagem.

Enquanto Ochoa entrava em ação para garantir o controle do aeroporto, Arias Cárdenas preparava seus soldados para o assalto contra o coração da capital nacional do petróleo, Maracaibo. Por volta das 21h30, ele convocou 35 oficiais em seu gabinete. Metade deles já sabia da revolta e confirmaram sua participação. O restante não tinha ciência do movimento, mas fora preparado ideologicamente para isso, por Arias. Ele costumava conversar com seus homens e entregar-lhes livros e artigos sobre a fragilidade da democracia venezuelana, o papel histórico dos militares como defensores *del pueblo* e o legado de Bolívar e de outros dos fundadores do país.

Naquela noite, "eu lhes contei o que estava acontecendo no país, que precisávamos deixar de ser os cães de guarda dos políticos, que tínhamos de resolver o problema da miséria, da pobreza, dos abusos, a fim de construirmos uma democracia real". Quando Arias concluiu, anunciando que desejava ver suas forças

participando da tentativa nacional de golpe a acontecer nas próximas poucas horas, todos os oficiais aceitaram participar – mesmo um dos sobrinhos de Ochoa Antich.

Arias fez com eles o juramento dos rebeldes bolivarianos. Depois, discutiu os detalhes da operação. O grupo pretendia assumir o controle de 15 locais importantes, entre os quais bases militares, delegacias, a sede da Guarda Nacional, a mansão do governador e instalações do setor petrolífero. Arias encomendara uma quantidade suficiente de ração-C⁷ para cinco dias. Imaginava que os combates poderiam durar muito.

Com a adesão dos oficiais, Arias caminhou até os alojamentos. Mandou que seus 700 soldados se reunissem no pátio e ofereceu-lhes um discurso semelhante. Os soldados não sabiam nada do golpe contra Pérez. Conforme Arias revelava seu plano, começaram a saudá-lo com vivas. Eles odiavam o presidente tanto quanto todo o resto do país. Finalmente chegou a hora *del pueblo!*, gritaram alguns. Temos de acabar com a miséria! Chega de humilhações! Chega de opressão! Alguns soldados estavam tão emocionados que começaram a chorar. Outros se abraçavam. Chegara, finalmente, a hora de reagirem ao sistema que deixava suas próprias famílias na miséria. As manifestações tornaram-se tão efusivas que Arias precisou intervir para controlálos. Senhores, afirmou, isto é uma operação militar. Celebraremos depois de termos cumprido a missão.

Às 22 horas, eles saíram da base militar, a fim de se prepararem para o ataque.

Dez minutos mais tarde, o avião presidencial tocava o solo em Maiquetia. Estava 20 minutos adiantado. Ventos de popa favoráveis

tinham encurtado a via-gem. Quando o aparelho colocou para fora a Rampa Número Quatro, reservada para o chefe de Estado, Pérez deparou com um cenário estranho. Cerca de dez carros amarelos da disip cercavam a rampa. No asfalto, Ochoa Antich e Virgilio Avila Vivas, o ministro do Interior, aguardavam para recebê-lo.

Ao descer as escadas do avião, ingressando no carro presidencial que o levaria embora, Pérez exigiu saber o que se passava. Ochoa disse haver rumores sobre um levante, mas garantiu ao presidente que tudo estava sob controle. Acrescentou que daria mais informações a Pérez na viagem de volta a Caracas. Ochoa desejava tirar o presidente dali o quanto antes.

Os carros saíram em disparada, e o Plano A dos rebeldes fracassou. Com tantos soldados protegendo o aeroporto, o comando de soldados ficou sem ação. Enquanto Pérez e os outros subiam a estrada da montanha rumo a Caracas, Ochoa fornecia mais detalhes sobre os relatos em torno de um golpe ou mesmo de uma tentativa de assassinato. Pérez não ficou desesperado, tampouco preocupado. Ficou furioso. Estava farto de ouvir boatos sobre golpes. Acreditava que esses boatos enfraqueciam seu governo. Os rumores é que estão prejudicando o governo, afirmou o irritado presidente a Ochoa, dentro do carro. Quero que você compareça amanhã de manhã, às 7 horas, em Miraflores, a fim de que possamos investigar o que está acontecendo. Quando chegaram ao primeiro túnel, uma de suas vias continuava bloqueada devido ao carro em chamas. Os soldados interromperam o tráfego do outro lado para permitir a passagem da caravana presidencial, que atravessou o local sem nenhum incidente. Também o Plano B dos rebeldes fracassara. O carro de Pérez ingressava na capital sem problemas. Às 22h45, chegou à residência presidencial de La

Casona, no leste de Caracas. Ele tinha tanta certeza de que não havia qualquer tentativa de golpe em andamento que ingressou na mansão de estilo colonial, vestiu seu pijama e deitou-se.

Não demorou muito, dormia profundamente, exausto depois de uma via-gem de três dias durante a qual, mesmo com seus 69 anos de idade, mal conseguira pregar o olho. Mas não havia motivos para tanta tranqüilidade. Uma das colunas vindas de Maracay estava prestes a chegar.

Por volta das 23h15, do outro lado do país, Arias Cárdenas deu a ordem para atacar Maracaibo. A operação teve de ser antecipada em cerca de meia hora. Pouco antes, naquela mesma noite, autoridades haviam notado a estranha movimentação dos tanques rebeldes em uma base militar localizada fora da cidade. Arias preocupava-se com a possibilidade de perceberem que a unidade dele também se preparava para entrar em ação. Nesse sentido, deu a ordem antes do horário previsto, a fim de que não pudesse ser impedido.

Os rebeldes invadiram delegacias, o quartel-general da Guarda Nacional, o escritório da disip, a mansão do governador e instalações da indústria do petróleo. Encontraram pouca resistência. Os dois milhões de moradores da cidade – lar de uma das maiores reservas petrolíferas e de uma das maiores operações de processamento de petróleo do mundo – caíram sob seu comando quase sem esforço nenhum. As autoridades locais ficaram tão surpresas com a investida que quase não tiveram tempo para reagir. Não se disparou quase nenhum tiro. Quase ninguém ficou ferido. À meia-noite, os rebeldes controlavam a cidade.

Em Caracas, Ochoa Antich fora para sua casa, no Forte Tiuna. Quando estava pronto para recolher-se para dormir, por volta das 23h30, recebeu um telefonema de um congressista da Ação Democrática, dizendo-lhe ter ouvido notícias sobre um levante militar em Maracaibo. Ele deu a Ochoa o nome do comandante para o qual o ministro deveria ligar. Ochoa percebeu que a revolta não se limitava aos rumores sobre problemas em Caracas. Telefonou imediatamente para La Casona e ordenou que o operador colocasse o presidente na linha. Pérez, no entanto, já dormia profundamente. Depois de várias tentativas de acordá-lo, Ochoa ligou para uma das filhas de Pérez, Carolina, e disse-lhe que acordasse o presidente. O assunto era urgente. Quando ela fez isso, Ochoa contou a Pérez que havia soldados revoltando-se em Zulia, que uma rebelião ocorria de fato, que os rebeldes talvez quisessem matar o presidente. Pérez, ainda cambaleante de sono, respondeu que se dirigiria imediatamente para o Palácio de Miraflores.

Correndo contra o relógio, o presidente nem mesmo trocou de roupa. Limitou-se a colocar sobre o pijama a camisa, as calças e o paletó usados na viagem de regresso da Suíça. Saiu às pressas da residência oficial, ingressou em um carro acompanhado do motorista e de um guarda-costas, partindo em disparada. Por muito pouco escapou dos rebeldes, que chegavam ao local naquele instante. Eles não atiraram e nem tentaram detê-lo. Talvez não soubessem que se tratava do presidente. Em vez de sair com a típica caravana de carros e motos, Pérez partira em um único veículo. Com a sorte do seu lado, conseguira mais uma vez escapar por entre os dedos dos rebeldes.

Mal deixara o local quando os bolivarianos atacaram. Em um sangrento espipocar de tiros, soldados, policiais, guardas da

Presidência e rebeldes atacaram-se naquele normalmente calmo e arborizado bairro residencial. Assustados, moradores locais saltaram de suas camas. A primeira-dama Blanca Rodríguez Pérez buscou abrigo dentro de casa, ao lado de outros familiares. Eles reuniram-se no seu quarto enquanto o prédio chacoalhava e as balas comiam o muro branco circundante.

A cerca de um quilômetro dali, rebeldes liderados por Acosta Chirinos lançaram um ataque contra a base aérea de La Carlota. Capturaram os comandantes da base e impediram os aviões de levantar vôo. Tratava-se de uma manobra crucial. Do outro lado da cidade, os bolivarianos aproximavam-se de Miraflores. Contavam com uma coluna de tanques.

Enquanto o carro de Pérez avançava pela estrada, seus guardas receberam um aviso pelo rádio a respeito do ataque contra La Casona. Pérez ficou estarecido. Às 0h02, chegava ao palácio presidencial. O carro passou em alta velocidade pelo grande portão de metal que separava a área do palácio da avenida Urdaneta, percorreu uma distância de 90 metros ao longo de uma pista pavimentada e brecou repentinamente, derrapando, na *puerta amarilla* (a porta amarela). Aquela era uma entrada especial, reservada pelo cerimonial para o presidente e para dignatários em visita. Soldados do palácio, normalmente vestidos com roupas coloridas, costumavam vigiá-la. Mas naquele momento o reluzente palácio, em seus cem anos de idade, encontrava-se em silêncio. Muitos dos membros da guarda presidencial dormiam em seus alojamentos, do outro lado da rua.

Pérez pulou para fora do carro, subiu correndo as escadas até a *puerta amarilla* e virou à esquerda, em uma pequena ante-sala que levava a seu gabinete. Dentro do gabinete já o aguardavam o

senador Luis Alfaro Uceró, líder do Partido Ação Democrática, e Virgilio Avila Vivas, o ministro do Interior, encarregado da segurança interna. Os dois haviam escutado notícias sobre o levante e seguido em carreira desabalada até o palácio. Pérez mostrava-se furioso com ambos. Como era possível que um golpe militar estivesse sendo planejado havia meses, ou talvez anos, e nem o governo ou o partido soubessem de nada a respeito? Por que não me alertaram? gritou, caminhando pela sala, enquanto chacoalhava os braços. Pérez afirmou suspeitar que um certo tenente-coronel Hugo Chávez estivesse por trás da revolta. Carlos Peñaloza e outras pessoas haviam conversado com ele a esse respeito.

Enquanto o presidente soltava sua ira sobre os dois homens, o chefe de sua equipe de segurança, vice-almirante Mario Ivan Carratú, desembarcava no palácio. Saindo de seu carro, Carratú subiu um lance de degraus de mármore decorados para chegar a seu próprio gabinete, do outro lado do palácio. Ele esbarrou em um dos guarda-costas do presidente, Romel Fuenmayor, que parecia estar pronto para uma guerra. Carregava uma metralhadora e uma pistola nas mãos, além de um revólver no cinto, uma faca na perna, granadas de mão amarradas no peito, vestindo ainda um capacete de combate e um colete à prova de balas.

Fuenmayor, Carratú e o segundo homem da equipe de segurança do vice-almirante, coronel Rafael Hung Díaz, caminharam até a pequena ante-sala existente junto do gabinete de Pérez. Um guarda-costas do presidente, coronel Gerardo Dudamel, montava guarda na entrada do gabinete. Carratú esperou até que Pérez interrompesse sua vociferação, para falar com o dirigente.

Cerca de 30 segundos mais tarde, ouviram um barulho estrondoso vindo do lado de fora. Saíram correndo da ante-sala e atravessaram a *puerta amarilla*. Pérez abrigou-se perto de uma janela existente atrás de sua mesa. O que os homens viram deixou-os estarecidos: um tanque derrubara o portão de metal na rua e avançava na direção deles. Outros tanques vinham logo atrás. E eram seguidos por soldados cujos rostos estavam recobertos com tinta de camuflagem. Apesar da ordem de aquartelamento no Forte Tiuna, cerca de 200 rebeldes tinham conseguido escapar. Eram liderados por Blanco La Cruz e Rojas Suárez, os jovens capitães que em dezembro haviam chegado perto de trair Chávez, pretendendo eles próprios realizar o golpe.

Alguns segundos depois de o primeiro tanque haver atravessado o portão, lampejos de luz começaram a sair de uma metralhadora colocada na traseira de um dos tanques. As balas atingiram os muros do palácio. Pérez recuou e afastou-se da janela do gabinete. O presidente poderia ter sido atingido, se não fosse o vidro à prova de balas. Alguns soldados legalistas, postados do outro lado da rua em torres existentes nos alojamentos, também dispararam, criando um reluzente fogo cruzado.

O primeiro tanque breiou repentinamente diante de Carratú e de outros ao seu lado; um soldado portando um fuzil FAL pulou para fora do tanque. "Mataremos vocês como cães!", gritou. "Pátria ou morte!" Quando o soldado saltou ao chão, Fuenmayor agarrou a arma dele. Tiros ressoaram enquanto os dois brigavam. Pegos de surpresa pelo assalto e em uma posição de desvantagem, Carratú e os que estavam a seu lado correram para dentro em busca de abrigo.

Saindo da ante-sala, Dudamel correu para dentro do gabinete de Pérez, fechou a porta de metal à prova de bala e trancou-a com uma chave. Carratú e alguns outros atravessaram às pressas a *puerta amarilla*, passaram pela ante-sala e correram para o gabinete do vice-almirante, do outro lado do palácio. Carratú procurava a chave de seu cofre, onde ficava sua pistola. O carro de Pérez continuava parado do lado de fora, mas o motorista havia buscado proteção dentro do prédio. Carratú gritou para ele, mandando que regressasse e buscasse as armas colocadas dentro do veículo: duas submetralhadoras mini-Uzi. O motorista trouxe-as, entregando uma delas para Carratú e a outra para Hung Díaz. Com o coração em disparada, o vice-almirante lançou mão rapidamente do telefone, a fim de pedir reforços. Hung Díaz e Fuenmayor ficaram perto da porta, com as armas em punho.

Os rebeldes atacaram logo depois, disparando com suas armas através da *puerta amarilla*. Hung Díaz, Fuenmayor e outros guardas protegeram-se por detrás da porta e de alguns vasos de planta grandes, respondendo às balas. Os bolivarianos continuaram avançando, virando à esquerda na ante-sala, tendo diante de si, a nove metros de distância, a porta do gabinete presidencial. Não demorou muito para o chão e mesmo a porta ficarem cobertos de sangue. Em determinado momento do combate, uma bala atingiu de raspão a cabeça de Blanco La Cruz, que desmaiou enquanto o sangue escorria. Alguns dos rebeldes pensaram que o capitão morreria. Eles o arrastaram, jogaram-no dentro de um caminhão e mais tarde retiraram-no daquela área.

Com o barulho das metralhadoras ecoando do outro lado da porta, Pérez caminhou até sua mesa, apanhou uma pequena pasta tipo executivo preta que estava ao lado dela e abriu-a. Dentro,

havia duas pistolas e uma submetralhadora Uzi. Os guardas de Pérez levavam a maleta para onde quer que o presidente fosse. Deveria ser usada em casos de emergência. Pérez sabia bem como manusear armas. Ele costumava praticar na casa de veraneio presidencial na ilha caribenha de La Orchila e em outros locais. O presidente retirou a Uzi da maleta, desativou a trava de segurança e preparou-a para se defender.

Decidiu que sua melhor chance de sobrevivência seria fugindo do gabinete. Abriu uma porta secreta existente ao fundo dele. O presidente, Alfaro Uceró, Avila Vivas e o guarda-costas Dudamel saíram em disparada, chegando à sala contígua da secretária particular de Pérez e, depois, a uma escadaria. Os degraus levavam para a ala privativa do palácio, no andar de cima – um quarto, uma cozinha e um pequeno escritório. Pérez percorreu metade do caminho escada acima e estancou. Não conseguiu avançar mais nem um passo. Balas atravessavam a janela e o teto do segundo andar. Ficou paralisado nos degraus, agarrado à Uzi e tentando descobrir para onde deveria ir. Não havia saída.

No *hall* do andar inferior, Carratú tentava obter ajuda. Pedia freneticamente por reforços. Tentou o ministro da Defesa, mas não conseguiu falar com ele. Telefonou para o chefe da guarda de honra do presidente, nos alojamentos do outro lado da rua; o comandante lhe disse que os rebeldes tinham tomado os túneis que ligavam o alojamento a Miraflores. Ligou para o chefe local da Guarda Nacional, que afirmou não poder fazer nada naquele momento: ele tinha de retomar o controle sobre seus homens e sobre a cidade. Carratú desligou e percebeu ter apenas uma opção. Teria de sair com Pérez do palácio.

Esperou por uma pausa no tiroteio e então correu por um corredor. Ao atravessar um trecho de nove metros, percurso em que os rebeldes conseguiam vê-lo, disparou com sua Uzi. Encontrou Pérez na escada e disse-lhe que a situação era desesperadora. Senhor Presidente, afirmou, não temos tempo. Não conseguiremos nos defender. Os túneis foram tomados. Estamos cercados por tanques. Não há nenhuma possibilidade de ajuda do Exército. Não há ajuda vinda da Guarda Nacional. Os rebeldes tomaram o palácio militarmente. Não temos capacidade de resistir. Precisamos abandonar este local.

Mas Pérez não desejava sair dali. Queria lançar mão da força. Temos de defender o palácio, afirmou o presidente a Carratú. Temos de defender o país e defender a democracia. Carratú repetiu que seriam mortos se ficassem; precisavam partir. Pérez acabou concordando. Em face da situação, que o tirasse dali imediatamente.

Carratú saiu às pressas e correu ao longo de mais ou menos 350 metros, através de túneis secretos. Chegou a uma pesada porta de vidro que dava acesso à garagem, na qual estava a frota de honra do presidente. A porta encontrava-se trancada. Carratú não possuía a chave. Então, usando a coronha de sua Uzi, quebrou-a. Bateu contra a porta mais de dez vezes, abrindo um buraco da altura de sua cintura, um buraco grande o suficiente para que pudesse atravessá-lo. Passou pela abertura, correu até um guarda e mandou, aos gritos, que preparasse o carro presidencial. Disse que desejava o veículo cinza. A maior parte dos carros do presidente eram pretos. Carratú não desejava facilitar as coisas para os rebeldes.

Havia bolivarianos dentro do palácio, fora do palácio e em todas as saídas – todas menos uma: a imensa porta metálica que ligava a garagem à rua existente do lado de trás de Miraflores. Carratú correu de volta até a escada, afirmou ao presidente que tudo estava pronto e conduziu Pérez e os outros através dos túneis. Ainda agarrado a sua Uzi, Pérez atravessou o buraco na porta, dirigiu-se até o carro e entrou nele.

Estavam prontos para sair dali, mas agora se deparavam com um outro problema. Ninguém tinha a chave do portão ou o aparelho eletrônico usado para abri-lo. Dois guardas da garagem estavam deitados no chão, feridos, e gritavam por ajuda. Eles haviam sido atingidos pelos rebeldes que dispararam contra o prédio a partir de fora. A única opção seria tentar uma ligação direta nos cabos da caixa de controle do portão. Carratú saltou do veículo, correu até a caixa e abriu-a à força. Ao unir os fios, conseguiu abrir o portão. E fez isso em cima da hora. Com os pneus cantando, o carro saiu da garagem em alta velocidade e fez uma curva violenta para a direita. Na rua à esquerda, 50 metros adiante, um tanque e soldados aproximavam-se. O presidente escapara novamente, por um triz.

O *entourage* presidencial não sabia para onde ir. O carro virou na suja avenida Baralt e subiu uma ladeira por cerca de 1,5 quilômetro, rumo ao monte Avila. Viraram na estrada Cota Mil, que corria ao longo do pé do monte. Estavam em segurança, por enquanto, mas Pérez espumava de raiva. Ele gritava a respeito da deslealdade na hierarquia militar e de Chávez, o homem que, segundo se convencera, estava por trás do golpe.

O presidente afirmou a Carratú que desejava ir a uma estação de rádio ou televisão, a fim de mostrar à população que continuava

no comando do país e que os rebeldes tinham fracassado. Por meio de um telefone instalado no carro, Carratú ligou para um telefonista em Miraflores. Os rebeldes haviam atirado um tanque contra o portão de metal do Palacio Blanco, na frente de Miraflores, e subido até a metade da escadaria com ele. Não haviam conseguido, porém, chegar ao quarto andar, onde ficava a mesa principal de telefonia do governador. Carratú mandou o operador colocá-lo em contato com a primeira estação de rádio ou televisão que pudesse. Cerca de 30 segundos depois, o operador ligou. Ele estava com a Venevisión, uma das maiores redes do país, na linha.

Do outro lado, falava o chefe de segurança do turno noturno da estação, e Carratú o conhecia. O vice-almirante disse que precisava entrar no ar. Não mencionou que pretendia colocar o próprio Pérez diante das câmeras. O guarda mandou-lhe que viesse. O carro de Pérez saiu da estrada, percorreu em alta velocidade o bairro de classe média La Florida e parou cantando os pneus na sede do canal de televisão.

Os homens correram para dentro e foram levados às pressas escada acima, até o escritório do presidente da rede, Gustavo Cisneros. Cisneros era o homem mais rico da Venezuela e um amigo do presidente George H. W. Bush. Ao lado do escritório de Cisneros, havia um estúdio pequeno, mas completo. Pérez ingressou no local e preparou-se para entrar no ar. O presidente estava agitado. Escapara havia pouco de um palácio sob cerco. Ainda vestia o pijama azul por sob o terno. A parte superior do pijama podia ser vista através do colarinho. Carratú informou-o disso. Pérez escondeu a aba do pijama.

Dois minutos depois da chegada à emissora, por volta de 1h15, Pérez entrou no ar. Seu cabelo estava despenteado. O presidente,

nervoso. Falando com rapidez, ele disse ao povo venezuelano que uma tentativa de golpe fora lançada – mas que continuava no comando do país. “O movimento subversivo e antipatriótico está sendo controlado”, afirmou o presidente, ofendido. “Peço a todos vocês que tenham confiança e fé no sistema democrático. [...] Tenham confiança. A democracia vencerá.”

O pronunciamento durou alguns minutos, mas a estação continuou a repeti-lo, de modo a garantir que toda a Venezuela o visse quando a notícia sobre a rebelião se espalhasse e as pessoas ligassem seus aparelhos de TV. Havia se passado cerca de uma hora desde que os rebeldes começaram a atacar Miraflores. A assertiva de Pérez sobre a rebelião estar controlada era falsa. Grandes quartéis no país todo encontravam-se sob cerco. Batalhas violentas travavam-se em La Carlota e La Casona. Os rebeldes espalhavam-se por Miraflores. A cidade de Maracaibo estava sob controle bolivariano. O governador do Estado havia sido feito prisioneiro em sua própria mansão.

O aparecimento de Pérez na TV, porém, deu a impressão de que ele continuava comandando o país, ainda que de forma vacilante. O fato logo renderia frutos aos governistas ao abalar o moral dos rebeldes, que mantinham entre seus objetivos principais o de capturar o presidente. Pérez continuaria a aparecer na TV à medida que a noite avançava.

O homem encarregado da rebelião no país todo, Hugo Chávez, havia se ausentado dos primeiros momentos da ação. Quando começou a ser travada a batalha de Miraflores, ele estava chegando a Caracas. Segundo seu próprio relato, saiu de seu carro entre 0h30 e 1 hora, inicialmente junto de alguns oficiais aliados. Chávez dirigiu-se para o Museo Histórico Militar, localizado em uma colina,

a cerca de 1,5 quilômetro de Miraflores. Ele conseguia ver o palácio dali. Esperava ser recebido por soldados que teriam saído do Forte Tiuna por volta das 22h30, tomado o museu e instalado o equipamento de comunicações a ser usado para dirigir a rebelião.

Os soldados, no entanto, nunca deixaram o forte, porque seus superiores haviam confinado todos a seus alojamentos. Em vez dos aliados rebeldes, disparos de metralhadora receberam Chávez, conforme sua versão da história. Soldados legalistas enviados de última hora pelo governador ocupavam o museu. Quando Chávez chegou, eles não tinham idéia de quem se tratava e abriram fogo. As balas quase acertaram Chávez, que – raciocinando rapidamente e fingindo – gritou ter vindo para unir-se às forças legalistas, em meio a notícias sobre um possível levante popular. Os soldados acreditaram e permitiram que Chávez e seus camaradas ingressassem.

Mas aquilo representou, para Chávez, o primeiro sinal de que algo tinha dado errado. Não havia outros soldados rebeldes, nenhum equipamento de comunicação, nenhuma forma de saber o que se passava no resto do país ou mesmo na capital. Ele estava isolado. “No começo da operação, eu era quase um prisioneiro. [...] Atingimos um momento de vacuidade. Não havia quase nada. Ninguém a quem dar apoio, ninguém com quem entrar em contato. A página Caracas havia sido arrancada do caderno de anotações. Restavam alguns fragmentos que poderíamos reunir novamente ou conectar. O cenário era de confusão geral.”

Pouco tempo depois, o coronel encarregado do museu ligou o aparelho de TV e viu Pérez falando, segundo contou Chávez. O presidente falou sobre uma tropa de pára-quedistas de elite vinda de Maracay e que liderava a rebelião. Suspeitando de algo, o

coronel virou-se para Chávez e questionou-o. O ardil havia sido descoberto. Sim, isto é um golpe de Estado e você está cercado, disse-lhe Chávez. Entreguem as armas, porque se não fizerem isso, um massacre vai acontecer.

Tratava-se, obviamente, de um logro. A pessoa sob cerco naquele momento era Chávez. Por sorte, o major Centeno, comandante que deveria acampar com seus homens em um campo nas proximidades de Carabobo, naquela noite, chegava com dois ônibus carregados de soldados. Ele gritou o nome de Chávez. Aí estão meus homens, afirmou Chávez ao coronel do museu. Entregue-me sua arma e coloque seus homens sob meu comando. O coronel cedeu, e Chávez obteve sua primeira e pequena vitória da noite. Os relógios marcavam 2 horas.

Ele então esperou. Sem comunicação e cego diante do que vinha acontecendo na maior parte de Caracas e do país, acreditou não ter muitas opções. Olhando para trás, seus detratores acusaram-no de não ter tido coragem de atacar o palácio. Anos mais tarde, o então ministro da defesa do país, Ochoa Antich, ainda argumentava que Chávez poderia ter saído vitorioso se houvesse enviado os soldados presentes no museu para ajudar Blanco La Cruz e Rojas Suárez em Miraflores. Segundo Ochoa, os rebeldes teriam capturado a sede simbólica do poder no país, levando mais quartéis em toda a Venezuela a se sublevarem e transformando a onda em uma revolução. "Ninguém entende por que Hugo Chávez não atacou", afirmou o ex-ministro. "Ele sabia o que se passava, podia ver. Faltou-lhe coragem para atacar Miraflores." Outros especularam que Chávez não teria investido contra o palácio por se preocupar com a possibilidade de Blanco La Cruz e Rojas Suárez planejarem matá-lo como parte de um complô do Bandera Roja.

Para Chávez, no entanto, nada disso aconteceu. Ele não sabia exatamente o que se passava lá embaixo e não mantinha contato com os rebeldes no palácio. Sua principal missão, conforme descreveu depois, consistia em comandar toda a operação nacionalmente, a partir do museu, dando apoio às forças que atacavam Miraflores, caso pudesse. Naquele momento, em meio à confusão e à incerteza, precisava empregar o bom senso.

Qualquer ação ali [...] significaria parar no meio deste quarto escuro, sem saber onde estava a parede, e lançar um golpe de forma descabida. Matar algumas pessoas e morrer, uma luta sem sentido e fratricida. Qualquer operação naquele momento teria sido realizada às cegas. Não havia nenhum tipo de informação, nenhum tipo de informação sobre o que transcorria lá embaixo, absolutamente nada, nem mesmo algum tipo de comunicação com nossas forças. O que tínhamos de fazer era acompanhar o desenrolar dos fatos. [...] Ou seja, lançar um ataque com cem homens contra um regime é algo suicida, e, mais ainda, sem saber o que se passava, uma maluquice. E eles nos ensinaram a não fazer maluquices.

Sendo assim, Chávez esperou no escuro pelo “desenrolar dos fatos”. Em

Miraflores, o tiroteio diminuía. Hung Díaz negociava com os rebeldes pelo rádio, tentando convencê-los a se renderem. Quando ele lhes informou que o presidente fugira do palácio, eles não acreditaram. Hung Díaz lhes disse, então, que ligassem a TV. Quando o fizeram, o moral diminuiu. Nesse meiotempo, o governo reorganizava-se. Ochoa Antich enviou soldados e tanques do Forte Tiuna e de La Guaira, na costa caribenha, para ajudar os legalistas no palácio. Os reforços deveriam chegar às 2h30.

O surgimento de Pérez na TV surpreendeu os membros das comunidades política e empresarial da Venezuela. Muitos se dirigiram até a Venevisión a fim de dar-lhe apoio. Alguns, entre os quais Eduardo Fernández, do Copei, também apareceram nas transmissões. Criticaram o golpe e manifestaram apoio ao presidente, impopular, mas democraticamente eleito. Por volta das 2h30, Pérez fez um segundo pronunciamento. Dessa vez, mostrou-se mais calmo. Em vez do fundo liso, mostrado na primeira aparição, alguém colocara uma bandeira da Venezuela ao lado do presidente. Acompanhado de aliados que chegavam a somar 200 pessoas, Pérez mostrou-se mais confiante. Os rebeldes tentaram “lançar um golpe para me matar”, disse. Mas “eu contei com o apoio de toda a nação”.

As notícias sobre a inesperada tentativa de golpe começavam a espalhar-se pelo mundo. Duas horas depois de os relatos iniciais terem sido recebidos nos Estados Unidos, o secretário-assistente de Estado do país, Bernard Aronson, ligou para Pérez, “que garantiu a vitória das forças legalistas”. Ainda assim, pouco antes das 2 horas (3 horas na Venezuela), Aronson telefonou para o secretário de Estado norte-americano, James Baker III, que acordou o presidente Bush minutos mais tarde. Bush telefonou para Pérez, a fim de manifestar seu apoio à democracia venezuelana.

No entanto, por volta das 2h45, os rebeldes em Miraflores rendiam-se. Pérez havia conseguido fugir. Não havia notícias de Chávez. Os reforços legalistas desembarcavam no palácio. Tratava-se do primeiro revés de peso sofrido pela rebelião. Cerca de 15 minutos mais tarde, Pérez e sua equipe saíram da emissora e chegaram a Miraflores. Ochoa Antich uniu-se a eles. Pérez logo entraria no ar pela terceira vez, em um pronunciamento feito ao

vivo, sentado detrás de sua mesa. O presidente garantiu ao país, mais uma vez, estar no controle da situação.

Não obstante o governo ter retomado Miraflores, os rebeldes na verdade ainda enfrentavam soldados em La Casona e La Carlota. Também controlavam quartéis importantes em Maracay, Valencia e Maracaibo. E o líder da revolta, Chávez, continuava solto. A prioridade agora era fazer com que ele se rendesse.

Ochoa Antich fez com que o operador da mesa de telefonia o colocasse em contato com o Museo Histórico Militar. Por volta das 4 horas, conversou com Chávez. A insurreição está acabada, disse-lhe Ochoa. Você perdeu. Você está cercado. Recuperamos o palácio. O presidente falou à nação. Tudo o que lhe resta são algumas unidades.

Chávez recusou-se a ceder. Em vez disso, pediu que Ochoa fosse ao museu para conversarem. Aquilo era uma armadilha – Chávez o seqüestraria, se o ministro fosse. Ochoa não se deixou enganar, e Chávez então sugeriu que se encontrassem em uma localização neutra. O ministro da Defesa rejeitou também essa proposta. Enquanto os dois conversavam, um outro general, Ramón Santeliz Ruíz, veio até o gabinete de Pérez. Santeliz mantinha relações amigáveis com Chávez. Alguns até mesmo acreditavam que o general simpatizava com o movimento bolivariano e que havia se envolvido com grupos como o ARMA. Ochoa acreditou que Santeliz poderia ajudar a mediar um contato com os rebeldes. Foi assim que o ministro ofereceu enviar o general ao museu.

Quanto Santeliz chegou, Chávez ouviu pela primeira vez os detalhes sobre o que acontecia no país todo. O general contou-lhe que os rebeldes controlavam Maracaibo e que uma coluna de

tanques havia saído da cidade de Valencia. Mas Caracas tinha sido perdida, e os meios de comunicação não puderam ser controlados. Chávez lhe disse que não se renderia. Santeliz regressou a Miraflores com essa mensagem.

Na verdade, Chávez sabia que estava perdido. A maior parte dos soldados em Caracas – o centro nervoso da operação – não aparecera, desferindo um pesado golpe contra a rebelião.

Eu estava como um tigre dentro de uma jaula. Não sabia como enfrentar isso, como dirigir isso. [...] Em Caracas, algo em torno de 3 mil a 4 mil homens estavam comprometidos com a nossa causa, e não mais de cinco oficiais, dois oficiais de menor patente e cerca de 50 soldados, em 12 tanques sem munição, haviam partido para uma missão suicida contra Miraflores. É por isso que se vê a imagem do tanque chocando-se contra o muro. Aquela era a imagem de um homem que se comprometera e que fizera um juramento que tentava cumprir. E o tanque sobe as escadas. É por isso que se vê a imagem desse tanque chegando para colidir contra o Palácio de Miraflores. Trata-se da imagem da dignidade do homem, agindo quase como um camicase desesperado.

Com o fracasso da crucial operação de Caracas, Chávez tentaria ganhar tempo. À medida que se aproximava o raiar do dia, Chávez apostava em duas coisas capazes de virar o jogo a seu favor: a chegada do general Visconti e da Força Aérea, em plena luz do dia, e um levante que surgisse entre os moradores das favelas. Mas Visconti nunca chegou. E, quanto aos civis, houve da mesma forma um desapontamento.

Segundo o relato de Chávez, os membros civis do movimento, em especial os da Causa R, deveriam desempenhar um papel

importante na rebelião. Deveriam comparecer a locais combinados e receber armas dos rebeldes. Eles até haviam recebido senhas secretas. Mas, no final, segundo ele, poucos apareceram. Aquilo o deixou amargurado e desconfiado.

Estávamos trabalhando juntos em torno dos elementos popular e militar de uma rebelião militar que planejávamos. Alguns dias antes de tudo ser deflagrado, em um encontro dos diretores nacionais, eles decidiram retirar seu apoio à rebelião. O pior, porém, foi que não nos avisaram sobre sua decisão, apesar de já termos nos comprometido com entrar em ação, com os planos de combate. Havíamos acertado previamente que eles organizariam seu pessoal de modo a mandá-los para locais predeterminados onde distribuiríamos armamentos, mas apenas Alí Rodríguez (congressista da Causa R) ficou lá esperando, com um pequeno grupo, tentando em vão cumprir suas responsabilidades. Como partido, no entanto, a Causa R não apareceu. Eles nos deixaram na mão. [...]

Mais tarde, quando me contaram sobre a decisão que haviam tomado, eu não quis acreditar naquilo, porque ainda era novo nas questões políticas. Eu era um soldado e, para mim, minha palavra é minha honra. [...] A experiência fez com que eu perdesse minha virgindade política – com o perdão da palavra –, minha virgindade a respeito da política, dos comprometimentos e das promessas não cumpridas.

Alguns dos civis, entre os quais Pablo Medina, da Causa R, contam uma história diferente, afirmando que Chávez e seus homens nunca apareceram com as armas prometidas. Vários meses antes da revolta, o ex-líder guerrilheiro Douglas Bravo reuniu-se com Chávez em uma tentativa de resolver as desavenças já antigas

e colaborar com a rebelião. O encontro fracassou, e os laços existentes entre os dois desfizeram-se por completo. Bravo defendia que uma ação civil antecederesse a ação militar; no entanto, segundo conta, Chávez não concordou:

Nós nos reunimos para discutir os planos do levante. [...] Dissemos que, antes de tudo, deveria haver uma ação civil, como a greve geral organizada pela Junta Patriótica no dia 23 de janeiro (de 1958). A ação militar viria depois. Dessa forma, a sociedade civil participaria de forma ativa do movimento revolucionário. No entanto, era exatamente isso o que Chávez não desejava. De forma nenhuma! Chávez não queria que os civis participassem como uma força concreta. Ele desejava que a sociedade civil aplaudisse, mas não que participasse, coisas bastante diferentes uma da outra. [...] Ninguém pode manifestar uma opinião ao lado dele. [...] Ele não tolera dissidências ou opiniões divergentes.

Enquanto Chávez discutia o que fazer, no Palácio de Miraflores, Pérez, furioso, considerava a possibilidade de bombardear o museu, a fim de encerrar o impasse. Alguns dos seus assessores sugeriram que o local fosse primeiro alvo de uma bateria sonora. Por volta das 6 horas, com os primeiros raios de Sol, Ochoa mandou que caças F-16 da base aérea em Maracay sobrevoassem o Museo Histórico Militar. O ministro desejava enviar uma mensagem clara para Chávez. Ochoa ligou para ele mais uma vez. Informou a Chávez que os caças haviam decolado, que a maior parte dos quartéis rebelados tinha se rendido e que os fuzileiros se dirigiam da costa para Caracas para atacar o museu. Anunciava-se um banho de sangue.

Usando as informações obtidas de Santeliz, Chávez respondeu que os rebeldes controlavam Maracay e que o governador de Zulia

era prisioneiro deles. Temos tanques a caminho vindos de Valencia, acrescentou, e também controlamos aquela cidade. “Isso está apenas começando”, alardeou Chávez. A declaração era uma bravata: ele sabia que a revolta desmoronara. Tentando desesperadamente obter apoio aéreo, Chávez conseguiu entrar em contato com Jesús Urdaneta em Maracay. Mas as notícias não eram boas. Compadre, mande-me apoio aéreo, disse Chávez. Urdaneta respondeu que os aviões haviam partido, “mas vão disparar contra você. Perdemos o controle da base”.

Esgotada a paciência, Pérez mandou Ochoa informar a Chávez que, caso não se rendesse, seria alvo de um bombardeio. Ochoa telefonou para Chávez pela terceira vez. Disse-lhe que os F-16 iriam bombardear o museu dentro de dez minutos se ele não se entregasse. Na verdade, Ochoa não desejava bombardear o local, cercado pelo imenso bairro 23 de Enero, onde havia vários prédios altos. Qualquer bombardeio mataria e feriria um grande número de civis.

Os relógios marcavam quase 7 horas. Chávez desligou. Alguns minutos depois, conversou com Santeliz novamente. Estava pronto para se entregar. Chávez tampouco desejava ver um enfrentamento violento, muito menos um em que teria poucas chances de vencer.

Percebi que o plano chegara a um beco sem saída. Não havia contato com nenhuma unidade. Eu não sabia o que estava acontecendo, sabia apenas que o presidente tinha recuperado a posição simbólica do poder, que tanques tinham chegado a Miraflores para dar apoio ao presidente, que (os rebeldes) da Força Aérea estavam detidos, sem permissão para voar, que tínhamos perdido a condição de neutralidade nos céus e que os F-16 nos atacariam.

Como se poderia seguir adiante com uma operação assim dispersa, assim desarticulada, sem saber o que se passava em Maracay, em Maracaibo e mesmo em Caracas? Era impossível lutar às cegas. Aquilo teria sido um desastre para nós e para o povo, uma batalha com as armas de grosso calibre que tínhamos (no museu) em La Planicie, cercados por bairros residenciais, e sem qualquer chance de atingirmos nosso objetivo. Pode-se continuar lutando quando ainda há uma chance de se atingir o objetivo, mas uma luta sem futuro, travada para matar ou morrer, não faz sentido.

Chávez comunicou a Santeliz suas condições para a rendição. O governo tinha de respeitar a vida dos rebeldes e dos moradores dos *barrios*. Também deveria permitir que visitasse locais estratégicos da cidade, para dizer a seus camaradas ter chegado a hora de colocar fim à luta. Santeliz concordou, e Chávez desligou.

Ele se preparou para a rendição. Mandou que seus soldados entrassem em formação e entregassem suas armas. Depois, abraçou os oficiais, saudou os soldados e aprontou-se para partir. Manteve consigo sua pistola, um fuzil de assalto e granadas de mão. Imaginou que os legalistas tinham ordens para matá-lo e desejava defender-se. Pouco tempo depois de Santeliz ter chegado, às 8 horas, os dois saíram. Gastaram cerca de duas horas dirigindo por Caracas, a fim de que Chávez pudesse comunicar a seus companheiros o final da rebelião. Em cada parada, fazia um pequeno discurso. Ele disse que os homens haviam lutado bravamente em nome de Bolívar, mas naquele momento era impossível atingir os objetivos. Mandou que depusessem suas armas.

Chávez e Santeliz chegaram ao Ministério da Defesa por volta das 10 horas. Um grande número de soldados aguardava por sua chegada na frente do prédio. Enquanto entrava e subia no elevador, alguns o saudavam. Chávez interpretou aquilo como um gesto de aprovação tácita a suas ações. Chegou ao gabinete de Ochoa Antich, no quinto andar. O ministro continuava em Miraflores. No gabinete, saudou alguns oficiais e disse ter vindo para render-se. Entregou sua pistola, o fuzil de assalto, as granadas de mão e um rádio, em seguida se sentou em um sofá. Pediu a um soldado que lhe pegasse uma xícara de café e alguns cigarros. Chávez estava ansioso e também deprimido. "A rendição é pior do que a morte. Quando desisti, disse aos meus homens que preferia a morte. Eu havia desmoronado, eu estava desmoronando."

Enquanto fumava um cigarro, ouviu os generais e outros oficiais presentes na sala debaterem sobre como colocar fim aos últimos focos de resistência. Alguns gritavam ordens ao telefone. Queriam que tudo estivesse terminado até o meio-dia. Chávez ficou então sabendo alguns dos detalhes sobre o que acontecia no resto do país. Arias saíra de Zulia de avião para chegar a Caracas, onde participaria das negociações. Acosta Chirinos abria mão de La Carlota. Mas Urdaneta continuava lutando em Maracay, recusando-se a abandonar a batalha. Chávez lembrou-se das palavras dele, ditas dez anos antes, quando fundaram o EBR, palavras que repetiria no dia anterior ao golpe: "Se fracassarmos, não desistirei. Vou lutar até a morte". Urdaneta havia cortado as linhas de telefone, em Maracay, aparentemente decidido a cumprir sua promessa.

Os generais presentes no gabinete de Ochoa gritavam aos telefones para que os caças começassem a bombardear a base

militar em Maracay. Chávez protestou. Como vocês podem bombardeá-los se nós nos rendemos?, perguntou. Pediu para falar com Urdaneta, a fim de convencê-lo a depor as armas. As linhas telefônicas, porém, estavam cortadas. Pediu para voar até Maracay para conversar com Urdaneta pessoalmente. Os generais descartaram essa hipótese também: havia tantos aviões nos céus, que eles acabariam sendo abatidos. Chávez teve outra idéia: ele poderia ir até uma estação de rádio e fazer um comunicado mandando seus camaradas deporem as armas. Ele sabia até qual rádio usar, a Rádio Apolo, uma estação da região de Maracay bastante ouvida pelos soldados quando nos quartéis.

Os oficiais consideraram aquela uma boa idéia. Sugeriram que Chávez usasse também as emissoras de televisão. Consultaram Ochoa, que consultou Pérez. O presidente concordou. Mas insistiu que Chávez escrevesse o que iria dizer e que as estações de televisão gravassem o comunicado antes de exibilo, dando a oportunidade aos oficiais de censurar qualquer coisa que não desejassem ver no ar. Pérez também queria que Chávez fosse apresentado como prisioneiro, algemado e sem seu uniforme. Ochoa repassou o comunicado ao Forte Tiuna. Chávez, no entanto, recusou-se a escrever sua declaração. E insistiu que apenas pediria a seus camaradas que se rendessem. As autoridades acreditavam, além disso, que não havia tempo hábil para gravar o comunicado previamente. A situação em Maracay revelava-se crítica. A mensagem teria de ser transmitida ao vivo. Ochoa deu sinal verde para que prosseguissem. O ministro não teve tempo de informar isso a Pérez.

Quando os chefes das Forças Armadas convocaram jornalistas e as estações de televisão, Chávez pensou na situação do general

Manuel Noriega quando capturado pelos norte-americanos depois da invasão do Panamá, em dezembro de 1989. Noriega estava com a barba por fazer e usava uma camiseta amassada. Tinha a aparência de um criminoso. Era exatamente essa a imagem que Chávez queria evitar. Vou aparentar dignidade, pensou consigo mesmo, e entrou em um banheiro, lavou o rosto e alinhou seu uniforme. Até vestiu sua boina vermelha de pára-quedista. Os oficiais não o obrigaram a livrar-se de seu uniforme camuflado de combate, conforme Pérez ordenara. Chávez caminhou, então, até uma sala repleta de repórteres e olhou para o aglomerado de câmeras de televisão. Usando uma versão resumida do curto discurso pronunciado pouco antes, falou de forma confiante durante 72 segundos:

Primeiramente, quero dar meu bom-dia para toda a população da Venezuela. Esta mensagem bolivariana dirige-se a todos os corajosos soldados presentes no regimento de pára-quedistas em Aragua e no regimento de tanques em Valencia. Camaradas: infelizmente, por enquanto, os objetivos que nos impusemos não foram atingidos na capital. Ou seja, os que estão aqui em Caracas não tomaram o poder. Independente de onde estejam, vocês saíram-se bem. Mas agora chegou a hora de refletirmos. Novas oportunidades aparecerão e o país precisa, certamente, caminhar rumo a um futuro melhor.

Então, escutem o que tenho a dizer, escutem o Comandante Chávez, que lhes envia esta mensagem. Por favor, reflitam e deponham suas armas, porque na verdade os objetivos que nos impusemos nacionalmente não se encontram mais em nosso alcance. Camaradas, escutem esta mensagem de solidariedade. Agradeço sua lealdade, sua coragem, sua abnegada generosidade.

Diante do país e diante de vocês, aceito a responsabilidade por este movimento militar bolivariano. Obrigado.

Chávez caminhou para fora da sala e regressou ao gabinete de Ochoa. Estava deprimido, pensou ser um fracassado. “Eu estava muito abalado e sentia-me um grande derrotado. Quero dizer, pensei ter realizado o maior fiasco do século. Além de render-me e de o plano ter fracassado, ainda tive de convocar os outros a se entregarem. Santeliz sentou-se ao meu lado e apertou minha mão. ‘Aquilo que você falou, rapaz, foi muito bom!’ Eu lhe disse: ‘O que você quer dizer com bom? Eu pedi que eles se rendessem’. ‘Você disse *por enquanto*.’ Eu não havia percebido. Aquilo havia saído naturalmente. Eu lembro de ter dito para ele: ‘Acho que eles vão apagar isso’. ‘Não, já foi para o ar. A transmissão era ao vivo.’”

O pronunciamento de Chávez caiu como uma bomba. O elegante e jovem oficial, vestido com uma vistosa boina vermelha, deixou milhões de pessoas que nunca tinham ouvido falar dele fascinadas e se perguntando sobre quem haveria liderado a surpreendente rebelião. Chávez começara sua fala invocando o ícone sagrado nacional, Simón Bolívar. Depois, fez algo quase inconcebível em um país onde todos tentavam escapar de suas responsabilidades: assumiu a culpa pelo fracasso. “Aceito a responsabilidade por este movimento militar bolivariano.”

Ele também indicou que a rebelião não chegara ainda a seu fim. Duas palavras – *por ahora* (por enquanto) – soaram para muitas pessoas como a promessa de que algum dia os rebeldes regressariam. Eles não haviam atingido seus objetivos “*por ahora*”. Os dois vocábulos transformaram-se instantaneamente nas palavras de ordem mais pronunciadas nas ruas. A seu tempo, ingressariam no léxico revolucionário permanente da Venezuela.

Chávez surgiu do nada, conferindo um rosto para uma rebelião sem rosto. Muitos venezuelanos, durante vários anos, tinham esperado pela chegada de alguém que os salvasse, pela chegada de um Bolívar dos tempos modernos, que castigaria políticos desonestos e colocaria a Venezuela no caminho da prosperidade. Agora, assim se indicava, surgira aquele homem. “Hugo Chávez entrou em nossos corações naquele dia e nunca mais saiu”, afirmou a norte-americana Lisa Sullivan, missionária católica da Maryknoll havia tempos, casada com um venezuelano e residente em um *barrio* de Barquisimeto.

Ochoa Antich cometera um grave erro, erro do qual se lamentaria nos anos seguintes. “O maior erro foi permitir que Hugo Chávez fosse apresentado não como um criminoso militar que traía as instituições do país e que fora derrotado, mas, em certa medida, como o herói que se levantara contra um governo injusto e corrupto, o que não era verdade. Ao contrário disso, tratava-se de um governo constitucional que cometera alguns erros, como acontece no caso de todos os governos, mas que fazia parte do que se considerava a evolução democrática da Venezuela. [...] Foi um erro político permitir que Chávez aparecesse ao vivo. Nunca imaginei que aquilo teria o impacto político que teve.”

Em Maracay, os soldados rebeldes assistiam à TV quando Chávez apareceu. Chamaram Urdaneta, que ficou paralisado e indignado ao ver as imagens. Ele não queria render-se. Sabia, porém, não ter opção. Não demorou muito, Urdaneta se entregou. A tentativa de golpe de Estado chegara ao fim.

Passava um pouco do meio-dia. Uma hora mais tarde, Arias pousou em Caracas, apenas para ouvir que Chávez já se entregara e convocara os outros a deporem suas armas. Depois de uma

década de preparação, o levante bolivariano começara e terminara em menos de 12 horas.

Nem todos receberam Chávez e os rebeldes de braços abertos. A oligarquia venezuelana e a maior parte dos governos estrangeiros ficaram horrorizadas. O Congresso do país convocou uma sessão de emergência naquela manhã. Os políticos criticaram Chávez e lançaram uma enxurrada de discursos acalorados a respeito da necessidade de a democracia ser defendida.

Em um dos discursos mais dramáticos daquele dia, um conhecido congressista da Ação Democrática, David Morales Bello, declarou: "Morte aos golpistas!". Fora da Venezuela, o sentimento geral não diferia muito disso. O presidente George H. W. Bush elogiou Pérez, descrevendo-o como um dos maiores líderes democráticos do continente. "A ocorrência desse golpe militar ultrajante e ilegal deve ser, com certeza, condenada por todos os países, e não apenas por aqueles do nosso hemisfério", afirmou. Até mesmo Fidel Castro, em Cuba, que nunca ouvira falar de Chávez, mas que mais tarde se tornaria seu mentor, aderiu à onda de críticas e defendeu Pérez.

Um político venezuelano adotou uma postura diferente. O ex-presidente Rafael Caldera, ele próprio um dos ideólogos do sistema *Punto Fijo*⁸, quase endossou o golpe. Rejeitou a idéia de que os rebeldes atacavam a democracia. Em vez disso, segundo afirmou, a prática democrática da Venezuela é que havia deixado o povo abandonado. Ele responsabilizou Pérez e seu programa neoliberal pelos problemas com as Forças Armadas. Notou que a população não invadia as ruas para defender a democracia, da forma como ocorrera recentemente no Leste Europeu, nas Filipinas, no Cone Sul

das Américas e na Praça Tiananmen, na China. O curto pronunciamento de Chávez figurava como o discurso do dia, mas as palavras de Caldera chegaram num honroso segundo lugar.

É difícil pedir às pessoas que se sacrifiquem em nome da liberdade e da democracia quando elas pensam que a liberdade e a democracia são incapazes de alimentá-las e de impedir o aumento exorbitante do custo de vida. Quando a liberdade e a democracia não conseguiram colocar um ponto final no terrível ciclo de corrupção responsável por minar a legalidade institucional deste país, conforme todos podem ver com seus próprios olhos. Isso é algo que não podemos esconder.

O discurso de Caldera fez renascer, da noite para o dia, sua carreira política, então em ocaso. Quase dois anos mais tarde, ele abandonou o partido de cuja fundação participara, o Copei, concorreu por uma legenda dissidente e reelegeu-se presidente. Caldera conseguiu, pela primeira vez, romper com o domínio do AD-Copei sobre Miraflores. Outro político que realizara discurso de tom semelhante naquele dia, Aristóbulo Istúriz, da Causa Radical, elegeuse prefeito de Caracas – tornando-se o primeiro negro a ocupar esse cargo.

Em pouco mais de um minuto, Chávez oferecera uma das atuações mais impressionantes da história venezuelana. “Muitos especialistas analisaram aquelas palavras”, afirmou um importante jornalista do país uma década depois. “Nunca antes um número tão pequeno de palavras influenciou tanto a opinião dos venezuelanos e os eventos que estavam por vir.” Chávez transformou-se imediatamente em um herói. Dias após a tentativa de golpe, a fantasia mais procurada pelas crianças, durante os festejos do Carnaval, era uma imitação do uniforme militar e da boina

vermelha. Em outubro, chegou às livrarias o *best-seller* que descreveria Chávez e seus aliados como vingadores corajosos da justiça e defensores da democracia. O título da publicação: *La Rebelión de los Angeles – A Rebelião dos Anjos*.

O golpe deixou 14 soldados, cinco policiais e um civil mortos. Dezenas de homens ficaram feridos. Um total de 1.089 soldados – entre os quais 130 oficiais – foram detidos e acusados de motim e de atos criminosos de violência. Algumas unidades das Forças Armadas viram-se privadas de seus líderes por completo, porque todos os seus oficiais haviam participado do levante.

A tentativa de derrubar Pérez fracassara, mas conseguira catapultar à proeminência nacional um tenente-coronel totalmente desconhecido. Das garras da derrota militar, Chávez conquistara uma inesperada vitória política. Apesar de suas ações o terem deixado exposto às críticas de seus detratores, que passaram a questionar seu comprometimento com a democracia, Chávez dera um passo importante na luta para transformar a Venezuela. O país nunca mais seria o mesmo.

Ao rumar para a prisão, Chávez divisaria a próxima manobra capaz de levar o movimento bolivariano adiante. Porque, nos quartéis, a conspiração ainda não terminara.

11. Prisão



Hugo Chávez acreditou ser um fracasso. Depois da rendição, ele e alguns dos líderes do golpe foram levados para o quartel-general da inteligência militar. Passaram duas semanas trancados dentro de celas, no porão daquele prédio, enquanto eram interrogados por agentes. Ficaram isolados do restante do mundo. As luzes permaneciam acesas 24 horas. Uma câmera de vídeo filmava toda a movimentação no interior das celas. Os guardas confiscaram o cadarço de seus sapatos e seus cintos, a fim de impedir tentativas de suicídio.

Os rebeldes não faziam idéia do que se passava fora dali. Não tinham acesso a jornais, à TV e, durante a primeira semana, nem direito a receber visitantes. Chávez tentou manter-se inteiro cantando na cela. Mas entrou em depressão. Acreditava que uma década de conspirações desembocara em uma derrota vergonhosa. Pior ainda, alguns de seus camaradas – entre os quais Urdaneta e Ronald Blanco La Cruz – ferviam de raiva. Culpavam Chávez pelo

fracasso do golpe, já que não havia conseguido assumir o controle do Palácio de Miraflores.

Após uma semana de cativo, Chávez recebeu sua primeira visita e o primeiro indício de que, no mundo lá fora, ele seria qualquer coisa, menos um fracasso. “O primeiro ser humano que entrou na minha cela foi um padre, um capelão da prisão militar”, contou mais tarde em uma entrevista. “Esse padre entregou-me secretamente uma pequena Bíblia. Ele me abraçou e sussurrou em meu ouvido. Pensei que me diria algo para me dar forças. Mas afirmou: ‘Anime-se. Nas ruas, você é um herói.’”

Dezessete dias depois de terem jogado os líderes rebeldes no porão, as autoridades transferiram Chávez e os outros para a prisão militar de San Carlos, na área central de Caracas. Lá, encontraram-se com centenas de oficiais de baixa patente e soldados que haviam participado da revolta. O trajeto trouxe uma revelação para Chávez e os outros. Simpatizantes enchiam as ruas e aplaudiam. “Quando deixamos a prisão da inteligência militar em San Carlos, percebemos que tínhamos provocado um grande impacto, que havíamos chacoalhado as bases do próprio sistema”, declarou um dos líderes, Joel Acosta Chirinos. “Quando fomos transferidos em uma caravana, vimos todas as pessoas nas ruas. [...] Bem, dissemos, nós nos transformamos em astros. Ao contrário do que pensávamos, a ação não tinha fracassado.”

O governo continuava politicamente surdo e mudo. Chávez foi enviado para uma cadeia localizada a poucos metros do Panteão Nacional, onde seu herói, Simón Bolívar, estava enterrado. Chávez não deixou escapar o simbolismo. Desde o começo de seu período na prisão, invocara o Libertador como a luz guia de sua rebelião. “O verdadeiro autor dessa libertação, o real líder dessa rebelião é o

general Simón Bolívar. Com suas incendiárias palavras ele me iluminou o caminho”, afirmou Chávez a um jornalista do *El Nacional* que conseguiu entrevistá-lo em San Carlos. Chávez contou que freqüentemente olhava pela janela na direção do Panteão e dos restos mortais de Bolívar. O jornalista bateu uma foto de Chávez parado, com ar sereno, diante da janela.

Sua popularidade espalhou-se como fogo em palha seca. Jornais, redes de TV e estações de rádio exibiam uma série de reportagens sobre um fato impossível de esconder: Chávez era um herói. “Os soldados lançaram mão de suas armas para lutar pela gente”, afirmou um estudante de 19 anos ao *El Nacional*. “Minha tia chorou quando eles desistiram. Todos aplaudiram porque eles são heróis. Não acho que devam ser punidos. Eles deveriam, isso sim, receber uma medalha.”

Carlos Andrés Pérez tentou abafar a crescente popularidade de Chávez, eliminando a cobertura elogiosa dos meios de comunicação a respeito dele. Dois dias depois do golpe, Pérez enviou seis agentes da temida disip, a polícia política, para realizar uma busca nos escritórios da revista *Zeta*. A edição mais recente da publicação apresentava em sua capa uma foto de Chávez vestindo sua boina vermelha. Dentro dela, uma matéria afirmava: “uma porcentagem substancial dos venezuelanos [...] torceu pela vitória dos insurgentes”. Os agentes confiscaram milhares de cópias da revista.

Mais tarde, ainda naquele dia, Andrés Eloy Blanco, ministro da Informação, apareceu na TV para avisar os meios de comunicação sobre o dever que lhes competia de “contribuir para a tranqüilidade pública”, impondo uma censura temporária, sob pena de enfrentarem “severas sanções”. Os meios de comunicação ignoraram a ameaça. Na sexta-feira, divulgaram mais matérias

retratando o apoio generalizado aos rebeldes e criticando o governo corrupto de Pérez.

O presidente venezuelano intensificou as medidas repressivas; apreendeu 25 mil cópias de uma outra revista, a *Elite*, em cuja capa também constava uma foto de Chávez. Esta o mostrava ao lado de Pérez e da mulher deste, Blanca. Adotando uma medida que não se via desde a ditadura de Marcos Pérez Jiménez, Pérez colocou censores nas redações. Os censores receberam ordens de impedir as redes de televisão, os jornais e as revistas de colocarem no ar ou imprimirem a imagem de Chávez ou mesmo histórias críticas ao presidente.

Agentes da polícia apenas autorizaram a circulação da edição de sábado do *El Nacional*, depois de se assegurarem de que os anúncios pagos atacando o governo tinham sido cancelados. A polícia política também deu uma batida no *El Diario de Caracas*. O jornal havia prometido a seus leitores distribuir, na edição de sábado, um suplemento com fotos exclusivas do levante militar. Os agentes ordenaram que o jornal removesse as fotografias. Em seguida, a polícia confiscou a maior parte das cópias do suplemento.

Pérez convocou uma entrevista coletiva no sábado para defender as medidas de repressão. “Os senhores não deveriam se esquecer de que, há apenas quatro dias, minha vida esteve em perigo e nossa democracia viu-se à beira da extinção”, disse. “Não exaltem o homem que tentou realizar o golpe militar. Não transformemos um criminoso que traiu as Forças Armadas e provocou mortes e destruição em uma figura de destaque.”

Naquela noite, os censores do governo mandaram o jornal *El Nacional* apagar uma história sobre um general da reserva. Ele fora detido depois de um grupo de 62 oficiais de alta patente aposentado ter feito publicar, nos jornais de sexta-feira, anúncios de página inteira atacando o governo e dando apoio aos rebeldes. Carros de patrulha da polícia secreta impediram vários caminhões de saírem do parque gráfico do jornal até a 1 hora, quando os censores finalmente aprovaram a circulação do jornal.

Na manhã seguinte, o *El Nacional* figurava nas bancas de jornal com um grande espaço em branco na primeira página, na qual o artigo deveria estar.

Horas depois, naquela mesma noite, o governo decidiu fechar por completo o *El Nacional*. No momento em que o jornal começaria a ser rodado, 20 integrantes da polícia política invadiram a sede da publicação e mandaram os editores pararem as rotativas. O jornal conseguiu imprimir 2 mil cópias de uma tiragem normal de 120 mil, antes de os agentes interromperem a impressão. As cópias que saíram dali continham um espaço em branco com a palavra Censurado nos cadernos dos quais haviam sido retiradas matérias por ordem do governo. Todos os outros jornais da cidade também sofreram algum tipo de censura.

Quando as críticas às medidas de censura aumentaram, Pérez, horas depois, ainda naquele dia, prometeu cancelar as restrições. A polícia política retirou-se do *El Nacional*, que ficara cercado por mais ou menos 12 horas. Na terça-feira de manhã, o jornal regressava às bancas com mais artigos criticando Pérez. Outras publicações também circularam livremente pela primeira vez em quatro dias.

Mas os jornalistas sentiam-se indignados com as medidas de censura adotadas no suposto bastião democrático da América Latina. Naquela manhã, mais de uma centena deles realizou uma passeata pela região central de Caracas, dirigindo-se até o Congresso e gritando: "Democracia com censura é ditadura!". A manobra adotada por Pérez com vistas a sufocar a popularidade de Chávez surtiu o efeito contrário. Não obstante todos os esforços dos censores do governo, o ódio ao presidente e a admiração por Chávez não puderam ser escondidos. "Quase todas as pessoas entrevistadas nas ruas de Caracas manifestaram opiniões negativas sobre Pérez e seu programa de livre mercado", informou a Associated Press na terça-feira. "Chávez parecia estar se transformando em um herói popular."

Algumas vozes solitárias, concentradas nas classes altas e nos círculos diplomáticos, vieram em defesa de Pérez. Michael Skol, o embaixador dos EUA que elogiara o crescimento da economia venezuelana de 9,2% em 1991, concordou "com a descrição do presidente sobre os responsáveis pelo golpe como um pequeno grupo de fanáticos arrogantes de direita com opiniões distantes da corrente em voga", declarou a *The Christian Science Monitor*.

Carlos Peñaloza, o general do Exército que perseguira Chávez durante sete anos, afirmou a outros repórteres estar preocupado com a "personalidade messiânica" do líder rebelde. Chávez, segundo o general, "considera-se um homem escolhido por Deus, alguém cujo destino foi determinado por Simón Bolívar, alguém que não está disposto a dividir o poder com ninguém". Peñaloza alegou que os rebeldes haviam feito publicar um manifesto de 12 páginas que se iniciava com uma frase de Thomas Jefferson: "A árvore da liberdade deveria ser irrigada de tempos em tempos com o sangue

dos patriotas e dos tiranos”. Ele também acusou Chávez e seus aliados de planejarem enforcar políticos civis nas praças públicas ou mandar pelotões de fuzilamento executá-los em estádios. Pérez estaria no topo da lista.

“A grande carga de ódio foi algo que chamou minha atenção em particular”, afirmou o general na entrevista concedida a um canal de televisão, antes de a censura do governo interromper os debates sobre o golpe. “Eles estavam convencidos de que a única forma de lavar a honra da pátria humilhada se-ria por meio de um ritual no qual se verteria o sangue de homens corruptos responsáveis por colocar nossa nação de joelhos. Chávez Frías era o nosso Saddam Hussein.”

Mas os bolivarianos negaram pretender executar qualquer um, e poucos venezuelanos deixaram-se convencer pelas observações de Peñaloza, ao me-nos nos *barrios*. Um economista afirmou à publicação *The New York Times*, de forma acabrunhada, que ficara chocado quando “no dia seguinte ao do golpe ouvi minha secretária lamentar o fato de eles não terem conseguido matar o presidente”.

Um mês depois do golpe, o entusiasmo com a rebelião de Chávez continuava a fervilhar intensamente. Em uma manifestação vespertina convocada por panfletos anônimos e pelo boca a boca, venezuelanos do país todo saíram nas janelas ou ficaram à porta de suas casas batendo panelas e canecas. Atacando Pérez e celebrando Chávez, a manifestação espalhou-se para além das favelas e atingiu algumas áreas ricas. “Viva Chávez!”, gritou um morador do elegante bairro de Las Mercedes. “O povo da Venezuela está com você!”

Por essa época, as poucas cabines telefônicas em funcionamento de Caracas apresentavam pichações com mensagens evocando o líder: "Chávez no poder". No Panteão, admiradores acenderam velas em homenagem a Chávez perto da tumba de Bolívar. Um até compôs uma oração baseada no Pai Nosso, denominada "Chávez Nuestro": "Chávez nosso que está na prisão, santificado pelo golpe" eram os primeiros versos. Os últimos afirmavam: "Livrai-nos de tanta corrupção, e livrai-nos de Carlos Andrés Pérez. Amém".

No começo de abril, as autoridades do governo, ansiosas para minar a histeria em torno de Chávez, transferiram-no junto com outros nove líderes rebeldes para uma prisão mais afastada, em Yare, distante duas horas de Caracas. No dia do traslado, simpatizantes deitaram-se nas ruas da capital para tentar impedir os veículos blindados de partirem.

A transferência não contribuiu quase nada para minorar a comoção. A multidão de admiradores simplesmente acompanhou Chávez até Yare. Pareciam adoradores fascinados a seguirem seu Messias. As pessoas desejavam vê-lo, tocá-lo, confirmar sua existência real. Alguns tremiam na presença de Chávez. Outros se agarravam nas roupas dele ou lhe entregavam bilhetes de admiração ou pedidos de ajuda. Levaram-lhe flores, roupas, comida, uma pequena geladeira, um microondas, uma estante para livros. Mulheres que formavam longas filas para se jogarem em seus braços brigavam entre si para serem as primeiras a vê-lo no dia de visita. Outras lhe enviavam cartas do país todo. Chávez transformara-se em uma estrela de *rock*, um astro do cinema e um símbolo sexual, distribuindo autógrafos como se fosse Rock Hudson, observou Herma Marksman, com pesar. A diferença era que essa

estrela de *rock* desejava derrubar o sistema político da Venezuela em nome de um revolucionário do século 19.

As autoridades ajudaram Chávez a cultivar o mito. Permitiram que ele continuasse usando seu uniforme e sua boina vermelha. Ele os vestia, antes de conceder entrevistas clandestinas para jornalistas que conseguiam entrar disfarçados na prisão. As autoridades colocaram Chávez e outros líderes em uma parte especial da penitenciária, reservada normalmente para as visitas conjugais mantidas entre presidiários e suas mulheres. Cada rebelde contava com sua pequena sala particular, com um banheiro. Do lado de fora, havia um pátio com uma estátua de Bolívar. Chávez a visitava todos os dias.

Contudo, a bajulação desmedida de que Chávez era alvo não soou bem aos ouvidos de alguns dos rebeldes. Atritos acabaram, forçosamente, por surgirem. Dez homens de temperamento forte viviam amontoados uns sobre os outros em alojamentos diminutos. Arias Cárdenas, que contava com seus próprios e vários simpatizantes entre os bolivarianos e era um co-líder do movimento à época do golpe, ficou de fora dos holofotes à medida que Chávez ascendia ao estrelato. Conflitos sérios surgiram entre os dois, em meio a uma disputa pela liderança do movimento e sobre o caminho que deveriam seguir.

Jesús Urdaneta, um dos membros fundadores do movimento, estava com raiva de Chávez devido ao golpe fracassado e à possibilidade de passarem décadas atrás das grades. Antes de ser transferido para Yare, Ronald Blanco La Cruz, o impetuoso capitão que quase rompera com Chávez em dezembro, tencionando lançar o golpe sem ele, comentou sobre a possibilidade de convocarem

uma corte militar em San Carlos para julgar Chávez pelo *putsch* fracassado de 4 de fevereiro.

Apesar disso tudo, o tempo que os rebeldes passaram presos serviu para consolidar o movimento bolivariano e dar-lhes visibilidade nacional. Chávez encheu seu pequeno quarto com vários livros. Nos dias em que não havia visitantes, enterrava-se nos estudos. Com bastante tempo para ler e meditar, considerou de forma mais aprofundada as bases nacionalistas de sua filosofia política. Alguns dos maiores expoentes da esquerda logo vieram em seu socorro.

Depois do Caracazo, um grupo de civis destacados formou a Frente Patriótica, a fim de tentar aproveitar-se da insatisfação generalizada com a situação do país e colocá-lo em um caminho diferente. Aquele era um artifício que desempenhara, historicamente, um papel importante na Venezuela em momentos cruciais. Uma Frente Patriótica de civis trabalhando junto com soldados ajudou a liderar o movimento responsável por depor Marcos Pérez Jiménez em 1958. Uma outra frente formou-se, ainda, nos dias de Ezequiel Zamora, na metade do século 19.

A mais recente era presidida por Luis Miquilena. Ex-dirigente do sindicato de motoristas de ônibus, Miquilena figurava entre os grandes sobreviventes da esquerda venezuelana. Ele saíra do Partido Comunista Venezuelano nos anos 1940 e fundara seu próprio Partido Comunista anti-stalinista em 1946. Passara a maior parte da ditadura Pérez Jiménez preso. E fora torturado de forma tão brutal, que o escritor Miguel Otero Silva, já morto, fez dele o personagem central de *La Muerte de Honorio*, um romance sobre o movimento de resistência contra Pérez Jiménez. Na metade da

década de 1960, Miquilena desapareceu do cenário político e transformou-se em um empresário de sucesso.

Na época em que Chávez entrou em cena, a maioria dos venezuelanos não conhecia Miquilena. Tendo a atenção despertada pela insurreição de Chávez e pelos apelos deste para a convocação de uma assembléia constitucional, Miquilena entrou em contato com Chávez e visitou-o na cadeia. O ex-sindicalista se transformaria em um importante mentor político e em uma figura paternal responsável por ajudar a concretizar as aspirações revolucionárias de Chávez. A frente dele contava com a participação de Douglas Bravo, o ex-líder guerrilheiro, de Manuel Quijada, intelectual formado em Direito na Itália e que passara uma época preso devido ao envolvimento com a rebelião civil-militar de 1962, de Lino Martínez, ex-guerrilheiro que mais tarde se tornou ministro no governo Chávez, e de William Izarra, o revolucionário marxista que fundara a arma e que, recentemente, dera baixa da Força Aérea, após anos sofrendo pressões de seus superiores.

O irmão mais velho de Chávez, Adán, servia como ponte entre alguns dos membros da Frente Patriótica, incluindo Bravo, que não podia visitar a prisão por motivos de segurança. Adán levava mensagens para dentro da prisão, enrolando pequenos pedaços de papel, colocando-os dentro de uma caneta e enfiando a caneta entre a meia e o sapato.

Por volta da mesma época em que se formava a Frente Patriótica, professores progressistas da Universidade Central da Venezuela, em Caracas, criaram seu próprio grupo de estudos. Eles haviam escutado a surrada teoria de que o pacote de choque neoliberal implantado por Pérez representava o único caminho para a Venezuela superar suas dificuldades econômicas, mas não

acreditavam nela. Começaram, então, a procurar por alternativas. Depois do golpe, decidiram recorrer a Chávez, na crença de que compartilhavam com ele uma meta comum. O grupo incluía Héctor Navarro, que se tornaria ministro da Educação de Chávez, J. J. Montilla, mais tarde ministro da Agricultura e das Terras, e Jorge Giordani, que assumiu o cargo de ministro do Planejamento e transformou-se em um dos principais conselheiros de Chávez para as questões econômicas.

Giordani, um homem alto e equilibrado, que usava óculos e uma barba branca responsável por fazê-lo parecer-se com um "Papai Noel anorético", transformou-se no membro do grupo a mais vezes visitar Yare. Ele era um economista desenvolvimentista que estudara na Universidade de Sussex, ocupando a posição de guru da economia para o Partido Movimento ao Socialismo (MAS). Giordani selou uma relação de proximidade com Chávez. O líder rebelde pediu ao professor que se tornasse seu orientador para um mestrado em ciências políticas que cursava na conceituada Universidade Simón Bolívar, em Caracas. Faltava a Chávez apenas defender sua dissertação. O golpe interrompera o mestrado. O grupo da UCV acabaria por se tornar um tipo de gabinete informal para Chávez durante seu período na prisão e mesmo depois disso. Os estudiosos aceleraram o ritmo de trabalho em torno do livro-projeto *Da UCV para o País: Uma Proposta Alternativa*. A publicação serviria de modelo para alguns dos primeiros projetos de Chávez.

Apesar de Chávez e de outros líderes rebeldes receberem alguns privilégios especiais em Yare, não se pode dizer que o ambiente no qual viviam estivesse às mil maravilhas. A seção na qual permaneciam confinados ficava no térreo. Nos três andares existentes acima, um grande número de presidiários enfrentava

péssimas condições de vida. A falta de banheiros que funcionassem obrigava-os a defecarem em jornais. Eles jogavam o papel sujo pelas janelas, no pátio. Também faziam suas necessidades em jarros, despejando a urina pela janela. A sujeira caía perto do alojamento dos rebeldes. O ar quente e parado enchia-se de um cheiro horrível e de moscas.

As prisões venezuelanas eram uma terra de ninguém, lugares semelhantes àqueles exibidos no filme *O Expresso da Meia-Noite*. Os agentes penitenciários tinham pouca voz de comando. Os presidiários observavam sua própria versão de justiça. Geralmente livres para circular pelos blocos de celas, muitos carregavam grandes facas de fabricação caseira, chamadas *chuzos*. O tráfico de drogas, os abusos sexuais, os casos de extorsão, os espancamentos e os assassinatos eram comuns. Certa noite, Chávez e seus colegas ouviram barulhos vindos de cima. "Ai, ai, ai", gritava um presidiário. "Não, não, não." Outros prisioneiros o violavam sexualmente. Dali a pouco, o prisioneiro começou a gritar: "Não me mate! Não me mate!". Para calá-lo, os presidiários cortaram sua garganta, fazendo com que começasse a "ganir como um porco", segundo Francisco Arias Cárdenas. Passado algum tempo, os rebeldes ouviram o barulho dos colegas de cela perfurando-o com suas facas. Depois, silêncio. Mais tarde, Chávez e os outros ouviram os prisioneiros jogarem alguma coisa pela janela. Na manhã seguinte, viram as facas no chão.

Durante o ataque, Chávez, Arias Cárdenas e outros dos rebeldes gritaram em altos brados para que os guardas intervissem. "Ajudem! Corram! Venham salvar esse homem! Eles vão matá-lo!" Ninguém apareceu. No dia seguinte, Arias Cárdenas, irritado, reclamou com um guarda, que respondeu ser aquela a

“justiça interna” da prisão. Ele não poderia fazer nada a respeito do ocorrido. Arias ficou furioso.

Chávez e os demais tentaram tirar o maior proveito possível da situação. Impuseram-se uma disciplina militar. Liam, mantinham discussões sobre assuntos de política, faziam sair clandestinamente comunicados para jornalistas. Até reuniram ocasionalmente grupos de oração, jogaram beisebol ou voleibol no pátio e cultivaram um pequeno jardim com pimenta, tomate e pepino. O incansável Chávez, por várias vezes, ficara acordado até altas horas da noite, lendo ou respondendo a algumas das milhares de cartas que recebia. Ronald Blanco La Cruz, que havia cursado a Escola das Américas em Fort Benning, Geórgia, e a Universidade Estadual Troy, organizou aulas de inglês.

Uma considerável porção das leituras e das discussões de Chávez centrava-se na idéia dos rebeldes de convocar uma assembléia constituinte e reescrever a Carta Magna da Venezuela. Chávez inspirou-se em parte na Revolução Francesa e na noção de poder constitucional, ou poder revolucionário, segundo a opinião dele. Tratava-se de um conceito com o qual a maior parte dos venezuelanos não tinha familiaridade, mas um conceito que acabaria por contribuir para melhorar o sistema político do país. Os rebeldes lançavam mão de seus advogados para levar-lhe, às escondidas, fitas cassete em branco e distribuí-las do lado de fora depois que fossem gravadas com mensagens de Chávez. Os advogados distribuíaam as cópias para os respectivos aliados políticos, que as colocavam para tocar em ônibus públicos. Naquele momento, os meios de comunicação controlados pela elite haviam mudado de postura e passado a ignorar Chávez. Para esses meios

de comunicação, o líder rebelde representava um radical perigoso e uma ameaça para o sistema.

Os rebeldes enfrentavam perigos ainda maiores do que a censura realizada pela mídia. Eles temiam que seus inimigos tentassem matá-los. Aliados contrabandearam armas para dentro da prisão, a fim de que pudessem se proteger. Os rebeldes esconderam-nas dentro de seus colchões ou em meio a suas roupas. Os guardas costumavam atormentá-los. Jogavam bombas de gás lacrimogêneo dentro das celas, realizavam buscas e atiravam fora livros e documentos, obrigando-os a começar novamente do zero.

Apesar das pressões, Chávez sentiu-se livre dentro da prisão para levar adiante e aprofundar seu movimento revolucionário:

Sempre disse que a prisão é uma escola. Em primeiro lugar, porque ela alimenta a alma, consolida nossas convicções e expande nossa consciência. Durante todos aqueles dias e noites passados na prisão, nós avançamos ideologicamente, acima de tudo porque éramos prisioneiros devido a nossas convicções, devido a nossa dignidade. E éramos conscientes do motivo pelo qual precisávamos estar ali. [...] Nunca me senti realmente como um prisioneiro. Nunca me senti desesperado e nem sob cerco. Eu me sentia livre naquele pequeno espaço porque, acima de tudo, estava aproveitando o tempo.

Quase imediatamente após Chávez entrar na prisão, começaram a surgir planos para libertá-lo. Uma das primeiras visitas que recebeu em San Carlos foi a de um tenente do Exército que ingressara ali com uma carteira de identidade falsa. Ele informou Chávez sobre um plano para derrubar o governo e tirá-lo

da prisão. Segundo o tenente, helicópteros chegariam de Maracay, localizada a 95 quilômetros de distância, e levariam Chávez para longe de San Carlos. Chávez convenceu-o a abandonar o plano, pois seu movimento se encontrava em desarranjo, após o golpe. As chances de uma outra rebelião ser bem-sucedida não podiam ser determinadas com clareza.

Não muito tempo depois, Chávez recebeu outra visita, agora do coronel aposentado do exército Higinio Castro. Ele ofereceu a Chávez seus serviços. Dessa vez, Chávez lhe disse para averiguar o que conseguiria organizar com os rebeldes bolivarianos ainda livres ou com outros dissidentes do Exército. Os dois logo planejaram várias rebeliões. Uma delas até previa o assassinato do presidente Pérez, durante uma parada militar, no dia 5 de junho, dia da independência da Venezuela. Mas os rebeldes do Exército não contavam, ainda, com a organização necessária para lançar uma revolta; e nada aconteceu.

Eles precisavam da ajuda de outros setores das Forças Armadas. Na mesma época em que fazia de Castro seu emissário dentro do Exército, Chávez recebeu uma mensagem de Luis Reyes Reyes, o piloto da Força Aérea que tentara, dentro daquele braço das Forças Armadas, sem sucesso, cooptar aliados dispostos a participarem ativamente do golpe. Em uma visita à prisão, Hugo Jr., filho de Chávez, repassou-lhe um papelzinho vindo de Reyes Reyes. "Fique tranquilo. Estamos trabalhando", afirmava o bilhete. "Aumentaram os rumores entre os papagaios." Os papagaios eram a Força Aérea. Ao mesmo tempo em que o movimento de Chávez sofrera um duro golpe devido ao fracasso do golpe de 4 de fevereiro, os rebeldes da Força Aérea haviam escapado quase ilesos.

Chávez fez com que o coronel Castro contatasse Reyes Reyes, que por sua vez procurou seu companheiro de armas, o piloto e brigadeiro-general Francisco Efraín Visconti Osorio. Chávez havia se reunido com Visconti e Reyes Reyes um dia antes do golpe de 4 de fevereiro, mas não conseguira convencer Visconti, de forma urgente, a participar do golpe. Ele e Chávez, de toda forma, compartilhavam o desejo de derrubar o sistema político da Venezuela.

Visconti passara a maior parte das décadas de 1970 e 1980 imerso no grupo subversivo de Izarra dentro da Força Aérea, o Arma. Ele também se unira com civis como Douglas Bravo, organizando suas próprias células clandestinas de pilotos. Agora, em vista do fracasso do golpe de 4 de fevereiro e da situação cada vez mais frágil de Pérez em Miraflores, Visconti identificou uma oportunidade para uma nova revolta.

Oficiais da Marinha, entre os quais o almirante Hernán Grüber Ódreman, alimentavam a mesma idéia. Pouco depois de Visconti e Reyes Reyes terem contatado Higinio Castro e os integrantes remanescentes do MBR-200, também procuraram Grüber. Visconti repassou o comando sobre a operação toda para Grüber, detentor da mais alta patente entre eles. Diferentemente da revolta de 4 de fevereiro, liderada por jovens tenentes-coronéis e capitães, essa rebelião seria comandada por experientes generais e almirantes.

Chávez manteve-se em contato com o grupo, recebendo cartas ou fitas cassete com o teor dos encontros realizados para planejar o golpe. Ele legou a missão de planejar a ação aos outros, já que estava confinado à prisão. “Colaboramos com algumas idéias, mas sempre sentimos que eles possuíam habilidade militar suficiente para planejar e executar a operação”, afirmou Chávez ao

entrevistador Agustín Blanco Muñoz. “Até aquele dia de julho (do golpe contra Pérez, cancelado), houve contato entre os dois grupos, os de fora e nós. No entanto, depois daquilo, abrimos mão de qualquer tipo de controle. [...] Nunca tratei dos detalhes do plano. Nunca tive acesso a eles.”

O apoio de Chávez a um outro golpe encontrou a resistência de alguns dos seus camaradas de prisão. Arias Cárdenas opôs-se veementemente à idéia. Ele acreditava que ficara para trás o momento de um levante militar e que os rebeldes deveriam agora trilhar o caminho pacífico da política e não mais o das insurreições armadas. Em sua opinião, os rebeldes não contavam mais com a força necessária dentro das Forças Armadas para realizar novo golpe. Chávez discordava. Ele ainda estava convencido de que o sistema político da Venezuela se assemelhava a um jogo de cartas marcadas, controlado pelas elites políticas. Apenas um movimento civil-militar conseguiria tirar-lhes das garras o poder.

A contenda transformou-se na mais séria travada entre os dois dentro da prisão e sublinhava as respectivas divergências a respeito do futuro do movimento bolivariano. Os dois desentenderam-se ríspidamente. As tensões entre Arias Cárdenas e Chávez também se alimentavam do fato de Luis Miquilena,

o homem que surgia como *alter ego* de Chávez, ser da opinião de que El Comandante deveria ser a estrela do grupo, a fim de direcionar a atenção da opinião pública para um único foco. Os outros teriam de ficar em segundo plano. Em determinado momento, Miquilena baixou uma diretiva determinando que Arias Cárdenas não mais falasse com os meios de comunicação.

A nova conspiração ingressou em um “período de calma”, em agosto e setembro de 1992. Mas os rebeldes não esperariam para sempre. As eleições para governador e prefeito realizar-se-iam em 5 de dezembro. Uma semana antes disso, no dia 25 de novembro, exercícios ocorreriam como forma de preparar o *show* aéreo anual de 10 de dezembro. A maior parte dos jatos da Força Aérea ficaria na base Libertador, em Maracay. Os rebeldes decidiram que havia chegado a hora de entrarem em ação.

Na noite do 26 de novembro, uma quinta-feira, Chávez recebeu a informação de que o levante era iminente. Seu filho levava uma parte de um equipamento de rádio para dentro da prisão. O filho de Reyes Reyes, uma outra parte. Os prisioneiros montaram o aparelho, entraram em contato com alguns parentes e obtiveram a confirmação da revolta. Na expectativa de que os rebeldes os tirariam da prisão, Chávez, Arias Cárdenas – naquele momento resignado com a inevitabilidade do golpe – e os outros presentes em Yare vestiram seus uniformes de combate. Arranjaram para que um guarda do turno da noite os alertasse quando da chegada dos rebeldes. “Lembro-me de que Arias e eu quase não dormimos”, contou Chávez. “E, por volta das 5 horas, ouvimos no rádio que a rebelião já tinha começado.”

Os rebeldes do 27 de novembro haviam aprendido algumas lições com o fracasso dos insurgentes de 4 de fevereiro. Em vez de lançarem a rebelião à meia-noite, esperaram até as 4 horas. A Força Aérea desempenharia agora um papel-chave. Os aviões precisariam da luz do dia para identificar seus alvos e dar aos simpatizantes civis da causa a chance de levarem um grande número de pessoas às ruas. Os rebeldes, de outro lado, mobilizaram-se com rapidez para assumir o controle dos meios de

comunicação. Tomaram a antena que enviava o sinal de três dos maiores canais de televisão do país. Também compraram equipamentos caros de comunicação, a fim de que não ficassem isolados como acontecera com Chávez no museu militar.

A revolta começou bem. Os insurgentes ocuparam as principais bases aéreas, entre as quais a Libertador, em Maracay. Assumiram o controle quase total dos céus. Em um dado momento, Reyes Reyes sobrevoou o vale de Caracas em um F-16, rompendo a barreira do som pela primeira vez na capital e assustando os moradores, que ouviram suas janelas tremerem quando o jato passou a apenas mil metros de altitude. O teto mínimo de segurança à época era de 3 mil metros.

No solo, depois de uma violenta batalha, os rebeldes assumiram o controle do Canal 8, uma estação pública localizada no leste de Caracas. Mas um vídeo gravado por Grüber, no qual anunciava a rebelião e convocava o país a aderir, não chegou a ser exibido. Em vez disso, foi ao ar um vídeo gravado por Chávez alguns meses antes, na prisão. Pior do que isso, exibiu-se outro vídeo com homens mascarados que davam declarações usando um linguajar grosseiro e violento. Eles conclamavam os venezuelanos a usarem tacos, garrafas e armas caseiras, a fim de derrubarem o governo. Poucos atenderam ao chamado. A imagem daquelas figuras semelhantes a bandidos serviu apenas para assustar a população, que ainda não superara a onda de violência do Caracazo. Até hoje, os rebeldes não sabem dizer como aquele vídeo acabou indo ao ar.

Enquanto os pilotos rebelados passaram rapidamente a dominar os céus, o Exército havia sumido quase por completo. O apoio de terra era crucial, já que os insurgentes não conseguiriam

tomar Miraflores e outros alvos apenas com aviões. O Exército, no entanto, havia rachado. Existiam ao menos três movimentos rebeldes diferentes, e eles não conseguiram coordenar suas ações.

Mesmo a Força Aérea enfrentou problemas. Quando os rebeldes invadiram a base aérea de Maracay, pouco antes do amanhecer, um piloto comandou uma pequena deserção e levantou vôo com dois F-16. Ele voou para Barquisímeto, no interior da Venezuela. Seguindo as ordens do governo, esse piloto travou combates aéreos com os aviões dos rebeldes, para o espanto dos cidadãos comuns, que assistiam a tudo do chão.

Por volta das 9 horas, os insurgentes da Força Aérea perceberam que estavam sozinhos na batalha. E, mais ou menos na mesma hora, forças legalistas abateram o primeiro avião rebelde, em Maracay. O piloto ejetou e não sofreu nada. Mas os insurgentes notaram, então, que o governo havia mandado que suas forças atacassem os rebeldes para matá-los.

Enfurecidos, mudaram seus planos. Dispararam foguetes contra o quartel-general da disip em Caracas. Jogaram bombas sobre o palácio presidencial de Miraflores, abrindo uma fenda de 18 metros no muro da construção colonial de cor branca e deixando crateras nas ruas próximas. No auge dos bombardeios, Pérez, então com 70 anos de idade, teria engatinhado até o *bunker* subterrâneo, de onde convocara as tropas legalistas. Elas responderam atacando um número ainda maior de aviões rebeldes.

Parte do plano dos golpistas consistia na libertação de Chávez e seus camaradas. Alguns oficiais do Exército acompanhados de civis dirigiram-se para Yare naquela manhã, a fim de tentar tirá-los da prisão. Eles viajavam em um trator e em outros veículos, que

seguiam logo atrás. Um contingente muito maior e mais forte de guardas e soldados fez com que dessem meia-volta. Em meio ao confronto, os legalistas lançaram um foguete contra os rebeldes, arrancando o rosto de um deles.

Os rebeldes envolvidos nesse golpe saíram-se melhor do que Chávez em seus esforços para assumir o controle dos meios de comunicação. Porém, deixaram Pérez com uma estação de televisão nas mãos: não conseguiram apoderar-se da Televen, o canal 10. Pérez chegou à estação. Em um *replay* do que ocorrera em 4 de fevereiro, declarou estar no comando do país; a rebelião fracassara. Grüber logo se apresentou, ao meio-dia, para comunicar sua rendição. Por volta do mesmo horário, as forças do governo ocupavam a base aérea La Carlota, em Caracas. À 14 horas, ingressaram na base Mariscal Sucre, em Maracay. Às 15 horas, os líderes rebeldes abrigados na base Libertador, perto dali, perceberam que seriam os próximos.

As forças de infantaria do governo cercavam a base aérea com tanques e preparavam-se para tomá-la. Os insurgentes entraram em dois aviões C-130 estacionados dentro de um hangar e levantaram vôo a partir de uma pista de emergência. Deixaram para trás helicópteros com os motores ainda ligados, mas sem pilotos dentro. Os rebeldes não sabiam para onde ir. No ar, Visconti decidiu que o Peru seria a melhor opção. O governo peruano rompera relações diplomáticas com Pérez e prometia ser o candidato mais provável a oferecer asilo político para os 93 rebeldes. Eles rumavam para Lima, mas pousaram antes do previsto, em Iquitos, na selva Amazônica, devido a um problema nos motores.

Apesar das precauções e da série de forças reunidas – a Aeronáutica, a Marinha, o Exército, a Guarda Nacional, e mesmo significativos grupos de ci-vis que incluíam a Frente Patriótica, os professores da UCV, a Terceira Via, de Douglas Bravo, a Causa R e o ultra-esquerdista Bandera Roja –, a tentativa de golpe transformara-se em um sangrento fracasso. O número de mortos chegou a 171. O resultado havia sido muito pior que o do *putsch* de 4 de fevereiro.

Mesmo depois da segunda tentativa de golpe em dez meses e diante de um país à beira da crise, Pérez continuava a resistir, desafiadoramente, às pressões para renunciar. “Minha presença no governo tem sido uma garantia de estabilidade democrática”, declarou, apesar de não ser a verdade. Quando acompanhou repórteres em uma caminhada ao redor do palácio crivado de balas, várias pessoas nas ruas gritaram: “Pérez, saia daqui!”.

Os ventos da mudança anunciaram-se incontornáveis nas eleições ocorridas alguns dias mais tarde. O quase desconhecido professor de geografia e ativista no combate à corrupção Aristóbulo Istúriz, da esquerdista Causa R, conquistou a Prefeitura de Caracas, interrompendo as décadas durante as quais a Ação Democrática e o Copei se alternaram no cargo. “Sua maneira ardente de discursar e sua mera aparência – ele é negro – provocaram cataclismos no sistema político e entre a maior parte da elite branca da Venezuela, que ainda se sente confortável ao contar piadas racistas.”

O desejo dos venezuelanos por mudanças era tão grande que elegeram uma *ex-miss* para prefeita da rica municipalidade de Chacao, no leste de Caracas. Em uma declaração tipicamente vazia de conteúdo, divulgada após a vitória, Irene Sáez, uma *ex-Miss* Universo de cabelos oxigenados e 1,85 metro de altura, que

disputara a eleição como candidata independente, afirmou a seus simpatizantes: “Vocês sempre terão uma amiga em mim”. Apesar disso, Sáez tornou-se rapidamente um dos políticos de maior popularidade da Venezuela, país fascinado por concursos de beleza.

Enquanto estreantes como a *ex-miss* e Istúriz tomavam posse, o antes dominante Partido Ação Democrática, de Pérez, sofria um de seus piores revezes eleitorais em décadas. A presença da oposição à frente dos poderosos governos estaduais aumentou de metade para dois terços dos cargos. Mesmo que, no papel, 1992 tenha sido um “ano excelente” para o país, com a economia crescendo 7,3% e 2 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros novos, quase nada dessa riqueza beneficiou as massas. De seu exílio no Peru, o general Francisco Efraín Visconti, líder do golpe, retratou a atmosfera presente na Venezuela: “Não existe nenhum ser humano no país que não se sinta atingido pelos efeitos da brutal política econômica imposta pelo FMI”.

Em vista do crescente ódio ao presidente, da nova safra de políticos antigovernistas que surgia e da pior crise enfrentada pela Ação Democrática em sua história de cinco décadas, líderes desse partido resolveram que, se Pérez não saísse do governo por decisão própria, eles o tirariam do cargo.

As sementes da derrocada do presidente haviam sido plantadas duas semanas antes do golpe de novembro. O jornalista José Vicente Rangel, conhecido por realizar campanhas de denúncia, escreveu em sua coluna que o sistema judicial do país, influenciado pela classe política, investigava as acusações de que o presidente e dois ministros haviam enriquecido por meio de um esquema de especulação com a moeda venezuelana. Pérez, segundo a acusação, sacara 250 milhões de bolívares de uma conta secreta do

governo destinada ao setor de segurança nacional, poucos dias após a posse que se assemelhara a uma “coroação”, em fevereiro de 1989, trocando-os por 17,2 milhões de dólares. Duas semanas mais tarde, depois de o governo ter desvalorizado o bolívar em 88 por cento como parte do *paquete* que provocou o Caracazo, Pérez e os ministros teriam transformado os dólares novamente em moeda nacional, valendo-se do novo câmbio, mais alto. O suposto esquema rendeu algo entre 3 e 10 milhões de dólares. Alguns especularam que Pérez usou o dinheiro para pagar pelas pomposas cerimônias que marcaram sua posse.

Em maio de 1993, a Suprema Corte decidiu que Pérez poderia ser julgado por essas acusações e preparou o início do processo contra ele. No dia seguinte, o Senado suspendeu-o do cargo. A carreira de meio século de um dos mais tradicionais políticos da América Latina chegava ao fim, em todos os aspectos.

O ocaso político de Pérez forneceu o alento de que tanto precisavam os rebeldes presos e, dentre eles, Chávez, em especial. Ele passava por altos e baixos, o que incluía refestelar-se em manifestações genuínas de apreço e mergulhar em períodos de profunda depressão. Os rebeldes haviam perdido o moral com

o fracasso do segundo golpe e enfrentavam vários conflitos internos. Alguns participantes do movimento de novembro culpavam Chávez pelo malogro do levante, alegando que ele impedira a divulgação do vídeo de Grüber Ódreman e o substituíra por outro, no qual ele próprio era o protagonista. Eles acreditavam que Chávez tentava assumir o comando da rebelião, enquanto Chávez insistia em que não tivera responsabilidade nenhuma pela exibição dos dois vídeos.

No Peru, Visconti criticou-o, e o teor das suas declarações chegou a Yare e a San Carlos. “O próprio Arias deixou-se influenciar por aquilo”, disse Chávez ao entrevistador Agustín Blanco Muñoz. “Em uma das muitas cartas que escreveu, Arias identificou-me como um dos responsáveis pelo fracasso. Um setor dos rebeldes de 27 de novembro começou a ver na gente, e especialmente em mim, o motivo de seus problemas. E repassaram isso a alguns dos participantes do 4 de fevereiro, que começaram a acreditar nessa tese. [...] Depois daquela derrota, eles voltaram seus canhões para mim de maneira totalmente injustificada.” Aquele se revelou a ele como um dos seus piores momentos na prisão. “Nos meses de dezembro de 1992 e janeiro de 1993, fui uma figura solitária na cadeia, onde, pela primeira vez, senti a frieza da amargura. Nunca tinha sentido aquilo, nem mesmo com a rendição de 4 de fevereiro, a dor da amargura de ser apontado por meus amigos como um dos responsáveis pelo fracasso.”

Os tempos já haviam sido melhores na prisão, tempos em que seus companheiros celebravam seu recente estrelato e aclamavam-no como um corajoso líder. A auto-imagem de Chávez como o herdeiro de Bolívar, Zamora e Maisanta, incumbido da missão histórica de salvar a Venezuela, era capaz de atingir alturas vertiginosas. Na opinião de Herma Marksman, aquele sentimento chegava, por vezes, às raias de um delírio messiânico. Pouco depois do ingresso de Chávez em San Carlos, o neto de Maisanta, que Chávez conhecera em 1983, levou-lhe um medalhão original que Pedro Pérez Delgado usara e que vinha sendo repassado entre os descendentes. Em uma cerimônia improvisada dentro da cadeia, o neto de Pérez Delgado presenteou Chávez com o medalhão,

dizendo-lhe que ele agora “encarnava” Maisanta. Chávez colocou o medalhão para nunca mais o tirar.

Meses mais tarde, em Yare, durante uma noite, ele e alguns dos companheiros de golpe fumavam charutos e bebiam rum e uísque que tinham conseguido levar para dentro da prisão. Chávez passara semanas discutindo com Arias sobre se o grupo deveria dar apoio a um candidato para concorrer com os dois partidos tradicionais nas eleições presidenciais de 1993 ou se deveria simplesmente convocar os venezuelanos a absterem-se do pleito, opinião esta defendida por Chávez. Na noite anterior à adoção da decisão, ele tentava convencer os outros rebeldes. Quando Arias entrou na sala, Chávez disselhe que eles estavam “invocando os espíritos”. Com o medalhão de Maisanta pendurado no pescoço, ele começou a tremer e a falar como um homem de mais idade. “Como você está, garoto?”, perguntou. Um dos presentes saltou da cadeira e disse: “Bolívar, meu general!”. Chávez respondeu: “Não sou o general Bolívar. Não me supervalorize”. Ronald Blanco La Cruz tomou a palavra: “Maisanta, meu general!”. Chávez disse: “Sim, meu filho, estou aqui”.

No dia seguinte, Chávez afirmava que o episódio alimentado pelo consumo de álcool fora uma brincadeira feita com o objetivo de convencer seus aliados mais jovens. E convenceu. Arias acreditou ter uma vantagem de seis contra três na votação, mas perdeu pela mesma margem. Os rebeldes divulgaram um comunicado, conclamando os venezuelanos a boicotarem as eleições “ilegais e ilegítimas”. Arias recusou-se a assiná-lo. Para além disso, o episódio envolvendo Maisanta parecia sublinhar a convicção de Chávez ser o veículo de que sua trilogia de heróis se servia para salvar o país.

Enquanto Chávez disputava o poder com Arias, outra de suas relações pessoais mais importantes passava por um período de mudança. Sua relação com o comandante misterioso chegava ao fim.

12. O Adeus ao Comandante Misterioso



Herma Marksman não apreciava os paparicos e a atenção recebidos por Chávez. Na opinião dela, o ego de Chávez inflava para além de qualquer controle e ele se transformava em uma pessoa difícil de reconhecer. Ela tampouco gostava de muitos dos novos amigos dele. Acreditava que alguns, como Luis Miquilena, não passavam de um rebotinho comunista responsável por trair as raízes nacionalistas e bolivarianas do movimento que ela ajudara Chávez a construir ao longo de uma década.

Por outro lado, os novos aliados de Chávez nem sempre concordaram com a presença de Marksman. Segundo acreditava a mulher, alguns deles, e em especial Miquilena, desejavam que ela desaparecesse da vida de Chávez. Este manteria com Marksman um relacionamento inconveniente e potencialmente embaraçoso para a reputação de uma estrela em ascensão. Mais ainda porque ele se

apresentava como o antídoto para a imoralidade e a corrupção de líderes políticos como Carlos Andrés Pérez, que tinha duas filhas com a amante Cecilia Matos, e Jaime Lusinchi, cuja amante Blanca Ibáñez havia chegado muito perto de mandar no país ao fim do decênio de 1980. “Acho que, se eles tivessem um buraco e pudessem me colocar lá dentro e me deixar tampada lá para sempre, eles o fariam”, comentou Marksman tempos depois.

Pessoas como Francisco Arias Cárdenas não viam qualquer ponto em comum entre Marksman e Matos ou Ibáñez. Marksman era uma mulher séria, uma historiadora erudita que desempenhou um importante papel na clandestina conspiração bolivariana desde 1984, arriscando seu emprego e dedicando-se inteiramente ao movimento. Ela talvez pudesse ser descrita como a Manuela Sáenz de Chávez, a revolucionária e intelectual de raciocínio afiado que ficou ao lado de Bolívar nos momentos mais difíceis e que chegara mesmo a participar de batalhas com suas próprias tropas, ganhando o posto de coronel.

Indiretamente, Chávez confessara algo desse tipo para os que conheciam a história envolvendo seu relacionamento secreto – que, na verdade, não era segredo para os membros do movimento, os quais costumavam receber mensagens de Marksman, vê-la nos encontros e falar com ela ao telefone. Segundo Agustín Blanco Muñoz, entrevistando Chávez, Marksman “não foi apenas a companheira sentimental de Hugo Chávez ao longo de dez anos. [...] Ela foi seu principal e muitas vezes único colaborador. [...] Ela era a pessoa-chave para a realização das reuniões, dos contatos, das discussões, das decisões, para solucionar os conflitos, para resistir ao efeito dos vazamentos, para limpar as impressões digitais e para colocar em ordem o arquivo daquela época”.

Um importante rebelde que ficara preso durante dois anos com Chávez em Yare, Luis Valderrama, argumentou que Marksman desempenhara um "pa-pel fundamental" na conspiração bolivariana de dez anos, servindo como um "guia" e um "professor" para Chávez. Durante a época da prisão, Yare transformou-se em vértice do movimento, atraindo desde intelectuais esquerdistas a padres e parentes dos rebeldes, o que dificultava ainda mais os esforços para esconder o fato de Chávez possuir duas mulheres. "Lembre-se de que Chávez tinha a mulher dele, Nancy, que morava em San Joaquín, e ao mesmo tempo possuía a mulher de seus sonhos, que era Herma", contou Valderrama. "Herma é a mulher que, ao seu lado, serve de motor para tudo o que se relaciona com a conspiração. Ela é que serve de lenço para limpar os olhos dele, que o ajuda, também psicologicamente, que o encoraja."

Depois de conseguir acesso aos rebeldes em Yare, a ex-guerrilheira Ángela Zago publicou seu *best-seller La Rebelión de los Angeles*, em outubro de 1992. Ela dedicou o vivo relato sobre Chávez e seus companheiros "especialmente ao Comandante Pedro, uma pessoa cuja identidade, um dia, descobriremos e que, de forma meticulosa e responsável, com um amor profundo, coligiu, arquivou e guardou todos os papezinhos que nos conduziram ao longo de uma história para além dos nove anos passados desde a fundação do movimento".

O Comandante Pedro era Marksman. O país não a conhecia, e mesmo hoje ela continua sendo um mistério para a maioria dos venezuelanos. Zago escreveu que o Comandante Pedro "durante dois meses ficara ocupado coletando qualquer documento que mostrasse o que são 'seus garotos'. O Comandante Pedro acredita profundamente na filosofia de seus camaradas e sente profundo

respeito e afeição pelo Comandante Chávez. Apenas uma pessoa que admira outrem é capaz de – independente do horário, independente do lugar – deixar seu trabalho, correndo todos os riscos implícitos, e trilhar o caminho que os rebeldes trilharam nesses últimos anos. A esse Comandante misterioso, meus agradecimentos, admiração e respeito”.

Marksman até escrevera o prólogo do livro, assinando-o com seu nome de guerra. Depois de entrar no MBR-200, oito anos antes, escreveu, ela encarregou-se de coligir, organizar e guardar as cartas, os textos e os documentos resultantes dos encontros mantidos pelos rebeldes. Nas reuniões clandestinas, eles “não apenas aprofundavam os estudos sobre as raízes históricas de nosso movimento, Simon Rodríguez, Simón Bolívar e Ezequiel Zamora – a árvore de raiz tripla –, mas discutiam e analisavam o problema nacional, o aprofundamento da crise e a deterioração moral verificada em todas as instituições que formavam o país, propondo soluções possíveis sem, claro, esquecerem-se do que acontecia no cenário internacional”. O objetivo maior dos bolivarianos, acrescentou ela, consistia em “resgatar a dignidade do povo venezuelano”.

Um mês depois da publicação do livro, o próprio Chávez reconheceu indiretamente a contribuição de Marksman para o movimento, na dedicatória que escreveu para Zago em uma nova tiragem do *best-seller*. Considerando-o um “livro maravilhoso”, Chávez iniciou sua dedicatória declarando: “Em nome dos sonhos, dos camaradas vivos e mortos, de Felipe Acosta Carles... e do Comandante Pedro, que mora em Yare”.

Nas edições seguintes, Zago ofereceu novas pistas sobre a identidade do comandante misterioso. Em uma página separada da

dedicatória, a autora escreveu: “Existem algumas pessoas que possuem a capacidade de compreender o fato de a história ser construída a todo momento. A esse grupo de pessoas pertence Herma M. Marksman B., professora de História, com pósgraduação em História Socioeconômica da Venezuela, graduação que recebeu *magna cum laude*”⁹. Zago ainda acrescentou que, sem Marksman, “este livro dificilmente poderia ter sido escrito”.

Mas Herma Marksman parecia destinada, em certa medida, a repetir a trajetória de Manuela Sáenz. Os venezuelanos manifestavam um traço conservador quando se tratava de semideuses como Bolívar. Durante décadas, a amante e parceira dele permaneceu excluída da história oficial do país. Os historiadores mantiveram-na fora dos livros. As autoridades destruíram ou esconderam antigos documentos que se lhe referiam. Impedida de entrar no Equador, onde nascera, e na Colômbia, depois da morte do Libertador, em 1830, “Manuelita” passou seus últimos 25 anos desprezada e desamparada.

Ela vendia tabaco em uma suja cidade portuária do norte do Peru e traduzia cartas que caçadores de baleia norte-americanos escreviam para suas amantes na América Latina. Em 1856, Sáenz morreu anonimamente, durante uma epidemia de difteria. As autoridades da época jogaram o corpo dela em uma vala comum e queimaram seus pertences pessoais – incluindo a maior parte das cartas de amor enviadas por Bolívar.

A demonização de Sáenz perdurou por décadas. Mesmo já na metade dos anos 1980, uma proposta para construir um busto em sua homenagem numa praça da cidade andina de Mérida viu-se criticada veementemente pela Igreja Católica. Somente no final

daquela década e começo da década seguinte, os venezuelanos e demais sul-americanos começaram a reinterpretar a “Libertadora do Libertador” como uma das maiores heroínas do continente. Uma série de artigos de jornal, filmes e livros veio a público, entre os quais um livro da pena do escritor colombiano Gabriel García Márquez, descrevendo-a de forma candente no romance *O general em seu labirinto*, de 1989. Hoje em dia, Sáenz é considerada uma heroína nacional no Equador e vem conquistando respeito na Venezuela.

Conforme o relato de Marksman, o fim do seu relacionamento com Chávez deu-se em 28 de julho de 1993, aniversário dele. Naquele dia, Chávez concedeu uma entrevista a uma rádio de dentro da prisão. Falando em um telefone celular levado clandestinamente para a cadeia e apresentando-se como um pai de família modelo, ele falou demoradamente sobre como sua mulher, Nancy, de quem se divorciaria no ano seguinte, dera-lhe apoio total ao longo dos anos de conspiração, desempenhando um importante papel no movimento. Nenhuma palavra sobre Marksman, o verdadeiro amor de Chávez e sua real aliada de conspiração.

Zago ouviu a entrevista no rádio. Telefonou para Marksman, na esperança de impedi-la de escutar o programa. Mas era tarde demais. Marksman ficara arrasada e furiosa. Somado às pressões dos assessores de Chávez que desejavam o afastamento dela, às longas filas de mulheres querendo atirarse nos braços de El Comandante e ao que via como a dramática mudança da personalidade de um homem transformado em Messias, o golpe representou a gota d’água. “Para mim, ele morreu no dia 28 de julho de 1993”, disse Marksman a Agustín Blanco Muñoz. Ela sentia-se como uma viúva.

A entrevista – e o fim do relacionamento – provocou um grande estrago também devido a outro motivo. Segundo o relato de Marksman, a proximidade dela com Chávez crescera tanto que, no final do decênio de 1980 e começo do de 1990, ouviu dele o desejo de separar-se de Colmenares, casar-se com Marksman e ter filhos dela. A certa altura, Marksman engravidou, mas acabou perdendo o bebê prematuramente. Os planos de casamento dos dois nunca se concretizaram.

Em público, Chávez nunca falou a respeito de Marksman ou confirmou o relacionamento existente entre os dois – ao menos não até uma entrevista concedida em abril de 2007. “Eu gostava muito dela”, confessou Chávez, usando o verbo *querer*, que também poderia ser traduzido como “amar”, mas que não é tão forte quando o verbo *amar*, propriamente. Segundo Chávez, Marksman era uma “lutadora” que desempenhara um papel “importante”, mas não “definitivo”, na conspiração, atuando antes do lado logístico que do lado ideológico do movimento. Nas palavras dele, Marksman “deu provas de uma grande lealdade e de uma grande capacidade para o trabalho”, ajudando a arranjar os locais das reuniões, preparando e arquivando documentos e participando de outras tarefas.

Chávez descartou qualquer comparação dela com Manuela Sáenz, perguntando, com um sorriso no rosto: “E eu sou Bolívar?”. “Isso não poderia ser comparado dessa forma. Bolívar é um gigante. Eu sou um soldadinho. Não acredito que essa comparação tenha alguma validade. Não há motivos para se fazer uma comparação, nesse caso. Manuela Sáenz acompanhou Bolívar na guerra, nas batalhas, nas campanhas militares. Ela o acompanhou até os últimos dias dele, até a morte dele. Foi leal a ele até a morte. Não há nenhum aspecto comparável, nesse caso.”

Chávez também contou uma versão diferente dos planos de casamento e contestou o relato de Marksman sobre ter ficado grávida e ter perdido o bebê. “Em um certo momento, ela desejou ter um filho”, disse ele simplesmente. “Nunca chegamos a um acordo.”

Ao contrário do que fizera na entrevista de 2007, reconhecendo seu relacionamento com Marksman, Chávez, nas 14 longas entrevistas que concedeu a Blanco Muñoz, entre março de 1995 e junho de 1998 para o livro de 648 páginas chamado *Habla El Comandante*, não a mencionou uma única vez sequer. Marksman continuaria invisível aos olhos da opinião pública durante a década seguinte, tratando de suas feridas, até finalmente conceder várias entrevistas para repórteres de televisão e de jornais, no aniversário de dez anos do golpe de 4 de fevereiro. Mais tarde, ela concedeu entrevistas para Blanco Muñoz e Alberto Garrido, que publicaram um livro com esses relatos. No entanto, em determinado ponto, tornou-se uma crítica contumaz de Chávez, e os simpatizantes dele perguntaram-se quanto de raiva represada teria provocado o fim do relacionamento do casal. Não obstante ter surgido a certa altura diante das câmeras, Marksman continuou a ser uma figura desconhecida para a maior parte dos venezuelanos.

Enquanto o relacionamento de nove anos entre Chávez e Marksman terminava, em 1993, a campanha eleitoral para presidente ganhava força. O ex-presidente Rafael Caldera retomava estrondosamente sua vida política. Depois do término de sua Presidência, em 1974, Caldera perdera força a ponto de, no começo dos anos 1990, jornalistas zombarem, afirmando que o patriarca vetusto do Copei era um “cadáver político”. Mas com o discurso proferido no Congresso, no dia do golpe de Chávez, Caldera “saiu

da cova”, segundo Zago. À medida que se aproximava a eleição de dezembro, Caldera, 77 anos, encontrava-se no meio de uma disputada corrida, que envolvia quatro candidatos.

Independente do nome do novo presidente, Chávez acreditava que os rebeldes tinham boas chances de reconquistarem a liberdade. Havia uma pressão crescente nas ruas em favor da libertação. Além disso, Caldera tornou-se conhecido, em seu primeiro mandato, por “pacificar” o movimento guerrilheiro, oferecendo anistia aos que depusessem as armas. Na noite da eleição presidencial, dia 5 de dezembro, Caldera – que concorria como candidato independente apoiado por uma coalizão de pequenos partidos apelidada de *chiripera* (pequenos insetos que produzem um grande barulho quando cantam juntos) – arrancou a vitória. O processo viu-se manchado por acusações de fraude vindas do líder da Causa R, Andrés Velásquez. Ele acabou em quarto lugar, mas muitas pessoas acreditavam ter sido ele o real candidato vencedor. Urnas eleitorais com resultados favoráveis a Velásquez apareceram em cestos de lixo.

Apesar de ser uma relíquia da política que iniciara sua carreira no mundo do poder quando Franklin D. Roosevelt se encontrava no segundo mandato na Casa Branca, Caldera era também um dos poucos políticos da Venezuela considerados honestos. Em um país no qual as amantes dos presidentes tornavam-se tão conhecidas a ponto de serem chamadas por seu primeiro nome, Caldera, havia 50 anos, vivia casado e feliz ao lado da mesma mulher. O ex-presidente comparecia todos os domingos à missa. Durante a campanha, prometera reverter o austero programa neoliberal de Pérez e realizar uma discreta cerimônia de posse, bastante diferente do rega-bofe auto-idólatra e ostentador realizado por

Pérez. Depois dos recentes choques representados pelo Caracazo, pelas duas tentativas de golpe, por um pacote de austeridade econômica e pelo *impeachment* de um presidente, os venezuelanos passaram a clamar pela estabilidade passadista que a tranqüilizadora figura paternal de Caldera oferecia. Na noite em que venceu, Chávez conversou com ele por meio de um celular levado para dentro de Yare, felicitando-o pela conquista. Caldera disse-lhe que evitasse provocações enquanto ele se preparava para assumir a Presidência.

Caldera logo enfrentou outros problemas. Mesmo antes de ser eleito, circulavam rumores nos círculos financeiros da Venezuela dando conta de que o segundo maior banco do país, o Banco Latino, vivia uma crise.

O Banco Latino era, em parte, uma criação, um fenômeno e um símbolo do governo Pérez. Rapidamente, ele deixou de ser uma instituição de médio porte para tornar-se uma operação financeira de grandes dimensões da qual participavam executivos bem-sucedidos. Muitos deles mantinham fortes laços com Pérez, o que levou alguns a chamarem a instituição de “o Banco dos 12 Apóstolos” – uma alusão ao nome do gabinete informal do presidente. Pouco depois de ter tomado posse para o início de seu segundo mandato, em fevereiro de 1989, Pérez nomeou o presidente do Banco Latino e maior acionista da instituição, Pedro Tinoco, chefe do Banco Central da Venezuela. Entre os outros “apóstolos” do banco constavam Ricardo Cisneros, da rica e poderosa família Cisneros, e Francisco Pérez, irmão do presidente.

Como parte do *paquete* neoliberal adotado pouco após o começo do novo mandato, Pérez diminuiu o controle do governo sobre o setor bancário. Mas não conseguiu colocar em operação o

tipo eficiente de instrumento de supervisão necessário, no caso de um sistema desprovido do controle de agências oficiais. Resultado: um desenfreado desgoverno.

Três meses depois de o Banco Latino ter realizado uma festa exuberante para seus clientes e diretores, levando-os até Paris em um Comodoro e colocando-os no hotel Ritz, o banco entrou em colapso, e o governo mandou lacrar suas portas. A espetacular bancarrota da instituição, em janeiro de 1994, reverberou negativamente na Venezuela e detonou uma reação em cadeia, na qual faliu mais da metade dos bancos do país. No final de 1994, o governo gastara 10 bilhões de dólares para recuperar o setor – mais de 50% de todo o Orçamento daquele ano. As autoridades emitiram mandatos de prisão para 200 banqueiros, mas a maior parte deles fugiu do território venezuelano, levando consigo milhões de dólares.

O episódio servia como caso exemplar da corrupção, do desgoverno e da deterioração que existiam na Venezuela e que levaram Chávez a lançar seu golpe. Nesse ínterim, uma novela de grande audiência, exibida à noite, varria o país com um retrato surpreendentemente realista da podridão reinante. *Por Estas Calles (Por Estas Ruas)* era o primeiro programa de televisão a denunciar a corrupção e a decadência moral que tanto atormentavam o país. E também ofereceu aos ricos, pela primeira vez, uma visão realista da vida nos *barrios* onde Chávez contava com uma fama de herói.

Um dos personagens principais da novela, o governador Don Chepe Orellana, guardava muita semelhança com o ex-presidente Jaime Lusinchi, que na vida real fora claramente manipulado por Blanca Ibáñez. No programa, Don Chepe e Lucha, sua amante, desviavam sucessivamente verbas públicas com um passe de

mágica, distribuía favores para os contribuintes de campanhas eleitorais, criavam todos os tipos de estratégias para continuarem no poder e eliminavam implacavelmente seus inimigos políticos.

Outro personagem, o doutor Valerio, um médico, oferecia uma “caricatura do salafário vindo da alta classe média”. Valerio dirigia uma clínica particular e gastava a maior parte de seu tempo bolando planos para obter mais dinheiro e poder. O personagem era o que os venezuelanos chamam de *un vivo* – um “espertalhão” que sabe como lucrar com o sistema. Como muitos criminosos do colarinho branco, o médico gabava-se orgulhosamente de suas façanhas. Ao contrário, as pessoas que possuem a chance de roubar ou de se aproveitarem de uma situação para benefício próprio e não o fazem são chamadas de *pendejos* – idiotas.

A novela contava até com um malandro de 14 anos de idade, um valentão de um *barrio* qualquer, que representava as novas gangues responsáveis por aterrorizar os moradores das localidades com armas e atos violentos praticados nas ruas. Havia também um professor de um bairro pobre que denunciava o governo corrupto e paternalista. O programa abordava assuntos que quase nenhum outro se preocupava em discutir, tais como a falta de água. Na Venezuela, os erros administrativos cometidos pela empresa estatal encarregada do serviço significavam que a água poderia chegar às casas e aos apartamentos do país tão raramente quanto uma vez por mês. Quando a água chegava, era preciso deixar todo o resto de lado para encher tanques, barris e o que mais houvesse.

Em um episódio memorável de *Por Estas Calles*, o professor consegue organizar um encontro entre ativistas da comunidade. Logo depois de prometerem trabalhar juntos, os participantes do

encontro saem da sala, em várias direções. “Eu fiz alguma coisa de errado?”, pergunta o professor a um amigo, quando os dois ficam sozinhos no local. “Não, é que a água voltou”, responde

o estudante. “Temos de encher os baldes.” Em outra cena, após tentativas realizadas durante vários dias, dois namorados finalmente conseguem arranjar tempo para se encontrarem. Mas, então, as torneiras voltam a ter água, e o casal precisa sair correndo.

A novela resumia de forma perfeita os motivos pelos quais os venezuelanos se encontravam tão enojados do sistema e clamavam por um rebelde como Chávez para saná-lo.

Poucos meses antes de *Por Estas Calles* chegar ao fim, após dois anos no ar, o presidente Rafael Caldera preparava-se para libertar Chávez da prisão. Não havia muitas escolhas para Caldera. Grande parte da população exigia a adoção daquela medida. Caldera concluiu que o líder rebelde representava um perigo maior dentro do que fora da prisão. Uma vez na rua, segundo o raciocínio do presidente, o mito de Chávez perderia força. Mas Caldera cometeu um erro. Não conseguiu impedi-lo de ingressar na vida política do país. Os adversários de Chávez nunca perdoariam Caldera pelo descuido.

No dia 23 de fevereiro de 1994, o presidente libertou Francisco Arias Cárdenas e outros nove oficiais, com a única condição de que se afastassem das Forças Armadas. Pouco a pouco, Caldera soltou o restante dos rebeldes, até restar apenas Chávez e alguns mais. Chávez insistiu em ficar atrás das grades até que todos os outros tivessem saído. Quando o fim de seu período na prisão avizinhava-se, ele pediu para realizar uma cirurgia no olho, pedido esse até

então negado pelas autoridades. Caldera aprovou a sua transferência para um hospital militar. Ele submeteu-se à cirurgia e passou duas semanas no hospital. No final de março, perto da Semana Santa (período que marca a morte e a ressurreição de Jesus Cristo), Chávez foi libertado.

Ele tinha um último desejo a ser realizado antes de partir. Queria assinar seu pedido de baixa no Forte Tiuna e visitar a academia militar uma última vez, vestindo seu uniforme de pára-quedista. O general Raúl Salazar, um corpulento amigo de Chávez encarregado de levar adiante a sua baixa, disse-lhe que assim arranjaría confusão com seus superiores nas Forças Armadas. Pediu-lhe que não insistisse. Mas Chávez não cedeu. Uma parte da vida que amava e que servira como incubadora da rebelião aproximava-se do fim. Ele queria despedir-se da forma adequada, em seu próprio estilo. Salazar finalmente acatou o pedido, sob a condição de que não estivesse presente nenhum veículo de comunicação; a despedida seria mantida em segredo.

No começo da manhã do dia 26 de março, um sábado, Salazar retirou-o discretamente do hospital, atravessando a cozinha do local e saindo por uma porta traseira, evitando os repórteres, fotógrafos e câmeras de televisão reunidos na frente do local. Eles jogaram-no dentro do carro da filha do general para não chamar a atenção e levaram-no até o Forte Tiuna. Quando pararam dentro da base militar, um grande sentimento de nostalgia tomou conta de Chávez:

Eu não comparecia ao Forte Tiuna desde o dia em que me levaram preso, e é muito difícil explicar o que acontecia comigo então. Sentia como se parte de mim estivesse morrendo, porque a verdade é que adorei toda a minha carreira militar. Quando saí do gabinete de Salazar, percebi que chorava. O Gordo, que na verdade

é um bom sujeito, viu aquilo e afastou-se por um instante. Deixou-me sozinho. Eu saí no pátio e olhei para os locais onde tinha trabalhado. Depois de um tempo, Salazar perguntou-me: "Chávez, você está bem?". "Sim, general, estou pronto."

Chávez seria libertado no final daquela manhã. Antes de ele partir, Salazar permitiu que visitasse pela última vez a academia militar, localizada do outro lado da área do Forte Tiuna. Ele dirigiu com Chávez até o prédio branco e reluzente, então vazio porque os cadetes e professores haviam saído para o feriado da Semana Santa. Chávez caminhou para dentro do pátio, "para um lugar que é mágico. Eu fiquei lá, e depois caminhei até uma estátua de Bolívar. E chorei de novo...". Chávez ficou falando sozinho, consigo mesmo, até Salazar chamá-lo para partir. De volta ao gabinete do general, Chávez tomou uma chuveirada, vestiu roupas civis e preparou-se para sair dali. O Domingo de Ramos aconteceria no dia seguinte.

Do lado de fora da base militar, jornalistas e admiradores exigiam vê-lo. Uma multidão de centenas de pessoas, em sua maioria mulheres, reunia-se no local, agitando bandeiras da Venezuela, segurando flores e usando boinas vermelhas. O herói delas estava livre, após dois anos e dois meses na prisão. Ele poderia ter sido condenado a uma pena de 30 anos.

Por volta das 12h30, Chávez finalmente surgiu. Uma grande confusão instalou-se. A multidão amontoou-se ao seu redor, subindo por sobre uma mesa cheia de microfones e até derrubando Chávez. Um aliado, Nicolas Maduro, viu as pessoas tentando tocá-lo ou mesmo tentando entregar-lhe seus filhos para que Chávez os segurasse. Se conseguissem encostar a mão em Chávez, então a colocariam sobre a cabeça de seus filhos, "como se ele fosse um santo", afirmou Maduro. Outros caíam de joelhos, choravam ou

gritavam, dizendo que Chávez era Simón Bolívar. “Naquele dia, ouvi pela primeira vez algo que ouviria tantas vezes nas viagens que fizemos pela Venezuela: ‘Chávez, você é Bolívar reencarnado!’”

Chávez pretendia dar uma entrevista coletiva formal, mas não foi possível. Ele conseguiu proferir apenas algumas declarações. “Essa geração de militares que escolheu o caminho do sacrifício e que foi forjada nas instalações militares do Forte Tiuna mostrará aos políticos venezuelanos o que significa liderar uma nação e recuperar seu verdadeiro destino”, afirmou aos repórteres.

Quando saía do local, um jornalista colocou um gravador em sua frente e gritou-lhe, questionando, em meio ao tumulto, para onde iria a seguir. Sem pensar, Chávez virou-se para o repórter e respondeu, instintivamente: “Rumo ao poder”.

13. Pé na Estrada



No dia seguinte, Domingo de Ramos, Chávez visitou a tumba de seu herói, Simón Bolívar. O local ficava a poucos metros da prisão de San Carlos, onde permanecera durante várias semanas depois do golpe de 4 de fevereiro. Ele colocou uma coroa de flores na tumba do Libertador, dentro do Panteão Nacional, saindo dali para deparar-se com uma multidão em polvorosa. Muitos viam Chávez ao vivo pela primeira vez, desde que aparecera na TV para pronunciar o famoso discurso do *por ahora*. Ele atravessaria a manhã conferindo uma longa entrevista coletiva para jornalistas venezuelanos e estrangeiros. Do lado de fora do edifício, atravessou com dificuldade a multidão, desceu a rua e, um tempo depois, chegou aos *barrios* de Catia, na região oeste de Caracas, onde mais fãs o cercaram. As pessoas seguiam-no de bicicleta, de moto e a pé, correndo atrás dele enquanto o carro no qual estava avançava ou realizava paradas ao longo do caminho. A nova vida de Chávez fora da prisão já começara. Ele era um astro. Em todos os lugares aos quais se dirigia, um grande número de pessoas se agrupava.

“Eu não conseguia sentir-me sozinho, porque, para todo lugar que ia, acontecia a mesma avalanche de pessoas verificada quando saía da prisão. Depois de Yare, não conseguia mais caminhar 100 metros sozinho. [...] Não conheço a palavra solidão. Não sei o que é estar sozinho.”

Chávez passou alguns dias visitando os *barrios* de Caracas, aproveitando a recém-adquirida liberdade e a adulação dos simpatizantes. Então, dirigiu-se para Sabaneta e Barinas, suas cidades de origem, onde ficou durante o resto da Semana Santa, preparando-se para uma viagem de cem dias pela Venezuela. Ele e seus aliados batizaram a viagem de “Furacão Bolivariano”. Por meio dela, pretendiam levar Chávez para quase todos os cantos do país, dos picos nevados dos Andes até à mormacenta costa do Caribe e à floresta Amazônica. O slogan deles: “A Esperança está nas Ruas”. Chávez desejava encontrar-se com o maior número possível de admiradores cara a cara pela primeira vez, amealhando apoio para o MBR-200 e para sua proposta sobre uma assembléia constituinte.

Com alguns poucos aliados civis e militares a reboque, Chávez colocou o pé na estrada. O grupo viajava em um jipe com tração nas quatro rodas, que ele chamava de *la burra negra* (a mula preta). Chávez encontrou-se com professores, líderes sindicais, camponeses, pescadores, tribos indígenas, “pessoas da direita, da esquerda, da extrema direita, da extrema esquerda, pessoas sem interesse pela política, enfim, com todos que, de alguma forma, se interessassem por mudanças”, contou. Em um determinado momento, Chávez até entrou em um dos precários buracos que mineiros de ouro abriam com poderosas mangueiras de água em seu El Dorado. “Acho que não pulamos nenhuma cidade, vilarejo, acampamento, tribo ou bairro. Passamos de cidade em cidade, com

a bandeira da assembléia constituinte, construindo a organização, fortalecendo-a.”

O surgimento de Chávez criava comoção em quase todos os lugares. As mulheres beijavam-no, manchando suas bochechas de batom. As crianças exibiam imitações do uniforme de pára-quedista e da boina vermelha. Os homens formavam pequenos destacamentos de segurança para o caso de algum dos seus adversários tentar agredi-lo. Chávez não precisava falar para provocar aplausos. Bastaria que levantasse os braços, de forma triunfante, para que as multidões ficassem em polvorosa. Depois dos comícios, os que desejavam um autógrafo e os repórteres das cidadezinhas aglomeravam-se à porta da sala onde ele se encontrasse, na esperança de conseguirem um minuto do tempo de Chávez. Em alguns locais, como em Barinas, onde havia morado, pichações podiam ser vistas nos muros: bolívar está vivo de novo.

Chávez e seus aliados contavam com recursos financeiros tão limitados que algumas vezes não tinham dinheiro nem para a gasolina e outros produtos básicos, mas comer nunca representou um problema. Eles recebiam um número muito maior de convites para jantar nas cidades visitadas do que poderiam atender – freqüentemente, às dezenas. Dormiam na casa de simpatizantes honrados com a visita. Os moradores – muitos deles realmente pobres –, quando ouviam a notícia sobre a chegada de El Comandante, reuniam suas economias e alugavam um sistema de som ou um salão de hotel para que Chávez os utilizasse. Outros lhe davam roupas.

Dentro de um vilarejo andino cercado por plantações de café, em um dia do mês de maio de 1994, Chávez vestia uma camiseta de *rugby*, calças *jeans* e sua tradicional boina vermelha diante de

uma multidão de admiradores na praça central. Uma chuva torrencial abateu-se sobre o local, chacoalhando os telhados. Mas Chávez e a multidão presente em Humocaro Alto permaneceram impassíveis. “A crise é tão grande”, gritou para a audiência, que o escutava tremendo de frio, mas entusiasmada, “a gangrena é tão grande, como dizia Bolívar, que não podemos curá-la por meio de paliativos. A única saída é a revolução”.

Mais tarde, os moradores reuniram-se na igreja do povoado, onde o cheiro da fumaça da lareira misturava-se com o do suor dos agricultores. Aplausos e acenos feitos com bonés responderam aos apelos de Chávez por um governo honesto e “uma revolução para tirar o país do lodaçal”. Um agricultor musculoso, vestindo uma boina vermelha, observava com admiração do fundo da igreja. “Ele é o único que conseguiria recuperar o país, que conseguiria livrar-se dos corruptos”, comentou o agricultor. Depois do comício, o padre do vilarejo explicou por que abrisse as portas da igreja para um homem que passara dois anos na cadeia por tentar derrubar o governo: “Chávez sempre foi a favor do povo e contra os corruptos”. Quando saiu da cidade junto de sua caravana, Chávez limpou o rosto das marcas de batom deixadas por suas exaltadas admiradoras.

Poucas semanas depois, em um outro comício, dessa vez na cidade de Valencia, uma fã, a cabeleireira Gladys Núñez, tirou folga de manhã quando ouviu que El Comandante desembarcaria na cidade. Ela comprou um panfleto de 30 centavos com os ensaios dele e aguardou por três horas, apenas para vê-lo passar caminhando.

Diplomatas e as elites venezuelanas deram pouca importância ao fenômeno, considerando-o uma moda passageira e exagerada.

Um diplomata sugeriu que Chávez estaria recebendo muito mais atenção do que mereceria. “Ele é um pouco estranho, sabe. [...] Essa não é a voz da razão.” Um general aposentado da Guarda Nacional, Enrique Prieto Silva, previu que Chávez era uma miragem prestes a esvanecer-se. “Sob um certo aspecto, ele é cego. [...] Antes da próxima eleição, estará esquecido.”

A primeira série de viagens realizada por Chávez após a prisão provou-se tão bem-sucedida que ele repetiria a experiência várias vezes ao longo dos anos seguintes. As viagens possuíam um efeito ao mesmo tempo revigorante e estafante. Pedro Carreño, um dos recrutas de Chávez na academia militar que costumava participar de seu *entourage*, e outros dois ex-soldados revezavam-se no volante durante a noite enquanto Chávez lia ou analisava documentos. Quando ficavam exaustos, Chávez assumia a função, algumas vezes às 3 ou 4 horas. Para passar o tempo enquanto dirigia, contava piadas ou histórias de seus dias em Barinas. Eles ouviam canções de protestos compostas pelo músico venezuelano Alí Primera. “Começávamos a cumprir a agenda logo de manhã, e Chávez realizava seu comício mesmo que houvesse apenas cinco ou seis pessoas presentes”, disse Carreño. “Ele saía do carro e subia na parte de trás do veículo para proferir um discurso, como se estivesse diante de uma multidão tão grande quanto as que lotam a avenida Bolívar hoje.” Depois de concluídas as atividades do dia, viajavam durante toda a noite até o próximo vilarejo ou cidade, chegando ali na hora do primeiro evento matinal.

A certa altura, um coronel da reserva da Força Aérea que fazia parte do círculo de aliados fiéis de Chávez, Luis Alfonso Davila, arranhou um caminhão com carroceria aberta para acompanhá-los nas viagens. Eles o transformaram em um escritório e casa móveis,

equipado com camas, um banheiro e altofalantes. Na lateral, pintaram uma grande imagem de Chávez. E passaram a chamá-lo de "Chavez móvel". Quando chegavam a alguma cidade, Chávez subia na traseira do caminhão e fazia um discurso defendendo a revolução.

Apesar de estar livre para perambular por todo o país, Chávez estava quebrado. Tinha quase 40 anos de idade, mas nenhum emprego, nenhum lugar para morar e nem mesmo uma conta bancária. Não era dono de quase nada. Sua carreira militar terminara. Uma pensão mensal de aproximadamente 170 dólares paga pelo Exército representava sua única fonte de renda. Ele enviava o dinheiro para seus três filhos e sua esposa, Nancy, a mulher de quem se divorciava, então. O relacionamento dos dois, embora amigável, ha-via muito definhado.

Depois de sair da prisão, Chávez viu alguns de seus companheiros decidirem-se por atingir seus objetivos aderindo ao sistema que haviam tentado derrubar dois anos antes. Arias Cárdenas aceitou um cargo no governo do presidente Caldera, no comando do Pami, programa de fornecimento de leite para mulheres grávidas. Urdaneta assumiu com satisfação o posto de cônsul da Venezuela em Vigo, Espanha, onde permaneceu durante cinco anos. Chávez não desejava nada daquilo. Diferentemente de Urdaneta, que ficara aliviado por livrar-se de uma pena de 25 anos de cadeia, Chávez recusou-se a agradecer Caldera por assinar o indulto. Não quis nem mesmo se encontrar com o presidente. Ao contrário, criticou o governo de Caldera, acusando-o de reeditar a dominância das elites responsável por destruir o país.

Mal completados seis meses de liberdade, Chávez alertou Caldera publicamente sobre a possibilidade de novas ondas de

violência caso o presidente não combatesse as cada vez piores mazelas sociais do país. Após a prisão de quatro simpatizantes do MBR-200, Chávez acusou o presidente de tentar esmagar o movimento. Ele desafiou Caldera a colocá-lo também na cadeia. “Apostaria para ver quem durará mais tempo, Caldera em Miraflores ou eu em uma cela de prisão no país”, alardeou Chávez.

Sem lugar para morar, o líder rebelde recém-libertado aceitou o convite de um arquiteto para ficar numa edícula destinada a visitantes, nos fundos da sua casa, no bairro de classe média chamado La Floresta. O arquiteto, Nedo Paniz, era um amante do pára-quedismo que se aproximara de vários soldados – as Forças Armadas ofereciam o único local onde poderia praticar seu *hobby* quando debutava no esporte, na década de 1960. Alguns dos soldados transformaram-se em rebeldes, como foi o caso de Jesús Urdaneta. Ao final, Paniz, um homem alto, atlético e de aparência jovial, tornou-se simpatizante do movimento bolivariano clandestino. Não participou do golpe de 4 de fevereiro porque não teve a iniciativa de retornar a ligação de um contato que lhe havia ligado horas antes para informá-lo do início da rebelião.

Além de propiciar a Chávez um local para morar, Paniz emprestou-lhe seu escritório, situado perto dali, em Chuao, para a realização de encontros. A edícula para visitantes e o escritório transformaram-se em palcos de intensa atividade. Ex-soldados entravam e saíam da edícula, a qualquer hora do dia ou da noite. Quando Paniz reclamou, Chávez respondeu: “É assim que eu funciono”. Ele era notívago, deitando-se freqüentemente às 3 horas ou ainda mais tarde. Comia quando era possível, e comia qualquer coisa, deixando a edícula, por vezes, repleta de ossos de galinha. Ao escritório dirigia-se um grande número de visitantes, ansiosos

para ver Chávez. Alguns dos que vinham de fora da cidade dormiam em um sofá. Nas manhãs, um dos primeiros convidados a chegar era Jorge Giordani, o economista barbudo do MAS. Ele e Chávez passavam horas elaborando documentos, declarações e planos.

Aos olhos de muitos venezuelanos, Chávez surgia como um líder em ascensão, mas não possuía nenhuma boa roupa para usar. Os amigos compraram-lhe três *liqui liquis*, uma vestimenta tradicional dos *llanos* venezuelanos, com colarinho ao estilo de Mao e botões descendo pela frente. A roupa conferia um ar de elegância a Chávez quando comparecia a entrevistas ou reuniões com empresários. E também sublinhava seu perfil nacionalista. Chávez tinha a roupa em três cores: azul, cinza e verde-oliva, sua preferida.

Apesar de a maior parte de suas atividades centrarem-se na Venezuela, Chávez desejava também ampliar seus horizontes. Esperava obter apoio para seu movimento em outros países, rebatendo a imagem negativa construída por alguns meios de comunicação. Ele saía poucas vezes da Venezuela. E nem mesmo possuía um passaporte. Paniz e outras pessoas ajudaram-no a obter o documento. Em julho de 1994, deu início a um giro por vários países da América do Sul, incluindo Argentina, Uruguai e Chile. Também visitou a Colômbia, onde se encontrou com ex-membros da guerrilha M-19 e com alguns dos organizadores da assembléia constituinte realizada naquele país. Em dezembro, realizou um de seus sonhos: viajou até Cuba.

Chávez, conforme conta, esperava simplesmente tomar parte de um programa de intercâmbio cultural e de uma conferência em homenagem a Simón Bolívar durante a visita de dois dias à ilha, embora tivesse se reunido com membros da Embaixada cubana antes de partir. No entanto, quando o avião pousou em Havana, por

volta das 21h30, taxiou rumo ao outro lado do aeroporto, até chegar a um local reservado para a recepção de dignatários. O piloto saiu da cabine e disse a Chávez e a seu secretário pessoal, Rafael Isea, que os dois deveriam desembarcar. Nesse momento, Chávez já percebera que alguma coisa imprevista se passava. Mas continuava impassível, ao sair para descer as escadas vestido em seu *liqui liqui* verde e perceber quem aguardava para cumprimentá-lo: Fidel Castro.

Os *flashes* das câmeras fotográficas iluminaram a noite, enquanto o líder cubano abraçava Chávez calorosamente. Depois de uma breve troca de cumprimentos, os dois dirigiram-se para o Palácio da Revolução. Ficaram acordados conversando até as 3 ou 4 horas da madrugada, e isso apesar de Chávez e Isea terem de acordar às 7 horas para as atividades do dia seguinte. Fidel lançava uma pergunta atrás da outra – queria saber de tudo, desde com quantos homens Chávez contava no golpe de 4 de fevereiro até que tipo de armas carregavam. Chávez, em um dado momento, também questionou especialmente sobre a morte de Ernesto “Che” Guevara, fato que o atormentara tanto quando era ainda menino em Barinas. Chávez, ele próprio um entusiasta dos livros de história, impressionou-se com o conhecimento de Fidel não apenas sobre história mundial, mas também sobre a história da Venezuela. Chávez abordou vários assuntos, do ataque de Zamora em Santa Inés à biografia de Maisanta, apenas para descobrir que Fidel já sabia de tudo aquilo. Quando descobriu que Fidel conhecia também, e com detalhes, a história de Pedro Pérez Delgado, Chávez considerou, segundo suas próprias palavras: “Eu desisto. Eu desisto. Não vou tentar mais nada. Esse homem é invencível”.

Quando Chávez e Isea acordaram algumas horas depois do término da reunião com Fidel, a edição matinal do jornal *Granma*, do Partido Comunista, estava nas bancas estampando em sua primeira página uma foto de Fidel e Chávez se abraçando. Segundo o jornal, Chávez dissera quanto à recepção calorosa oferecida por Fidel: “uma honra que, na realidade, eu ainda não mereço”. O dirigente cubano, porém, desejava enviar uma mensagem aos moradores do país e de outros lugares, que mal tinham ouvido falar de Chávez e que poderiam desconfiar de um ex-líder golpista da América Latina: esse homem deve ser observado e respeitado. “Nunca houve um momento mais oportuno ou mais adequado para ir até o aeroporto receber um visitante como o tenente-coronel Hugo Chávez”, afirmou Fidel em um comunicado publicado no *Granma*.

Os dois passaram dois dias sem se afastarem um do outro. Fidel, que telefonara para Carlos Andrés Pérez dando-lhe apoio durante o golpe de Chávez em 1992, havia mudado de opinião sobre a questão. Ele acompanhou Chávez ao longo de toda sua permanência em Havana, caminhando pela Habana Vieja, colocando uma coroa de flores ao pé da estátua de Simón Bolívar, visitando a casa onde o Libertador se hospedara em sua passagem por Cuba, aos 16 anos de idade. Chávez proferiu um discurso no local, e Fidel sentou-se na primeira fila da audiência. Mais tarde, os dois visitaram a Universidade de Havana, onde discursaram diante de líderes estudantis. Em seu pronunciamento, Chávez descreveu a ilha como “um bastião da dignidade latino-americana” e confessou: “Esta é a primeira vez que venho fisicamente para Cuba. Contudo, em meus sonhos, estive aqui muitas vezes”.

Além de discursar na universidade, El Comandante também visitou a academia das Forças Armadas de Cuba, caminhou pelos túneis subterrâneos que ocultavam tanques para resistirem a um ataque dos Estados Unidos e, ainda, inspecionou uma sala com modelos em miniatura de grandes batalhas mundiais. Antes de partir, ele e Fidel sentaram-se juntos em um sofá e folhearam um álbum de fotos dado pelo líder cubano ao rebelde venezuelano, como lembrança da viagem.

Nos anos seguintes, os adversários de Chávez usariam essa visita contra ele. Apontavam-na como prova de que ele planejava impor uma ditadura ao estilo cubano na Venezuela. Quando Chávez concorreu à Presidência, um vídeo com seu discurso proferido na Universidade de Havana foi divulgado e circulou por todos os lugares. Era verdade que ele admirava muitos dos aspectos da revolução de Fidel, incluindo um sistema educacional por meio do qual Cuba ostentava um índice de analfabetismo menor que o dos Estados Unidos e um sistema de saúde citado pela Organização Mundial da Saúde como um modelo para os países do Terceiro Mundo. O próprio Chávez, mais tarde, compararia a relação dele e Fidel com aquela existente entre um pai e um filho. O líder cubano ajudaria Chávez em alguns dos momentos mais sombrios de sua trajetória, entre os quais o momento no qual a Presidência, e até mesmo sua vida, viram-se ameaçadas – diante de um governo norte-americano à espreita, por detrás das cortinas.

Chávez, no entanto, também parecia reconhecer a impossibilidade de instalar um regime de estilo cubano na Venezuela. Os venezuelanos alimentavam profundas antipatias pelo comunismo, especialmente depois das guerras de sangrentas guerrilhas do decênio de 1960. Mesmo Chávez se mostrava cético

diante de vários esquerdistas venezuelanos, afirmando que passaram tantos anos nas montanhas, dedicados a um movimento armado e isolados das massas, que perderam contato com o venezuelano médio. Somado a isso, um novo século amanhecia no horizonte. O modelo de Fidel, implantado 40 anos antes e caracterizado por um pesado controle do Estado sobre a economia, os meios de comunicação e o aparato eleitoral – se bem que diante da hostilidade norte-americana e de numerosas tentativas para destruir sua revolução ou assassiná-lo –, estava ultrapassado e era duramente criticado. Chávez admirava claramente alguns aspectos da revolução de Fidel e a pessoa do dirigente cubano, no entanto, seguiria seu próprio caminho no mundo da esquerda. A Venezuela não era Cuba, e ele sabia disso. O mundo mudara.

Após regressar para a Venezuela, Chávez manteve o mesmo ritmo acelerado de reuniões, viagens e discussões com líderes comunitários, assessores e simpatizantes bolivarianos. Enquanto suas incursões constantes pelos *barrios* da capital e pelos vilarejos do interior divulgavam-se publicamente, Chávez também realizava, de forma discreta e reservada, encontros com pequenos grupos de líderes comunitários. Ele desejava conquistar-lhes o apoio, ampliar seu movimento, incluindo nele mais civis, e explicar-lhes sua proposta sobre uma assembléia constituinte. A palavra de ordem era a seguinte: “Assembléia Constituinte Já!”.

Chávez deparava com obstáculos mesmo dentro da esquerda. Muitos mantinham-se afastados, devido ao fato de ele ser um ex-militar. Outros não sabiam como reagir. Poucos meses depois da sua libertação, quando compareceu a uma discreta reunião de um centro de organização comunitária de Catia, no qual trabalhava Xiomara Tortoza, alguns esquerdistas da área chamaram Chávez de

“comandante” e o saudaram fazendo continência. Tortoza ficou horrorizada. Ela viajara pelos países do Cone Sul durante as chamadas guerras sujas das décadas de 1970 e 1980 e, em sua opinião, a última coisa de que a Venezuela precisava era de um outro “ditador militar” treinado para distribuir ordens, ou coisas piores. Realmente, quando Chávez visitou o Uruguai, Eduardo Galeano, o autor esquerdista de um dos seus livros favoritos a respeito da exploração dos povos, *As Veias Abertas da América Latina*, recusou-se a vê-lo.

Em outra ocasião, Chávez compareceu a um encontro com esquerdistas no parque Central de Caracas. Ingressou no local, e nenhum dos que estavam no palco prontificou-se a reconhecê-lo. “Nunca me esqueci daquilo. [...] Imagine a situação: eu tentava apresentar-me para os políticos da esquerda. Eu estava sendo observado, perseguido, difamado etc. E os líderes me trataram daquela forma. [...] O discurso oficial da burguesia contaminou e destruiu a esquerda. Não nego ter cometido erros, e certamente cometi alguns, mas esses grupos me rejeitaram e me condenaram.”

No encontro com o grupo de Tortoza em Catia, Chávez comportou-se de forma discreta, informal, como alguém simples e acessível – uma pessoa comum do *barrio*. Usava uma camiseta colorida e respondia pacientemente às perguntas. Provocou uma boa impressão. As dúvidas de Tortoza diminuíram um pouco. Talvez aquele fosse um tipo diferente de militar.

Não obstante a popularidade de Chávez estar aumentando nos *barrios* e entre os grupos comunitários e o fato de ele estar conseguindo, lentamente, organizar bases de apoio, o ex-tenente-coronel desaparecera da maior parte dos grandes meios de comunicação venezuelanos e estrangeiros. Os grandes jornais, as

redes de televisão e as estações de rádios tinham enfrentado o governo Pérez para noticiar a popularidade de Chávez e do golpe nos dias seguintes ao da revolta. O líder do golpe era uma figura desconhecida, então, e Pérez, profundamente odiado.

Agora, contudo, todos conheciam bem as radicais opiniões nacionalistas de Chávez. Os barões da mídia, contrários aos apelos por uma revolução, tentaram eliminá-lo dos noticiários. Quando regressou de uma viagem à Colômbia, em janeiro de 1994, e convocou uma entrevista coletiva, por exemplo, a maior parte dos grandes jornais não publicou uma única palavra a respeito do evento. "Eu estava banido das televisões, da imprensa e das rádios. Eles até demitiram alguns jornalistas porque tinham me entrevistado ou colocado em uma rádio uma entrevista gravada. Ou elas (as autoridades) viriam e fechariam uma rádio porque haviam me entrevistado." Em um determinado momento, conforme narrou Chávez, alguém afirmou na TV que ele nem mesmo existia. Muitos editores e repórteres consideravam Chávez um *caliche*, gíria venezuelana para alguém que não aparece nos meios de comunicação, mas que tenta aparecer. Quando ele visitava as redações, os editores debandavam e escondiam-se, a fim de não o encontrar.

Mas o boicote dos meios de comunicação controlados pela elite apenas fez aumentar o caráter mítico da figura de Chávez nos *barrios*. Em certa medida, ele conseguiu contornar a "geladeira", recorrendo aos meios de comunicação das regiões que visitava. Chávez ouvira da boca de um amigo jornalista que as pessoas do interior liam os jornais locais muito mais do que os diários das grandes cidades, como o *El Nacional*, distribuído por caminhões ou aviões a partir de Caracas. Muitos editores locais ficaram

encantados com a presença de Chávez, dedicando-lhe tempo e páginas de seus jornais. Depois de um bate-papo de três horas em um deles, Chávez precisou dizer ao editor que tinha de partir.

Agindo fora do alcance do radar dos grandes meios de comunicação, Chávez aproveitava-se da crescente frustração da classe trabalhadora da Venezuela com o governo. A Presidência de Pérez havia sido um desastre. A de Caldera, por seu lado, não se mostrava muito melhor. Com quase 80 anos de idade,

o velho senhor da política venezuelana falava com uma voz trêmula e exibia uma aparência fragilizada, caminhando de forma dura e lenta. Co-autor de uma histórica lei trabalhista da década de 1930, Caldera subiu ao poder para seu segundo mandato presidencial com a promessa de desfazer várias das medidas neoliberais adotadas por Pérez.

Ele herdou uma das piores crises bancárias da história latino-americana. Depois de a falência do Banco Latino, em janeiro de 1994, ter quase levado o sistema a um colapso, clientes enfurecidos formaram grandes filas à porta das agências, ansiosos para sacar seu dinheiro. Na agência federal responsável pelo seguro dos bancos, pequenos grupos mantinham vigília, compartilhando quaisquer notícias que pudessem obter e lendo as cartas deixadas por outros titulares de contas bancárias. Uma delas listava o nome de 63 autoridades acusadas de roubo, entre as quais os presidentes Pérez e Lusinchi. “Não deixem os culpados saírem livres”, afirmava a missiva. No pé da carta, alguém escrevera, em vermelho: “Executem-nos! Imediatamente”.

Sob pressão para agir, Caldera somente conseguiu piorar as coisas. “O governo entrou em pânico. Ansioso para evitar a falência

de outros bancos, passou a imprimir dinheiro, provocando um forte aumento da inflação e uma queda no valor do bolívar.” O presidente tentou limitar os danos, impondo um controle de preços sobre os alimentos, os remédios, o câmbio e até sobre os ingressos de cinema.

Também suspendeu algumas garantias constitucionais. O decreto assinado por Caldera permitia ao governo confiscar propriedade particular, realizar prisões sem mandato judicial e restringir a liberdade de movimentação das pessoas. Quando o Congresso restabeleceu as garantias constitucionais, semanas mais tarde, o presidente simplesmente as suspendeu novamente. Ele ameaçou realizar um plebiscito, ao fim do qual a parte derrotada, ele ou o Legislativo, deveria renunciar. O Congresso cedeu. Dando sinais de pendor autoritário, Caldera também começou a mandar a polícia interrogar pessoas críticas ao governo, de acadêmicos a funcionários de meios de comunicação.

Em seu primeiro ano no cargo, o tremebundo dirigente ainda contava com altos índices de popularidade. Sua reputação de homem honesto e íntegro seguia inabalada. Segundo um analista, ele possuía “mais autoridade moral do que qualquer venezuelano vivo”. Ao contrário da ostensiva “coroação” de Pérez, em 1989, Caldera tomou posse em uma cerimônia simples ocorrida no Congresso, e não no reluzente Teatro Teresa Carreño. Ao contrário do convite de CAP para centenas de dignatários do mundo todo, Caldera não convidara quase nenhum estrangeiro. “Não faremos uma festa. [...] Haverá apenas algumas bebidas”, disse a repórteres Juan José, o filho de Caldera recém-eleito senador.

O novo presidente, no entanto, parecia incapaz de resolver os problemas cada vez mais graves do país. Uma série de planos

econômicos em constante mutação – foram oito no primeiro ano e meio de governo – não parecia ter surtido efeito contra a crise econômica. A inflação subiu para 71% em 1994 e ficou em 57% em 1995, o índice mais alto da América Latina, então. Em abril de 1996, Caldera fez o que jurara nunca fazer – “ajoelhou-se” diante do Fundo Monetário Internacional. Implementou o mesmo pacote econômico de choque adotado por Pérez.

Para realizar a desagradável tarefa, o presidente recrutou um dos mais improváveis defensores das medidas neoliberais: o ex-guerrilheiro marxista Teodoro Petkoff. Filho de um comunista exilado da Bulgária e de uma médica polonesa, Petkoff, com seu indefectível bigodão, seu estilo franco ao manifestar-se e seu humor mordaz, era uma lenda da esquerda. Formado em economia com louvor, ajudou a liderar um dos movimentos guerrilheiros mais poderosos da América Latina no decênio de 1960. Participou de algumas das mais espetaculares ações de combate ao governo, entre as quais o seqüestro de um coronel do Exército norte-americano.

Petkoff ficara três anos preso e escapara duas vezes. Em uma delas, ele e vários de seus camaradas fugiram da prisão militar de San Carlos, em Caracas, ao cavarem um túnel de 70 metros de comprimento usando as próprias mãos. Eles arrastaram-se pelo túnel e saíram dentro de uma loja lotada com seus camaradas marxistas em êxtase, deixando o local em meio à confusão do Carnaval. Ninguém escapara daquela penitenciária até então. Da segunda vez, ele engoliu e depois cuspiu sangue de vaca levado para dentro da prisão, a fim de convencer as autoridades de que estava doente. Então, usando uma corda feita de lençóis

amarrados, desceu da janela do sétimo andar de um hospital militar.

Líder estudantil brilhante e carismático nos anos 1950, Petkoff ingressou no Partido Comunista e lutou pela derrubada do ditador Marcos Pérez Jiménez. Refugiou-se nas montanhas, na década de 1960, quando ele e outros esquerdistas se convenceram de que a democracia colocada no lugar da ditadura era “burguesa” e não representava as massas pobres. Mas, em 1969, após sua insurreição armada não ter conquistado adeptos, Petkoff e outros rebeldes renderam-se, aceitando a anistia oferecida por Caldera.

Em 1971, ele afastou-se do Partido Comunista, junto de outros companheiros, alegando que o modelo soviético era ditatorial. Três anos antes, Petkoff fora reprimido publicamente pelo então presidente soviético, Leonid Brezhnev, por ter escrito um livro condenando a invasão soviética da Tchecoslováquia em 1968, responsável por esmagar o movimento democrático conhecido como Primavera de Praga. Os dissidentes formaram o partido Movimento ao Socialismo, que se tornou o terceiro maior da Venezuela. Petkoff conquistou uma cadeira no Senado e concorreu à Presidência venezuelana duas vezes, saindo-se bastante mal em ambas. Durante sua primeira campanha, o autor colombiano Gabriel García Márquez, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura, enalteceu-o com um ensaio no qual destacava suas arriscadas fugas, seu amor pela literatura e sua audácia no mundo da política. Petkoff acabou migrando para o centro do espectro político e, depois, para a direita.

A decisão do presidente de colocá-lo à frente da reviravolta neoliberal revelava-se um golpe de mestre – independente do fato de os ex-companheiros comunistas de Petkoff terem-no acusado de

ser um vira-casaca e um "instrumento do capitalismo selvagem". Em março de 1996, Caldera nomeou Petkoff ministro do planejamento. Um mês mais tarde, o presidente anunciou seu novo programa econômico, batizado de Agenda Venezuela. Wall Street ficou entusiasmada. Se um famoso ex-guerrilheiro comunista o endossava, o pacote tinha de ser bom. Petkoff argumentava não haver alternativa e que o mundo mudara. Uma semana antes de anunciar o programa, o novo ministro descrevera a Venezuela como "uma casa em chamas".

Ele se transformou no principal apóstolo das medidas neoliberais do governo, estampando as primeiras páginas com a mesma frequência de Caldera. Petkoff era certamente um personagem mais chamativo. Quando o ministro se submeteu a uma pequena cirurgia no joelho, o jornal *El Universal* colocou na capa uma foto com ele deitado em seu leito de hospital, sob a manchete: "A economia não sairá mancando". Segundo alguns relatos, Petkoff tornou-se ainda mais ortodoxo do que os tecnocratas formados nos Estados Unidos e responsáveis pelo *paquete* de Pérez. Ele negociou uma nova lei trabalhista, privatizou empresas estatais, elaborou contratos de empréstimo com o FMI, abriu o setor petrolífero nacionalizado ao capital estrangeiro e demitiu 80 mil dos 1,4 milhão de funcionários públicos da Venezuela.

Contudo, mesmo o carisma e o currículo de ex-esquerdista militante de Petkoff não poderiam convencer a maioria dos venezuelanos sobre os méritos do programa econômico e nem conseguiriam mudar a sorte de Caldera. O pacote pouco contribuiu para melhorar a vida do trabalhador comum. A inflação em 1996 saltou para um recorde de 103%, em um país que não havia

registrado altas taxas inflacionárias até os anos 1990. Os índices de popularidade de Caldera despencaram, em um período de dois anos, de 66% de aprovação, em maio de 1994, para 33% em setembro de 1996. A Venezuela afundou ainda mais na recessão econômica.

Quando as críticas intensificaram-se, Caldera desceu o sarrafo. Em março de 1995, ordenou a realização de uma terceira batida em menos de um ano contra esquerdistas suspeitos de fomentarem um plano para desestabilizar o país. A polícia política invadiu cem escritórios e casas, prendendo 150 pessoas, entre as quais dezenas de indivíduos ligados a Chávez. Entre eles estavam o ex-policia Freddy Bernal, Adán Chávez, irmão do líder rebelde, e até o ex-campeão de boxe peso-pena Antonio Esparragoza. O governo não ousou deter o próprio Chávez. Eles sabiam que isso provocaria distúrbios generalizados em meio a uma situação política já instável. Então, as pessoas ao seu redor tornaram-se os alvos: Chávez repetiu o desafio feito a Caldera, sugerindo ao presidente que o colocasse na prisão a fim de verificarem quem duraria mais tempo – o rebelde atrás das grades ou o presidente em Miraflores. Dentro de pouco tempo, a polícia acabou libertando os detidos. Não se apresentou nenhuma acusação formal, dando a impressão, mais uma vez, de que se tratava antes de uma caça às bruxas com pendores políticos do que de uma autêntica investigação.

As prisões integravam uma campanha de intimidação contra Chávez e seus aliados. Membros da enormemente temida disip (polícia política) seguiam-no por todo o país. Chávez precisava estar sempre alerta contra os agentes, que poderiam tentar manchar sua imagem plantando drogas ou armas ilegais. E um ataque violento tampouco estava fora de questão. Davila, o coronel da reserva,

carregava armas, mantendo inclusive uma debaixo do banco do caminhão, perto de si. Os agentes da polícia mantinham sob vigília constante o escritório de Paniz, em Chuao, onde Chávez realizava várias de suas reuniões. Algumas vezes, ele se encontrava com as pessoas dentro de carros, que ficavam circulando por Caracas, a fim de evitar os olhos e, ouvidos da disip. Em mais de uma ocasião, ele usou perucas, chapéus e até um bigode falso para que os agentes não o reconhecessem.

A polícia política também grampeou os telefones de Chávez e de seus principais aliados, além de roubar alguns dos carros do grupo. Héctor Navarro, o professor da Universidade Central da Venezuela que fazia parte do “gabinete informal” composto por acadêmicos de esquerda e que agora se reunia com Chávez quase todas as terças-feiras, calculava ser o único do grupo que não tivera o carro roubado. As autoridades sabiam que Chávez e seus simpatizantes possuíam pouco dinheiro. Deixá-los sem veículos representava cortar as pernas do movimento. Um dia, o próprio “Chavez móvel” foi atacado e destruído. Alguém ateou fogo ao veículo, durante a noite, quando ele estava estacionado na região de Propatria, em Caracas.

As ações repressivas lançadas por Caldera contra os dissidentes atingiram proporções absurdas. Em outubro de 1996, a temida disip prendeu um astrólogo que previra a morte de Caldera para o ano seguinte. Eles o mantiveram isolado durante dois dias na sede da polícia, onde dormiu sobre o chão de cimento da cela. O rotundo e barbudo José Bernardo Gómez presidia a Associação Venezuelana de Astrólogos. Também era professor de Filosofia com pós-graduação em História, Educação, Psicologia e Filosofia em três universidades diferentes da Venezuela. Depois de libertado, disse

aos repórteres que, quando a polícia lhe perguntava sobre onde obtivera a informação a respeito da morte de Caldera, respondia que o mapa astral do presidente revelava que ele enfrentaria problemas. "Urano está sobre o Sol, Plutão está em ascensão, e Marte está caminhando para detrás da Lua." A "morte" de Caldera, observou, poderia ser simbólica, significando, por exemplo, a saída dele da Presidência. "Espero que o presidente goze de boa saúde", afirmou Gómez, acrescentando ter votado em Caldera na eleição de 1993. "Não estou apostando em doença para ele, muito menos em sua morte. É só que, do ponto de vista astrológico, o ano de 1997 promete ser sombrio para ele."

Desconcertados com o episódio, membros do governo tentaram minimizá-lo. "Ele não está sendo acusado de nada", afirmou sucintamente o ministro venezuelano do interior, José Guillermo Andueza. A polícia política queria meramente saber "quais fundamentos ele teria para dar esse tipo de declaração".

Gómez, que somava várias previsões corretas a seu favor, declarou que, se Caldera ainda estivesse vivo ou ao menos no cargo no dia 8 de junho vindouro, ele desistiria da astrologia de forma definitiva. Quando a data chegou, com Caldera ainda no poder, o governo celebrou o fato como se fosse uma vitória. Autoridades, em várias ocasiões, adotaram medidas para rebater rumores de que o presidente octogenário, com saúde frágil e visto poucas vezes em público, já teria morrido. Alguns meses antes, ele caminhara do Congresso até o palácio presidencial a fim de rechaçar os boatos sobre sua morte iminente, ou até mesmo já ocorrida, mas oculta. Em outra oportunidade, o governo arranjou para que fossem publicadas, na primeira página de vários jornais, fotos do presidente jogando dominó em um domingo à tarde. O

antecessor de Caldera no cargo, Carlos Andrés Pérez, enfrentava seus próprios problemas. Um ano depois de seu *impeachment*, em maio de 1993, a Suprema Corte determinara investigações sobre acusações de corrupção, indicando que Pérez e dois de seus assessores haviam se apropriado indevidamente de fundos públicos. O órgão decidiu levar o ex-presidente a julgamento. Em uma manobra sem precedentes, determinou também sua prisão. Pela primeira vez na história da Venezuela democrática, as autoridades detinham um presidente. O fato, além disso, representava uma raridade na América Latina de um modo em geral. O *establishment* venezuelano apontou o acontecimento como prova de que o sistema funcionava. As elites tiveram de sacrificar um dos seus para evitar que a estrutura toda desmoronasse.

Pérez apresentou-se à Suprema Corte naquela manhã para ouvir a decisão. Denunciou o caso como sendo uma caça às bruxas de viés político. Armado de uma pasta repleta de livros, partiu para a prisão de El Junquito, em Catia (Caracas), palco de algumas das piores cenas de repressão ocorridas no Caracazo. Pérez viu-se poupado da pior face das sujas e perigosas prisões venezuelanas: El Junquito contava-se entre os estabelecimentos prisionais mais confortáveis do país. Alejandro Izaguirre, ex-ministro do interior de seu governo, seria o novo companheiro de cela de Pérez. Outro assessor cuja prisão também fora decretada, Reinaldo Figueredo, fugira da Venezuela.

O novo mundo de Pérez reduzia-se a uma cela de 3,5 por 2,75 metros quadrados. Valendo-se dos anos de viagens internacionais, o ex-presidente recebeu uma grande quantidade de manifestações de apoio vindas de líderes estrangeiros indignados com sua prisão. Internamente, ele continuava a ser criticado. Nas ruas, as pessoas

xingavam Pérez, a quem responsabilizavam pelos problemas do país, entre os quais a falência dos bancos. Poucas horas depois da prisão do ex-dirigente, o comitê executivo do seu próprio partido, a Ação Democrática, decidiu-se por sua expulsão dos quadros da organização que ajudara a fundar mais de cinco décadas antes, em 1941. A reunião degradingolou para a luta corporal, com cadeiras sendo lançadas e agressões físicas

– Pérez ainda contava com alguns aliados.

Aproveitando a oportunidade, seu antecessor no cargo de presidente, Jaime Lusinchi, 68 anos, afastou-se do partido algumas semanas mais tarde, encerrando uma filiação de vários anos. Lusinchi era investigado, sob a suspeita de ter desviado 500 mil dólares de fundos secretos do setor de segurança para, em parte, comprar 65 jipes usados na campanha presidencial de Pérez, em 1988. As autoridades também investigavam a acusação de que Lusinchi permitira que sua então secretária particular e amante, Blanca Ibáñez, usasse 1 milhão de dólares oriundos de verbas públicas, para oferecer festas caríssimas e importar 24 cavalos brancos dos Estados Unidos para sua própria filha.

Em julho, Lusinchi, cada vez mais apreensivo em vista do destino de Pérez, deixou o país a bordo de um iate.

Pouco depois da prisão de Pérez, o procurador-geral da Venezuela ampliou as acusações feitas contra o ex-mandatário. Jesús Petit da Costa alegou que Pérez desviara grandes somas de dinheiro público por meio de Cecilia Matos, sua amante, acusada pelo procurador-geral de manter em bancos suíços contas com ao menos 200 milhões de dólares, às quais o governo não conseguia ter acesso. Comissões parlamentares de inquérito realizavam

acusações de teor semelhante. Matos, ex-secretária do governo que mal ganhava algumas centenas de dólares por mês, morava agora em um apartamento no faustoso Sutton Place, em Manhattan. Ela acabou indo trabalhar com a estilista venezuelana Carolina Herrera e teve dois filhos com Pérez.

O ex-presidente, que viera de uma família pobre, passando toda a vida no mundo da política e, segundo todos os indícios, amealhando uma grande fortuna, alegou inocência. Após passar dez semanas preso, Pérez reconquistou a liberdade. A Suprema Corte libertou-o. Os juízes o colocaram sob prisão domiciliar enquanto o julgamento não terminasse. Pérez, então com 72 anos de idade, aproveitou-se de uma lei venezuelana segundo a qual todos os réus com mais de 70 anos podem aguardar o julgamento em prisão domiciliar. Ele regressou de forma triunfante para La Ahumada, a propriedade cercada por um alto muro e localizada no cume de uma colina na periferia de Caracas, onde morava Blanca Rodríguez de Pérez, sua ex-mulher.

O antigo mandatário adotou uma rotina como se continuasse a ser um importante chefe de Estado. Recebia jornalistas, aliados políticos e um embaixador ou outro. Atendia telefonemas de líderes estrangeiros. Fotografias dele com George H. W. Bush, Jimmy Carter e outros cobriam as paredes do escritório de Pérez. Dois compartimentos de vidro exibiam as dezenas de medalhas concedidas a ele por chefes de Estado de outros países. Um fuzil dos contras nicaragüenses celebrava a participação dele na transição feita por aquele país da guerra para a paz, no final da década de 1980.

Ele acordava todas as manhãs antes do amanhecer, depois de ter dormido poucas horas, fazia exercícios por 90 minutos e então

vestia um terno impecável antes de embarcar em mais um dia de atividades. Pérez ainda transpirava o magnetismo pessoal responsável por fazer as mulheres desmaiarem em seus comícios. Não podia ir a lugar nenhum. Então, Pérez começou a se comunicar através da Internet.

Diante de um cenário no qual apareciam Pérez em prisão domiciliar, o governo de Caldera caindo aos pedaços e poucas alternativas oferecendo-se ao país, Chávez debatia-se a respeito de seu futuro político. Durante vários anos, ele defendeu o distanciamento em relação às eleições venezuelanas. Na sua opinião, aquele era um jogo de cartas marcadas, uma farsa em que pessoas alheias ao sistema não tinham chance de ser bem-sucedidas. Em Yare, em outubro de 1993, conforme já mencionado, ele e outros dos rebeldes divulgaram um comunicado conclamando o povo a abster-se das urnas nas eleições do mês de dezembro para a presidência, o Congresso e as assembleias estaduais. "Participar de uma eleição desse tipo, que tem sido controlada pelas elites, seria fazer-nos cúmplices de um esquema que zomba intencionalmente das aspirações populares incorporadas por um movimento como o nosso", escreveram. Os rebeldes descreveram a eleição como um processo "ilegal e ilegítimo", concluindo o comunicado com uma frase de Bolívar: "A história como um todo indica que os políticos gangrenosos não se curarão com paliativos".

O comunicado e o debate sobre boicotar ou não as eleições resultaram em um dos rachas mais sérios entre os enfrentados pelos rebeldes durante o período em que ficaram presos. Arias Cárdenas opôs-se veementemente à opinião de Chávez. E os dois desentenderam-se de forma ríspida. Arias dizia que o sistema permitiria a homens que não o integravam, como era o caso deles,

participar e vencer o pleito, e que ele logo mostraria a Chávez como fazer isso. A contenda entre os dois acirrou-se, e Arias deixou o movimento bolivariano de Chávez.

Durante seus dois primeiros anos fora da prisão, mais ou menos, El Comandante continuou planejando um golpe. Imaginava um levante civil-militar, seguido por uma assembléia constituinte que reformaria a ordem estabelecida. “Naqueles primeiros anos, em 1994 e 1995, não descartamos a possibilidade de passarmos à luta armada. Mas desejávamos avaliar nossas opções em termos de força real, e concluímos que isso não nos ofereceria aquilo de que precisávamos. [...] A situação, à época, ainda não amadurecera o suficiente para um outro movimento armado. [...] Uma vez analisada a situação, percebemos que teria sido uma loucura lançar uma nova insurreição militar.”

Como pareciam ser pequenas as chances de realizar um outro golpe, alguns dos assessores de Chávez, em especial Luis Miquilena, pediram-lhe que repensasse sua rejeição às eleições venezuelanas. Para Miquilena, Chávez poderia vencer com uma margem de votos tão expressiva que mesmo a máquina eleitoral controlada pela elite não conseguiria negar-lhe a vitória. A fim de confirmar isso, Chávez e seus aliados decidiram realizar uma pesquisa. Sabiam, pela reação das pessoas nos *barrios*, que o ex-tenente-coronel tinha apoio nas ruas, mas desejavam descobrir com especificidade quanto de apoio ele possuía.

Eles organizaram equipes formadas por psicólogos, sociólogos, professores universitários e estudantes para realizarem a pesquisa. Incluíram pessoas de fora do movimento, com vistas a manter um certo grau de objetividade. Dividiram o país em três zonas – leste, oeste e central – convocando os membros da base do movimento

bolivariano para fazer as entrevistas. Conseguiram falar com dezenas de milhares de pessoas. Havia duas questões principais: Você concorda com a candidatura de Hugo Chávez para presidente? Você votaria nele?

Chávez, Jorge Giordani, Héctor Navarro e outros aliados repassaram os resultados para um computador. Os números pareciam não deixar dúvidas: quanto à primeira questão, as respostas foram 70% positivas e 30% negativas. “Esse resultado era bastante claro: as pessoas queriam que eu disputasse a Presidência”, afirmou Chávez em uma entrevista concedida anos depois. Quanto à segunda questão, as respostas indicavam que ele poderia de fato sair vencedor do pleito: 57% disseram que votariam nele. Os números eram reveladores, porque nas pesquisas realizadas por institutos privados – muitos deles ligados às elites venezuelanas – Chávez quase não aparecia.

Ele tinha, ainda, um outro motivo para mudar de postura quanto a participar de um processo eleitoral dirigido pelo *establishment*. Com o apoio da Causa R e de outros grupos, Arias Cárdenas concorreu ao cargo de governador do Estado de Zulia, na eleição de dezembro de 1995. Durante a campanha, ficou evidente que Arias Cárdenas conquistava cada vez mais apoio, mesmo diante do fato de ter sido jogado para segundo plano por Chávez, o líder mais carismático do golpe. Em um dos braços da campanha, em cidades rurais das cercanias de Maracaibo, “mães com bobes no cabelo, homens jovens com cervejas nas mãos e aposentados de cabelos grisalhos acenavam e aplaudiam a barulhenta caravana de caminhões e carros que acompanhava Arias. ‘Vote no Comandante!’, alardeava a música vinda de um caminhão. ‘É disso que precisamos para este país!’, gritou uma mulher usando um vestido de chita

branco e amarelo enquanto corria até a caminhonete onde estava Arias”.

Apesar da falta de apoio do MBR-200 de Chávez, que continuava defendendo a abstenção, Arias venceu. Dois meses mais tarde, mudou-se para a mesma residência oficial que havia tomado de assalto durante o golpe de 4 de fevereiro de 1992. Ele estava agora no comando do Estado que, com seus barris de petróleo, minérios e cabeças de gado, respondia por ao menos metade da produção econômica da Venezuela.

O movimento bolivariano passou um ano debatendo se Chávez deveria concorrer ao cargo de presidente. Realizaram assembleias municipais, regionais e nacionais. Frequentemente, as sessões começavam de manhã e estendiam-se até o meio da noite. Apesar de muitos bolivarianos serem favoráveis à idéia, vários outros resistiam. Alguns setores eram contrários à opção e “acusaram-nos de termos abandonado a revolução porque havíamos interrompido a luta armada. [...] Sabíamos que optar pelo caminho da eleição significava adotar uma decisão estratégica que poderia ser catastrófica, que poderíamos entrar direitinho na armadilha montada pelo sistema para nos pegar, que isso poderia nos levar para um poço de areia movediça”. Havia a possibilidade de Chávez não contar com a máquina eleitoral necessária para fazer campanha e sofrer uma derrota, o que destruiria suas aspirações políticas.

Mas ele desejava correr o risco. No início de abril de 1997, começou a dizer a repórteres ser provável que o MBR-200 apresentasse um candidato – e Chávez era a opção natural. No dia 19 de abril, aniversário da declaração de independência da Venezuela, ele e o movimento bolivariano organizaram um

congresso nacional especial para tomar uma decisão final. Após um encontro que começou às 9 horas e terminou às 2 horas do dia seguinte, decidiram lançar a candidatura Chávez. Eles acreditavam que havia muita coisa em jogo, já que o país não escolheria apenas seu novo presidente, mas também realizaria, no mesmo dia, eleições estaduais e municipais. Nem todos concordaram com a decisão. Alguns membros importantes do movimento contrários à manobra resolveram desligar-se dele.

Três meses mais tarde, em julho, Chávez registrou oficialmente seu novo partido, o Movimento Quinta República (MVR), junto ao Conselho Eleitoral Nacional. Ele e seus aliados viram-se obrigados a mudar a designação de seu grupo porque as leis venezuelanas proibiam o uso do nome de Simón Bolívar em partidos políticos.

Naquele dia, 200 simpatizantes ovacionaram Chávez do lado de fora do escritório do conselho. El Comandante embarcava em um caminho que o tornaria conhecido no mundo todo e que faria dele uma força impossível de ser ignorada. Contudo, os meios de comunicação estrangeiros quase não deram importância ao fato. Ou fizeram uma breve menção à sua candidatura ou a ignoraram completamente. E os que noticiaram o acontecimento, avaliaram-no como totalmente irrelevante. "Poucos venezuelanos acreditam que o tenentecoronel aposentado possua chances reais de vencer, já que seus índices de popularidade, antes altíssimos, despencaram. [...] Alguns afirmam que ele fala muito sobre Simón Bolívar, o herói da independência sul-americana, e muito pouco sobre soluções concretas para os problemas do país, tais como o desemprego, a pobreza e a corrupção." Uma matéria citava uma pesquisa recente, segundo a qual Chávez contaria com 8% das intenções de voto.

Os olhos do sistema, ignorando o ex-líder rebelde, voltavam-se para Irene Sáez.

14. A Bela e a Fera



A ex-Miss Universo Irene Sáez comandava a Prefeitura da suntuosa municipalidade de Chacao, localizada na grande Caracas. Em um país que idolatra as rainhas da beleza, Sáez ocupava o posto de político mais popular da Venezuela, segundo as pesquisas. Uma mulher de 1,85 metro de altura e cabelos ruivo-aloirados que se descrevia como a “bomba atômica” da política, a prefeita havia conquistado as mentes e os corações da população, da mídia e do *establishment* do país, com sua agenda de governo responsável por limpar Chacao e com sua boa aparência e modos recatados que aprendera a cultivar na qualidade de *Miss Venezuela*. Aquela parecia ser uma combinação difícil de ser vencida.

Entre os venezuelanos, os concursos de beleza são como uma religião. Na noite do *Miss Venezuela*, o país pára e milhões de pessoas ficam com os olhos grudados na TV. O programa de quatro horas conquistou o maior índice de audiência daquele ano, atraindo ao menos dois terços dela, considerando todos os televisores

ligados. O mesmo aconteceria na noite do *Miss Universo*, se a representante da Venezuela estivesse concorrendo. E esse era o caso, quase sempre. Na época em que Sáez se tornou uma figura de destaque na arena política, o país poderia ser descrito, sem dúvida, como a capital mundial das rainhas da beleza. Entre 1979 e 1997, suas mulheres conquistaram dez títulos mundiais importantes, fazendo da Venezuela o país a amealhar mais títulos do gênero no planeta. E isso apesar de responder por apenas 0,4 por cento da população global.

Para algumas pessoas, a obsessão da Venezuela com a beleza e com os concursos de beleza indicava um preocupante sinal de superficialidade, de uma tendência para “optar pela aparência em detrimento da substância, para evitar o pensamento rigoroso”. Claramente, o país quase não havia sido tocado pelo feminismo. Com uma temperatura média anual de 27,7 graus Celsius em Caracas, cifra até mesmo superada no interior do país, as mulheres vestiam-se com poucas roupas, exibindo seus atributos. Calças justas, blusas com decotes generosos e vestidos curtos ou sem costas representavam as peças básicas do guarda-roupa de todas elas, desde as secretárias às advogadas. Aquilo criava uma “cidade estranha, com uma aura de sexualidade que chegava às raias do absurdo”. Os homens tinham liberdade para manifestar sua admiração; e quase se esperava que o fizessem.

Uma instituição nacional praticamente imune às críticas, o concurso de *Miss Venezuela* produziu uma seqüência de atrizes e empresárias de sucesso. Irene Sáez escolheu um outro caminho: a política. Quando ela concorreu pela primeira vez a um cargo, em 1992, a maior parte das pessoas pensou tratar-se de uma piada.

Sáez era uma *miss* sem cérebro. Ou ao menos era nisso que acreditavam as pessoas.

Irene, a mais nova das seis crianças do empresário Carlos Sáez e de sua mulher, Ligia, tinha 3 anos de idade quando perdeu a mãe, vitimada pelo câncer. A morte dela, aos 40 anos de idade, deixou Irene arrasada e legou-lhe uma eterna marca. "Eu costumava olhar para o céu estrelado e ver minha mãe na estrela mais brilhante. Desde então, ela é meu anjo da guarda, minha voz interior", afirmou Sáez à revista *People*, em uma matéria que a retratou com cores favoráveis, intitulada "Algo mais do que um rostinho bonito". Depois da morte da mãe, duas irmãs mais velhas ajudaram a criar Sáez, dentro de um lar conservador e rico. Na época em que completou 19 anos e estava estudando engenharia na faculdade, sua própria voz interior lhe falou. Essa voz disse-lhe para participar do *Miss Venezuela*. Apesar de nunca antes ter se interessado por concursos de beleza, Sáez registrou-se no último minuto, apenas duas semanas antes de ele acontecer.

Sem fazer regime, sem cirurgia plástica, sem experiência como modelo e com pouca preparação, Irene venceu. Pouco depois, partiu para disputar o título de *Miss Universo*. "Eu simplesmente sabia, dentro do meu coração e da minha alma, que ganharia", contou à *People*. "Eu gostaria apenas que minha mãe estivesse comigo para dividirmos aquele momento." Ela passou um ano rodando o mundo, reunindo-se com várias pessoas, entre as quais Ronald Reagan, Margaret Thatcher e Augusto Pinochet. Após o final do seu reinado, teria aberto mão de um contrato de milhões de dólares para participar de um filme ao lado de John Travolta. Hollywood, disse, "não me atraía".

Em vez disso, Sáez mudou de curso e formou-se em ciências políticas na Universidade Central da Venezuela, uma das principais instituições de ensino superior do país. Deu prosseguimento a sua carreira, trabalhando durante um ano como representante cultural da Venezuela junto às Nações Unidas. Sáez ganhou a fama de ser uma católica devota, que comparecia à missa quase todos os dias, fazia campanha contra o aborto e realizava trabalho voluntário em um grupo religioso. Ainda assim, não era uma simples escoteira tentando fazer o bem para si mesma e para o país. Durante quase uma década, ela “experimentou uma vida de menina mimada. Seu namorado era um conhecido banqueiro venezuelano e ela viajava pelo mundo em nome do respectivo banco”, o Consolidado, para o qual trabalhava como porta-voz.

No começo dos anos 1990, Sáez voltou suas energias para a política. Ela agia incentivada por uma “vocação para servir” e acreditava que conseguiria usar sua fama, seus contatos pelo mundo afora e sua formação em ciências políticas para melhorar a vida dos moradores de um país rico em petróleo, mas empobrecido. Venceu a disputa pela Prefeitura de Chacao uma semana depois da tentativa de golpe de novembro de 1992. Rapidamente, calou os que não viam nela nada mais do que uma loira com pouco cérebro. Ela conseguiu limpar Chacao.

Com suas lojas Baskin-Robins e seus McDonald’s *drive-ins*, Chacao se parecia, em certa medida, com um pedaço dos Estados Unidos na Venezuela. Abrigado ao pé do verdejante monte Avila, aquele era o município mais rico da grande Caracas e lar de muitas das missões diplomáticas presentes na capital. Mas vivia desesperançado. As taxas de criminalidade atingiam altos níveis, o que tornava perigosos mesmo hábitos simples como sair para

passar à noite. A investida de assaltantes armados em restaurantes da moda tornou-se comum. As ruas viviam sujas. As praças públicas estavam caindo aos pedaços.

O primeiro golpe desferido por Irene teve como alvo a onda de criminalidade. Para fazer das ruas um local novamente seguro, a prefeita profissionalizou a força policial. Contratou universitários como policiais, elevou dramaticamente o salário que lhes cabia e os armou com os mesmos capacetes brancos que vira os policiais britânicos usando quando visitara Londres como *Miss Universo*. Ela pôs os guardas de trânsito dentro de carrinhos de golfe batizados de "Irenemóveis" – uma idéia que importou do Extremo Oriente. Outros policiais foram colocados a bordo de *skates*, bicicletas e patinetes motorizados. A prefeita também comprou uma frota de carros de polícia novos e reluzentes, que passaram a cruzar as ruas arborizadas da cidade.

As taxas de criminalidade despencaram. As ruas, mais uma vez, ficaram cheias de pedestres à noite. Os freqüentadores de restaurantes conseguiam comer em paz. Sáez também arrumou as praças públicas, entre as quais a praça Altamira, onde pessoas idosas começaram a sentar-se, à noite, nos bancos existentes sob árvores iluminadas artificialmente e onde as crianças puderam novamente andar de *skate* ao lado de jorros d'água em fontes que haviam permanecido anos completamente secas. A atraente e jovem prefeita ofereceu aulas matinais de *tai chi* para os cidadãos da terceira idade, criou uma unidade de paramédicos que atendia as pessoas em casa e melhorou o sistema de coleta de lixo. Contratou administradores de alto gabarito e ouviu deles conselhos sobre vários assuntos, desde como organizar o Orçamento a como dirigir os serviços públicos. Chacao transformou-se em um oásis de

segurança, limpeza e vida cultural dentro de Caracas, uma cidade onde a maior parte das pessoas se trancava à noite dentro de suas casas, onde as ruas eram sujas e a atividade cultural consistia basicamente em assistir a novelas sentimentalóides na TV. A ação de Sáez beirava o miraculoso. E as pessoas apelidaram Chacao de “Irenelândia”.

A popularidade da prefeita atingia níveis tão altos quando concorreu à reeleição, em dezembro de 1995, que a candidata nem se preocupou em montar um comitê de campanha. A única pessoa que ousou enfrentar a *ex-miss*, o advogado Paulo Carillo, viu-se repreendida pela própria mãe e pelo colégio no qual se formara. A única coisa que Carillo poderia criticar em Sáez era sua figura sempre bem penteada e rigorosamente bem vestida. “Ela é uma boneca de plástico”, resmungava o candidato. Sáez liquidou-o, levando 96% dos votos. Tratou-se da vitória mais folgada dos 37 anos de história democrática da Venezuela.

Logo no início do seu segundo mandato, as pessoas começaram a falar sobre a possibilidade de Irene tornar-se presidente. A *ex-miss* representava um tipo raro na Venezuela – um servidor público honesto e eficiente. Além disso, era jovem e bonita. E possuía o instinto de um artista performático, quando se tratava de conquistar admiradores. Ela usava adornos de cabeça típicos dos índios, balançava ao som da salsa, comparecia a cerimônias na garupa de motos policiais e distribuía beijos na bochecha de homens de idade. O ex-presidente Luis Herrera Campins considerou-a “capaz”. O jornal londrino *The Times* elencou-a entre as cem mulheres mais poderosas do mundo. Em 83ª posição, ela ficou à frente de Jodie Foster e da Madre Teresa de Calcutá.

Sáez flertou com os boatos sobre tornar-se presidente, apesar de manter distância dos partidos tradicionais representados por pessoas como Herrera Campins. Ela não ingressou em nenhuma legenda e nem formou uma própria. Ao contrário, criou um "movimento" ao qual seus simpatizantes poderiam aderir. E chamou-o de Integração, Renovação e Nova Esperança. Em espanhol, as iniciais dessas palavras formam o nome dela, irene. Quando a campanha presidencial embarcou em sua reta final, no ano de 1998, Sáez surgia como a favorita para vencer o pleito, ao menos nas pesquisas dos grandes institutos.

Hugo Chávez não aparecia na tela de radar do *establishment*. Os grandes meios de comunicação ignoravam-no ou atacavam-no. Chávez cometeu alguns erros responsáveis por fornecer-lhes munição. Um deles deu-se com a proximidade do sociólogo argentino Norberto Ceresole. Ceresole, um intelectual interessado em regimes militares progressistas que mais tarde se voltou para a extrema direita, ficou fascinado pelo golpe de Chávez, em 1992. Ele enviou alguns de seus livros e um cartão com seu número de telefone para El Comandante, em Yare. Quando saiu da prisão e viajou para a Argentina, alguns meses mais tarde, Chávez ligou para Ceresole.

O sociólogo era uma figura polêmica. Afirmava ser membro do Montoneros, a guerrilha nacionalista e esquerdista radical ligada aos peronistas e responsável por realizar uma série de assaltos, assassinatos e seqüestros espetaculares na década de 1970. Anos depois, Ceresole deu apoio ao golpe militar que depôs a viúva de Juan Perón, Isabel Perón, em 1976, colocando no poder uma ditadura violenta, liderada pelo general Jorge Videla. Segundo o sociólogo, os grupos de defesa dos direitos humanos que

denunciaram os abusos cometidos durante a guerra suja da Argentina, entre 1976 e 1983 – quando o regime militar matou ou fez desaparecer ao menos 30 mil pessoas –, integravam um “complô judaico” voltado contra o país. Ceresole também levantou dúvidas sobre a ocorrência do Holocausto.

Independente de alguns dos pontos de vista repugnantes, ou mesmo bizarros, do sociólogo, Chávez deixou-se atrair por vários motivos. Um deles: seu interesse precoce por líderes militares progressistas. Ceresole, um peronista radical, escrevera livros dando apoio ao general peruano Juan Velasco Alvarado, cujo governo reformista chamara a atenção de Chávez na época em que era cadete na academia militar e viajara para o Peru, no começo do decênio de 1970. O argentino ainda escreveu textos favoráveis ao general panamenho Omar Torrijos, outra figura que inspirou o jovem Chávez quando este procurava uma forma de unir sua consciência social, então em formação, com sua carreira nas fileiras militares.

Ceresole considerava o peronismo “o mais importante movimento de dignificação da história da humanidade”. Relembrando-se de sua origem humilde, o sociólogo explicou ao entrevistador Alberto Garrido por quê:

Minha família não tinha sapatos, antes de Perón. Quando o peronismo acabou, tínhamos nossa casa própria, e os empréstimos estavam todos saldados. Meus pais nunca tinham saído de férias. Eu nunca tinha visto o mar. Eu consegui vê-lo quando completei 11 ou 12 anos. Tiramos férias. Eles estavam livres, totalmente livres. Bem, isso se chama dignidade.

A classe média e a classe alta detestam o populismo porque ele significa compartilhar. Mas nós que saímos das classes mais desfavorecidas proclamamos: "Vida longa ao populismo!". Ele nos dá dignidade. Até meus dez anos de idade, nunca vira uma bola de futebol. Eu as via em fotos. E Eva Perón e a Fundação Eva Perón nos deram equipamentos de futebol, uma bola de futebol, de verdade. Ela era de couro, uma bola de futebol autêntica. E ela nos deu camisetas e sapatos.

O assunto aqui é o povo e, claro, ele é naturalmente o inimigo mortal das oligarquias. É por isso que se criou a imagem negativa de Perón, como se ele fosse o filho de Hitler. [...] Cada um dos dólares que damos ao povo é um dólar que não damos ao Fundo Monetário Internacional. É por isso que digo: vida longa ao populismo. Não há outra forma de revolução nas Américas que possa ser diferente dessa.

Chávez interessou-se por Ceresole também devido a outros motivos. Grande parte da esquerda, na Argentina e no Uruguai, temendo o surgimento de outro oficial das Forças Armadas afeito a golpes depois das ditaduras militares de direita que haviam assolado seus países, fechou as portas para Chávez durante sua viagem ao Cone Sul, em 1994. Ceresole contou-se entre os poucos dispostos a encontrá-lo. Além disso, o sociólogo possuía outras idéias que despertavam a atenção do venezuelano, como a integração, no setor de transportes e de comércio, ao longo de alguns dos maiores rios da América do Sul, entre os quais o rio da Prata, o Amazonas e o Orinoco.

Mais importante, porém, Ceresole ofereceu a Chávez um projeto sobre como conquistar e manter o poder, contornando os partidos políticos tradicionais e desacreditados. Tratava-se da

celebrada idéia tripartite do sociólogo sobre unir o caudilho, os militares e o povo. “O caudilho transformaria os militares no braço armado de um projeto nacionalista revolucionário e convocaria os pobres para integrarem a base popular.” Ceresole defendia: o líder de um tal projeto político deveria provocar uma confrontação estratégica entre um mundo unipolar e um mundo multipolar, uma confrontação na qual o caudilho combateria a hegemonia dos Estados Unidos reunindo todos os elementos hostis ao poderio norte-americano. Um eixo multipolar surgiria, um eixo envolvendo guerrilhas de esquerda, movimentos sociais progressistas e governos não-alinhados da Europa, da América Latina e do Oriente Médio. Ceresole descreveu suas idéias como sendo “pós-democráticas”, já que o caudilho colocaria de lado o Parlamento, o Judiciário e outras instituições responsáveis por atrasar os processos de tomada de decisão e por interferir nos projetos presidenciais mais ambiciosos.

Depois de o sociólogo ter se encontrado com o líder rebelde na Argentina, os dois trataram de reunir-se mais uma vez, ainda naquele ano, na Colômbia. Ceresole afirmou que o segundo encontro se centrou antes nos graves problemas financeiros enfrentados por Chávez do que em qualquer debate profundo de idéias. “Ele não tinha nada. Não havia um único centavo. A situação era tão ruim que ele se viu obrigado a mudar de hotel várias vezes, porque não tinha dinheiro para pagar por sua hospedagem. Estou falando sobre hotéis baratos nos quais podiam dormir três pessoas em um único quarto. [...] Naquele momento, Chávez procurava uma fonte de financiamento, algo que não conseguíamos encontrar em lugar nenhum.”

Ceresole acompanhou Chávez quando este regressou à Venezuela, cruzando a fronteira por terra, já que o segundo não possuía dinheiro suficiente para as passagens de avião. O argentino ficou ao lado de Chávez durante algumas das viagens deste pelo território venezuelano e depois partiu rumo a Madri. Passado um tempo, em 1995, voltou para a Venezuela. Na época, o governo do presidente Rafael Caldera chegara a seu limite com o controvertido sociólogo e expulsou-o do país.

Chávez considerou aquela uma medida hipócrita, já que Ceresole se reunira reservadamente, durante sua visita, com alguns dos membros do governo Caldera, entre os quais o ministro venezuelano para questões de fronteira, Pompeyo Márquez, um ex-guerrilheiro de esquerda e membro do MAS. Por outro lado, Chávez não concordava com todas as idéias do sociólogo. “Quanto a suas teses e opiniões, de algumas eu compartilho, de outras, não”, afirmou a um entrevistador. “Mas ele nunca foi um conselheiro, um mentor. Ele é um intelectual, um escritor.” E Ceresole tampouco aceitava todas as opiniões de Chávez. Segundo o cientista político Daniel Hellinger, “a admiração de Chávez por Fidel Castro, a atitude pragmática em relação aos Estados Unidos e a sua recusa em acatar normas referentes à democracia liberal e ao controle civil sobre as Forças Armadas acabaram por afastar Ceresole”. O argentino auto-exilado apareceu na Venezuela mais uma vez em 1999, depois da posse de Chávez. Mas o novo presidente, assim como fizera Caldera, logo o expulsaria do país.

Mesmo depois do anúncio da candidatura Chávez, Irene Sáez parecia continuar a ser, para alguns, o candidato favorito. Os jornais referiam-se a ela como o “porta-aviões” capaz de carregar junto consigo, para a vitória, candidatos a vagas no Congresso e a outros

cargos. O Copei, partido social-cristão liderado pelo ex-presidente Herrera Campins – um grande aliado de Sáez –, cogitava seriamente a possibilidade de unir forças com a ex-Miss Universo, dandolhe apoio na corrida presidencial. Irene começou a preparar-se para ocupar o mais alto cargo do país. Consultores treinaram-na em assuntos de economia, direitos constitucionais e políticas da indústria petrolífera. Sobre sua mesa, no gabinete da Prefeitura de Chacao, Sáez deixava à mostra o livro *The Path to Power* (O caminho rumo ao poder), de Margaret Thatcher.

No entanto, na qualidade de presidente em potencial, a candidata começou a dar sinais de fragilidade no começo de 1998. Ao contrário das duras declarações de Chávez sobre derrubar o *status quo*, convocar uma assembléia constituinte para reescrever a Carta Magna do país e realizar uma “revolução pacífica” em nome das massas pobres, a retórica de Irene coalhava-se de chavões róseos. Ela falava sobre seu amor pelo “meu povo” e sobre a necessidade de fazer da política algo mais “humano”. Em um país confrontado com uma grave crise, em que se somavam políticos corruptos, inflação em alta e preços do petróleo em baixa, as suas declarações piegas e sentimentalóides pareciam vindas de outro mundo. Ela continuava adotando a postura de uma rainha da beleza, mais preocupada com não ofender ninguém, de forma nenhuma, em lugar nenhum. As pessoas perguntavam-se se o sucesso da prefeita no endinheirado município de Chacao – a “Disneilândia” de Caracas – conseguiria repetir-se com o restante do empobrecido país e seus arraigados problemas.

Sáez adotou medidas francamente estúpidas. Em 1997, proibiu que casais se beijassem nas praças públicas de Chacao. Preocupada com as reclamações de moradores da cidade sobre o fato de as

exibições de afeto nos parques e praças públicos estarem supostamente indo muito além de ternos carinhos, a prefeita despachou seus bem vestidos policiais para reprimir os casais cujos abraços ultrapassassem os limites do aceitável. Armados com apitos, os homens da lei saíram à cata de pares que se abraçassem muito ardentemente ou que se beijassem muito demoradamente. Cinco segundos poderia representar tempo demais. “O beijo em si não é um problema”, explicou um policial. “O problema é quando fazem isso de uma forma que está muito longe da normalidade.” Ele reconheceu que definir o que seria exatamente um beijo desse tipo seria difícil, mas ressaltou: “Quando você vir um desses, você o reconhecerá”. Alguns casais contaram ter sido detidos por curto tempo. Um homem com cerca de 20 anos de idade, sentado com a namorada, à noite, em um banco da praça Altamira sobre o qual se estendia um dossel de videira, observou: “Quem quer que tenha inventado essa lei não deve ter uma namorada”.

A campanha ganhava ares ainda mais risíveis, em um país onde os presidentes coabitavam abertamente com suas amantes. Jaime Lusinchi, durante seu mandato (1984-1989), chegara mesmo a mandar instalar uma cama no palácio presidencial de Miraflores para sua amante e secretária, Blanca Ibáñez.

Por volta da mesma época em que Sáez reprimia os beijos em praças públicas, surgiam notícias sobre a existência de um relacionamento amoroso entre a prefeita de Chacao e o magnata do setor imobiliário Donald Trump, cujo império incluía o concurso *Miss* Universo. Segundo Irene, os dois eram apenas bons amigos. Mas algumas notícias falavam em tom acalorado sobre um “romance ardente” e previam um casamento para breve. “Amigos de Irene afirmam que ela conquistou o coração dele da mesma

forma como conquistou o coração do povo venezuelano”, escreveu o diário *El Nuevo Pais*, de Caracas. A publicação transcrevia, logo em seguida, a frase de um amigo de Sáez cuja identidade não revelou: “Irene é a menina dos sonhos de Donald. Ela é bonita, inteligente e ambiciosa. Tudo junto, em um pacote muito *sexy*”.

Enquanto Sáez tentava afastar os rumores sobre um suposto caso amoroso com Trump e investia contra a troca de beijos, Chávez pregava a revolução. A mensagem dele ganhava cada vez mais adeptos. E o candidato subia nas pesquisas. Alguns disseram que a eleição se transformava, cada vez mais, na disputa entre “a bela e a fera”.

A nova agremiação política de Chávez, o Movimento Quinta República (MVR), acalentava grandes planos. A meta era criar uma nova república, com Chávez na liderança, no cargo de presidente. As primeiras duas repúblicas da Venezuela formaram-se durante as guerras da independência. A terceira surgiu na época do nascimento da Grande Colômbia, em 1819. E uma quarta república instalou-se 11 anos mais tarde, em 1830. Fundada por um dos generais de Bolívar, José Antonio Páez, tornou-se a mais duradoura. Mas Chávez insistia que essa nunca tinha sido uma verdadeira democracia, argumentando que fora construída por “uma classe de oligarcas e banqueiros, sobre os ossos de Bolívar e de Sucre¹⁰”. O movimento dele permitiria ao país começar algo realmente novo, pela primeira vez em um século e meio, recuperando os ideais do Libertador e expulsando os vilões que haviam saqueado a nação. Não obstante ter nascido com um tamanho modesto, o MVR absorveu um bom número de civis calejados, egressos da antiga esquerda venezuelana. Entre eles contavam-se Luis Miquilena, o economista José Rafael Núñez Tenorio e o advogado Omar Mezza

Ramírez. A experiência política que faltasse a Chávez poderia ser fornecida por esse grupo.

Enquanto criavam o MVR, Chávez e seus aliados mantiveram intacto o MBR-200, cujos líderes temiam a possibilidade de ingressar na caravana do candidato um grande número de pessoas que não compartilhavam dos ideais bolivarianos, diluindo as raízes ideológicas do movimento. Então se fundou essa entidade independente, o MVR, para comandar as atividades de campanha. O MVR seria capaz de absorver figuras independentes e outros grupos com diferentes ideologias e posturas políticas, enquanto o MBR-200 continua-ria a ser o bastião das crenças bolivarianas. O MVR não foi pensado “para ser um partido, mas, sim, uma frente eleitoral controlada pelo MBR-200”. A entidade, por outro lado, também não nasceu para ser uma organização democrática afeita a demorados processos de tomada de decisão por consenso, como acontecia com o MBR-200. Pelo contrário, o MVR tomaria a respeito das eleições decisões rápidas e, segundo se esperava, adequadas. No comando da organização, ficariam pessoas em que Chávez confiava e que teria designado para desempenhar essas funções.

De forma semelhante às primeiras células de Chávez nas Forças Armadas, os membros do MBR-200 continuaram a reunir-se em pequenos círculos de estudo espalhados pelo país todo, a fim de ler e discutir juntos questões de política e teoria. Quando alguém ingressava em um “Círculo Bolivariano” local, fazia um juramento, comprometendo-se a ser “honesto, dedicado ao trabalho, humilde e solidário”. Fazia parte do MBR-200 um grande número de oficiais aposentados das Forças Armadas, apesar de o movimento tentar apagar as diferenças entre civis e militares – com relativo sucesso.

Seu diretório nacional, por exemplo, incluía dois ex-oficiais, Chávez e Luis Davilla, além de um ex-policial e de dois civis.

O MBR-200 e o MVR coexistiram durante vários anos, ao longo dos quais a filiação, as atividades e as ideologias respectivas acabaram muitas vezes justapostas. Até as iniciais de suas siglas soavam de forma parecida, tan-to em espanhol quanto em inglês. O recente uso feito pelas organizações de símbolos e imagens relativos à herança nacional da Venezuela, representada pela raiz tripla de uma árvore – Bolívar, Rodríguez e Zamora –, desempenharia um papel fundamental no sucesso político de Chávez. Ao final, o MVR conquistaria tantas vitórias na arena política que sobrepujaria o MBR-200, o qual acabou por desaparecer.

À medida que Chávez montava suas próprias organizações políticas, os partidos de esquerda existentes conscientizavam-se desse fato e migravam em sua direção, bem como em direção de sua campanha presidencial. O principal partido esquerdista da Venezuela, o Causa R, enfrentava um processo de racha. Em abril de 1997, mesmo mês em que Chávez e o MBR-200 decidiram lutar pela Presidência do país, o ex-candidato presidencial do Causa R, Andrés Velásquez, expulsou vários líderes daquela legenda. O exaltado ex-dirigente sindical desejava trilhar um caminho mais moderado e centrista. Aristóbulo Istúriz, Alí Rodríguez, Pablo Medina e outros mais queriam intensificar os esforços antineoliberais e pró-nacionalistas do partido, em solidariedade com a classe trabalhadora. O Causa R rachou, e a facção de Medina formou sua própria legenda, o Pátria Para Todos (PPT).

No final de 1997, ficou evidente que o MVR e o PPT dividiam um mesmo perfil político. No começo do ano seguinte, o partido aderiu

à candidatura de Chávez, levando consigo uma grande dose de experiência, tanto nas ruas quanto dentro das instituições venezuelanas. O PPT e o MVR formaram o núcleo do que viria a ser o Pólo Patriótico de Chávez, uma coligação de partidos e movimentos que apoiava a candidatura do ex-líder rebelde. Simultaneamente, Velásquez, do Causa R, uniu-se a Irene Sáez.

Outro grande partido esquerdista da Venezuela, o MAS, ganhara força, controlando quatro governos estaduais. A maior parte dos líderes dessa legenda, entre os quais o ministro do planejamento de Caldera e Teodoro Petkoff,

o ex-comunista convertido ao neoliberalismo, opunha-se a referendar a candidatura de um ex-líder golpista. Alguns até mesmo desejavam selar uma aliança com Irene. Mas vários dos integrantes da base do partido pendiam para Chávez. O debate arrastou-se até junho de 1998, quando o MAS finalmente se decidiu por ingressar no Pólo Patriótico, de Chávez. Claro que, naquele momento, o candidato liderava as pesquisas.

No começo daquele ano, a maré começara a virar. A candidatura Chávez era agora oficial e as pessoas passaram a se dar conta disso. Chávez sempre acreditou ter o apoio das massas – esse fato somente não aparecia nas pesquisas do *establishment*. Contava-se uma piada na Venezuela: os entrevistadores ficavam do lado de fora das estações de metrô do rico bairro de Altamira, perguntando às pessoas por qual candidato optariam. Nunca se aventurariam nos *barrios*. No final de fevereiro, o jornal *El Universal*, o maior da Venezuela, informou que até as pesquisas tradicionais mostravam Chávez diminuindo sua distância em relação a Sáez. O apoio ao candidato passara de 4,6%, em setembro último, para 11%. Outras pesquisas atribuíam-lhe algo entre 16% e

17% das intenções de voto. Sáez continuava firme nos 18,1%, informou o jornal. Alguns outros candidatos apareciam atrás dos dois.

O apoio a Chávez aumentava devido a uma série de motivos. Mesmo seus adversários reconheciam que seu virulento diagnóstico dos males institucionais da Venezuela acertara em cheio o alvo. E, quando passou a ser um candidato oficial, começando a atrair grandes multidões para seus comícios, Chávez não podia mais ser ignorado pelos meios de comunicação. No mais, seus ataques contra as políticas neoliberais de Caldera encontravam grande reverberação. Depois do trauma dos distúrbios e da repressão, em 1989, das duas tentativas de golpe, em 1992, do *impeachment* de Carlos Andrés Pérez, em 1993, e do colapso do sistema bancário, no ano seguinte, Caldera conseguira instilar alguma sensação de paz política entre os venezuelanos. Em 1997, a economia até chegou a registrar alguns sinais de recuperação. O PIB cresceu 5,12%, a inflação caiu dos 99,97% verificados no ano anterior para 50% e as reservas aumentaram para 17,745 bilhões de dólares.

Mas Caldera pouco fizera para resolver os problemas institucionais do país, deixando-o exposto às vicissitudes do mercado de petróleo. Em outubro de 1997, porém, os preços do combustível começaram a cair, detonando um revés econômico melhor apenas do que a crise bancária. Os preços do petróleo despencariam 34% em 1998, chegando em dezembro ao patamar mais baixo dos últimos anos – apenas 7,66 dólares o barril. O fenômeno provocou uma diminuição de 7 bilhões de dólares na receita da economia venezuelana, fazendo com que o governo cortasse 2,3 bilhões de dólares em gastos públicos e alimentando um déficit fiscal de ao menos 5% do PIB. Quando o mandato de

Caldera se aproximava de sua conclusão, a inflação acumulada alcançava 800% – a mais alta de qualquer governo, em quase 40 anos de história democrática da Venezuela.

A confusa situação econômica favoreceu Chávez, o único candidato a criticar as políticas neoliberais de Caldera. Além disso, ele era carismático e dinâmico, um líder chamativo e um *showman*, que falava a linguagem dos pobres e que prometia derrubar um sistema de governo responsável por destruir o país. O fato de ter sido o líder de uma tentativa de golpe não o prejudicava aos olhos da massa trabalhadora; ao contrário, ajudava sua candidatura. Em um comício de 1998, lançando sua candidatura após o início oficial da campanha eleitoral, Chávez usou sua tradicional boina vermelha de pára-quedista, e levantou o punho para o alto diante de uma multidão de dez mil simpatizantes que o aplaudia. Não houve pedidos de desculpa pelo fato de haver tentado derrubar o governo, seis anos antes. “Vão em frente, chamem-me de golpista”, urrou, para então acrescentar: “Levantem a mão aqueles para os quais o golpe foi justificado”. Poder-se-ia dizer que um mar de mãos se ergueu simultaneamente.

Enquanto Chávez solidificava sua imagem como alternativa genuína ao sistema e verdadeiro defensor dos pobres, Irene cedia às pressões da elite política. Sua hesitante campanha incorporava cada vez mais uma aparência hollywoodiana, privilegiando a imagem da candidata. A festa de lançamento da campanha, em maio, contou com a participação de Oscar de León, uma estrela da salsa. Perdendo terreno nas pesquisas, Sáez tentou mudar o penteado, prendendo suas longas madeixas loiras em um coque, o que a fez parecerse, na opinião da maior parte das pessoas, com uma imitação venezuelana de Eva Perón. Ela negou estar tentando

invocar a imagem da reverenciada defensora dos pobres da Argentina. Ao mesmo tempo, Irene tentou manchar a imagem de Chávez e reconquistar votos perdidos para o adversário. Em alguns comícios, sua equipe montou telas do tamanho das de salas de cinema e mostrou imagens dos violentos conflitos de rua, de 1989, e da tentativa fracassada de golpe realizada por Chávez. O tiro saiu pela culatra.

Pior de tudo, Sáez aceitou o apoio do Copei. Ela precisava da ajuda de um partido com uma estrutura eleitoral arraigada, uma estrutura capaz de conseguir votos. Mas a oferta do Copei revelou-se um "cálice de veneno". Os partidos tradicionais da Venezuela eram de tal modo desprezados que lhes aceitar o apoio equivalia a um suicídio político. A candidata desmoronou nas pesquisas. Em agosto, a Causa R retirou seu apoio a Sáez. "Nós sentimo-nos simplesmente traídos", disse Andrés Velásquez, o líder desse partido. "Irene não é mais uma opção de mudança. Ela perdeu seu *status* de candidata independente."

O outro grande partido tradicional da Venezuela, a Ação Democrática, também se via sem rumo. A legenda escolheu um dinossauro político para concorrer à Presidência. Luis Alfaro Uceró tinha 76 anos de idade e era uma relíquia do passado da AD. De baixa estatura, bigode e cabelos grisalhos cortados como no Exército, o secretário-geral da AD representava o caudilho de velha cepa, homem forte que dirigia o partido com rédea curta. Como candidato, sua falta de carisma não poderia ser maior; durante a vida toda um burocrata dos bastidores, tropeçava nos pronunciamentos em público e não conseguia inspirar quase ninguém. Fora do aparelho da legenda, poucas pessoas haviam ouvido falar a seu respeito. Ele possuía uma vantagem, no entanto.

Embora perdendo prestígio, a AD continuava a ser um dos maiores partidos da América Latina. Na Venezuela, em suas cidades, havia mais escritórios da AD do que igrejas, um feito de peso num país majoritariamente católico. A AD conquistara fama por sua habilidade para usar as verbas públicas para atrair votos, gastando assim o dinheiro com obras eleitoreiras ou com presentes. Eram os membros desse partido que distribuía latas de tinta na época da eleição, por exemplo, para que as pessoas melhorassem a fachada de suas casas e, simultaneamente, fizessem propaganda da AD. Mas nem a máquina política bem azeitada do partido conseguiu salvar a candidatura de Alfaro, uma causa perdida, desde sempre. O presidenciável nunca chegou a dois dígitos de intenção de voto nas pesquisas.

Nesse momento, enquanto os partidos tradicionais patinavam e Chávez ganhava força, os Estados Unidos intervieram na disputa. O Departamento de Estado anunciou, em abril, que negaria a Chávez um visto para visitar o território norte-americano, citando o golpe de 1992 como justificativa para a decisão. A medida mostrava-se reveladora, já que o país tinha, sem hesitação, permitido a entrada de vários outros líderes golpistas. Vários meses mais tarde, o ex-embaixador norte-americano na Venezuela, Michael Skol, revelou o que muitas outras autoridades dos Estados Unidos poderiam estar pensando naquele momento, mas que não podiam dizer abertamente: "Estou chocado e terrivelmente desapontado com o fato de alguém, cujas únicas ações até agora se resumem a atos terroristas, anticonstitucionais e antidemocráticos, tenha conseguido chegar a esse ponto. Não consigo ver sinais de que ele será um bom líder para a Venezuela e de que será um democrata".

Chávez fez pouco caso da rejeição norte-americana. Em um famoso programa de humor da televisão venezuelana, o candidato disse que a decisão não o incomodava porque já tinha um visto para entrar nos Estados Unidos. Tirou então do bolso um cartão de crédito Visa¹¹ e mostrou-o para as câmeras.

Chávez esperava contatar os empresários, os acadêmicos, os jornalistas e os investidores de Wall Street, nos Estados Unidos, para tentar rebater o que descrevia como a “lenda negra” criada em torno do seu nome. Alguns meios de comunicação venezuelanos selaram um pacto inicial com Chávez, quando ele parecia caminhar para a vitória, e tentaram observar algum grau de objetividade na cobertura dos fatos, visando a favores futuros. Mas outros lançaram uma odiosa campanha de difamação. Os jornais publicaram uma enxurrada de editoriais, acusando-o de ser um demagogo, um criminoso e um projeto de ditador. Os canais de televisão exibiram anúncios com uma música atarantada, um cata-vento colorido a girar e o rosto de uma pessoa aparentemente doida. A mensagem não deixava dúvidas: Chávez é *un loco*. O *publisher* do jornal *El Nuevo Pais*, Rafael Poleo, avisou que “o objetivo messiânico de Chávez consiste em instalar um reinado pseudo-religioso de terror, que deixaria no chinelo todos os outros ditadores surgidos na América Latina desde o século 19”.

Alguns meios de comunicação estrangeiros participaram da campanha. Um jornal parecia estar particularmente descontente com Chávez, *The Miami Herald* – chamado por seus adversários de “O Diário dos Oligarcas” –, que publicou um longo artigo de primeira página citando “relatos não confirmados sobre ligações secretas com países inamistosos do Oriente Médio, como a Líbia, e rumores de que Cuba poderia ter ajudado a treinar guerrilhas

venezuelanas” organizadas por Chávez. As notícias não haviam sido confirmadas, mas isso não impediu o diário de divulgá-las. Outros jornais disseram que o candidato possuiria uma lista com os nomes de jornalistas considerados “passíveis de serem mortos”, caso vencesse.

Grande parte da mídia reproduzia os temores da pequena classe alta sobre Chávez ser um demagogo perigoso que destruiria a democracia da Venezuela e provocaria uma guerra civil. Esses meios de comunicação deixavam em segundo plano o apoio de milhões de pessoas pobres que formavam a maior parte da população e que viam nele um raio de esperança. Conforme disse mais tarde uma autoridade da Embaixada dos Estados Unidos, local que não pode ser considerado propriamente um reduto chavista: “A campanha difamatória promovida pelos adversários de Chávez influenciou os jornalistas norte-americanos que passaram por aqui, os quais retrataram Chávez como um radical de olhar vidrado, enfatizando a possibilidade de haver episódios de violência”.

A certa altura, a propaganda contra Chávez intensificou-se tanto que o candidato sentiu a necessidade de divulgar um comunicado negando que costumasse “beber sangue e comer bebês fritos no café-da-manhã”. Ele identificou os ataques como parte de um “laboratório de guerra psicológica” montado por seus endinheirados inimigos. “Muitas pessoas dizem que sou uma combinação de Hitler com Mussolini”, observou. “Outros falam que sou um Kadafi com umas pitadas de Fidel.”

Em um episódio famoso, as redes de televisão divulgaram um comercial no qual Chávez aparecia dizendo que “fritaria a cabeça” dos membros da Ação Democrática e do Copei dentro de tinas de óleo fervente. A declaração espalhou-se pelos meios de

comunicação venezuelanos e ganhou o mundo, fazendo surgir a imagem de um autoritário militar latino-americano nos moldes de Augusto Pinochet, que exterminaria seus adversários uma vez assumindo o poder. Chávez disse, mais tarde, que a declaração fora obra de uma montagem feita com a ajuda de um ator capaz de imitar a sua voz. O ator acabou confessando a farsa e alegou não saber que seu trabalho apareceria em uma peça de propaganda dirigida contra Chávez.

De toda forma, o candidato deu declarações bombásticas em número suficiente para municiar seus concorrentes com material capaz de alimentar os temores sobre Chávez ser um novo Fidel Castro, que instalaria um clima de terror e provocaria uma guerra civil. Em determinado comício, o candidato afirmou que “varreria a AD da face da Terra”. Em outro, disse que as pessoas contrárias a uma assembléia constituinte acabariam presas.

Ainda assim, quando Chávez tropeçava, seus adversários não conseguiam faturar em cima disso. Após o episódio das “cabeças fritas”, a AD colocou no ar comerciais de televisão com imagens de pessoas pobres na frente de uma grande frigideira com óleo. Uma mulher dizia, então, que Chávez teria de fritar toda a Venezuela, porque “somos todos adecos”. O anúncio surtiu o efeito contrário ao desejado, fazendo nascer um sem-número de piadas, provocando inclusive censura por parte do comitê eleitoral – que o retirou do ar – e lembrando às pessoas, basicamente, o desprezo que sentiam pelos adecos.

A fim de combater o massacre de publicidade negativa, Chávez tentou abrandar sua imagem. Trocou seu uniforme de combate por um suéter ou um terno. Começou a aparecer no circuito de programas de entrevistas da televisão e concedeu entrevistas no

ritmo mais frenético que conseguiu. Realizou uma maratona de reuniões com representantes do Citibank, do J. P. Morgan, do Morgan Stanley e de outras instituições financeiras, tentando minorar seus temores. Disse que receberia de braços abertos quaisquer investimentos estrangeiros, que cumpriria as obrigações da Venezuela quanto a sua dívida externa e que respeitaria a propriedade privada. Comparou-se a Tony Blair e afirmou desejar implantar uma mais humana “Terceira Via” entre o socialismo linha-dura e o “capitalismo selvagem”.

Chávez também tirou da manga sua nova arma secreta: uma mulher.

Ele conheceu Marisabel Rodríguez em 1995, durante as movimentadas viagens que realizava pelo país. Chávez passava por Carora, uma cidade especialmente quente do interior da Venezuela, localizada perto de Barquisimeto. Essa era a cidade de Marisabel. Ela tentou atravessar a multidão para entregar-lhe um bilhete escrito à mão e do qual constavam seu nome, telefone e a promessa de ajuda para a revolução, da forma que pudesse. Ela não conhecia Chávez, mas já o admirava.

O bilhete nunca chegou às mãos do futuro candidato à Presidência, mas, em janeiro de 1996, os dois foram apresentados formalmente por um radialista de Barquisimeto. Seguiu-se uma troca de telefonemas e de bilhetes até que, finalmente, segundo relato de Marisabel, os dois começaram a namorar, em 14 de janeiro de 1997, dia de uma grande procissão na cidade em homenagem à santa padroeira local, a Divina Pastora. Marisabel acabou engravidando – talvez naquela mesma noite – e, em dezembro do mesmo ano, dois meses depois do nascimento de Rosinés, os dois se casaram.

Com um bebê a tiracolo, Marisabel ficou ao lado de Chávez durante a campanha no ano seguinte. Ela era uma jovem atraente, loira, inteligente, de olhos azuis. E tendo trabalhado na área de comunicação, representava um elemento positivo para El Comandante. Somando-se aos suéteres de Chávez, ela ajudou a abrandar a imagem divulgada pelos adversários, imagem de um ex-líder golpista sedento de sangue. Chávez, que morava agora no pequeno apartamento de Luis Miquilena, em Altamira, depois de ter brigado com Nedo Paniz, mudou-se para viver com Marisabel. Na festa do aniversário de um ano da filha do casal, Chávez era todo sorrisos para os fotógrafos.

A lua-de-mel dos dois durou a campanha toda, mas tempos difíceis estavam por vir. Em casa, Marisabel revelou-se uma pessoa briguenta, instável e complicada. Esses elementos, somados ao estilo de vida pouco ortodoxo de Chávez, à sua teimosia inata e à sua obstinação em transformar a Venezuela, resultaram em uma combinação explosiva.

Quando Chávez se consolidou na liderança das pesquisas, seus adversários ficaram desesperados. Temendo que conseguisse angariar uma grande quantidade de votos nas eleições legislativas e também nas eleições para os governos estaduais, o Congresso, controlado pela AD e pelo Copei, tomou a decisão, sem precedentes, de separar os pleitos. Uma eleição aconteceria um mês após a outra. Acreditavam que, assim, conseguiriam sair-se melhor nas eleições legislativas e para os governos estaduais. Mas continuavam carecendo de um nome forte para enfrentar Chávez na corrida presidencial. Durante meses, conversaram sobre a possibilidade de, no último minuto, darem apoio a um único candidato, formando uma frente "todos contra Chávez". Como Irene

e Afonso perdiam terreno, todos os olhos voltaram-se para um candidato apresentado por um novo partido, o Projeto Venezuela.

O candidato dessa legenda, Henrique Salas Römer, era um típico membro das elites venezuelanas, um oligarca. Nascido na Venezuela, Salas estudou na exclusivista Escola Preparatória Lawrenceville, perto de Princeton, Nova Jersey, e depois em Yale, onde se formou em 1961. Seus três irmãos passaram também por Yale. Salas iniciou uma bem-sucedida carreira como empresário na Venezuela e elegeu-se, em 1989, governador do Estado de Carabobo, potência agrícola e energética do país. O governador, um neoliberal que pregava a eficiência administrativa em uma terra de desperdícios, conseguiu sair-se bem. Diminuiu a folha de pagamento das docas de Puerto Caballo, de 5.300 funcionários para 190, digitalizou as cabines de pedágio para evitar que os cobradores desviassem dinheiro e criou o único telefone para emergências policiais do país. Os assessores de Chávez ridicularizavam as supostas conquistas de Salas, pintando-o como um elitista que governava para os 10% mais ricos, ignorando o restante da população. Mas a campanha do candidato despertou interesse longe da Venezuela, chegando a New Haven, Connecticut, onde o *Yale Daily News*, jornal da universidade onde estudara, previu que ele venceria as eleições do final de setembro.

Primeiro, no entanto, Salas precisaria superar alguns obstáculos. Ao contrário do carisma de Chávez, o ex-membro do Copei, com 62 anos, cabelos grisalhos, mostrava-se inosso e pouco dinâmico nos eventos de campanha. Com vistas a melhorar a imagem do candidato, seu comitê colocou no ar vários anúncios de televisão, nos quais aparecia galopando em um garanhão branco. A idéia consistia em fazê-lo parecer menos elitista e mais próximo de

Bolívar ou dos rústicos *llaneros* da terra venezuelana. Salas chegou até a comandar, ao lado de centenas de simpatizantes, entre os quais a ex-Miss Universo Alicia Machado, uma marcha a cavalo de 20 quilômetros, que terminou com uma corrida pelas ruas de Caracas. Para muitos moradores dos *barrios* violentos, a cena parecia risível e apenas mostrava o quanto Salas estava distante da realidade. Chávez por sua vez menosprezava o adversário, chamando-o, de forma a humilhá-lo, pelo nome do próprio cavalo: “Frijolito” (Feijãozinho).

Quando a disputa pelo pleito já estava acirrada e se aproximavam as eleições para o Congresso Nacional e para governadores de Estado, uma candidatura inesperada surgiu na disputa por uma vaga no Senado: Carlos Andrés Pérez. O julgamento do ex-presidente devido às acusações de corrupção terminara em julho de 1996, quando a Suprema Corte o condenou pela malversação de 17,2 milhões de dólares dos fundos secretos da área de segurança, descartando as acusações mais sérias de desvio de verbas públicas. Pérez interpretou aquilo como uma vitória. Os advogados do ex-dirigente argumentaram que o único “crime” dele fora enviar cerca de 30 guarda-costas para ajudar a proteger a presidente da Nicarágua, Violeta Chamorro, em 1990, quando ela subira ao poder depois de vencer os sandinistas.

A Justiça condenou-o a dois anos e quatro meses de prisão domiciliar. Pérez cumpriu a maior parte da pena e, em setembro, tornou-se novamente um homem livre. Logo deu início a sua campanha eleitoral. Poucos meses antes, ele se transformara no primeiro presidente venezuelano a perder sua cadeira vitalícia no Senado. Seus colegas na instituição decidiram expulsá-lo dali, devido à condenação na Justiça. Agora, com 73 anos de idade,

desejava sua cadeira de volta – e a imunidade parlamentar que a acompanhava.

Ele viajou de forma triunfante para seu Estado natal, Táchira, pelo qual disputaria em novembro de 1998 uma vaga ao Senado. Percorreu ainda outros dez Estados. Mesmo seus inimigos reconheciam que ele tinha boas chances de vencer em Táchira, uma das poucas regiões do país onde continuava sendo popular.

Em abril de 1998, no entanto, sua campanha tropeçou em um obstáculo. Um juiz aceitou uma denúncia contra Pérez em um novo caso, envolvendo a acusação de que ele e Cecilia Matos, sua amante, depositaram dinheiro obtido ilegalmente em várias contas conjuntas existentes em bancos norte-americanos. O ex-presidente denunciou o que considerava ser um novo complô para tirá-lo da disputa pelo Senado. As autoridades colocaram-no mais, uma vez em prisão domiciliar. Ele, no entanto, passou a fazer campanha a partir de sua casa, concedendo entrevistas para jornalistas e gravando anúncios para a rádio e a televisão.

Uma semana antes do pleito, uma corte federal aceitou seu pedido de mudar de domicílio temporariamente, durante os últimos dias de campanha, para a casa de um primo residente em Táchira. Quando Pérez surgiu na capital do Estado, San Cristóbal, a cidade entrou em delírio. As pessoas ovacionavam-no das sacadas e corriam para cumprimentá-lo.

Uma semana mais tarde, o ex-presidente conquistava a vaga. Conseguiu então se livrar da prisão domiciliar e obteve imunidade parlamentar. A “crucificação e a perseguição” estavam acabadas, disse a repórteres. Agora, ele poderia canalizar todas as suas forças

para impedir de chegar a Miraflores o homem que tentara derrubá-lo do poder.

Chávez, porém, encontrava-se em um movimento ascendente impossível de ser detido. A vitória de Pérez em seu Estado natal representava uma das poucas vitórias das forças contrárias a Chávez nas eleições legislativas e para governador de Estado. Muitos viam nessa disputa um primeiro *round* do pleito presidencial. O Pólo Patriótico, de Chávez, elegeu oito governadores, incluindo o do Estado de Barinas, onde seu pai obteve uma vitória surpreendente e emblemática. A coalizão obteve o mesmo número de vitórias de uma assustada Ação Democrática. A AD imaginara que, na pior das hipóteses, manteria os oito governos estaduais conquistados em 1995. Os adecos cogitaram até mesmo a possibilidade de somar 14 governadores. O decepcionante desempenho do partido nas urnas, com apenas oito vitórias, traduzia-se como um anúncio desanimador sobre o inegável advento de mudanças. Além de suas conquistas nas urnas, o Pólo Patriótico também ficou em segundo lugar em dez das 13 disputas por governos estaduais que iriam para o segundo turno, mostrando claramente que a legenda se transformara em uma força a ser notada. No total de votos nacionais, o PP obteve uma soma quase duas vezes maior do que a da Ação Democrática: 1.096.226 contra 564.391. Na Câmara dos Deputados e no Senado, órgãos nos quais nenhum partido conquistou uma base majoritária, o Pólo Patriótico ficou com cerca de um terço das cadeiras.

À medida que a eleição presidencial se aproximava, as forças opositoras se desesperavam. As respectivas campanhas para pintar Chávez como um monstro fracassara entre os milhões de agricultores e moradores de favela do país, conforme observou o

candidato. “Eles me chamaram de tudo – terrorista, ditador, assassino, covarde. Ainda assim, minha popularidade continua aumentando.” Naquele momento, os adversários de Chávez decidiram que a única chance de vitória implicaria somar forças.

Na noite do dia 27 de novembro, uma sexta-feira, pouco mais de uma semana antes do pleito presidencial, marcado para um domingo, os líderes da Ação Democrática reuniram-se. Em uma sessão marcada por várias trocas de agressões, decidiram abrir mão da candidatura de Alfaro Uceró. No dia seguinte, ordenaram que seus afiliados votassem em Salas Römer. A manobra revelava-se risível sob vários pontos de vista, não menos porque o partido passara meses atacando o governador de Carabobo. Por outro lado, Salas, duas semanas antes, jurara que não receberia o apoio dos partidos tradicionais.

Alfaro Uceró, que servira sua vida inteira à AD, não aceitou passivamente a decisão e recusou-se a adotá-la. Então, no dia seguinte, os líderes da AD expulsaram-no do partido. Eles pediram ao Conselho Eleitoral Nacional que transferisse os eventuais votos recebidos por Alfaro Uceró para Salas Römer. Segundo as leis venezuelanas, isso só poderia acontecer se o candidato original renunciasse ou caso fosse declarado incapacitado. Mas isso parecia não importar. O conselho aceitou o pedido da AD assim mesmo.

No dia 30 de novembro, uma segunda-feira, dois dias depois de a Ação Democrática ter catapultado Alfaro, outro grande partido da Venezuela, o Copei, também desistiu do seu candidato: Irene Sáez. E, de forma semelhante, pediu a seus simpatizantes que votassem em Salas Römer. Como fizera Alfaro, Irene recusou-se a desistir da disputa e disse que seguiria adiante com ou sem o apoio do Copei . As manobras da oposição começavam a lembrar um circo. Parecia

óbvio não haver nada que pudessem fazer para impedir a vitória de Chávez. “Chávez não será derrotado de jeito nenhum”, afirmou, uma semana antes da votação, Aristóbulo Istúriz, ex-prefeito de Caracas e aliado de Chávez. “Alguém teria que vir de um outro planeta. Que eles criem um marciano para vermos se ele será capaz de fazer isso.”

As elites venezuelanas estavam apavoradas com a iminente, segundo todos os indícios, vitória de Chávez; nos últimos dias de campanha, circularam vários boatos dando conta de um golpe da direita para evitar aquele cenário. Não obstante existirem questões legítimas sobre se o ex-líder de uma tentativa de golpe instalaria um governo autoritário, a campanha da oposição beirava a histeria. Os adversários transformaram Chávez em um personagem de quadrinhos. “Ele é louco, ele está completamente desvairado”, disse um professor universitário de arquitetura. Até Salas embarcou na onda, alegando que não somente a Presidência se encontrava em jogo, “mas a liberdade”.

Chávez venceu com folgada margem, ficando com 56,20% dos votos, contra 39,97% para Salas. A fatia de apoio a Chávez assemelhava-se às previsões feitas pelo próprio partido dois anos antes. De um total de 5,2 milhões de votos depositados nas urnas, o candidato angariou 3.673.685 – cerca de 1,2 milhão a mais que Salas. Irene ficou distante, a perder de vista: 184.568 votos. Alfaro, por pouco, não passa despercebido: 27.586. A maior parte de Caracas explodiu em festa. Pessoas dançavam nas ruas, soltavam fogos de artifício e buzinavam. Uma moradora de Altamira, um bairro de classe alta, resumiu o clima reinante quando depositou seu voto horas antes, naquele mesmo dia: “Ele é um homem louco perambulando solto pelas ruas, um comunista”.

Naquela noite, depois do anúncio dos resultados, Chávez apareceu em uma sacada do Teatro Teresa Carreño, mesmo lugar de onde Pérez comandara sua "coroação" praticamente uma década antes. Os ponteiros dos relógios marcavam quase meia-noite. As ruas, iluminadas por holofotes, ficaram tomadas por uma multidão de simpatizantes em êxtase. Uma imensa bandeira da Venezuela tremulava sob ele. Amanhecia uma nova era. A AD e o Copei estavam quase mortos. "Começou a ressurreição da Venezuela", vociferou Chávez, "e nada nem ninguém poderá detê-la".

Muitos analistas e jornalistas interpretaram a vitória de Chávez como um golpe contra o senso comum de que a democracia e as políticas de livre mercado eram incontornáveis na América Latina. Eles tinham razão a respeito do segundo ponto. Os latino-americanos, incluindo os venezuelanos, haviam se decepcionado com "a revolução do livre mercado" imposta em toda a região, na década anterior, pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e pelo governo dos Estados Unidos. A riqueza não havia beneficiado as massas. A América Latina continuava registrando a maior distância mundial entre ricos e pobres.

A Venezuela apresentava uma das mais desiguais distribuições de renda do planeta. Quase metade da renda do país ficava com os 20% mais ricos da população, segundo o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. No país, os pobres penavam para conseguir o que comer enquanto os ricos viviam em grandes mansões protegidas por muros altos, arame farpado e seguranças particulares. Os ricos empregavam legiões de empregados para realizar os serviços domésticos e usavam jatinhos particulares para fazer compras em Miami ou passear em ilhas remotas do Caribe. A Venezuela possuía o maior índice de jatinhos particulares *per capita*

do mundo. Para muitos, havia uma expressão que bem espelhava a realidade de uma Venezuela dividida em dois mundos: *apartheid social*.

Apesar de os especialistas estarem certos ao identificarem o ódio dos venezuelanos em relação ao fracasso das políticas neoliberais em melhorarlhes a vida, enganavam-se quanto à suposta antipatia dessa população pela democracia. A maior parte dela desejava a democracia – mas uma democracia que funcionasse e que servisse aos interesses da maioria, e não exclusivamente aos interesses de uma pequena, e fabulosamente rica, elite. Durante décadas, a democracia venezuelana funcionara como um esquema montado para enriquecer os endinheirados. Em 1998, o instituto Transparência Internacional considerou a Venezuela um dos dez países mais corruptos do mundo. Um analista norte-americano, que não simpatizava com Chávez e tinha livre trânsito dentro da classe alta venezuelana, descreveu a prática democrática do país como uma rede de cartas marcadas cuja prática seria ilegal nos Estados Unidos. Essa rede incluía empresários, juízes, advogados, policiais, jornalistas, políticos, padres e até militares. “Esse sistema interconectado de privilégios e subornos que atravessa a Venezuela não duraria meia hora em um grande júri baseado na Rico”, afirmou, referindo-se à lei norte-americana de combate ao crime organizado. “Trata-se de um esquema fraudulento, que vem sendo dirigido de fato como fraudulento há bastante tempo.”

Chávez era o homem que romperia com esse esquema e com a máfia encarregada de administrá-lo. Pouco depois de sua vitória, ele declarou: “A Venezuela é uma bomba-relógio, e eu fui eleito para desarmar essa bomba”. A oligarquia tremia nas bases. O jogo

dela talvez tivesse chegado ao fim. Mas as massas empobrecidas e mesmo alguns poucos representantes da classe alta comemoravam nas ruas. No Estado de Barinas, onde nascera o presidente eleito, o funcionário de um supermercado, de 24 anos de idade, resumiu esse sentimento: "A democracia está doente", afirmou. "E Chávez é o único antibiótico de que dispomos."

15. Rumo ao Poder



Hugo Chávez deu início a sua Presidência deixando os venezuelanos perplexos. No dia 2 de fevereiro de 1999, subiu ao estrado do adornado prédio do Congresso para ser empossado por Luis Alfonso Davila, um seu aliado que agora ocupava a Presidência do Senado. O presidente em final de mandato, Rafael Caldera, que deveria tomar o juramento de Chávez, não conseguiu apresentar-se para a tarefa. Ele ficou em pé entre os dois homens, exibindo um ar taciturno. Os políticos venezuelanos e os dignatários de 60 países enchiam o salão, entre os quais Fidel Castro e Carlos Andrés Pérez, agora senador por seu Estado de origem, o Estado de Táchira. Chávez levantou a mão direita, colocou sua mão esquerda sobre a Constituição e, prontamente, divergiu do juramento tradicional repetido por todos os presidentes da Venezuela durante os 40 anos de democracia: “Eu juro, diante de meu povo, que sobre essa Constituição moribunda levarei adiante as reformas democráticas necessárias para que a nova República disponha de uma Magna Carta adequada a esta época”.

A multidão de simpatizantes presente dentro do Congresso e fora dele explodiu em aplausos. Os adversários engoliram em seco. A mensagem de Chávez era cristalina. A Constituição da geração de Caldera estava moribunda, em seu leito de morte. A revolução bolivariana havia chegado.

Com a faixa presidencial, nas cores amarela, azul e vermelha, ao redor do peito, Chávez fez um discurso de uma hora e meia criticando a oligarquia por transformar a Venezuela em um "pântano imenso e pútrido". Referindo-se a um "mistério da matemática", perguntou como um país tão rico em recursos naturais conseguia ter tanta pobreza. "Tantos ricos, as maiores reservas de petróleo do mundo, o quinto maior serviço de gás, ouro, o imensamente rico mar do Caribe. Tudo isso, e 80% do nosso povo vivendo na pobreza." Virandose para os chefes de Estado presentes, perguntou: "Quem consegue explicar isso? Qual ciência consegue explicar isso?"

Chávez comparou o país a uma "bomba-relógio social" de fome, doenças e desnutrição que continuava em seu "tique-taque, tique-taque". Uma ação rápida e dramática fazia-se necessária para desarmar a bomba antes que explodisse. Surpreendendo seus oponentes, anunciou que pretendia baixar seu primeiro decreto naquele mesmo dia. O decreto mandaria as autoridades do setor eleitoral organizarem um plebiscito nacional, dentro de 60 a 90 dias, para saber se os venezuelanos desejavam convocar uma assembléia constituinte para escrever uma nova Constituição. Chávez não aguardaria pelo Congresso repleto de adversários para decidir a respeito do assunto. "A Constituição, e com ela o sistema eleitoral falido ao qual deu à luz 40 anos atrás, precisa morrer. E ela morrerá, senhores – aceitem esse fato", afirmou.

Naquele momento, haviam se passado quase sete anos desde que Chávez lançara seu golpe. Longe de desculpar-se, o novo presidente aproveitou a oportunidade para elogiar seus companheiros de armas. “A rebelião dos militares venezuelanos em 1992 era tão inevitável quanto a erupção dos vulcões”, disse. Chávez anunciou que os militares, em vez de reprimirem a população, seriam enviados às ruas para ajudar a reconstruir o país. No final de seu discurso, chocou o país mais uma vez ao caminhar pela primeira fileira da audiência para apertar a mão do homem que tentara depor, Carlos Andrés Pérez. O normalmente hiperativo e loquaz CAP ficou aturdido.

A primeira *performance* de Chávez como autoridade eleita e mais jovem presidente da Venezuela, com 40 anos de idade então, revelou-se instigante, como até mesmo seus adversários tiveram de admitir. Ele entrelaçou críticas acerbas à democracia venezuelana com frases de personalidades famosas, de Walt Whitman a Pablo Neruda e Galileu. Os presentes interromperam-no ao menos 30 vezes para aplaudir. Sua estréia fora promissora. As pesquisas de opinião revelaram que seu índice de aprovação batia na casa de astronômicos 90%. Chávez colocara o país a seus pés e tinha uma oportunidade de ouro para transformar o que *The New Republic* chamara de “um dos menos desculpáveis desastres financeiros da região”. Nas palavras de um jornalista de classe média que viria a desprezar o presidente, mas que estava enojado ante a corrupção existente no país: “Todos tínhamos um pequeno Chávez dentro de nós”.

Chávez era um brilhante e talentoso orador, sem dúvida. Ele escrevia seus próprios discursos, apesar de a maior parte de seus pronunciamentos compor-se de improviso. Era tão hábil e fluente

que inventava seu discurso à medida que avançava. Pouco depois da posse, Jorge Olavarria, um celebrado historiador e jornalista, que se transformaria em um dos maiores críticos de Chávez, chamou-o de “o mais importante orador que a Venezuela teve neste século”.

Até os Estados Unidos, que lhe negaram um visto durante a campanha eleitoral, mudaram de idéia. Depois da vitória de Chávez, o país deu meia-volta e não apenas concedeu o visto como marcou uma audiência com o presidente Bill Clinton e outras autoridades do primeiro escalão, entre as quais o assessor do governo norte-americano para a área de segurança, Sandy Berger. Chávez reuniu-se com Clinton por cerca de 20 minutos no dia 27 de janeiro, mas o encontro aconteceu no gabinete de Berger, e não no Salão Oval. Os Estados Unidos ainda não estavam prontos para abraçá-lo sem reservas. As reuniões realizadas alguns dias antes da posse de Chávez transcorreram bem. Jim Dobbins, porta-voz da Casa Branca, proclamou que Chávez e Clinton mostraram uma “boa química” juntos. Clinton “manifestou apoio amplo à direção adotada pelo presidente Chávez”, afirmou Dobbins, antes de acrescentar que Chávez “impressionou todo mundo”. “Ele se mostrou dinâmico, bem articulado. E disse as coisas certas.” Segundo o porta-voz, Chávez convenceu os norte-americanos de que não “era mais aquela pessoa de 1992” e de que “tentaria implementar mudanças dentro do âmbito democrático e constitucional”.

Chávez, a seu turno, elogiou a “terra da democracia” e George Washington, Thomas Jefferson e Abraham Lincoln. Considerou o desentendimento anterior a respeito do visto “uma coisa do passado”.

Relaxado depois dos encontros, afirmou: “Demos início a essa relação entre a Venezuela e os Estados Unidos com o pé direito”.

E as coisas só melhoraram depois de sua posse. Os Estados Unidos enviaram o secretário de Energia do país, Bill Richardson, como seu representante. Richardson era todo elogios após a cerimônia de posse. “Acho que Chávez é um líder em potencial do continente”, afirmou o secretário a repórteres. “Ele é um indivíduo brilhante e esperto, que está desenvolvendo uma grande quantidade de habilidades políticas. [...] Ele começou bastante bem. [...] Esse é um bom começo para as relações entre os Estados Unidos e a Venezuela.”

A decisão dos Estados Unidos de aproximarem-se de Chávez, ao invés de isolá-lo ou tentar derrubá-lo do governo, fez nascer, inicialmente, um tipo de coexistência pacífica entre os dois países, não obstante alguns pontos de atrito. O embaixador norte-americano na Venezuela, John Maisto, liderava o grupo dos que defendiam o engajamento, ganhando fama por uma declaração que costumava repetir: “Olhem para o que Chávez faz, mas não dêem ouvidos ao que ele diz”. O discurso pode ser radical, sugeria, mas as ações não são. E quando começou seu mandato presidencial, as medidas adotadas por Chávez ainda que corajosas – não eram radicais. O novo dirigente agia dentro dos limites da democracia.

Mesmo contando com uma popularidade imensa dentro da Venezuela, Chávez não despertou a simpatia de todos ao assumir o poder. As elites identificavam sinais perturbadores. Ele era, afinal de contas, o ex-líder de um golpe. Alguns se preocupavam com o fato de Chávez ter “pouco respeito pelo império da lei e ainda menos compreensão da importância do sistema de pesos e contrapesos”. Sua propensão em usar uma boina vermelha, moda

seguida por seus admiradores, criava uma imagem militarista que os detratores consideravam problemática. Em outras ocasiões, Chávez vestiu uniformes de combate ou um uniforme de oficial adornado com medalhas. Os discursos, por sua vez, exibiam jargões militares como “frente de batalha” e “ocupar as trincheiras”.

Ao mesmo tempo, ele levou um número significativo de militares da ativa e da reserva para dentro do governo. Escolheu-os para dirigir vários órgãos, entre os quais a empresa estatal de petróleo, a receita federal e a polícia secreta – cargo que legou a seu companheiro e fundador do MBR Jesús Urdaneta. Chávez também nomeou Hernán Grüber Ódreman, um dos líderes do golpe de novembro de 1992, governador do Distrito Federal de Caracas. Nesse ínterim, Francisco Arias Cárdenas, com o apoio de Chávez, conseguiu reeleger-se governador do Estado de Zulia, rico em petróleo. Dois dias após a posse, durante uma parada militar realizada para celebrar o aniversário da tentativa de golpe de 4 de fevereiro de 1992, Chávez reincorporou às Forças Armadas muitos dos envolvidos naquela investida, chamando-os de “heróis”.

Os adversários de Chávez indagavam-se se o presidente militarizava o governo, criando um regime autoritário ao velho estilo latino-americano. Na noite que antecedeu sua posse, Chávez conversou madrugada adentro com o amigo Fidel Castro.

Algumas de suas primeiras declarações, já como presidente, fizeram aumentar as preocupações. Quando a Suprema Corte recebeu 11 ações desafiando os planos de Chávez sobre decidir ele próprio como os membros da assembléia constituinte seriam escolhidos, o dirigente avisou que seus simpatizantes “tomariam as ruas”, se o Judiciário tentasse bloquear seu decreto. Alguns interpretaram a afirmativa como uma ameaça velada de violência e

uma tentativa de pressionar a corte. “Ele fez de tudo. Só faltou convocar o povo para linchar os juízes caso a Suprema Corte anulasse o decreto”, comentou Henrique Salas Römer, que havia sido derrotado na disputa presidencial de dezembro.

Chávez também defendeu a dissolução do Congresso e da Suprema Corte, gerando temores entre os oponentes de que desejasse instalar uma ditadura. Centenas de simpatizantes do presidente cercaram o Congresso durante dois dias de abril, impedindo os deputados e senadores de saírem ou entrarem, gritando: “Dissolvam o Congresso!”. Chávez acusou os líderes políticos da oposição de formarem um “ninho de moribundas víboras venenosas” e de integrarem um grupo “carcomido pelos vermes e decadente”. Deu indícios, ainda, de que esperava suspender a proibição de o presidente reeleger-se para um segundo mandato consecutivo e de que pretendia ficar no poder por dez anos.

Os aliados interpretavam as declarações polêmicas como parte do jogo democrático de toma-lá-dá-cá – um instrumento de barganha para obter o que desejava e convencer as pessoas a saírem para votar. Ele não eliminaria o Congresso e a Suprema Corte, mas substituiria as instituições desmoralizadas por instituições novas que conseguissem responder aos anseios do povo. Os aliados observaram, de outro lado, que as manifestações de rua representavam um instrumento político usado freqüentemente pelo movimento de defesa dos direitos civis nos Estados Unidos. Para eles, a boina vermelha de Chávez não significava perigo, mas um sinal de esperança de que mudanças ocorreriam. A reeleição, argumentavam, era comum em países do mundo todo, entre os quais os Estados Unidos. Ao final, quando a

Suprema Corte decidiu contra Chávez na questão do decreto, o presidente aceitou a sentença e tentou fazer com que o decreto se adequasse àquela decisão.

Todavia, com o passar do tempo, Chávez precisaria provar, para os céticos postados entre as elites e os meios de comunicação que o atacavam a cada tropeço, que ele era um verdadeiro democrata. Para Chávez, também, a recíproca era necessária: a oligarquia teria de provar que aceitaria uma verdadeira democracia encarregada de beneficiar a maioria, e não apenas uma minoria.

Nas semanas que antecederam a posse, Chávez percorreu o mundo todo, passando pela América Latina, pela Europa e pelos Estados Unidos, em busca de, segundo suas palavras, “convencer qualquer um que ainda acredita que Chávez é o demônio ou um cruzamento de Hitler com Mussolini” de que ele era, na verdade, um democrata convicto. Algumas de suas medidas revelaram-se francamente conservadoras. Na metade de janeiro, ele anunciou o retorno ao cargo da ministra da Economia de Caldera, Maritza Izaguirre, uma tecnocrata de longa data junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Um dia antes da posse nomeou Roberto Mandini presidente da imensa estatal Petroleos de Venezuela (pdvsa), que monopolizava o setor. Mandini, um empresário respeitado, era vice-presidente da Citgo, uma subsidiária da pdvsa e uma das maiores redes de gás natural presentes nos Estados Unidos.

Chávez realizou outras manobras oportunas para “neutralizar os adversários e acalmar os simpatizantes”. Recrutou dois dos mais destacados jornalistas do país, José Vicente Rangel e Alfredo Peña, como ministro das Relações Exteriores e chefe de gabinete do governo, respectivamente. Também escolheu uma índia wayuu, a

professora universitária Atalá Uriana Pocaterra, para comandar o Ministério do Meio Ambiente. Muitos dos aliados vindos da Universidade Central da Venezuela, da Frente Patriótica, de seus dias em Yare e das viagens iniciais ao redor do país também ingressaram no governo. Entre esses se incluíam Jorge Giordani, Héctor Navarro, Luis Miquilena e Manuel Quijada. Simultaneamente, quando o polêmico sociólogo argentino Norberto Ceresole ressurgiu na Venezuela, por volta da época da posse de Chávez, o presidente, discretamente, mandou que deixasse o país.

No dia 20 de fevereiro, Chávez anunciou sua primeira grande medida depois daquela referente à assembléia constitucional. Ele planejava retirar 70 mil dos 120 mil soldados venezuelanos dos quartéis e enviá-los para as ruas e para a zona rural do país. A esses soldados caberia reformar estradas e hospitais, realizar campanhas de tratamento médico, tirar o lixo das ruas e vender carne, queijo, frango, macarrão e outros alimentos na caçamba de caminhões a preços módicos. O presidente batizou esse esforço de Plano Bolívar 2000. Diante de um caixa vazio, órgãos do governo falidos e uma “bomba-relógio” social fazendo tique-taque, o plano representava uma tentativa de levar alívio imediato aos venezuelanos mais necessitados. Chávez também pediu que 80 mil civis participassem dos esforços – alguns deles receberiam um pequeno salário. Dois dias mais tarde, 5 mil pessoas vestindo roupas puídas, algumas até de muletas, fizeram fila do lado de fora de Miraflores, implorando para serem aceitas.

O Plano Bolívar começou oficialmente no dia 27 de fevereiro, quando se completaram dez anos dos distúrbios do Caracazo. Chávez escolheu a data de propósito. “Minha ordem para meus homens foi a seguinte: ‘Batam de porta em porta, percorrendo todo

o país. A fome é o inimigo'. E nós demos início àquilo no 27 de fevereiro, dez anos depois do Caracazo, como uma forma de redimir os militares. Eu até fiz essa relação ao declarar: 'Dez anos atrás saímos para massacrar o povo. Agora, vamos enchê-lo de amor. Vão e vasculhem o país, procurem pela pobreza e pela morte e as destruam. Vamos enchê-los de amor em vez de chumbo'. E a resposta foi realmente linda."

A resposta revelou-se, de fato, extremamente positiva. Os favelados e os agricultores pobres ficaram surpresos e satisfeitos ao verem os soldados ajudando a melhorar suas comunidades. "Nunca pensei que algum dia veria o Exército fazendo isso, mas isso é bem-vindo", observou uma professora, enquanto esperava em uma fila para comprar comida em um *barrio* de Caracas. "A mera presença dos militares aqui inspira ordem e disciplina. E é disso exatamente que este país precisa." Os militares – do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da Guarda Nacional – realizaram as mais diversas tarefas, desde montar clínicas, nas quais ofereciam tratamento pediátrico, ginecológico e dentário, aliado a cirurgias e vacinação de crianças, até auxiliar pescadores a consertar seus barcos a motor ou a formar cooperativas. Eles transportavam civis para dentro e para fora de vilarejos remotos e aventuravam-se em comunidades indígenas isoladas na floresta Amazônica, acessíveis apenas de barco, para levar-lhes médicos e remédios. Nas cidades, os integrantes da Guarda Nacional permaneciam em alerta nas esquinas, em um esforço para reduzir as taxas de criminalidade. Nas áreas rurais, os soldados ajudavam os agricultores a implantarem projetos agrícolas. E até cortavam o cabelo das pessoas.

Segundo os cálculos de Chávez, o plano alterou por completo a forma como a população via os militares venezuelanos. “Isso representou uma mudança e tanto, porque depois do massacre de 27 de fevereiro, para ir a um bairro pobre, por exemplo, um soldado tinha de vestir-se com roupas civis”, afirmou. “Ele corria perigo porque o Exército tinha massacrado o povo. Hoje, quando um soldado aparece, as pessoas o cumprimentam com entusiasmo e alegria.”

O plano não era uma unanimidade. Alguns viam nele uma outra e perigosa intrusão dos militares na vida civil, abrindo as portas para a instalação de um regime autoritário. A revista venezuelana *Primicia* estampou em sua capa uma matéria, alertando sobre a eclosão do “nacionalismo militar”. Outros se mostravam preocupados com a possibilidade de as atividades cívicas das Forças Armadas minarem os esforços para as instituições civis e governamentais. Segundo alguns, o Plano Bolívar afastava demais as Forças Armadas de seu papel tradicional de garantir militarmente a defesa do país. De outro lado, os donos de açougues e mercadinhos reclamaram que os “mercados populares” dirigidos pelos militares prejudicavam seus negócios. E alguns viam nessa estratégia um mero paliativo, incapaz de chegar às raízes dos problemas do país.

Contudo, para Chávez e seus aliados, o plano significava um primeiro passo pragmático para enfrentar os problemas prementes da Venezuela, ao menos no curto prazo. Houve quem o comparasse aos programas de obras públicas da época da Depressão criados nos Estados Unidos por Franklin Delano Roosevelt, tais como os Corpos Cívicos de Conservação, que ofereciam uma ocupação assalariada a desempregados. Outros observaram que as próprias

Forças Armadas norte-americanas desempenhavam um papel na vida civil, com o Corpo de Engenheiros do Exército, que ajudava em projetos para controlar enchentes, administrar terras pantanosas e enfrentar a erosão em áreas costeiras. A Guarda Nacional dos Estados Unidos costuma ser convocada para atuar em situações de emergência e no caso de desastres naturais. Muitos venezuelanos viam nas Forças Armadas uma das poucas instituições do país que funcionavam.

Chávez não acreditava ter outra escolha que não adotar o plano. “Imagine como estavam as coisas em fevereiro de 1999, quando quase todos os governos estaduais e municipais nos faziam oposição”, contou:

O Congresso estava contra a gente; a Suprema Corte estava contra a gente; o Orçamento havia sido elaborado pelo governo anterior; o governo quase não tinha recursos para pagar os salários dos funcionários públicos; o preço do petróleo tinha caído para 7 dólares o barril; como se isso não bastasse, havia a pressão vinda da grande expectativa gerada por nossa vitória nas urnas. Ao redor do palácio presidencial, formavam-se filas com milhares de pessoas pedindo um emprego, com crianças doentes, dormindo nas ruas, no chão, sem deixar que os carros passassem. “Não vamos sair daqui até falarmos com Chávez.” [...] Então, resolvi recorrer às Forças Armadas.

Tratava-se do primeiro esforço como presidente para criar uma “união civil-militar”. O programa enfrentou alguns problemas. Meses mais tarde, surgiram denúncias de corrupção, e alguns acusaram militares de alta patente de desviarem milhares de dólares do mal supervisionado programa de 1 bilhão de dólares. Em dezembro de 2001, Chávez, por conta própria, afastou o general encarregado do

programa, Victor Cruz Weffer. Mas a batalha contra a corrupção, um dos pilares de sua campanha de 1998, continuaria a ser um ponto fraco de sua Presidência. Poucos nomes de peso foram julgados ou presos.

Chávez argumentava não ser fácil desarmar uma cultura arraigada de corrupção, cultura na qual as pessoas acreditavam ser um direito apossar-se de tudo aquilo em que pudessem meter as mãos. O problema era, segundo o presidente, um “câncer em metástase, espalhando-se para todos os lados”. Alguns a chamavam de a “cultura *piñata*”, na qual os doces – ou o dinheiro auferido com a venda do petróleo – se esparramavam pelo chão depois de a *piñata* ser aberta, quando então cada um pegava o que conseguia, em meio a um clima de salve-se quem puder e de chega-para-lá. Os que não pegavam para si o que podiam eram considerados *pendejos*, idiotas.

Um *best-seller* chamado *O Dicionário da Corrupção na Venezuela* catalogava alguns dos casos mais famosos. A publicação reunia três volumes e descrevia 300 episódios de desvio de verbas públicas envolvendo ricos e poderosos, episódios ocorridos entre 1959 e 1989. A série não abrangia o segundo mandato de Carlos Andrés Pérez, considerado um medalhista de ouro na categoria, nem mencionava Cecilia Matos, a respectiva amante. Um dos casos mais revoltantes citados no livro ficou conhecido como o escândalo do leite de seis anos. A Venezuela importava leite em pó da Bélgica e de outros países para supostamente o distribuir entre crianças pobres. “Em vez de fazer isso, funcionários do governo vendiam-no por preços inflacionados. Pior ainda, o leite havia sido contaminado logo depois do desastre nuclear de Chernobyl, em 1986. No entanto, em lugar de seguir as ordens que determinavam a

destruição do alimento, funcionários embalaram-no de novo e revenderam-no.”

Enquanto o Plano Bolívar engatava uma quinta marcha e atendia às necessidades básicas dos venezuelanos, Chávez voltou-se para o esforço de transformar o país, no longo prazo – a assembléia constituinte. A Suprema Corte resolveu a disputa entre o presidente e o Congresso, segundo o qual o dirigente não possuía poderes suficientes para, por decreto, determinar que os venezuelanos fossem consultados sobre se desejavam ou não convocar uma assembléia constituinte. A votação ficou marcada para o dia 25 de abril. Chávez considerava aquele acontecimento uma vitória da democracia e uma prova de que ele era um democrata. Essa seria a primeira vez na história do país que o cidadão comum teria a oportunidade de votar a respeito de uma importante questão pública.

A maioria dos venezuelanos dava o resultado da votação como algo certo. Chávez era imensamente popular e via na assembléia constituinte um dos pontos centrais de seu governo. Muitas das medidas adotadas após a sua posse serviram apenas para aumentar ainda mais aquela popularidade. Independente de alguns preverem que o novato na política, que nunca antes ocupara um cargo administrativo, tropeçaria, uma vez à frente do maior posto do país, Chávez mostrava-se um mestre nessa área. O dirigente possuía um conhecido toque populista, responsável por minar a resistência mesmo de alguns de seus adversários mais fervorosos.

Ele abriu mão do salário de presidente, de 1.200 dólares mensais, doando esse valor para um fundo de educação. Deixou de usar a limusine oficial. Um insone quase completo, Chávez realizou visitas inesperadas a hospitais precários às 3 horas e demitiu

médicos que encontrou dormindo no emprego. Em outras ocasiões, parou o comboio presidencial depois da meia-noite

para conversar com incrédulos catadores de lixo. Em Miraflores, servia aos convidados refeições decididamente modestas – *arepas*, o prato nacional da Venezuela, composto de massa de milho semelhante às tortilhas. Deixava seus assessores estafados com jornadas de trabalho de 18 horas diárias, fazendo de si mesmo um modelo de comportamento do trabalhador dedicado em um país afeito às festas e celebrações. Lançou também um combate ao desperdício. Quando descobriu que o governo possuía 128 aviões civis, colocou a frota toda à venda. E combateu a evasão fiscal, um esporte nacional.

Chávez, um homem aberto, informal e amigável, afeito a desrespeitar o protocolo, desarmou alguns de seus opositores mais ferrenhos com seu char-me. O mesmo editor de jornal e senador opositor que alertara, durante a campanha eleitoral, que Chávez lançaria um “reinado de terror” – Rafael Poleo – declarou após uma reunião com o presidente: “Ele me tratou de forma muito afetuosa”.

Chávez era o presidente mais popular da história da Venezuela e um dos mais populares da América Latina. Alguns meses mais tarde, em junho, levaria seu *show* a Nova York. Ele bateu o martelinho encerrando o pregão da Bolsa de Valores da cidade e encantou mil banqueiros e empresários durante encontros organizados para atrair investimentos estrangeiros. Deu o chute inicial em um jogo do New York Mets, no Shea Stadium. Depois, caminhou até

o setor reservado aos jornalistas e comentou vivamente o jogo, em espanhol, para os venezuelanos que acompanhavam a partida. Chávez conquistou investidores e financistas, parafraseando em inglês uma das músicas tradicionais do cantor Frank Sinatra: "If I can make it in New York, I can make anywhere" (se consigo vencer em Nova York, consigo vencer em qualquer lugar).

Apresentadora de um dos eventos, Susan Kaufman Purcell, diretora da Sociedade das Américas, observou: "Chávez colocou aqueles investidores no bolso. Não sei dizer se eles vão realmente enviar seu dinheiro para a Venezuela [...], mas ficaram encantados com ele. Ele seduziu a todos". O presidente do Citibank, William Rhodes, que liderava um grupo de 16 banqueiros com negócios na Venezuela, disse que sua instituição planejava aumentar seus investimentos, e outros se manifestaram da mesma forma. Chávez concluiu a agitada visita com uma parada em Houston, onde se reuniu com executivos norte-americanos do setor petrolífero, e participou de um café-da-manhã oferecido pelo ex-presidente George H. W. Bush, acompanhado de outra pessoa cujo caminho Chávez atravessaria mais adiante – o filho, George W., então governador do Texas.

Apesar da popularidade de Chávez, os meios de comunicação internacionais pintavam-no como uma figura ao estilo "Dr. Jekyll e Mr. Hyde"¹² ou – conforme descreveu um economista ligado à oligarquia venezuelana – do tipo "o Presidente Jekyll e o Coronel Hyde". Esses meios de comunicação perguntavam se o dirigente era um democrata ou um ditador. Ao mesmo tempo em que doava seu salário para um fundo de educação e transformava a versão venezuelana de Camp David em um abrigo para sem-teto, Chávez ameaçava a Suprema Corte com um levante popular e guardava

traços, em termos genéricos, de um “homem forte da América Latina”.

Alguns repórteres citaram um famoso comentário feito pelo escritor colombiano Gabriel García Márquez, ganhador do Prêmio Nobel. Em um artigo intitulado “O Enigma dos Dois Chávez”, García Márquez narrava uma conversa mantida com o presidente venezuelano a bordo de um avião que fazia a rota Havana-Caracas. Apesar de impressionado com o charme de Chávez, sua inquietação intelectual e sua memória “sobrenatural” para guardar poemas de Walt Whitman e Pablo Neruda, o escritor esquerdista repetiu os temores a respeito do ex-líder de uma tentativa de golpe. “Um homem cuja boa sorte ofereceu a oportunidade de salvar sua nação. E um outro, um ilusionista, que poderia entrar para a história como mais um simples déspota.”

Chávez realmente dava declarações que dificultavam os esforços para descobrir qual sua real postura e em que acreditava de verdade. No fundo, o presidente misturava em si vários elementos. Figura original no cenário latinoamericano, um iconoclasta que não poderia ser definido simplesmente como um outro Juan Perón, Fidel Castro ou Salvador Allende. Em uma entrevista que ficou famosa, concedida a Agustín Blanco Muñoz em maio de 1996, Chávez afirmou: “Não sou marxista, mas não sou antimarxista. Não sou comunista, mas não sou anticomunista”. Três anos depois, ofereceu uma declaração semelhante a *The New York Times*: “Se você está tentando descobrir se Chávez é de esquerda, de direita ou de centro, se é socialista, comunista ou capitalista, eu não sou nenhuma dessas alternativas, mas tenho um pouco de tudo isso”.

Chávez era socialmente progressista, mas conservador do ponto de vista orçamentário, com uma pitada de homem forte no meio. Afinal de contas, ele tentava desbaratar uma máfia, um sistema político corrupto que contribuíra para transformar Caracas em “um monumento pavimentado ao caos urbano e à incompetência administrativa”, segundo a revista *The New Republic*. Chá vez colocou os militares na rua para implementar seu Plano Bolívar, mas seguiu um ortodoxo plano econômico de livre mercado no seu primeiro ano de mandato, pagando as dívidas externas, criando novos impostos e controlando os gastos, enquanto o país enfrentava uma crise econômica. Izaguirre, seu conservador ministro das Finanças, descreveu o presidente como um homem ávido por aprender os detalhes mais enigmáticos dos gastos públicos. A constante sempre presente em seus esforços era o fato de priorizar a maioria pobre da Venezuela.

Nos primeiros meses da Presidência de Chávez, a mídia também criticou sua relação com Norbert Ceresole e uma carta enviada em abril pelo dirigente a Carlos, o Chacal, terrorista internacional, nascido na Venezuela, e cujo nome verdadeiro era Illich Ramírez Sánchez. Ramírez idealizara o plano por meio do qual ministros da Opep foram feitos reféns em 1975 em Viena, na Áustria, e o seqüestro de um avião da Air France, levando-o para Uganda. Carlos cumpria pena de prisão perpétua em Paris, após ser condenado por assassinato. Em uma desastrada manobra de relações públicas, Chávez enviou-lhe uma carta de “solidariedade humana”. Mais tarde, o presidente explicou: “eu fiquei preso durante dois anos e sei o quanto é reconfortante receber uma carta. Isso não implica solidariedade política. Trata-se simplesmente de

um gesto de solidariedade humana. Todos os seres humanos merecem respeito”.

Muitos dos simpatizantes de Chávez sentiam que a ênfase dada pelos meios de comunicação aos seus erros, bem como as constantes afirmativas sobre ser ele um projeto de ditador eram injustas e não captavam verdadeiramente o que acontecia na Venezuela nos níveis mais básicos – um avanço histórico na democracia. Para os simpatizantes, os repórteres escreviam sobre a revolução de Chávez acomodados na sacada de seus hotéis de cinco estrelas ou nas coberturas localizadas em bairros elegantes, sem mergulharem nos interstícios dos *barrios*, onde morava a maioria pobre da Venezuela.

Naquele outono, oito homens de um grupo chamado Congresso dos Artistas e Intelectuais Venezuelanos ocuparam o escritório da Associated Press e da AP-Dow Jones em Caracas, a fim de protestar contra a forma como a mídia internacional retratava Chávez. A ocupação pacífica de oito horas terminou quando o ministro venezuelano do interior, Ignacio Arcaya, telefonou para o escritório da AP naquela mesma noite, informando aos manifestantes que o presidente, então em visita a Washington, considerava a ação ilegal e contraproducente. Instantes depois, o governador de Caracas, Hernán Grüber Ódreman, o chefe de polícia da cidade e quatro membros da polícia secreta chegaram ao local para acompanhar a saída dos manifestantes.

Chávez conseguiu contornar o que seus aliados identificavam como uma cobertura internacional tendenciosa e uma cobertura nacional ainda pior, criando seus próprios veículos de comunicação. Em maio, lançou na rádio pública um programa para as manhãs de domingo intitulado *Alô, Presidente*. Depois surgiu na TV pública o

programa de quinta-feira à noite chamado *Cara a Cara com o Presidente*. Em julho, apareceu o jornal de Chávez, *El Correo del Presidente*. O próprio Chávez ocupava o cargo de diretor de redação. Também convocou, por várias vezes, as *cadena*s, pronunciamentos nacionais que as redes de televisão comerciais eram obrigadas a colocar no ar, no lugar da programação habitual. Freqüentemente, esses pronunciamentos estenderam-se por horas.

O *Alô, Presidente* tornou-se o mais bem-sucedido empreendimento midiático de Chávez. Não havia nada semelhante a ele na América Latina ou, aliás, no mundo. Todo domingo de manhã, Chávez entrava em programação ao vivo. Qualquer um poderia telefonar e fazer-lhe uma pergunta. A maior parte das pessoas ligava para falar sobre problemas que desejavam vê-lo resolver. Ha-via, entre outros, pedidos de ajuda para obter o dinheiro de uma aposentadoria, conseguir uma transferência de emprego ou combater a burocracia. Uma ouvinte chegou a escrever uma carta pedindo a Chávez que repreendesse o marido por ter um caso extraconjugal. O presidente ouvia pacientemente as chamadas e encarregava assessores de resolver os problemas.

Mas ele costumava, igualmente, usar o programa para discursar sobre todos os assuntos imagináveis, citando pensadores famosos, cantando músicas, anunciando novas medidas, informando sua agenda da semana seguinte, demitindo e contratando membros do governo, contando casos de sua infância em Barinas, especulando sobre a saúde do rebatedor Andrés Galarraga, do Atlanta Braves. Em um programa típico de julho, que durou duas horas, Chávez criticou as políticas de livre mercado, leu um trecho da Bíblia, ofereceu conselhos a uma mãe sobre seu filho adolescente e rebelde, declarou guerra contra a corrupção, anunciou que era alvo

de um possível plano de assassinato, cantou um hino religioso, criticou o Ministro das Relações Exteriores da Colômbia e jurou amor ao povo venezuelano. Também fez um homem presente no estúdio chorar quando lhe disse que o ajudaria a pagar por uma cirurgia que sua filha, gravemente doente, precisava fazer.

O programa tornou-se um enorme sucesso. Dentro de poucos meses, deixou de ser transmitido apenas por algumas estações públicas para abranger 60 estações no total, incluindo três no México, na Espanha e em Miami. Tinha a maior audiência no seu horário, atraindo 90% dos ouvintes. Os telefones da Rádio Nacional da Venezuela começavam a tocar às 5 horas do domingo, quatro horas antes do início do programa. Um grande número de pessoas com cartazes, pedindo a ajuda de Chávez, reunia-se às portas do estúdio antes do amanhecer.

Chávez acabou fundindo os programas de rádio e televisão em uma única atração, transmitida aos domingos, de várias localidades da Venezuela – propriedades agrícolas, escolas, vilarejos de pescadores, campos de extração de petróleo. O programa durava às vezes sete ou oito horas e tornou-se um passatempo obrigatório para milhões de venezuelanos, incluindo os próprios ministros do governo. Se não estivessem no estúdio ao lado do presidente, ligavam seus televisores para ficar sabendo das mais recentes medidas do líder venezuelano.

Alguns políticos da oposição reclamaram que Chávez, com seus próprios programas de televisão, de rádio e jornal, criava um pequeno império midiático. “A única coisa que ainda lhe falta é rodar um filme”, disse o presidente da Ação Democrática, Carlos Canache Mata. Chávez, porém, tentava apenas reagir ao massacre da cobertura negativa feita por meios de comunicação empresariais

muito mais poderosos, dentro e fora da Venezuela. O Canal 8 de televisão, um canal estatal, por exemplo, era um peixe pequeno comparado às redes Radio Caracas Televisión (RCTV) e Venevisión. Essa rede de televisão pertencia ao magnata dos meios de comunicação Gustavo Cisneros, então a caminho de se tornar um dos homens mais ricos do mundo. Enquanto os pobres costumavam adorar o programa de Chávez, a classe alta olhava para suas emissões – e para Chávez – com desdém. Para a elite, ele era *ese mono* – esse macaco.

No dia 25 de abril, Chávez conquistou uma vitória fácil no plebiscito sobre a assembléia constituinte, com 88% de votos favoráveis a reescrever a Carta Magna. A abstenção fora de 60%, levando alguns a considerarem o processo uma “derrota completa para Chávez”. Mas dificilmente seria possível defender essa opinião. A abstenção nas eleições presidenciais dos Estados Unidos batia com freqüência na casa dos 50%. Muitos eleitores ficaram em casa durante o plebiscito porque não havia muitas dúvidas sobre o resultado. Os adversários nem mesmo se preocuparam com fazer campanha, sabendo ser impossível evitar a vitória do “sim”. Chávez, disse um especialista em pesquisas, era um “super-homem”.

Poucas semanas antes do pleito, o Congresso curvou-se às suas pressões e concedeu-lhe poderes excepcionais para comandar por decreto, durante os próximos seis meses, a economia do país. Adversários viram nessa atitude mais um passo rumo a uma ditadura. Aquele não era o mais democrático dos métodos, mas a medida fora adotada por outros vários presidentes, entre os quais Rafael Caldera e Carlos Andrés Pérez. Chávez acreditou que precisava de poderes excepcionais e temporários para combater uma crise econômica cada vez mais grave. A economia encolheria

7,2% em 1999, o déficit fiscal inflaria para um volume de 3,1% do PIB e o desemprego atingiria seu nível mais alto em quatro décadas – 15,4%. Apesar disso tudo, Chávez continuava a ser um político imensamente popular.

O único ponto positivo no campo das notícias sobre a economia eram os preços do petróleo, que se elevaram de 8,4 dólares o barril em fevereiro, quando Chávez tomou posse, para 23,24 dólares em janeiro de 2000. Muitos atribuíram o aumento, em parte, a uma das primeiras medidas adotadas por Chávez já como presidente – diminuir a produção e observar as cotas da Opep.

Quando seu antigo sonho de realizar uma assembléia constituinte dava sinais de tornar-se realidade, Chávez voltou-se para a próxima eleição – para a escolha dos candidatos de sua base. Sendo aquilo que se transformaria em uma série vertiginosa de acontecimentos do seu primeiro ano de mandato, o próximo pleito foi marcado para ocorrer em 25 de julho, um dia após a data de nascimento de Bolívar. A campanha viu-se tomada por uma grande agitação, com pessoas de todos os cantos, desde vendedores ambulantes a policiais, de estrelas do mundo esportivo a astrólogos, de advogados a médicos, cogitando a idéia de concorrer a uma das 128 cadeiras da assembléia. Outras três vagas estavam reservadas para representantes dos 500 mil índios da Venezuela, que elegeriam seus ocupantes em conselhos tribais. Chávez pode ter sido um projeto de ditador, mas o país certamente se parecia com um vespeiro de agitação democrática. A Venezuela viu-se atravessada por discussões sobre a Constituição, um assunto presente dos vilarejos indígenas na floresta Amazônica aos *barrios* de Caracas. Os candidatos em potencial elaboravam propostas e percorriam as ruas à cata de eleitores. Um vendedor ambulante que

esperava concorrer comentou: "Esta é a primeira vez em 500 anos que se pergunta ao povo o que ele deseja".

Havia muito em jogo. Chávez acreditava que uma assembléia constituinte controlada por seus simpatizantes representava o mais importante avanço de que a Venezuela precisava, com vistas a deitar por terra o controle exercido pelos partidos tradicionais sobre o poder. A oligarquia, os partidos tradicionais e grande parte dos meios de comunicação temiam que a manobra fosse o último passo na criação de uma ditadura de um homem só. Chávez mobilizou todas as suas forças para vencer. Cinco membros do gabinete de governo, entre os quais Luis Miquilena, abandonaram seus cargos para concorrer. A mulher dele, Marisabel, também embarcou na disputa. O mesmo fizeram Adán, seu irmão, e o seu psiquiatra, Edmund Chirinos. Ex-líderes de golpes, como Joel Acosta Chirinos e Francisco Visconti, lançaram candidaturas. Até a mulher do lendário cantor de música popular Alí Primera, Sol Mussett, ingressou na contenda.

O conselho eleitoral proibiu o uso do nome de partidos políticos durante

o processo. Então, Chávez inventou um mecanismo para garantir a vitória de seus candidatos. Criou um cartão chamado *kino*, o nome da loteria da Venezuela. Cada cartão apresentava o nome e a foto de alguns dos candidatos de Chávez, os quais, em certos casos, eram desconhecidos por grande parte da população. Os simpatizantes teriam simplesmente de entrar na cabine de votação com seus *kinos* e apertar os botões certos.

Mais de 900 dos 1.171 candidatos qualificados para concorrer à assembléia, ao coligirem um número suficiente de assinaturas, não

pertenciam ao Pólo Patriótico, de Chávez. Ainda assim, suas forças conquistaram uma vitória acachapante. Ficaram com 125 das vagas, incluindo as cadeiras reservadas aos indígenas, ou 95% do total. A oposição conquistou apenas seis vagas. O candidato mais votado foi o ex-chefe de gabinete de Chávez, Alfredo Peña, um jornalista. Em segundo lugar, ficou a mulher do presidente. A mulher de Alí Primera, então já falecido, também conseguiu eleger-se. O mesmo acontecendo com os outros aliados de Chávez, entre os quais um famoso cantor *llanero*, um narrador de corridas de cavalo e José León Tapia, biógrafo de Maisanta. Alguns deles não podiam ser chamados propriamente de especialistas em questões constitucionais. Isso, contudo, era secundário. A nova Constituição estaria nas mãos do *pueblo* e não nas da elite. Um número suficiente de especialistas estaria à disposição para orientá-los.

Na noite da vitória, Chávez ficou exultante de alegria. Abriu mais uma vez as portas do Miraflores e apareceu na sacada do palácio. Desta vez, ao lado de Marisabel. A cena parecia emergir da Argentina de Evita – Marisabel ao lado dele em meio àquela noite quente, iluminados por um refletor, e a massa em êxtase espalhando-se a seus pés. Chávez descreveu a vitória como um “*home run* com as bases carregadas”¹³. Então, em um gesto que nunca costumara manifestar em público, beijou sua noiva. A multidão foi ao delírio. Chávez coroou a noite inesquecível, anunciando que pediria à assembléia constituinte que mudasse o nome do país. Ele desejava chamá-lo República Bolivariana da Venezuela.

A vitória esmagadora das forças de Chávez deixou claro que se aproximava um momento de decisão. Durante meses, o presidente defendera que a futura assembléia fechasse temporariamente o

Congresso e a Suprema Corte, até a criação de novas instituições. Chávez argumentou que a assembléia constitucional seria o poder soberano do país, acima até mesmo do próprio presidente. Muitos especialistas em matéria constitucional concordaram. A Suprema Corte e a oposição, não. A presidente da corte, Cecilia Sosa, avisou que Chávez não deveria fechar o órgão, observando que a função da assembléia se limitava a elaborar uma nova Constituição e não consistia em suplantar as instituições existentes ou comandar o país. Diante da crise que se aproximava, o Congresso entrou em recesso.

Quando a assembléia constitucional se reuniu, na noite de 3 de agosto, seu novo presidente eleito, Luis Miquilena, declarou prontamente que o órgão possuía um "caráter originário". Miquilena quis dizer que a assembléia poderia fechar o Congresso, a Suprema Corte e outras instituições. A multidão presente à aula magna na Universidade Central da Venezuela irrompeu em aplausos. A batalha começara. Chávez conclamava o órgão a agir com rapidez. "A Venezuela é um navio a pique", afirmou a repórteres. "Não podemos esperar tempo demais para fazer alguma coisa, senão ela afundará completamente."

Eles não esperaram tempo demais. Nove dias depois, em 12 de agosto, uma quinta-feira, a assembléia votou uma medida concedendo a si própria amplos poderes para eliminar órgãos do governo, demitir autoridades e intervir de outras formas. Uma semana mais tarde, na quinta-feira de 19 de agosto, declarou estado de "emergência judicial", concedendo a si própria poderes para suplantar os tribunais. No dia seguinte, formou um painel de nove membros com o poder de demitir e suspender quase metade dos 4.700 juízes, oficiais de cartório e meirinhos, devido a

acusações de corrupção, incompetência e outras irregularidades. Até membros da Suprema Corte poderiam ser exonerados de seus cargos.

Essa era uma manobra de tirar o fôlego. Para os que concordavam, isso permitiria impor reformas bloqueadas durante anos por políticos e autoridades judiciais corruptos. Para os que discordavam, tratava-se de um poder abusivo e de uma ameaça à democracia. O palco estava armado para uma confrontação com a Suprema Corte.

Ninguém contestava que o sistema judicial do país precisava sofrer um processo de limpeza. Os casos de corrupção eram comuns. Um *best-seller* de 1995, *¿Cuánto Vale Un Juez?* (Quanto vale um juiz?), apresentava, ao longo de 144 páginas, várias histórias sobre juízes corruptos. Não havia dificuldade em encontrar material desse teor. Um ano antes, uma juíza fora flagrada jogando dinheiro de suborno para fora da janela de seu gabinete. Um outro juiz deixara-se surpreender com dinheiro de suborno enfiado na cueca. O autor do livro, William Ojeda, acabou passando um ano na prisão depois de um outro juiz tê-lo condenado por difamação.

O sistema todo estava sujeito a subornos e tráfico de influência. Durante décadas, a maior parte dos juízes, entre os quais os integrantes da Suprema Corte, eram escolhidos pelos partidos majoritários no Congresso – a Ação Democrática ou o Copei. Apenas um quarto dos membros da Suprema Corte ocupava um cargo permanente; o restante poderia ser demitido sem aviso prévio. Isso tornava improvável que surgissem sentenças desfavoráveis a políticos, empresários influentes ou outros membros da cúpula do poder. O sistema deixou-se dominar por *tribus* (tribos) interligadas – formadas por escritórios de advocacia,

políticos, juízes e outras figuras poderosas – que conseguiam para seus clientes a decisão de que precisassem, desde que pagassem o devido preço ou tivessem os contatos apropriados.

Durante anos, a Suprema Corte embargara as acusações de corrupção contra o presidente Jaime Lusinchi, mesmo depois de um juiz encarregado das investigações ter recomendado o respectivo julgamento. O próprio CAP acabou sendo indiciado, não por corrupção, mas principalmente porque se tornara impopular do ponto de vista político. Após conquistar uma cadeira no Senado, na eleição de novembro de 1998, para representar seu Estado de origem, Táchira, Andrés Pérez sofreu uma derrota humilhante na corrida por uma vaga na assembléia constituinte, processo durante o qual os eleitores o preteriram para votar em um chavista.

Como se isso não bastasse, o sistema judicial encontrava-se também sobrecarregado. Aproximadamente apenas 9.700 dos 23 mil detentos do país tinham de fato comparecido diante da Justiça e sido condenados. O restante aguardava julgamento, muitas vezes durante anos.

Não obstante poucos duvidarem de que o sistema precisava ser consertado, não havia um consenso sobre se a assembléia constituinte tinha o direito de fazê-lo. Retomando o embate, a Suprema Corte, no dia 23 de agosto, uma segunda-feira, voltou atrás em sua sentença anterior sobre a única missão da assembléia consistir em escrever uma nova Constituição. Em vez disso, o órgão decidiu, por oito votos contra seis, que a assembléia não agia inconstitucionalmente ao assumir poderes judiciais. A decisão provocou uma crise dentro da corte. No dia seguinte, a juíza presidente, Cecilia Sosa, renunciou ao cargo. Em uma entrevista coletiva, transmitida ao vivo por canais de televisão, Sosa declarou:

“A corte pura e simplesmente cometeu suicídio para evitar que fosse assassinada. Mas o resultado é o mesmo. Ela está morta”.

Tratava-se de um pronunciamento dramático. A renúncia e os eventos que logo se seguiriam provocaram um alvoroço entre os opositores de Chávez e desalento nos Estados Unidos. “Lamentamos que ela tenha optado por abandonar o serviço público, já que é uma pessoa com grande capacidade e integridade, além de ter se mostrado um verdadeiro líder dos esforços da Venezuela para reformar seu sistema judicial”, afirmou James B. Foley, porta-voz do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Os aliados de Chávez, no entanto, destacaram o fato de Sosa estar envolvida na procrastinação de vários casos de corrupção envolvendo nomes de peso. Eles a consideravam um símbolo de um sistema judicial falido. Não obstante as ações da assembléia se mostrarem arriscadas e polêmicas, argumentavam os aliados de Chávez, era chegada a hora de deixar os escrúpulos de lado. Uma revolução estava em andamento. Eric Ekvall, analista político nascido nos Estados Unidos, ex-conselheiro de políticos do alto escalão de governos anteriores e um crítico de Chávez, descreveu o cenário nos seguintes termos: “Ele veio para limpar a cidade, e isso não acontece sem uma confrontação. Ele não veio aqui para fazer ajustes. Ele veio para derrubar tudo e reerguer tudo novamente”. O reverendo Raúl González, do instituto jesuíta de pesquisa Centro Gumilla, acrescentou que Chávez apenas implementava o que seus simpatizantes exigiam. “Chávez elegeu-se para realizar o golpe de Estado que não conseguiu terminar em 1992, ou seja, para enterrar um sistema político e dar à luz outro.”

O presidente argumentava estar realizando pacificamente algo que em outros países só poderia ser feito por meio de uma guerra

civil, um golpe sangrento ou outro tipo violento de ação, como a guerra de guerrilha que levou Fidel ao comando de Cuba em 1959. Ele chamava o processo de "revolução pacífica". Alegando ainda que, se as reformas não fossem aprovadas, o país poderia realmente mergulhar em uma guerra civil. A maioria pobre da Venezuela espumava de raiva.

A assembléia constituinte não recuou depois de declarar a emergência judicial e assistir à renúncia de Sosa. No dia seguinte, 25 de agosto, uma quarta-feira, os membros do órgão declararam uma "emergência legislativa". Dessa vez, o alvo era o Congresso. A assembléia não chegou a dissolvê-lo, mas ficou perto disso. O Congresso não poderia mais aprovar leis. As únicas funções restantes do órgão resumiam-se a atividades como supervisionar o Orçamento e conceder permissões para que o presidente viajasse. Os integrantes chavistas do Congresso, minoritários, não se opuseram à manobra – na opinião deles, o Congresso também necessitava de um processo de limpeza.

Os congressistas da oposição anunciaram, imediatamente, o fim prematuro de suas férias e a convocação do órgão para reunir-se na sexta-feira. Eles se dirigiram ao prédio do Congresso, cedido à assembléia constituinte para que realizasse suas sessões. Se a assembléia desejava briga, eles brigariam. Os opositores prometeram não mais aprovar o Orçamento ou conceder autorização para que o presidente viajasse ao exterior. Chávez pretendia, nos dez dias seguintes, visitar o Brasil e o Panamá. O palco armara-se para uma nova confrontação. "A democracia está morrendo", afirmou César Pérez Vivas, um congressista do Copei. "Conclui-se o golpe de Estado contra a Venezuela."

Os legisladores da oposição e seus aliados apareceram no Congresso, naquela sexta-feira de manhã, queimando boinas vermelhas e gritando: "Democracia!" e "Não à Ditadura". Os simpatizantes de Chávez acorreram ao local para impedir os deputados e senadores de entrarem no Congresso. Os portões do prédio foram trancados. Membros da Guarda Nacional e da polícia montavam guarda. Militantes dos dois lados armaram-se de paus.

Uma situação caótica instalou-se. Alguns legisladores investiram contra o grupo de chavistas e integrantes da Guarda Nacional. Com a carteira funcional entre os dentes, tentaram abrir caminho por cima da grade encimada de lanças e entrar na área do Congresso. Aliados ajudaram a empurrá-los por sobre a proteção. Brigas explodiram em meio à multidão armada de paus e formada por algumas centenas de pessoas. A Guarda Nacional e a polícia usaram bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e canhões de água, para tentar controlar o tumulto. As imagens dos legisladores escalando as grades de proteção correram mundo.

Naquela tarde, a Igreja Católica negociou uma trégua entre os dois lados. A trégua, porém, rompeu-se na mesma noite, quando a oposição retornou ao Congresso para tentar entrar mais uma vez. Chávez considerou a manobra uma "provocação" e um "show macabro" cujo único objetivo seria "provocar uma tempestade em um copo de água".

Na terça-feira seguinte, 31 de agosto, a assembléia decidiu-se por fechar terminantemente o Congresso. O órgão usurpou os poucos poderes ainda mantidos pelo Congresso, argumentando que os legisladores estavam interferindo no trabalho da assembléia. Tecnicamente, no entanto, deixou o Congresso ainda respirando, ao afirmar que assumiria as funções remanescentes apenas se o

Congresso se recusasse a fazê-lo. Um integrante da assembléia pertencente à oposição comparou o cerceado Congresso venezuelano a um "inválido".

O impasse fez com que autoridades norte-americanas manifestassem uma preocupação crescente com o processo de elaboração da nova Carta Magna. "Preocupamo-nos com a necessidade de preservar sua essência democrática, tanto quanto a sua forma quanto a seu conteúdo, tanto para a população da Venezuela quanto para a população do continente", afirmou Foley, o porta-voz do Departamento de Estado. Nove dias antes, *The New York Times* publicara um editorial intitulado "Emergência de um Potentado Venezuela-no". O jornal alertava que, "apesar de apoiarem em grande parte a realização de uma reforma radical, os venezuelanos deveriam tomar cuidado com os métodos usados pelo senhor Chávez. (Ele) até agora deu poucos sinais de respeito pelos compromissos necessários a uma democracia."

Mas nem todos os integrantes da comunidade internacional acreditavam que Chávez representasse uma crescente ameaça à democracia. A publicação *The Economist*, em nada semelhante a um bastião do pensamento esquerdista, escreveu: "os temores dos adversários dele sobre a possibilidade de ele metamorfosear-se rapidamente em um ditador autoritário provaram-se deslocados. [...] Em termos gerais, mudanças aconteceram sem que fossem feridos as liberdades e os direitos democráticos". Chávez, acrescentou a revista, conseguira "abolir pacificamente uma elite corrupta e privilegiada", poupando a Venezuela, possivelmente, de um "destino pior".

Chávez acreditava estar sob cerco porque atacava os interesses da oligarquia. Ele argumentou que os líderes dos partidos

tradicionais tentavam “disseminar uma guerra suja” de desinformação, que grande parte dos meios de comunicação dos Estados Unidos e de outros países engoliam e reproduziam para milhões de leitores e ouvintes do mundo todo. Referindo-se ao ministro da Propaganda de Hitler, Joseph Goebbels, ele disse que a campanha “se baseava em uma estratégia típica de Goebbels. [...] Eles repetiam uma mentira tantas vezes que acreditavam tratar-se da verdade”.

Quatro membros da assembléia, entre os quais um da oposição, anunciaram, na metade de setembro, que viajariam até Nova York e Washington, a fim de se reunirem com políticos e empresários aos quais apresentariam um quadro mais fiel sobre o que acontecia na Venezuela. “Não há nenhuma ditadura aqui”, disse Claudio Ferrín, um dos seis delegados opositores da assembléia e candidato presidencial pela Ação Democrática em 1993. Ele culpou o “infantilismo político” das facções anti-Chávez e pró-Chávez por darem vazão a um “tiroteio verbal”.

Apesar da troca de acusações, no dia 9 de setembro, uma quinta-feira, a assembléia e o Congresso chegaram a um acordo sobre como resolver o impasse. Com a mediação da Igreja Católica, a assembléia aceitou cancelar a ordem de fechamento virtual do Congresso. Este órgão teria permissão para retomar suas atividades normais, incluindo realizar sessões plenárias. O Congresso, a seu turno, não interferiria no trabalho da assembléia ou nas atividades presidenciais de Chávez, incluindo as viagens ao exterior.

Já em 5 de agosto, o presidente, revendo a conclamação pela dissolução imediata do Congresso e da Suprema Corte, dissera que não esperava ver a assembléia suspender os dois órgãos antes da aprovação de uma nova Constituição. Mas acrescentou que a

assembléia poderia eliminar qualquer órgão que tentasse bloquear as reformas.

Para alguns, a manobra demonstrava o brilhantismo de Chávez quando se tratava de tática política. Ele ameaçaria seus adversários para depois retroceder e selar acordos. A oposição acabaria cedendo, e Chávez conseguiria o que desejava. Ele os manipulava como a marionetes.

Dois dias antes de chegar ao acordo sobre a “co-existência” limitada com o Congresso, a assembléia lançou sua primeira manobra com vistas a reformar o Judiciário. Demitiu oito juízes suspeitos de corrupção. Em uma entrevista coletiva transmitida em cadeia nacional de televisão, Manuel Quijada, advogado e chefe da Comissão de Emergência Judicial da assembléia, que ficara amigo de Chávez em Yare, também anunciou o nome de outros 50 juízes acusados de corrupção. O destino deles seria decidido nos próximos dias. Era provável que também fossem demitidos.

O momento para a realização da manobra não poderia ter sido mais apropriado. Quatro dias antes, em uma sexta-feira, 3 de setembro, dois juízes haviam rejeitado uma denúncia contra 12 banqueiros acusados de envolvimento em notório escândalo financeiro ocorrido durante o governo de Rafael Caldera. A opinião pública ficou indignada. Depois do colapso de 1994, 200 banqueiros haviam escapado do país. A maior parte deles morava no exterior como fugitivos, alguns nos Estados Unidos. Quando um dos juízes recorreu às televisões, poucos dias depois, para defender com unhas e dentes a decisão de rejeitar a denúncia contra os banqueiros, Quijada e sua comissão suspenderam-no, junto com o outro magistrado.

A assembléia deparava-se com uma nova missão: limpar o sistema penitenciário do país. Na primeira semana de outubro, o órgão declarou uma "emergência prisional". Independente da má fama do Poder Judiciário, a reputação das prisões revelava-se ainda pior. A Anistia Internacional considerava-as as mais perigosas da América Latina.

Construídas para comportarem 15.500 presidiários, na metade dos anos de 1990 as prisões venezuelanas estavam abarrotadas com 25 mil. Os prisioneiros dormiam lado a lado, no chão de concreto das celas, ou nos corredores, debaixo das escadas, dois ou três dividindo uma cama, ou mesmo em barracas improvisadas ao ar livre. Os banheiros não funcionavam ou eram perigosos demais para serem usados, de forma que os presidiários faziam suas necessidades em sacos de plástico ou em folhas de jornal, que depois jogavam das janelas gradeadas para o pátio das prisões. O fedor dos excrementos e do lixo em decomposição tomava conta desses ambientes.

A água vinda dos canos enferrujados estava infestada de bactérias e parasitas. Casos de doenças como Aids, tuberculose e tifo espalhavam-se. A comida era repugnante. O café-da-manhã compunha-se geralmente de uma xícara de café ralo e um pedaço de pão; o almoço, de uma tigela pouco apetitosa de macarrão ou arroz e feijão. Não havia jantar – o Orçamento do Ministério da Justiça para alimentar os presos, de aproximadamente 81 centavos de dólar por dia para cada detento, não permitia o fornecimento da janta.

Brigas com faca e armas de fogo, e mesmo massacres – alguns com decapitações a mãos-cheias –, ocorriam freqüentemente. Como forma de proteção, os presidiários levavam consigo, para

todos os lugares aonde fossem, pedaços de metal afiados que chamavam de *chuzos*. Em números muito menores que os dos presos, os agentes penitenciários quase nunca se aventuravam a ingressar nos blocos de celas, dentro dos quais os detentos circulavam livremente.

O atendimento médico era quase inexistente. Os prisioneiros davam pontos em suas próprias feridas. Os detentos recém-chegados tinham de proteger-se ou encontrar alguém para protegê-los. Os que não o fizessem seriam alvo de atos freqüentes de violência sexual ou até mesmo seriam mortos. Para sobreviver, alguns se tornavam “escravos” de líderes de gangues, cozinhando, limpando e oferecendo favores sexuais em troca de proteção. Alguns líderes de gangue marcavam sua “propriedade” com ferro quente aplicado nas nádegas ou nas costas.

Em outubro de 1999, a assembléia constituinte realizou sua primeira manobra para limpar as prisões. Decidiu dar prosseguimento ao processo judicial de milhares de prisioneiros que aguardavam julgamento, muitas vezes havia anos. Em julho, Chávez tinha baixado, por decreto, um novo Código Penal. O código pretendia modernizar o sistema judiciário, no curto prazo, até que a nova Constituição estivesse finalizada. As novas leis garantiam a presunção de inocência e determinavam a libertação de todos os detidos até que fossem julgados. Alguns dos presos foram libertados em caráter definitivo porque já haviam cumprido suas penas. Outros receberam a chance de participar de um programa de prisão-albergue, saindo às ruas durante o dia.

No dia 3 de outubro, Chávez anunciou que equipes formadas por juízes, promotores, ativistas dos direitos humanos e padres compareceriam a quatro das prisões mais perigosas do país para

acelerar os processos relativos às pessoas mantidas nesses locais, aguardando julgamento. As equipes pretendiam determinar o destino de 6 mil prisioneiros até o final do ano. Chávez também desejava segregá-los segundo a natureza do crime que teriam cometido. À época, acusados de furto e menores de idade com até 16 anos dividiam a cela com acusados de estupro e de assassinato.

A assembléia e o governo obteriam um sucesso parcial no combate à crise das penitenciárias. Como acontece no caso do governo Chávez de um modo geral, não ocorreriam milagres da noite para o dia. Os problemas eram complexos demais para serem resolvidos rapidamente. Mas ninguém poderia duvidar do desejo imaneente de reformar o sistema.

Quando o conflito com o Congresso se resolvia quase totalmente e a assembléia retomava os trabalhos de elaboração da nova Constituição, Chávez decidiu colocar o pé na estrada. Ele entregara à assembléia seu próprio projeto de Constituição. Milhares de cidadãos também apresentaram sugestões. Os grupos indígenas pressionavam pelo reconhecimento oficial de suas línguas nativas. Até os ambulantes de rua tentavam defender seus interesses. Eles reuniram-se na frente do prédio do Congresso e pressionaram para se-rem incluídos no sistema de seguridade social e em outros programas de assistência aos trabalhadores.

A assembléia dividiu-se em comissões encarregadas de discutir uma ampla gama de capítulos da nova Carta Magna. Os delegados realizaram encontros em vários locais do país, a fim de ouvir os cidadãos. Chávez pode ter sido um demagogo incitador, conforme a opinião de alguns de seus adversários, mas a Venezuela agitava-se em meio a uma onda de participação política que envolvia as

massas. Enquanto o debate se intensificava, Chávez embarcou em um jato e rumou para a Ásia. A batalha para recuperar sua imagem no cenário internacional, bastante manchada, estava longe do fim.

16. Um Nascimento e uma Tragédia



Hugo Chávez disputava de perto com Carlos Andrés Pérez o título de presidente venezuelano a realizar mais viagens. Como presidente eleito, segundo alguns relatos, Chávez quebrou o recorde. Visitou 12 países em seis semanas, incluindo o Brasil, a Argentina, o México, a Espanha, a França, a Alemanha e os Estados Unidos, onde se reuniu com Clinton, entregando-lhe um exemplar do livro *Bolívar Forever* (Bolívar para sempre). Na França, Chávez declarou sobre seu giro pela Europa: “pretendia mostrar que não sou um demônio, uma mistura de Mussolini com Hitler, conforme andam dizendo. Não sou um tirano”.

O motivo para a viagem à Ásia era semelhante, mas na região o líder venezuelano desejava também incentivar a remessa de capitais estrangeiros para a Venezuela, a fim de ajudar a economia do país, então em crise. Para os que o criticavam, as dispendiosas

viagens pelo mundo significavam uma atitude hipócrita de um homem que em fevereiro denunciara os luxos existentes na residência oficial de La Casona, incluindo uma piscina, uma sala de ginástica e um cinema ao ar livre. Chávez afirmara, então, que não conseguia “dormir à noite” dentro da mansão de 25 quartos em estilo colonial, pensando a respeito das crianças de rua da Venezuela, que não tinham comida suficiente e que passavam as noites com jornais a cobri-las no lugar de cobertores.

Chávez, por outro lado, também acreditava que seu projeto político tinha alcance mundial. Os esforços de transformação por ele realizados não se limitariam à Venezuela. Tratava-se de criar um mundo “multipolar” livre do domínio norte-americano – um mundo que levasse justiça social às nações subdesenvolvidas, de forma a não mais haver crianças dormindo nas ruas com jornais em vez de cobertores. Chávez precisava de aliados em sua batalha. A única forma de consegui-los seria no contato direto com esses parceiros em potencial.

Ele desembarcou na China, em 10 de outubro, recebendo honras oficiais completas. Tiros de canhão soaram através da praça Tiananmen e uma banda marcial tocou o hino nacional venezuelano. No Grande Salão do Povo, em Pequim, o presidente chinês, Jiang Zemin, ergueu uma taça de champanhe e disse: “*Salud!*” – a palavra espanhola que significa “saúde”. Os dois líderes assinaram seis acordos para aprofundar os laços bilaterais. Em uma importante conquista para a economia da Venezuela, o governo chinês aceitou comprar de 2 a 4 milhões de toneladas anuais de um combustível especial venezuelano feito à base de betume, chamado Orimulsion, um substituto para o carvão.

Chávez atraiu a atenção da população chinesa. As pessoas aglomeravam-se nas ruas para ver o polêmico e pitoresco líder latino-americano, enquanto sua caravana passava. Ele parou várias vezes para conversar com cidadãos comuns. E não escondia seu entusiasmo pelos chineses ou pelo sucesso da China em combinar o capitalismo com o socialismo. “Estamos testemunhando o triunfo da revolução chinesa”, dizia, chamando a China de “a verdadeira potência mundial”.

O dirigente manifestou admiração por Mao Tsé-tung, comprando uma estátua do líder em porcelana branca e visitando sua tumba, onde escreveu um tributo ao “grande estrategista, grande soldado, grande estadista e grande revolucionário”. Chávez disse então a repórteres: “Eu sempre fui bastante maoísta, no sentido de que as pessoas são para o Exército o que a água é para o peixe”. Seus adversários viram nessa declaração um aval aos excessos da Revolução Chinesa e um alerta sobre o que estava por vir na Venezuela. Mas Chávez referia-se, provavelmente, a um modelo que se encaixava em seus planos sobre uma união do *pueblo* com os militares.

Ele considerava a China do final do século 20 e sua economia mista um modelo que poderia servir de contrapeso à dominância dos Estados Unidos. “O poderio soviético desmoronou”, disse. “Isso não significa, porém, que o capitalismo neoliberal precisa ser o modelo a ser seguido pelos povos do Ocidente. Por esse motivo, ao menos, incentivamos a China a manter sua bandeira hasteada, porque esse mundo não pode ser dirigido por uma força policial que procura controlar tudo.” Chávez afirmou ao ministro chinês Zhu Rongji que, da mesma forma como a China havia “se levantado” 50

anos antes “sob o comando do grande timoneiro”, a Venezuela também começava a se “levantar”.

A açodada viagem de duas semanas levou-o ainda ao Japão, à Coréia do Sul, a Hong Kong, à Malásia, a Cingapura e às Filipinas. O líder venezuelano impressionou as pessoas em todos os lugares por onde passou. Chávez não se limitava ao papel do típico chefe de Estado. Em uma região de gestos contidos, mostrava-se expansivo, espontâneo e até exorbitante. Um mestre na imprevisibilidade. Quando visitou a Grande Muralha da China, saiu em desabalada carreira, como Rocky Balboa¹⁴, deixando os guarda-costas e os empresários venezuelanos que o acompanhavam na viagem esbaforidos ao tentarem acompanhá-lo. Na casa oficial para convidados de Pequim, onde o governo chinês o colocou, Chávez realizou uma corrida pelos lagos e jardins. Depois, começou a fazer lançamentos com bolas de beisebol.

No Japão, quebrou o protocolo e pegou os guarda-costas do imperador de surpresa, ao dar um abraço apertado em Akihito ao se despedir. Os seguranças não ficaram nada contentes, mas, a julgar pelo sorriso estampado no rosto do imperador, Akihito demonstrou ter apreciado esse gesto quase inconcebível. Chávez tornou-se conhecido por realizar façanhas do tipo em outras viagens. Em sua primeira visita à Rússia, assumiu a postura de um carateca quando o presidente Vladimir Putin se aproximava. Os dois nunca tinham se encontrado. Putin estampou um ar aturdido durante alguns segundos, até perceber que se tratava de uma piada. Chávez, então, mudou de postura e gesticulou como se estivesse rebatendo uma bola de beisebol. “Eu ouvi dizer que o senhor é faixa preta em caratê”, afirmou, com um grande sorriso. “Eu sou um homem do beisebol.” Certa vez, ele cantou a música

venezuelana “Rosario” para a ministra das Relações Exteriores do México, Rosario Green, a quem conhecera pouco antes. A ministra ficou surpresa com a *performance*, para dizer o mínimo. Mais tarde, em uma cúpula de líderes caribenhos, Chávez aproximou-se sorrateiramente por trás, colocou suas mãos sobre os olhos de Green e perguntou: “Advinha quem é?”.

A propensão do dirigente para quebrar o protocolo derivava em parte da sua personalidade e em parte da natureza dos venezuelanos, conhecidos por serem pessoas calorosas, gregárias, informais e prontas a abraçar as pessoas que acabaram de conhecer. Alguns afirmam que os venezuelanos são um dos povos mais amigáveis e alegres do mundo. Eles gostam de se divertir, de contar piadas e da companhia de outras pessoas. À meia-noite, no Natal e no Ano-Novo, milhões de venezuelanos vão às ruas trocar cumprimentos, abraços e beijos com seus vizinhos e com desconhecidos. Além disso, o psiquiatra particular de Chávez observou, certa vez, que o presidente crescera em Sabaneta, “um vilarejo, local simples e humilde, onde não há protocolo”.

O presidente da Venezuela usava sua espontaneidade, seu charme e seu senso de humor para o próprio benefício político, surpreendendo líderes mundiais de guarda aberta e deixando muitos deles impressionados, quando não encantados, apesar de alguns também o considerarem um tanto amalucado. Chávez possuía uma memória fantástica para guardar nomes e rostos e parava para conversar com todo mundo, dos presidentes aos cozinheiros e faxineiros. Ele também fazia questão de cumprimentar e agradecer a todos os guardacostas dos chefes de Estado com os quais entrava em contato nas suas via-gens. “Ele serve-se desse jogo de afeição para desarmar as pessoas”, disse a *chef*

venezuelana Helena Ibarra, que acompanhou o grupo na viagem. “Ele pode ou não ter sucesso, mas isso é algo de que a gente nunca se esquece. [...] Isso é um mecanismo de sedução das pessoas. E funciona.”

O giro de Chávez pela Ásia concluiu-se com um infortúnio. Uma roda do seu envelhecido Boeing 727 caiu durante uma decolagem nas Filipinas. O aparelho de oito rodas dirigiu-se para Mumbai, na Índia, onde conseguiu pousar em segurança. O Boeing enfrentou novos problemas em outras viagens realizadas em 2000. Um dia, Chávez decidiu que precisava de um novo avião. Comprou então um Airbus 319, por 65 milhões de dólares. Seus adversários viram naquilo um absurdo que contrariava os respectivos esforços por diminuir os gastos públicos. Chávez, no entanto, considerava a compra uma necessidade imprescindível. Nos primeiros três anos de seu mandato, o dirigente passou 170 dias fora do país, ou cerca de cinco meses, no total. Visitou 71 países em quatro continentes. Chávez espalhava sua revolução pelo mundo.

Em novembro de 1999, ele viajou para Cuba, onde se realizaria uma cúpula, à qual compareceriam os dirigentes de 21 países latino-americanos, mais os de Portugal e da Espanha. Chávez nunca gostou de encontros do tipo. “A gente passa de uma cúpula para a outra”, afirmou, “e as pessoas passam de um abismo para o outro”. Mas o presidente venezuelano não faltaria àquela cúpula. Ele continuou em Cuba após o final do evento, transformando sua permanência lá em uma constante demonstração de afeto por Fidel Castro, seu mentor.

O ponto alto ocorreu em um jogo de beisebol organizado pelos dois países. Fidel, 71 anos, dirigia a equipe cubana. Chávez, então com 41, era o lançador e o jogador de primeira base da Venezuela.

Estrelas do esporte aposentadas completavam a escalação, apesar de Fidel ter avisado que guardara uma “surpresa” para os venezuelanos. O dirigente cubano apareceu vestido com o uniforme da seleção – um boné vermelho e uma jaqueta azul que usou por sobre seu costumeiro uniforme militar. Chávez usava uma roupa com as cores nacionais da Venezuela – vermelho, amarelo e azul.

Gritando, 51 mil fãs presentes no Estádio Latino-Americano de Havana saudaram Chávez com muitas palmas, enquanto ele fazia aquecimento. Fidel provocou uma manifestação ainda mais ruidosa e entusiasmada. Milhões de moradores da América Latina ligaram seus televisores para acompanhar o histórico evento esportivo. O revolucionário mais antigo e mais famoso do continente consolidava sua amizade e aliança política com o “novo menino do bairro”, a quem via como seu herdeiro natural.

A primeira-dama da Venezuela, Manuela Chávez, com os cabelos loiros presos dentro de um boné, realizou o primeiro lançamento. O jogo começava. O marido parecia um bicho no morrinho de lançamento e quase acertou a cabeça de vários dos rebatedores cubanos. Mas, no decorrer da partida, passou a jogar melhor. Conseguiu até mandar para o banco, por três vezes, o rebatedor cubano Antonio Muñoz, uma das vezes com três *strikes*. Chávez passou para a quarta base após cinco *innings*, quando o jogo estava empatado em quatro a quatro. Na posição de rebatedor, o presidente venezuelano conseguiu realizar uma jogada de sacrifício, apenas escorando a bola, mas conseguindo chegar à primeira base – manobra que concluiu abraçando Agustín Marquetti, o ocupante cubano da primeira base. O jogo foi interrompido por alguns instantes.

Na segunda metade do sexto *inning*, Fidel tirou da cartola sua surpresa. Ele enviou para o campo uma série de rebatedores, apresentados até então como simples "reservas do time cubano". Vários jogadores barbudos, de cabelos grisalhos e com barriga proeminente seguiram-se uns aos outros na posição de rebatedor. A multidão ficou em polvorosa. Os reservas eram, na verdade, os titulares do time nacional de Cuba fantasiados com perucas e barrigas falsas. Enquanto os jogadores fingiam ser idosos, Fidel dava gargalhadas no banco de reservas.

Os falsos aposentados acertaram várias bolas e Cuba ficou à frente, com cinco contra quatro no placar. Chávez assistia feliz a seu time perder. Aquilo não importava.

A partida não se resumia a uma disputa de beisebol. Tratava-se de celebrar uma aliança entre os dois líderes esquerdistas mais carismáticos da América Latina, entre uma estrela consagrada e um novato recém-chegado. Poucas horas antes do jogo, Chávez regressou à Universidade de Havana, onde proferira um discurso em 1994, pouco após ter sido solto da prisão. "Aqui estamos nós, quatro anos dez meses e 27 dias desde que eu visitei Havana pela última vez", afirmou Chávez em um emocionado pronunciamento de 90 minutos. "Fidel e Hugo, Cuba e Venezuela. Mais vivos do que nunca." Então, em uma declaração que chamaria a atenção no mundo todo, ele acrescentou não ter "dúvida nenhuma" de que a política venezuelana marchava na "mesma direção, rumo ao mesmo mar de felicidade ao qual os cubanos se dirigem".

Para os adversários de Chávez, o comentário era prova de que ele desejava transformar a Venezuela em uma outra Cuba. Vistas fora de contexto, aquelas palavras realmente davam essa impressão. Contudo, a maior parte dos meios de comunicação não

reproduziu o restante do discurso de Chávez. Apesar de ambos os líderes estarem comprometidos com a formação de sociedades “felizes, de verdadeira justiça social, de verdadeira paz e de verdadeira dignidade”, ambos adotavam, no entanto, políticas diferentes, afirmou o dirigente venezuelano. Chávez, ao menos até aquele momento, não era um novo Fidel.

Os dois, de toda forma, tinham várias coisas em comum. Ambos lideraram revoltas armadas em seus países, que acabaram por transformá-los em heróis nacionais: Fidel em 1953, com a tentativa fracassada de tomar o quartel de Moncada, em Santiago de Cuba; Chávez com o golpe malsucedido de 1992. Ambos ficaram presos depois das rebeliões. Fidel subiu ao poder em janeiro de 1959, após uma guerra de guerrilha de dois anos, enquanto Chávez subiu ao poder por meio de uma eleição, 40 anos mais tarde. Ambos olhavam para figuras nacionais do século 19 em busca de inspiração – José Martí, no caso de Fidel, e Simón Bolívar, no caso de Chávez. Os dois compartilhavam

o sonho de uma América Latina unida e criticavam o que consideravam ser a longa história de imperialismo e exploração norte-americanos na região. Ambos eram oradores talentosos famosos por realizarem discursos que duravam horas. Os dois exibiam vestimentas militares – Fidel, suas roupas de combate, Chávez, sua boina vermelha –, dormiam poucas horas por dia e defendiam uma versão contundente de nacionalismo radical, com a qual atacavam a unanimidade neoliberal em voga na América Latina. Ambos despertavam profunda admiração entre seus simpatizantes e profundo ódio entre seus inimigos. Os dois adoravam beisebol. Os dois foram lançadores e aspirantes a jogador profissional quando jovens e continuavam adorando o

esporte mesmo depois de adultos, o que representava uma ironia, já que beisebol fora importado dos Estados Unidos. Cuba, Venezuela, República Dominicana e Nicarágua eram os únicos países latino-americanos onde esse esporte contava com mais popularidade do que o futebol.

Fidel e Chávez eram sem dúvida esquerdistas, mas havia diferenças marcantes a separá-los. Chávez não colocaria o Estado a cargo de toda a economia, como fizera Fidel depois de sua vitória em 1959, apesar de, no começo de 2007, o presidente venezuelano ter determinado a nacionalização de algumas empresas de setores considerados fundamentais, como o de telecomunicações e o elétrico. Na Venezuela, respeitava-se, em termos gerais, a propriedade privada, e os donos de bens desapropriados recebiam indenizações do governo. Os meios de comunicação também eram livres. Os adversários falavam tudo

o que queriam sobre o presidente venezuelano, acusando-o livremente, inclusive de espancar a própria mulher e de criar um regime ditatorial. O que em si mesmo representava uma contradição – em uma ditadura real, uma acusação do tipo colocaria o responsável na cadeia, no mínimo. As eleições ocorriam com liberdade e com freqüência. Pela primeira vez na história da Venezuela, os cidadãos votavam a respeito de medidas importantes, como a assembléia constituinte. Não havia prisioneiros políticos ali. Não havia casos de tortura contumazes envolvendo agentes do governo. Não havia tribunais extrajudiciais nos quais autoridades corruptas ou acusadas de abusos, vindas dos regimes anteriores, fossem sumariamente julgadas, condenadas e colocadas em estádios diante de um pelotão de fuzilamento. Ao contrário,

alguns dos simpatizantes de Chávez consideravam-no leniente com o antigo regime, responsável por saquear o país.

Um repórter descreveu-o como um “Fidel sem calorias, sem a retórica anti-Estados Unidos, sem expropriações de bens particulares e sem o esmagamento da dissidência interna”. Wayne Smith, ex-chefe da Seção de Interesses Norte-Americanos em Havana, via em Chávez um “reformador social”. “Seus objetivos são a justiça social, uma distribuição de renda mais equânime, melhores condições de vida para os oprimidos”, declarou. Tanto assim, acrescentou, que “não vejo nenhum sinal de que Chávez seguirá o mesmo caminho de Cuba em termos de nacionalizações em massa. Eles podem ter objetivos bastante parecidos [...], mas formas diferentes de atingi-los”.

Enquanto Chávez e Fidel disputavam a partida de beisebol no estádio de Havana, os empresários venezuelanos estavam ocupados avaliando oportunidades de investimento no país. Um grupo de 300 deles acompanhou Chávez na viagem. Cuba desejava que a Venezuela investisse 200 milhões de dólares para ajudá-la a reformar a estropiada refinaria de petróleo construída pelos russos na Província de Cienfuegos. Os cubanos não conseguiram esse montante de investimentos, mas a Venezuela, por fim, aceitou vender a Cuba, por preços especiais, 53 mil barris diários de petróleo. O acordo assemelhava-se a outro firmado entre Venezuela e México em 1980, quando foi acordado vender petróleo para 11 países da América Central a preços subsidiados.

A crescente amizade entre Fidel e Chávez forneceria grande quantidade de munição às elites venezuelanas e a opositores alhures, para pintar o dirigente da Venezuela como um ditador em formação. Durante semanas, jornais venezuelanos reproduziram

quase diariamente o polêmico comentário sobre o “mar de felicidade”. O próprio Fidel convidou jornalistas da Venezuela para um encontro de dez horas e meia, realizado em Cuba e no qual negou que Chávez fosse um marxista disfarçado.

Quando o presidente venezuelano regressou a Miraflores vindo de Cuba, faltavam algumas semanas para a votação da nova Constituição. A tarefa se realizara, seguramente, a passos largos. Chávez precisava completá-la antes de seu capital político esvaziar-se e de a oposição reagrupar-se. A assembléia constituinte trabalhava em ritmo acelerado nas últimas semanas restantes, realizando sessões sete dias por semana. A nova Carta Magna elaborada pelo órgão era progressista e impressionante em alguns pontos, mas defeituosa em outros. Sua principal conquista caracterizava-se pelo fato de marcar um rompimento em relação ao antigo regime.

A Constituição intensificou as garantias aos direitos humanos. Pela primeira vez reconheceu os direitos dos povos indígenas, e criou medidas para a preservação do meio ambiente. O documento protegeu os sistemas de propriedade coletiva e de economia coletiva das tribos indígenas. E também reconhecia oficialmente as donas de casa como trabalhadores sujeitos a terem acesso a benefícios oficiais, como a seguridade social. Deu aos soldados o direito de votar; tirou o processo de promoção dos militares das mãos do Congresso – dentro do qual ex-amantes de presidentes, como Blanca Ibañez, decidiam muitas das nomeações – e colocou-o sob a responsabilidade das Forças Armadas e do presidente. Criou a agência chamada “Defensoria do Povo”, para garantir que os direitos dos cidadãos fossem observados.

A nova Constituição ainda elaborou concursos públicos para a escolha de juízes, que previam a participação de grupos de defesa dos direitos humanos e de outras organizações. Isso fez com que os processos deixassem de ser prerrogativas das salas tomadas pelo cheiro dos charutos, onde congressistas nomeavam juízes com os quais mantinham ligações políticas e que costumavam ser, portanto, facilmente controlados pelos partidos. A Constituição transformou o Senado e a Câmara dos Deputados em um único órgão, a Assembléia Nacional, e criou o cargo de vice-presidente. Ampliou o mandato presidencial de cinco para seis anos e permitiu uma reeleição subsequente ao término do primeiro mandato. Também criou, pela primeira vez na história da Venezuela, um mecanismo para retirar de seus cargos a qualquer tempo de seus mandatos dirigentes eleitos suspeitos. Essas autoridades incluíam todos, desde os prefeitos de vilarejos ao presidente.

A Constituição ganhou elogios de alguns por adotar medidas corajosas como o referendo de *impeachment*, mas recebeu também críticas de outros por concentrar poder demais nas mãos do presidente. Os adversários de Chávez suspeitavam da decisão de aumentar em um ano o mandato presidencial, bem como daquela que permitia a reeleição, não obstante essa última medida ter colocado a Venezuela em um grupo ao qual pertencem vários países. Preocupavam-se, ainda, com o fato de uma nova "lei habilitante" dar liberdade excessiva a Chávez para que legislasse. O fato de haver sido concedido aos militares o direito de votar alimentou temores em torno de uma "militarização" do governo, apesar de os militares norte-americanos, por exemplo, gozarem dos mesmos direitos. Empresários e neoliberais argumentaram que a nova Carta Magna permitia que o governo interferisse de forma

excessiva na economia. Ela também mudou o nome do país – algo que muitos chavistas, entre os quais Adán, irmão do presidente, não acreditavam estar entre as questões mais urgentes da Venezuela. O presidente, porém, insistiu, e a mudança de nome incluiu-se na Constituição.

No final das contas, a votação sobre a nova Carta Magna transformou-se antes em um plebiscito sobre o primeiro ano de governo de Chávez do que em um processo decisório sobre o texto legal em si. Algumas pesquisas indicaram que apenas 2% da população leram realmente o projeto antes de 15 de dezembro, independente de ele ter se tornado um livrinho bastante consultado e calorosamente debatido com o passar do tempo. Ambulantes vendiam exemplares da Constituição nas ruas. Chávez costumava sacar um do bolso durante pronunciamentos transmitidos em cadeia nacional. O presidente a chamava de a Constituição mais avançada do mundo.

A campanha que levou à votação sobre o texto acirrou-se. Adversários, entre os quais a liderança da Igreja Católica, alertaram que a Constituição ajudaria Chávez a instalar uma ditadura. O cardeal Rosalio Castillo, ex-núncio apostólico do país, até comparou as táticas de Chávez com aquelas adotadas pelo ex-ditador italiano Benito Mussolini.

Chávez respondeu ao fogo com fogo, acusando o cardeal de fechar os olhos à “imoralidade”, descrevendo o bispo Baltazar Porras como um “ignorante patético” e ameaçando exorcizar o que chamou de “demônios de batina”. O presidente sugeriu que o Filho de Deus estava do seu lado. “Se Jesus Cristo ressuscitasse na Venezuela, ele caminharia pelas ruas para, sem dúvida, dizer aos venezuelanos que votassem ‘sim’” no plebiscito, afirmou.

Chávez lançou ataques virulentos contra outros setores da oposição. Afirmou que seus detratores eram um “amontoado de porcos guinchantes” e “vampiros”. E referiu-se às elites como uma “oligarquia rançosa”. Ele tachou

o *publisher* de jornal de “degenerado”. Miguel Henrique Otero, *publisher* do *El Nacional*, maior diário do país, devolveu o elogio. “Ninguém na Venezuela pode confiar nas credenciais democráticas de Hugo Chávez”, afirmou. O presidente parecia vencer a guerra de palavras. No começo de dezembro, depois de ter realizado uma intensa semana de campanha a favor da nova Constituição, o apoio ao texto subiu 11 pontos percentuais, ficando em 67%.

No dia 15 de dezembro, a Venezuela realizava seu quinto pleito em um ano. Como ocorrera nas disputas anteriores, o resultado era dado como certo. Chávez obteve uma vitória fácil. Cerca de 71% dos eleitores aprovaram a nova Constituição. A noite prometia ser de festa, a realização de um dos maiores sonhos de Chávez. Contudo, enquanto se contavam os votos, uma tragédia anunciava-se nas encostas verdejantes do monte Avila, que dá vista para o mar do Caribe.

O monte Avila eleva-se quase à beira das águas caribenhas. Seu ponto mais alto, o pico Naiguata, fica 2.700 metros acima do nível do mar. As nuvens costumam cobrir esse e outros picos da região. Centenas de favelas espalham-se pelas encostas. Prédios de luxo, nos quais a elite de Caracas costuma passar seus fins de semana, erguem-se mais próximos do mar.

O “inverno”, ou temporada de secas, da Venezuela começa geralmente em dezembro. No entanto, durante as duas semanas que antecederam o pleito sobre a Constituição, uma chuva contínua

caiu sobre a capital e em outros pontos do país. Esse era um fenômeno incomum. Ainda assim, ninguém poderia ter previsto o que estava por vir. Logo depois do pôr-do-sol, no dia 15 de dezembro, uma enxurrada de proporções bíblicas desabou sobre o monte Avila. Em dois dias, a quantidade de água vinda dos céus foi o dobro do volume total que normalmente se registra ao longo de um ano.

As conseqüências resultaram catastróficas. Como já estava saturado devido às chuvas anteriores, o monte Avila acabou dobrando-se sobre si próprio. Pedras, árvores, barro e água despencaram encosta abaixo, atingindo vários vilarejos. Os destroços ganharam velocidade e volume ao descerem de pontos tão altos quanto o pico Naiguata. Quando atingiram os vilarejos, as árvores tombavam como torpedos. As pedras ofereciam uma visão ainda mais aterradora. Muitas delas tinham o tamanho de caminhões ou de pequenas casas; uma possuía 9 metros de altura e pesava, segundo estimativas, 840 toneladas. Pedras dessa envergadura esmagariam qualquer coisa que encontrassem pelo caminho. A onda de lama e destroços chegou a 3 metros de altura em alguns locais, assemelhando-se a uma onda que descesse a encosta na maré alta.

Quando o deslizamento terminou, um número aproximado de 20 mil pessoas estavam mortas. As autoridades nunca descobririam a cifra exata. A maior parte dos mortos ficou soterrada sob 3 metros de destroços – muitos foram levados para o mar. Alguns moradores da área carregavam os corpos, colocando-os sobre qualquer coisa que pudessem achar – um destroço, uma porta quebrada. No pequeno vilarejo de Carmen de Uria, a violenta onda abriu uma trincheira de 9 metros de profundidade no meio da

cidade, arrastando tudo o que encontrou pelo caminho. A massa de entulho atirou carros para dentro de salas de estar, dividiu casas ao meio e arrastou um grande número de vítimas para dentro das águas do Caribe.

O governo lançou imediatamente uma grande operação de busca e resgate. Cerca de 12 mil soldados e marinheiros usaram helicópteros, embarcações e veículos terrestres na zona do desastre para retirar os moradores dali, distribuir alimentos e água, patrulhar as ruas e realizar buscas por corpos. Nos primeiros quatro dias de operação, retiraram mais de 140 mil pessoas da costa alagada, levando-as para áreas seguras. Até mesmo autoridades dos Estados Unidos, que enviaram soldados, aviões e equipamentos a fim de ajudar, disseram-se impressionadas.

Chávez assumiu pessoalmente o comando das operações de resgate. Ele vestiu seu uniforme de combate, voou para a zona do desastre e visitou estádios e postos das Forças Armadas onde os sobreviventes haviam sido abrigados temporariamente. O Plano Bolívar 2000 acabou por tornar-se um treinamento ideal para os militares envolvidos nos esforços de ajuda. O deslizamento era uma tragédia horrível, mas, sob certos aspectos, ofereceu a Chávez alguns de seus melhores momentos como presidente. Ele realizava um pronunciamento em cadeia nacional de televisão e rádio todas as noites, fornecendo estoicamente aos venezuelanos um relatório atualizado sobre os esforços de resgate e conclamando-os a não perderem a fé. Chávez trabalhou incansavelmente, dormindo apenas duas horas por noite, enquanto transformava a operação em uma missão pessoal.

A tarefa das equipes de resgate mostrou-se medonha. Os envolvidos, por várias vezes, encontraram não corpos inteiros, mas

pedaços de corpos: cabeças, braços e pernas. Três semanas após o desastre, dezenas de vítimas foram encontradas boiando no mar, a cerca de 160 quilômetros da costa oeste da Venezuela. Muitos tiveram braços e pernas arrancados.

A reação do governo à tragédia foi enérgica, mas isso não impediu a oposição de tentar identificar falhas. Chávez não apareceu na TV na noite do dia 15 de dezembro, quando se anunciavam os resultados do plebiscito e o deslizamento começava, gerando rumores, reproduzidos pelos meios de comunicação, de que estava na ilha La Orchila, embebedando-se com Fidel Castro e outros líderes estrangeiros, a fim de celebrar a vitória nas urnas. Na realidade, conforme explicou o presidente mais tarde, ele havia passado a noite dentro do Palácio de Miraflores, em uma reunião de seu gabinete de governo. Por volta do meio-dia do dia seguinte, colocando sua vida em perigo, Chávez voou de helicóptero para o monte Avila, a fim de chegar às áreas mais duramente atingidas. Ele não quis ouvir o conselho de pilotos, segundo os quais seria perigoso demais levantar vôo em condições de visibilidade quase zero e com as chuvas ainda caindo. O dirigente impediu os jornalistas de o acompanharem no vôo porque a empreitada seria arriscada demais.

Os adversários também se aproveitaram de um relatório que, segundo afirmavam, provava que o governo havia sido alertado sobre o desastre iminente e que não havia feito nada a respeito porque não desejava adiar o pleito sobre a Constituição. No entanto, chuvas daquelas proporções aconteciam no país no máximo uma vez a cada cem anos, conforme declarações de especialistas surgidas depois, e o serviço nacional de meteorologia foi pego de surpresa, como todo mundo. "Em momento nenhum foi

divulgado à população qualquer alerta sobre a eventual gravidade desse acontecimento”, afirmou Alvaro Palache, do serviço de meteorologia.

Até a liderança da Igreja Católica desferiu ataques contra Chávez. O arcebispo José Ignacio Velasco clamou, do altar de uma igreja, que a tragédia significava uma punição de Deus, cujo alvo seria Chávez.

Na opinião do presidente, a causa do desastre era mais terrena. Para Chávez, esse grande número de pessoas morreu porque os governos anteriores permitiram, de maneira irresponsável, que vilarejos inteiros se fixassem em áreas sujeitas a deslizamentos de terra. Quanto aos conjuntos de prédios de luxo, o pagamento de propinas para autoridades corruptas costumava garantir a aceleração dos processos de concessão de licença.

Depois da tragédia, Chávez viu-se sob ataque também devido à maneira como conduzia as relações com os Estados Unidos. Dois dias após o deslizamento de terra e pedras, os primeiros 120 soldados norte-americanos começaram a chegar à Venezuela para colaborar nos esforços de busca e resgate. Helicópteros Black Hawk, um avião de transporte Hercules C-130, um DC-8 e 3,4 milhões de dólares em ajuda também foram enviados. No dia 23 de dezembro, um gigantesco C-5 Galaxy – o maior avião fabricado nos Estados Unidos – pousou no Aeroporto Internacional Simón Bolívar, carregando purificadores de água.

Porém, a coordenação das ações, até então bem-sucedida, sofreu um tropeço na metade de janeiro de 2000, quando os Estados Unidos enviaram dois navios para a Venezuela a fim de auxiliar na reconstrução da maior estrada da região, que se

estendia na região costeira localizada ao pé do monte Avila. Os navios carregavam tratores, buldôzeres, equipamento de engenharia e 450 engenheiros da Marinha e do Corpo de Fuzileiros. O ministro de Defesa de Chávez, general Raúl Salazar, pedira a ajuda em uma carta enviada no dia 24 de dezembro.

Em uma falha de comunicação com Salazar ou mesmo de mudança de planos da parte do presidente, no dia seguinte à partida do USS Tortuga de Norfolk, de Virgínia, Chávez anunciou repentinamente que o auxílio dos norte-americanos não se fazia mais necessário. O dirigente, no entanto, continuava disposto a aceitar os equipamentos. Os Estados Unidos mandaram que o USS Tortuga desse meia-volta. E ainda cancelaram a partida do USS Nashville, de Morehead City, Carolina do Norte. As autoridades norte-americanas ficaram ofendidas e perplexas. Afirmaram que não poderiam enviar as máquinas sem os homens.

Chávez enfrentava uma situação politicamente delicada. Apesar de suas relações com os Estados Unidos transcorrerem de forma ainda relativamente positiva, o colosso do norte possuía um histórico de minar governos e movimentos esquerdistas na América Latina. Permitir que os 450 militares e dois navios norte-americanos desembarcassem seria o equivalente a dar aos "imperialistas" norte-americanos a possibilidade de que colocassem suas forças em praias localizadas a menos de meia hora da capital. Esse não era exatamente o tipo de coisa que um governo auto-intitulado revolucionário poderia permitir. Apelando à soberania nacional, Chávez, naquele mesmo ano, já proibira aviões dos Estados Unidos de sobrevoarem o território venezuelano em missões de reconhecimento em meio a uma operação de combate ao narcotráfico. Os adversários do presidente afirmaram desejar

receber toda a ajuda disponível para recuperar o país do desastre, independente de onde viesse.

Chávez viu-se criticado, ainda, devido a supostos casos de abusos dos direitos humanos envolvendo soldados e policiais, casos ocorridos depois da tragédia, em meio a esforços para conter ondas de saque verificadas ao anoitecer. No dia 3 de janeiro de 2000, grupos de defesa dos direitos humanos divulgaram um relatório acusando agentes das forças de segurança de terem cometido assassinatos, agressões e saques na área do desastre. Uma destemida repórter do *El Nacional*, Vanessa Davies, escreveu uma série de artigos sobre os supostos abusos, com base em relatos de testemunhas cujas identidades não se revelaram.

Chávez reagiu de forma defensiva. Considerou os relatórios dos grupos de defesa dos direitos humanos “suspeitos e superficiais”. Questionou a credibilidade de Davies, alegando que investigadores do governo não haviam encontrado “nenhuma prova sequer” para dar embasamento àquelas acusações. A disip (polícia política) intimou Davies para depor.

No dia 11 de janeiro, o próprio governo de Chávez o contradisse. Roger Cedeno, ouvidor do governo, disse acreditar que as forças de segurança haviam matado mais de 60 pessoas entre os dias 17 e 30 de dezembro, no Estado de Vargas (região costeira). O ministro venezuelano das Relações Exteriores, José Vicente Rangel, outrora altamente respeitado jornalista, criticou a disip por intimar Davies. O chanceler acrescentou não ter ficado surpreso com a possibilidade de membros das forças de segurança terem cometido abusos, já que isso não seria nenhuma novidade na Venezuela.

Chávez, é preciso reconhecer, acabou mudando de opinião. Em manobra surpreendente, telefonou para Davies e convidou-a a acompanhá-lo em uma visita a Vargas, onde o presidente conversaria com as famílias responsáveis por denunciar à repórter os casos de abuso. Os dois embarcaram em um jipe, dirigido por um Chávez paramentado com uniforme militar, rumando para a zona de desastre, em um sábado à noite, dia 22 de janeiro. Um homem que encontraram levou o presidente e seu *entourage* ao local onde haveria uma suposta vala comum cheia de corpos. Ele contou a Chávez que os soldados tinham colocado as pessoas umas ao lado das outras antes de dispararem contra todas. O presidente prometeu que o local seria exumado; não se achou nenhum corpo. Chávez prometeu, ainda, melhorar o desempenho do país no setor da proteção aos direitos humanos. “Temos uma cultura terrível aqui”, afirmou. “E isso não vai mudar da noite para o dia.”

Grupos de direitos humanos elogiaram a mudança de postura da parte de Chávez. Um homem, porém, continuava insatisfeito. Na opinião dele, a disip estava sendo transformada em bode expiatório. O nome dele: Jesús Urdaneta, um dos membros fundadores do MBR-200. Urdaneta foi a primeira pessoa nomeada por Chávez para ocupar um cargo do governo, assumindo o posto de chefe da disip em dezembro de 1998, antes mesmo da posse de Chávez.

Urdaneta acreditava que integrantes do governo e os meios de comunicação haviam usado a agência dele como bode expiatório ao se concentrarem na disip, que mantivera apenas alguns agentes em Vargas, onde, por sua vez, ficaram concentrados milhares de outros militares e policiais. “Havia 8 mil homens lá. E, supostamente, meus 60 homens foram os que violaram todos os direitos humanos”,

declarou mais tarde. Nesse momento, surgia também uma luta de poder dentro do governo e entre Chávez e seus antigos camaradas de armas. Para alguns dos bolivarianos, o presidente aproximava-se em demasia de políticos como Luis Miquilena e José Vicente Rangel, que consideravam parte do antigo regime. Urdaneta sentia-se insatisfeito e estava pronto para pedir demissão.

Chávez estava prestes a testemunhar as primeiras deserções de peso a ocorrerem na sua Presidência. Camaradas que considerava antes irmãos de sangue o abandonariam e – aos olhos dele – o trairiam.

17. As Primeiras Deserções



Quando se aproximava de completar um ano na Presidência, Chávez continuava a ser imensamente popular. Para as classes baixas, o presidente ainda era o Messias que salvaria o país da oligarquia corrupta. No entanto, começavam a surgir os primeiros sinais de insatisfação. Duas semanas antes do pleito sobre a Constituição, moradores de bairros ricos de Caracas abriram suas janelas durante um dos discursos de Chávez transmitidos em cadeia nacional de televisão, para bater latas e panelas protestando contra o dirigente e contra o projeto de Constituição. Os protestos feitos com o bater de panelas tornaram-se famosos na América Latina durante o começo dos anos de 1970, no Chile, antes de o presidente Salvador Allende ter sido deposto em um golpe que contou com o apoio dos Estados Unidos.

Os adversários de Chávez também realizaram vigílias à luz de velas. Distribuíram panfletos. Soaram a buzina de seus carros. Essas pessoas estavam fadigadas do linguajar colérico dele, do fato

de ele chamar seus oponentes de “monte de porcos guinchantes” e de “oligarquia rançosa”. Muitos deles não tinham relação nenhuma com a oligarquia. Longe de terem sangue azul e talheres de prata sobre suas mesas, essas pessoas eram cidadãos da classe média que acreditavam ter trabalhado duro para chegar aonde chegaram. A revolução de Chávez não lhes prometia muita coisa. O prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, do desacreditado partido Ação Democrática, prometeu continuar batendo panelas se o presidente continuasse seqüestrando as ondas de emissoras para despejar horas de ataques violentos.

Os pronunciamentos de Chávez deixavam seus adversários loucos de raiva. Ele parecia ser ubíquo, realizando dois ou três discursos por dia e, repetidas vezes, aparecendo ao vivo no horário nobre para falar durante períodos de duas horas, em média. Logo no começo de fevereiro, a fim de celebrar a conclusão do primeiro ano de seu mandato, o presidente discursou por 171 minutos no horário nobre. Regressou às televisões no dia 5 de fevereiro, para mais 39 minutos de pronunciamento. No dia 11 de fevereiro foram 110 minutos, no dia 14, 104 minutos, no dia 15, 88 minutos e no dia 16, mais de uma hora.

Os discursos impediam a exibição das populares novelas do horário noturno, além de diminuir os lucros das emissoras de televisão, já que, durante os pronunciamentos, não se exibiam comerciais. Muitos dos adversários de Chávez e mesmo alguns de seus simpatizantes acreditavam que o presidente se excedia. “Não consigo mais agüentar isso”, reclamou uma cabeleireira. “Ele fala de manhã, à tarde e à noite, em todos os canais. Parece que estamos vivendo em uma ditadura.”

Ainda assim, Chávez era uma figura divertida. Nenhum político dos Estados Unidos ou da maioria dos demais países conseguiria equiparar-se ao dirigente quando o assunto era contar uma piada. Uma apresentação de 2001 incluía um vídeo no qual ele aparecia visitando uma cidade da zona rural da Venezuela e ajudando médicos militares durante uma cirurgia – Chávez segurava uma lanterna. De repente, virou-se para a audiência e gracejou: “Vocês estão vendo? Agora já posso até fazer uma cirurgia!”. Os venezuelanos das classes baixas adoravam aquilo. Chávez era um contador de história nato, com um “*timing* excelente”, conforme dissera certa vez Gabriel García Márquez. Com a modulação de voz de um pastor batista, atraía milhões de telespectadores, bebericando de uma xícara de café entre os arroubos retóricos e sacando do bolso uma cópia da indefectível Constituição nova. Suas considerações percorriam os assuntos mais variados, de histórias sobre sua infância, passando por reflexões sobre o sentido do amor, para chegar ao prosaico sobre por que um dos seus parentes tinha o apelido de *Carabinero*. Chávez citava frases de personalidades as mais variadas, como o filósofo alemão Friedrich Nietzsche, Thomas Jefferson e Mao Tsé-tung. O presidente era um pouco historiador, um pouco filósofo e um pouco estadista.

Para os adversários, os longos discursos de Chávez diante de milhões de telespectadores comprovavam que o ego dele estava saindo perigosamente de controle. Sem dúvida, seu ego inflava-se em proporções consideráveis. Mesmo aliados do dirigente, tais como seu guia espiritual, o reverendo Jesús Gazo, reconheciam que Chávez era um tipo de sabe-tudo que nem sempre se dispunha a ouvir os outros. Algumas pessoas ficavam imaginando se o presidente viraria um potentado arrogante ao estilo de Fidel,

emitindo ordens desde o alto para as massas menos iluminadas ou mesmo para seus ministros. Os inimigos insistiam que Chávez já era essa figura.

Mas milhões de pessoas adoravam os discursos dele e clamavam por mais. Chávez, na cabeça deles, liderava uma revolução e isso exigia uma doutrinação constante, a fim de mudar os hábitos maléficos do passado. Muitos simpatizantes consideravam-no um professor ou um chefe de família preocupado com manter a nação informada do que se passava – uma raridade na Venezuela. Alguns comparavam os pronunciamentos às “conversas ao pé da lareira”, de Franklin Delano Roosevelt durante a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Chávez, note-se ainda, veio dos *llanos*, uma região de pessoas loquazes, para as quais não era errado ficar arengando horas a fio. Na Venezuela, os horários e a pontualidade não importavam. As relações pessoais é que eram o fundamental.

As declarações públicas de Chávez forneciam uma certa dose de transparência a seu governo. As pessoas sabiam o que se passava. O líder venezuelano interrogava e algumas vezes repreendia seus ministros diante de sua audiência. Anunciava nomeações e demissões. Exibia mapas e gráficos para ilustrar seus mais recentes planos ou viagens ao exterior. Para muitos venezuelanos, que mal haviam cursado o ensino fundamental, aquilo representava uma aula informal de geografia. Chávez contava um breve resumo da história dos países e descrevia as pessoas com as quais se encontrara. Outros pronunciamentos centravam-se na história da Venezuela ou nas políticas econômicas do seu governo. Seu jeito informal e divertido de comportar-se facilitava a absorção daquilo

tudo. Ele falava a língua do povo. Ele era uma pessoa comum, o morador de um *barrio*.

Chávez parecia-se com um fio desencapado, principalmente quando comparado com seu moribundo antecessor no cargo, Rafael Caldera, que raramente se dirigia à nação e que precisou, repetidas vezes, afastar boatos de que teria morrido. “Ele é o único presidente que tivemos interessado no povo, em resolver nossos problemas”, comentou o funcionário de uma loja de roupas. Chávez não se preocupava com o fato de roubar dos venezuelanos o tempo que perderiam assistindo a teledramaturgias sem conteúdo. Pelo contrário. “Novelas? Não, não!”, disse ele a repórteres. “Precisamos de mais discursos para explicar à população” o que está ocorrendo na Venezuela.

Segundo os adversários de Chávez, os pronunciamentos do presidente na TV não enchiam a barriga de ninguém. As elites ridicularizavam-no e faziam piada das aparições dele. “Vocês viram nosso Príncipe Palhaço na noite passada?” era uma das observações características. Outros comentavam: “*el peón ha tomado la finca*” – o peão assumiu o comando da fazenda. Um ex-membro do Departamento de Estado norte-americano sugeriu uma explicação sobre por que Chávez se encontrava afastado da maior parte dos empresários venezuelanos: “Acho que os empresários não sabem como conversar com ele. É provável que nunca tenham se encontrado com alguém como ele, com exceção talvez dos empregados deles.” As elites haviam se cansado de ouvir Chávez contar sobre a avó Rosa Inés ou de vê-lo comparar fatos da história mundial com jogos de beisebol. Em vez de falar incansavelmente, acreditavam, o presidente deveria fechar a boca e comandar o governo.

A classe alta o acusava de dirigir um governo medíocre. Em janeiro, um ex-auditor público divulgara um relatório altamente crítico, alegando que o governo prestava atenção demais nas questões políticas, mas atenção de menos na economia, na criminalidade e na corrupção. Eduardo Roche Lander acusou o Plano Bolívar 2000 de haver se transformado em um ninho de corrupção. E observou que o desempenho da economia venezuelana fora desanimador: encolhera em 7,2% desde a posse de Chávez, os investimentos externos haviam caído em 1,7 bilhão de dólares, a fuga de capitais chegara à casa dos 4,6 bilhões de dólares e 500 mil vagas de emprego tinham virado pó.

O governo de Chávez rechaçou o documento, considerado um ato de vingança política, já que a assembléia constituinte, pouco antes, demitira Roche Lander. O ministro venezuelano das Relações Exteriores, José Vicente Rangel, observou que sob o comando de Chávez o país realizara a proeza inédita de dispensar 200 juízes corruptos, e outros magistrados seguiriam pelo mesmo caminho. A economia enfrentava problemas, mas Chávez herdara um pesadelo fiscal de Caldera. E o governo tinha, além disso, de enfrentar as conseqüências negativas dos deslizamentos de dezembro.

Algumas autoridades norte-americanas embarcaram nas críticas contra Chávez. Peter Romero, maior autoridade do Departamento de Estado para a América Latina, afirmou a um jornal da Espanha que "nós estendemos nossa mão a Chávez. Contudo, não se vê o governo atuando, apenas plebiscitos, referendos e mais eleições. Eles nos pedem para esperar, mas nós, gringos, não somos muito conhecidos pela paciência". A declaração provocou uma pequena rusga diplomática.

Tratava-se do primeiro embate declarado entre os dois países. Até então, a postura predominante dos Estados Unidos em relação a Chávez – defendida sobretudo pelo embaixador John Maisto – passava por privilegiar os esforços de aproximação em detrimento do conflito. Os norte-americanos desejavam evitar um choque capaz de ameaçar as importações de petróleo ou os milhões de dólares que as multinacionais do setor faturavam na Venezuela. Conforme explicou José Vicente Rangel, “o Departamento de Estado mostrou-se bastante cauteloso em relação a Chávez devido ao que chamo de síndrome Cuba: o medo de que a inflexibilidade norte-americana empurre Chávez para a extrema esquerda, como fez com Fidel”. Vicente Rangel referia-se aos esforços dos Estados Unidos para minar Fidel nos primeiros anos da revolução, com medidas que incluíram desde a invasão da baía dos Porcos ao embargo econômico.

Maisto argumentava com Romero e com outras pessoas do Departamento de Estado ser recomendável aproximar-se de Chávez. O presidente venezuelano contava com uma imensa popularidade dentro de seu país e vencera uma série de eleições livres e justas. As políticas dele, principalmente em relação à economia, até aquele momento não eram radicais. Depois de defender a decretação de uma moratória na época da campanha eleitoral, Chávez, após assumir a Presidência, não desobedeceu a um acordo firmado por Caldera com o FMI. Ele pagou a dívida e deixou os banqueiros satisfeitos. Na qualidade de populista, Chávez beneficiava-se dos conflitos “nós contra eles”. Ele investiu contra a elite corrupta da Venezuela, contra empresários, contra magnatas da comunicação e contra a liderança da Igreja Católica. Maisto não

desejava que os Estados Unidos passassem a integrar a lista de seus inimigos.

O incidente com Romero virou coisa do passado. Outros conflitos, porém, anunciavam-se. Os Estados Unidos teriam um novo presidente na virada do ano. E o país estava destinado a repetir os erros cometidos em relação a Cuba.

Chávez e suas forças cometeram mais do que alguns pequenos erros, capazes de fornecer munição a adversários e de provocar a ira não apenas dos opositores, mas também do próprio presidente. Após os eleitores terem aprovado a nova Constituição, no dia 15 de dezembro, o Congresso e a Suprema Corte ficaram automaticamente eliminados. Uma semana mais tarde, a assembléia constituinte declarou os dois órgãos oficialmente extintos. Por meio de acordos de bastidores, a assembléia nomeou os membros de um recém-criado Tribunal Supremo de Justiça, a mais alta corte do país, junto com o procurador-geral, o ouvidor da União, o advogado-geral da União e o Conselho Eleitoral Nacional. E ainda escolheu um "mini-Congresso" formado por 21 integrantes, todos aliados de Chávez, e encarregado de substituir o antigo órgão até a realização de eleições para escolher a nova Assembléia Nacional. O pleito, marcado a princípio para acontecer em fevereiro, viu-se adiado por meses devido aos deslizamentos de terra e a problemas técnicos com as máquinas de votação.

Contradizendo as declarações de Chávez sobre terem chegado ao fim os dias de nomeações de bastidores realizadas pela elite política, a assembléia constituinte não consultou a sociedade civil ou membros de outros grupos antes de tomar suas decisões. Luis Miquilena, o chefe da assembléia constituinte e do mini-Congresso, escolheu pessoalmente várias das novas autoridades. Uma delas

era Adán, o irmão de Chávez. Adversários do presidente acusaram o governo de aproveitar-se da situação caótica gerada pelos deslizamentos para levar a cabo as nomeações. Até mesmo Chávez criticou a oportunidade perdida de deixar para trás “a antiga forma de se fazer política”. Miquilena admitiu publicamente o “erro” das nomeações feitas a portas fechadas para os membros do conselho eleitoral. Opositores afirmaram que toda a situação e o adiamento das eleições concentravam poderes demais nas mãos do presidente.

A oposição estava furiosa, indignada e em desvantagem na batalha política travada dentro do país.

Para essa fatia da sociedade, odiar Chávez tornara-se um passatempo nacional. Mas os opositores conseguiam, ao menos em um lugar, aliviar suas dores por meio do humor. Uma peça de teatro chamada *La Reconstituyente* (A Reconstituente) transformara-se na mais badalada da cidade. O nome era um jogo de palavras com a assembléia pró-Chávez encarregada de reescrever a Constituição. Durante as apresentações, um ator irrompia no palco com uma luva de beisebol em uma mão e uma boina vermelha na cabeça. Ele satirizava Chávez impiedosamente, imitando o respectivo jeito de falar e reproduzindo o hábito que tinha de interromper os discursos para cumprimentar pessoas da platéia que conhecesse. Uma noite, um dos atores, o comediante Laureano Márquez, disse ao público que gostaria de ver mais dos quilométricos discursos de Chávez. “Enquanto ele fala, ele não está governando, e essa é uma vantagem estratégica”, afirmou.

Além dos golpes desferidos pela peça *La Reconstituyente*, o governo enfrentava também Teodoro Petkoff, uma das vozes mais bem articuladas e mais enérgicas da oposição. O ex-líder

guerrilheiro marxista dos anos de 1960 transformado em czar das políticas neoliberais de Caldera contava com uma nova reencarnação. Em seu mais recente papel, Petkoff ocupava o cargo de editor-chefe do *El Mundo*, um jornal vespertino. E exibia as qualificações necessárias para tanto. Petkoff poderia ser descrito como alguém semelhante a um eterno dissidente. Ele havia entrado em discórdia e brigado com todo mundo, dos membros do Partido Comunista na União Soviética, após a invasão da Tchecoslováquia em 1968, a seus colegas no MAS, quando a legenda apoiou a candidatura presidencial de Chávez, em 1998.

Petkoff fez com que o ordinário *El Mundo* renascesse, editando-o com estilo, brilhantismo e criatividade. Ele colocava um extenso e incisivo editorial na primeira página de todas as edições do diário. O texto virou leitura obrigatória para os adversários de Chávez e, também, para alguns de seus simpatizantes. Frequentemente, o governo não sabia como responder às críticas. Apesar do grande número de jornalistas proeminentes em suas fileiras, a administração chavista “mostrou-se patentemente deficitária no setor de relações públicas e encontrou dificuldades para rebater os ataques de uma imprensa quase em sua totalidade opositora”, incluindo Petkoff. Chávez dominava o ambiente com tal peso que poucas vozes diferentes da dele ganhavam espaço ou conseguiam a chance de falar aos microfones.

Petkoff saiu de seu cargo no *El Mundo* devido a supostas pressões feitas por uma liderança do governo que se serviu de uma pendência jurídica envolvendo os donos do jornal, a família Capriles. Em abril de 2000, aos 68 anos de idade, ele fundou seu próprio diário, o *Tal Cual*. A publicação logo gerou polêmica. No dia seguinte a sua estréia, 3 de abril, o editorial da primeira página

exibia o seguinte título: "A Postura Oficial". Ao lado, uma foto de Chávez. No texto todo, apenas as palavras: "Blá, blá, blá", repetidas inumeráveis vezes.

O maior golpe sofrido por Chávez no começo de seu segundo ano de mandato não veio, porém, do jornal de Petkoff. Veio de um dos seus ex-camaradas de armas. No oitavo aniversário da revolta de 4 de fevereiro de 1992, Francisco Arias Cárdenas, Jesús Urdaneta e Joel Acosta Chirinos, três dos principais líderes da rebelião, surpreenderam o país ao concederem uma entrevista coletiva na cidade de Coro (oeste), criticando Chávez e seus assessores imediatos. Na opinião dos três, a "revolução pacífica" do presidente perdia o rumo e traía os ideais bolivarianos pelos quais haviam arriscado suas vidas. Acreditavam que a "revolução" carecia de democracia, era dirigida por caudilhos ou chefes autoritários e alimentava a corrupção. Os três conclamaram Chávez a demitir o chanceler do país, José Vicente Rangel, o ex-ministro do Interior e recentemente nomeado embaixador junto às Nações Unidas, Ignacio Arcaya, e Luis Miquilena. Miquilena transformara-se em um tipo de manda-chuva do governo. Ele era o assessor mais próximo de Chávez, para quem ele era uma figura paternal.

Arias Cárdenas, no passado o principal colaborador do presidente e colíder do golpe de 1992, acalentava uma outra opinião. "Fomos enganados, e isso significa uma grande decepção para o país", afirmou. Alguns dos assessores civis do presidente "parecem ter se tornado criminosos". Arias acrescentou: "segundo acredito, uma organização que não permite a manifestação de opiniões contrárias, que não promove debates, que não discute nada, não existe".

Urdaneta reforçou as dúvidas a respeito dos assessores civis de Chávez. “Esses homens colocaram uma venda sobre os olhos do presidente e estão levando-o para um abismo”, disse. Acosta Chirinos, por sua vez, reclamou que

o governo Chávez se convertia em uma réplica dos antigos regimes da Ação Democrática, agindo de maneira quase stalinista e lançando mão de conchavos elaborados por caudilhos. “O partido transformou-se em um tipo de organização clandestina, na qual, ao que parece, as decisões são tomadas em um estilo que nos lembra o da Quarta República”, afirmou. “O presidente está cercado por um grupo de funcionários que simplesmente abaixam a cabeça e respondem: ‘Sim, mestre.’” Os três deixaram claro que suas críticas não significavam um rompimento definitivo com Chávez. Por meio delas, dariam uma chance ao presidente para “corrigir-se”.

O ataque contra Chávez causou espanto. A ação partiu de seus três antes mais próximos e mais poderosos aliados. Arias Cárdenas governava o Estado de Zulia, rico em petróleo. Urdaneta comandava os serviços de inteligência de Chávez, era o homem encarregado de proteger os segredos do país. Acosta Chirinos chefiava o MVR em nível nacional. O protesto deles ameaçava dar vida nova a um movimento oposicionista praticamente inexistente e causar o primeiro grande racha no governo Chávez. Os membros do antigo e quase extinto regime sorriam.

Uma semana depois da entrevista coletiva em Coro, os comandantes intensificaram o teor de suas críticas. Urdaneta, ex-chefe da disip para quem sua agência havia servido de bode expiatório em relação aos abusos de direitos humanos ocorridos depois dos deslizamentos de terra, apareceu no gabinete do procurador-geral. Ali, entregou arquivos contendo, segundo afirmou,

pro-vas de corrupção contra 46 autoridades do governo, entre as quais Miquilena. Outra bomba estourava no colo de Chávez. O presidente parecia atordoado. Colocando fim a uma semana de silêncio a respeito dos dissidentes, Chávez fez um pronunciamento em cadeia nacional. Disse ter ficado "atormentado" com a desavença, mas que a revolução precisava continuar. Muitos interpretaram sua declaração como um adeus definitivo aos ex-companheiros.

Por sob as críticas e as acusações feitas por ex-líderes do golpe de 1992, no entanto, havia ciúmeiras, mágoas e uma luta dentro do MVR entre os civis e os militares. Alguns acreditavam que Arias e os outros tinham vindo a público porque se sentiam alienados do governo e tinham inveja do sucesso de Chávez. Arias Cárdenas fora preterido, pouco antes, para o recém-criado cargo de vice-presidente. Urdaneta acabou demitido do comando da disip. Acosta Chirinos, à frente do MVR, não possuía qualquer tipo de poder efetivo e estava, de toda forma, prestes a ficar sem o cargo, já que Chávez anunciara seu plano de retomar pessoalmente o comando do partido depois de "tê-los deixado fazer o que queriam" durante o último ano.

Os três também alimentavam desavenças, algumas delas bastante anti-gas, com os assessores civis de Chávez. Nos anos de Yare, Miquilena ordenara que Arias Cárdenas ficasse em silêncio e que não conversasse mais com os meios de comunicação. Para Miquilena, os líderes do golpe deveriam fazer de Chávez a estrela em torno da qual o partido prosperaria. Arias não gostou daquilo e tampouco gostava do poder acumulado por Miquilena dentro do governo. Urdaneta desentendeu-se com José Vicente Rangel, que acusou a ele e à disip de intimidação, tentando silenciar jornalistas

e grupos de defesa dos direitos humanos que investigavam os assassinatos de Vargas. Segundo Urdaneta, Rangel convencera Chávez a impedi-lo de responder prontamente às acusações; e ainda, sua demissão ocorrera porque Chávez não queria investigar os casos de corrupção apresentados por ele. O presidente, no entanto, prometera analisá-los.

Chávez enfrentava uma situação delicada. Viu-se criticado por causa de seu passado como golpista e por nomear tantos militares para cargos do governo. A fim de afastar os temores sobre estar criando um regime militar para ocupar alguns dos altos postos do governo, o presidente convocou para ajudá-lo civis respeitados e de destaque, vindos da esquerda, tais como Rangel e Miquilena. Esses civis seriam capazes de prover a experiência política necessária para comandar um governo em que várias autoridades, entre as quais o próprio presidente, ocupavam um cargo público pela primeira vez. De outro lado, Arias, Urdaneta e Acosta Chirinos eram antigos camaradas de Chávez. Sem os três, dado fundamental, ele nunca teria se tornado presidente. Mas Chávez não poderia trilhar ambos os caminhos. Conforme escreveu o articulista de um jornal, o presidente tinha duas opções: cortar a mão esquerda ou a direita. Ao final, o líder venezuelano escolheu ficar com os civis.

Em vez de perder força, a crise aprofundou-se. Urdaneta acusou Miquilena de, entre outras coisas, ser acionista de uma gráfica que selara contrato com o Conselho Eleitoral Nacional para imprimir milhões de cópias da nova Constituição da Venezuela. Também acusou Miquilena de ajudar um amigo com contratos de seguro assinados por 11 agências diferentes do Estado, declarando ainda que Miquilena o tinha pressionado a fazer com que a disip também fechasse um contrato similar.

Miquilena reagiu atacando. Afirmou que Urdaneta construía um chalé de oito quartos e quatro andares em um bairro chique de Caracas, com fundos desviados da disip antes de ser afastado do cargo. O procurador-geral do país acabou por lançar investigações contra os dois. Contudo, ao final, nenhum deles foi condenado.

À medida que a crise se intensificava, os três ex-companheiros de armas de Chávez chegaram à conclusão de que o presidente não iria “corrigir-se” e de que romperiam definitivamente com ele – ao menos naquele momento, já que a política venezuelana caracterizava-se por um estranho jogo de inimigos e aliados, mudando constantemente de posição. No dia 10 de março, os três realizaram uma nova entrevista coletiva, dessa vez na cidade de Maracay. Ao lado deles, colocaram-se outros rebeldes participantes da tentativa de golpe de 1992, entre os quais o general da reserva Francisco Visconti Osorio e o capitão Gerardo Márquez. William Izarra, o piloto da Força Aérea que estudara em Harvard e que fundara a célula rebelde chamada Arma, também compareceu.

O grupo divulgou a “Declaração de Maracay”, na qual criticava o governo Chávez. Nela, os militares ainda prometiam combater a corrupção, a burocracia e a demagogia, além de enfrentar as tentativas de politizar as Forças Armadas. Prometeram também garantir a propriedade privada e descentralizar o poder. Disseram que o “mar de felicidade” deles seria construído dentro da Venezuela, sem seguir o modelo cubano de Fidel.

E Arias fez um outro anúncio surpreendente: disse que enfrentaria Chávez em uma futura corrida presidencial. A nova Constituição havia zerado o relógio de todos os cargos oficiais, exigindo das autoridades eleitas que confirmassem seus mandatos em uma “megaeleição” nacional marcada para o final de maio. No

total, seriam disputados 6.200 cargos públicos, de presidente a prefeitos de cidadezinhas. Arias divulgou um ataque virulento contra o homem antes considerado sua alma gêmea. Era agora seu adversário e se tornaria seu aliado outra vez, no futuro. Ele acusou o presidente de demagogia, de aliar-se às elites corruptas e de encorajar as pessoas pobres a roubarem em vez de trabalharem. Arias avisou que a Venezuela poderia se transformar em uma nova Cuba:

Não acreditamos que nos rebelamos e que tivemos mortes e pessoas feridas para que uma pessoa pudesse disfarçar-se com a camiseta de Fidel Castro. E nós queremos deixar isso bem claro. Respeitamos Fidel, mas na ilha dele. Po-demos negociar com Fidel e com os cubanos, respeitando a respectiva revolução, mas nossa revolução será construída aqui, sem conselhos vindos do exterior. [...] Ninguém pode nos dar exemplos sobre aquele mar de felicidade. [...] Não acreditamos no autoritarismo. Não acreditamos que se possa repetir na Venezuela aquela tendência de concentração de poder e permanência no poder. Nenhuma revolução pode ficar ligada a uma única pessoa. Esse tem sido o dilema, meus amigos: o que fazer a esse respeito. O presidente não nos ouve.

Tratava-se de um ataque devastador vindo do homem que ajudara a liderar a rebelião de 4 de fevereiro. Chávez não assistiu àquilo passivamente. Os dois travariam uma dura batalha na campanha eleitoral. Arias fez exibirem anúncios nos quais apareciam galinhas, uma sugestão de que Chávez fosse um covarde por não ter saído de sua posição para investir contra Miraflores enquanto seus camaradas eram atacados e morriam no palácio presidencial. Chávez rebateu, questionando Arias por ter aceitado

um cargo no governo de Caldera como chefe de um programa de distribuição de leite para mulheres grávidas. Aquele seria um serviço para mulheres, não para um homem de verdade, deu a entender.

O debate verdadeiro, no entanto, não girava em torno de saber quem seria mais machão, mas de descobrir para onde Chávez levava o país. O presidente encaminhava-se para transformá-lo em uma nova ditadura semelhante a Cuba, conforme acusavam Arias e outros? Ou Chávez criava uma democracia realmente participativa, que, pela primeira vez na história da Venezuela, atendia às necessidades da maioria pobre do país?

Chávez forneceu grande quantidade de munição para seus adversários, segundo os quais o presidente não passava de mais um caudilho autoritário, um clássico homem forte da América Latina com pouca disposição para as sutilezas da democracia. Chávez era o ex-líder de um golpe que vivia às voltas com Fidel Castro, escrevia cartas para Carlos, o Chacal, usava uniforme de combate, empregava metáforas militares, pressionava para que o mandato presidencial fosse ampliado e escolhia membros das Forças Armadas para ocuparem cargos dentro do próprio governo. A cena dos parlamentares subindo nas grades do Congresso para tentar ingressar ali, em agosto, dera a impressão de que já não havia Congresso no país. O mini-Congresso temporário criado em dezembro para substituí-lo carecia de membros de oposição. Chávez jogou lenha na fogueira meses mais tarde, ao visitar Saddam Hussein, tornando-se o primeiro líder de um país a visitar o ditador iraquiano desde o fim da Guerra do Golfo.

Ainda assim, argumentar que se instalava uma ditadura seria um exagero. Ao contrário da Cuba de Fidel, a Venezuela de Chávez

não apresentava as características de um Estado totalitário.

Ele elegeu-se por meio de um pleito realizado livremente e de forma justa, vencendo mais três votações referentes à elaboração e à aprovação da nova Constituição. Nas prisões venezuelanas, não havia prisioneiros políticos. Não havia partidos políticos banidos. Nenhum jornal, rede de televisão ou estação de rádio sofria censura, mesmo sendo a maioria desses veículos ferozmente contrários a Chávez. O direito à propriedade privada era respeitado. O governo, por enquanto, não nacionalizava setores inteiros, como fizera o regime de Fidel, apesar de Chávez ter começado a nacionalizar algumas empresas no começo de 2007. “Nem mesmo os críticos mais incisivos conseguem impugnar as fundações democráticas do governo Chávez”, escreveu a *Newsweek*, que o elegera “o Latino-Americano do Ano”.

Até mesmo o embaixador norte-americano na Venezuela, John Maisto, argumentou que a revolução de Chávez ocorria por meio de canais democráticos. “Independente de a ‘revolução’ do senhor Chávez ser ou não boa para a Venezuela, ninguém pode questionar sua legitimidade democrática”, afirmou. Um artigo escrito pelo embaixador intitulava-se “Democracia mantém-se firme na Venezuela”.

Ainda assim, tudo isso não significa que Chávez agisse com luvas de pelica. Ele encontrava-se em uma missão para acabar com uma máfia. Aquela não era uma tarefa para fracos de espírito. Chávez jogava duro, e seus adversários não gostavam. Um exemplo típico sobre como ele tentava dismantlar um aparato político e econômico corrupto e continuar dentro dos limites da democracia deu-se no relacionamento entre ele e os meios de comunicação. Chávez não teve papas na língua ao investir contra o que

considerava uma cobertura tendenciosa. Segundo o presidente, os meios de comunicação qua-se nunca relatavam coisas positivas ou equilibradas a respeito dele. Chávez denunciava uma “campanha internacional de difamação”.

Muitas vezes, as críticas feitas pelo presidente justificavam-se. Em um artigo publicado quase dois anos depois de ter eleito Chávez o “Latino-Americano do Ano” – líder de um governo de fundações democráticas inquestionáveis –, a *Newsweek* estampou uma matéria intitulada “Hugo Chávez é louco?”. O texto citava as declarações de um opositor, do então desacreditado Partido Ação Democrática, segundo o qual “ele é um psicopata”. O *St. Petersburg Times* embarcou na onda. No artigo “Sanidade do líder venezuelano é questionada”, o jornal descrevia Chávez como “um homem cujos compatriotas avaliam como sendo um doente mental perigoso”.

A cobertura da mídia sobre Chávez pintou para a Venezuela e para o mundo uma imagem sua distorcida e parcial. Conforme disse a cientista política venezuelana Margarita López Maya: “A mídia impressa do país e os programas de opinião das televisões refletiam [...] uma realidade quase diametralmente oposta àquela manifestada pelas eleições e pelas urnas. As críticas contra Chávez eram ferozes, a rejeição, permanente”.

Apesar dos ataques desbragados dos meios de comunicação contra Chávez, grupos internacionais acusaram-no de ameaçar a liberdade de expressão. Segundo esses grupos, um artigo da Constituição que garantia aos cidadãos o direito de terem acesso a informações “oportunas, verdadeiras e imparciais” equivalia a uma receita para atos de censura vindos do governo. O governo rebateu, afirmando que a medida visava a coibir abusos insultuosos e

incentivar um jornalismo mais ético e mais honesto em um país onde basicamente não se contava com leis sobre difamação.

O conflito fez suas vítimas. Naquele mês de maio, a Venevisión, propriedade do magnata da mídia Gustavo Cisneros, retirou do ar seu popular programa matinal, *24 Horas*. Seu apresentador, Napoleón Bravo, era um crítico duro da administração Chávez e de outros governos anteriores. A princípio, a Venevisión substituiu os programas por desenhos animados.

A mulher de Bravo, Ángela Zago, ex-guerrilheira e membro da assembléia constituinte que escreveu o *best-seller La Revolución de los Angeles*, sobre o golpe de 1992, havia brigado com Chávez na época do cancelamento do programa *24 Horas*. Zago trabalhou então, durante curto período de tempo, na campanha de Arias Cárdenas.

A Venevisión anunciou a promoção de Bravo, que se mudou temporariamente para Miami, a fim de trabalhar no canal a cabo da rede. O governo negou ter pressionado a Venevisión para demiti-lo. A transferência, no entanto, provocou indignação entre jornalistas, políticos e personalidades da televisão. Cerca de 500 deles realizaram um protesto em Caracas. Bravo e Zago acabaram regressando à Venezuela, onde se uniram ao bloco de oposição a Chávez.

Um mês antes, o presidente deparou-se com mais protestos dos meios de comunicação. Quando apareceu para uma entrevista coletiva em Maracay, os repórteres recusaram-se a lhe fazer perguntas. No lugar das questões, a jornalista de rádio Amira Muci levantou-se, olhou para Chávez e argumentou: "Em vista de sua atitude repetidamente desrespeitosa e de sua avaliação sobre

nossas perguntas como sendo irrelevantes, nós, na qualidade de profissionais sérios da mídia, decidimos não fazer nenhuma pergunta nesta tarde”. O presidente ficou sem palavras. Levantou-se e saiu pisando duro.

Muci e o presidente do sindicato dos jornalistas, Gregorio Salazar, mais tarde reconheceram que nunca houve nenhuma atitude direta de censura vinda de Chávez. Nenhum veículo de comunicação fora obrigado a fechar as portas e nenhum repórter tinha sido detido. Mas os dois acreditavam que Chávez tentava intimidá-los. Segundo a respectiva opinião, os ataques incisivos do presidente contra os jornalistas e os proprietários dos meios de comunicação poderiam fazer com que seguidores exaltados do presidente atacassem repórteres e *cameramen* nas ruas – o que chegou a acontecer.

Em vista disso, Chávez passou a dirigir seus ataques principalmente contra os donos dos veículos de comunicação e conclamou seus simpatizantes a não agredirem os repórteres. “Nossa crítica visa à manipulação da mídia pelos proprietários”, afirmou. “Não vou aceitar casos de agressão contra qualquer jornalista que esteja apenas realizando seu trabalho.”

Enquanto a batalha de Chávez contra os meios de comunicação ganhava força, a campanha presidencial passou a esquentar. Os dois ex-“irmãos de sangue” partiram sem misericórdia um contra o outro. Chávez, que liderava as pesquisas com folga, recusou-se a realizar um debate com Arias. Arias, então, lançou mão de todas as suas armas, afirmando que os comentários “desagradáveis e impensados” do atual presidente davam a impressão, às vezes, de que Chávez sofria de “um desequilíbrio mental”.

O presidente revidou. Descreveu Arias como um “traidor” que havia sido cooptado pela “rançosa oligarquia”. Em seu programa dominical de rádio, sugeriu que Arias estava irritado porque não fora escolhido para ocupar o cargo de vice-presidente do país. “Ainda bem que eu não o escolhi. Vocês imaginam o que significaria ter um traidor como vice-presidente?”

Os meios de comunicação pintaram Arias como o mais moderado dos candidatos. Pró-mercado e pró-Estados Unidos, o presidenciável surgiu como um homem capaz de atrair investimentos externos, descentralizar o poder, afastar a Venezuela de Fidel, colocar fim à luta de classes ao estilo ricos *versus* pobres alimentada por Chávez, melhorar as relações com a Igreja Católica, tornar mais competente a condução do governo e fornecer à Venezuela um líder maduro, que não apelaria às bufonarias do então presidente.

No entanto, mesmo depois de ter se distanciado declaradamente dos partidos políticos tradicionais, aos olhos de muitas pessoas Arias continuava a ser o candidato da oligarquia que faria retroceder a Revolução Bolivariana. Até Carlos Andrés Pérez deu apoio a Arias. Em uma terra marcada por arroubos emocionais, o candidato, mais introvertido e mais frio, carecia do carisma e da retórica retumbante de Chávez. Ele não conseguia sair-se bem como orador ou como figura de campanha. Segundo as pesquisas, Chávez estava ao menos 20 pontos percentuais à sua frente. O presidente não tinha nenhuma dúvida sobre a vitória. “Até mesmo uma pedra sabe disso”, afirmou.

A candidatura dele, contudo, também enfrentava problemas. O Pólo Patriótico, o partido de Chávez, experimentava desavenças internas. Contrariado com a candidatura de Arias e com a decisão

de Urdaneta e de Acosta Chirinos de disputar o governo dos Estados de Aragua e Falcón, Chávez apontou seus próprios candidatos para 17 dos 23 governos de Estado em que haveria eleições. Seus ex-colegas não integravam esse grupo. O Movimento ao Socialismo e o partido Pátria para Todos (PPT) ficaram insatisfeitos com o fato de o presidente não ter dado apoio a alguns dos candidatos pertencentes a seus quadros para governador e retiraram-se da coalizão – alguns membros dessas legendas, porém, mais tarde regressariam à base chavista.

Outra vulnerabilidade do presidente era a economia, cujo desempenho fora decepcionante apesar de os preços do petróleo terem quadruplicado desde a última eleição. Chávez acusava seus antecessores e pedia aos venezuelanos que lhe dessem mais tempo. Ele argumentou ter herdado os controles de “um avião com as turbinas queimadas”. E prometeu dar início a uma “era de ouro venezuelana”. A maior parte dos venezuelanos acreditou nele. Havia apenas um problema: o mecanismo de votação encontrava-se em uma situação caótica.

A “megaeleição” previa um gigantesco processo, de dimensões inéditas na Venezuela e provavelmente em toda a América Latina. Cerca de 6.200 cargos, entre os quais os de presidente, congressistas, governadores, prefeitos e vereadores de assembleias municipais, seriam disputados no pleito. O número de candidatos assombrava: 35 mil. O processo revelou-se tão complicado que Chávez e seus aliados distribuíram uma “chave” retangular e amarela com os nomes dos candidatos que apoiavam. A maior parte dos simpatizantes não tinha idéia de quem fossem muitos deles.

Três dias antes da votação, marcada para ocorrer no dia 28 de maio, um domingo, a Suprema Corte suspendeu o procedimento. Problemas com os computadores impediam o bom funcionamento de um novo sistema de votação eletrônica. A decisão representava um motivo de embaraço para o governo. Chávez e seus aliados argumentaram que a empresa de Omaha, Nebraska, contratada para fornecer as máquinas, participava de uma "campanha de desestabilização". A empresa, por sua vez, afirmou ter sido sobrecarregada com 11 mil pedidos de mudança no sistema de votação. Alguns observadores internacionais elogiaram o adiamento, dizendo que a medida ajudaria a garantir a realização de um pleito justo.

Os adversários de Chávez argumentaram que o Conselho Eleitoral Nacional, cujos membros foram escolhidos por Miquilena, era incompetente. Entre seus dez integrantes e substitutos incluíam-se a filha de Miquilena e uma sua ex-secretária particular. Essas pessoas admitiram abertamente não terem experiência com a organização de eleições, o que consideravam ser uma vantagem na Venezuela, país com um histórico de manipulação de votos. No dia seguinte àquele em que deveria ter ocorrido a megaeleição, o conselho todo, então desacreditado, renunciou.

A eleição foi remarcada para 31 de julho. A campanha recomeçou.

O tempo adicional não permitiu a Arias e à oposição ganhar terreno nas pesquisas, conforme previram alguns. Chávez conquistou uma vitória arrasadora

– de novo. Conseguiu 59,8% dos votos, um desempenho ainda melhor do que os 56,2% obtidos em 1998. Ele venceu em todos os

Estados, com exceção de Zulia, um resultado ainda mais acachapante do que o de 1998, quando venceu em 18 dos 24 Estados. Seus aliados saíram-se bem nas eleições para governador. O Pólo Patriótico ficou com 14 dos 22 cargos já no primeiro turno e com 17 no total, incluindo as vitórias do PPT e do MAS, que regressariam em parte à base aliada. A AD, de outro lado, viu seu número de governadores cair de oito para dois. O Copei deslizou de cinco para um. O Projeto Venezuela e a Convergência, de Caldera, elegeram um governador cada um.

As forças de Chávez registraram um bom desempenho também nas disputas para a Assembléia Nacional, apesar de não terem dominado completamente essa votação. Ficaram com 105 das 165 cadeiras. A bancada não chegava à maioria de dois terços necessária para aprovar o preenchimento de cargos como os de juiz da Suprema Corte e de procurador-geral, sancionar o Orçamento e adotar outras decisões. Os chavistas enfrentariam uma oposição real e, algumas vezes, ver-se-iam obrigados a negociar. “Restabeleceu-se um equilíbrio de poder”, afirmou Teodoro Petkoff, editor-chefe do *Tal Cual*. “Agora, temos de ver como Chávez responderá.”

Naquela noite, um presidente eufórico compareceu ao Balcón del Pueblo, em Miraflores. Diante de milhares de partidários entusiasmados, Chávez citou uma suposta frase do poeta chileno Pablo Neruda: “Simón Bolívar acorda a cada cem anos”. Então, acrescentou: “Vocês, o povo venezuelano, acordaram como resultado desse processo de mudança revolucionária”. Tratava-se de uma vitória impressionante. A economia enfrentava um período conturbado – a taxa de desemprego estava em 18%, e a recessão, verificada desde o início daquela Presidência, não dava sinais de

retroceder. Ainda assim, Chávez conquistou três pontos percentuais a mais de votos do que na eleição de 1998. Preservar a popularidade em meio a um pano de fundo tão desfavorável era sem dúvida uma façanha incrível.

Preocupações legítimas a respeito de Chávez persistiam entre os opositores e mesmo entre algumas pessoas próximas a ele. O presidente comportava-se como o protagonista do *show* de um homem só, ao passo que a coalizão de sua base carecia de objetivos de longo prazo bem definidos. Em vista de seu passado como militar e do grande número de oficiais das Forças Armadas que Chávez nomeara para vários cargos, alguns temiam a possibilidade de ele militarizar o governo e ignorar as regras do jogo democrático. Outros se preocupavam com a possibilidade de ele “limitar-se a um discurso agressivo sobre a reforma social ao mesmo tempo em que fazia pouco para aliviar a situação dos pobres concretamente”. O Plano Bolívar 2000 fora útil como medida temporária. Agora, porém, Chávez precisava ir além daquilo e concentrar-se nos esforços para desmantelar um *establishment* político corrupto. Era necessário dar atenção à economia e adotar soluções estruturais e de longo prazo para a pobreza em massa.

Seus simpatizantes mostravam-se esperançosos e deram-lhe total apoio. “Eu não tenho nada a perder que não seja a fome”, disse um homem do lado de fora de um mercado antes de votar em Chávez, naquele domingo. No entanto, algumas forças sinistras da Venezuela já procuravam caminhos para derrubar o presidente.

A nova Constituição deu aos soldados o direito de votar na Venezuela pela primeira vez. O texto ainda atribuiu às Forças Armadas o papel de “participação ativa no desenvolvimento nacional”, prescrevendo, no entanto, que militares não se

envolvessem com “atos de propaganda ou de proselitismo político”. O próprio Chávez conclamou os soldados a virem a público caso descobrissem indícios de irregularidade em instituições públicas. Essas eram liberdades sem precedentes na história das Forças Armadas dos países latinoamericanos.

Alguns soldados deram ouvidos a Chávez, mas não da forma que o presidente esperava. Poucas semanas depois de Chávez ter feito a convocação, um capitão da Guarda Nacional, Luis García Morales, pediu para conceder uma entrevista ao canal de televisão Globovisión. Em vez de levar a entrevista ao ar, a estação encaminhou-a ao ministro da Defesa. Nela, García Morales pedia a renúncia do presidente e anunciava a formação de uma organização civil-militar chamada Junta Venezuelana Patriótica. O capitão repetiu que a junta defendia uma campanha de desobediência civil e não um golpe, mas reconheceu que o grupo havia conversado sobre a possibilidade de derrubar Chávez do poder. Tinham até mesmo pensado em matá-lo. “Um camarada nosso, um franco-atirador, argumentou que seria fácil atirar contra ele e que isso significaria o fim dos nossos problemas”, disse García Morales.

Outras vozes avisaram sobre o encerramento prematuro da Presidência de Chávez por meios inconstitucionais. O general da reserva Fernando Ochoa Antich, ministro da Defesa durante a tentativa de golpe malsucedida realizada por Chávez em 4 de fevereiro de 1992, era uma dessas vozes. “Não descartem a possibilidade de haver um resultado violento”, disse Ochoa Antich. “Estou entre os que acreditam que há muitas chances de isso acontecer.”

Nos Estados Unidos, Elliot Abrams, uma das figuras centrais das guerras sujas de Ronald Reagan ocorridas na América Central na

década de 1980, observava de perto a Venezuela e Chávez. E não estava gostando do que via. “As críticas contra ele, que tantas pessoas em Washington pensam ser tão óbvias, não são óbvias para um número tão grande de venezuelanos – ainda assim, de toda forma...”, disse Abrams, que durante o governo Reagan ocupara o cargo de secretário-assistente de Estado para a América Latina. “Não acho que as políticas dele, incluindo políticas econômicas, vão mudar. Simultaneamente, não vejo como conseguirão ser bem-sucedidas. Tenho a impressão de que dias ruins estão por vir.”

Não demoraria muito para Abrams voltar a ocupar um cargo importante em Washington.

18. O Homem do Petróleo



Pouco mais de uma semana após seu mais recente triunfo eleitoral, Chávez partiu para a próxima missão: recuperar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. O presidente desejava fixar, no mercado mundial, um preço “justo” para o produto responsável por três quartos das exportações da Venezuela e por metade da receita do país. Elevar os preços do petróleo e trazer a Opep de volta à vida eram dois dos principais objetivos de Chávez e, conforme se revelaria mais tarde, dois dos maiores sucessos de seus primeiros 18 meses de governo.

Quando ele conquistou a Presidência pela primeira vez, o mercado mundial do petróleo sofria o pior colapso de preços dos últimos pelo menos 50 anos. O petróleo cru venezuelano era vendido por míseros 7,66 dólares o barril, em dezembro de 1998. A Opep, formada por 11 países-membros, enfrentava desavenças internas e não conseguia fazer funcionar o sistema de cotas. O Iraque e o Irã haviam chegado ao ponto de travar uma guerra

recíproca. A Venezuela era um dos integrantes do cartel que menos observava suas cotas. Para muitas pessoas, o país dentro em breve abandonaria a organização. Des-de sua fundação, a Opep realizara apenas uma cúpula, em 1975, cerca de 25 anos atrás. A entidade encontrava-se à beira do colapso.

Uma das primeiras medidas de Chávez depois de subir ao poder consistiu em elevar o preço do petróleo venezuelano. Ele enviou seu ministro das Minas e Energia, o ex-guerrilheiro esquerdista e congressista pela Causa R, Alí Rodríguez, para negociar um acordo com a Arábia Saudita e o México. Chávez desejava que esses dois países diminuíssem sua produção e revertessem a tendência de queda nos preços. A Arábia Saudita era o maior produtor de petróleo do mundo, colocando no mercado 7,4 milhões de barris ao dia. O México não integrava a Opep, mas ainda assim produzia grande quantidade de petróleo. A Venezuela era o maior fornecedor estrangeiro de petróleo dos Estados Unidos depois do Canadá e o terceiro maior exportador do mundo, atrás apenas da Arábia Saudita e do Irã. As reservas de petróleo venezuelanas eram as maiores do mundo fora do Oriente Médio. A empresa estatal de petróleo, Petroleos de Venezuela, possuía seis refinarias nos Estados Unidos. E também controlava a Citgo, que mantinha 14.500 postos de gasolina no território norte-americano.

Depois de um encontro da Opep, realizado em março de 1999, Rodríguez convenceu a Arábia Saudita e o México a diminuírem seu volume de produção em 2 milhões de barris por dia. A Venezuela contribuiu com o equivalente a 500 mil barris daquela redução. A manobra colocaria o país novamente dentro dos patamares estipulados para ele pela Opep, de 2,72 milhões de barris por dia. O acordo selado pelos três países encorajou outros membros da

organização a seguirem o exemplo e a aderirem às cotas. Os preços logo começaram a subir.

Dentro de um ano, em março de 2000, o petróleo venezuelano atingiria o maior preço dos últimos nove anos, ficando em 34,37 dólares o barril. O aumento significou ao país um montante extra de 4,5 bilhões de dólares em 1999. As exportações cresceram 33%, para 16 bilhões de dólares. Os preços em alta ajudaram a Venezuela a superar alguns de seus problemas econômicos. Depois de encolher 7,2% em 1999, a economia do país começou a dar sinais de recuperação em 2000. Ela crescera 1,5% até a metade do ano e 3,2% até o final do ano. A inflação caiu para 14,2%, a mais baixa dos últimos 15 anos.

Chávez planejou, ainda, proteger a Venezuela contra as flutuações do mercado de petróleo, fortalecendo um fundo de estabilização econômica criado durante o governo de Caldera. A idéia era economizar dinheiro enquanto os preços estivessem altos e usá-lo quando os preços caíssem. O esquema significaria, para os cofres públicos, uma fonte mais estável de renda. O governo anterior fixara um limite de 14 dólares por barril. Todas as vezes que o preço do barril ultrapassasse essa marca, o faturamento adicional seria colocado no fundo. Rodríguez adotou uma postura ainda mais conservadora, diminuindo o limite para 9 dólares. Quando o preço mundial do petróleo explodiu, milhões de dólares foram canalizados para o fundo.

Com o fortalecimento dos preços, Chávez voltou seus olhos para outra meta: solidificar a quase extinta Organização dos Países Exportadores de Petróleo. O presidente venezuelano alimentava um grande sonho. Desejava organizar a segunda cúpula da história da Organização. E desejava que o evento ocorresse em Caracas.

Chávez preparou-se para realizar mais uma arrojada viagem internacional, dessa vez a fim de convidar pessoalmente os líderes de cada país-membro da Opep para a cúpula. A lista incluía Saddam Hussein, o ditador do Iraque. Afinal, ele era um membro da Opep.

Revigorar a organização consistia em um ponto fundamental dos planos de Chávez para transformar a Venezuela. O petróleo representava o sangue do país – para o bem ou para o mal. Algumas pessoas chamavam-no de o “excremento do diabo”. O combustível havia levado muitas riquezas para o país. Mas levava também corrupção, distorção de valores, dependência em relação a um único produto e uma experiência econômica sujeita ao efeito montanha-russa, já que os preços do barril flutuavam enormemente. Segundo algumas pessoas, o petróleo contaminava os venezuelanos com a idéia de dinheiro fácil. “Os venezuelanos perderam seus valores”, afirmou um norte-americano que passou anos trabalhando como tradutor de uma empresa petrolífera na Venezuela. “É muito melhor ser espertalhão e ter astúcia do que trabalhar duro e ser honesto.” Um dos mais famosos escritores e intelectuais da Venezuela, Arturo Uslar Pietri, acreditava que os historiadores conseguiriam, um dia, resumir a história de seu país em dez palavras: Colombo o descobriu. Bolívar o libertou. O petróleo o apodreceu.

Quando os exploradores espanhóis surgiram pela primeira vez nas areias do lago Maracaibo, no Estado de Zulia (oeste da Venezuela), quase não notaram a substância preta e viscosa escorrendo da terra. Os índios da região usavam-na para vedar canoas, fazer velas e até como remédio. Contudo, somente no século 20, com a fabricação em massa de automóveis, as potenciais reservas de petróleo da Venezuela despertaram atenção.

Apesar de os venezuelanos terem realizado estudos científicos com o petróleo a fim de promover sua exploração já no ano de 1839, o primeiro grande depósito do produto foi descoberto e passou a produzir apenas em 1914. As empresas inicialmente eram estrangeiras: a Standard Oil, de John D. Rockefeller (mais tarde rebatizada Exxon), de Nova Jersey, e a Shell. O *boom* do petróleo verificou-se oito anos mais tarde, em dezembro de 1922, quando uma subsidiária venezuelana da Shell “escavou” um poço na costa leste do lago. Dezenas de empresas estrangeiras dirigiram-se para o país. E logo centenas de estruturas com formato de árvore de Natal se ergueram da água, formando a paisagem que a maior parte do mundo identificava com a Venezuela. Cidades nasceram do nada, em meio à “corrida do ouro negro”. Engenheiros do Texas e de Oklahoma forneceram os conhecimentos técnicos necessários. Os venezuelanos entraram com a força física. Ali nascia uma fronteira de cidades precárias. Em alguns locais, os bordéis ultrapassavam em número as lojas de alimentos. As prostitutas ganhavam apelidos como “Oleoduto” e “Quatro Válvulas”.

Em 1928, a Venezuela figurou como o segundo maior produtor de petróleo do mundo e o maior exportador do produto. A Standard Oil e a Shell continuavam a desempenhar um papel de destaque no país, tendo controlado 85% das extrações de petróleo na Venezuela até o final dos anos 1930. Os norte-americanos levaram não apenas seus conhecimentos técnicos referentes à exploração do combustível, mas também sua cultura. Eles apresentaram o beisebol aos venezuelanos. As empresas de petróleo integraram-se de tal forma à sociedade venezuelana, que algumas pessoas chegaram a batizar seus filhos com o nome de Esso, a marca da Exxon.

De toda forma, grande parte dos lucros ficava nas mãos dos estrangeiros, que conseguiram grandes descontos fiscais do ditador Juan Vicente Gómez e de outros líderes que o sucederam. A fim de retomar o controle sobre o setor, o presidente Carlos Andrés Pérez nacionalizou-o, em 1976. Esse foi um grande acontecimento na história da Venezuela e uma fonte de imenso orgulho para a maior parte da sua população. A nova empresa estatal de petróleo, a Petroleos de Venezuela, passou a ser proprietária de 11 mil poços do produto, 11 refinarias de petróleo e 14 navios-tanque. A empresa também obteve oleodutos, terminais de petróleo e vários prédios de escritório.

O dinheiro jorrava. Entre 1973 e 1983, a Venezuela faturou mais de 150 bilhões de dólares com o petróleo, um montante assombroso para um país com 16 milhões de habitantes. Ainda assim, não obstante o *boom* dos preços nesses decênios e a transferência do setor para o controle do governo, o grosso do dinheiro parecia nunca chegar à população empobrecida. Os venezuelanos possuíam realmente o melhor padrão de vida da América Latina, e mesmo algumas famílias da classe operária conseguiam sair para comer fora uma vez por semana, em restaurantes simples. Décadas antes, Uslar Pietri havia conclamado a nação a “semear o petróleo”, a fim de diversificar suas indústrias e dividir a riqueza. Isso nunca aconteceu.

Em 1975, Juan Pablo Pérez Alfonso, o ministro venezuelano da Energia e um dos fundadores da Opep, escreveu um livro visionário chamado *We Are Sinking in the Devil's Excrement* (Estamos afundando no excremento do diabo). Quando os preços do petróleo desabaram, nas décadas de 1980 e 1990, e o país passou a enfrentar sucessivas crises – da Sexta-Feira Negra, em 1983,

passando pelo Caracazo em 1989 e pelos golpes de 1992, até chegar ao *impeachment* de Pérez, um ano mais tarde –, os avisos de Pérez Alfonso mostraram-se incrivelmente premonitórios.

Na época em que Caldera assumiu a Presidência, em 1994, uma proposta de *apertura* – abrir a indústria do petróleo – ganhava força. A Venezuela convidava para regressarem ao país as empresas estrangeiras privadas. Houve até comentários sobre dissolver a pdvsa e privatizar todo o setor. A nacionalização, argumentavam as pessoas favoráveis à privatização, não funcionara.

Na noite de dezembro de 1998 em que conquistou a Presidência, Chávez denunciou, durante sua primeira entrevista coletiva, que a pdvsa, empresa encarregada supostamente de “semear o petróleo”, virara ao contrário um “Estado dentro do Estado” – uma entidade autônoma que estava além do controle do governo. A estatal alimentava uma “cultura de cartões de crédito tipo ouro”, continuou Chávez, entre um corpo de elite formado por executivos e gerentes que não mantinha contato nenhum com as massas e que possuía um estilo de vida completamente diferente daquele da maioria dos venezuelanos. O recém-eleito presidente prometeu assumir o controle da empresa e sujeitá-la à supervisão do Ministério da Energia, conforme se pretendia inicialmente. Alí Rodríguez seria o encarregado da missão. A resposta às dificuldades enfrentadas pela Venezuela, acreditava Chávez, não era a abertura do setor petrolífero, mas a retomada do controle sobre a empresa, o redirecionamento de seus recursos para beneficiar a maioria pobre e a ressuscitação da moribunda Opep.

Em agosto de 2000, Chávez partiu em sua missão para reerguer aquela entidade. Ele pretendia visitar pessoalmente cada um dos

dez países-membros da Opep, convidando os respectivos chefes de Estado para uma cúpula em Caracas a ser realizada no final de setembro. A visita a Saddam despertou o maior grau de atenção. Chávez tornou-se o primeiro chefe de Estado a entrar no Iraque desde que as Nações Unidas impuseram sanções ao país como forma de punição pela invasão do Kuwait, em 1990, e com o intuito, também, de convencê-lo a abrir mão de suas armas de destruição em massa.

Os Estados Unidos, que haviam travado uma guerra contra o Iraque uma década antes, ficaram perplexos. Colocando fim à política de moderação nas declarações sobre Chávez, o Departamento de Estado descreveu a visita como algo "particularmente irritante". Richard Boucher, porta-voz do órgão, disse que a viagem de Chávez "confere uma aura de respeitabilidade a Saddam Hussein que ele certamente não merece". Boucher perguntou por que Chávez desejaria dar prestígio a um ditador "que invadiu países vizinhos, ocupou países vizinhos, perseguiu seu próprio povo e violou direitos humanos". O presidente venezuelano não deu sinais de preocupação. Antes de partir, afirmou, quase com alegria: "Imaginem o que os fariseus dirão quando me virem com Saddam Hussein".

Enquanto os Estados Unidos ferviam de ódio, os venezuelanos argumentavam que Chávez realizava um giro geopolítico para fortalecer a Opep e que, portanto, não poderia ignorar um dos principais membros da entidade. Os venezuelanos também acusaram os norte-americanos de hipocrisia. Os Estados Unidos mantinham há bastante tempo relações cordiais com regimes militares e comunistas como a China, desde que isso atendesse a seus interesses. Na América Latina, o governo norte-americano até

ajudara a criar ou a financiar alguns dos regimes mais brutais do século 20, tais como o do general Augusto Pinochet, no Chile, e o de Somoza, na Nicarágua. Os Estados Unidos também haviam sido aliados de Saddam Hussein durante a década de 1980, quando o dirigente iraquiano recebeu a visita de Donald Rumsfeld. O país também manteve relações de proximidade com a Arábia Saudita, um país rico em petróleo que não poderia ser descrito como um bastião da democracia. No Afeganistão, nos anos de 1980, Osama bin Laden atuou ao lado das forças aliadas da CIA enquanto os Estados Unidos e a União Soviética entravam em choque, durante a Guerra Fria, por meio de terceiros. A *Realpolitik*, conforme Henry Kissinger bem o sabia, podia ser um negócio sujo.

Chávez não menosprezou a visita a Bagdá. Ele realizou duas viagens de helicóptero a partir de Teerã e então cruzou a fronteira a bordo de uma limusine fornecida pelo Irã, já que vôos para o Iraque estavam proibidos pelas sanções. Depois, voou de helicóptero até o Aeroporto Internacional Saddam Hussein, em Bagdá, onde se encontrou com Saddam. Os iraquianos estenderam o tapete vermelho para Chávez, aproveitando-se ao máximo da violação ao embargo. A manchete em letras garrafais do jornal oficial do país alardeava: "Seja Bem-Vindo, Chávez". Um outro jornal do governo dedicou mais de meia página a uma matéria na qual se elogiava a "corajosa decisão de visitar o Ira-que" tomada pelo presidente venezuelano. A publicação acrescentou que "o presidente venezuelano desafiou as sanções e decidiu visitar o Iraque mesmo que tivesse de locomover-se no lombo de um camelo". O próprio Saddam apresentou a cidade a Chávez. Uma foto com o dirigente iraquiano atrás do volante e Chávez no banco de passageiro apareceu em todos os cantos do mundo.

Os meios de comunicação dos Estados Unidos e de outros países de-ram grande destaque à visita de 12 horas, nunca permitindo que o mundo se esquecesse daquilo nas histórias subseqüentes sobre Chávez. Aquele fato tornou-se parte obrigatória dos parágrafos de contextualização a respeito do líder venezuelano, ao lado da amizade com Fidel Castro. Ainda assim, com exceção do governo norte-americano, outros poucos países pareciam incomodados, incluindo o próprio Kuwait.

Na Venezuela, a visita nem mesmo chegou às primeiras páginas dos jornais. O país estava mais preocupado com a instalação da nova Assembléia Nacional. Alguns dos adversários mais vociferantes de Chávez não protestaram devido à viagem. "Acho que, se essa viagem for vista como algo realizado devido meramente a interesses comerciais, não há problema", disse Gerardo Blyde, um congressista da oposição. "Chávez pode ir para o Iraque sem que esteja prestando apoio àquele regime político." Teodoro Petkoff, cujos editoriais de primeira página costumavam atacar o presidente, comentou: "o único motivo pelo qual a visita tem sido um problema refere-se ao fato de que os Estados Unidos não a aprovam, mas isso não é um motivo. Não acho que essa visita esteja preocupando muito os venezuelanos".

Chávez até conseguiu angariar algum apoio em sua escala seguinte, na Indonésia, quando defendeu o fim das sanções contra o Iraque por acreditar que as medidas estavam apenas prejudicando os civis inocentes do país. Ele descreveu como seu filho, Hugo, que o acompanhava na viagem, visitou uma mesquita e viu uma criança nua que morria de câncer sem conseguir os remédios para se tratar. "Quem tem realmente o direito de deixar uma criança inocente morrer lá?" Chávez lançou um apelo

comovente. “Que Deus tenha piedade das almas dos que agem dessa forma.”

Depois de reunir-se com Chávez, o presidente da Indonésia, Abdurrahman Wahid, declarou que também pretendia visitar o Iraque, também acreditando que o embargo deveria ser suspenso. Os dois, juntaram-se assim, a outras figuras de destaque que criticavam as sanções comerciais, entre as quais o Vaticano e o ex-inspetor de armas Scott Ritter. Ritter argumentava que o Iraque estava quase totalmente desarmado e não possuía armas de destruição em massa. O que se revelaria uma verdade – os Estados Unidos invadiram o Iraque em 2003 para pulverizar as armas de destruição em massa de Saddam e não conseguiram encontrar nenhuma.

Independente da polêmica em torno dessa visita, muitos observadores consideraram a viagem de Chávez um grande sucesso de política internacional. O presidente visitou dez países em apenas dez dias, entre os quais a Arábia Saudita, o Kuwait, o Catar, os Emirados Árabes Unidos, a Líbia, a Nigéria e a Argélia. Ele convenceu todos os países da Opep a enviarem seus dirigentes para Caracas, apesar de Saddam e Muammar Kadafi, da Líbia, terem sido obrigados a mandar representantes devido a temores de serem mortos por seus inimigos ao entrarem na Venezuela. Chávez dera um passo importante rumo à revitalização da Organização de petróleo. Seu país já havia sido recompensado por seu papel de liderança ao conquistar a presidência do órgão.

Um cientista político dos Estados Unidos comentou: “em termos geopolíticos, o giro da Opep revelou-se um golpe de mestre. Isso demonstrou que a Venezuela não era meramente um paizinho esquecido da América Latina”. Não obstante as reclamações do

Departamento de Estado, “um número maior de pessoas do Terceiro Mundo conhece hoje Chávez mais do que qualquer outro líder latino-americano, com a exceção de Fidel Castro”.

Naquele mês de setembro, a cúpula tomou conta de Caracas por três dias. Em uma cena que lembrou a “coroação” de Carlos Andrés Pérez em 1989, príncipes, presidentes e xeiques desembarcaram na cidade vindos do mundo todo. A região central de Caracas, conhecida por seu trânsito caótico, ficou tranqüila. O governo fechou as ruas das cercanias do Teatro Teresa Carreño e retirou de circulação os vendedores ambulantes. Cerca de 3 mil soldados e policiais patrulhavam a capital e a estrada da região de serra responsável por ligar Caracas ao aeroporto internacional localizado na costa caribenha. Helicópteros e caravanas de veículos transportavam os delegados dos hotéis para o teatro, e vice-versa.

A delegação iraniana alugou três andares do elegante hotel Eurobuilding. Como medida de precaução, deixaram dois deles desocupados. Alguns convidados e jornalistas reclamaram da demora de até meia hora nos detectores de metal, mas todos ficaram estupefatos quando o presidente do Irã, Mohammad Khatami, passou caminhando. Khatami usava uma roupa tipicamente árabe, uma capa preta e um turbante preto, simbolizando que o presidente descendia do profeta islâmico Maomé, do século 7. A Arábia Saudita compareceu com a maior delegação, 380 pessoas. O grupo ocupou todo o gigantesco Hotel Meliá.

Agentes dos serviços de inteligência, acompanhados de cães pastores especialmente treinados para detectar bombas, vasculharam os corredores dos hotéis. A Opep vivia obcecada com questões de segurança desde que os ministros do Petróleo dos

países-membros foram feitos reféns na primeira e única cúpula, de 1975, em Viena, na Áustria. A ação fora orquestrada por Carlos, o Chacal, terrorista internacional nascido na Venezuela e para quem Chávez escrevera em 1999, quando aquele cumpria pena numa prisão em Paris.

Os venezuelanos esforçaram-se ao máximo para fazer com que os visitantes se sentissem em casa. Para os que vieram do Irã, da Arábia Saudita e de outros países islâmicos, eles mudaram a disposição dos móveis, a fim de que as camas não ficassem direcionadas para Meca, a cidade sagrada localizada na Arábia Saudita e para a qual os muçulmanos se voltam em oração cinco vezes ao dia; alguns muçulmanos praticantes nunca deixam que seus pés fiquem apontados para Meca quando dormem. Os hotéis também prepararam refeições segundo preceitos islâmicos. O Hotel Tamanaco Inter-Continental ofereceu, em seu restaurante Cacique, pratos seguindo o tema "noites na Arábia". À noite, o governo iluminou o céu da cidade, a fim de marcar o encontro histórico.

Durante toda a cúpula, os delegados debateram a respeito da recente elevação dos preços do petróleo. Eles criticaram os impostos, os intermediários e os gargalos na distribuição, apesar de os cortes na produção realizados pelos integrantes da Opep terem sido também um importante fator para explicar a triplicação dos preços naqueles últimos 14 meses, mais ou menos. Os países muçulmanos mais militantes, como o Irã, o Iraque e a Líbia, defendiam manter a produção limitada e os preços em alta. A Arábia Saudita, país pró-Estados Unidos, argumentava o contrário. Chávez interveio no debate, apresentando um "sistema de faixas" no qual os preços poderiam oscilar entre 22 e 28 dólares o barril, mas dentro do qual continuariam relativamente estáveis. Os

produtores intensificariam ou conteriam a extração do combustível, a fim de manter o preço do barril nessa faixa.

O presidente venezuelano defendeu os preços sugeridos para a faixa, alegando: "o que pedimos é justiça". Enquanto os xeiques, príncipes e presidentes ouviam pacientemente, Chávez, dirigente do único país não-muçulmano do cartel, discorreu detalhadamente sobre a relação entre os países produtores de petróleo e os países industrializados. "O que eles fariam sem o petróleo?", perguntou. "Como ficariam?" A paciência dos delegados transformou-se em sorrisos e aplausos. Chávez prosseguiu, comparando o custo de vários bens de consumo, como um protetor solar ou um xampu, com o petróleo. "Um barril de Coca-Cola custa 78,80 dólares. De leite: 150 dólares. De gelo: 1.105 dólares. De um bom vinho: 1.370 dólares." Muitos dos chefes de Estado aprovaram com um movimento de cabeça e riram com ar de satisfação ao ouvirem a comparação. Vários ainda conversavam a respeito daquilo quando deixaram o auditório. Dias antes, Chávez afirmara para sua audiência no programa de rádio: "Como seria bom se eles também baixassem os preços das coisas que nos vendem – computadores, remédios, carros e os juros da dívida externa".

O presidente venezuelano usava sua mágica retórica com os delegados da Opep, como fizera com os financistas de Wall Street, com os moradores das favelas e com qualquer um que o escutasse. Suas propostas, contudo, iam além da fixação de uma faixa de preço para o petróleo. Chávez alimentava sonhos maiores para a Organização. Ele desejava que ela combatesse a pobreza mundial, as dívidas externas, as condições das relações comerciais e outras questões com que deparavam os países em desenvolvimento. Chávez propôs criar um banco da Opep, que serviria de substituto

ao FMI. Uma “Declaração de Caracas” elaborada pelos delegados conclamava “os países desenvolvidos a reconhecerem que a maior tragédia ambiental com a qual o mundo depara é a pobreza”.

Não obstante alguns opositores de Chávez terem considerado a cúpula algo não muito diferente de um amontoado de declarações, muitas pessoas viram nela um grande avanço nos esforços para fortalecer uma organização que dois anos antes parecia à beira do colapso, em meio aos baixíssimos preços do petróleo. No dia seguinte ao da finalização do evento, o presidente do Irã reuniu-se com o vice-presidente do Iraque na suíte do dirigente iraniano, no Eurobuilding, em busca de retomar as relações abaladas desde a guerra de 1980 a 1988, quando os dois países se enfrentaram. Aquele seria o encontro de mais alto escalão entre os dois países desde 1997.

Para alguns, Chávez saiu da cúpula com um peso maior dentro da comunidade internacional. O jornal parisiense *Le Monde* escreveu que o presidente deixara de ser o advogado “de uma revolução pacífica contra a oligarquia e a classe política corrupta de seu país para ser o principal porta-voz de uma ofensiva – desta vez em nível planetário – contra o capitalismo selvagem”. Dias antes da cúpula, o crescente preço do petróleo obrigou os Estados Unidos a lançarem mão de suas reservas estratégicas pela terceira vez nos 25 anos de história dessas reservas. O país preparava-se para gastar outro milhão de barris de petróleo por dia, a começar em novembro.

Em março, o presidente Clinton telefonou para Chávez do Air Force One¹⁵, quando estava a caminho da Índia. O líder norte-americano solicitou ao presidente venezuelano que aumentasse a

produção de petróleo. Além do fato de metade da produção da Venezuela ser enviada aos Estados Unidos, sabiase que Chávez representava a força principal imanente ao ressurgimento do cartel, responsável por 40% do petróleo produzido no mundo.

Suas relações com o governo norte-americano, no entanto, nunca seriam as mesmas depois da viagem ao Iraque. Aquele seria o começo do fim da política de flexibilidade e engajamento construtivo adotada até então pelos Estados Unidos. No mês em que Chávez se encontrou com Saddam, o embaixador norte-americano na Venezuela, John de Maisto, maior defensor da política de engajamento, chegou ao fim de seu mandato. No lugar dele, os Estados Unidos mandaram Donna Hrinak, embaixadora linha-dura que atuara no Brasil. Então, decorrido pouco mais de um mês desde a cúpula da Opep, Chávez deu ao governo norte-americano mais motivos de preocupação. Um outro líder mundial visitou a Venezuela.

Agora foi a vez de Fidel Castro, o amigo e mentor do presidente venezuelano, desembarcar no país.

Fidel participara da cerimônia de posse de Chávez em fevereiro de 1999, mas integrava então um grupo de dignatários presentes na Venezuela para o evento. Agora, tratava-se de uma visita oficial, a primeira dele ao país em 40 anos. A última havia ocorrido em 1959, pouco depois da vitória da revolução que depôs Fulgencio Batista. Dessa vez, Fidel teria Chávez só para si, cara a cara. Uma amizade que começou com a visita de Chávez a Cuba em dezembro de 1994, após ele ter sido libertado da prisão, e que se aprofundou com a inesquecível partida de beisebol em novembro de 1999 seria consolidada ao longo dessa visita de cinco dias, durante a qual os dois homens fariam de tudo, de jogar beisebol novamente a assinar

um importante acordo sobre o petróleo. Com o pacto, Chávez disse esperar “dar oxigênio” a Cuba.

Fidel chegou no dia 26 de outubro para ser recebido como herói. Ele e Chávez visitaram a tumba de Simón Bolívar, perto da prisão de San Carlos, onde Chávez havia ficado preso durante um curto período de tempo, em 1994. Fidel também recebeu as chaves da cidade e visitou uma casa onde se hospedara o herói da independência cubana, José Martí, em 1881. Centenas de admiradores agitavam bandeiras cubanas e venezuelanas. E gritavam: “Seja bem-vindo, Fidel!”.

Os dois partiram para uma viagem pelos *llanos*, onde almoçaram com o pai de Chávez em Barinas e visitaram a cidade natal de Chávez, Sabaneta. Fidel entrou na pequena casa de concreto em azul e branco onde Chávez morou com a avó Rosa Inés, quando eles finalmente se mudaram da casa de pau-a-pique do outro lado da rua. Os dois líderes caminharam uma quadra até chegarem à praça Bolívar, onde Fidel subiu em um palanque adornado com uma faixa, na qual havia a imagem de Ernesto “Che” Guevara, um dos heróis da revolução cubana. Ele referiu-se a Sabaneta como o “berço da revolução bolivariana” e afirmou à entusiasmada multidão formada por cerca de 3 mil pessoas: “da mesma forma como as pessoas vão a Caracas a fim de visitar a casa de Bolívar, um dia virão visitar Sabaneta, onde nasceu Chávez”.

Em uma viagem até Guanare, localizada perto dali, Fidel impressionou os agricultores com perguntas detalhadas sobre fertilizantes com potássio e a avaliação do solo. Naquela noite, um sábado, ele e Chávez organizaram uma reedição da partida de beisebol disputada em Havana, agora na cidade de Barquisimeto.

Chávez jogou na primeira base do time venezuelano. Fidel dirigiu a equipe cubana formada por jogadores aposentados, até entrar em campo ele próprio, como rebatedor reserva, no último *inning*. Vestindo tênis, um capacete vermelho e uma jaqueta azul, com o uniforme militar por baixo, Fidel tinha uma aparência estranha. Mas conseguiu uma contagem de três bolas para dois *strikes*. Quando o juiz determinou o terceiro *strike*, Fidel discordou da decisão e simplesmente caminhou até a primeira base. Ninguém discutiu. Cuba ganhou de 17 a 6.

Os dois passaram o domingo no programa de rádio de Chávez, o *Alô, Presidente*. Para marcar a ocasião, os produtores acrescentaram um “s” ao nome do show. Fidel e Chávez tagaleraram durante horas e até cantaram uma música juntos. E deram a entender que continuariam na mesma toada o dia todo se não houvessem outros compromissos. Fidel elogiou Chávez por ter ajudado a reavivar a Opep. E também indicou que via no líder mais jovem seu herdeiro ideológico e espiritual. “Eu confio em você”, afirmou o dirigente cubano. “Neste momento, neste país, não há ninguém capaz de substituí-lo.” Ele deu a Chávez alguns conselhos sobre como governar, sugerindo aos milhares de venezuelanos responsáveis por enviar-lhe bilhetes ou cartas que não deveriam procurá-lo com a finalidade de que ele resolvesse problemas pessoais. Era preciso delegar poderes. “Chávez não pode ser o prefeito da Venezuela toda”, afirmou Fidel.

O dirigente de Cuba oferecera ao colega venezuelano mais conselhos ao discursar diante da Assembléia Nacional, alguns dias antes, conclamando Chávez a proteger-se. “Não há dúvidas de que os inimigos dele aqui e no exterior tentarão eliminá-lo”, disse. Ele conhecia alguma coisa sobre o assunto. Fidel havia sido alvo de

várias tentativas de assassinato, a maior parte delas realizada pela CIA e por exilados cubanos que viviam em Miami.

O ponto alto da viagem em realizações concretas deu-se no último dia, quando os dois assinaram o acordo sobre os combustíveis. A Venezuela aceitou fornecer a Cuba 53 mil barris de petróleo por dia a preços subsidiados. Cuba poderia pagar com uma mescla de dinheiro, produtos e serviços. O país já mantinha 450 médicos que moravam e trabalhavam na área do Estado de Vargas, atingida pelos deslizamentos de terra. O programa seria ampliado para abarcar todo o país, transformando-se em um dos símbolos da Presidência de Chávez, a *Misión Barrio Adentro* (Missão Bairro Adentro). Esse programa consistia em locar médicos dentro das favelas urbanas e vilarejos rurais, nos quais poucos médicos venezuelanos se arriscavam a entrar. Para muitos venezuelanos pobres, aquilo significava por si só uma revolução.

Cuba também poderia pagar pelo petróleo oferecendo tratamento médico a doentes venezuelanos dentro do território cubano, fornecendo vacina e equipamento médico, ajudando na fabricação de medicamentos e enviando para a Venezuela professores de educação física, treinadores, assessores de turismo e especialistas em questões agrícolas. Ou poderia pagar parte dele com dinheiro, e até um quarto disso em condições financeiras favoráveis. O país teria 15 anos para saldar a dívida, com um período de dois anos de carência, uma taxa de juros de 2% e preços baixos de até 20 dólares o barril – um valor bem menor que os 30 dólares cobrados em média então. Todo o acordo giraria em torno de 500 milhões de dólares ao ano. E daria a Cuba um terço do petróleo consumido pelo país, transformando-se assim em um salva-vidas para o regime cubano.

Os adversários chamaram aquilo de um desperdício – especialmente porque favoreceria um regime que abusava dos direitos humanos. Segundo disseram, o dinheiro seria mais bem empregado na construção de escolas, na reforma de estradas, no investimento em hospitais públicos envelhecidos e no pagamento da dívida externa. Mas a Venezuela acabara de assinar novamente acordos semelhantes com outros 12 países do Caribe e da América Central. Os pactos datavam dos anos de 1980, quando o México e a Venezuela, grandes produtores de petróleo, ofereceram a seus vizinhos mais pobres acordos em condições favoráveis.

Dez meses depois da visita, Fidel resolveu celebrar a histórica data em que completaria 75 anos não em Cuba, mas na Venezuela, ao lado de Chávez. Quando desembarcou em Caracas, no dia 11 de agosto de 2001, o líder cubano afirmou: “Quero celebrar meu aniversário de 75 anos na terra do Libertador”. Sorrindo de orelha a orelha, Chávez abraçou Fidel e disse: “Nós damos as boas-vindas a nosso irmão, nosso amigo, nosso soldado revolucionário que é um exemplo de dignidade para todo o continente”.

Os dois partiram rumo a Ciudad Bolívar, o “berço” do movimento sulamericano de independência da Espanha. Aquela era a cidade do leste da Venezuela onde Simón Bolívar planejara e depois lançou sua famosa marcha através dos abafadiços *llanos* e montanha acima rumo aos Andes nevados, até chegar à Colômbia. Na praça central da cidade, milhares de pessoas riram das piadas de Fidel, aplaudiram seu discurso e cantaram “Parabéns pra Você”. Então ele e Chávez voaram para dentro da floresta Amazônica, até o Parque Nacional Canaima. Na viagem, passaram pela queda dos Anjos, a mais alta queda de água do mundo, com 979 metros – 15 vezes maior do que as Cataratas do Niágara. Os dois sobrevoaram

ainda os tepuis, a misteriosa e antiga cadeia de montanhas de topo achatado que servira de inspiração para o clássico *O Mundo Perdido*, de Sir Arthur Conan Doyle.

Fidel considerou aquele o melhor aniversário de sua vida. Não obstante tudo isso, a amizade dele com Chávez era algo complicado, uma faca de dois gumes. Muitos venezuelanos lembravam-se do apoio dado por Fidel aos guerrilheiros marxistas da Venezuela na década de 1960 e ainda guardavam rancor daquilo. Eles não desejavam ver, de maneira nenhuma, um regime ao estilo cubano na Venezuela. Apesar de ter atraído uma multidão de simpatizantes, a visita de Fidel também deu vazão a protestos. Já outros venezuelanos, principalmente entre as classes mais empobrecidas, admiravam-no por confrontar os Estados Unidos. Fidel era um Davi que sobrevivera a 40 anos de revoltas, tentativas de invasão e planos fracassados de assassinato. Mesmo assim, muitos venezuelanos que viam em Fidel um herói não desejavam um regime comunista instalado na Venezuela.

Em sua viagem anterior, de outubro, o líder cubano esforçara-se para acalmar os temores de que o aliado venezuelano fosse copiar a revolução de Cuba na Venezuela. “É mentira que Chávez deseje implantar o modelo cubano na Venezuela”, insistia. Alguns observadores acreditaram que as declarações de Fidel não eram apenas uma retórica vazia ou uma forma de dar cobertura a Chávez. Janet Kelly, analista política nascida nos Estados Unidos, pouco simpática a Chávez e assídua comentadora da situação venezuelana, acreditava que o dirigente da Venezuela abria um caminho independente, apesar de ver em Fidel um irmão mais velho ou uma figura paterna. Chávez sentia um prazer evidente em cutucar os Estados Unidos exibindo sua amizade com o

revolucionário cubano, visitando o pária Saddam Hussein ou realizando outros atos provocativos. Mas não era um outro Fidel.

“Há uma admiração por Fidel, mas isso tem relação não tanto com o sistema interno de Cuba, que, segundo acredito, Chávez não está interessado em implantar, e sim com alguns dos traços do estilo de Fidel, como a postura de Davi contra Goliás e o senso de humor que irrita o outro lado”, afirmou Kelly. “Ele é mais um aluno de Fidel, o provocador, do que de Fidel, o comunista.”

Em Washington, essa não era a opinião do governo que logo tomaria posse. George W. Bush vencera por pouco o candidato Al Gore, em disputada eleição realizada uma semana depois de Fidel ter visitado a Venezuela. No comando de sua política para a América Latina, Bush colocou várias figuras desacreditadas do escândalo Irã-Contras e das guerras sujas norte-americanas na América Central travadas durante os anos de 1980. Alguns desdenhavam o líder cubano de uma forma quase obsessiva e estavam convencidos de que Chávez era o novo Fidel Castro. Ficaram alarmados com a amizade declarada entre ele e o revolucionário cubano, com sua aparente simpatia pelas guerrilhas de esquerda na vizinha Colômbia e por suas críticas ao Plano Colômbia, de 1,3 bilhão de dólares, elaborado pelos Estados Unidos com o intuito de erradicar as drogas e os rebeldes que – como grande parte da sociedade colombiana – se beneficiavam da maior indústria de cocaína do mundo. O sentimento deles resumiu-se em um editorial publicado por *The Washington Post* no dia 2 de novembro de 2000: “O próximo Fidel Castro”.

Publicamente, os venezuelanos mantinham a aparência de cordialidade, apesar do sentimento de repulsa aos Estados Unidos que muitos membros do alto escalão cultivaram ao longo da

arraigada e atroz história de intervenções norte-americanas na América Latina. O ministro venezuelano das Relações Exteriores, José Vicente Rangel, por exemplo, mantinha laços profundos com o Chile. Ele nunca esqueceria o golpe apoiado pelos Estados Unidos em 1973 e que terminara com a deposição e a morte do presidente Salvador Allende. Em um comunicado divulgado já em 2000, Rangel caracterizou as relações da Venezuela com o governo Clinton como “normais e cordiais”. E acrescentou: “o início das relações com o novo governo norte-americano [...] é encarado pelo governo do presidente Chávez com otimismo e confiança”.

O otimismo duraria pouco.

19. Primeiras Revoltas no Regresso da Turma do Irã-Contras



O sistema público de educação na Venezuela encontrava-se à beira do colapso quando Chávez assumiu a Presidência. Faltavam livros, papel e lápis nas escolas. A pintura soltava-se das paredes. Havia vazamentos. As classes comportavam número excessivo de alunos. A taxa de desistência era alarmante – metade dos estudantes nunca completava o ensino médio. Um em cada dez nunca passava do ensino fundamental. Muitos professores e diretores apareciam para trabalhar quando bem entendessem. Greves nacionais costumavam deixar as escolas fechadas durante semanas. Mesmo quando os estabelecimentos de ensino permaneciam abertos, o nível das aulas não era dos melhores. “Não sei o que é pior, quando as escolas estão em greve ou quando estão funcionando”, comentou a missionária de longa data Lisa Sullivan, do grupo norte-americano Maryknoll.

Chávez fez do combate a essa situação de decadência uma de suas prioridades. Em uma das primeiras medidas que adotou, proibiu a “taxa de matrícula” que muitas escolas públicas cobravam ilegalmente dos pais dos alunos. No primeiro ano em que a taxa deixou de ser exigida, o governo estima que 400 mil crianças que deveriam estar estudando, mas não estavam, matricularam-se. No segundo ano, aquela cifra elevou-se para um total de 1 milhão de crianças.

Chávez também investiu na qualidade do ensino, criando 500 “escolas bolivarianas” durante seus primeiros dois anos de governo, estabelecimentos que serviram como um programa piloto. Essas escolas ofereciam turnos de oito horas, maiores portanto do que os turnos alternados de quatro horas da maior parte dos estabelecimentos públicos. Davam ao aluno ainda café-damanhã, almoço e lanche da tarde, todos os dias e gratuitamente. Também gratuitamente, forneciam uniformes e livros, e algumas vezes até computadores nas salas de aula. Muitos disponibilizavam, ainda, equipes de atendimento médico compostas por pediatras, assistentes sociais, nutricionistas e psicólogos. Chávez investiu dinheiro nas escolas bolivarianas e no sistema educacional como um todo. Os gastos com a educação aumentaram de 3,3% do Produto Interno Bruto, em 1999, para 5,2%, em 2001. O salário dos professores dobrou. As bibliotecas encheram-se de livros. Operários contratados pelo governo ou soldados do Plano Bolívar 2000 consertaram o vazamento muito freqüente nos tetos das escolas.

As escolas bolivarianas continuam falhas, mas representavam uma grande melhoria em relação à maior parte das escolas públicas. Em uma escola bolivariana instalada na base militar do Forte Tiuna, em Caracas, e inicialmente supervisionada por um

coronel do Exército vestido com seu uniforme cáqui recoberto de medalhas, os pais derrubavam as portas para conseguir matricular seus filhos. Em seu primeiro ano em funcionamento, o local atingiu sua capacidade máxima e assistiu ao surgimento de uma lista de espera com mais de 1.600 famílias.

Como a maior parte das medidas de Chávez, essa também se viu logo criticada pelos meios de comunicação e pelas classes média e alta. Segundo as críticas, o presidente tentaria “cubanizar” as escolas – incluindo as particulares, freqüentadas em sua maioria pelos filhos das classes abastadas – usando-as para impingir uma ideologia esquerdista. Esses temores ganharam o primeiro plano quando um ex-guerrilheiro marxista e sociólogo, chamado Carlos Lanz, ajudou a elaborar uma proposta para que o governo reformasse o sistema e atualizasse o currículo dos profissionais da área.

Em outubro de 2000, Chávez intensificara seus ataques contra o sistema. Ele assinou um decreto criando um órgão de supervisores de alto escalão, encarregado de inspecionar os estabelecimentos públicos e privados e de recomendar a demissão de professores e diretores dos primeiros. O plano de Chávez, conhecido como Decreto 1.011, deixou em pé de guerra a classe endinheirada, que, incorretamente, dizia que o governo poderia recomendar demissões nas escolas particulares. Somado à suposta “cubanização”, essa classe via no decreto uma intervenção direta na vida dos seus filhos. Adotou-se então o *slogan*: “Não mexam com meu filho!”.

O governo repetiu que não tentava cubanizar as escolas, da mesma forma como não tentava cubanizar a economia ou o sistema político. O ministro venezuelano da Educação, Héctor Navarro, declarou que o governo procurava simplesmente coibir abusos,

como o praticado por determinado professor de uma escola que mantinha relações sexuais freqüentes com suas alunas adolescentes. Na opinião de Navarro, outros motivos estavam subjacentes ao clamor. As corruptas máquinas partidárias da AD e do Copei ainda controlavam as escolas, usadas como instrumentos de influência para apontar professores e diretores incompetentes, ausentes ou afeitos à prática de abusos.

A oposição ao Decreto 1.011 fortaleceu-se no dia 19 de janeiro de 2001. Naquela data, 5 mil professores e pais de alunos realizaram uma passeata para criticar o projeto de reforma. Essa era a primeira grande manifestação de rua contra Chávez e a primeira vez em anos – ou absolutamente a única – que *caraqueños* ricos tomaram a suja região central da capital com megafones e cartazes. Duas semanas depois, os manifestantes regressaram. Dessa vez, caminharam até a Suprema Corte, onde exigiram dos juízes que investissem contra o Decreto 1.011.

Chávez respondeu dois dias mais tarde, liderando sua própria passeata com 5 mil pais, professores e alunos favoráveis às reformas. Ele criticou os que se opunham à reforma, acusando-os de formarem uma elite rica que via na maioria pobre do país uma “escória”. “O decreto”, prometeu o presidente, “continuará em vigor, e eu serei o seu supervisor número um”.

No final das contas, Chávez não foi o supervisor número um. Em meio ao alvoroço, o governo recuou. Acabou por implementar um programa menos polêmico de reforma, apesar de ter preservado o conceito da escola bolivariana e ter continuado a abrir mais estabelecimentos similares. Ainda assim, o cancelamento do Decreto 1.011 tornou-se a primeira derrota de Chávez após uma série de vitórias arrasadoras.

O presidente deparava-se com críticas cada vez mais constantes em virtude de outras medidas, incluindo sua tentativa de intervenção no maior sindicato da Venezuela, a Confederação dos Trabalhadores Venezuelanos (CTV). Controlada tradicionalmente pela AD, a CTV era um reduto de corrupção e de práticas abusivas. Muitos trabalhadores acreditavam que a entidade representava sobretudo os interesses dos proprietários das empresas, e não os dos empregados. Em dezembro de 2000, as forças de Chávez venceram um plebiscito nacional prevendo a realização de eleições internas e democráticas na CTV. Mas organizações trabalhistas da Venezuela acusaram o governo de intervir ilegalmente em um sindicato do setor privado e de tentar substituí-lo por uma organização controlada pelas autoridades públicas. A abstenção durante o plebiscito foi grande – 77%.

Os líderes da CTV obedeceram ao resultado da votação e renunciaram a seus cargos, para dar espaço a uma eleição direta a ser realizada entre os companheiros de sindicato. Mas tentaram vingar-se de Chávez, lançando uma série de greves realizadas por trabalhadores do setor petrolífero, por funcionários do setor do aço e por professores, no começo de 2001. Em outubro, a CTV realizou eleições diretas. O processo em si representava uma vitória para o governo Chávez, mas seu candidato, Aristóbulo Istúriz, perdeu de forma arrasadora para o candidato da AD, Carlos Ortega, que comandava o sindicato dos trabalhadores da indústria petrolífera, a Fedepetrol. A antiga CTV podia de fato ser corrupta, no entanto conquistara, ao longo dos anos, alguns benefícios para os trabalhadores. Os chavistas acusaram os vencedores de fraude, em meio a um processo marcado por grande abstenção e muitas irregularidades. Os resultados, porém, foram confirmados.

Em vez dos sindicatos, Chávez voltou-se para o MBR-200 como esteio principal de seus esforços de organização política. Em junho de 2001, anunciou que relançaria o movimento. Convocou as mulheres, os agricultores, os estudantes, os jornalistas "honestos" e outros simpatizantes para formarem os "Círculos Bolivarianos", órgãos encarregados de defender e levar adiante a revolução pacífica de Chávez. A manobra visava a revitalizar o MBR-200 e a organizar melhor a desorganizada massa de simpatizantes do governo chavista. Alguns acreditavam que o presidente se preocupava com o fato de o MVR, cada vez mais submetido à influência de Luis Miquilena, estar aderindo, de forma sub-reptícia, a práticas políticas da Quarta República que o movimento tanto jurara destruir. As suspeitas aumentaram quando Miquilena renunciou ao cargo de ministro do interior, no início de 2002.

Baseado livremente nos círculos de estudo criados por Chávez quando começou sua conspiração nas Forças Armadas, os Círculos Bolivarianos formavam-se de pequenos grupos de vizinhos, idealmente entre sete e onze deles. Esse grupo estudava a nova Constituição, formava cooperativas de costureiras, realizava programas de capacitação para o mercado de trabalho e oferecia aulas de literatura. Chávez encorajava os grupos a pedirem verba pública para custear projetos locais, como comprar brinquedos para um parquinho de diversão ou reformar pontes e ruas. O programa fazia parte do seu conceito envolvendo a "democracia participativa", conceito diferente da "democracia representativa". Segundo algumas estimativas, 1,5 milhão de pessoas, ou qua-se 10% da população adulta do país, acabaram por ingressar em um círculo.

Para Chávez, os círculos ofereciam um exemplo da democracia em ação, mas os opositores e os meios de comunicação

descreviam-nos como uma tropa de choque armada e violenta da revolução defendida pelo presidente. Comparavam-nos aos Comitês para a Defesa da Revolução existentes em Cuba, grupos de vigilância formados por vizinhos e encarregados de calar os dissidentes. Depois de Chávez ter anunciado a formação dos círculos, a oposição passou a responsabilizá-los pelo surgimento de todos os incidentes de violência nas ruas.

Na verdade, a maior parte dos círculos dedicava-se a tampar buracos nas ruas ou a estudar os pensamentos de Simón Bolívar. Alguns dos participantes andavam armados, porém, o mesmo se dava com alguns membros das classes média e alta. Havia homens violentos dos dois lados.

Enquanto encorajava a expansão dos Círculos Bolivarianos, Chávez também voltava sua atenção para a população indígena da Venezuela. O presidente recebeu elogios por contribuir para a reserva de três cadeiras da assembléia constituinte para representantes dos 500 mil índios do país e por ajudar a aprovar uma Constituição que defendia os respectivos direitos de forma inédita. Entre esses direitos, constavam o reconhecimento da propriedade comunal e a implementação de um sistema educacional bilíngüe. Pela primeira vez na história da Venezuela, um membro da população indígena passou a integrar o gabinete de governo do país. Chávez colocou a índia wayuu Atalá Uriana Pocaterra no comando do Ministério do Meio Ambiente.

No entanto, ao mesmo tempo em que conquistava aliados, o presidente deparava-se, de outro lado, com um problema. Seu antecessor no cargo, Rafael Caldera, havia aberto até metade da floresta tropical intocada de Imataca, no sul da Venezuela, à exploração de madeira, ouro e diamante, além de ter assinado um

acordo com o Brasil para construir uma linha de transmissão, com 750 quilômetros de extensão, ligando a hidrelétrica de Guri, na Venezuela, ao noroeste do Brasil.

A linha de transmissão cortaria a reserva Imataca, de 9 milhões de acres e lar de várias tribos indígenas. Com um território duas vezes maior que o da Suíça, Imataca oferecia um Éden dos tempos modernos, abrigando uma vida selvagem comparável a de poucos locais do mundo: onças, gatos selvagens, guaribas-vermelhos, borboletas de cores reluzentes e a maior águia do mundo, a harpia, ameaçada de extinção. A região abriga ainda o Parque Nacional Canaima.

O governo de Caldera via em Imataca uma vasta fonte de riquezas não exploradas. A região armazenava depósitos de ouro avaliados em bilhões de dólares. Ao longo de séculos, atraía exploradores, entre os quais Sir Walter Raleigh, que procuravam pela lendária cidade de El Dorado. O governo previa a chegada de dezenas de mineradoras à região. Houve até uma proposta para a construção de um hotel com 500 quartos nas terras sagradas dos índios pemons, em Canaima.

Na metade de 1998, buldôzeres e trabalhadores armados com serras elétricas começaram a abrir um veio na floresta, derrubando algumas iúcas e destruindo plantações de milho, banana e abacaxi dos pemons. Os pemons reagiram prontamente; alguns deles, usando faixas de pano vermelhas na cintura e pinturas de guerra no rosto, colocaram grandes troncos de madeira na única estrada da região. Quando os trabalhadores ergueram grandes torres de metal, os membros da tribo saíram sorrateiramente à noite e derrubaram algumas delas. Enquanto o projeto avançava, os índios colocaram

abaixo ao menos 30 delas. O governo viu-se obrigado a enviar soldados para proteger as torres.

Chávez herdou esse difícil cenário e afirmou, em outubro de 2000, estar disposto a negociar com as tribos. O presidente criou uma comissão para garantir que as demandas indígenas se fizessem ouvir. Contudo, declarou que “o projeto não causa danos ecológicos” e precisa avançar. A Venezuela e o Brasil assinaram um contrato com força jurídica e rompê-lo resultaria, para o governo venezuelano, em uma pesada punição.

No mês de agosto seguinte, com Fidel a seu lado, Chávez e o então presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, inauguraram a linha de transmissão de 400 milhões de dólares. O setor empresarial ficou satisfeito. Os ambientalistas e alguns líderes indígenas acusaram Chávez de tê-los traído.

Menos de um mês mais tarde, fatos ocorridos a 3.200 quilômetros de distância dali abalariam o mundo.

Terroristas muçulmanos atiraram aviões contra o World Trade Center, em Nova York, e contra o Pentágono, em Washington. O ataque afetaria dramaticamente as relações entre os Estados Unidos e a Venezuela.

Dois dias após a investida, em um pronunciamento feito em cadeia nacional, Chávez condenou a ação dos terroristas e pediu um minuto de silêncio para homenagear as vítimas. Porém, no dia seguinte, conclamou os Estados Unidos a “não lançarem a primeira guerra do século 21” em resposta aos ataques. Duas semanas mais tarde, pediu aos líderes mundiais que procurassem pelas causas do terrorismo em vez de simplesmente caçar os terroristas e puni-los.

Os Estados Unidos, como se sabe, preparavam o lançamento da primeira guerra do século 21. No dia 7 de outubro, o país começou a bombardear o Afeganistão depois de o Taliban ter se recusado a entregar Osama bin Laden. E receberam grande apoio para a realização dos ataques. Mas Chávez mostrou-se preocupado com os “danos colaterais” – a morte de civis – resultantes dos bombardeios.

O presidente venezuelano regressou às televisões na segunda-feira, dia 29 de outubro, e exibiu fotos nas quais apareceriam crianças mortas no Afeganistão. Chávez estava enojado. “Precisamos encontrar soluções para os problemas do terrorismo. Precisamos encontrar os terroristas”, disse. Depois, baixando a voz, acrescentou: “Mas não dessa forma”. Chávez ficou em silêncio por um instante enquanto uma câmera focava as terríveis fotografias. “Vejam essas crianças”, disse, com voz serena. “Essas crianças estavam vivas ontem. Estavam comendo com os pais e uma bomba caiu sobre elas.” E continuou: “Nada pode justificar isso, como nada pode justificar os ataques contra Nova York. Os assassinatos no Afeganistão precisam parar. [...] Não se pode combater o terror com o terror”. Chávez descreveu os bombardeios norte-americanos como “massacre de inocentes”.

O governo dos Estados Unidos ficou furioso. O Departamento de Estado descreveu os comentários de Chávez como “totalmente inapropriados”. O presidente Bush manifestou “pesar” devido às declarações. Naquela quinta-feira, o país mandou que sua embaixadora, Donna Hrinak, regressasse a Washington para “consultas”. Dois dias mais tarde, Chávez tentou reparar o dano, afirmando em seu programa de rádio que os comentários haviam

sido mal interpretados. “*I want to be your friend*” (quero ser amigo de vocês), disse, em inglês.

Essa nova declaração não serviu para reparar os danos. O incidente marcou o ponto de virada das relações com os Estados Unidos. Aos olhos do governo Bush, Chávez violava uma das principais doutrinas do presidente norteamericano na guerra contra o terror: “Ou você está com a gente ou está com os terroristas”. Até mesmo alguns aliados de Chávez lamentaram o caráter inapropriado dos comentários. “Do ponto de vista das relações públicas, ele está fazendo bobagem”, afirmou o congressista Cass Ballenger, republicano da Carolina do Norte, que recebera Chávez para um churrasco em sua cidade natal. “Eu lhe disse que o sentimento do povo norte-americano é o de que estamos em guerra. Disse-lhe que precisava ter cuidado com suas declarações.”

Hrinak passou uma semana em Washington, onde membros do governo norte-americano convocaram uma pouco usual revisão das relações com a Venezuela, chamando para participarem do processo várias agências oficiais. Autoridades da Agência Nacional de Segurança, do Departamento de Estado e do Pentágono reuniram-se entre os dias 5 e 7 de novembro. Quando Hrinak regressou a Caracas, pediu para se encontrar com Chávez. A portas fechadas, no Palácio de Miraflores, ela começou a ler a carta enviada de Washington. Segundo relato do presidente venezuelano, a carta pedia-lhe que corrigisse pública e oficialmente as declarações sobre os bombardeios no Afeganistão. Conforme contou Chávez, antes de Hrinak estender-se muito naquela leitura, ele a interrompeu. “A senhora está falando com o chefe de Estado desta nação. A senhora é uma embaixadora em meu país. A senhora está se comportando de forma inadequada. Por favor, deixe meu

gabinete imediatamente.” Hrinak ficou chocada; ela não esperava uma reação desse tipo ao pedido feito pelo país mais poderoso da Terra. A embaixadora desculpou-se e perguntou se poderia ao menos terminar de ler a carta. Chávez aceitou, mas quando a embaixadora terminou, a reunião também chegou ao fim.

A era da postura norte-americana de “observar o que Chávez faz, não o que ele diz” encontrava seu ponto final, definitivamente. Na realidade, seu passamento tornara-se inevitável a partir do momento em que Bush tomara posse, no mês de janeiro anterior. O novo presidente encarregou, temporariamente, o arquiteto da política de engajamento, John Maisto, de ser o principal enviado dos Estados Unidos na América Latina. Mas estava de olho, na verdade, em um exilado cubano da linha-dura, um combatente da Guerra Fria que ganhara fama durante as guerras da América Central e o escândalo Irã-Contras, do decênio de 1980, que vivia obcecado com a idéia de depor Fidel Castro e que enxergava em Hugo Chávez um aparente sucessor do líder cubano.

Otto Reich estava afastado do governo desde o final da década de 1980, depois do estouro do escândalo Irã-Contras. Reich nascera em Cuba, para onde fugira seu pai, em 1938, deixando a Áustria, a fim de escapar dos nazistas, e onde mais tarde identificou paralelos nefastos entre Fidel e Hitler, quando o líder cubano subia ao poder. A família de Reich logo rumou para os Estados Unidos, onde Otto escreveria sua dissertação de mestrado sobre as características totalitárias das ditaduras.

Seu currículo como ativista ultraconservador anti-Fidel e anticomunista ajudou-o a conquistar uma série de cargos no Departamento de Estado do presidente Ronald Reagan. De 1983 a 1986, no auge das guerras patrocinadas pelos norte-americanos na

América Central, Reich comandou o Escritório de Diplomacia Pública. O órgão, criado em 1983, tinha por missão rebater as pesadas críticas às políticas adotadas por Reagan na América Central. Um jornal norte-americano descreveu o escritório como, essencialmente, um “aparelho de propaganda e desinformação”. Sua missão consistiria em “colar chapéus negros sobre os sandinistas e chapéus brancos” sobre os contras criados e custeados pelos Estados Unidos, um exército de guerrilha que tentava derrubar o governo esquerdista da Nicarágua e cujos membros eram acusados de praticar estupros, assassinatos e saques.

Oficialmente, o órgão de Reich integrava o Departamento de Estado, mas, na verdade, a agência reportava-se ao Conselho Nacional de Segurança, dentro do qual o coronel Oliver North comandava um programa secreto de combate aos sandinistas, compactuando a venda secreta de armas para o Irã e desviando os lucros para os contras – contornando a Emenda Boland, que proibia o envio de verbas norte-americanas para rebeldes de direita. Reich deixou o Escritório de Diplomacia Pública em 1986, exatamente no momento em que eclodira o escândalo Irã-Contras. Reagan enviou-o para a Venezuela como embaixador dos Estados Unidos. Reich nunca foi condenado por nenhuma irregularidade, no entanto, a autoridade encarregada de fiscalizar as ações do governo federal dos Estados Unidos determinou que o escritório dele realizara “atividades de propaganda dissimulada proibidas”.

Reich continuou na Venezuela durante a “coroação” de Carlos Andrés Pérez e os distúrbios e assassinatos em massa do Caracazo, em 1989. Depois daquilo, afastou-se do governo e passou a trabalhar para empresas de *lobby* dos Estados Unidos, entre as

quais a fabricante de rum Bacardi-Martini – que lhe pagava mais de 600 mil dólares por ano – e para a fabricante de armas Lockheed Martin. As duas empresas tinham interesses comerciais na América Latina. Houve determinada polêmica envolvendo seu nome, uma vez que, quando no cargo de diplomata, Reich teria ajudado um terrorista chamado Orlando Bosch a conseguir visto de entrada nos Estados Unidos. Ex-pediatra, Bosch participara do planejamento do atentado a bomba contra um avião cubano em 1973, responsável pela morte de todos os 73 passageiros a bordo. Ele cumpria pena de prisão na Venezuela, de onde o avião partira.

Em março de 2001, George W. Bush propôs colocar Reich como secretário-assistente de Estado para as questões envolvendo o Hemisfério Ocidental a principal autoridade do Departamento de Estado para a América Latina. Membros de destaque do Partido Democrata, grupos de defesa dos direitos humanos e organizações progressistas dos Estados Unidos ficaram horrorizados. Consideravam o ex-embaixador uma figura imprevisível e um elemento capaz de provocar embaraço. Muitos viam em sua nomeação uma forma de recompensar os cubanos de Miami por terem ajudado Bush a conquistar a Presidência.

O senador Christopher Dodd, um democrata de Connecticut, ex-membro dos Corpos de Paz na República Dominicana e presidente da Subcomissão do Senado de Relações Exteriores para o Hemisfério Ocidental, recusouse a permitir que o órgão realizasse a sessão de ratificação da nomeação de Reich para o cargo. Nesse meio-tempo, o ex-embaixador desistiu das atividades de *lobby* e começou a trabalhar para o Departamento de Estado gratuitamente. O impasse durou quase um ano. Finalmente, em janeiro de 2002, Bush valeu-se do recurso da “nomeação feita

durante o recesso”, quando o Congresso não realizava sessões, para evitar Dodd e dar a Reich o mandato de um ano no cargo.

A comunidade de exilados cubanos em Miami ficou em êxtase. Com Fidel ainda à frente de Cuba, Chávez, seu protegido, cimentando seu poder na Venezuela, o ex-líder sindical de esquerda Luiz Inácio Lula da Silva dando sinais de que conquistaria a Presidência do Brasil, em outubro, e a Argentina neoliberal, a “aluna modelo”, sofrendo um colapso financeiro depois de decretar a moratória de uma dívida externa de 312 bilhões de dólares, Reich parecia ser o homem ideal para reverter – ou ao menos brevar – o avanço dos políticos esquerdistas na América Latina. “A América do Sul está em chamas e nós estamos voltando os olhos para o outro lado”, comentou a congressista Ileana Ros-Lehtinen, republicana da Flórida e porta-estandarte da comunidade de exilados cubanos. “Otto funcionará como um grande extintor de incêndio.”

Reich não era o único extintor de incêndio tirado por Bush da turma do Irã-Contras, então caída em desgraça, para reconduzi-lo ao poder. No cargo de secretário-assistente para a América Latina durante o governo Ronald Reagan, Elliot Abrams trabalhou como um dos principais arquitetos das guerras sujas norte-americanas na América Central nos anos de 1980 e como peça fundamental do escândalo Irã-Contras. Autêntico “*pit bull*”, defensor da “política antes morto do que comunista” defendida por aquele governo na América Central, Abrams era conhecido por suas “aparições de dentes à mostra nas audiências de comissões (do Congresso), nas quais defendia esquadrões da morte e ditadores, negava a ocorrência de massacres, mentia sobre atividades ilegais dos Estados Unidos para dar apoio aos contras nicaragüenses”, escreveu o colunista de um jornal.

Abrams defendeu com vigor o apoio norte-americano aos "esquadrões da morte" do governo de El Salvador, quando soldados e paramilitares decapitaram várias de suas vítimas, enfiando e exibindo suas cabeças em lanças, a fim de aterrorizar a população. Aquela guerra deixara 75 mil pessoas mortas, a maior parte delas vitimada por militares e esquadrões da morte financiados pelos Estados Unidos.

Ao lado de outras autoridades norte-americanas, Abrams tentou esconder o maior massacre da guerra. Em dezembro de 1981, soldados salvadorenos treinados pelos Estados Unidos cercaram o vilarejo montanhoso e isolado de El Mozote, onde mataram quase mil mulheres, crianças e idosos. Eles jogavam bebês para o alto e os estocavam com a baioneta de seus fuzis. Estupraram e depois mataram meninas adolescentes. Obrigaram homens a entrarem em uma igreja e depois atearam fogo nela. Menos de dois meses depois, em 8 de fevereiro de 1982, Abrams afirmou a uma comissão do Senado que as histórias de capa publicadas em *The New York Times* e em *The Washington Post*, nas quais se descrevia o massacre, "não eram dignas de crédito". Ele sugeriu que as reportagens representavam um exercício de propaganda realizado por guerrilheiros de esquerda para conquistar apoio.

Abrams afirmou, certa vez, que o "histórico do governo em El Salvador é uma conquista fabulosa". Segundo ele, os Estados Unidos lutavam contra o comunismo.

Abrams trabalhou de perto com Oliver North na ofensiva dos contras na Nicarágua. E afirmou várias vezes ao Congresso que desconhecia a venda de armas para o Irã e o respectivo desvio dos lucros para os contras. Em 1991, confessou sua culpa em dois crimes menores por enganar o Congresso. Mas o presidente George

H. W. Bush, em seus últimos dias de governo, em 1992, na véspera do Natal, perdoou-o.

A ex-autoridade era uma figura sem crédito nenhum. Isso, no entanto, não impediu o filho de Bush de ressuscitar a carreira dele no governo e de recolocá-lo em um posto de primeiro escalão. Poucos meses depois de iniciado seu mandato, Bush contratou Abrams para integrar o Conselho Nacional de Segurança, desempenhando a função de promover a democracia e os direitos humanos no mundo todo. Um colunista da *Newsday* observou: “a nomeação fez-se com uma das caras mais sérias. O cargo não requer aprovação do Senado. Basta que um presidente deseje escolher um criminoso condenado e um mentiroso não arrependido para algum alto posto do governo”.

Completando a galeria de elementos nocivos da era Irã-Contras agora ressuscitados, John Negroponte foi escolhido por Bush para servir como embaixador dos Estados Unidos junto às Nações Unidas. Bush enviou o nome de Negroponte em março de 2001. Seis meses mais tarde, a comissão do Congresso encarregada de aprovar a escolha ainda não o fizera. Surgiam perguntas sobre a atuação de Negroponte quando trabalhara como embaixador em Honduras, de 1981 a 1985.

Na década de 1980, os Estados Unidos forneceram treinamento e dinheiro em quantidades generosas para os militares de Honduras, que serviu como base importante para os rebeldes contras que atacavam o governo da Nicarágua. A CIA treinou uma unidade secreta em particular, o Batalhão 316, que supostamente seqüestrou, torturou e assassinou simpatizantes da esquerda, entre os quais um cidadão norte-americano, o jesuíta Joseph Carney. A unidade jogou algumas de suas vítimas em covas rasas e outras,

segundo denúncias, de aviões. Em 1995, uma investigação vencedora do Prêmio Pulitzer e publicada no jornal *The Baltimore Sun* denunciou as atividades dos militares e do Batalhão 316.

O *Sun* alegava que Negro ponte, na qualidade de todo poderoso embaixador dos Estados Unidos, devia ter tido ciência dos abusos. O jornal, porém, afirmou que o ex-embaixador havia tentado evitar que repórteres tivessem acesso a algumas provas. Se ficasse provado que Honduras era conivente na violação de direitos humanos, o país não poderia receber ajuda militar dos Estados Unidos. Se não recebesse ajuda militar norte-americana, não poderia servir de base de lançamento para os contras.

A polêmica envolvendo a atuação de Negro ponte na América Central, no entanto, caiu rapidamente no esquecimento quando dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Três dias mais tarde, de forma discreta, o Senado aprovou sua nomeação para as Nações Unidas. O colunista Frank del Olmo, do *Los Angeles Times*, considerou “ao colocar Negro ponte em um cargo central da política externa, Bush premiava um diplomata norte-americano que muitos latino-americanos consideram um terrorista – apesar de ser do tipo de terrorista bem alimentado e formado na Ivy League”.

Bush não apenas nomeou simpatizantes dos contras para altos postos do governo – ele nomeou um contra. Rogelio Pardo-Maurer contribuiu de perto com a liderança política dos contras durante o decênio de 1980, tendo assumido o cargo de chefe de gabinete de um escritório mantido pelos contras em Washington. Bush nomeou-o vice-secretário-assistente de defesa para assuntos interamericanos, fazendo dele a maior autoridade do Pentágono para questões relacionadas com a América Latina. Pardo-Maurer equivalia a Otto Reich, das Forças Armadas dos Estados Unidos.

No final de 2001 e começo de 2002, enquanto Pardo-Maurer ainda aguardava confirmação para assumir o cargo para o qual fora nomeado por Bush, o substituto de Hrinak, Charles Shapiro, estava como embaixador nor-te-americano na Venezuela. Shapiro, nascido em Augusta, Geórgia, havia trabalhado na Embaixada dos Estados Unidos em El Salvador, especificamente no escritório de assuntos políticos, entre 1985 e 1988. Em um dado momento de 1986, ele testemunhou diante da Corte Distrital dos Estados Unidos em Los Angeles, defendendo as políticas norte-americanas em El Salvador contra um processo iniciado por imigrantes que buscavam asilo político. Os Estados Unidos rejeitaram quase todos os pedidos de asilo apresentados por refugiados salvadorenhos. Se os aprovasse, o país reconheceria, na prática, que o governo ao qual dava apoio em El Salvador (para o qual enviava, no auge da guerra suja, 1 milhão de dólares ao dia) cometia escabrosos abusos dos direitos humanos. Depois de denunciar o governo salvadorenho dentro dos Estados Unidos, os refugiados que não conseguiram ver aprovados seus pedidos de asilo corriam o risco de encontrarem uma recepção nada calorosa quando deportados de volta para casa.

Uma década depois de Shapiro ter saído de El Salvador, o governo Clinton escolheu-o para comandar a seção do Departamento de Estado encarregada de Cuba, à frente da qual deu prosseguimento à política norte-americana de tentar minar Fidel Castro. Se confirmado para sua mais nova missão na Venezuela, Shapiro prestaria contas diretamente a Otto Reich.

O regresso da turma do Irã-Contras a Washington representava um fato chocante e repulsivo para muitos congressistas, líderes religiosos e grupos de estudo de políticas latino-americanas com tendências esquerdistas – para não mencionar os próprios latino-

americanos. “O ressurgimento dos criminosos do Irã-Contras tem sido algo nada menos que orwelliano¹⁶ dentro desse governo”, afirmou Peter Kornbluh, dos Arquivos Nacionais de Segurança, instituto de pesquisa com sede em Washington, especializado em analisar documentos oficiais antes secretos. “Essas não são nomeações do século 21. São nomeações retrógradadas, representam o retorno a uma era de intervenção, uma época durante a qual os Estados Unidos agiam como o grande valentão da rua.”

Robert White, que trabalhou como embaixador norte-americano em El Salvador no começo da década de 1980 e que observava horrorizado os corpos de quatro religiosos dos Estados Unidos sendo retirados de uma vala comum, afirmou: “Não há um único líder democrata na América Latina que não rejeite e não deplora o papel que nosso governo desempenhou na América Central durante o decênio de 1980. Escolher homens como Elliot Abrams e Otto Reich é um insulto”. O grupo Fair, de vigilância dos meios de comunicação, foi ainda mais longe. “Negroponte e Abrams possuem as mãos manchadas de sangue”, declarou. “As de Reich estão manchadas principalmente de tinta. Negroponte e Abrams afagaram torturadores, protegeram esquadrões da morte e ajudaram a matar agricultores na América Central. Reich interferiu na mídia.”

Os Estados Unidos começaram a agir nos bastidores para determinar o rumo da Venezuela antes mesmo de Reich ter assumido oficialmente seu cargo, em janeiro de 2002. No final do ano de 2001, um desfile de políticos, empresários, jornalistas e oficiais das Forças Armadas da Venezuela contrários a Chávez começou a passar por Washington e pela Embaixada norte-americana em Caracas, para reunir-se com autoridades norte-americanas. Um general venezuelano, Lucas Romero Rincón,

comandante das Forças Armadas do país, encontrou-se com Pardo-Maurer no dia 18 de dezembro de 2001, em Washington. Também participou desse desfile o empresário de pequena estatura Pedro Carmona, que comandava a câmara de comércio da Venezuela, a Fedecâmaras. Acompanhado de uma delegação formada por sete líderes do setor empresarial, ele reuniu-se com Reich, Maisto e outras autoridades, em novembro. Carmona insiste que o encontro tinha por objetivo discutir a inclusão da Venezuela em um grupo de países andinos aptos a receberem um tratamento comercial privilegiado.

Outros afirmaram que as viagens realizadas pelos venezuelanos miravam um alvo diferente: sondar os Estados Unidos sobre o eventual apoio a um golpe. Autoridades norte-americanas mais tarde alegariam que “explicitamente deixaram claro, reiteradas vezes, para líderes da oposição, que os Estados Unidos não dariam apoio a um golpe”, segundo as palavras de Ari Fleischer, porta-voz da Casa Branca. Mas uma autoridade do Departamento de Defesa ofereceu um outro panorama, contando a *The New York Times*: “não estávamos desencorajando ninguém. Enviávamos indícios informais, sutis de que não gostamos desse sujeito”.

Na mesma época em que Pedro Carmona viajava para Washington a fim de reunir-se com Reich e outras autoridades, em Caracas, a embaixadora Donna Hrinak, então em fim de mandato, adotou uma medida inesperada – mandou que o adido militar da Embaixada suspendesse seus freqüentes encontros com militares venezuelanos dissidentes. Um deles, o contra-almirante Carlos Tamayo Molina, um dos principais opositores de Chávez, estudava a possibilidade de dar um golpe. Uma autoridade do Departamento de Estado explicou mais tarde que Hrinak proibira as reuniões

porque o governo dos Estados Unidos havia descoberto que os contatos do adido estavam “envolvidos em atividades ilegais ou com o que seriam atividades ilegais”.

Enquanto as autoridades norte-americanas se encontravam discretamente com adversários de Chávez, o governo norte-americano e agências aliadas injetavam centenas de milhares de dólares em organizações contrárias ao presidente. Entre essas se incluía a Assembléia Educacional, liderada por Leonardo Carvajal. Carvajal comandava os protestos contra a reforma educacional, as maiores manifestações de rua anti-Chávez até aquele momento. O principal canal de distribuição de fundos para organizações de oposição como a de Carvajal era oferecido por um instituto chamado National Endowment for Democracy.

Durante décadas, a Agência Central de Inteligência procurou influenciar o desenrolar dos acontecimentos em países estrangeiros segundo a direção considerada favorável aos Estados Unidos – especificamente, afastando movimentos e governos “radicais” para privilegiar os mais moderados e pró-mercado. Secretamente, a agência apoiava partidos políticos, sindicatos, jornais, editoras, grupos estudantis e organizações cívicas no mundo todo. Todavia, na metade da década de 1970, surgiu um escândalo quando uma investigação do Congresso envolvendo a Comissão de Igrejas e ex-membros da agência, tal como Philip Agee, revelou que a CIA também empregava outras técnicas para direcionar a história do mundo. Essas técnicas incluíam assassinato, sabotagem econômica, golpes e a instalação de ditadores no poder. A CIA organizou e comandou o golpe de 1954, responsável por derrubar o governo reformista e democraticamente eleito de Jacobo Arbenz, na Guatemala, e deu apoio ao golpe de 1973, no Chile, contra Salvador

Allende, o primeiro presidente marxista democraticamente eleito do Hemisfério Ocidental.

Os escândalos dos anos de 1970 aceleraram os esforços realizados por líderes em Washington para encontrar uma forma de realizar o mesmo trabalho político da CIA, mas sem a bagagem revelada pelas investigações. A resposta deles veio na forma do NED. O órgão pretendia realizar abertamente o que a CIA realizava às escondidas, excluindo da equação os assassinatos e demais ações violentas. "O NED foi criado para suplementar as atividades da CIA", afirmou Kornbluh, especialista nas atividades secretas realizadas pelos Estados Unidos. Em uma entrevista publicada em 22 de setembro de 1999 por *The Washington Post*, Allen Weinstein, que ajudou a elaborar a lei responsável pela criação do NED e que foi o primeiro presidente em exercício do grupo, declarou: "Muito do que fazemos hoje era feito secretamente 20 anos atrás, pela CIA". A missão declarada do NED consistia em "promover a democracia", mas seu objetivo verdadeiro era proteger os interesses norte-americanos no exterior – o que poderia ou não coincidir com a defesa da democracia. Parte do trabalho do órgão mereceu elogios, tais como o apoio ao movimento Solidariedade, de Lech Walesa, na Polônia, na década de 1980. Já outros projetos eram no mínimo questionáveis.

O NED nasceu em 1983, no auge da cruzada anticomunista de Reagan na América Central. Reagan revelou-se um grande patrocinador da entidade, como seria o caso de George W. Bush. O grupo repetia ser uma entidade privada e independente. Porém, a maior parte de seu orçamento vinha do Congresso norte-americano, o que fazia dele um órgão quase governamental. O Congresso canalizava seus fundos para o NED por meio da Agência de

Informação dos Estados Unidos e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, ambas entidades do Departamento de Estado. O NED precisava submeter suas doações ao Departamento de Estado para que fossem aprovadas. As embaixadas norte-americanas muitas vezes se encarregavam da logística e da organização dos programas do NED.

Um dos primeiros sucessos importantes do NED, conforme narrado por William I. Robinson no livro *A Faustian Bargain* (Uma Barganha faustiana), deu-se com a participação do órgão na deposição do governo sandinista na Nicarágua. Em um único ano, a entidade injetou vultosos 10,5 milhões de dólares em doações no pequeno e empobrecido país da América Central, lar de 3,5 milhões de pessoas. O dinheiro chegou às mãos de grupos contrários aos sandinistas. Já enfraquecido devido aos quase dez anos de sabotagem econômica liderada pelos Estados Unidos e pela guerra na qual enfrentava os contras, os sandinistas perderam a eleição de 1990 para a candidata aliada dos norte-americanos, Violeta Chamorro. Em um país cuja economia não poderia nem mesmo ser comparada com a de Rhode Island, a maciça intervenção militar, econômica e política dos Estados Unidos criou uma arena de disputa enormemente tendenciosa, dentro da qual os sandinistas tinham poucas chances de sobrevivência.

Enquanto Reich e os outros envolvidos no Irã-Contras se acomodavam em seus cargos, no começo de 2002, a maior parte dos venezuelanos não sabia que o NED se infiltrava rapidamente em sua sociedade, de forma semelhante ao que acontecera na Nicarágua. As doações aumentavam de tamanho aceleradamente, à medida que os detentores do poder nos Estados Unidos ficavam cada vez mais preocupados com Chávez. Na virada do ano de 2001

para 2002, o montante de dinheiro quase quadruplicou para 877 mil dólares. A maior parte desses fundos caiu nas mãos de organizações da “sociedade civil” contrárias a Chávez, entre as quais uma denominada *Sumate, Faça Parte*. Sua líder, María Corina Machado, uma bem-vestida senhora que sabia falar inglês e freqüentara o internato de Wellesley, em Massachusetts, conseguiu uma reunião com o presidente George W. Bush no Salão Oval – algo que Chávez nunca obtivera.

O presidente da Venezuela e a maior parte do país não tinham ciência da dimensão dos esforços intervencionistas do NED até 2004, quando então uma advogada do Brooklin com cidadania norte-americana, mas venezuelana, e um jornalista investigativo de Washington propuseram requisições, valendo-se da Lei de Liberdade de Informação, para obrigar o NED a divulgar detalhes de suas operações na Venezuela. A publicação desses dados provocou uma onda de indignação entre os simpatizantes do governo, incluindo Chávez. O livro da advogada sobre o NED tornou-se obrigatório em todas as bancas de jornal do país e sua autora, Eva Golinger, uma figura respeitada e celebridade da revolução chavista.

Quando o ano de 2001 se aproximava do final, Chávez engatou a quinta marcha em sua Revolução Bolivariana, deixando a oposição em frenesi. Até então, a maior parte de suas manobras objetivava dismantlar o corrupto *establishment* político. Diante da aniquilação quase total dos partidos tradicionais, Chávez voltou-se para a implementação de uma série de reformas referentes a vários setores da sociedade, do petrolífero à indústria pesqueira. No dia 13 de novembro, usando uma “lei capacitante” que estava prestes a expirar, o presidente baixou 49 decretos.

Os decretos referiam-se a várias demandas, desde obrigar bancos a conceder empréstimos para pequenos agricultores até ampliar a área de proibição da pesca industrial, dos cinco quilômetros vigentes então para dez quilômetros da costa, protegendo com isso os interesses dos pequenos pescadores e o meio ambiente. Em termos gerais, as medidas visavam a consolidar, pela primeira vez, e a transformar em lei o programa de reformas elaborado para beneficiar os mais pobres, porção majoritária da população. E significavam uma provocação direta às elites.

Dois decretos em particular provocaram alvoroço. Um deles tratava do setor petrolífero. Chávez começara a assumir o controle da estatal que monopolizava essa atividade, a Petroleos Venezuela, tentando derrubar o que considerava um “Estado dentro do Estado”, responsável por submeter a maior empresa da América Latina aos interesses estrangeiros e à elite doméstica. O presidente colocara de lado a prática adotada pela pdvsa de ultrapassar sua cota de produção segundo estipulada pela Opep e desempenhara um papel central na revitalização do cartel. Agora, Chávez desejava concluir as reformas.

A nova lei garantia à pdvsa ao menos 51% de participação nas *joint ventures* criadas com empresas estrangeiras de petróleo – e portanto paralelamente em seu controle. E também elevava as taxas de *royalties* de 16,7% para 30%. Para compensar pelo aumento, o governo cortaria as taxas do imposto de renda, de 67,7% para 50%. Além disso, a lei fortalecia a proibição inserida na nova Constituição sobre privatizar a estatal.

Os adversários da medida, entre os quais o ex-chefe da pdvsa Luis Giusti e o bem azeitado departamento de relações públicas da

estatal, descreveram-na como mais uma manobra rumo a destruir uma empresa modelo e desencorajar os investimentos externos. Outros rebateram isso, argumentando que a empresa se alinhava, na realidade, entre as grandes empresas de petróleo *menos* eficientes do mundo. Os custos de extração de um barril de petróleo da estatal eram até três vezes maiores do que os de outras grandes petroleiras, como a ExxonMobil, a Shell, a Chevron ou a Texaco, segundo classificação divulgada pela revista *América Economía*. A empresa venezuelana também costumava transferir o processo de fixação de preços para afiliadas com sede no exterior, a fim de diminuir os *royalties* pagos ao Estado venezuelano. O montante caíra de 71 centavos por dólar de faturamento bruto, em 1981, para 39 centavos, em 2000.

Os outros três decretos que provocaram a ira da oposição tratavam da re-forma agrária. Ninguém poderia argumentar seriamente, dentro da Venezuela, sobre não ser necessário realizar uma reforma agrária. Entre 1% e 2% dos proprietários possuíam 60% de todas as terras férteis. Muitos fazendeiros haviam obtido seus títulos de propriedade recorrendo à corrupção ou simplesmente não possuíam tais títulos. Além disso, esses fazendeiros não utilizavam suas terras. De outro lado, 2 milhões de agricultores sem-terra viviam na pobreza, queixava-se Chávez, enquanto grandes porções de terra do interior do país, cujos proprietários viviam em Caracas, não eram usadas para nada.

O presidente argumentava, ainda, que a Venezuela precisava garantir a "segurança nacional no fornecimento de comida", produzindo a maior parte de seus alimentos. A Venezuela importava, segundo estimativas, 70% de seus alimentos e figurava como o único país da América do Sul cujo volume importado de

comida era maior do que o de alimentos exportados. Nas quatro décadas anteriores, a maior parte dos venezuelanos havia se mudado do campo para as cidades, que passaram a abrigar 87% da população (revertendo as taxas anteriores de distribuição populacional). Entre 1960 e 1999, a fatia do PIB representada pelos produtos agrícolas caiu de 50% para 6% – a menor cifra da América Latina.

A tentativa anterior de reforma agrária, realizada em 1961, resultara em um desastre. O governo distribuiu 114 mil quilômetros quadrados de terras para agricultores, mas não lhes forneceu condições de cultivo. A maior parte dessas terras acabou nas mãos dos grandes proprietários.

Chávez desejava consertar a insatisfatória distribuição de terra da Venezuela. O presidente propôs limitar o tamanho legalmente aceito das fazendas para áreas que girariam em algo entre mil e 5 mil hectares, dependendo da produtividade dessas terras. A fim de ajudar a dismantelar os grandes latifúndios improdutivos ou fazê-los produzir, Chávez desejava cobrar um imposto especial sobre fazendas onde mais de 80% das terras não fossem utilizadas. E propôs distribuir as terras improdutivas, grande parte delas de propriedade do governo, para famílias de agricultores e para cooperativas. A medida permitiu expropriações de terras abandonadas ou sem cultivo existentes dentro de grandes propriedades particulares. O governo, porém, desapropriaria apenas uma parcela das terras improdutivas, a depender da qualidade delas, e indenizaria os proprietários segundo os valores de mercado. A lei estipulava claramente que os grandes proprietários de terra continuavam a controlar, em grande medida, suas fazendas.

O plano não era tão radical quanto as expropriações em massa realizadas durante as revoluções cubana e mexicana. Alguns o compararam com a histórica Lei de Propriedade Rural de Abraham Lincoln, de 1862, que ajudou a criar uma classe média de raízes agrárias e desempenhou um papel importante no desenvolvimento da democracia nos Estados Unidos. O governo venezuelano imaginava que conseguiria atender às necessidades da maioria dos agricultores distribuindo terras de propriedade do Estado, sem ter que lançar mão de muitas das fazendas de propriedade de particulares.

O decreto, no entanto, provocou uma revolta entre os fazendeiros. Muitos acusaram o presidente de agir com injustiça ao questionar a legitimidade de seus títulos de propriedade, o que os faria assemelharem-se a ladrões. Os fazendeiros alegaram, ainda, que as declarações incendiárias de Chávez provocavam ondas de invasões realizadas por sem-terra. Eles temiam perder a fonte de sustento e acreditavam que o governo os obrigaria a abrir mão de um negócio lucrativo como a produção de leite, por exemplo, já que a nova lei determinava o cultivo de plátano nas terras mais férteis. Outros argumentaram que mesmo fazendas produtivas poderiam ser desapropriadas. Descreveram o programa como uma ameaça à propriedade privada e um retrocesso rumo às economias de viés comunista.

Chávez deu início ao programa com grande estardalhaço, no dia 10 de dezembro, aniversário da famosa batalha de Ezequiel Zamorra em Santa Inés, em 1859. O presidente viajou para o exato local da batalha, em Barinas, a fim de participar de uma cerimônia que marcava o início oficial do programa.

Não demorou muito para a violência eclodir. Os proprietários de terra na região de fronteira reclamaram que o governo não os estava protegendo dos rebeldes colombianos e dos sem-terra que invadiam suas fazendas. Formaram milícias particulares supostamente treinadas por violentos paramilitares de direita vindos da Colômbia. Logo esses grupos passaram a assassinar integrantes de movimentos pró-reforma agrária. Um deles, Luis Mora, morreu um mês depois do anúncio feito por Chávez. Dois homens dirigiram-se até a casa da vítima, no Estado ruralista de Mérida, sacaram suas pistolas e assassinaram-no na frente de seus dois filhos pequenos. Ao longo do ano que se seguiu, o Instituto Nacional da Terra, um órgão do governo, estimou que outros 50 líderes populares foram mortos. Na metade de 2005, essa cifra havia aumentado para ao menos 130.

Apesar da violência, o programa de reforma agrária continuou avançando. No começo de 2005, o governo havia distribuído para 130 mil famílias 2,2 milhões de hectares de terras públicas não utilizadas. Nenhuma fazenda particular fora desapropriada – apesar de terem surgido alguns casos polêmicos nos quais essa hipótese seria analisada. Peter Rosset, co-diretor do Instituto para Políticas de Alimentação e Desenvolvimento, um grupo de pesquisa com sede em San Francisco, observou que a iniciativa da Venezuela se revelava altamente incomum. “Neste momento, na América Latina, a Venezuela possui

o único programa sério de reforma agrária administrado pelo governo”, afirmou Rosset, um especialista nesse tipo de programa. “Nos Estados Unidos, Chávez costuma ser retratado como um vilão ou um maluco, mas essa reforma agrária, apesar de pequena e

incipiente, mostra que ele está muito mais do lado dos pobres do que qualquer outro presidente da região.”

No entanto, quando Chávez lançava sua reforma agrária em novembro de 2001, a oposição dava sinais de grande insatisfação com a medida – ou com qualquer outra medida que partisse dele. Os adversários acreditavam que o líder venezuelano perdera força e desejavam partir para o ataque. Seu governo sofria com a falta de experiência administrativa. Antes de ser lançado na Presidência, Chávez nunca ocupara um cargo eletivo. Muitos de seus ministros eram também estreantes no governo. Algumas vezes, esses ministros viram-se nomeados e exonerados um atrás do outro. Um dos mais importantes deles, Luis Miquilena, logo ingressaria no grupo dos que se afastaram.

Mas o círculo íntimo de conselheiros de Chávez ainda incluía muitos dos civis esquerdistas e progressistas que ele conhecera quando estava na prisão. Entre esses, estava a equipe vinda da Universidade Central da Venezuela, como Jorge Giordani, ministro do Planejamento, e Héctor Navarro, ministro da Educação.

O talvez mais influente membro do gabinete de governo viria a ser José Vicente Rangel, ex-jornalista que trabalhou como ministro das Relações Exteriores, ministro da Defesa e, por fim, vice-presidente. Ex-candidato à Presidência pelo partido MAS, Rangel compartilhava com Chávez a postura de combate ao imperialismo, o comprometimento em derrubar a vigente ordem corrupta da Venezuela e o desejo de criar uma sociedade mais justa. Mais próximo dos socialistas do que dos comunistas, Rangel tornara-se respeitado como jornalista por conta de suas reportagens implacáveis a respeito da corrupção. Ele era velho o suficiente para ser pai de Chávez e transformou-se no mentor do dirigente – ao

lado, claro, do principal guia de Chávez, Fidel Castro. Afastados do poder os três antigos companheiros de armas do presidente, o núcleo de assessores civis ganhou peso: isso apesar de o presidente, cujas firmes convicções eram inabaláveis, continuar sendo a figura dominante, de outros militares permanecerem próximos do governo, e também de Fidel estar sempre ao alcance da mão.

Chávez deparava com uma série cada vez maior de protestos e greves – trabalhadores do setor petrolífero, professores, empregados das fábricas de aço e alumínio, funcionários das empresas de telefonia, médicos e enfermeiras, trabalhadores do setor de transportes. Somente em salários e aposentadorias atrasados, Chávez herdara uma assustadora dívida de 21 bilhões de dólares. Os preços do petróleo, após uma escalada em 1999 e 2000, encontravam-se em queda. No começo de 2001, caíram para 15,30 dólares o barril. O Orçamento de 2002 baseava-se no preço de 18,50 dólares.

Os ataques contra Chávez ultrapassavam os limites da preocupação e do debate legítimos em relação às suas polícias, desviando-se para a histeria e descambando para uma campanha de difamação. Os líderes da Ação Democrática pediram à Suprema Corte que nomeasse uma junta de psiquiatras encarregada de determinar se Chávez sofria de “incapacidade mental”, a fim de que pudessem exonerá-lo do cargo, valendo-se do Artigo 233 da nova Constituição. “Ele é um psicopata”, afirmou o secretário-geral da AD, Rafael Marin. “Nossos psiquiatras compararam-lhe o perfil psicológico com os de personalidades como Hitler, Mussolini, Idi Amin e o presidente equatoriano, Abdalá Bucaram” – este último acabou afastado do poder em 1997 por motivos de incapacidade

mental. Os meios de comunicação debruçaram-se avidamente sobre o tema. A *Newsweek* citou Marin no infame artigo intitulado: "Hugo Chávez é louco?".

Com a demonização de Chávez correndo a todo vapor, a oposição venezuelana, pela primeira vez, mobilizou-se para atacá-lo, recorrendo a uma mobilização de massa. No dia 10 de dezembro, uma segunda-feira, mesmo dia em que Chávez comandou a cerimônia que aprovara a lei da reforma agrária, a Fedecámaras, o grupo empresarial mais poderoso do país, e a Confederação dos Trabalhadores Venezuelanos (CTV), seu maior sindicato, convocaram uma greve geral de 12 horas para protestar contra os 49 decretos. Os manifestantes não conseguiram paralisar efetivamente o país, mas, com a ajuda de donos de lojas, que fecharam suas portas, fizeram com que parcelas significativas dele ficassem inoperantes. Não obstante os estabelecimentos comerciais dos bairros pobres terem funcionado, a maior parte do centro de Caracas e a rica região leste da capital transformaram-se em cidade fantasma. Os jornais não circularam. As escolas, o mercado de ações, os *shopping centers*, as fábricas e os bancos não abriram. A estrada Francisco Fajardo, normalmente lotada na hora do *rush*, viu-se quase vazia.

Os opositores ficaram exultantes. E convenceram-se de que o apoio a Chávez estava próximo de esfacelar-se. "Essa é uma grande vitória", afirmou, entusiasmado, Carlos Fernández, primeiro vice-presidente da Fedecámaras. "Tudo está completamente parado." Fernández asseverou que 90% dos estabelecimentos do país tinham fechado as portas. Chávez não se deu por vencido e convocou seus simpatizantes a reunirem-se na praça Caracas, a fim de celebrar a aprovação da lei da reforma agrária.

A oposição, de toda forma, vivia um bom momento. Ela recuperava-se para formar um movimento de protesto mais coeso. Chávez enfrentava o seu período de maior fraqueza desde que assumira a Presidência. Dentro da Venezuela, os meios de comunicação e a oposição davam como certo o final do governo Chávez. O presidente sairia do cargo antes do término do mandato por bem ou por mal. Oswaldo Álvarez Paz, ex-presidenciável do Copei, somou-se ao grupo dos que já pediam por uma intervenção das Forças Armadas. “Não há nenhuma solução legalmente possível. Então, o que podemos fazer?”, perguntou. “Na minha opinião, é inevitável uma intervenção militar.” A *Euromoney* apregoou que “ninguém dentro do país consegue imaginar a permanência de Chávez até o fim de seu mandato presidencial”. O cenário lembrava, de forma assustadora, a campanha subliminar de 1954 contra Jacobo Arbenz, na Guatemala, e a campanha de 1973, no Chile, contra Salvador Allende.

O *St. Petersburg Times* observou que o novo mandato de Chávez estava previsto para terminar em fevereiro de 2007, mas “analistas dizem que não há nenhuma chance de ele sobreviver tanto tempo. Entre vários cenários para seu afastamento incluem-se um clima de insatisfação entre os militares e um distúrbio civil de massa”. O jornal depois citou o escritor Alberto Garrido: “Tudo aponta para a saída de Chávez. E a cada dia torna-se cada vez menos importante saber como isso acontecerá”.

20. O Golpe



O golpe contra Hugo Chávez começou a ganhar contornos mais nítidos no começo de 2002. Em um período de três semanas, no mês de fevereiro, quatro militares de alta patente, entre os quais um general e um contra-almirante, criticaram o presidente em público e insitaram-no a renunciar. Um deles chamou-o de “tirano”. Em uma das ameaças mais impressionantes, o contraalmirante Carlos Molina Tamayo apareceu na TV com seu uniforme branco da Marinha, medalhas no peito, dizendo que, se Chávez não renunciasse voluntariamente, a Justiça e o Poder Legislativo deveriam tirá-lo do poder recorrendo a um *impeachment*.

Os oficiais das Forças Armadas bramiam uma longa lista de reclamações. Chávez estava afastando os Estados Unidos ao flertar com rebeldes colombianos e com párias do cenário internacional, como Saddam Hussein. Chávez ameaçava a liberdade de expressão e minava a democracia. Ele distorcia o papel das Forças Armadas

ao colocar soldados construindo escolas e distribuindo alimentos, em vez de defender as fronteiras do país.

O presidente e seus aliados identificavam outros motivos para a insatisfação. Um rebelde, o coronel Pedro Soto, integrante da Aeronáutica e ex-assessor de Carlos Andrés Pérez, não havia sido promovido ao posto de general. Uma reportagem de *The Washington Post* afirmou mais tarde que Soto e Molina Tamayo receberam 100 mil dólares cada um, dinheiro vindo de um banco de Miami, para criticar Chávez. Molina Tamayo, na realidade, já mantinha contato com outros oficiais para planejar a deposição do líder venezuelano.

Dois dias antes da dramática aparição de Soto na TV, em 7 de fevereiro, o secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, manifestou preocupação com a “compreensão (de Chávez) sobre o que é sistema democrático. [...] Não ficamos satisfeitos com alguns dos comentários feitos por ele a respeito da campanha contra o terrorismo. [...] E ele aparece em alguns dos países mais estranhos de se visitar”, disse Powell, referindo-se aparentemente ao Ira-que, à Líbia e a Cuba. “Não tenho certeza sobre o tipo de inspiração que ele pensa conseguir, ou quais benefícios obtém para o povo da Venezuela quando visita alguns desses regimes autoritários.”

No dia seguinte, o diretor da CIA, George Tenet, acrescentou que estava “particularmente preocupado” com o desenrolar dos acontecimentos na Venezuela. Tenet previu: a “atmosfera de crise deve tornar-se mais carregada” em um momento no qual a América Latina fica “cada vez mais instável”.

Os comentários de Powell e de Tenet ganharam as primeiras páginas dos jornais venezuelanos. Autoridades norte-americanas

reconheceram que figuras da oposição com as quais haviam se reunido em Caracas e em Washington aventavam a hipótese de um golpe. Em público, essas autoridades criticavam a idéia. A oposição, no entanto, via de forma diferente os comentários feitos reservadamente por Powell, Tenet e outros. Conforme disseram dois analistas: "Esses eram considerados sinais coordenados. A oposição acreditava ter recebido luz verde para tirar Chávez do poder".

Molina Tamayo, com certeza, interpretou assim a conjuntura. "Sentíamos que estávamos agindo com o apoio dos Estados Unidos", contou mais tarde. "Concordávamos que não podíamos permitir a instalação de um governo comunista aqui." Dois dias depois de Molina Tamayo ter acusado Chávez, dois integrantes do Instituto Internacional Republicano (IRI), Michael Ferber e Elizabeth Winger Echeverri, abordaram o contra-almirante no Hotel Tamanaco. A organização deles, uma das quatro entidades centrais do National Endowment for Democracy, possuía escritório próprio em Caracas. Os funcionários do IRI desejavam conversar sobre "os direitos humanos, a democracia, a operação deles em Washington", afirmou Molina Tamayo.

Chávez enfrentava pressões também em outras frentes. No final de janeiro, seu maior conselheiro político, Luis Miquilena, renunciou. Miquilena conclamou Chávez a negociar com líderes empresariais e sindicais e a revogar os 49 decretos. Mas o presidente acreditava não ser possível retroceder. Seu governo precisava romper radicalmente com o passado. Pouco tempo mais tarde, Miquilena passou a cooperar com a oposição.

Em meio aos protestos de rua cada vez mais intensos, realizados por seus adversários, Chávez enfrentava problemas

também com a pdvsa. Em fevereiro, o presidente mobilizara-se para consolidar os planos esboçados no decreto do petróleo por meio do qual aumentaram os *royalties*, passaram a ser respeitadas as cotas da opep e as *joint ventures* com empresas estrangeiras começaram a ter uma participação venezuelana de ao menos 51%. Chávez demitiu o homem escolhido 15 meses antes para dirigir a pdvsa, brigadeiro-general Guaicaipuro Lameda. E dispensou, ainda, cinco dos sete membros do conselho de administração da empresa.

Lameda e o antigo conselho administrativo desejavam dar continuidade à *apertura* da era de Caldera, ou seja, ao processo que previa uma participação cada vez maior das empresas estrangeiras de petróleo e um aumento dramático da produção – de 3,3 milhões de barris por dia, em 1997, para 6 milhões em 2006. Chávez não concordava. Na opinião do presidente, diminuir a produção elevaria os preços do combustível e geraria mais lucros para o país. Além disso, segundo acreditava, os partidários da *apertura* queriam, finalmente, privatizar a empresa.

Ao preparar-se para assumir o controle da estatal, Chávez acusou os respectivos diretores de receberem “salários obscenos que ultrapassavam a imaginação de qualquer pessoa” – pagamentos de 24 mil dólares ao mês em um país onde a maior parte dos trabalhadores ganhava 180 dólares ao mês. Ele denunciou os “suntuosos chalés” nos Andes, “onde eles realizam bacanais e onde o uísque corre solto”. Chávez desejava usar os lucros obtidos pela estatal para beneficiar a maioria pobre do país. “A pdvsa é há muito tempo a galinha dos ovos de ouro”, disse o ministro das Relações Exteriores do governo chavista, Luis Alfonso Davila. “Mas hoje a galinha está comendo mais da metade dos ovos que produz.”

Chávez substituiu Lameda pelo economista de esquerda Gaston Parra, que prometeu dar continuidade à política petrolífera de Chávez e lançar uma investigação ampla sobre as práticas contábeis da estatal. O novo conselho de administração deu-lhe apoio.

As nomeações provocaram uma grande algazarra. Os executivos da empresa acusaram Chávez de “politizar” uma empresa modelo – minando sua badalada independência em relação ao governo e destruindo uma antiga tradição de promoções realizadas segundo o mérito. No final de fevereiro, começou a ser realizada uma série de greves e de operações tartaruga.

As manifestações provocaram espanto no país já que a pdvsa costumava funcionar como um relógio. Para algumas pessoas, a combinação formada pelo alto nível de tensão na empresa petrolífera, por militares descontentes que criticavam o presidente e por meios de comunicação que o demonizavam a cada volta do caminho começava a se parecer com o clima reinante às vésperas da deposição de Salvador Allende, em 1973. Começaram a correr boatos sobre a realização de um golpe. Pichações em tinta vermelha conclamando pelo assassinato de Chávez surgiram no muro de grandes avenidas. Os canais de televisão transmitiam sem interrupção programas de entrevista criticando o presidente. Belas mulheres da classe média, vestindo jeans justos, compareceram a bases militares e jogaram calcinhas nos soldados. O ato significava que os homens seriam maricas por não se levantarem contra Chávez e que talvez valesse a pena tentar fazê-lo.

Intensificando os ataques verbais, o prefeito de Caracas, Alfredo Peña, ex-aliado de Chávez depois transformado em seu inimigo, sugeriu que o presidente estivesse possuído por espíritos

malignos. Pediu que a Igreja Católica realizasse um ritual de exorcismo. "Ele possui demônios no corpo e está transformando tudo em um inferno", disse Peña. "As ruas vão derrubar Chávez. Ele é um autocrata."

James Petras, professor da Universidade de Nova York em Albany que morara no Chile no começo da década de 1970, ficou com a impressão de ter visto as mesmas cenas antes. "As táticas usadas eram semelhantes às utilizadas no Chile", afirmou, naquele mês de março. "Os civis são usados para criar um sentimento de caos e pinta-se uma imagem falsa de Chávez como ditador. Os militares, então, começam a arquitetar um golpe para o bem do país." Os meios de comunicação hostis da Venezuela também lembravam a imprensa direitista do Chile durante o período que antecedeu o golpe, divulgando "histórias perniciosas questionando a sanidade de Chávez".

Ao menos um braço do governo norte-americano compartilhava das convicções de Petras sobre a iminência de um golpe: a CIA. No dia 11 de março, a agência distribuiu entre 200 autoridades importantes dos Estados Unidos um altamente secreto "Sumário Informativo para Dirigentes Graduados", afirmando que "os militares podem mobilizar-se para derrubá-lo". No dia 1º de abril, a CIA declara: "relatórios sugerem que oficiais das fileiras militares descontentes continuam planejando um golpe, possivelmente para o começo deste mês".

Cinco dias mais tarde, um relatório ganhou o título de "Venezuela: Condições Amadurecem para uma Tentativa de Golpe". Nesse documento constava que "facções militares dissidentes, incluindo alguns oficiais de alta patente descontentes e um grupo de oficiais menores radicais, intensificam os esforços para organizar

um golpe contra o presidente Chávez, provavelmente já neste mês. [...] O nível de detalhes dos planos informados (Censurado) prevê a detenção de Chávez e de dez outras autoridades – empresta credibilidade a essa informação, mas os contatos militares e civis notam que nenhum dos grupos parece pronto para liderar um golpe bem-sucedido e podem frustrar a tentativa ao agirem de forma precipitada “.

O relatório de 6 de abril, a seguir, descrevia como o golpe poderia acontecer. “Para provocar a ação militar, os conspiradores podem tentar explorar a instabilidade provocada por manifestações oposicionistas marcadas para o final deste mês ou as greves em andamento na empresa estatal de petróleo pdvsa.” Mas acrescentava: “são limitadas as chances de ocorrer um golpe bem-sucedido neste momento. O grosso do apoio a Chávez baseado nas classes pobres da Venezuela continua intacto e os repetidos avisos vindos dos Estados Unidos sobre não haver apoio para quaisquer manobras extraconstitucionais para depor Chávez serviram provavelmente para acalmar os ânimos entre os conspiradores”.

Os conspiradores careciam de “apoio político para realizar um golpe”. Eles precisavam de um motivo convincente para mostrar ao mundo que tinham razão ao derrubar do poder um presidente eleito democraticamente. Alguns deles esforçavam-se para encontrar esse motivo. Conforme previu a CIA, os golpistas explorariam o tumulto na pdvsa e uma greve planejada por líderes oposicionistas.

Um dia antes de a CIA divulgar o relatório de 6 de abril, a resistência a Chávez na pdvsa ingressou em uma fase mais radical. Executivos e funcionários da administração da estatal começaram a paralisar a empresa. Milhares de membros dos órgãos administrativos passaram a ficar em casa, fecharam os portões das

instalações da estatal e diminuíram o volume da gasolina produzido, bem como o número de navios-tanque em circulação. Dois dos cinco grandes terminais de exportação de petróleo bruto e de combustível processado acabaram paralisados.

No dia seguinte, a greve realizada pelos funcionários de colarinho branco prosseguiu, enquanto o maior sindicato do país, a CTV, liderada por Carlos Ortega, anunciava uma paralisação geral de 24 horas para dar apoio às manifestações da estatal. Um dia mais tarde, 7 de abril, a maior câmara de comércio da Venezuela, a Fedecâmaras, dirigida por Pedro Carmona, anunciou que também participaria do protesto. Tratava-se de reencenar a paralisação de dez horas ocorrida em dezembro – resultado de uma aliança entre empregadores e empregados. Esses dois grupos haviam selado sua parceria um mês antes, com a bênção da Igreja Católica, quando assinaram um “pacto de governabilidade” na Universidade Católica Andrés Bello, em Caracas. Carmona e Ortega ficaram lado a lado em um palanque, enquanto o reitor da universidade jesuíta, reverendo Luis Ugalde, levantava os braços de ambos, como se tivessem acabado de vencer uma luta de boxe.

A CTV e a Fedecâmaras marcaram a greve para o dia 9 de abril, uma terça-feira.

Mas Chávez reagiu. Naquele domingo, 7 de abril, ele demitiu sete executivos que lideravam os protestos e as greves de um mês na pdvsa e obrigou outros 12 a se aposentarem. Em seu programa de TV semanal, Chávez sacou um apito, tocou-o e, imitando um juiz de futebol, declarou: “Impedimento!”. Depois, anunciou as demissões. O líder venezuelano advertiu sobre um “movimento subversivo entre os engravatados” tentando sabotar seu governo e declarou: “Não me importo se tiver de demitir todos vocês”. Chávez

insistiu em que motivos políticos haviam, durante décadas, pautado as contratações realizadas pela estatal e elencou os presidentes anteriores da empresa, pertencentes aos partidos dominantes de então. “A pdvsa sempre foi administrada por uma elite política”, afirmou. “O plano é devolver a indústria do petróleo aos venezuelanos.”

A CTV interpretou as demissões de outra forma. A confederação reagiu afirmando que o governo de Chávez acabara de “cometer suicídio”.

Naquela noite, o presidente convocou seus ministros e o alto-comando das Forças Armadas para discutir como responder à greve. O governo e os militares já contavam com um plano para restabelecer a ordem pública em momentos de caos ou conflito. Conhecido como Plano Avila, ele previa que soldados ocupariam pontos estratégicos como o palácio presidencial de Miraflores, o Congresso e a Suprema Corte, realizando assim uma demonstração de força com caráter dissuasivo. Naquela mesma noite, o presidente perguntou aos comandantes das Forças Armadas, incluindo o homem encarregado do Plano Avila, general Manuel Rosendo, se estavam preparados para adotá-lo caso se fizesse necessário. Os militares garantiram-lhe que estavam.

A greve começou na terça-feira, dia 9 de abril. Os trabalhadores do setor petrolífero diminuíram a produção na importante usina de Paraguana. Os jornais não foram publicados. Os canais de TV cancelaram a programação habitual e passaram a transmitir, sem interrupção, matérias sobre a greve. As redes deixaram de levar ao ar os comerciais tradicionais e começaram a exibir peças anti-Chávez feitas às pressas, na qualidade de “anúncios de serviço público” gratuitos. Uma série de políticos, empresários e analistas

vituperava sem parar ataques ácidos contra o presidente. Na parte de baixo da tela, alguns canais de TV exibiam a seguinte frase: ni un paso atras – nem um passo atrás.

A Fedecámaras e a CTV avaliaram a greve como um sucesso notável. O governo contestou essas afirmativas, argumentando que a paralisação consistia em um locaute realizado por empresários, com o qual a maior parte dos trabalhadores não concordava. Chávez ordenou a formação de várias *cadena*s de televisão, ou transmissões compulsórias, para apresentar a versão do governo. Nessas transmissões, aparecia a imagem de trabalhadores descarregando frutas em um mercado ou ingressando em grande número em prédios de escritório.

Naquela terça-feira à noite, Ortega e Carmona anunciaram a prorrogação da greve por mais 24 horas. Os manifestantes reuniram-se nos escritórios da pdvsa em Chuao, agitando bandeiras da Venezuela e gritando: “Fora, Chávez! Fora, Chávez!”. Do outro lado da cidade, chavistas concentraram-se em Miraflores para realizar uma contramanifestação. Alguns passaram a noite no local, a fim de proteger o palácio, chegando mesmo a montar barracas lá.

Um dia depois, 10 de abril, a greve começou a perder força. Muitas escolas retomaram as aulas, várias empresas reabriram as portas, o trânsito de veículos aumentou. Mas as redes de televisão continuaram a cobrir a paralisação de forma ininterrupta. Chávez interveio com as *cadena*s para contrabalançar a parcialidade daqueles relatos, mas, dessa vez, os canais dividiram a tela, mostrando o presidente de um lado e as cenas da greve de outro. A ação era ilegal – o presidente tinha o direito de convocar as *cadena*s –, mas isso não as impediu de recorrer a esse subterfúgio.

Naquela noite, Ortega e Carmona anunciaram a prorrogação da greve geral – agora por prazo indeterminado. A manobra não parecia ter lógica. Quem prorrogaria por tempo indeterminado uma greve que perdia força? Os dois convocaram a população a realizar, na manhã do próximo dia, uma passeata que sairia do parque del Este, seguindo até os escritórios da pdvsa em Chuao, onde ocorreria um comício. Secretamente, acalentavam uma outra idéia. Ortega e Carmona anunciariam, no dia seguinte, que a manifestação fora uma decisão “espontânea” resultante do entusiasmo da população. Eles pretendiam mudar a rota da passeata e fazê-la desembocar no Palácio de Miraflores, a fim de obrigar o presidente a desistir do cargo.

Horas antes, o brigadeiro-general Néstor González González tornara-se o mais recente dos oficiais militares da ativa a conclamar a renúncia de Chávez. Diante de repórteres e de um grande número de câmeras de televisão postados para uma entrevista coletiva realizada em determinado hotel de Caracas, González González declarou: “Senhor presidente, o senhor traiu o país. Respeite as Forças Armadas”; fazendo em seguida um ultimato: “O alto-comando das Forças Armadas deseja afirmar ao presidente que ele é o motivo disso tudo. É hora de o senhor abandonar seu cargo. O alto-comando das Forças Armadas precisará adotar essa postura porque, se não o fizer, outra pessoa o fará em seu lugar”. Quando terminou e levantou-se para sair, um repórter perguntou: “General, o senhor refere-se a um golpe?”. González González colocou seu quepe de oficial, deixou um leve sorriso escapar dos lábios, não disse nada e partiu.

As declarações de González miravam um alvo específico. Chávez deveria voar até a Costa Rica na tarde do dia seguinte para

participar de uma cúpula da Organização dos Estados Americanos. Os conspiradores precisavam de Chávez na Venezuela, se quisessem ver seu plano funcionar. Suficientemente alertado pela passeata e pelas declarações de teor insurrecional feitas por González, o presidente cancelou sua viagem.

Segundo alguns relatos, o governo já recebera informações sobre o plano secreto de mudar a rota da passeata. Aliados de Chávez tinham se infiltrado em um encontro no qual Carmona e outros líderes discutiram essa possibilidade. Publicamente, o ministro venezuelano da Defesa, José Vicente Rangel, descreveu como “insurrecional” a decisão de estender por tempo indeterminado a greve. A oposição mobilizava-se para derrubar o governo.

Nesse meio-tempo, em Washington, uma autoridade do Departamento de Estado, cuja identidade não foi revelada, afirmou a repórteres acreditar que os dias de Chávez na Presidência estavam contados. “As chances são muito pequenas de que ele consiga ficar no cargo até fevereiro de 2007”, quando seu mandato deveria chegar ao fim, disse a autoridade.

Depois de Carmona e Ortega terem convocado a passeata para o dia seguinte, os meios de comunicação tomaram para si a missão de divulgá-la. Exibiram anúncios improvisados a cada dez minutos. “Venezuelanos, todos nas ruas, quinta-feira, às 10 horas da manhã”, esbravejava um deles. “Marchemos juntos pela Venezuela, do parque del Este¹⁷ a Chuao. Tragam suas bandeiras. Pela liberdade e pela democracia. A Venezuela não se renderá. Ninguém nos derrotará.” Um outro afirmava: “Nenhum passo atrás! Fora! Saia agora!”.

Naquela quinta-feira de manhã, dia 11 de abril, Aristóteles Aranguren ligou seu aparelho de TV. O professor de uma escola particular do ensino básico, de pele clara e rosto sardento, estava desencantado com Chávez, assim como várias outras pessoas. Ele não conseguia esquecer a declaração do presidente sobre a Venezuela e Cuba dirigirem-se para o mesmo “mar de felicidade”. Aranguren visitara a ilha caribenha duas vezes. E acreditava bem conhecer o tipo de mar no qual nadavam os cubanos. A impressão dominante era de que estavam, na verdade, se afogando. Ele lembrava-se de caminhar pelas ruas da parte velha de Havana e ver pessoas suplicando por roupas, sabonetes, pasta de dente, ou qualquer outro gênero de primeira necessidade.

Lembrava-se de haver visto apartamentos com poucos móveis e geladeiras vazias. Aranguren não desejava para si semelhante realidade.

Enquanto transitava de canal em sua TV, por volta das 10h30, ele viu as pessoas reunindo-se no parque del Este e dirigindo-se para Chuao. A demonstração provocava impacto. Segundo alguns relatos, o número de pessoas reunidas chegou a 500 mil – ou talvez mais. Essa parecia ser a maior marcha de protesto realizada na Venezuela desde a derrubada de Marcos Pérez Jiménez, em 1958. Aranguren vestiu suas calças *jeans*, um par de tênis, apanhou um livro escolar para ler no metrô e saiu às pressas.

Quando chegou ao parque del Este, foi como se ingressasse em uma imensa festa realizada a céu aberto. As pessoas estavam exultantes. Agitavam bandeirinhas da Venezuela e exibiam o rosto pintado com as cores nacionais

– vermelho, amarelo e azul. Tocavam apitos ou carregavam cartazes com a palavra vete – saia. Casais levavam seus filhos em carrinhos e caminhavam de mãos dadas. Desconhecidos abraçavam-se.

Pedro Carmona cumprimentava as pessoas com apertos de mão e sorria. Ele se transformara em uma figura central da oposição. Homem de baixa estatura e calvo, Carmona logo seria descrito pelos meios de comunicação estrangeiros como “uma pessoa equilibrada”. Economista com pós-graduação na Universidade Livre de Bruxelas, o opositor passara 30 anos no serviço diplomático da Venezuela antes de ingressar no mundo dos negócios, em uma empresa petroquímica. No mês de julho anterior, a Fedecámaras o elegera seu líder. Agora, muitas pessoas viam-no como o próximo presidente da Venezuela.

No Palácio de Miraflores, Hugo Chávez tentava seguir a agenda normal de seu dia após ter cancelado a viagem à Costa Rica. O líder venezuelano deveria se reunir, no palácio, com um grupo de governadores de Estado. Seu pai viria de Barinas para participar do encontro. Naquele dia, ainda, Adán, seu irmão, faria aniversário e também compareceria a Miraflores. A mãe de Chávez, Elena, estava preocupada com seu segundo filho e resolvera acompanhar o marido na viagem. O presidente sabia que a oposição adquiria feições insurrecionais. Imaginou, no entanto, que teria o apoio das Forças Armadas para controlar quaisquer tumultos. Pressupôs, também, que a Guarda Nacional impediria os manifestantes de chegarem ao palácio, caso tentassem. O Plano Avila estava a postos.

No Forte Tiuna, o ministro José Vicente Rangel (Defesa) encontrava-se em seu gabinete, no quinto andar, analisando a

situação junto do alto-comando das Forças Armadas. No local, aparelhos de TV mostravam a passeata. O clima era de alerta máximo. O governo suspeitava que a oposição planejasse alguma coisa. Apenas não sabia com exatidão o que seria. Mais tarde, Rangel chegou à conclusão de que os serviços de inteligência haviam negligenciado o governo por que, em parte, tinham sido infiltrados por agentes da oposição.

Do outro lado da cidade, o magnata dos meios de comunicação, Gustavo Cisneros, realizava suas próprias manobras. Ele oferecia um almoço em sua mansão para alguns dos representantes da elite empresarial, política, acadêmica e midiática do país. O convidado de honra era Charles Shapiro, o novo embaixador norte-americano. Cisneros e os outros desejavam dar-lhe as boasvindas. Shapiro chegara no final de fevereiro e reunira-se com Chávez na semana anterior. Apesar de haver relatos desencontrados sobre se realmente informara o presidente dos alertas da CIA a respeito da iminência de um golpe, o embaixador estava convencido de que aquele era no mínimo um assunto em discussão. Bastava ligar a TV ou abrir um jornal para perceber que os adversários de Chávez preparavam um golpe.

“Havia pessoas muito insatisfeitas com o governo ou que tentavam derrubá-lo”, disse Shapiro a um entrevistador, dois anos mais tarde. “Todo mundo sabia disso. Obviamente, havia conspirações sendo realizadas. Ou seja, não apenas uma conspiração, mas várias. [...] O número de conspirações era tão grande que não se sabia com certeza qual delas era séria e qual, com frequência, não ia além de três amigos sentados em um bar conjeturando a respeito.”

No almoço de Cisneros, enquanto garçons vestindo *smokings* serviam os convidados, o assunto principal era Chávez e como se livrar dele. Segundo Shapiro, ele disse aos convidados que os Estados Unidos não dariam apoio a um golpe.

No final da manhã, os manifestantes concentravam-se nos escritórios da pdvsa em Chuao. Eles aplaudiam freneticamente, enquanto os encarregados de discursar criticavam o presidente, e agitavam os braços gritando em uníssono: "Fora! Fora!". Depois, antes do meio-dia, alguns dos que falaram aos microfones começaram a convocar a multidão para dirigir-se até Miraflores. O apelo surpreendeu muitos deles. O contra-almirante Carlos Molina Tamayo gritou: "Venham! Nós vamos para Miraflores!". Carlos Ortega acusou Chávez de roubar os "recursos públicos". Em seguida, acrescentou: "Não descarto a possibilidade de essa multidão, esse mar de gente, rumar para Miraflores a fim de expulsar o traidor do povo venezuelano".

A multidão bramiu sua condescendência e partiu rumo ao palácio, a 9,5 quilômetros dali. Eles gritavam palavras de ordem como "Chávez, você está demitido!" e "Vá para Cuba! Ele está de saída! Ele está de saída!". Agitavam bandeiras. Tocavam apitos. Carregavam cartazes nos quais se liam mensagens: saia! morte a Chávez. bin laden e fidel Castro = Chávez.

A decisão de alterar ilegalmente a rota da passeata no último minuto, sem autorização oficial, fez soar os sinais de alarme dentro do governo. "Eles enlouqueceram!", exclamou José Vicente Rangel dentro de seu gabinete. Milhares de chavistas já estavam no palácio. Uma confrontação violenta poderia acontecer caso os dois grupos se encontrassem. O prefeito de Caracas, Freddy Bernal, recorreu ao Canal 8 de televisão, um canal público, para pedir a

Ortega e aos outros líderes que suspendessem os planos de levar a multidão ao palácio presidencial. “É uma irresponsabilidade da parte dos senhores convocar uma manifestação para ser realizada na frente de Miraflores, sabendo que já há milhares de pessoas reunidas ali”, afirmou. Bernal então convocou os chavistas para dirigirem-se ao palácio, a fim de defenderem o presidente. “Hoje”, afirmou, “há uma conspiração sendo realizada”.

Rangel telefonou para alguns dos magnatas dos meios de comunicação, a fim de convencê-los a impedir que a passeata chegasse a Miraflores. Eles lhe disseram que não poderiam impedi-la. O general Lucas Romero Rincón, oficial de maior patente do país, ligou para Carmona uma vez e para Ortega três vezes, em seus celulares, a fim de tentar dissuadi-los da ação. Quando conseguiu falar com Carmona, o líder da Fedecámaras disse-lhe que não havia nada que pudesse fazer e que se esgotara o prazo para o diálogo.

Nos *barrios* localizados na encosta dos morros que cercam Caracas, espalhouse o boato de que os manifestantes rumavam para o palácio presidencial. Centenas de chavistas subiram em suas motos ou pegaram ônibus para chegarem a Miraflores. No bairro de Guarataro, a 1,5 quilômetro do palácio, o padeiro desempregado, Pedro Linares, tomou uma chuva, vestiu-se e precipitou-se à rua para ajudar o presidente. Mal caminhara 45 metros, deu meia-volta e regressou para casa. Reuniu seus seis filhos na sala e disse: “Vou sair, mas não sei se vou voltar”.

Linares, um homem alto com barba e sobrancelhas espessas, tinha 42 anos de idade e era membro aplicado de um Círculo Bolivariano. Ele havia ido aos escritórios da pdvsa em Chuao, naquela terça-feira à noite, quando um grupo de chavistas entrou

em choque com manifestantes contrários ao presidente. Naquele conflito, Pastora Peña, amiga de Linares, perdera alguns dentes. Antes de sair de casa, Linares alertou seus filhos de que, se alguma coisa lhe acontecesse, eles deveriam comportar-se diante da mãe e, principalmente, respeitá-la.

A passeata avançou rumo à avenida Francisco Fajardo, de seis pistas, virou à esquina perto do Hotel Hilton e desembocou na avenida Bolívar, também com seis pistas, que por sua vez leva ao Palácio da Justiça e – menos de 1,5 quilômetro para diante – a Miraflores. Entre os que lideravam a marcha estavam o contra-almirante Molina Tamayo e Guaicaipuro Lameda, o general que Chávez demitira do comando da pdvsa. Por volta das 14 horas, um repórter da televisão parou Lameda. “Apesar da situação, o senhor continua decidido a caminhar até Miraflores?”, perguntou. O general respondeu: “Por enquanto, a convocação é para chegarmos à avenida Bolívar. Se as pessoas quiserem, vamos até Miraflores. Essa é uma passeata pacífica”. Os manifestantes gritaram e aplaudiram atrás dele. Lameda levantou os ombros, como se dissesse: como os impedir?

Nas televisões, já circulavam boatos sobre Chávez ter abandonado o palácio e ter renunciado. Às 14h10, o general Rincón apareceu para rebater esses relatos. Acompanhado de alguns dos membros do alto-comando, afirmou: “Foi dito que o presidente da República está detido no Forte Tiuna ou em Miraflores, afirmativas que rejeito categoricamente. O senhor Presidente está em seu gabinete”. Rincón também rechaçou os rumores sobre uma suposta renúncia do alto-comando das Forças Armadas.

Chávez, de fato, encontrava-se em seu gabinete e não renunciara. Mas o dirigente tinha consciência do agravamento da

situação. Somente um número pequeno de policiais e membros da Guarda Nacional estava postado nas ruas da região do palácio para impedir o avanço da passeata que se aproximava. As forças policiais da cidade eram controladas pelo prefeito metropolitano de Caracas, Alfredo Peña (adversário de Chávez), e, na realidade, ajudavam os manifestantes a seguirem adiante. Pouco depois do meio-dia, o presidente decidiu-se pela implementação do Plano Avila. Ele tentou entrar em contato com o general Manuel Rosendo por telefone e por rádio, usando um sistema de códigos criado pelos dois. Chávez era o *Tiburón Uno* – o tubarão número um. Rosendo, todavia, não respondeu. O general era um aliado de confiança, ou ao menos assim imaginava Chávez. Naquele momento, porém, ninguém parecia capaz de encontrá-lo.

Um outro aliado do presidente, general Jorge Luis García Carneiro, ouviu Chávez tentando entrar em contato com Rosendo e interveio depois de o general não ter sido encontrado. García Carneiro ofereceu-se para colocar em ação o Plano Avila. Ele comandava a Terceira Divisão do Exército, a maior unidade presente em Caracas. Havia se formado na academia militar junto com Chávez, em 1975, e, apesar de não ter participado do golpe de 1992, nutria simpatia pelo programa reformista do presidente.

Contudo, naquele instante, enquanto ele se oferecia para ajudar Chávez a colocar em prática o Plano Avila, algo de estranho ocorria no Forte Tiuna, base de sua unidade. Os soldados bloquearam a avenida Pan-Americana com grandes caminhões e desviaram o tráfego para dentro do forte. Ônibus, caminhões e carros lotaram a base. As forças de García Carneiro não conseguiriam sair dali. Chávez não dispunha de nenhum recurso para impedir os manifestantes de cercarem o palácio presidencial.

Eles passaram pelo Palácio da Justiça pouco depois das 14 horas e lotaram as ruas que levam à área histórica de El Silencio, repleta de construções em azul e branco. Encontravam-se a uma pequena distância do reluzente Palacio Blanco, localizado em uma elevação da avenida Urdaneta. A multidão começou a dirigir-se para a imensa escadaria de mármore branco do parque El Calvario, onde centenas de manifestantes descansaram. Outros tentaram chegar mais perto de Miraflores. Um pelotão da Polícia Metropolitana, composta por agentes vestidos com coletes à prova de balas, capacetes antimotim e viseiras de plástico transparente, mantinha posição do outro lado da rua, com suas motos, prontos para impedir o avanço dos manifestantes.

A algumas ruas dali, centenas de simpatizantes de Chávez concentraram-se na passarela chamada ponte Llaguno, no cruzamento das avenidas Urdaneta e Baralt. Muitos tinham o rosto pintado de vermelho, a cor da famosa boina de Chávez. Eles levantavam os punhos e gritavam enquanto os manifestantes cruzavam a Baralt, localizada a alguns quarteirões, e distante várias centenas de metros, dirigindo-se para o palácio. Alguns chavistas armaram-se com pedaços de pau, pedras e garrafas. Pastora Peña, amiga de Linares, comprou uma forte pimenta vermelha em uma loja próxima. Ela imaginava que poderia esfregar a pimenta no rosto do inimigo caso houvesse uma confrontação direta entre os grupos rivais. A maior parte da multidão ainda não previa que a situação ultrapassaria esse ponto. Apesar de tensa, a atmosfera imperante era estranhamente festiva. Ambulantes vendiam pipocas, cachorros-quentes e garrafas de água. Uma mulher montara uma barraquinha para vender empanadas.

Fileiras pouco numerosas de policiais e de membros da Guarda Nacional separavam os dois grupos, que agora se encontravam, em alguns pontos, a uma distância de aproximadamente cem metros um do outro.

Os nervos estavam à flor da pele. Os manifestantes contrários a Chávez reuniram-se perto do Colégio Fermín Toro, a algumas centenas de metros do palácio. Dali, era possível ver os muros altos que cercam Miraflores.

Nas proximidades, em El Calvario, a Polícia Metropolitana conseguira segurar a passeata durante alguns minutos. Mas, finalmente, os manifestantes furaram o bloqueio, derrubando algumas motos e avançando pela via repleta de palmeiras na direção do palácio. A polícia ficou imóvel. Os manifestantes eram liderados por Lameda e por Molina Tamayo, que continuavam a instá-los a avançar, a fim de realizar um assalto direto ao palácio, localizado a cerca de 2,7 quilômetros dali. Na outra ponta da avenida arborizada, cerca de 15 membros da Guarda Nacional continham um grupo de chavistas. Essa força de segurança disparou bombas de gás lacrimogêneo, a fim de manter distantes, uma da outra, as aglomerações rivais. Os manifestantes recuaram, tentaram avançar, recuaram novamente ao inalar o gás. Molina Tamayo incitava a multidão por meio de um megafone. “Precisamos romper a barreira de gás. O vento está soprando nesta direção. [...] Temos de correr para o outro lado. Repassem essa mensagem – assim que eles atirarem as bombas de gás lacrimogêneo, temos de avançar rapidamente. Precisamos superar o gás.”

Por volta das 14h30, a fúria de alguns dos manifestantes reunidos no Fermín Toro começou a extravasar. Eles passaram a jogar tudo o que tinham em mãos contra os integrantes da Guarda

Nacional e contra chavistas reunidos a um quarteirão de distância: garrafas, pedras, cadeiras, tubos, pedaços de metal, mangas, maçãs, bananas, casca de melancia. Eles tiraram pedaços de tijolo do colégio e passaram a arremessá-los também. A Guarda Nacional jogou alguns dos objetos de volta. Os chavistas e os participantes da marcha trocavam insultos.

Os manifestantes continuavam chegando ao centro da cidade. Aristóteles Aranguren estava em algum lugar no meio da passeata. No momento em que se aproximou da avenida Baralt, ficou surpreso com o fato de as autoridades terem permitido que chegassem tão perto do palácio presidencial. Acreditou que a Guarda Nacional teria detido o avanço da marcha na avenida Bolívar, antes que atingisse o centro de Caracas. Logo à frente, o gás lacrimogêneo espalhava-se pelas ruas laterais e estreitas. Lembrando-se de seu treinamento militar, Aranguren gritou para os circundantes que se ajoelhassem e engatinhassem, a fim de escapar do gás. Algumas pessoas cobriam a boca com lenços molhados em vinagre. Outras deram meia-volta e correram.

Aranguren ingressou na avenida Baralt, imaginando o que faria em seguida. Talvez devesse virar-se e correr também. Enquanto avaliava as opções, alguém gritou: "Cuidado! Tem uns caras chegando de moto!". Aranguren acreditou tratar-se dos Círculos Bolivarianos vindo para atacá-los. No entanto, quando conseguiu vê-los, percebeu que eram membros da Polícia Metropolitana. Eles dirigiam-se para o norte, empurrando a multidão na direção da passarela e dos chavistas. Aranguren saiu correndo na direção da ponte Llaguno.

Mal percorrera cem metros quando um tanque da polícia antimotim, apelidado de *Ballena* (baleia), ingressou na avenida

Baralt vindo de uma rua lateral e rumando para o norte, em direção aos chavistas. O primeiro tiro foi disparado. Outros se seguiram. Aranguren abaixou-se atrás de um tanque e observou horrorizado quando um grupo de homens desceu a rua correndo com uma das primeiras vítimas nos braços. Ela vestia roupa preta. Parte de seu cérebro saía de um orifício aberto em sua cabeça ensangüentada.

Aranguren saiu correndo e viu uma segunda vítima no chão, com uma bala na cabeça. Olhou para cima, para os prédios daquele quarteirão, e não viu nada, mas estava convencido de que franco-atiradores disparavam contra as pessoas. Os tiros vinham de cima. Aranguren correu a toda velocidade na direção sul, na Baralt, e gritou para que todos recuassem. “Há franco-atiradores aqui!”

A algumas quadras de distância, Henry Rodríguez caminhava junto com um grupo de chavistas saindo da área do Colégio Fermín Toro e dirigindo-se para Miraflores. Ele passava pela Casa de Espagueti, em uma rua lateral, quando viu quatro homens descendo a rua em alta velocidade, carregando um homem corpulento sem camisa. O homem não se mexia e tinha o peito recoberto de sangue.

Os relógios marcavam 15h20. Durante as próximas horas, tiros seriam disparados tanto contra os manifestantes da oposição quanto contra os chavistas. Nuvenzinhas de fumaça saíam de uma janela do Hotel Eden, na avenida Baralt. Luzes vermelhas, como de raios laser, piscavam ao som de disparos de arma de fogo. Os tiros pareciam estar vindo também de outros prédios, incluindo o do Hotel Ausonia, na frente de Miraflores, e do prédio governamental *La Nacional*, na Baralt. Aranguren observava enquanto as pessoas fugiam para todos os lados, sem certeza do caminho a seguir. E pareciam estar saindo de todos os cantos.

Um fotógrafo do jornal *2001*, Jorge Tortoza, morreu ao ser alvejado por um tiro. Tony Velásquez, guarda-costas do vice-presidente Diosdado Cabello, foi atingido e ficou gravemente ferido. Uma manifestante chamada Malvina Pesate, apesar de ter sido atingida na cabeça por uma bala, sobreviveu. O ataque contra Pesate foi gravado em um vídeo impressionante, no qual se vê sua cabeça dobrar-se para frente antes de ela cair. Yesenia Fuentes, uma chavista que vendia empanadas na ponte Llaguno, teve o rosto perfurado por uma bala. Como Fuentes, muitas das vítimas apresentavam ferimentos de tiro na cabeça ou no pescoço.

Dentro dos estúdios dos canais de televisão, alguns apresentadores de jornal inicialmente não tiveram certeza sobre o que observavam, já que não conseguiam ver toda a cena. Às 15h40, quando uma rede mostrou Velásquez sendo carregado para longe, na direção do Palácio Miraflores, uma apresentadora afirmou acreditar que o homem teria desmaiado devido ao calor excessivo.

Cinco minutos mais tarde, quando a situação nas ruas saía do controle, Chávez entrou no ar. Tratava-se da última tentativa de apelar por calma e de sufocar o que acreditava ser uma insurreição. O presidente convocou a *cadena*, interrompendo a transmissão das cenas gravadas nas ruas. Ele divulgou sua mensagem a partir do Salão Ayacucho, no subsolo do palácio, e aparentemente ignorava as cenas de violência testemunhadas do lado de fora de Miraflores, bem acima de seu refúgio. Ele falou durante cerca de 90 minutos, conclamando à paz e apresentando as conquistas de seu governo até aquele momento.

Contudo, passada meia hora do discurso, as redes mais uma vez dividiram a tela, mostrando Chávez falando de um lado e, do outro lado, o caos nas ruas. Elas também atrapalharam a

transmissão do áudio, dificultando a compreensão do que o presidente dizia. Um assessor sinalizou com as mãos para o presidente, a fim de informá-lo sobre o que ocorria. O presidente, enfurecido, anunciou que mandaria o governo interromper os sinais das redes de televisão porque elas incitavam à insurreição. Os canais recebem licenças do Estado para operar, afirmou, mas “não podem usar esse direito para atacar o Estado propriamente dito, para instigar a violência ou para, ao saberem de um plano insurrecional, apoiá-lo. [...] Esse plano de insurreição chegou a um extremo, à loucura [...] para convencer o povo. Alguns venezuelanos – até mesmo mentindo – dizem ao povo que Chávez já é um prisioneiro, que temos de ir a Miraflores [...], que vamos derrubá-lo com um empurrãozinho”.

Quando o governo interrompeu as transmissões, as redes colocaram em prática um plano de emergência. Começaram a transmitir por meio de satélites, o que permitia a qualquer um com uma antena parabólica receber seus sinais. Para elas, fatos revoltantes aconteciam e precisavam divulgá-los. Na opinião dos canais de televisão, Chávez tentava encobrir a violência. Enquanto o presidente continuava falando, um oficial do Exército entregou-lhe um papel com a lista dos mortos. Chávez ficou aturdido com aquilo, mas seguiu adiante com seu discurso, enquanto as telas de TV divididas ao meio mostravam o derramamento de sangue nas ruas. Ele mencionou de tudo, desde seu novo programa de veículos subsidiados até o preço do petróleo. “A situação não é grave”, concluiu. “A situação está sob controle.” Aquela era uma declaração esdrúxula. As imagens na TV mostravam o contrário. Ele cometera seu maior erro ao ordenar que os canais fossem tirados do ar e ao negar a realidade do que ocorria nas ruas.

Quando terminou de falar, às 17h15, a violência chegara tão perto do palácio que os guarda-costas o fizeram regressar a seu gabinete por meio de um túnel, e não caminhando pelo térreo de Miraflores. Era perigoso demais expor-se. Agora ele percebia toda a dimensão da onda de violência que tomava conta das ruas. Chávez subiu as escadas, tirou o terno e a gravata, vestiu seu uniforme militar e sua boina vermelha. Então, colocou uma pistola na perna e apanhou um fuzil de assalto. Acreditava que a rebelião ingressaria em um segundo estágio. Os rebeldes militares atacariam o palácio. Chávez telefonou para o presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso. Aquela era seu primeiro telefonema, naquele dia, para fora do país. O presidente desejava que o líder do maior vizinho da Venezuela estivesse a par do que se passava.

Ligou também para Rincón, no Forte Tiuna, e disse-lhe para vir até Miraflores com o alto-comando, a fim de analisarem a situação. Eles partiram a bordo de um helicóptero, às 18h30, para cobrir a pequena distância. O general Manuel Rosendo, que desaparecera quando Chávez tentara contatá-lo, horas antes, a fim de colocar em ação o Plano Avila, reapareceu e subiu no helicóptero. O mesmo fizeram García Carneiro e o ministro José Vicente Rangel (Defesa). Mas o chefe do Exército, general Efraín Vásquez Velasco, não pôde ser encontrado. Nesse ínterim, Chávez mandou que um dos subalternos de Carneiro no Forte Tiuna enviasse tanques. Ele precisava de proteção. Alguns tanques chegaram, mas Vásquez Velasco mandou-os de volta ao Forte Tiuna. O general não mais dava apoio ao presidente – passara para o grupo dos golpistas.

Enquanto Chávez tentava responder aos eventos que se sucediam de forma rápida, a oposição mobilizou-se prontamente para tirar vantagem da violência. Os adversários do presidente

culparam-no pelas mortes. Descreveram Chávez como um assassino de sangue-frio, que ordenara a repressão a fim de deter uma marcha pacífica de protesto que o retiraria do poder – tentando depois encobrir sua repressão tirando as redes de televisão do ar. Lameda, Molina Tamayo, Carmona, Ortega e outros líderes da oposição tinham fugido da área central de Caracas usando motos, alguns minutos antes do início dos disparos. Muitos deles reuniram-se na Venevisión, rede de televisão de propriedade de Gustavo Cisneros, que oferecia o almoço para o embaixador norte-americano Charles Shapiro, realizado naquela mesma tarde. Às 17h20, cinco minutos depois de Chávez ter parado de falar, Lameda e Tamayo entraram no ar. “Para todos os integrantes das Forças Armadas, por favor, façam alguma coisa”, dis-se Tamayo. “Este governo é agora ilegítimo. Nenhum passo atrás.”

Uma hora mais tarde, Carmona, outros líderes da oposição e até mesmo Luis Miquilena, antes o principal assessor de Chávez, começaram a aparecer nos canais de televisão, responsabilizando o presidente pelos assassinatos. Por volta da mesma hora, o país surpreendeu-se quando dez oficiais de alta patente, antes desconhecidos, apareceram nas telas e disseram não mais reconhecer Chávez como chefe de Estado. Vestido com seu uniforme branco da Marinha, o vice-almirante Héctor Ramírez afirmou: “Decidimos falar à população para anunciar que retiramos nosso apoio ao governo, a Hugo Rafael Chávez Frias e ao alto-comando das Forças Armadas por violarem os princípios e garantias democráticos fundamentais e por violarem os direitos humanos dos venezuelanos. [...] O presidente da República traiu a confiança do povo. Ele está matando pessoas inocentes com franco-atiradores.

Há pouco, seis pessoas foram mortas e dezenas de outras ficaram feridas em Caracas”.

O golpe final veio por volta da 19h30. A Venevisión começou a exibir um vídeo que parecia condenar Chávez de forma inquestionável. Horas antes, naquela tarde, a rede colocara um *cameraman* e um repórter no alto de um prédio da avenida Urdaneta, entre a ponte Llaguno e Miraflores. Os dois conseguiam ver toda a ponte, mas não a avenida Baralt, sob ela e onde parte dos episódios violentos se desenrolavam. Os funcionários da Venevisión gravaram imagens claramente identificáveis de simpatizantes de Chávez, vestidos com boinas vermelhas e camisetas do MVR, enfiando a cabeça por detrás de um prédio da esquina lateral da ponte e disparando suas pistolas. A implicação não poderia ser menos dúbia: os chavistas tinham matado os que participavam da passeata.

Em determinada cena, um homem identificado mais tarde como Richard Penalver, simpatizante de Chávez e vereador de Caracas, era visto agachando-se e espiando da esquina, por detrás de um prédio, não muito longe da passarela. Depois, ele estendia o braço direito e apertava o gatilho da pistola repetidas vezes. Atrás dele, em pé, havia uma dúzia de chavistas, entre os quais um com uma boina vermelha e outro com uma arma na mão. A cena era revoltante: uma autoridade eleita matando indiscriminadamente manifestantes pacíficos.

A Venevisión começou a exibir sem parar essa cena e outras semelhantes ocorridas na ponte, justapondo-as com imagens em separado de manifestantes mortos e feridos. Em um estúdio da rede, um apresentador de jornal interpretou assim o que via: “Agora prestem atenção. Olhem para esse homem com a camiseta

do MVR e uma jaqueta cinza, como ele dispara sua arma, como ele a descarrega. Esse homem acabou de atirar contra os participantes de uma marcha que foram até lá pacificamente, que estavam totalmente desarmados. [...] Eles dispararam contra centenas de manifestantes indefesos repetidas vezes”.

Quando na tela apareceu a imagem de pessoas carregando algumas das vítimas em direção a Miraflores, o apresentador acrescentou: “Aqui vocês podem ver os feridos à bala chegando a Miraflores. Parece que eles previram isso. Eles certamente previram isso, porque já haviam instalado uma pequena unidade hospitalar móvel em Miraflores, na qual dão atendimento aos feridos a tiros, como vocês viram nesta tarde, vítimas de simpatizantes armados do MVR e dos Círculos Bolivarianos”.

O apresentador, então, acusou os partidários de Chávez de planejarem uma emboscada violenta contra os manifestantes. Enquanto a televisão mostrava a imagem de chavistas deitados no chão, perto da passarela, atrás de uma grade de metal, ele afirmou: “Olhem, aqui eles já estão em posição de ataque. Esses são os Círculos Bolivarianos, disparando foguetes para desorientar as pessoas e tentar, de alguma forma, camuflar a ação que estavam prestes a realizar com suas armas de fogo”.

Aquela provou ser uma peça chocante do jornalismo televisivo. O país ficou indignado. Mesmo simpatizantes convictos de Chávez ficaram enojados, decidindo não mais apoiar um presidente que dava ordens para partidários armados massacrarem manifestantes pacíficos. O vídeo era tão impressionante e horripilante que, meses mais tarde, a equipe de repórteres da Venevisión recebeu o afamado Prêmio Rei da Espanha de Jornalismo.

Havia apenas um problema com o vídeo. Ele havia sido manipulado.

Conforme mostraram investigações e documentários posteriores, os chavistas que estavam na ponte provavelmente não mataram ninguém. Quando foram gravados atirando, não disparavam contra os manifestantes, mas contra a Polícia Metropolitana e contra franco-atiradores que os atacavam. Eles defendiam a si próprios e às centenas de chavistas desarmados que estavam na ponte e deitados na rua, cobrindo a cabeça para escapar das balas disparadas em sua direção – e não para realizar uma “emboscada”. O vídeo da Venevisión nunca mostrou o alvo contra o que os chavistas disparavam na avenida Baralt, mostrou apenas que disparavam.

Como provou mais tarde o documentário *Llaguno Brigde – Keys to a Massacre* (Ponte Llaguno – As chaves de um massacre), lançando mão de vídeos e fotos digitais nos quais se registrou o horário das gravações, os participantes da marcha de protesto mortos foram baleados entre 15h20, quando Tony Velásquez caiu ferido, e 15h55. Os chavistas que aparecem na ponte só começaram a disparar às 16h38. Quase 45 minutos se passaram entre os dois eventos. A Venevisión, porém, combinou os dois, fazendo parecer que os chavistas mataram os que tomavam parte da passeata.

Além disso, a maior parte dos opositores mortos estava a pelo menos 275 metros da ponte – distantes demais para serem atingidos pelos chavistas armados com pistolas. Algumas das vítimas, tais como o fotógrafo jornalístico Jorge Tortoza e a opositora Malvina Pesate, estavam, na verdade, em uma rua adjacente à avenida Baralt. Fisicamente, era impossível que

tivessem sido atingidos por balas disparadas da passarela, porque não havia ângulo para esse disparo. Uma outra vítima, Juan David Querales, ficou ainda mais distante da ponte e completamente fora do campo de visão dos atiradores presentes na passagem suspensa, e não estava na Baralt.

Ainda, descobriu-se mais tarde que muitas, senão a maioria, das 19 pessoas mortas não participavam da marcha de protesto, mas eram, na verdade, simpatizantes de Chávez. Três delas estavam na frente do Palácio de Miraflores, a dois quarteirões da ponte Llaguno. Elas foram certamente atingidas por franco-atiradores. A unidade hospitalar móvel que o apresentador da Venevisión tão funestamente destacara fora montada, na verdade, três dias antes, para atender pessoas que passassem mal devido ao calor, durante manifestações de apoio a Chávez. Ao menos três chavistas, entre os quais Pedro Linares, foram mortos sobre ou perto da ponte. Na versão dos meios de comunicação, essas pessoas simplesmente não existiam. Nunca se lhes mencionou.

Havia também um outro problema com o pronunciamento feito por Ramírez, o vice-almirante da Marinha, e seus companheiros. Tratava-se de uma gravação. Otto Neudstadl, correspondente da CNN *en Español*, contou mais tarde em uma entrevista coletiva que, quando Ramírez e os outros o convocaram para comparecer a um escritório de Caracas a fim de gravar o depoimento, horas antes, naquele mesmo dia, nenhum tiro havia ainda sido disparado contra os manifestantes. Os oficiais das Forças Armadas, portanto, pareciam saber com antecedência que pessoas seriam mortas. Eles até ofereceram uma estimativa naquele momento: ao menos seis assassinatos, com dezenas de feridos.

Não parecia haver dúvida de que muitas das vítimas foram atingidas por franco-atiradores postados no telhado de prédios ou em andares superiores. Muitas foram mortas ou feridas com tiros na cabeça ou no tórax. As balas descreviam uma trajetória descendente. Agentes do governo, na realidade, logo prenderam sete homens armados que foram encontrados no Hotel Ausonia, mas eles acabariam sendo libertados em meio à situação caótica provocada pelo golpe. Os investigadores, depois, encontraram cápsulas vazias de projéteis no Hotel Eden. Era quase impossível que chavistas, amotinados na ponte, conseguissem atingir com tal precisão um número tão grande de vítimas que se encontravam tão distantes. Ataques dessa natureza só poderiam ter sido realizados por franco-atiradores bem treinados com armas de alto poder, e não com pistolas baratas. Teoricamente, com certeza, era possível que alguns chavistas radicais entendidos em armamentos tivessem subido no topo de prédios e decidido matar participantes da marcha ou mesmo que o governo tivesse dado ordens para que fizessem isso. Também era possível que alguns chavistas presentes nas ruas, bem como membros da Guarda Nacional, tivessem disparado e ferido alguns opositores. No entanto, a probabilidade maior era de que o inferno abrisse as portas quando franco-atiradores dispararam contra os dois grupos, a fim de provocar o caos e os revides violentos, inclusive da parte dos chavistas. Os assassinatos exigiam o seguinte questionamento: Quem se beneficiaria? Certamente, não Chávez. Porém, naquele momento, com as ruas de Caracas cobertas de sangue e as telas de TV do país tomadas pelos horríveis relatos sobre o massacre, a oposição conseguiu o "apoio político para realizar o golpe" de que carecia, segundo dissera o relatório da CIA cinco dias antes. Chávez era um assassino de

sangue-frio. Quem culparia os militares por intervir e retirá-lo do poder?

Os meios de comunicação internacionais adotaram a versão da mídia venezuelana a respeito dos assassinatos, o que significava uma aceitação quase cega da versão dos opositores e um rechaço do ponto de vista do governo, então considerado absurdo. Aqueles meios divulgaram o mal-afamado vídeo da ponte de Llaguno pelo mundo todo e repetiam as declarações da oposição, responsabilizando Chávez pelo massacre.

O repórter *freelance* Phil Gunson, correspondente do *Miami Herald*, relatou aos ouvintes da Rádio Pública Nacional nos Estados Unidos que “as mortes e os ferimentos pareciam ter sido provocados por franco-atiradores, aparentemente ligados ao governo, aparentemente a partir de um prédio controlado por simpatizantes do governo e também pela guarda presidencial”. Quando um radialista no estúdio perguntou-lhe sobre a resposta do governo à acusação, Gunson afirmou: “Bem, eu conversei com uma pessoa do palácio há pouco tempo e ela me disse que a versão deles credita os assassinatos à Polícia Metropolitana, que está nas mãos da oposição. Isso, pelo que sei, é algo totalmente falso”. Chávez “fez exatamente o que prometeu nunca fazer”, acrescentou o jornalista. “Ele mandou suas forças de segurança dispararem contra manifestantes nas ruas.”

A maior parte dos meios de comunicação particulares adotou a mesma versão ao retratar os fatos. O repórter Anthony Mason, da CBS, afirmou a milhões de espectadores: “No final das contas, isso foi o que detonou a derrubada de Chávez – gangues armadas leais ao presidente dispararam contra milhares de manifestantes contrários ao governo”. O *St. Petersburg Times* relatou: “enquanto

os manifestantes se aproximavam do palácio, soldados do governo abriram fogo com munição pesada e gás lacrimogêneo, segundo testemunhas". O diário citou um jornalista venezuelano não identificado que teria dito: "Aquilo foi uma emboscada". Segundo *The New York Times*, Chávez "estava obrigado a renunciar" depois de "ao menos 14 pessoas terem sido mortas por atiradores identificados como seus simpatizantes". A publicação *The Miami Herald* relatou que "soldados e civis favoráveis a Chávez abriram fogo contra uma grande passeata de rua convocada para exigir a renúncia do presidente". Os telespectadores do respeitado programa *NewsHour*, do canal PBS, ouviram um apresentador citar, como sendo verdade comprovada, notícias de meios de comunicação internacionais, segundo as quais "Chávez mandara integrantes da Guarda Nacional e civis armados dispararem contra quase 200 mil manifestantes, a fim de impedir que atingissem o palácio".

Naquela noite, pouco depois de a fita da ponte Llaguno ter aparecido pela primeira vez na Venevisión, o comandante do Exército, Efraín Vásquez Velasco, entrou no ar e desferiu o que parecia ser o golpe fatal contra Chávez. Ao lado de outros oficiais de alta patente, ele afirmou: "Hoje, todos os direitos humanos consagrados na Constituição Bolivariana da Venezuela foram violados. Venezuelanos morreram devido à incapacidade do governo de dialogar". Alegando não ser função dos militares ferir ou "enfrentar" civis, Vásquez Velasco pediu desculpas ao povo venezuelano e mandou que todos os soldados continuassem dentro de suas bases. "Isto não é um golpe de Estado. Isto é um ato de insubordinação. Estamos declarando nossa solidariedade ao povo da Venezuela." Em seguida, em uma frase que ecoou pelo país

como o estrondo de uma cela de cadeia fechando-se ruidosamente, o militar confessou: “Senhor presidente, eu fui leal ao senhor até o fim. Mas a violação dos direitos humanos e as mortes de hoje não podem ser toleradas”. Dirigindo-se ao restante do alto comando da Forças Armadas, Vásquez Velasco afirmou: “Cumpram o dever dos senhores. Os senhores são homens de honra”.

Chávez deparava-se com uma situação bastante difícil. Ele desejava di-vulgar a versão do governo a respeito dos fatos ocorridos naquela tarde, mas a oposição controlava os meios de comunicação. Nenhum canal de televisão da Venezuela estava disposto a entrevistá-lo ou a entrevistar qualquer dos membros do governo. A polícia liderada pelo governador de Miranda, Enrique Mendoza, invadiu o Canal 8, canal público, e assumiu o controle do local. Mendoza anunciou: “esse lixo do Canal 8 ficará fora do ar nas próximas horas”. Os funcionários da rede conseguiram exibir uma última fita antes de fugirem – um antigo documentário sobre filhotes de pato. Esse documentário ficou sendo exibido repetidas vezes enquanto o país se encontrava à beira de ser tomado pelas chamas.

Dentro do Palácio de Miraflores, vários dos maiores aliados de Chávez, entre os quais Aristóbulo Istúriz, ministro da Educação, usaram uma unidade móvel para tentar divulgar uma mensagem. Istúriz olhou para seu relógio e disse que ele marcava 21h20, procurando mostrar que a transmissão era ao vivo, e não gravada. O congressista Juan Barreto tentou apresentar a versão do governo para os fatos. Ele falou às Forças Armadas, no meio das quais golpistas tentavam convencer outros oficiais a aderirem à revolta – principalmente alegando as cenas de violência exibidas pela rede televisiva e os relatos de que Chávez mandara seus seguidores

dispararem contra os que participavam da marcha. “Aos oficiais que talvez estejam confusos com esse tipo de mentira dos meios de comunicação”, afirmou Barreto, “[...], foi o outro lado que nos massacrou”. Mas, alguns minutos mais tarde, a tela ficou em branco. O Canal 8, última via de acesso de Chávez ao povo venezuelano, fora censurado.

Menos de uma hora mais tarde, o presidente determinou que sua mulher, Marisabel, e a filha, Rosinés, de quatro anos, fossem retiradas da capital, a bordo de um avião. Chávez também mandou que seus outros três filhos, Rosa Virginia, María Gabriela e Hugo Rafael, abandonassem Caracas. Ele temia por suas vidas. Os pais do presidente, e disso ele não estava ciente, encontravam-se dentro do palácio, onde ficariam. O irmão mais velho de Chávez fugira para a costa caribenha. Marisabel e Rosinés voaram para Barquisimeto. A agitação na base militar La Carlota, no leste de Caracas e onde vôos noturnos costumam ser proibidos, alimentou esperanças entre os adversários de Chávez de que o presidente se preparava para deixar a Venezuela. Repetindo uma cena de 1958, quando o regime de Marcos Pérez Jiménez desmoronou e o ditador fugiu, manifestantes contrários a Chávez acenderam velas do lado de fora do aeroporto prevendo sua partida. Além disso, escreveram o nome dos principais aliados de Chávez em um muro. Essas pessoas estavam sendo procuradas – vivas ou mortas.

Enquanto Chávez se via impedido de ter acesso aos meios de comunicação e mesmo ao canal público de televisão, a oposição nadava de braçada. Naquele momento, as transmissões já haviam voltado ao normal. Carmona apareceu novamente. “O importante agora é que o presidente assuma sua responsabilidade [...] e renuncie imediatamente sem oferecer resistência”, declarou.

Lameda, o chefe demitido da pdvsa, apelou diretamente aos militares. "Coronéis. Oficiais. Oficiais de baixa patente. Soldados. Os que estão nas bases. Porque eu sei que as Forças Armadas assistem a isso neste momento e não têm certeza sobre o que fazer. Aproveitem-se desta mensagem, reflitam e façam a coisa certa."

Às 22h20, o general Alberto Camacho Kairuz, da Guarda Nacional, apareceu para declarar que Chávez "abandonara" seu posto. "Todo o país está sob o controle das Forças Armadas nacionais", afirmou Camacho. "O governo deixou de cumprir suas obrigações." Fazendo aumentar ainda mais o mito criado pelos meios de comunicação sobre opositores terem sido atingidos por chavistas e sobre serem "mártires da democracia", Camacho responsabilizou Chávez, alegando que os manifestantes tinham sido "massacrados do alto dos prédios". Ramón Escovar Salom, ex-procurador-geral do governo Carlos Andrés Pérez, reforçou aquelas declarações. "Este é um Estado terrorista", afirmou. "A comunidade internacional precisa condenar esses assassinatos. Este governo é um governo criminoso." O prefeito de Caracas, Alfredo Peña, aderiu ao coro. "Chávez mostrou sua verdadeira face. Esse aprendiz de ditador ordenou de forma brutal a repressão de uma manifestação pacífica." Como as acusações se repetiam ininterruptamente e a fita da Venevisión surgia nas telas repetidamente, era difícil duvidar de que fossem verdadeiras.

Chávez, na realidade, não "abandonara" a Presidência. Ele estava abrigado em seu gabinete e tentava descobrir qual sua próxima manobra. Desejava que a Igreja Católica mediasse um acordo, já que a situação saía do controle. Ele tentou telefonar para o arcebispo Ignacio Velasco, mas não conseguiu encontrá-lo.

Ligou então para o bispo Baltazar Porras, que, embora tivesse concordado em ir até o palácio, nunca apareceu. Chávez entrou em contato com embaixadores da França, da China, do México, de Cuba e de outros países. Desejava informá-los sobre o que acontecia e também receber ajuda deles na qualidade de mediadores.

Por volta da meia-noite, Fidel Castro telefonou de Havana. Chávez ficou surpreso com o fato de o líder cubano ter conseguido encontrá-lo. Fidel pediu ao presidente venezuelano que não “se suicidasse”. Aconselhou-o a não se aferrar a uma despropositada resistência armada contra os rebeldes e a não terminar a crise com os militares da forma como Salvador Allende fizera, em 1973, no Chile. “Eu liguei para Chávez porque sabia que ele estava indefeso e que é um homem de princípios. Disse-lhe: ‘Não se mate, Hugo! Não faça como Allende! Allende era um homem que foi deixado sozinho, ele não tinha um único soldado a seu lado. Você tem grande parte das Forças Armadas! Não desista! Não renuncie!’”

Chávez era jovem demais e figura importante demais na esquerda latino-americana para se deixar assassinar em um golpe. Os conselhos de Fidel pesaram bastante enquanto o presidente venezuelano discutia o que fazer e enquanto seu governo e sua vida se viam ameaçados. José Vicente Rangel, que ficou ao lado de Chávez durante a maior parte daquela noite, comentou mais tarde: “A ligação de Fidel foi decisiva para evitar qualquer tipo de autosacrifício. Foi o fator determinante. O conselho dele permitiu-nos ver melhor na escuridão”.

Preso nas sombras de um ambiente marcado por uma crescente tensão e uma crescente confusão, Chávez recebeu um outro telefonema, do general Raúl Baduel. Baduel, um dos fundadores do MBR-200 em 1982, era agora o encarregado da antiga unidade de

pára-quedaistas de Chávez, em Maracay. O general não se mostrou surpreso com o *putsch* em andamento. No dia 5 de abril, ele escrevera em seu diário: "O golpe é iminente". E registrou uma anotação para si mesmo, lembrando-se de que deveria ligar para o presidente a fim de adverti-lo sobre o perigo. Porém, nunca conseguiu falar com Chávez. Agora, o general telefonava para prometer apoio total, "até a morte". Ele desejava invadir Caracas. Chávez agradeceu-o pela lealdade. O presidente também recebia ligações de outros oficiais do país, prometendo apoio. Como disse Fidel, Chávez não estava sozinho. O presidente afirmou a Baduel que

o apoio dele e o dos outros oficiais servia como "fator de contenção, de modo que eles não virão aqui ao palácio para nos matar". Se Chávez desejasse responder com a força das armas, poderia tê-lo feito. Mas, segundo Baduel, o presidente mandou-o ficar à espera. "Irmão, eu lhe dou ordem, e mais do que dar ordem eu lhe imploro, para que nem você e nem sua unidade se tornem instrumento de um banho de sangue." Miraflores estava cercado por centenas de chavistas. Se as duas forças entrassem em choque, dentro do palácio, haveria um grande número de mortos.

Chávez escolheu dois generais, Manuel Rosendo e Ismael Hurtado Soucre, para servirem de emissários junto aos rebeldes, agora abrigados no Forte Tiuna. Ele enviou-os ao Forte a fim de descobrir o que os rebeldes desejavam e a fim de iniciar negociações para resolver a situação – possivelmente com a renúncia de Chávez ou com o simples abandono do cargo por parte dele. Pouco tempo depois, enviou também o general Lucas Rincón Romero, o militar de mais alta patente do país, até o Forte Tiuna, com o objetivo de informar-se sobre o que acontecia.

No quinto andar do quartel-general das Forças Armadas, em Tiuna, ainda que o sangue derramado nas ruas de Caracas não houvesse ainda nem mesmo secado, os líderes do golpe celebravam animadamente. Acreditavam que o plano para depor Chávez funcionara. Estavam certos de que o presidente fora encurralado e sairia em breve do poder. Quase todo o país fora convencido da culpa de Chávez nos episódios de violência, devido às impressionantes imagens mostradas pela Venevisión. Oficiais de alta patente abraçavam-se e congratulavam-se. Bebiam uísque e champanhe. Estavam meio alucinados, como se participassem de uma festa de final de ano. Do grupo fazia parte o general Enrique Medina Gómez, adido militar da Venezuela em Washington. O militar desembarcara em Caracas um dia antes.

Por volta da meia-noite, um civil apareceu para unir-se aos oficiais das Forças Armadas: Pedro Carmona. Segundo a versão do dirigente da Fedecámaras, os oficiais telefonaram-lhe afirmando precisar dele para formar um novo governo. Carmona respondeu ao chamado. Ele saiu da Venevisión e rumou para o Forte Tiuna. Todos esses eventos eram parte da reação espontânea aos horríveis episódios daquela tarde, na descrição de Carmona e dos rebeldes. Os oficiais também afirmaram estar realizando o levante porque Chávez mandara que implementassem o Plano Avila, agora descrito como uma ação funesta, voltada para massacrar pessoas inocentes.

Outros indícios sugerem que pouco houve de espontaneidade no desenrolar dos fatos daquele dia – sugerem, ao contrário, que integravam uma rebelião cuidadosamente planejada e orquestrada com o intuito de depor Chávez. Um outro golpista, coronel Julio Rodríguez Salas, postou-se diante de câmeras de televisão, pouco depois das 23 horas daquela noite, e surpreendeu telespectadores

ao dizer para a jornalista Ibeyise Pacheco que, “nove meses atrás, um movimento começou a organizar-se de maneira mais firme, um movimento sério. E, felizmente, rendera frutos hoje”.

O general Jorge Luis García Carneiro, o aliado de Chávez que tentara adotar o Plano Avila horas antes, regressara de Miraflores para o Forte Tiuna e fora feito prisioneiro pelos rebeldes, no quinto andar do prédio, a partir da meia-noite. Alguns, entre os quais Medina, disseram-lhe que o plano para derrubar Chávez vinha sendo arquitetado havia meses e que eles pretendiam ordenar o assassinato de algumas pessoas, a fim de justificar o golpe contra o presidente. “Eles me contaram que isso já estava planejado há anos porque era a única forma de evitar um número ainda maior de mortes”, afirmou García Carneiro mais tarde, em uma entrevista. “Eles até tinham previsto algumas mortes, o que de fato ocorreu. Colocaram franco-atiradores em uma área onde eles (os líderes do golpe) nunca passaram. E desejavam matar pessoas dos dois lados para criar confusão. [...] Foi então que me convenci de que, na realidade, tudo havia sido bem organizado e de que eles tinham planejado um massacre na ponte Llaguno, a fim de justificar a participação das Forças Armadas no movimento lançado contra o presidente.”

A versão dos fatos apresentada por García Carneiro seria vigorosamente negada pelos líderes do golpe, mas, quando Lucas Rincón apareceu no Forte Tiuna à meia-noite, ouviu relatos semelhantes, segundo o testemunho que ofereceu tempos depois, diante da Assembléia Nacional. O vice-almirante da Marinha Héctor Ramírez, oficial responsável pelo dramático pronunciamento gravado previamente e exibido às 19 horas, disse a Rincón que se envolvera com os planos do golpe seis meses antes. Segundo

Ramírez, uma junta seria escolhida e essa junta ficaria, provavelmente, sob o comando de um empresário.

Carmona e seus aliados civis começaram a trabalhar pela aprovação de um decreto que fizesse do dirigente da Fedecámaras o presidente da Venezuela. No grupo incluía-se Daniel Romero, advogado e ex-secretário político de Carlos Andrés Pérez. Na verdade, Carmona possuía um esboço detalhado do documento. Ele havia sido escrito previamente e mostrado um dia antes, em 10 de abril, a um adversário de Chávez, o eminente intelectual Jorge Olavarria, para que fizesse comentários a respeito. Pego de surpresa pelo conteúdo do documento, Olavarria disse a Romero que o projeto violava as regras constitucionais e provocaria reações da comunidade internacional.

Além das revelações sobre o plano, García Carneiro também estranhou o fato de ter visto duas pessoas em especial ao lado dos conspiradores: autoridades da missão militar dos Estados Unidos. Essas autoridades seriam mais tarde identificadas, como o tenente-coronel James Rogers e o coronel Ronald McCammon. Os norte-americanos ainda mantinham um escritório no Forte Tiuna, apesar de o governo venezuelano haver, quase um ano antes, requerido que o desocupassem. Aquilo equivalia à Venezuela manter um escritório dentro do Pentágono. A presença de Rogers e de McCammon, somada aos relatos sobre a presença de navios e helicópteros dos Estados Unidos perto da costa ocidental do país latino-americano, suscitava suspeitas sobre o papel do governo norte-americano no levante. Os Estados Unidos afirmaram, mais tarde, que os dois oficiais militares simplesmente compareceram ao Forte Tiuna naquela tarde para verificar informações sobre a movimentação de soldados e que não haviam, de forma nenhuma,

se envolvido com qualquer revolta. Já os navios norte-americanos, por sua vez, participariam de um exercício militar de rotina, declarou o governo dos Estados Unidos.

Os rebeldes e Chávez deram início a uma conturbada série de negociações. Rosendo e Hurtado ficaram trafegando entre Miraflores e o Forte Tiuna e conversando com o presidente pelo telefone. As negociações mostravam-se complicadas porque os rebeldes não conseguiam chegar a um acordo sobre quem ocuparia quais cargos em um novo governo e sobre o que fazer com Chávez. Alguns desejavam permitir que ele deixasse a Venezuela como exilado. Outros queriam que continuasse no país e fosse levado a julgamento devido aos assassinatos ocorridos naquela tarde.

Em um dado momento depois da meia-noite, os ministros e principais aliados de Chávez reuniram-se em seu gabinete para discutir o que deveriam fazer. Chegaram à conclusão de que possuíam três opções. Poderiam tentar levar a sede do governo para Maracay, onde Chávez contava com o apoio de Baduel. Poderiam continuar no palácio e resistir – enfrentando militarmente os rebeldes quando esses partissem para o ataque. Ou Chávez poderia ceder às exigências dos golpistas e renunciar.

A nova ministra do Meio Ambiente do governo chavista, Ana Elisa Osorio, e o ministro da Educação Superior, Héctor Navarro, entre outros, defenderam a primeira opção. “Vamos para Maracay, temos força lá”, disse Navarro. Mas, para Chávez, essa não era uma opção exeqüível. Ele acreditava que os membros do governo cairiam nas mãos dos rebeldes ao tentarem chegar a Maracay, localizada a 145 quilômetros de distância. Não havia tanques que pudessem escoltá-los – os que Chávez mandara vir para Miraflores

havam recebido ordens do general Efraín Vázquez Velasco para regressarem ao Forte Tiuna.

José Vicente Rangel, Adán, irmão de Chávez, e outros defenderam a segunda opção. Rangel vivera como exilado no Chile durante a ditadura de Pérez Jiménez e fora amigo de Salvador Allende. Ele não desejava que Chávez se tornasse um outro Allende. Se fosse para perder, que o fizessem lutando, ao menos. O filho dele, José Vicente Rangel Avelo, prefeito de uma cidade da Venezuela, estava com o pai dentro do palácio. Em um dado momento, Rangel disse-lhe: "Saia daqui porque nós vamos morrer". O filho recusou-se a atendê-lo. Rangel também telefonou para a mulher, Anita, e afirmou-lhe: "Tenho de dar a triste notícia de que você será uma viúva e de que perderá um filho".

Mas também havia milhares de chavistas do lado de fora do palácio, nas ruas. Caso um conflito ocorresse ali, haveria um grande número de mortos. Segundo o filho de Rangel, Chávez virou-se com semblante sério para o grupo, dizendo: "Não haverá um banho de sangue. Nunca permitirei que pessoas inocentes morram".

A única forma de evitar tal banho de sangue, então, parecia ser atender à exigência dos rebeldes e abandonar a Presidência. Chávez afirmou ao grupo que consideraria a opção de renunciar caso os rebeldes atendessem quatro condições. A primeira era respeitar a integridade física do primeiro escalão do governo, da família dele e dele próprio. A segunda, eles deveriam respeitar a Constituição, permitindo-lhe que renunciasse diante da Assembléia Nacional e que fosse sucedido no cargo pelo vice-presidente, conforme previa a Magna Carta, até que novas eleições se realizassem. A terceira, ele desejava fazer um pronunciamento nacional ao vivo, pela TV. Finalmente, desejava um salvoconduto

para que seu gabinete de governo, seus guarda-costas, sua família e ele próprio pudessem sair do país. Chávez aventou a hipótese de viajar até Cuba, aproveitando-se da proteção que Fidel lhe conferiria.

Depois do final do encontro com os ministros, Chávez pediu ao grupo que o deixasse sozinho, precisava de tempo para pensar. Quando os ministros levantaram-se para sair, ele tirou o revólver atado a sua perna e colocou-o sobre a mesa. Ele enfrentava um dos momentos mais difíceis de sua vida. Dezenas de pessoas morreram ou ficaram feridas naquela tarde. Alguns de seus aliados de maior confiança dentro das Forças Armadas traíram-no. Ele não tinha acesso aos meios de comunicação. Sua Presidência parecia ter acabado, tomada por um mar de sangue cobrindo as ruas das cercanias do palácio. Quando saíram do gabinete de Chávez, alguns dos aliados imaginavam que ouviriam o estampido de um tiro. Temiam que o presidente optasse por colocar um ponto final na crise com os militares da mesma forma como fizera Allende em 1973: suicidando-se.

Vindos do Forte Tiuna, Rosendo e Hurtado regressaram a Miraflores e informaram Chávez de que os rebeldes, desejando que ele abandonasse o poder o mais rápido possível, tinham aceitado as quatro condições impostas. Eles precisavam de uma carta de renúncia assinada, a fim de evitar que a revolta se parecesse com um golpe, e a fim de que tivesse o feitiço de uma saída voluntária, realizada dentro "das normas constitucionais". Os rebeldes enviaram por fax uma carta de renúncia preparada anteriormente. Em um dado momento, três dos líderes do golpe levaram a cópia original do documento para que Chávez o assinasse. Enquanto os minutos passavam, sua paciência esgotava-se. Com a aproximação

da alvorada, começaram a fazer ameaças de bombardear o palácio, caso Chávez não desistisse. Disseram que as bombas começariam a cair dentro de 15 minutos.

Apoiando as costas contra uma parede, Chávez telefonou para Rincón, no Forte Tiuna, pouco antes das 3 horas. Afirmou ao general que aceitava a exigência dos rebeldes sobre a renúncia. Chávez não tinha escolha. Meia hora mais tarde, Rincón entrou no ar em cadeia nacional de televisão, comunicando a notícia bombástica. A maior parte do país permanecia atenta aos aparelhos de TV ou ouvindo as rádios; ninguém sabia exatamente o que se passava. Rincón pareceu concluir seu pronunciamento de forma confusa. Em uma frase gramaticalmente estranha, ele afirmou: “O comando militar abomina os acontecimentos de hoje. Em vista desses acontecimentos, pediu-se ao presidente que renunciasse a seu cargo, pedido que ele aceitou”. Rincón comunicou também a renúncia do alto comando das Forças Armadas.

Para a maior parte das pessoas, ficara a impressão de que Chávez havia desistido e deixado o que a oposição logo descreveu como um *vacio de poder* um vácuo de poder. Os moradores dos bairros de classe média comemoraram, saindo às janelas de seus prédios para aplaudir e gritar. Alguns pararam seus carros no meio das avenidas para sair e berrar de alegria. Nas 36 horas seguintes, as redes de televisão repetiram a mensagem de Rincón a cada 20 minutos. A notícia da renúncia de Chávez correu mundo.

No entanto, as coisas não transcorreram de forma tão simples, conformou relatou Chávez à entrevistadora Marta Harnecker. Primeiro, ele foi obrigado a renunciar com uma arma apontada contra sua cabeça:

Eu tinha autorizado o general Rincón, que ficara comigo durante toda aquela tarde e aquela noite, a comparecer ao Forte Tiuna para descobrir o que aquelas pessoas desejavam realmente. No meio desses acontecimentos, ele me ligou e disse: "Presidente, eles exigem sua renúncia e estão me pressionando para que eu também renuncie. Mas eu disse que seguirei a decisão que o senhor adotar". Então eu falei para ele: "Ouça, Lucas. Rosendo e Hurtado chegaram e me contaram que aceitam as condições que exigi para renunciar. Diga-lhes que sim, que vou renunciar". Eu dei-lhe luz verde. Ele saiu para dizer o que eu havia lhe dito. E o que ele disse foi: "O presidente aceitou a exigência referente a sua renúncia e, portanto, eu também. Meu cargo está à disposição do alto comando". Por isso, não tenho qualquer sombra de dúvida de que ele disse o que eu lhe falei ao telefone.

O que aconteceu 10, 20 minutos depois? Ele comunica minha renúncia e sai dali. Mas, alguns minutos mais tarde, recebemos a informação de que eles não aceitam mais as quatro condições. Eu tinha quase certeza de que não as aceitariam; aquela era só uma forma de ganhar tempo. Em seguida, exigiram que eu me entregasse como prisioneiro. Se eu recusasse, eles atacariam o palácio, segundo ameaçavam. [...] E foi assim que tudo acabou – eu saí dali como prisioneiro.

Do lado de fora do gabinete de Chávez, os ministros já estavam sem vélo havia duas horas. Eles queriam saber o que se passava. Ficaram confusos com o pronunciamento de Rincón. Começaram a bater na porta, a fim de que pudessem entrar. Um guarda finalmente abriu-a. Chávez estava sentado em uma cadeira quando entraram na sala, e parecia estar tranqüilo. Explicou a situação, dizendo que renunciaria. Ele se renderia na qualidade de

“presidente prisioneiro”. Não havia outra opção. Do contrário os rebeldes começariam o bombardeio a qualquer momento. Ele seguiu o conselho de José Vicente Rangel, que o instou a não assinar nenhuma carta de renúncia. “Não assine nada, Hugo. Isso é um golpe de Estado”, afirmara.

Osorio, a ministra do Meio Ambiente, saiu do gabinete do presidente para informar às pessoas reunidas ali o que estava acontecendo. “Politicamente, está claro que se trata de um golpe de Estado”, disse. “O presidente não renunciou. Ele não renunciou. Ele está sendo levado como prisioneiro porque se trata de um golpe.” Então, com a voz em volume cada vez maior e lágrimas cobrindo os olhos, Osorio afirmou: “Que o mundo saiba: isso é um golpe!”. “Isso é um golpe!”, gritou a ministra. “Isso é um golpe contra o povo, contra o povo da Venezuela, que o ama!” Ela limpou as lágrimas que lhe escorriam pelo rosto. As pessoas começaram a gritar: “Hugo! Hugo! Hugo!”. Alguns batiam palmas com as mãos levantadas. Outros agitavam o punho fechado no ar.

Dentro de seu gabinete, Chávez preparava-se para despedir-se dos ministros. Hurtado mandou que se apressassem. Os rebeldes ameaçavam dar início ao bombardeio. O presidente abraçou cada um deles, que desejavam acompanhá-lo, para protegê-lo. Acreditavam que seria mais difícil para os rebeldes matar 15 ministros do que eliminar Chávez apenas, atribuindo sua morte a um suicídio ou a um acidente de avião. Os rebeldes, no entanto, recusaram-se a aceitar aquilo. “Eu abracei (Jorge) Giordani e (Héctor) Navarro e disse meu derradeiro adeus, afirmando: ‘A janela estratégica fechou-se’. Eles não responderam. Eu achei que fosse morrer. Aquele sentimento agourento passou pela minha

cabeça durante alguns momentos. Eu me despedi de todo mundo que estava ali comigo no palácio.”

Ele entregou sua pistola a Ramón Rodríguez Chacín, ministro do Interior, e caminhou atravessando a porta do gabinete. Quando apareceu no corredor, seus aliados começaram a cantar o hino nacional da Venezuela. “*Gloria al bravo pueblo*”, entoaram. Glória ao povo corajoso. Chávez atravessou lentamente aquele pequeno grupo, abraçando as pessoas e cumprimentando-as com apertos de mão. Ele parecia estar sereno, em paz com sua decisão. Na opinião de Navarro, Chávez tomara uma decisão heróica. “O presidente optou por sacrificar-se, a fim de evitar um derramamento de sangue.”

Enquanto atravessava aquele grupo de pessoas, era como se passasse por enlutados em um funeral. Ninguém tinha certeza sobre se o veria outra vez. Lágrimas escorriam por muitos daqueles rostos. Jacinto Pérez Arcay, um dos seus instrutores nos tempos da academia militar, colocou um pequeno crucifixo azul em sua mão. “Leve isso com você, e que Deus o abençoe”, afirmou o general de idade avançada. “Isso não vai acabar aqui.” Chávez viu José Vicente Rangel apoiando-se contra uma parede. Ele desejava abraçá-lo, mas conseguiu apenas pegar na mão dele. Rangel olhou para o presidente com um sorriso enigmático, calcado em algum ponto entre a esperança e o desespero, como se dissesse: vamos nos ver de novo aqui – mas sem estar realmente convencido dessa possibilidade. Em lágrimas, Noheli Pocaterra, um dos três líderes indígenas eleitos para a assembléia constituinte, afirmou melancolicamente: “O que nós, os índios, faremos sem você?”

Os integrantes jovens da guarda de honra de Chávez ajoelharam-se e pediram que lhes desse sua bênção. Muitos

choravam. Eles desejavam resistir lutando, transformar o palácio em um *bunker* e defender o presidente. Mas Chávez lhes disse que não, que eles eram jovens demais, com muitos anos de vida pela frente. Quando se aproximou da porta de saída do palácio, ao lado da qual estava parado o carro que o levaria embora, o grupo ali presente começou a aplaudir: “Vou ficar afastado apenas por um tempinho”, afirmou. “Vamos regressar.”

Sua mãe, que ficara no palácio durante todo aquele calvário, saiu do grupo, agarrou a porta do carro e tentou entrar no veículo. Alguém a impediu: “Senhora, nós vamos sair agora”.

O presidente partiu de Miraflores às 4 horas, sentado entre Rosendo e Hurtado, no banco de trás do carro. Istúriz e um dos outros ministros seguiram em outro carro. Eles desejavam acompanhá-lo até o Forte Tiuna, mas os soldados não deixaram que prosseguissem. Chávez pouco falou durante o trajeto. Eles atravessaram Caracas, passando pelo Cemitério Geral do Sul, onde o jogador de beisebol Isaías “Latigo” Chávez, herói de sua infância, estava enterrado. Depois, ingressaram no terreno familiar do Forte Tiuna. Eles dirigiram-se até o prédio do quartel-general das Forças Armadas, dentro do imenso campo do forte, e Chávez saiu do veículo. Um grande número de soldados recebeu-o. Uma câmera de televisão mostrou a nuca de Chávez e sua boina vermelha, enquanto ele atravessava lentamente o aglomerado de gente rumo à entrada do prédio. Então, desapareceu em seu interior.

Meia hora mais tarde, às 4h50, Pedro Carmona entrou no ar: anunciava estar assumindo o comando do país.

21. O Presidente Desaparece



A sala do Forte Tiuna, lotada de oficiais em júbilo, ficou em silêncio quando Hugo Chávez entrou. Rincón comunicara a renúncia dele uma hora antes e, para os rebeldes, Chávez não era mais o presidente da Venezuela. Mas eles ainda se sentiam compelidos a tratá-lo com algum grau de deferência. Aguardando na sala, ao lado dos oficiais, estavam os bispos Baltazar Porras e José Luis Azuaje. “Eu me sentei ao lado deles, cumprimentei-os e nós ficamos lá, sentados, durante algum tempo em silêncio”, contou Chávez tempos depois.

Tendo voltado ao Forte Tiuna e estando ao lado de seus camaradas militares, Chávez acreditou que talvez conseguisse resolver a crise. Ele notou que muitos dos oficiais discutiam entre si. Sabia que Carmona estava dentro do prédio. O general Romel Fuenmayor León postou-se na parte frontal da sala, com a carta de renúncia elaborada pelos rebeldes em mãos, e falou em nome deles. Chávez descreveu assim a cena:

Ele analisou a situação e disse que, em nome de todos os presentes, requisitava minha renúncia em vista do que consideravam ser uma situação de ingovernabilidade. Eu lhes disse, com uma voz serena que saía um pouco mais alta do que o usual a fim de que todos pudessem ouvir, que deveriam meditar demorada e seriamente a respeito do que faziam e a respeito do que planejavam fazer – a responsabilidade que assumiam em relação à Venezuela e ao mundo lá fora – e eu lhes disse que não renunciaria. Eles possuíam um papel que eu deveria assinar. E eu disse que não iria nem mesmo olhar para esse papel.

Chávez repetiu que, antes de assinar qualquer carta de renúncia, os oficiais teriam de cumprir as quatro condições estipuladas por ele. Os oficiais não responderam.

Eu lhes disse que não tinha certeza sobre a capacidade deles de controlar as Forças Armadas e que eu tinha conversado com vários comandantes os quais tinham me garantido que não aceitariam um golpe de Estado. [...] Eu via que estava chamando a atenção deles, já que, era óbvio, alguns deles tinham sido manipulados. Outros também começaram a notar isso.

O general Néstor González González, o oficial calvo que realizara a entrevista coletiva do dia 10 de abril e que sugerira a ocorrência próxima de um golpe, interrompeu Chávez. González notou que o presidente deposto estava causando um impacto nos oficiais e não desejava permitir que prosseguisse. “Não viemos aqui para discutir nada”, afirmou furiosamente González às pessoas reunidas na sala. “Sabemos o que temos de fazer. Peço que vocês passem para a sala ao lado.”

Os oficiais saíram, discutindo por detrás da porta fechada sobre aceitar ou não as condições impostas por Chávez. Ele ficou para trás, ao lado dos dois bispos e de um guarda. Os quatro permaneceram sozinhos por cerca de uma hora. Chávez perguntou a Porras por que ele não apareceu em Miraflores, conforme prometera. O padre respondeu simplesmente que não pôde dirigir-se ao palácio. Chávez, que incluía Porras entre os “diabos de batina” da Igreja, pediu-lhe que desse a ele a absolvição. Mas Chávez também lembrou os bispos sobre o papel que desempenhavam no conflito. Ele lhes disse que se sentia em paz “porque, independente do meu destino, independente do que aconteça comigo, estou aqui por ser leal ao povo que me elegeu, a fim de defender os interesses deles e não os interesses da minoria. Eu não deixei que esses poderes, os poderes econômicos, os poderes da mídia, torcessem meu braço”.

Segundo a versão de Porras, Chávez não demonstrava tranquilidade naquele momento. Ele havia sido traído por aliados antes leais, temia por sua vida e não tinha mais certeza sobre em quem confiar dentro das Forças Armadas. “Ele era então um homem visivelmente abalado, ensimesmado. Não conseguia fazer nada mais do que lembrar uma série de episódios de sua infância e dos vários postos militares que havia ocupado.” Em alguns momentos, Chávez parecia estar perto de chorar, segundo o bispo.

Quando os oficiais reingressaram na sala, o vice-almirante Héctor Ramírez Pérez assumiu o comando dos eventos. Ele afirmou a Chávez que os oficiais não poderiam aceitar as condições dele e que ele não mais poderia sair da Venezuela. Chávez teria de continuar dentro do país para “responder ao povo pelos crimes cometidos”. O presidente deposto afirmou que não assinaria a carta

de renúncia e que os oficiais teriam de prendê-lo. “Mas não se esqueçam de que vocês estão fazendo do presidente da República um prisioneiro. E façam o que acharem ser necessário.”

Eles levaram Chávez para um pequeno quarto de dormir, no final de um longo corredor, mandaram que tirasse seu uniforme e fizeram-no vestir uma calça *jeans*, tênis e uma camiseta que seus assessores tinham colocado dentro de uma mala pequena antes de o presidente deposto sair de Miraflores. Os rebeldes levaram-lhe algo para o café-da-manhã e ele pediu para ter uma cadeira e uma mesinha. Havia duas noites que Chávez não dormia, mas, apesar disso, não se sentia cansado. Ele também pediu um aparelho de TV.

Quando ligou a TV, Chávez não conseguiu acreditar no que via os programas noticiosos da manhã transmitirem. Os comentaristas de emissoras, analistas de política, membros da oposição e até seu ex-camarada de armas Francisco Arias Cárdenas declaravam que ele renunciara e que Carmona preencheria o “vácuo de poder”. Eles despreveram Chávez como um “assassino” por ordenar a seus partidários que abrissem fogo contra uma passeata pacífica. Na parte de baixo do vídeo, no canal Venevisión, podia-se ler a seguinte mensagem: a venezuela reCuperou sua liberdade. Chávez renunCiou.

O conhecido programa *24 Horas*, de Napoleón Bravo, apresentou declarações surpreendentes vindas de convidados sorridentes e sugerindo que a deposição de Chávez nada mais era do que um levante espontâneo dos militares – e que os meios de comunicação haviam desempenhado um papel fundamental na crise. Victor Manuel García, diretor do instituto de estatística Ceca, que estava no Forte Tiuna durante o golpe, afirmou: “Não tínhamos muitos recursos de comunicação e devo agradecer aos meios de

comunicação por sua solidariedade e cooperação ao contribuírem permitindo que nos mantivéssemos conectados ao mundo exterior e que conseguíssemos passar adiante as instruções dadas a mim pelo general González González”. García agradeceu Bravo por deixá-lo usar a própria casa a fim de gravar um chamado à rebelião feito por González. Isso levou Bravo, que ria, a responder: “Sou apenas um jornalista!”.

García explicou a importância da declaração de González aos meios de comunicação no dia 10 de abril, uma quarta-feira: “Quando decidimos que o general Néstor González viria a público, isso se deu porque Chávez iria viajar para a Costa Rica. E tínhamos de manter Chávez na Venezuela. Esse pronunciamento do general González González seria de tal forma que Chávez desistiria de voar para a Costa Rica, que resolveria por continuar na Venezuela. E foi então que demos início ao plano final”.

“E qual era esse plano?”, perguntou Bravo.

O contra-almirante Carlos Molina Tamayo respondeu. Após encabeçar as acusações contra Miraflores na tarde anterior, Molina Tamayo trajava seu uniforme branco da Marinha. “O plano original previa que, quando o apoio anterior da sociedade civil chegasse a seu ponto culminante, esse apoio da sociedade democrática em geral, o apoio passaria a ser um apoio também ao uso das Forças Armadas.”

Seguindo a tendência dominante, os jornais matinais viram-se ainda repletos de ataques contra Chávez, responsabilizando-o pelo derramamento de sangue do dia anterior. “Um túmulo está reservado para o senhor perto dos presidentes venezuelanos que são lembrados por suas atrocidades”, disse o *El Nacional* em um

editorial de primeira página. "Agora o senhor já tem o seu próprio massacre." O *Asi es La Noticia* fez publicar uma manchete em letras vermelhas garrafais afirmando: "O assassino caiu". O colunista Roberto Giusti, do *El Universal*, um ex-assessor de Carlos Andrés Pérez, escreveu uma "análise" intitulada "O último crime de um ditador":

Se alguém, em algum momento, acalentou qualquer dúvida sobre o caráter fascista e assassino deste regime, essa pessoa viu suas dúvidas dirimidas ontem. [...] Após anos e anos jurando solenemente que, como presidente, nunca mandaria disparar tiros contra o povo, ontem Hugo Chávez mais uma vez manchou suas mãos com sangue. Ao final, ele retirou a máscara de democracia e revelou sua verdadeira natureza de assassino sem escrúpulos, que mandou seus partidários atirarem contra uma multidão pacífica e desarmada. Implacavelmente, ele mostrou-se disposto a preservar seus poderes por sobre uma montanha de cadáveres, se necessário, enquanto dava declarações disparatadas nas rádios e nas televisões.

Enquanto assistia aos programas noticiosos daquela manhã culparem-no pelo "massacre de El Silencio" e frisarem que ele renunciara, Chávez ficou alarmado. Impunha-se a conclusão de que a única forma de os rebeldes impedirem-no de contar ao mundo o que ocorrera seria matando-o. Eles poderiam dizer que se tratou de um suicídio, como fora o caso de Salvador Allende, 25 anos antes. "Eu vi aquilo (na TV) e pensei: 'Estou morto. Estou morto. A única forma de eu não refutar aquilo é matando-me'. [...] Eu tinha certeza de que eles iam me matar. Eu até cheguei a dizer para mim mesmo: 'Não passarei desta noite!'"

Chávez precisava fazer contato com o mundo exterior. Ele pediu o telefone a um guarda, afirmando que desejava falar com sua família para ter certeza de que todos estavam bem. O guarda atendeu-o. Como presidente, Chávez nunca telefonara diretamente para ninguém, de forma que precisou pedir ao guarda que ligasse para Miraflores e conseguisse os números de telefone. O guarda voltou com um pedaço de papel.

O presidente de posto não conseguiu entrar em contato com a casa do governador de Barinas, mas falou com sua mulher, Marisabel, por volta das 9 horas. A conversa foi rápida. “Preste atenção, Marisabel. É isso o que está acontecendo. Eu preciso que você encontre algum jornalista, algum meio de comunicação, daqui ou de fora do país, e que você, a primeira-dama do país, diga-lhes que o presidente não renunciou e que ele está sendo mantido prisioneiro. Acho que eles vão me matar hoje à noite. Tenho certeza de que vão me tirar daqui hoje à noite, para me matar, se eu não denunciar isso antes. Ande rápido.”

Chávez também conseguiu falar com suas filhas María Gabriela e Rosa Virginia, escondidas então na costa caribenha da Venezuela. Rosa, 24, a mais velha, atendeu ao telefone. Emocionada, começou a chorar. Sem conseguir falar, passou o telefone para María, que tentou manter-se calma enquanto o pai dava instruções. “Preste atenção, minha querida. Ouça o que vou dizer para você. Você está bem? Não se desespere. Eu não tenho muito tempo. Preciso que você converse com alguém, ligue para alguém, ligue para algum jornalista. Encontre alguma maneira de fazer isso. Talvez por meio de Fidel. Faça de tudo para que, de uma forma ou de outra, o mundo fique sabendo que não renunciei. Diga-lhes, da sua própria

boca, que seu pai lhe contou estar sendo mantido prisioneiro e que eu não vou renunciar.”

Eles desligaram, e María ligou para o vice-presidente da Venezuela, Diosdado Cabello, que também estava escondido. Depois, telefonou para o Palácio de Miraflores. O telefone dela não conseguia fazer chamadas para fora do país. Ela precisava que os funcionários do palácio a colocassem em contato com alguém de fora.

Os rebeldes não tinham ainda retirado de Miraflores seu corpo de empregados. Os operadores das mesas de telefonia continuavam fiéis a Chávez. “Aqui é a María Gabriela e eu preciso ligar para Fidel Castro, em Cuba”, afirmou a garota a um desses operadores:

Quando ouvi que eles tinham me colocado em contato com o gabinete de Fidel, comecei a chorar. Desmoronei. Assim que ele ouviu minha voz, perguntou-me: “María, como você está?”. A voz dele era bastante suave. “Fidel, ajude-nos, por favor.” “Calma, María.” Eu estava desesperada. “Meu pai pediu para dizer-lhe que, se ele morrer hoje, será porque continuou agarrado a suas convicções até o último instante. Ele me mandou expressamente dizer isso a você.” Eu narrei toda a conversa para ele. Enquanto falava, senti que um peso enorme saía das minhas costas. Sabia que Fidel não nos abandonaria.

Duas horas mais tarde, às 11 horas, Fidel havia colocado María para falar, ao telefone, com o jornalista cubano Randy Alonso, o apresentador de um programa da televisão cubana chamado *Mesa Redonda*. Ao vivo no canal de Cuba, María contou o que estava acontecendo.

Duas horas atrás, finalmente conseguimos falar com meu pai. Ele nos chamou ao telefone e nos disse para contarmos, por favor, ao mundo que ele não tinha renunciado, que nunca assinara um decreto presidencial para depor o vice-presidente Diosdado Cabello. Basicamente, vários militares de alta patente entraram no palácio, detiveram-no e levaram-no para o Forte Tiuna, o quartel-general das Forças Armadas. Ele está sendo mantido na sede da polícia do Exército, no Forte Tiuna. Eles não permitem que ele entre em contato com outras pessoas. Eles permitiram apenas que conversasse com a gente, os filhos dele. [...] Ele nunca renunciou de verdade. Isso é na realidade um golpe de Estado, que eles estão tentando disfarçar com uma suposta renúncia.

Uma ditadura de extrema direita está sendo implantada no país e eles estão tentando cobrir isso com uma suposta renúncia. Tudo não passa de uma mentira. Eles estão procurando por todos os que simpatizam com o governo a fim de prendê-los. Então, todo mundo se escondeu.

Depois da entrevista de María, Fidel telefonou para ela a cada meia hora para dar-lhe apoio. Mas as declarações dela sobre Chávez nunca ter renunciado e estar sendo mantido isolado nunca chegaram à população da Venezuela – ao me-nos não através dos principais meios de comunicação. Além de criticar Chávez e de culpá-lo pelo massacre, os meios de comunicação impuseram uma moratória a respeito de tudo que fosse favorável ao presidente deposto. Um dos diretores de jornalismo da Rádio Caracas Televisão, Andrés Izarra, filho do fundador da Arma, William Izarra, lembra-se de ter recebido uma ordem de seus chefes. “Houve uma diretiva bastante clara, elaborada na sexta-feira, dia 12, e a diretiva dizia o seguinte: zero pró-Chávez, nada relacionado a Chávez ou a

seus partidários, congressistas ou ministros”, afirmou Izarra. “A idéia consistia em criar um clima de transição e começar a promover o nascimento de um novo país.”

No dia seguinte, inconformado com as violações da ética jornalística, Izarra pediu demissão. Ele acabou ingressando no governo Chávez como porta-voz depois de os meios de comunicação da Venezuela terem-no colocado em uma lista negra.

Após Chávez ter conversado com suas filhas, naquela manhã, duas mulheres do departamento jurídico das Forças Armadas chegaram para entrevistá-lo. Chávez lhes disse que não renunciara e que continuava a ser o presidente da República. As duas mulheres verificaram seu estado de saúde, preencheram um formulário e mandaram que Chávez assinasse o documento. Ele notou que as duas não mencionaram a declaração dele. No entanto, depois de as mulheres terem partido e terem ficado fora do campo de visão do guarda, acrescentaram algumas palavras em letra pequena na parte inferior do papel: “Ele disse que não renunciou”.

Por fax, elas enviaram uma cópia do documento para o procurador-geral Isaías Rodríguez, que imediatamente reconheceu a importância dele. Ele desejava torná-lo público, mas sabia que os meios de comunicação da Venezuela não permitiriam sua exibição na TV ou no rádio. Então, enganou todo mundo. Rodríguez afirmou que precisava de uma entrevista coletiva para anunciar seu pedido de demissão. Convocou os meios de comunicação a seu gabinete, em Caracas, e sentou-se atrás de sua mesa. Os relógios marcavam 14 horas, e o procurador-geral apareceria ao vivo, em canais de televisão e rádio do país inteiro. Mas o que ele começou a falar não era o que os repórteres esperavam. Em vez de atacar Chávez, Rodríguez anunciou que o presidente nunca renunciara.

Recebemos uma informação de advogadas das Forças Armadas que o entrevistaram, uma informação de que o presidente não renunciou. Na verdade, o presidente não renunciou e, em momento nenhum, qualquer prova escrita dessa renúncia foi apresentada ao gabinete do procurador-geral. O presidente Chávez continua a ser o presidente da República da Venezuela.

Mas, caso o presidente tenha realmente renunciado, essa renúncia deve acontecer diante da Assembléia Nacional. Apenas quando a Assembléia Nacional aceitar essa renúncia ela passa a ser considerada legítima. Portanto, mesmo na hipótese de o presidente ter renunciado, ele continua, de fato, a ser o presidente da República porque nenhum ato se realizou diante da Assembléia Nacional que possa validar a sua suposta renúncia.

Um jornalista tentou interromper o pronunciamento de Rodríguez com uma pergunta, mas o procurador-geral não parou. Ele declarou que, ilegalmente, Chávez estava sendo mantido isolado, sem que nem mesmo a Procuradoria-Geral tivesse autorização para vê-lo. "Se ele foi privado de sua liberdade, qual crime cometeu? A renúncia é um crime? [...] A situação é verdadeiramente grave do ponto de vista da Constituição. [...] Não há um Estado constitucional."

A maior parte do pronunciamento de Rodríguez não chegou a ser transmitida. As redes venezuelanas cortaram-no antes que ele chegasse ao fim e voltaram a transmitir dos estúdios. Atrapalhados, os apresentadores de jornais como o da Venevisión tropeçaram em declarações deste tipo: "Bem amigos, como vocês estão? Gostaria de desejar-lhes uma boa tarde". Porém, alimentadas também pelas declarações de María Gabriel Chávez na televisão cubana, notícias começaram a vazar para fora da Venezuela, questionando a versão

dos fatos apresentada pela oposição e pelos meios de comunicação do país.

Apesar disso, o golpe conquistou prontamente o apoio do governo norteamericano. Quase duas horas depois de María Gabriela Chávez ter se pronunciado na televisão cubana, Ari Fleischer, porta-voz da Casa Branca, falou aos repórteres em mais uma de suas entrevistas diárias. Fleischer responsabilizou Chávez pelo derramamento de sangue e quase corroborou a ação dos golpistas: "Partidários do governo, por ordem do governo Chávez, dispararam contra manifestantes pacíficos e desarmados, deixando dez deles mortos e centenas feridos". O Departamento de Estado divulgou um comunicado de teor semelhante por meio do porta-voz Philip Reeker:

Os militares da Venezuela recusaram-se, de forma louvável, a disparar contra manifestantes pacíficos, e os meios de comunicação, com valentia, mantiveram a população do país informada sobre os fatos. [...] Apesar de os detalhes serem ainda nebulosos, ações não democráticas cometidas ou encorajadas pelo governo Chávez provocaram a crise de ontem na Venezuela. [...] O governo Chávez tentou impedir a realização de manifestações pacíficas. Partidários de Chávez, seguindo ordens, dispararam contra manifestantes desarmados e pacíficos, fazendo com que mais de cem pessoas fossem mortas ou feridas. Os militares e a polícia da Venezuela recusaram-se a seguir as ordens de dispararem contra manifestantes pacíficos e recusaram-se a dar apoio ao governo em tais violações dos direitos humanos. O governo impediu cinco estações de televisão independentes de relatarem os eventos.

Essa declaração mostrava-se surpreendente em muitos aspectos, entre os quais a alegação de que Chávez “provocou” a crise. Os comunicados supersecretos da CIA distribuídos a integrantes do primeiro escalão do governo norte-americano alertavam, antes da revolta, que um golpe se avizinhava. O comunicado de 6 de abril afirmou que figuras da oposição poderiam “provocar uma ação militar”, explorando “distúrbios advindos das manifestações da oposição marcadas ainda para este mês, ou das greves que ocorrem atualmente na estatal do petróleo pdvsa”. O documento chegava a mencionar os planos sobre a prisão de Chávez.

Naquela sexta-feira, dia 12 de abril, dentro do prédio do Departamento de Estado, Otto Reich, o principal homem do governo George W. Bush para a América Latina, esforçava-se para convencer outros países latino-americanos a aceitarem o novo governo instalado na Venezuela. Reich, que podia assistir aos canais de televisão venezuelanos em seu gabinete e que recebia informações constantes do proprietário da Venevisión, Gustavo Cisneros, em Caracas, convocou os embaixadores de toda a região para comparecerem ao seu escritório. Ele argumentou que Chávez investira com violência contra a manifestação e que renunciara voluntariamente. Reich conclamou os embaixadores a reconhecerem o novo governo, liderado por Pedro Carmona.

“Na sexta-feira, o governo, Bush mal conseguia disfarçar sua alegria devido à deposição do presidente Hugo Chávez”, escreveu um repórter. Michael Skol, ex-embaixador dos Estados Unidos na Venezuela, afirmou aos ouvintes da Rádio Pública Nacional que “a Casa Branca estava, tenho certeza, satisfeitíssima por ver Chávez deposto e ainda mais satisfeita com o fato de os Estados Unidos

não haverem participado daquela ação”. O senador do Partido Republicano Jesse Helms, da Carolina do Norte, declarou: “Não obstante as mortes trágicas de vários venezuelanos, a renúncia de Hugo Chávez ao posto de presidente da Venezuela, hoje pela manhã, pode ser interpretada apenas como uma bênção e como a vontade do povo”.

Mas nem todos os embaixadores latino-americanos convocados por Reich viam no afastamento de Chávez uma “bênção” ou a “vontade do povo”. Os presidentes de muitos países da América Latina, reunidos na Costa Rica para a cúpula da qual Chávez não conseguira participar, divulgaram uma declaração condenando a violação da ordem constitucional.

Não obstante essa crítica, dentro da Venezuela uma nova junta governista recebeu apoio de um outro setor dos Estados Unidos – o Instituto Republicano Internacional (IRI), um dos grupos centrais do New Endowment for Democracy. O presidente do IRI, George A. Folsom, distribuiu um comunicado aos meios de comunicação louvando o levante contra Chávez e gabando-se do fato de sua organização ter servido como uma “ponte” entre tantos grupos contrários ao presidente:

Na noite passada, liderado por todos os setores da sociedade civil, o povo venezuelano levantou-se para defender a democracia no país. [...] Várias centenas de milhares de pessoas lotaram as ruas de Caracas para exigir a renúncia do tenente-coronel Hugo Chávez. Chávez respondeu fazendo com que franco-atiradores e membros de seus Círculos Bolivarianos, entidades paramilitares, matassem mais de 12 civis e ferissem outros mais de cem. De outro lado, o IRI elogia o patriotismo dos militares venezuelanos que se recusaram a disparar contra seus compatriotas.

O IRI também congratula a bravura dos líderes da sociedade civil [...] que colocaram suas próprias vidas em risco em meio a sua luta para restabelecer um regime genuinamente democrático no país.

Enquanto os Estados Unidos trabalhavam para legitimar o novo regime na Venezuela, o governo interno de Carmona lançava uma caça às bruxas contra os aliados de Chávez. Alguns dos principais nomes da base de apoio chavista foram detidos, sob a acusação de cumplicidade com o massacre no centro de Caracas. Canais de televisão passaram a contribuir com a caçada. Eles exibiam o vídeo manipulado, com as cenas dos disparos feitos da ponte Llaguno, e diziam que as autoridades procuravam por aquelas pessoas. “Se você reconhecer qualquer um desses criminosos e assassinos, saiba que eles são procurados sob a acusação de assassinato em massa”, afirmou Napoleón Bravo no programa *24 Horas*. Os canais também informaram que mandatos de prisão haviam sido emitidos para vários dos aliados de Chávez, entre os quais o prefeito de Caracas, Freddy Bernal, e o ministro da Educação do país, Aristóbulo Istúriz. A Rádio Caracas Televisão afirmou que Istúriz era procurado vivo ou morto.

Uma multidão indignada por conta do “massacre de El Silencio” cercou o prédio onde morava o ministro venezuelano do Interior, Ramón Rodríguez Chacín, em Caracas. A polícia, controlada pela oposição, tirou-o dali algemado. A multidão tentou agarrá-lo, esmurrá-lo ou puxá-lo pelos cabelos, enquanto os policiais o jogavam em um carro de patrulha que o levaria embora. O ministro “quase foi linchado”, afirmou posteriormente uma reportagem.

Um outro aliado de Chávez, o congressista Tarek William Saab, antigo ativista dos direitos humanos conhecido como “o poeta da

revolução”, viuse obrigado a passar a noite escondido com outros membros do Parlamento e fugindo da polícia controlada pela oposição. No dia seguinte, ele foi para casa por volta das 9 horas. Saab estava preocupado com a mulher e os filhos. Quando chegou, encontrou um bilhete grudado na porta: “A junta governista está a sua procura, assassino”.

Policiais fortemente armados logo surgiram e fecharam os dois extremos da rua. Em pouco tempo, centenas de vizinhos cercaram a casa dele agitando pedaços de pau, atirando pedras, batendo contra a porta e gritando insultos. Sofia, sua filha de três anos de idade, não conseguia entender nada. Ela acreditou que as pessoas haviam comparecido ao local com pedaços de pau para realizarem uma *piñata*, já que o aniversário dela se aproximava. Saab via o cenário com outros olhos; o congressista estava certo de que todos eles poderiam ser assassinados.

Ele entregou-se à polícia, que o levou embora dentro de um furgão. Os canais de televisão transmitiram a cena ao vivo, mostrando Saab denunciando sua prisão ilegal e pedindo ajuda. O incidente deixou alarmados até mesmo alguns dos adversários de Chávez. O “governo interino” começava a parecer-se com uma ditadura fascista. Saab desapareceu dos olhos da opinião pública.

Enquanto isso, um outro grupo de pessoas cercou a Embaixada cubana. A multidão formada por cerca de mil pessoas acreditava que membros do governo Chávez, entre os quais o vice-presidente Diosdado Cabello, escondiam-se lá dentro. E exigia que essas autoridades fossem entregues. Mesmo se houvesse membros do governo Chávez dentro do prédio, as embaixadas gozam de imunidade diplomática. São como solo sagrado no qual uma pessoa pode buscar abrigo de ataques políticos. Mas isso não importava à

multidão. Os vidros de três carros com placas diplomáticas foram quebrados e seus pneus, furados. As pessoas subiram em cima dos veículos. Jogaram ovo contra um muro localizado fora da Embaixada, cortaram a eletricidade e o fornecimento de água e ameaçaram invadir o prédio. As câmeras de segurança instaladas fora do local foram destruídas.

Aquele era um ataque ultrajante, mas os policiais presentes no local, controlados pela oposição, não fizeram quase nada para impedi-lo. O prefeito Henrique Capriles Radonski, do partido opositor Primero Justicia, apareceu e conversou com o embaixador cubano, que estava dentro da Embaixada. Mas não dispersou a multidão. A horda manteve os funcionários da Embaixada, incluindo crianças, filhos pequenos desses funcionários, reféns durante a noite, sem comida. "Senhores, os que estão aí dentro, Diosdado Cabello e seus amigos", gritou um dos que protestavam, "os senhores terão de comer tapete. Os senhores terão de comer as mesas e as cadeiras existentes aí dentro porque não vamos permitir que a comida entre." Por volta da meia-noite, finalmente deixaram que entrasse comida, mas com a exigência de que fosse consumida somente pelas crianças.

Um padre jesuíta, o reverendo Arturo Peraza, que participara da passeata da oposição no dia anterior, compareceu à Embaixada por volta das 21h30, vestido com sua batina. Ele subiu no capô de um carro, tentou acalmar a multidão e convencê-la a dispersar-se. Poucos lhe deram ouvidos. O corpo de funcionários da Embaixada se encontrava em sérios apuros. "Se saíssem, seriam mortos. Não tenho nenhuma dúvida disso", afirmou Peraza mais tarde. O padre deixou o local, regressou por volta da meia-noite e fez uma nova

tentativa. Havia um número menor de pessoas ali, mas ainda continuavam raivosas. Algumas delas estavam bêbadas.

Enquanto a multidão cercava a Embaixada cubana naquela tarde, do outro lado da cidade, muitos membros da elite venezuelana dirigiam-se ao Palácio de Miraflores. Carmona preparava-se para tomar posse oficialmente e anunciar suas primeiras medidas como presidente. Reportagens dos meios de comunicação estrangeiros logo o descreveram como “uma pessoa equilibrada” e “respeitada”. Uma matéria do *Financial Times* disse que Carmona, um homem “calvo e de voz calma”, tinha a fama de ser “pessoa altamente confiável”, capaz de instilar em seu governo de transição “outras influências apaziguadoras”. Na edição de sábado, dia 13 de abril, *The New York Times* publicou um perfil de Carmona intitulado “Administrador e Conciliador”. O texto descrevia Carmona como um homem “delicado e afável”. E acrescentava: “O senhor Carmona, segundo especialistas, é um administrador equilibrado, também conhecido por ser um conciliador”.

Naquela sexta-feira, porém, as primeiras ações de Carmona como “presidente” da Venezuela não poderiam ser descritas como afáveis, conciliadoras ou equilibradas. De uma única canetada, Carmona suprimiu quase todas as instituições democráticas do país e instalou uma ditadura. Ele fechou a Assembléia Nacional, eliminou a Suprema Corte, rasgou a Constituição e despediu autoridades em quase todos os escalões, do procurador-geral aos prefeitos, passando pelos governadores de Estado. Carmona disse que realizaria novas eleições presidenciais – dentro de um ano. E até mudou o nome do país, fazendo-o chamar-se novamente República da Venezuela, eliminando assim a referência a Bolívar e mandando

que a imagem do Libertador fosse retirada dos muros do palácio presidencial.

Quando Daniel Romero, ex-assessor de Carlos Andrés Pérez que acompanhara Carmona na noite anterior, dentro do Forte Tiuna, leu cada um dos decretos de Carmona, os representantes da elite reunidos em Miraflores lançaram-se em manifestações de júbilo, gritando orwellianamente: “Democracia! Democracia!”. Romero aventou uma justificativa para as medidas draconianas. “Como o presidente Chávez apresentou sua renúncia ao alto comando das Forças Armadas” e “como o vice-presidente Diosdado Cabello abandonou seu cargo, precisamos preencher o vácuo de poder e, por esse motivo, impusemos por decreto um governo democrático de unidade nacional”, afirmou aos representantes da elite.

Depois de Romero ter lido o decreto de Carmona, representantes do setor empresarial, dos meios de comunicação, da Igreja e de outros setores apresentaram-se para assinar o documento. Entre eles estavam o arcebispo Ignacio Velasco e Rocio Guijarra, cuja entidade empresarial, a Cedice, recebia doações do National Endowment for Democracy. Carmona escolheu outros beneficiários do NED para integrar seu gabinete de governo, incluindo Leonardo Carvajal para o posto de ministro da Educação e Leopoldo Martínez para o de ministro das Finanças. Entre os signatários da lista de 400 pessoas que compareceram a Miraflores naquela tarde e noite a fim de dar apoio ao decreto de Carmona, encontrava-se María Corina Machado, a chefe da organização de “monitoramento eleitoral” Sumate, custeada pelo NED. Tempos depois, Machado argumentou que comparecera ao palácio para visitar a mulher de Carmona, antiga amiga da família, e que, em seu entendimento, o papel que assinara seria simplesmente um

registro de entrada semelhante aos usados com frequência em prédios oficiais. A chefe do Sumate argumentou não ter idéia do fato de Carmona haver assumido poderes ditatoriais, inclusive eliminando todas as instituições democráticas – argumentou isso mesmo considerando que a cerimônia de assinatura do decreto estava sendo transmitida ao vivo para todo o país, em quase todos os grandes canais de rádio e televisão. Seria quase impossível ignorar o que se passava.

Carmona também nomeou vários dos principais líderes militares da revolta contra Chávez para que ocupassem cargos importantes. Colocou o contra-almirante Carlos Molina Tamayo no comando dos serviços de segurança do Palácio de Miraflores. Recolocou Guaicaipuro Lameda à frente da pdvsa. Também nomeou o vice-almirante Héctor Ramírez Pérez, o oficial que gravou um pronunciamento recusando apoio a Chávez, ministro da Defesa. De forma surpreendente, não constaram da junta governista o sindicalista Carlos Ortega, co-líder do movimento de oposição ao lado de Carmona, e o general Efraín Vásquez Velasco, chefe do Exército que, na quinta-feira à noite, quando as ruas de Caracas cobriam-se de sangue, renunciou a seu cargo e proferiu a dramática frase diante de Chávez: “Senhor Presidente, eu fui leal ao senhor até o fim”. Carmona pagaria o preço por ter menosprezado os dois.

Depois de prestar o juramento de posse, Carmona proferiu um rápido discurso para seus aliados, um discurso em tons kafkianos, já que ele acabara de instalar uma ditadura. “Temos de garantir a retomada do império da lei”, afirmou. “O governo do homem forte será algo do passado.”

Enquanto isso, no Forte Tiuna, Chávez conseguia ouvir as manifestações de um pequeno grupo de seus simpatizantes

reunidos do lado de fora, na rua, para protestar devido ao desaparecimento do líder venezuelano. Por meio do boca a boca, de telefones celulares, de rádios alternativas e da internet, espalhava-se a notícia de que Chávez não renunciara e que vinha sendo mantido prisioneiro pelos rebeldes, no quartel-general das Forças Armadas. Trancado dentro de uma sala do forte, ele assistia na TV à cena ocorrida em Miraflores. Chávez ficou chocado. “Vi na televisão a cerimônia na qual Carmona deu posse a si mesmo”, contou mais tarde. “Eu vi tudo aquilo e vi o rosto das pessoas presentes no Salão Ayacucho e os gritos de ‘Democracia! Democracia!’, enquanto esfaqueavam a Constituição.”

Os rebeldes decidiram tirá-lo do Forte Tiuna. Quando a noite caiu, transferiram-no para dois prédios diferentes e depois levaram-no para fora e mandaram que entrasse em um helicóptero. Chávez estava apreensivo.

Começou a impor-se-me aquela idéia, a idéia que eu tive de manhã a respeito da possibilidade de eles me matarem, de ocorrer um assassinato. No entanto, como eu já tinha entregado tudo, quero dizer, tinha entregado tudo a Deus, como alguém que se deixa levar pela correnteza, não perguntei sobre o nosso destino. Nada. Entrei no helicóptero e nós partimos. Sobrevoamos Caracas. Lembro-me de ter me perguntado, em pensamento, para onde estariam me levando. Seria para o Maiquetia (o aeroporto internacional)? Eles estão me levando para o Maiquetia. Eles talvez me tirem do país à força. Eu olhei para Caracas lá de cima. Mas não, nós continuávamos rumando para oeste, seguindo a linha costeira.

Naquela noite, eu tive a sensação, a impressão de que estava sendo levado para a morte. [...] Eu tinha um crucifixo nas mãos.

Estava bastante tranqüilo. Estava pronto para morrer.

O crucifixo, pequeno e azul, lhe fora dado pelo professor dos tempos de academia militar, general Pérez Arcay, quando Chávez saiu do Palácio de Miraflores para entregar-se. Chávez agora pensava em suas crianças, em sua mulher, em seus pais, em amigos e no povo venezuelano em geral. O vôo parecia não acabar nunca. Ao final, pousaram na remota base naval de Turiamo, perto de Puerto Cabello, na costa ocidental do país.

Chávez acreditou que seria morto com um tiro e que os rebeldes, depois, contariam que ele se matara ou que tentara fugir. Ele sentia-se como Che Guevara em seus últimos instantes de vida, capturado nas florestas da Bolívia. Turiamo era um lugar ermo e escuro. Parecia ser o local apropriado para “eliminar” Chávez.

Chegamos a Turiamo em um ponto pouco iluminado, localizado perto do mar. Eles me levaram para uma casinha, acho que um depósito, na semi-escuridão. Deixaram-me sozinho na casa, mas sob a vigília de alguns guardas postados a cinco ou dez metros de distância. Então, vislumbro um veículo vindo de um ponto localizado para além do helicóptero. Eles desligam a luz e saem do veículo. Ouço um barulho na escuridão e, de repente, 15 ou 20 soldados aparecem no escuro, entram em formação. Figuras sombrias, com armas, claro. Acreditei que iriam “suicidar-me”. Havia uma grande carga de tensão entre os oficiais e os soldados.

Mais tarde, um oficial veio até mim e disse: “O.K. Vamos levá-lo para a residência presidencial”. [...] Puseram-me em um caminhão e avançamos bastante lentamente pela estrada. O helicóptero partiu e soldados caminhavam dos dois lados da estrada. Paramos uma vez, durante alguns minutos, em um lugar onde, segundo

acreditava, não havia motivo para pararmos. Os oficiais saíram e conversaram com os outros.

Chávez notara haver desavenças entre alguns dos soldados. Na opinião dele, alguns tinham vindo ali com ordens para matá-lo, ao passo que outros desejavam evitar isso.

Dois deles estavam lá para me matar, mas os outros não, eles eram constitucionalistas. No momento em que executariam a ordem, eu estava então em pé. Um daqueles mercenários deu a volta em mim e ficou postado nas minhas costas. Eu pensei comigo mesmo: "Esse aí vai me atacar pelas costas". Eu me virei e olhei-nos olhos. "Preste atenção no que você está fazendo", disse-lhe. E, então, um outro oficial jovem saltou para o meu lado e afirmou: "Se você matar o presidente aqui, vamos todos atirar uns nos outros". Aquilo neutralizou aqueles dois mercenários e salvou minha vida.

O grupo continuou avançando até chegar à residência presidencial existente na base, mas ninguém conseguia encontrar a chave da respectiva porta. Nada fora preparado para receber Chávez. Não havia nem mesmo um quarto limpo. Em um dado momento, eles levaram-no até o posto de atendimento médico, onde lhe deram uma cama, uma cadeira, uma mesinha e um banheiro. A maior parte do país continuava se perguntando sobre o paradeiro de Chávez. Quase 24 horas tinham se passado desde que ele fora visto pela última vez, entrando no Forte Tiuna. O presidente estava desaparecido.

No dia 13 de abril, um sábado, Pedro Carmona apareceu no Palácio de Miraflores logo pela manhã. Aquele seria seu primeiro dia completo como "presidente", após ter dado posse a si mesmo no final da tarde de sexta-feira, eliminando a democracia. Ele

pretendia dar posse a seu “gabinete” no começo da tarde. A primeira pessoa a visitá-lo naquele dia seria Charles Shapiro, embaixador dos Estados Unidos na Venezuela.

Os dois e o embaixador da Espanha tomaram juntos o café-da-manhã por volta das 9 horas. Segundo o relato de Shapiro, ele conclamou Carmona a reabrir a Assembléia Nacional e a convocar eleições o quanto antes. Carmona não se lembra das coisas dessa maneira. Ele disse que Shapiro nunca mencionou aquilo. Independente de qual seja a verdade, a presença do embaixador norte-americano no palácio presidencial, um dia depois de Carmona ter tomado o poder, foi interpretada por muitos como um gesto de corroboração.

Após Shapiro haver terminado seu café-da-manhã com Carmona, os magnatas dos meios de comunicação venezuelanos chegaram ao palácio dentro de suas limusines pretas para um encontro com Carmona, que lhes pediu todo o esforço possível para apoiar o regime. Entre eles estavam Gustavo Cisneros, da Venevisión, Marcel Granier, da Rádio Caracas Televisão, Alberto Ravell, da Globovisión, e Osmar Camero, da Televen. Os diretores de redação de dois dos maiores jornais do país também compareceram – Miguel Henrique Otero, do *El Nacional*, e Andrés Mata, do *El Universal*. Por volta da mesma hora, outros representantes da elite do poder começaram a chegar para a cerimônia de posse. O bispo Baltazar Porras surgiu distribuindo abraços apertados em todo mundo. O arcebispo Ignacio Velasco também marcou presença.

Nos Estados Unidos, Carmona recebia o apoio de editoriais de vários jornais. Essas publicações fecharam os olhos para o golpe e louvaram a “restauração” da democracia. “Com a renúncia do

presidente Hugo Chávez on-tem”, disse *The New York Times*, “a democracia venezuelana não mais se vê ameaçada por um ditador em formação.” O diário descreveu Chávez como um “demagogo pernicioso”, evitou usar a palavra *golpe*, dizendo que o ex-páraquedista “deixara o cargo após a intervenção dos militares e entregara o poder para um respeitado líder empresarial, Pedro Carmona”. A Venezuela, acrescentou a publicação, precisava de um “líder com um mandato democrático forte para limpar a bagunça imperante”.

O *Newsday*, de Long Island, estampou um editorial com o título: “A saída de Chávez não é uma grande perda”. O *Chicago Tribune* chamou-o de um “homem forte eleito” e declarou: “Não é sempre que uma democracia beneficia-se da intervenção dos militares para obrigar um presidente eleito a deixar seu cargo”.

Houve apoio também do setor empresarial. A BellSouth, com sede nos Estados Unidos, e sua afiliada venezuelana, a Telcel, mandaram imprimir um anúncio de página inteira no jornal *El Universal*, de Caracas, oferecendo gratuitamente a seus clientes ligações de longa distância para celebrar a nova “LIBERDADE e o brilhante futuro que nos aguarda” na Venezuela.

Porém, naquela manhã, enquanto Carmona se preparava para instalar oficialmente seu governo provisório, os fatos que se desenrolavam do lado de fora do palácio mudavam a balança do poder político. Boatos espalhavam-se pelos *barrios* sobre Chávez nunca ter renunciado e estar sendo mantido incomunicável contra sua vontade. Os protestos ocorridos perto do Forte Tiuna durante a noite de sexta-feira aumentaram de tamanho no sábado de manhã. E também se espalharam para as ruas próximas do palácio presidencial de Miraflores. As pessoas dirigiam-se para o centro da

cidade, levando cartazes nos quais se lia: donde está Chávez? – Onde está Chávez? Outros exibiam grandes fotografias do presidente desaparecido. A polícia, controlada pela oposição, disparou bombas de gás lacrimogêneo e atirou com balas de borracha. As forças de segurança ainda foram mobilizadas nos *barrios* da capital, reprimindo manifestações e saques com balas de verdade.

Os hospitais logo ficaram lotados de vítimas. Um homem, Edgar Paredes, afirmou a um repórter norte-americano: “Eles estão atirando contra gente lá fora”. Um outro manifestante pró-Chávez, Juana Chirinos, chorava enquanto via uma ambulância depois da outra ingressando no hospital. “Enquanto transportamos nossos mortos um depois do outro, os ricos do leste estão tomando drinques e se refrescando”, disse a mulher.

Se os ricos que se refrescavam debaixo de seus ventiladores ligassem a TV, não receberiam qualquer informação sobre os protestos e a violência que tomava conta dos *barrios*, enquanto as pessoas exigiam o regresso de Chávez. O bloqueio dos meios de comunicação vigorava com força plena. Enquanto um dos eventos mais importantes da história moderna da Venezuela desenrolava-se, os meios de comunicação recusavam-se a noticiar as exigências cada vez mais contundentes feitas em nome do regresso de Chávez, a repressão nas ruas ou até mesmo o fato de o presidente estar desaparecido. Em vez dis-so, as redes de televisão mostravam desenhos, programas de culinária e filmes hollywoodianos, como *Uma Linda Mulher*.

O novo regime tentava sufocar o único veículo por meio do qual as pessoas sem TV a cabo ou acesso à internet poderiam conseguir notícias sobre o levante – os meios de comunicação alternativos. A

polícia invadiu e fechou rádios e canais de televisão comunitários que costumavam operar a partir da casa de cidadãos comuns e que o governo Chávez incentivara como instrumento para contrabalançar um pouco o poderio dos grandes meios de comunicação.

Os distúrbios alimentados pelo desaparecimento de Chávez não se espalhavam apenas pelas ruas – cresciam também nos quartéis. O general Raúl Isaiás Baduel, um dos fundadores do MBR-200 e agora chefe da antiga unidade de pára-quedistas comandada por Chávez em Maracay, tentava tornar pública sua oposição ao novo regime. Nenhum veículo comercial de mídia da Venezuela desejava entrevistá-lo. Ele então decidiu redigir um manifesto declarando que não apoiaria o regime de Carmona. Baduel esperava que o documento, de alguma forma, conseguisse divulgação. Outros oficiais de alta patente assinaram esse manifesto. Enquanto isso, milhares de manifestantes favoráveis a Chávez reuniam-se do lado de fora do seu regimento de pára-quedistas, exigindo o retorno do presidente.

Baduel telefonou para vários comandantes militares legalistas, entre esses o coronel Jesús Del Valle Morao Cardona, encarregado da guarda de honra do Palácio de Miraflores. Depois de Carmona ter tomado posse, os soldados e outros funcionários do palácio continuaram cumprindo suas obrigações para com novo regime. Eles serviam café e a banda da guarda de honra de Morao tocava o hino nacional para o novo chefe de Estado, mesmo que alguns dos integrantes dela vertessem lágrimas ao fazê-lo. Carmona e seus aliados acreditavam ter o apoio dos soldados. Na verdade, esses últimos apenas aguardavam uma oportunidade para ajudar a depô-lo.

As forças de Morao Cardona serviam em um quartel localizado em frente a Miraflores, do outro lado da rua. Elas podiam ingressar no palácio por meio de túneis. Como a multidão do lado de fora do palácio aumentava de tamanho, um outro oficial legalista telefonou para Morao do Forte Tiuna. “Coronel, hoje é dia 13”, disse. “É agora ou nunca.”

Morao respondeu: “Venha para cá. Não consigo mais agüentar essa situação”.

O coronel ligou para Baduel, que o aconselhou a seguir adiante com o plano de recapturar Miraflores e fazer Carmona prisioneiro. Eles acreditavam que obteriam o apoio da maior parte dos quartéis do país. Os oficiais que derrubaram Chávez possuíam altas patentes, mas quase nenhum deles detinha cargos de comando das tropas.

No final daquela manhã, as forças de Morao marcharam através dos túneis subterrâneos e ingressaram no palácio. Os soldados capturaram quase 25 pessoas – entre as quais Daniel Romero – que estavam na sala de reunião do gabinete de governo. Carmona, Molina Tamayo, Lameda e outros escaparam. Os líderes do golpe dirigiram-se para o Forte Tiuna, a fim de se juntarem com os outros responsáveis pela ação. Câmeras de vídeo capturaram a cena humilhante em que mulheres bem penteadas das classes altas da Venezuela corriam pelo palácio de salto alto ao escaparem dos soldados legalistas. As pessoas em fuga deixaram para trás uísques, champanhes e uma faixa presidencial. A faixa possuía um dispositivo ajustável, para que servisse para pessoas de tamanhos diferentes.

Pouco depois de Carmona ter fugido do palácio, alguns dos militares envolvidos no golpe marcaram um encontro no Forte Tiuna. Alguns oficiais de menor patente perguntavam-se sobre o que ocorria, já que Chávez não apresentara uma carta de renúncia e ninguém conhecia o paradeiro dele. Eles haviam observado as cenas de violência ocorridas na avenida Baralt na quinta-feira e os comentários das televisões culpando Chávez pelos assassinatos. Mas, agora, alguns mostravam ter dúvidas sobre aquilo. Eles acreditavam ter sido enganados a respeito da renúncia de Chávez. E também estavam insatisfeitos com o fato de Carmona ter desmantelado as instituições democráticas e ignorado a Constituição.

De outro lado, alguns oficiais de alta patente que tinham desempenhado papéis importantes na revolta davam sinais de descontentamento. O general Efraín Vásquez Velasco, o chefe do Exército, era um deles. Carmona não lhe dera cargo nenhum.

O general Luis Jorge García Carneiro, um aliado de Chávez, conseguiu participar do encontro, que começou às 13 horas. Imperava a confusão. Os oficiais gritavam uns com os outros. Do lado de fora, conseguiam ouvir o som de simpatizantes de Chávez gritando em defesa do presidente e batendo com pedaços de pau e canos em um trilho de metal.

Os oficiais acertaram elaborar uma declaração reconhecendo Carmona como chefe de Estado, mas exigindo o restabelecimento da Constituição e das instituições democráticas do país. Vásquez Velasco ficou encarregado de lê-la. Antes que o fizesse, García Carneiro agarrou o documento enquanto Vásquez Velasco conversava com outros oficiais e mudou-o, eliminando o trecho no qual os militares reconheciam Carmona como chefe de Estado. Em

meio à confusão, Vásquez Velasco não teve tempo para perceber a mudança.

Os meios de comunicação venezuelanos não divulgariam o pronunciamento de Vásquez Velasco, de forma que o oficial se viu obrigado a lê-lo por telefone para os estúdios da CNN em Atlanta. O documento caiu como uma bomba. O homem que dera uma declaração dramática contra Chávez no dia 11 de abril afirmando ter sido "leal até o fim" agora mudava de posição. O golpe entrava em colapso. A mulher de Chávez, Marisabel, também conversou com a CNN. Ela contou à rede norte-americana que seu marido não renunciara.

Em Turiamo, na noite anterior, Chávez recebia a visita de uma enfermeira encarregada de verificar seu estado de saúde. Depois de ter escapado por pouco do que acreditou ter sido uma tentativa de assassinato, Chávez caíra momentaneamente em um estado de depressão. "Em Turiamo, eu tive dúvidas, enquanto olhava para uma estrela, sobre se valia ou não a pena continuar vivendo", contou mais tarde a uma comissão da Assembléia Nacional encarregada de investigar o golpe. "Chegara à conclusão de que não valia a pena." A idéia perdeu terreno quando pensou nos soldados que lhe deram apoio e no povo venezuelano. Em seguida seria a vez de a enfermeira levar-lhe algum apoio moral. "Eu sempre quis me encontrar com o senhor, mas não dessa forma", disse a enfermeira a Chávez, com os olhos rasos. "Minha mãe adora o senhor."

O encontro mudou alguma coisa dentro de Chávez. "Eu tinha um monte de coisas guardadas dentro de mim", disse, em abril de 2007. "Dentro do meu coração, eu alimentava não sei quantos sentimentos de dor, de frustração, de desesperança. E aquela

garota de olhos lacrimejantes fez com que se rompesse uma represa dentro de mim. A torrente veio na forma de lágrimas. Eu chorei bastante. Ela saiu e eu entrei no banheiro, onde chorei e chorei e chorei. Mas esse choro todo serviu para desafogar muita coisa e eu saí dali como um touro, como se tivesse nascido de novo. Houve momentos, no entanto, em que me senti como se estivesse morto.”

Chávez dormiu algumas horas e, na manhã seguinte, dia 13 de abril (um sábado), começou a sentir que *el pueblo* reagiria a seu desaparecimento. “Só que nunca imaginei que a coisa tomaria as proporções que tomou”, disse, em abril de 2007. “Quando acordei, tinha reconquistado a esperança e o desejo de não mais morrer. E, além disso, o desejo de voltar ao poder. Eu disse, não, nós voltaremos, não sei se dentro de um mês ou seis meses ou seis anos, mas voltaremos. Nunca pensei, no entanto, que estaria de volta ao palácio no dia seguinte.”

Naquela manhã, um soldado levou o café-da-manhã a Chávez e conversou com ele calmamente. Ele perguntou-lhe se renunciara. Chávez lhe respondeu que não. “Então o senhor é o presidente e essas pessoas infringiram a Constituição”, afirmou o soldado. “Eles estão nos enganando.”

O soldado forneceu a Chávez as primeiras informações sobre o que acontecia no país. Ele lhe disse que os pára-quedistas em Maracay comandados por Baduel estavam se mobilizando e que se recusavam a reconhecer Carmona como presidente da Venezuela. O povo reunia-se em número cada vez maior do lado de fora do quartel de Baduel. O soldado afirmou a Chávez acreditar que Baduel e outros comandantes planejavam realizar uma operação para resgatá-lo.

Mesmo em Turiamo a situação parecia estar mudando. Os soldados tratavam Chávez com respeito, como se ele ainda fosse o presidente. Perguntaram-lhe se desejava fazer *jogging*. Eles lhe emprestaram uma camiseta branca e Chávez começou a correr ao lado dos dois sargentos encarregados de vigiá-lo. Enquanto corriam, os sargentos chamaram-no de “presidente” e disseram que os golpistas provocavam um “desastre”. Depois de terem concluído a corrida, sentaram-se para conversar com outros soldados. Chávez sentia-se em casa. Ele perguntou sobre seus parentes, sobre a vida deles como soldados e sobre as instalações precárias em que viviam em Turiamo.

Chávez entrou para tomar uma ducha, vestiu outra camiseta branca e um *shorts* emprestado pelos soldados. Depois, recebeu o almoço das mãos do mesmo soldado com quem conversara naquela manhã. Perguntou se o soldado não estaria disposto a sair dali com uma mensagem escrita e, de alguma forma, distribuí-la. O soldado aceitou. Chávez desejava avisar o mundo sobre não ter renunciado. Quando começou a escrever, os dois ouviram o barulho de um helicóptero pousando. O soldado precisou sair. Disse a Chávez que se apressasse e colocasse a mensagem no fundo de uma lata de lixo existente na sala. Ele pegaria a mensagem mais tarde.

Chávez concluiu rapidamente o texto, no qual afirmava: “Turiamo, 13 de abril de 2002, às 14h45. Ao povo venezuelano [...] (e a quem mais interessar possa), Eu, Hugo Chávez Frias, venezuelano, presidente da República Bolivariana da Venezuela, declaro: não renunciei ao poder legítimo concedido a mim pelo povo venezuelano”. A mensagem terminava com a expressão: “Para sempre!”, imortalizada por Che.

Chávez precisou sair para se encontrar com os oficiais militares vindos no helicóptero. Eles tinham um novo plano. Eles o levariam para La Orchila, uma ilha localizada na costa caribenha da Venezuela. Chávez resistiu, afirmando que não poderiam obrigá-lo a sair do país. Disse-lhes que era o presidente constitucionalmente eleito da Venezuela, que estava sendo mantido isolado e que não tinha conseguido acesso a um advogado. Os oficiais responderam estar ali para garantir-lhe a segurança. Chávez tentou ganhar tempo, mas o grupo acabou partindo. O soldado leal, enquanto isso, regressou às escondidas para o posto de atendimento médico, retirou a mensagem do cesto de lixo e partiu na esperança de entregá-la ao general Baduel, em Maracay.

Naquela tarde, do lado de fora do Palácio de Miraflores, o número de simpatizantes de Chávez não parava de aumentar. As pessoas concentravam-se na região central de Caracas não apenas em função do desaparecimento de Chávez, mas também porque o sonho delas estava morrendo. Chávez era muito mais que um presidente. Para essas pessoas, ele era um símbolo de esperança. O dirigente, segundo acreditavam, realmente confiava em seu povo e fez com que percebessem ser possível uma vida melhor. Ele pedira-lhes que o ajudassem a construir o país dos sonhos deles, e eles embarcaram juntos naquela seara.

O desaparecimento de Chávez lembrava fatos como os assassinatos de John F. Kennedy e de Martin Luther King Jr. nos Estados Unidos – não se tratava meramente do desaparecimento de um homem, mas da esperança, dos ideais e dos sonhos inspirados por ele. E aquilo lhes seria tirado pelas mesmas pessoas responsáveis por privar o povo da realização daquelas aspirações no passado. As massas empobrecidas sentiam que, junto com

Chávez e a assembléia constituinte, elas haviam escrito a Constituição com as próprias mãos. O documento determinava claramente que, mesmo no caso de renúncia do presidente, conforme alegava a oposição, o vice-presidente deveria sucedê-lo no cargo. Os golpistas não derrubaram apenas Chávez. Destruíram a Constituição e afastaram todos os membros do respectivo governo. Para piorar as coisas, incumbiram um representante da oligarquia de dirigir o país.

Um dia depois de se sentirem desesperançadas e perdidas, de chorar e entregarem-se ao desespero por causa do líder deposto, as massas respondiam com força. Nos *barrios*, espalhava-se a convocação por meio de megafones e celulares: *Todos a Miraflores!* – (Todos para Miraflores!) Às centenas, as pessoas saíam de suas casas para lotarem ônibus e carros, ou até caminhavam por quilômetros para chegarem ao palácio: “Aquilo se parecia com um rio de pessoas descendo as montanhas”, lembra-se um manifestante.

A polícia, controlada pela oposição, havia cancelado grande parte de suas ações de repressão desde que o golpe começara a dar sinais de fracasso. A multidão crescia ao redor das grades escuras que cercam o palácio. Alguém pintou a seguinte frase em um lençol branco: *Donde Está Chávez? Que Hable!*

– (Onde está Chávez? Deixem-no falar!). Pendurou-se o lençol nos portões externos do palácio. Um manifestante subiu em um semáforo existente na entrada. Outros subiram em um pilar de cimento branco. Milhares de pessoas exibiam fotografias de Chávez, socavam o ar com os punhos fechados e gritavam: “Chávez! Chávez!”. Um homem vociferava: “Votamos em Chávez. Não queremos uma ditadura”.

Depois de Morao e seus soldados terem assumido o controle do palácio, três deles subiram no telhado de Miraflores e levantaram o punho fechado no ar. Um deles fez o "V" da vitória com os dedos. A multidão foi à loucura. No alto de um prédio das cercanias, soldados agitavam uma imensa bandeira da Venezuela e mostravam o punho fechado, eletrizando ainda mais a multidão. As pessoas enfiavam os braços através das grades pretas e cumprimentavam os soldados do lado de dentro. Alguns chavistas tinham lágrimas de gratidão nos olhos. A maré começava a virar. Os golpistas começaram a ter medo.

Mas as televisões venezuelanas não mostravam nada do que se passava. A única forma pela qual as pessoas conseguiam receber notícias sobre os fatos ocorridos dentro de seu país era assistindo a canais estrangeiros como a CNN, caso fossem ricos o suficiente para terem um serviço de TV a cabo. Na tarde de sábado, grupos de chavistas – enfurecidos porque as redes da Venezuela se recusavam a divulgar notícias sobre as imensas manifestações – cercaram algumas das estações com motos e exigiram que o lado deles da história fosse para o ar. Os funcionários das emissoras escondiam-se em seu interior, com medo de que os manifestantes os matassem. Nas transmissões, esses funcionários chegaram perto de implorar por suas vidas. Os manifestantes chegaram a quebrar as janelas de uma estação, mas ninguém foi agredido.

No começo da tarde, quando se disseminou o boato de que o golpe fracassava, alguns dos ministros de Chávez começaram a regressar ao palácio. Aristóbulo Istúriz estava abrigado em sua casa, localizada não muito longe do palácio. A casa transformara-se em centro de comando informal para as autoridades do primeiro escalão do governo. Istúriz não precisava esconderse porque

contava com a proteção natural do *barrio* no qual morava. Caso as autoridades golpistas tentassem prendê-lo, os moradores do *barrio* viriam em sua defesa.

Istúriz foi um dos primeiro a colocar os pés em Miraflores. Ele subiu no capô de um carro, ao lado de outras autoridades, e comandou a multidão que clamava por Chávez. Em dado momento, os soldados acabaram por levá-lo para o quartel da guarda de honra, do outro lado da rua, e para dentro de Miraflores, por meio dos túneis. Eles ainda não tinham certeza se o palácio se-ria alvo de um ataque realizado por forças golpistas e desejavam garantir que Istúriz não fosse baleado. Os relógios marcavam 14 horas, mais ou menos. Quando outros ministros, como Ana Elisa Osorio, chegavam a Miraflores, a multidão em êxtase os recebeu e praticamente os carregou até os portões do palácio. O procurador-geral Isaías Rodríguez, todo desarrumado, com a camisa de botões para fora das calças, apareceu no local. O chefe de gabinete de Chávez, Rafael Vargas Medina, surgiu com um novo visual – ele havia pintado os cabelos grisalhos de preto como disfarce.

Do outro lado da cidade, no Forte Tiuna, depois de Vásquez Velasco ter lido seu pronunciamento para a CNN, o general Jorge Luis García Carneiro saiu para conversar com a multidão, cada vez maior. Ele subiu em um tan-que, contou às pessoas reunidas ali que as Forças Armadas não reconheciam Carmona como presidente e que o Exército lutaria até que Chávez voltasse ao poder. “É muito importante que vocês não saiam daqui”, afirmou García Carneiro aos manifestantes. “Não vamos sair daqui enquanto Hugo Chávez não aparecer!” Os manifestantes haviam instalado um sistema de som na rua e tocavam músicas de Alí Primera. A cada dez minutos mais ou menos, García Carneiro e outras pessoas interrompiam a

música para contar que outro quartel havia se manifestado dando apoio ao presidente.

Naquela noite, eles receberam uma cópia da mensagem escrita por Chávez em Turiamo. A congressista Iris Varela, com uma bandana vermelha do MVR amarrada em torno da cabeça, leu o comunicado em voz alta. A multidão começou a celebrar animadamente. O soldado de Turiamo retirara a mensagem do aposento onde Chávez estava detido e a levava para o general Baduel, em Maracay. Usando uma lanterna para conseguir enxergar à noite, o general leu a declaração em voz alta para as pessoas reunidas em Maracay, provocando um grande alvoroço ali também.

Em vista do desmoronamento do golpe, García Carneiro resolver prender Carmona e os outros líderes do *putsch*. Eles reuniam-se no Forte Tiuna, tentando desesperadamente resolver qual seria o próximo passo. Por volta das 19 horas, vários oficiais dirigiram-se ao quinto andar do prédio do quartel-general das Forças Armadas, cortaram o fornecimento de energia, derrubaram a porta do gabinete do comandante do Exército e detiveram vários dos militares que dirigiram o golpe, entre os quais Molina Tamayo. Eles também capturaram Carmona, escondido em um quarto adjacente.

Diante da prisão de Carmona, os ministros de Chávez mobilizaram-se para restabelecer o governo legítimo. Mas precisavam do homem que o sucederia segundo previa a Constituição, já que o presidente continuava desaparecido. Esse homem era o vice-presidente Diosdado Cabello. Cabello, um dos recrutas de Chávez na academia militar durante os anos de 1980 que integrara o MBR-200, havia se escondido na tarde do dia 11 de abril, quando ficara evidente que um golpe estava se avizinando.

Ele passou assim dois dias trocando constantemente de lugar, do apartamento de um amigo para uma fazenda do Estado de Vargas, vizinho, onde não havia eletricidade e os celulares não funcionavam.

Na tarde de sábado, Cabello havia conseguido entrar em contato com a CNN *en Español*, afirmando aos jornalistas: "Neste momento, eu sou o presidente. O presidente (Chávez) não está presente. Então, eu estou no controle". E acrescentou: "Não posso sair às ruas porque minha vida corre perigo".

Às 13 horas, Cabello ficou sabendo que soldados legalistas haviam retomado o Palácio de Miraflores, no entanto fora instado a esperar antes de comparecer à sede do governo. Os soldados queriam estar certos de que os golpistas não lançariam um contra-ataque. No final da tarde, a situação parecia estar sob controle. Cabello tinha de chegar a Caracas vindo do Estado costeiro de Vargas, mas a estrada encontrava-se bloqueada devido a barreiras formadas por caminhões, lixo e pedaços de pau deixados ali por chavistas em fúria que exigiam o retorno do presidente. Cabello e outra autoridade do governo tiveram de caminhar, correr e trocar de carro, a fim de ultrapassar as barricadas. Quando perceberam quem ele era, algumas pessoas passaram a correr atrás dele para dar-lhe proteção.

No momento em que o vice-presidente chegou a Caracas, grupos de pessoas saqueavam lojas em meio a uma onda de indignação alimentada pelo desaparecimento de Chávez. Tiros cortavam o ar. Carros ardiavam em chamas nas ruas. Cabello precisou mudar de rota. Os guardas em Miraflores disseram que o encontrariam em um mercado localizado no começo da avenida Baralt. Eles apareceram em uma ambulância cujas sirenes soavam,

vestiram um colete à prova de balas em Cabello e jogaram-no no assoalho do veículo.

Então, alguns dos guardas colocaram-se sobre ele para dar-lhe uma proteção adicional.

Quando Cabello atingiu Miraflores, por volta das 21 horas, os ministros e outros aliados gritaram de alegria. Alguns deles choravam. No Forte Tiuna, Carmona escrevia sua renúncia ao cargo de presidente. Às 22 horas, mais ou menos, o empresário leu a declaração em uma estação de rádio. Poucos minutos mais tarde, Cabello fez o juramento de posse no palácio. Do outro lado da cidade, soldados legalistas ajudaram funcionários do Canal 8 a recolocar no ar a estação de televisão pública, que voltava lentamente a emitir. O congressista Juan Barreto entrou na programação para declarar: "o tirano foi deposto".

Em Maracay, iniciara-se um plano para resgatar Chávez. Na tarde de sábado, Baduel e outros oficiais legalistas ficaram sabendo que os rebeldes mantinham Chávez em La Orchila. Então, prepararam uma missão para trazê-lo de volta ao continente, missão chamada de Operação Resgate da Dignidade Nacional. Três helicópteros com comandos de elite, acompanhados de um médico e de um advogado das Forças Armadas, partiram por volta da meia-noite. Eles receberam a informação de que um avião com marcações dos Estados Unidos estava pousado na pequena ilha. O general Alí Uzcátegui Duque, que liderou a missão, temia que os rebeldes colocassem Chávez na aeronave, levantassem vôo e depois a explodissem ou derrubassem o aparelho – alegando então que o presidente morrera em um acidente. Os legalistas corriam contra o relógio. E também estavam preparados para um eventual combate – eles não sabiam o que esperar na ilha.

Os helicópteros, no entanto, pousaram sem incidentes e, para surpresa de todos, uma das primeiras pessoas que viram foi um padre: o cardeal José Ignacio Velasco. O arcebispo de Caracas havia viajado até La Orchila em uma última tentativa de convencer Chávez a assinar seu pedido de renúncia. Um outro líder golpista o acompanhava, coronel Julio Rodríguez Salas. Chávez passou várias horas na ilha com o arcebispo. Segundo relato do presidente, eles se sentaram lado a lado em uma praia, rezaram, olharam as estrelas e até seguraram a mão um do outro durante algum tempo. Chávez pediu para receber a absolvição e falou sobre a necessidade de todos os setores da sociedade trabalharem juntos. Ele não fazia idéia de que uma equipe de resgate estava a caminho.

Quando Uzcátegui e os outros chegaram, Chávez ficou bastante surpreso. Eles se abraçaram e muitos dos membros da equipe de resgate choraram. O médico examinou Chávez, a fim de garantir que o presidente não estava ferido. O advogado leu um comunicado preparado anteriormente, no qual se declarava que Chávez era novamente o presidente oficial do país. Os helicópteros, então, partiram rumo a Caracas. Chávez pouco falou durante a viagem. Ele estava exausto. Sua cabeça girava em alta velocidade. O presidente necessitava de tempo para pensar.

Ao ingressar no espaço aéreo de Caracas, Chávez viu colunas de fumaça subindo de Catia e de outros *barrios*. Perguntou o que estava acontecendo. Ele se preocupava com a possibilidade de a cidade estar mergulhando em uma onda de instabilidade, como ocorrera com Bogotá em 1948, quando o líder popular Jorge Gaitán foi assassinado, detonando uma série de distúrbios sangrentos os quais levaram ao início de uma guerra civil, ainda em andamento.

Em Caracas, milhares de enfurecidos simpatizantes de Chávez saqueavam lojas, algumas das quais eram incendiadas.

A multidão permaneceu do lado de fora do Palácio de Miraflores durante a noite toda, à espera de Chávez. Notícias começaram a correr sobre o fato de Chávez estar em La Orchila e de que regressaria em breve. Quando uma luz apareceu no céu ainda escuro, a multidão explodiu de alegria. E quando

o helicóptero pairou no ar e suas luzes atravessaram a névoa, o que se viu foi uma cena surreal, evocando um *show* do Pink Floyd. A multidão gritava: "Ele voltou! Ele voltou!". As pessoas se abraçavam, choravam e dançavam. A aeronave tocou o solo às 2h45. Chávez deixou-a usando um casaco azul e tênis brancos. Ele parecia cansado, mas extremamente feliz. Um grupo de soldados e aliados juntou-se ao seu redor, enquanto ele caminhava do heliponto e descia um lance de escadas rumo ao terreno do palácio, agora tomado por simpatizantes. Ele sorriu alegremente e levantou o punho esquerdo no ar. A multidão foi à loucura. Eles gritavam, cantavam, rezavam. Alguns desmaiaram. O clima era delirante. Era como se Chávez tivesse se levantado dos mortos. "Jesus levantou-se no terceiro dia e Chávez levantou-se no segundo", observou um morador de Caracas. "Eles acharam que poderiam matá-lo, mas não conseguiram."

Uma hora depois de ter pousado, Chávez realizou, dentro do palácio, um pronunciamento transmitido para todo o país. A Venezuela havia tido três presidentes em dois dias. Durante 72 horas, milhões de pessoas ficaram sem saber o paradeiro de Chávez ou mesmo se estava vivo ou morto. "A Deus o que é de Deus, a César o que é de César e ao povo o que é do povo", foram suas primeiras palavras. Chávez continuava surpreso com o

desenrolar dos fatos e ainda tentava assimilar tudo aquilo. Estava abalado, mas confiante. “Eu tinha certeza, certeza absoluta, de que regressaríamos”, afirmou Chávez. “Eu apenas não imaginei que isso aconteceria tão rapidamente.”

22. Depois do Golpe



Horas depois de Chávez ter regressado ao poder, os Estados Unidos começaram a admoestá-lo. No programa jornalístico da NBC, *Meet the Press*, transmitido em período matutino, a conselheira nacional para área de segurança do país, Condoleezza Rice, deu um aviso sobre o respeito às normas democráticas. Notavelmente, o aviso tinha por alvo Chávez, e não Carmona. “Esperamos que Hugo Chávez compreenda a mensagem que seu povo lhe enviou, a mensagem de que suas políticas não estão funcionando para o povo venezuelano”, disse Rice. “Ele precisa respeitar os processos constitucionais. [...] Esperamos que Chávez reconheça o fato de o mundo todo estar a observá-lo e que se aproveite dessa oportunidade para colocar na rota certa seu navio, o qual tem se deslocado, francamente, na direção errada há bastante tempo.”

Ari Fleischer, porta-voz da Casa Branca, seguiu o exemplo dando outras declarações de teor semelhante. “O povo da Venezuela enviou ao presidente Chávez a mensagem clara de que

eles desejam tanto a democracia quanto as reformas”, afirmou. “O governo Chávez tem a chance de responder a essa mensagem corrigindo seu rumo e governando de forma totalmente democrática.” O presidente Bush somou sua voz ao coro, quatro dias depois, criticando Chávez por interferir com a “imprensa livre” da Venezuela, interrompendo as transmissões televisivas sobre a onda de violência de 11 de abril. “Quando as coisas esquentaram na Venezuela, ele calou os meios de comunicação”, disse Bush. “Sempre acreditei na liberdade de imprensa. Não me importa o quão duras sejam as questões ou, o que resulta no mesmo, como eles editam suas histórias noticiosas. Porque eu respeito os meios de comunicação, e o mesmo deveria ser feito pelo presidente Chávez.”

Os Estados Unidos por muito pouco não se isolaram completamente dentro da comunidade internacional ao apoiarem o golpe, de forma quase ostensiva. Ainda assim, Chávez inicialmente tomou cuidado ao acusar o país de envolvimento com a sua deposição. Em um pronunciamento nacional realizado no dia 15 de abril, uma segunda-feira, o presidente venezuelano pareceu dar aos Estados Unidos o benefício da dúvida em relação às várias acusações de que ele teria dado ordens para os assassinatos cometidos perto do Palácio de Miraflores, o que teria selado sua própria queda. “Acho que eles foram vítimas de informações errôneas”, afirmou. Dentro de um mês, sua postura mudou. Então, ao jornal *The Washington Post*, Chávez disse que começavam a aparecer “detalhes preocupantes” sobre a participação de uma mão estrangeira no golpe. Os detalhes consistiam basicamente em leituras de radar apontando a presença de navios, aviões e helicópteros norte-americanos próximos ou já sobrevoando o

território venezuelano durante o *putsch*. À medida que o tempo transcorreu e as relações deterioraram-se, Chávez passou a acusar os Estados Unidos abertamente de terem dado ajuda aos esforços para derrubá-lo. O governo norteamericano rejeitou as acusações, afirmando que seus veículos militares estavam na costa venezuelana para a realização de exercícios de rotina.

O tropeço público dos Estados Unidos em relação à deposição de Chávez provocou uma onda de crítica que se espalhou por um continente ainda traumatizado com a intervenção norte-americana. Muitos analistas culpavam duas das figuras do escândalo Irã-Contras pelo fracasso político: Otto Reich e Elliot Abrams, chefe para Democracia, Direitos Humanos e Organizações Internacionais dentro do Conselho Nacional de Segurança. O senador do Partido Democrata Christopher Dodd, de Connecticut, brincou que Reich carecia de um “maior controle da parte dos adultos”.

Reich contra-atacou, afirmando que o governo não tinha nada do que se lamentar. “Pedir desculpas por que razão?”, perguntou. As declarações do governo sobre a renúncia de Chávez e sobre o presidente venezuelano ter ordenado o assassinato dos manifestantes “refletiam as melhores informações das quais dispúnhamos à época”. A pedido de Dodd, o Departamento de Estado realizou uma investigação interna sobre as ações do governo norte-americano e do National Endowment for Democracy relacionadas com o golpe. Descobriu-se que, apesar de o NED, o Departamento de Defesa e outras agências norte-americanas terem dado apoio a organizações e indivíduos envolvidos na deposição, não havia provas para dar sustentação à tese de que “contribuíram diretamente para ou pretenderam contribuir para” a realização do *putsch*.

Se o Departamento de Estado conseguiu livrar-se das acusações de ter agido ilegalmente, não o fez sem sofrer baixas. No final de novembro, Reich viu-se forçado a deixar o cargo de principal autoridade dos Estados Unidos para América Latina. Em uma repentina dança das cadeiras, ele tornou-se conselheiro especial para assuntos latino-americanos de Colin Powell, secretário de Estado norte-americano. Reich precisou deixar o espaçoso gabinete que ocupava no sexto andar do Departamento de Estado.

De volta a abril, menos de uma semana depois do golpe, o jornal *The New York Times* revelou a história de que os Estados Unidos injetavam centenas de milhares de dólares na Venezuela por meio do National Endowment for Democracy. O diário informou ainda que, no ano anterior ao golpe, o NED quase quadruplicara seus gastos na Venezuela, para 877 mil dólares. Parte do dinheiro chegou às mãos da CTV, de Carlos Ortega, a organização trabalhista cujos protestos contribuíram para a deposição de Chávez.

Depois de o artigo do *Times* ter sido publicado, a advogada Eva Golinger, de Long Island, e o repórter investigativo de Washington, Jeremy Bigwood, serviram-se da Lei de Liberdade de Informação para obter milhares de documentos detalhando o trabalho do NED, da Usaid e de outras agências norteamericanas na Venezuela. Os documentos revelaram que grande parte do dinheiro do NED caíra no bolso de grupos da oposição, entre os quais alguns cujos líderes deram apoio ao golpe ou foram nomeados ministros no gabinete de governo de Carmona. No período que se seguiu ao *putsch*, o Departamento de Estado ainda concedeu 1 milhão de dólares ao NED para somar-se a seu Orçamento regular destinado à Venezuela.

Em agosto de 2002, a Usaid abriu um Escritório de Iniciativas de Transição (OTI) em Caracas. O nome em si sugere que o país latino-americano precisava de uma transição para um novo governo e que os Estados Unidos estavam dispostos a “ajudar” nesse processo. O anúncio feito pela Usaid sobre uma oferta de emprego na unidade do OTI em Caracas apareceu no mesmo mês em que os golpistas declararam sobre o presidente da Venezuela: “vem seqüestrando lentamente a máquina do governo e criando estruturas governamentais paralelas e não-democráticas. [...] Chávez deu mostras de crescente desconsideração pelas instituições democráticas e de intolerância em relação a divergências”.

Segundo o relato da própria Usaid, os OTIs deviam funcionar como iniciativas de dois anos mantidas em zonas sujeitas a conflitos. Mas, estranhamente, quatro anos mais tarde, o OTI da Venezuela continuava em operação. Uma investigação realizada pela Associated Press e por outros veículos de comunicação revelou que a Usaid injetava no país latino-americano mais dinheiro do que o NED – cerca de 26 milhões de dólares entre 2002 e 2006, dinheiro esse controlado pelo OTI. A Usaid recusou-se a revelar com o que gastava o dinheiro dos contribuintes norte-americanos. O órgão omitiu vários nomes dos documentos divulgados por meio dos pedidos feitos com base na Lei de Liberdade de Informação.

Enquanto os Estados Unidos saíam do golpe com sua reputação abalada na América Latina, Chávez retornava mais forte em vários sentidos. Algumas pesquisas diziam que seus índices de popularidade haviam dado um salto imediato de dez pontos percentuais. Para os simpatizantes do presidente, a sobrevivência e

o regresso dele ao poder ganharam proporções míticas. A história parecia ter saído de Hollywood.

Chávez adotou uma postura conciliadora depois do golpe. Diminuiu a voltagem de seus discursos, anunciou a criação de uma “mesa nacional de discussões” para dialogar com os líderes da oposição e colocou alguns dos membros mais polêmicos de seu gabinete de governo em outros cargos. No comando da pdvsa, o presidente substituiu Gaston Parra por Alí Rodríguez e recolocou em suas posições vários dos membros do conselho administrativo que demitira da estatal.

Apesar de alguns oficiais das Forças Armadas terem sido detidos, a maior parte deles acabou libertada. Poucos ficaram um período significativo atrás das grades. Carmona foi colocado em prisão domiciliar, mas fugiu de seu luxuoso apartamento no final de maio e buscou abrigo na Embaixada da Colômbia, onde pediu asilo político. A Colômbia concedeu-lhe asilo e a Venezuela permitiu que o empresário voasse para fora do país no dia 29 de maio, embora Carmona fosse um homem procurado.

O contra-almirante Carlos Molina Tamayo acabou pedindo asilo político em El Salvador, país aliado dos Estados Unidos e o único da América Latina a reconhecer o regime de Carmona. Outros supostos participantes do golpe viajaram para o território norte-americano: Isaac Pérez Recao, um conhecido comerciante de armas, herdeiro de uma fortuna oriunda do petróleo, e que teria planejado o golpe ao lado de Carmona, fugiu para o sul da Flórida, segundo meios de comunicação. Sua família possuía várias casas em Key Biscayne, entre as quais uma mansão à beira-mar no valor de 2,4 milhões de dólares, onde Pérez Recao estaria vivendo junto com sua mulher.

Oficiais militares de quatro estrelas, entre os quais o general Efraín Vázquez Velasco e o vice-almirante Héctor Ramírez Pérez, receberam acusações formais devido a sua participação no golpe. Contudo, no dia 14 de agosto, a Suprema Corte descartou as acusações por 11 votos contra oito, por falta de provas. Chávez acusou a Corte de ceder à influência da oposição e de negar a ocorrência do golpe, mas aceitou a sentença. “Essa é uma decisão totalmente absurda”, afirmou. “Mas se trata de uma decisão. [...] Temos de engoli-la como se fosse um peixe cheio de espinhas.” O presidente disse que o nome dos magistrados ficaria “manchado pelos próximos 5 mil anos”.

Uma autoridade que acabou ficando quatro meses atrás das grades foi Henrique Capriles Radonski, o prefeito de Baruta, que aparecera na Embaixada cubana no dia do ataque realizado por civis. A prisão dele, em 2004, tornou-o uma causa célebre para a oposição e para grande parte dos meios de comunicações estrangeiros. Argumentava-se que Capriles seria um prisioneiro político e que teria ido à Embaixada para tentar acalmar a multidão. No entanto, na opinião do governo, o prefeito não fizera nada para impedir o ataque, mesmo sendo a autoridade municipal mais importante à época e o encarregado de zelar pela ordem pública.

O caso de Capriles revelava-se excepcional. A maior parte dos líderes e militares da oposição envolvidos com o golpe saiu livre – o que muitos opositoristas interpretaram como um sinal de fraqueza da parte do governo. Os supostos golpistas caminhavam livremente pelas ruas, entrando no e saindo do Forte Tiuna à vontade, e ainda criticando o presidente.

Havia ostensivamente um clima belicoso. “Os líderes da oposição torcem abertamente pela morte de Chávez”, escreveu um jornalista em julho. Um repórter de *Los Angeles Times* que tinha passado uma semana entrevistando moradores da Venezuela escreveu que os opositores usaram “as seguintes palavras para descrever Chávez: Hitler, assassino, psicopata, terrorista, messiânico, stalinista, comunista, fascista, autoritário, caipira e vários outros epítetos inadequados para a leitura matinal”. Um historiador de renome assinou um artigo de primeira página com o seguinte título: “Não há problema em matar um líder que não segue as leis”.

Chávez levou as ameaças a sério. Conhecido por jogar-se no meio de multidões que o celebravam, ele cancelou grande parte de suas aparições em público durante meses e passou a manter sua agenda em segredo até o último minuto. Quando saía, usava um colete a prova de balas debaixo de suas roupas. No final de junho, depois de órgãos da inteligência terem revelado informações sobre um eventual ataque aéreo, o presidente mandou instalar uma bateria de mísseis terra-ar ao redor de Miraflores.

O ódio da elite em relação a Chávez alimentava-se de uma variedade de fatores, entre os quais frustração, paranóia, preconceito de classe e um temor de ser preterido no projeto chavista. Tudo isso se reforçava pelo ataque ininterrupto e cáustico das peças de propaganda anti-Chávez nas emissoras, responsáveis por realizar uma lavagem cerebral em parte da população e incentivar algo semelhante a uma histeria coletiva.

Chávez não era um político diplomático e costumava investir ferozmente contra seus adversários, os quais comparava a inimigos de guerra. Ele os insultava pública e abertamente, depreciando-os,

humilhando-os e retratando-os como uma escória sem valor. Do seu lado, as elites não podiam aceitar que um caipira rude como Chávez, um tipo que estavam acostumados a ver vestido com um *smoking* para servi-los em seus clubes, fosse agora o dirigente de todos. E de um ponto de vista genérico, o programa político dele e seus planos de redistribuir a renda auferida com o petróleo representavam uma ameaça aos interesses dessa elite.

No final, alguns chegaram à conclusão de que o ódio visceral da elite em relação a Chávez advinha de dois elementos básicos: racismo e perda de poder. Apesar de as classes endinheiradas do país negarem isso, o racismo prosseguia recrudescendo dentro da Venezuela. Conforme observou Charles Hardy, ex-missionário católico e durante muitos anos morador do país latinoamericano, “há séculos existe preconceito na Venezuela, mas ninguém fala a esse respeito. Se falam, é para negar a existência dele. Não há nenhum comentarista negro famoso nas emissoras venezuelanas. Nunca houve uma *miss* Venezuela negra. Os grandes comerciais de cerveja apresentam loiras seminuas”.

Chávez era o primeiro dirigente de pele morena da Venezuela. E seus simpatizantes, em grande medida, também compartilhavam com o líder o tom de pele.

A ascensão de Chávez significava que pela primeira vez na história do país a maioria empobrecida e de pele morena subia ao poder. Após décadas, ou mesmo séculos, dirigindo o país como sua fazenda particular, as elites vi-ram seu controle sobre o sistema de governo corrupto e injusto desvanecer-se repentinamente. Desde que tomou posse, Chávez mostrou – para a surpresa de muitos da elite, que esperavam selar um acordo com ele – que não participaria do típico jogo populista e que viera para realmente

abalar o sistema. As classes ricas recorreram a todos os subterfúgios disponíveis para se livrarem dele e, quando fracassaram, a frustração e a causticidade aumentaram. Nas palavras de Hardy: “Uma antiga e maligna forma de vida está morrendo, e os que se aproveitaram dela de forma tão abundante lutam contra sua morte até o fim”.

Hardy comparou as elites a uma pessoa que sofre de uma doença terminal e que passa pelas quatro fases de negação da verdade: fúria, barganha, depressão e aceitação. O detalhe é que as classes ricas davam poucos sinais de estarem se aproximando da fase de serena aceitação .

Muitos dos fatos relativos ao episódio que levou o conflito às vias de fato o golpe de 11 a 14 de abril – continuaram envoltos em mistério. Nenhuma investigação séria realizou-se sobre os assassinatos ou o plano de deposição. Quatro dos chavistas que dispararam da ponte Llaguno foram detidos e mantidos presos por um ano, mas acabaram absolvidos. O juiz do caso afirmou não haver provas de que tivessem matado qualquer um dos manifestantes. Em 2006, promotores acusaram e enviaram a julgamento vários dos dirigentes da Polícia Metropolitana cujos integrantes supostamente mataram alguns dos chavistas. O julgamento continuou a ser realizado em 2007.

Apesar de Chávez ter sobrevivido ao golpe, seu casamento não conseguiu realizar a mesma façanha. As tensões resultantes do conflito político, somadas a outros conflitos advindos do relacionamento, tornaram-se um peso excessivo para a esposa, Marisabel. No começo de junho, o casal se divorciou. Ela citou como motivo principal do rompimento “as diferenças de personalidade”, mas acrescentou que ela e seus filhos se viram obrigados a

abandonar a mansão presidencial por três vezes devido a distúrbios políticos. “Isso não é vida”, dis-se. O casamento deles durara cinco anos.

Chávez estava novamente sozinho, e mais problemas desenhavam-se no horizonte.

23. A Greve do Petróleo



No começo da década de 1970, quando os Estados Unidos tentavam derrubar o presidente Salvador Allende, Richard Nixon deu ordens à CIA para “fazer a economia agonizar” no Chile. A idéia partia do pressuposto de que, fomentando o caos econômico e tornando o país “ingovernável”, Allende seria obrigado a deixar seu cargo – ou por meio dos votos ou por meio de um golpe militar. Na Venezuela, após o malogro do *putsch* de abril, a oposição adotou a mesma estratégia. Lançou um ataque contra a linha de suprimento da economia do país: a indústria do petróleo.

No dia 21 de outubro de 2002, uma segunda-feira, os líderes da oposição convocaram uma outra greve nacional – a terceira em menos de um ano. Fábricas, lojas e *shopping centers* de todo o país fecharam as portas, fazendo com que o tráfego normalmente caótico de Caracas se reduzisse a quase nada. As empresas aéreas cancelaram vários vôos domésticos devido à falta de passageiros. A maior parte dos jornais deixou de circular. As redes de televisão

suspenderam a programação usual para transmitir uma cobertura ininterrupta da paralisação. Mais do que fornecer informações a respeito, os canais de televisão promoviam-na.

A greve possuía um objetivo claro: fazer com que Chávez deixasse a Presidência. A oposição sugeriu três saídas possíveis. Ele poderia renunciar, poderia concordar com a convocação de eleições antecipadas ou ainda permitir a realização de um referendo sem força de lei a respeito de seu governo. Os opositores acreditavam que, caso perdesse o plebiscito, Chávez acabaria convencendo-se a renunciar. O presidente não acatou nenhuma das três opções. Argumentou que a Constituição permitia a convocação de um referendo cujo resultado teria poder de lei, mas que deveria ser realizado na metade do seu mandato, em agosto próximo. Essa alternativa não era aceitável para a oposição. Chávez tinha de sair. Imediatamente.

A greve de um dia, que não afetou o setor petrolífero, mal tinha acabado quando um novo protesto se iniciou. No dia seguinte, 14 oficiais dissidentes das Forças Armadas ocuparam uma praça no bairro chique de Altamira, declarando-a "Território Libertado", e convocaram o início de uma rebelião contra Chávez. Eles argumentavam que não tentavam provocar um golpe, mas apenas se valiam do artigo 350 da Constituição, segundo o qual os cidadãos poderiam rebelar-se contra um governo considerado não democrático. Muitos dos oficiais haviam ajudado a liderar a revolta de abril e tinham sido cassados por Chávez. À frente deles estava o general Enrique Medina, o ex-adido militar da Embaixada da Venezuela em Washington.

Medina e os outros militares rebeldes presentes na praça Altamira transformaram-se, instantaneamente, em heróis da

oposição. Na tarde seguinte, vários milhares de pessoas lotaram a praça depois do trabalho. Mais oficiais compareceram ao local, também. Na sexta-feira, dia 25 de outubro, um total de cem havia aderido ao protesto. A Fedecámaras, câmara de comércio, antes liderada por Pedro Carmona, anunciou seu apoio aos militares rebeldes. Mesma atitude adotada pelo sindicato de Carlos Ortega, a CTV. Os três maiores partidos de oposição da Venezuela – a Ação Democrática, o Primera Justicia e o Copei – endossaram igualmente a ação dos dissidentes das Forças Armadas.

A praça tornou-se um símbolo ininterrupto da resistência a Chávez. As pessoas armavam barracas e ficavam ali durante a noite. Uma faixa declarava: estamos em território libertado. Um imenso balão exibia a frase de sabor orwelliano: isto não é um golpe. Um grande cronômetro digital marcava

o tempo de ocupação, segundos incluídos. Os organizadores do movimento montaram um palanque, que os dissidentes militares usaram para proferir discursos. Entre um pronunciamento e outro, animadoras de torcida e dançarinos de música popular mantinham a multidão entretida. O ambiente parecia com o de um festival de estudantes do ensino médio.

As pessoas tratavam os oficiais como estrelas de *rock*. Mulheres de meiaidade amontoavam-se na boca do palanque e atiravam-lhes beijos. Outras gritavam em delírio. “Estivemos, no último mês, aqui, assistindo ao golpe mais divertido do mundo”, comentou o vice-almirante Daniel Comisso Urdaneta, um dos quatro oficiais absolvidos pela Suprema Corte em agosto, quando o órgão descartou as acusações de golpe.

Os militares dissidentes acusavam Chávez de transformar o país em uma ditadura ao estilo cubano. Essa, porém, era uma ditadura estranha. Os rebeldes militares que depuseram um presidente democraticamente eleito continuavam perambulando pelas ruas, em liberdade, usando seus uniformes e defendendo abertamente a realização de um levante contra o líder venezuelano. Para Fidel Castro, Chávez era maluco. “Em qual país poderia haver um golpe e, então, todos os responsáveis se encontrariam em uma praça para passar 50 dias promovendo agitações por meio das redes de televisão, propondo um outro golpe?”, ele disse. “Em nenhum país do mundo.”

O general Medina, que apareceu na praça ainda exibindo seu bastão de general, acreditava que os dissidentes contavam com “bastante apoio nos quartéis neste momento. Os Estados Unidos agora parecem dispostos a compreender a seriedade da crise neste país, que um sujeito excêntrico e maluco está governando”.

Mas Medina se enganara. Os dissidentes não contavam com uma grande montante de apoio nos quartéis. Depois do golpe, Chávez limpou as Forças Armadas de muitos de seus inimigos. O presidente, de outro lado, enfrentava a manifestação da praça com habilidade. Ele a ignorou. O movimento continuou por algumas semanas, no entanto, acabou perdendo adesão. E, no final, atraía apenas um punhado de senhoras de idade acompanhadas de seus cães.

Depois de a ocupação da praça Altamira ter fracassado em sua tentativa de tirar Chávez do poder, a oposição passou para o plano seguinte: uma outra greve. Aquela que se transformaria na contestação mais séria ao governo de Chávez desde o golpe. Tudo começou em uma segunda-feira, dia 2 de dezembro, com

resultados dúbios. Apesar de a maior parte das lojas do leste de Caracas, uma área rica, ter fechado suas portas, muitas ruas no centro e da região oeste da cidade continuavam lotadas de pedestres, e muitos estabelecimentos funcionaram. No imenso *barrio* de Catia, a vida parecia transcorrer normalmente. Muitos proprietários de estabelecimentos comerciais davam apoio a Chávez e não desejavam arriscar seu meio de sustento em nome das políticas de outra pessoa.

No dia seguinte, a paralisação perdeu força em algumas regiões. Chávez declarou: "esta greve, como todas as outras, possui um objetivo dissimulado: realizar uma outra tentativa de golpe". O presidente insistia que os manifestantes não "paralisariam" o fundamental setor petrolífero. Eles, porém, já tentavam fazê-lo. Usando pequenos barcos, grevistas tentaram fechar um canal de navegação do lago Maracaibo utilizado por navios-tanque para exportar 1 milhão de barris de petróleo por dia. A Marinha afastou os grevistas. Os funcionários da administração da pdvsa e seus executivos também aderiram à greve e começaram a tentar interromper as atividades da estatal, não obstante vários operários terem continuado a trabalhar. Em Caracas, manifestantes reunidos do lado de fora do escritório da empresa entraram em choque com integrantes da Guarda Nacional, que disparou bombas de gás lacrimogêneo para dispersá-los. O conflito ajudou a injetar ânimo nos protestos anti-Chávez.

Em meio aos embates, o Conselho Eleitoral Nacional apresentou o que poderia ter servido de solução para o conflito. Decidiu, por quatro votos contra um, realizar um referendo sem força de lei no dia 2 de fevereiro, perguntando aos venezuelanos se Chávez deveria ou não continuar no cargo de presidente. Os líderes

da oposição resolveram continuar com a greve, custasse o que custasse. Contra o desejo de Chávez, o conselho aprovava um dos caminhos sugeridos pela oposição para colocar fim à paralisação. Os líderes dela, no entanto, optaram por ignorar essa via.

Na quarta-feira, a greve pareceu perder outro tanto de força, já que um número ainda maior de lojas funcionou. Mas milhares de manifestantes realizaram uma passeata através de Caracas, até o luxuoso Hotel Meliá, onde entregaram uma carta a César Gaviria, pedindo a realização de novas eleições. O ex-presidente colombiano liderava uma delegação da Organização dos Estados Americanos encarregada de tentar negociar o fim do conflito.

Naquela noite, o capitão de um enorme navio-tanque chamado *Pilín León* (em homenagem a uma rainha da beleza venezuelana) pegou o país de surpresa. Aparecendo na TV, ele anunciou sua adesão à greve. O capitão ancorou o navio, com a altura de um prédio de oito andares, e seus 280 mil barris de gasolina refinada no meio do lago Maracaibo e recusou-se a sair dali. “Este governo está nos empurrando para uma situação semelhante à de Cuba”, afirmou o capitão, Daniel Alfaro. O resto da frota de 13 navios da pdvsa rapidamente seguiu o exemplo, lançando âncora no mar ou recusando-se a sair dos portos. Dentro de poucos dias, outros 24 navios-tanque com bandeira de outros países aderiram ao movimento.

Somada à greve dos executivos da estatal, a paralisação das atividades dos navios ameaçava congelar a indústria petrolífera da Venezuela. Se isso ocorresse, seria difícil para qualquer presidente venezuelano sobreviver. O petróleo respondia por um terço dos 100 bilhões de dólares do Produto Interno Bruto do país, por metade das receitas do governo e por 70% das exportações da Venezuela.

Além disso, se os postos de gasolina secassem, o setor de transporte poderia ficar paralisado, provocando carência de produtos alimentícios. Sem comida, a população faminta se levantaria para derrubar qualquer governo – bolivariano ou não.

Dentro do Palácio de Miraflores, Chávez reunia-se com seus ministros e procurava uma solução para a crise. O governo fora pego de surpresa quando o capitão ancorou seu navio – ninguém antecipara aquilo. Chávez descreveu a greve do capitão do *Pilín León* como um “ato de pirataria” e avisou que lançaria mão dos militares caso a tripulação não regressasse ao trabalho. “Isso é como se o médico que deveria cuidar do seu coração de repente começasse a tentar impedi-lo de bater”, afirmou.

Alfaro e os outros capitães tornaram-se, assim, os mais recentes heróis instantâneos da oposição. Centenas de simpatizantes reuniram-se na linha costeira do lago Maracaibo, com o *Pilín León* ao alcance da vista. Outros circulavam ao redor da embarcação com iates, barcos a motor, canoas e até caiaques para “protegê-lo”, caso soldados tentassem invadi-lo. A própria León, *Miss Mundo* de 1981, que agora estava na casa dos 40, acabou comparecendo ao lago Maracaibo para dar apoio aos grevistas. O navio virou um emblema da resistência oposicionista a Chávez. Muitos dos imensos navios-tanque da Venezuela tinham nomes que homenageavam algumas das badaladas rainhas da beleza do país, entre as quais as vencedoras do *Miss Universo* ou do *Miss Mundo*: Susana Duijm, Barbara Palacios e Maritza Sayalero.

Dois dias depois de Alfaro ter ancorado seu navio no lago Maracaibo, um outro acontecimento revoltante deu forças aos opositores de Chávez. Por volta das 19h15, na sexta-feira, minutos depois de Carlos Ortega e o novo líder da Fedecámaras, Carlos

Fernández, terem anunciado na TV, em seu comunicado noturno, que prorrogariam a greve mais uma vez, um atirador abriu fogo contra a multidão reunida na praça Altamira. Ele matou três pessoas, entre as quais uma garota de 18 anos que acabara de concluir o ensino médio, e feriu 28, enquanto os manifestantes se deitavam no chão e os dissidentes militares reunidos no palanque sacavam suas armas.

A oposição não perdeu tempo em acusar Chávez pelo derramamento de sangue, apesar de não haver provas disso. No final, descobriu-se que o atirador era um motorista de táxi louco, de nacionalidade portuguesa, chamado João de Gouveia, que confessou ter realizado os disparos e que nem mesmo tentou fugir da cena do crime. Os assassinatos, no entanto, fortaleceram e radicalizaram o movimento oposicionista. Seus líderes prorrogaram a greve por tempo indeterminado, declararam três dias de luto e disseram que a única solução ao impasse agora seria a renúncia imediata de Chávez.

A greve logo conseguiu provocar grandes estragos no setor petrolífero. Na segunda-feira, 9 de dezembro, o presidente da pdvsa, Alí Rodríguez, entrou no ar em cadeia nacional de televisão para anunciar que o setor enfrentava uma situação delicada. "Vemo-nos ameaçados por um desastre nacional", afirmou. As duas maiores refinarias do país, a Paraguana e a El Palito, estavam paralisadas. Rodríguez advertiu que o país logo enfrentaria falta de gasolina e de eletricidade.

O pânico instalava-se. As pessoas correram aos supermercados para estocar comida e água. Motoristas tinham de aguardar até quatro horas em alguns postos para conseguir gasolina. As filas chegavam a atingir 1,5 quilômetro. Mais tarde, tornou-se comum

esperar durante 24 horas ou mais, e as filas cresceram para 5 quilômetros. Em vários pontos do país, começou a faltar água potável e dinheiro nos caixas eletrônicos. As empresas aéreas cancelaram dezenas de vôos domésticos. Os bancos em greve reduziram seu horário de atendimento a três horas por dia. Oito dos vinte juízes da Suprema Corte aderiram à paralisação, passando a tratar apenas dos casos urgentes. O país atravessava o auge da temporada de compras do Natal e, ainda assim, as lojas e as empresas permaneciam fechadas. O Coordenador Democrático, órgão no qual se agrupara a oposição, "cancelou" o Natal. A entidade instruiu os opositores de Chávez para que realizassem um sacrifício agora para conseguirem uma "vitória final" mais tarde; e adotou o seguinte slogan: "2002 sem Natal, 2003 sem Chávez".

As passeatas de protesto tornaram-se quase diárias, algumas vezes atraindo centenas de milhares de pessoas. Todas as noites, às 20 horas, simpatizantes da oposição abriam suas janelas e batiam panelas para exigir a renúncia do presidente. Até mesmo Marisabel, a ex-mulher de Chávez, começou a criticá-lo. "Presidente, por favor, em nome da sua filha, em nome da sua família, em nome do país, dê ouvidos ao povo", disse a mulher em uma entrevista a um canal de televisão, com Rosinés, a filha dos dois, sentada ao seu lado. Marisabel repetia as críticas segundo as quais Chávez era arrogante demais e convencido demais para aceitar o conselho de terceiros e ceder em alguns pontos.

As redes de televisão transmitiam os protestos e as atividades da greve quase sem interrupção. Os canais cancelaram a exibição usual dos comerciais e passaram a mostrar anúncios pró-greve e anti-Chávez de forma ininterrupta. Os programas de entrevista convidavam apenas partidários da oposição. Mesmo os âncoras de

programas jornalísticos atacavam Chávez. Todas as noites, as emissoras transmitiam os boletins diários de Ortega e Fernández com informações desconexas e de teor triunfante. O presidente da Venevisión, de propriedade de Gustavo Cisneros, reconheceu abertamente que o canal torcia pela queda de Chávez. “Estamos unidos com os grevistas”, afirmou Victor Ferreres.

Em vista do congelamento quase total do setor petrolífero, analistas de começaram a dizer que Chávez deparava-se com “uma situação praticamente insustentável”, relatou *The New York Times*. Poucos acreditavam que o presidente sobreviveria. A Venezuela passou a descumprir seus compromissos internacionais de fornecimento de petróleo, entre os quais os selados com seu principal freguês, os Estados Unidos. Essa era a primeira vez que isso acontecia desde a descoberta do petróleo no país, quase um século antes. Nem mesmo a Segunda Guerra Mundial, o embargo do petróleo pelos árabes nos anos de 1970, os distúrbios do Caracazo nos anos de 1980 ou os golpes de 1992 haviam provocado tal efeito.

A oposição venezuelana estava convencida de que Chávez cairia em uma ou duas semanas após o início da greve. Os executivos da pdvsa, que abandonaram o serviço, deixaram seus escritórios intactos, acreditando que regressariam dentro em breve, em um país não mais governado por Chávez. Eles estavam dispostos a arriscar tudo porque havia muita coisa em jogo. A estatal representava a “galinha dos ovos de ouro”, conforme descreveu um dos ministros chavistas. Controlá-la significava controlar o destino do dinheiro – bilhões de dólares. Durante décadas, a empresa operara como uma entidade independente e quase isenta da supervisão do governo. Seus executivos gozavam

uma vida de alto padrão, viajando para os Estados Unidos e para Europa durante suas férias. Eles ditavam a política da estatal. Muitos esperavam privatizar a empresa, obtendo lucros imensos para si próprios.

Agora, porém, Chávez ameaçava desfazer tudo aquilo. Ele desejava assumir o controle da empresa, canalizar os respectivos recursos para a maioria pobre do país, fechar os chalés nos Andes, vender a frota de jatos, cancelar os planos de privatização e convocar seu próprio pessoal para dirigir a gigante do petróleo. Se isso ocorresse, o acesso das elites à galinha dos ovos de ouro teria chegado ao fim.

Chávez não se renderia facilmente aos grevistas. O governo analisou três cenários possíveis resultantes da paralisação. Havia a possibilidade de negociar com os opositores a realização de uma eleição antecipada – uma alternativa rejeitada pelo governo. Havia a possibilidade de enfrentar um novo golpe – algo a que Chávez estava agora mais atento do que em abril. E, por fim, havia a possibilidade de permitir que a greve simplesmente perdesse força, como ocorrera com a manifestação dos militares rebeldes na praça Altamira. Na opinião de Chávez, essa última era a melhor alternativa. “Vamos enfrentá-los”, disse em uma reunião com autoridades do primeiro escalão do governo. “Temos o apoio do povo, das Forças Armadas e dos trabalhadores” da pdvsa.

A “greve” na estatal parecia-se mais, na verdade, com um locaute da gerência, já que os funcionários de médio e baixo escalão ignoraram a paralisação e continuavam apresentando-se para trabalhar. Os grevistas e seus aliados tentaram impedi-los, cercando as instalações e intimidando-os quando chegavam. Os manifestantes também sabotaram o setor, destruindo fios de

eletricidade, paralisando refinarias, jogando água nos tanques de combustível dos navios e invadindo os computadores da empresa para semear confusão.

A situação mostrava-se desesperadora. O suprimento de gasolina diminuía e os postos desligavam as bombas. Então, Chávez fez algo antes impensável em um país com uma das maiores reservas de petróleo do mundo – importou gasolina. Ele contatou o Brasil, Trinidad e Tobago, o México, a Rússia e outros países para lhes pedir que enviassem o máximo de combustível que pudessem. Quando os alimentos básicos começaram a faltar, teceu uma outra rede informal de suprimento, convencendo a Colômbia, a República Dominicana e outros países a mandarem arroz, farinha, leite, carne etc.

Em relação à pdvsa, adotou uma postura rígida. No dia 12 de dezembro, demitiu quatro executivos – incluindo Juan Fernández – que lideravam a greve. Chávez já demitira esses mesmos e vários outros funcionários da estatal em abril, pouco antes do golpe, mas contratara-os novamente depois da revolta, com a intenção de amainar as tensões. Agora, o presidente decidira realizar uma faxina geral na empresa. Dia após dia, dispensou mais executivos e gerentes grevistas, até que cerca de 300 tivessem partido, no começo de janeiro. Milhares mais teriam o mesmo destino. Analistas do setor e executivos dissidentes da empresa previram que o governo não conseguiria recolocar a empresa em funcionamento ou retomar os níveis normais de produção sem a mão-de-obra especializada que demitira.

Durante grande parte de dezembro, parecia que esses analistas estavam com a razão. A estatal sofrera um golpe devastador. A produção diminuiu para o risível patamar de 150 mil barris por dia –

quase nada quando comparado com o volume normal de 3 milhões de barris diários. As exportações, cuja média rodava em torno de 2,5 milhões de barris diários, caíram para algo perto de zero. A Suprema Corte determinou que os gerentes e executivos da empresa em greve regressassem ao trabalho, mas eles simplesmente ignoraram a ordem. A produção de petróleo, o esteio principal da economia venezuelana, encolheu enormemente. O país sufocava.

Na concepção do governo, o período crítico para derrotar a greve e interromper a sabotagem ocorreria entre os dias 16 e 21 de dezembro. Se não conseguissem realizar avanços até essa data, estariam em apuros. Os governistas então sugeriram uma estratégia, que batizaram de Plano 1.621.

Chávez precisava de gasolina desesperadamente. O *Pilín León* continuava ancorado no lago Maracaibo com quase 45 milhões de litros do combustível em seus reservatórios. O presidente, então, mandou que os militares ocupassem o navio e prendessem o capitão. Forças da Marinha escalaram a lateral da embarcação, usando cordas, e dominaram a tripulação com suas armas. Os marinheiros, porém, recusaram-se a sair, afirmando que estavam protegendo o navio e que não o entregariam a uma tripulação sem experiência. Chávez não conseguia encontrar uma equipe substituta. Ao final, o governo convenceu alguns marujos aposentados, entre os quais o capitão Carlos López, a assumirem a missão.

López e alguns outros subiram a bordo da embarcação no dia 19 de dezembro, protegidos pelos militares, enquanto simpatizantes da oposição navegavam ao redor do *Pilín León* em seus barcos. A nova tripulação passou dois dias trabalhando sem

parar, a fim de preparar o navio-tanque para ser religado. Tratava-se de uma missão perigosa. A embarcação poderia ser descrita como uma gigantesca bomba flutuante. Se algo desse errado – se um motor superaquecesse, se uma fagulha incendiasse um reservatório de gasolina –, poderia ocorrer uma explosão de dimensões cataclísmicas. O navio tinha de passar também sob a enorme ponte Maracaibo antes de chegar ao porto. Se saísse de seu curso, poderia colidir contra os pilares e derrubar a ponte, a mais extensa da América Latina. A fim de complicar os esforços da nova tripulação, os antigos ocupantes da embarcação tinham usado de sabotagem, deixando para trás armadilhas sutis nos computadores e em outros locais, armadilhas capazes de provocarem uma explosão.

Os meios de comunicação não paravam de divulgar reportagens sobre como Chávez trouxera cubanos ou estrangeiros sem experiência para dirigir o navio-tanque. As notícias serviram para deixar furiosos López e os outros, reforçando-lhes a determinação em realizar a arriscada missão.

A maior parte do país grudou os olhos nos aparelhos de TV por volta do meio-dia de 21 de dezembro, quando López e os outros tentaram religar o *Pilín León*. Se algo desse errado, Chávez poderia ser acusado de enviar, irresponsavelmente, uma tripulação despreparada para uma missão suicida, a fim de cumprir suas metas políticas. O presidente encontrava-se em Miraflores, assistindo ao desenrolar dos fatos com nervosismo, junto com o restante do país. Ele sabia que o destino da greve e talvez de seu governo dependia daquilo.

De repente, uma nuvenzinha de fumaça saiu da chaminé do navio. O monstro estava novamente em funcionamento. López

mandou que a embarcação avançasse, mas ao fazer isso os motores começaram a superaquecer de forma perigosa. O capitão colocou o navio a realizar círculos, a fim de evitar que se aproximasse da ponte, enquanto os engenheiros tentavam controlar a temperatura. Eles conseguiram, e o navio-tanque partiu rumo a Maracaibo. Quando a embarcação estava a 275 metros da ponte, a tripulação deixou escapar uma salva de palmas. Mesmo que algo desse errado, o navio agora tinha bastante tempo para mudar de curso antes de passar por debaixo da ponte, seguramente. A embarcação conseguiria realizar o feito. Os soldados responsáveis por proteger a ponte bateram o punho fechado contra a palma da mão enquanto erguiam os braços por sobre suas cabeças, um gesto tornado famoso por Chávez. Em Miraflores, o presidente aliviado gritou com satisfação: "Lá vai o *Pilín León!*", e, em uma referência futebolística, acrescentou: "Gooooool!".

O regresso do navio ao porto significava uma importante e audaciosa vitória para Chávez. Como os suprimentos de gasolina secavam, alimentando

o temor de que faltasse comida, o presidente assumia o comando do símbolo central da greve. Naquela noite, Chávez voou para Maracaibo para parabenizar a tripulação. Alejandro Gómez – que ajudara na preparação da missão referente ao *Pilín León* e que estava na cabine ao lado do capitão quando o navio foi religado e quando passara por debaixo da ponte – tornou-se mais tarde chefe da divisão marítima da empresa.

Enquanto se esforçava para conseguir com que o navio voltasse a funcionar, Chávez também tentava retomar a produção de petróleo. Segundo o presidente e outros integrantes do governo, os executivos e diretores não tinham apenas abandonado seus postos

de trabalho. Eles haviam sabotado a empresa, a fim de tornar a retomada das atividades uma empreitada perigosa e difícil. Tinham danificado tubulações, roubado arquivos e, o que era mais grave, levado com eles componentes do sistema automatizado da empresa. Isso lhes permitiu usar computadores localizados fora da empresa para bloquear a reativação da estatal. Durante meses, a empresa viu-se obrigada a operar, total ou parcialmente, de forma manual, tentando retomar os níveis normais de produção. Em um discurso proferido em janeiro de 2003, Chávez explicou um desses métodos de sabotagem:

Vocês sabem que todos esses sistemas – toda a indústria – são computadorizados e integrados. [...] A sabotagem consistia em mudar os pontos de ajuste nos sistemas de controle. Uma variável tinha sido introduzida nos computadores de controle dos sistemas, a fim de que a temperatura das caldeiras não ultrapassasse a marca dos 600 graus, que é o limite máximo da temperatura. Acima dos 600 graus, a usina entra em nível de alerta.

Bom, esses senhores não apenas abandonaram seus postos de trabalho, mas também alteraram os pontos de ajuste antes de partirem. Isso significa que elevaram o limite máximo da temperatura de 600 graus para 800 graus Celsius. O que teria acontecido se nossos técnicos patriotas e bem treinados não tivessem checado rigorosamente esses sistemas de controle e esses pontos de ajuste? O que teria acontecido se tivessem religado os sistemas e as válvulas e todo o sistema operacional? Quando a temperatura ultrapassasse os 600 graus e chegasse aos 800 graus, então um desastre teria ocorrido – uma explosão.

A fim de tentar retomar o controle sobre o sistema de computadores da empresa, o governo de Chávez precisava

mobilizar seus próprios *hackers*, capazes de enfrentar os técnicos grevistas da estatal que estavam invadindo o sistema. Em meio à greve, Chávez afirmou a repórteres:

Eu não conhecia nada disso. Estou aprendendo bastante agora. Eu estava no gabinete com o ministro. Isso é um bombardeio eletrônico feito nos computadores. O sistema enlouquece, enlouquece totalmente, por controle remoto. Então, um cara jovem se aproximou, um *hacker*, com um aparelho. E eu brinquei: "Você é um curandeiro?". Porque ele chegou com aquela aparelhagem toda. Ele respondeu: "Há uma guerra eletrônica em andamento". Então, a luta seria de *hackers* contra *hackers*, alguns atirando daqui, outros disparando de lá. A coisa era impressionante. Eu tinha estudado tática de guerra durante vários anos, mas nunca imaginei que a coisa se resumiria a essa guerra eletrônica.

A complicar os esforços de Chávez para retomar o controle eletrônico sobre a estatal – e a levantar suspeitas dentro do governo venezuelano sobre um suposto envolvimento dos Estados Unidos na greve – havia um contrato que a estatal assinara com uma empresa de tecnologia norte-americana chamada Intesa e com uma subsidiária, a Saic (Science Applications International Corporation). A lista dos principais dirigentes da Saic incluía ex-oficiais das Forças Armadas dos EUA e ex-autoridades da CIA. Entre os envolvidos estavam o general Wayne Downing, nomeado pelo presidente George W. Bush para comandar o Escritório de Combate ao Terrorismo da Casa Branca; o general Jasper Welch, ex-coordenador do Conselho Nacional de Segurança; e o almirante Bobby Ray Inman, ex-diretor da NSA e ex-vice-diretor da CIA. Ao final, a pdvsa acabou por romper seus laços com a Saic.

Enquanto tentava contratar *hackers* e novas equipes para dirigir os navios-tanque, Chávez, que se preparava para demitir milhares de funcionários da estatal, também precisava encontrar pessoas capazes de administrar a empresa. O presidente apelou a funcionários de médio e baixo escalão para assumirem operações antes comandadas por supervisores de alto escalão e por diretores, ou tentou trazer de volta à ativa funcionários aposentados, como o capitão que levou o *Pilín León* até o porto. Da mesma forma como acontecia com a sociedade venezuelana em geral, a estatal encontrava-se dividida entre dois pólos opostos, de um lado a elite rica que desprezava Chávez e de outro os funcionários com baixos salários que davam apoio ao presidente ou ao me-nos não desejavam transformar a empresa em uma arma política.

A refinaria de Puerto La Cruz representava um exemplo típico e tornou-se uma vitrine para os esforços do governo de retomar as atividades do setor. Quase todos os altos executivos da fábrica haviam abandonado o emprego, mas pouco menos de 20% dos operadores de máquina, mecânicos e técnicos fizeram o mesmo. Usando equipes reduzidas ao mínimo e que trabalhavam durante longos períodos de tempo, eles conseguiram religar a usina. “Estamos mais orgulhosos do que nunca”, afirmou um trabalhador veterano de 70 anos de idade. “Mostramos a nossos supervisores que podemos operar a fábrica sem eles.” No final de dezembro, a usina produzia 60 mil barris de gasolina por dia, o que significava 70% de sua capacidade e um sétimo do consumo diário nacional de 400 mil barris.

O presidente da pdvsa, Alí Rodríguez, reconheceu ele próprio que a empresa enfrentava grandes obstáculos em meio a seus esforços para retomar o nível anterior de produção. A experiência e

o *know-how* institucionais levados pelos funcionários demitidos somavam um montante considerável. Como parte de seu plano para trazer a estatal de volta à vida, o governo decidiu dividi-la em duas entidades regionais com base no leste e no oeste do país, onde ficavam as reservas de petróleo. E eliminar a sede central existente em Caracas, onde trabalhava a maior parte dos executivos em greve.

No final de dezembro, Rodríguez afirmou que o volume da produção aumentara para 700 mil barris diários – uma cifra contestada pelos executivos dissidentes. Chávez, de toda forma, mantinha o país à tona – quase afundando, mas ainda à tona. No dia 28 de dezembro, chegou o primeiro carregamento de gasolina vindo do exterior: o Brasil enviava 525 mil barris. Produzia-se, assim, um outro marco histórico. Um dos maiores produtores de petróleo do mundo importava gasolina.

De toda forma, a gasolina brasileira representava uma gota no deserto para a Venezuela. A maior parte dos postos continuava fechada. Quando um deles abriu, as pessoas esperaram na fila por dois dias enquanto avançavam lentamente rumo às bombas. Algumas pessoas, entre amigos, vizinhos e parentes, organizaram-se para se revezar na fila, sentados dentro de seus carros. Antes de longas viagens, os venezuelanos precisavam gastar semanas estocando jarros plásticos de gasolina em casa. Não podia se contar com postos de gasolina abertos no trajeto.

O gás propano de cozinha também começou a faltar. No dia 26 de dezembro, cerca de 300 pessoas fecharam uma estrada de Caracas durante duas horas para exigir gás. Alguns disseram estar usando carvão vegetal e querosene para cozinhar havia duas semanas. Outros moradores da cidade queimavam seus móveis.

Nas esquinas, uma cena surreal instalou-se: pessoas vendendo madeira.

A manifestação foi um dos primeiros sinais de distúrbio, apesar de, nos *barrios*, a maior parte dos protestos dirigir-se contra os líderes da oposição responsáveis pela greve. Outras manifestações isoladas realizaram-se em postos de gasolina vazios. A situação tornava-se crítica. As prateleiras das lojas esvaziavam-se, especialmente de bebidas como leite, água mineral e cerveja. As pessoas que tentavam continuar suas vidas normalmente, realizando, por exemplo, um baile de debutante para uma filha de 15 anos, precisavam gas-tar dias perambulando pela cidade, para reunir uma quantidade suficiente de refrigerantes.

No entanto, para grande surpresa da oposição, Chávez continuava no poder. Ele mostrava ser muito mais renitente e flexível do que esperavam. E descobriu ter amigos. Trinidad e Tobago, localizado próximo da costa venezuelana, no Caribe, mobilizou-se para ajudar no combate à crise, enviando mais 400 mil barris de gasolina. A República Dominicana mandou arroz. No dia 8 de janeiro, um navio da Marinha da Venezuela chegou à Colômbia para embarcar 500 toneladas de alimentos e suprimentos, incluindo farinha, milho, trigo, refrigerantes, molho de tomate, manteiga, papel higiênico e fraldas. E outros dois navios da Venezuela estavam a caminho das águas colombianas para buscar mais alimentos. Quando alguns dos suprimentos aportaram, Chávez certificou-se de fazer com que chegassem a suas bases de poder, nos bairros pobres.

E havia um outro motivo pelo qual a greve não estava conseguindo tirá-lo do governo. Obrigados a ficar horas nas filas para obter gasolina, os venezuelanos dedicaram-se a fazer o que

melhor sabem: eles socializaram-se e transformaram aquilo em uma festa. As pessoas sacavam dominós, reuniam-se debaixo de árvores e compartilhavam empanadas e cafés. Gastavam horas conversando, contando piadas e narrando histórias de guerra, nas quais descreviam como sobreviviam à greve. Esperar nas longas filas não era algo novo para o venezuelano médio: a classe trabalhadora do país enfrentava filas diárias para ingressar nos ônibus que a levariam para o emprego. Os líderes da oposição, que não conheciam as massas, não previram a paciência que muitos venezuelanos pobres demonstrariam ao enfrentar as privações impostas pelos adversários de Chávez. Em determinado momento, até integrantes da classe média, vários deles, começaram a sentir que a greve era um absurdo.

No começo do novo ano, o movimento dava sinais de desgaste. Um número cada vez maior de homens de negócio resistia à idéia de destruir seu meio de sustento para derrubar o presidente. Cada vez mais desesperada, a liderança da oposição tentou aumentar a pressão e arrancar Chávez de Miraflores. Ela convocou um boicote fiscal e uma passeata, que terminaria no prédio da Receita Federal. As redes de televisão exibiram “anúncios de interesse público”, encorajando os cidadãos a pararem de pagar o imposto de circulação de mercadoria. O governo lembrou-os de que a evasão fiscal era um crime, punível com até sete anos de cadeia.

Os bancos, que continuavam abrindo as portas durante três horas por dia, deixaram de funcionar completamente por dois dias. Carlos Ortega, que duas semanas antes declarara que não convocaria os manifestantes a realizarem uma passeata até Miraflores porque isso “seria uma irresponsabilidade”, depois da onda de violência em abril, agora se contradizia. Ele ameaçou

realizar uma nova passeata, se Chávez não permitisse a realização do referendo sem força de lei, que neste momento se encontrava travado no Judiciário, objeto de vários processos. “Eu digo: sigamos em frente”, afirmou Ortega na véspera do Ano Novo. “E se eles vão nos matar, que nos matem .”

De sua parte, Chávez também realizou algumas manobras audaciosas. No dia 17 de janeiro, membros da Guarda Nacional invadiram duas engarrafadoras particulares da cidade de Valencia para confiscar água mineral, refrigerante e cerveja. Os proprietários das fábricas eram a Panamco (de Cisneros), uma engarrafadora da Coca-Cola, e a engarrafadora da Pepsi Empresas Polar, a maior fabricante de cerveja e comida do país. As empresas afirmavam estar impossibilitadas de distribuir os produtos devido à falta de combustível e à greve de seus funcionários. O governo argumentava que as fábricas escondiam seus produtos para fazer com que a população passasse fome e para derrubar o governo.

O general Luis Felipe Acosta Carles, da Guarda Nacional, irmão de Felipe Acosta Carles, o fundador do MBR-200 morto durante o Caracazo, comandou as operações. O general e seus homens tiveram de abrir caminho através de um cordão de manifestantes para ingressar nas fábricas. Uma vez lá dentro, o general apareceu na rede de televisão. “Levando em consideração que os direitos coletivos devem prevalecer sobre os direitos individuais, tomamos medidas para distribuir esses produtos à população”, afirmou. “Isso é para o povo.” Ele então apanhou um refrigerante quente e bebeu. Logo depois, arrotou diante das câmeras dos canais controlados pela oposição.

Os adversários de Chávez ficaram horrorizados. Acreditavam que o gesto simbolizava a vulgaridade dos chavistas e a ilegalidade

da investida de Chávez contra a propriedade privada. Contudo, na maior parte dos *barrios*, os venezuelanos davam sinais de satisfação com a operação e até mesmo com o arrote. Para essas pessoas, tratava-se de um ato de justiça ostensiva dirigido contra as elites que tentavam sabotar a economia e obrigar o presidente a renunciar.

Neste momento, no entanto, surgiam sinais claros de que a greve produzia efeitos contrários ao desejado. Pichações apareceram nas paredes dos bancos: banqueiros ladrões! golpistas! Muitas das pequenas empresas nunca chegaram a aderir à paralisação. Em janeiro, vários dos estabelecimentos comerciais tinham reaberto suas portas discretamente, apesar de as grandes multinacionais continuarem fechadas. O tráfego de veículos intensificou-se em Caracas, e mais lojas, restaurantes e mercados voltaram a funcionar. A greve transformava-se em uma forma de suicídio econômico ou de canibalismo. Muitos proprietários de estabelecimentos comerciais não queriam ter mais nenhuma relação com o movimento.

Na metade de janeiro, os dirigentes da greve sinalizavam discretamente para algumas das empresas mais atingidas que não havia problema se reabrissem suas portas, apesar de, publicamente, ainda defenderem a manutenção da paralisação. Enfraquecidos, abriram mão da exigência de que Chávez renunciasse antes da realização de novas eleições. Em vez disso, concentraram-se no plebiscito marcado para 2 de fevereiro, cuja realização acabou sendo suspensa pela Suprema Corte devido a um detalhe técnico.

Na última semana de janeiro, a liderança oposicionista comunicou abertamente a escolas, restaurantes e *shoppings* que

poderiam retomar suas atividades em fevereiro, funcionando ao menos parcialmente. Muitos capitães de navios-tanque também regressavam a seus postos. Um especialista de gerenciamento de risco da Energy Merchant LLC, em Nova York, descreveu essa decisão como a “primeira rachadura no casco do navio”.

No dia 23 de janeiro, centenas de milhares de chavistas foram às ruas de Caracas para realizar uma imensa passeata de apoio ao presidente. A multidão cantava: “Ô ô ô! Ah! Chávez não nos deixará!”. Os moradores dos bairros de classe alta e classe média, nos quais se formavam milícias particulares, buscaram refúgio por detrás dos portões de suas casas, temendo uma invasão que nunca aconteceu. Quatro dias mais tarde, em 27 de janeiro, a Bolsa de Valores de Caracas realizou um pregão pela primeira vez em nove semanas. Ela operou durante duas horas e meia por dia, a fim de continuar dando apoio à paralisação. No dia seguinte, Chávez conquistou uma outra vitória: a produção de petróleo ultrapassou a casa de 1 milhão de barris diários. Tratava-se de um marco histórico, reconhecido até mesmo pelos executivos dissidentes da pdvsa, ainda que de forma relutante.

Uma semana mais tarde, quando Chávez celebrou o aniversário de 11 anos da tentativa de golpe de fevereiro de 1992, a greve praticamente chegou ao fim fora do setor petrolífero. Escolas particulares, empresas, restaurantes, franquias e bancos reabriram as portas em tempo integral. A paralisação tinha acabado. Chávez conquistava o que muitos observadores consideravam ser impossível: sobreviver a uma greve do setor petrolífero.

O presidente saiu da greve ainda mais forte do que depois do golpe de abril, quando se sentiu compelido a realizar concessões. Naquele momento, seus opositores provavam ser cada vez mais

incompetentes. “Eles possuem um ‘F’ de ‘fracasso’ na testa”, gracejou Chávez. Dessa vez, o presidente não recolocou em seu cargo nenhum dos executivos e diretores dissidentes da empresa; em vez disso, demitiu um total de 18 mil deles até o final de março. Um montante de funcionários equivalente a quase metade do quadro total da empresa, de 38 mil contratados.

Os líderes da greve não puderam caminhar livremente pelas ruas para continuar conspirando e ocupando praças que declaravam “território libertado”. Pelo contrário, juízes emitiram mandatos de prisão para os responsáveis pela paralisação. A disip, polícia política, deteve o presidente da Fedecámaras, Carlos Fernández, no dia 19 de fevereiro, quando ele saía de um restaurante no badalado bairro de Las Mercedes. O seu colega na CTV, Carlos Ortega, escondeu-se e mais tarde fugiu para a Costa Rica, onde obteve asilo político. Ele e outros argumentaram estar sendo vítimas de uma perseguição política. Alguns até descreveram Fernández como um “prisioneiro político”.

Mas Chávez via nos líderes da greve nada mais do que “terroristas” e “golpistas” que tentaram tirá-lo do poder semeando o caos econômico. O episódio representava uma reprise do golpe apoiado pela CIA e realizado no Chile em 1973; na Venezuela, porém, o plano não funcionara. Os militares ficaram ao lado de Chávez. Se a revolta de abril de 2002 havia sido um “golpe da mídia”, a de agora havia sido um “golpe econômico”.

Apesar de Chávez ter sobrevivido, a paralisação traduziu-se em danos devastadores para a economia da Venezuela. A economia quase entrara em colapso, encolhendo 27% nos primeiros quatro meses de 2003. No total, o movimento custou ao setor petrolífero 13,3 bilhões de dólares.

Não obstante os prejuízos econômicos, Chávez agora gozava de maior liberdade para perseguir seu programa radical de reformas e gastaria menos tempo protegendo-se das tentativas de sacá-lo do poder. “A oposição golpista e fascista teve a chance dela como rebatedor e foi derrotada três vezes”, disse. “Agora é a nossa vez de rebater.” Chávez voltou sua atenção para seus programas sociais. Esses programas ainda engatinhavam passados os primeiros quatro anos da sua administração. Chegara a hora de colocá-los no centro de seu governo.

Por sugestão de Alejandro Gómez, o homem que ajudara a organizar o resgate do *Pilín León*, Chávez adotou uma última medida para marcar o término da desastrosa greve. Mudou o nome dos navios-tanque da pdvsa que se recusaram a distribuir suas cargas. Em vez do nome de rainhas da beleza, as embarcações passaram a exibir a alcunha de heroínas da independência da Venezuela. O *Susana Duijm* passou a chamar-se *Manuela Sáenz*, em homenagem à companheira de longa data de Bolívar e também aliada na revolução. O *Barbara Palacios* foi rebatizado como *Luisa Cáceres de Arismendi*, a mulher que, enquanto mantida presa pelos espanhóis na ilha Margarita, dera à luz uma menina morta no parto.

Outros dois navios receberam o nome de mulheres negras que desempenharam papéis cruciais no início da vida de Bolívar. O *Maritza Sayalero* tornou-se a *Negra Hipólita*, em homenagem à ama-de-leite que ajudou a criar Bolívar e a quem o Libertador certa vez se referiu como sendo tanto sua mãe *quanto* seu pai. E *Pilín León*, o navio que ajudara a virar a maré a favor de Chávez, foi renomeado como *Negra Matea*, a governanta que também participou da criação de Bolívar. No período que se seguiu à devastadora greve no setor petrolífero, no momento em que a sua revolução se preparava para

levantar vôo, Chávez tentava lembrar ao país as raízes revolucionárias da Venezuela.

24. As Missões Sociais



Dilia Mari Davila cresceu na zona rural da Venezuela e nunca frequentou a escola para aprender a ler e a escrever. Aos oito anos de idade, sua família, pobre, enviou-a para trabalhar como empregada doméstica, já que mal conseguia pagar pelo sustento de Davila. Essa foi uma infância de privações semelhante à de muitos venezuelanos das classes empobrecidas.

Quase três décadas após ter deixado sua família, Davila finalmente recebeu uma chance de frequentar a escola. Ela inscreveu-se em um dos programas sociais criados pelo governo Chávez, a Misión Robinson. Ali, aprendeu a ler e a escrever. E, dentro de um ano, já conseguia fazer contas de dividir e multiplicar. No final de 2004, aos 34 anos de idade, Davila chegara a um estágio equivalente ao do quarto ano do ensino fundamental. Antes, ela não conseguia sequer ajudar o filho pequeno nas lições de casa porque não era capaz de entender as palavras escritas no

papel. Agora conseguia. Ela até começou a sonhar com a possibilidade de matricular-se em uma faculdade.

Davila fez parte do grupo de 1,5 milhão de venezuelanos que se envolveu com a Misión Robinson, um dos primeiros programas sociais que marcaram uma nova e radical fase da Presidência de Chávez no período pós-golpe, pós-greve-do-petróleo. Lançadas em 2003, as missões representavam uma versão mais elaborada e organizada do improvisado Plano Bolívar 2000, que Chávez iniciara no começo de seu governo para atender à carência imediata por alimentos, assistência médica, estradas e escolas. Oferecendo de tudo, desde mercadinhos com alimentos subsidiados a tratamento de saúde e programas de alfabetização, as missões tornaram-se extremamente famosas nos populosos *barrios* de Caracas, em outros centros urbanos e na empobrecida zona rural do país. O sucesso foi tão grande que até mesmo os opositores de Chávez acabaram prometendo que, se fossem eleitos, continuariam a custear os programas.

Davila morava no Sector A, La Casita (a casinha), uma área de La Vega, um imenso *barrio* da encosta de um morro de Caracas que se transformou em vitrine do programa social de Chávez. O local atraía visitantes e jornalistas do mundo todo, apesar de os meios de comunicação venezuelanos ignorarem-no e também de nenhum repórter dos Estados Unidos, até a metade de 2004, ter comparecido a esse *barrio*. A área era formada por uma coleção de casas simples feitas de blocos de concreto, algumas amontoadas em ruas sinuosas e estreitas, cuja largura mal superava o comprimento dos braços esticados de alguém.

Um dos primeiros e mais dramáticos programas do tipo a desembarcar em La Vega foi o Barrio Adentro – dentro dos bairros.

A partir de 2003, Chávez e o prefeito de Caracas, Freddy Bernal, enviaram centenas de médicos cubanos para dentro de *barrios* da capital, como La Vega, e milhares mais para outros bairros pobres espalhados por todo o país. O programa nasceu do acordo selado por Chávez em 2000 para fornecer petróleo mais barato a Cuba, um país carente de fontes de energia. Em troca, Fidel enviou para a Venezuela médicos, professores, treinadores de várias modalidades esportivas e outros especialistas.

Quando Chávez tomou posse, o sistema de saúde pública da Venezuela, do qual dependia a maior parte da população, estava em crise. Nos *barrios* e na zona rural empobrecida, o atendimento médico era lamentável e em alguns casos inexistente. “As mulheres grávidas desses bairros nunca compareceram a um médico para realizar exames pré-natais e dão à luz em casa, no chão”, observou Rafael Vargas, chefe de gabinete de governo durante o golpe e que mais tarde dirigiu o programa envolvendo os médicos cubanos. “Há crianças de 10, 14 anos de idade que nunca foram a um dentista.”

Os moradores dos *barrios* precisavam sair de casa antes do amanhecer para realizar longas caminhadas até encontrarem uma clínica médica ou um hospital. Se não estivessem em um bom lugar da fila, eram enviados de volta para casa. Os que se submetiam a cirurgias precisavam fornecer todo o material a ser usado: gaze, remédios, lençóis e até band-aids. Na Venezuela, contava-se uma piada segundo a qual a única coisa que o paciente não precisava fornecer era o médico. Algumas vezes, no entanto, até mesmo esse item faltava. Os doentes costumavam agonizar durante semanas nos hospitais até um médico estar disponível ou até que um equipamento médico quebrado fosse consertado. Alguns dos que necessitavam de atendimento emergencial simplesmente morriam.

Em Cuba, a história era outra. A ilha possuía um sistema de saúde reconhecido pela Organização Mundial da Saúde como modelo para os países do Terceiro Mundo, e isso não obstante os problemas econômicos enfrentados pelo país no decênio de 1990, quando o colapso de seu maior patrocinador, a União Soviética, privou-a de alguns suprimentos básicos. O governo cubano espalhou médicos pelo mundo todo, do Haiti a Honduras, na América Latina (Caribe), da Gâmbia a Angola, na África, como parte de suas ações de solidariedade revolucionária com outras nações do Terceiro Mundo. A Venezuela tornou-se a maior operação de Cuba, somando ao final 20 mil médicos e outros profissionais da área de saúde. Segundo alguns cálculos, os 14 mil médicos significavam um quinto dos profissionais cubanos da área. Apesar de certos governos anteriores terem tentado levar o atendimento médico aos *barrios*, aqueles programas transformavam-se, agora, em uma lembrança distante e não se comparavam em escala com o projeto de Chávez.

Os médicos foram recebidos como heróis nos *barrios*. Os moradores desses locais brigavam entre si para oferecer-lhes convites para jantar. Recebê-los representava uma honra. Em algumas áreas, as pessoas doavam tantos alimentos, que os médicos precisavam dizer-lhes para parar com aquilo. Inicialmente, os cubanos ficaram hospedados na casa dos moradores dos *barrios* e comandavam clínicas improvisadas em todos os tipos de local, de salas de estar a quintais de bares. Ao final, o governo construiu centenas de sobrados hexagonais de tijolo à vista; os médicos atendiam no primeiro andar e moravam no segundo. Geralmente, ficavam na Venezuela por períodos de dois anos e recebiam uma bolsa de 250 dólares mensais do governo venezuelano.

Esses profissionais concentravam seus esforços na área da medicina preventiva, esperando evitar as doenças antes que se tornassem mais graves e exigissem um tratamento demorado. Junto com voluntários locais, realizavam pesquisas na comunidade, passando em cada casa para elaborar o histórico médico, descobrir doentes e tentar obter os remédios necessários. Os cubanos treinaram voluntários da comunidade para darem cursos de nutrição e de medicina preventiva. No segundo ano do programa, dentistas e oftalmologistas passaram a fazer parte desses esforços, levando aos *barrios* equipamentos médicos avançados, entre os quais cadeiras de dentistas de fabricação chinesa e brasileira, máquinas para testes oftalmológicos, aparelhos de fabricação de lentes e unidades completas para a realização do exame de Papanicolaou.

A tarefa nem sempre se mostrou fácil. Em alguns *barrios*, os moradores convenceram membros de gangues a escoltar os médicos quando fizessem sua ronda ou conduzi-los da área controlada por uma gangue para a área de outra.

As medidas de segurança nem sempre funcionavam; alguns médicos cubanos foram agredidos e mortos por criminosos comuns.

O programa, de outro lado, tampouco recebeu elogios unânimes. Grupos de médicos criticaram-no, afirmando que os cubanos não eram necessários – 8 mil médicos venezuelanos desempregados poderiam substituí-los. E criticaram Chávez por não conseguir melhorar as condições dos hospitais públicos, aos quais a maior parte dos venezuelanos recorria para obter algum tratamento médico mais complicado, que os cubanos não poderiam fornecer nas clínicas de bairro. Além disso, questionaram a formação dos cubanos e acusaram alguns deles de cometerem erros médicos. Douglas León Natera, presidente da Federação Venezuelana de

Medicina, chegou ao ponto de alegar que os cubanos não eram médicos. “Não somos xenófobos”, disse. “Temos informações de que essas pessoas, quase todas elas, não são médicos. São pessoas que se fingem de médicos, que apenas usam jalecos brancos e estetoscópios ao redor do pescoço.”

Se essas acusações eram simplesmente risíveis para os simpatizantes de Chávez, os demais argumentos de León não se sustentavam diante de fatos simples. Quando o governo mandou publicar anúncios nos jornais oferecendo casa e emprego nos *barrios*, poucos médicos venezuelanos responderam. Saídos principalmente da classe média, esses profissionais interessavam-se mais em tratar pacientes ricos em lucrativas clínicas particulares, onde, tratando-se de um país obcecado com concursos de beleza, havia grande procura por alguns poucos procedimentos, tais como cirurgias de aumento de seios e outros “retoques” do tipo. Muitos médicos simplesmente tinham medo de colocar os pés nos *barrios*. As acusações de erros médicos também pareciam infundadas – o sistema de saúde de Cuba era altamente respeitado.

Quanto aos conhecidos hospitais públicos, eles não se transformaram em modelos de eficiência da noite para o dia, durante o governo Chávez, mas melhoraram. Os suprimentos de material tornaram-se menos escassos, o atendimento tornou-se menos ruim e mais estabelecimentos do tipo foram construídos. Os gastos *per capita* com a área de saúde cresceram consideráveis 74% entre 1999 e 2005, segundo dados do governo. E aumentou, estima-se, outros 10% em 2006, para continuar se expandindo em 2007. A maior parte do dinheiro vinha da pdvsa. Chávez criou um fundo especial dentro da estatal, para financiar programas sociais.

A acentuada elevação dos preços mundiais do petróleo viabilizou isso.

Em um outro setor do programa de atendimento médico, que se tornou aliás imensamente popular, milhares de pacientes pobres que não poderiam ser tratados na Venezuela voaram para Cuba para receber cuidados mais avançados e cirurgias para derrame cerebral, moléstias na coluna e outros problemas. Um desses programas, a Misión Milagro – Missão Milagre – levou pacientes para Cuba para se submeterem a cirurgias nos olhos. Muitos dos venezuelanos pobres viram naquilo uma dádiva dos céus, apesar de alguns cubanos terem ficado insatisfeitos com o tratamento privilegiado. Chávez acabou ampliando o programa, levando pacientes da Jamaica, da Bolívia e de outros países da América Latina para realizar cirurgias oftalmológicas em Cuba. Ele até aventou a hipótese de levar ao território cubano moradores da África e de comunidades pobres dos Estados Unidos. Cuba forneceria o *know-how* médico; a Venezuela, o dinheiro.

Muitos dos doentes sofriam de catarata e estavam cegos ou tinham a capacidade de visão bastante prejudicada. Depois das cirurgias, eles conseguiam ver novamente. “Isso é um exemplo de integração e cooperação sul-sul”, afirmou Elinor Sherlock, embaixadora da Jamaica em Cuba. “A gente os vê, principalmente os pobres que não conseguiriam pagar pelo tratamento, olhando durante horas pela janela, embasbacados, depois das operações. Isso é de fato um milagre.”

Alguns dos adversários de Chávez argumentaram que ele usava os médicos cubanos para conquistar votos, mas, ao fim e ao cabo, era difícil argumentar contra a colocação de médicos em período integral nas favelas, independente de onde viessem. “Se for preciso

ir até Marte ou até a Lua para ajudar os pobres, então levaremos médicos até Marte”, afirmou o chefe do programa, Rafael Vargas. Chávez disse que somente nos primeiros meses da missão, os médicos cubanos haviam salvado 300 vidas.

Em um dado momento, o governo ingressou na segunda fase do programa Missão Bairro Adentro, ultrapassando o limite do tratamento médico com base em comunidades e voltado para a medicina preventiva, a fim de concentrar-se na melhoria ou na criação de instalações capazes de cuidar de doenças mais graves. Gastaram-se 52 milhões de dólares com a construção de um hospital do coração para crianças, um hospital de última geração. Gastou-se mais 1 bilhão de dólares para reformar 44 hospitais, construir cerca de 600 centros de diagnóstico e reabilitação, e abrir mais de 2.100 clínicas comunitárias para a Missão Bairro Adentro. Os médicos passaram a realizar um número crescente de cirurgias na Venezuela à medida que o governo reavivou o sistema público de hospitais, havia muito decadente. E também se enviaram centenas de jovens a Cuba para freqüentarem faculdades de medicina gratuitamente, regressando mais tarde para trabalhar nas regiões pobres da Venezuela.

As missões médicas exerceram um impacto enormemente positivo sobre os moradores dos *barrios*. Segundo algumas estimativas, em 2006, cerca de 14,5 milhões de pessoas – 54% da população – recebia tratamento médico de graça por meio do programa Bairro Adentro.

Uma típica beneficiária desse programa era Margarita Mendez, 63 anos de idade, há anos prisioneira de sua pequena casa de blocos de concreto. Um caso grave de veias varicosas inchava-lhe a parte inferior das pernas, que ficaram recobertas de pústulas

rosadas e não cicatrizadas. Para sair de sua casa, localizada na feia favela de San Pablito, Mendez precisava ser carregada por parentes através de uma escada íngreme existente do lado de fora e que levava à rua pouco abaixo. Para voltar, Mendez tinha de galgar os degraus. Ela mal conseguia realizar a façanha. A venezuelana subira e descera a escada apenas seis vezes na última década, para realizar uma viagem de 30 minutos até o hospital geral mais próximo. Em sua última visita ao médico, ouviu a informação de que teria de amputar seus membros inferiores. Ela nunca mais regressou.

A vida dela mudou quando o médico cubano Roberto Hernández entrou em cena. Troncudo e usando um bigode, Hernández trabalhara no Haiti e em Angola como parte das missões médicas internacionais de Cuba. Em San Pablito (Caracas), ele começou a visitar Mendez três vezes por semana, subindo a escada e abaixando-se para passar por sob um varal cheio de roupas. Membros de uma gangue escoltavam-no e conduziam-no de um território para o outro. As visitas ajudaram. O estado de saúde de Mendez melhorou. Ela conseguiu dar seus primeiros e cambaleantes passos pelas ruas sem asfalto da frente da sua casa e esperava descer a escada íngreme dentro de poucos meses. “O doutor Hernández foi uma dádiva de Deus”, afirmou.

Cuba, cujo sistema de saúde primava por sua qualidade, apesar da falta de liberdades democráticas e da morosidade de uma economia controlada pelo Estado, também contava com um sistema educacional eficiente. Uma das maiores conquistas dos primeiros anos da revolução de Fidel foi uma campanha de alfabetização por meio da qual milhares de voluntários foram às ruas das cidades e à zona rural ensinar os iletrados a ler e a escrever. O país conseguiu

acabar com o analfabetismo e, adicionando a isso um sistema de educação superior de qualidade, fez dos cubanos, pode-se dizer, o povo com os melhores níveis educacionais da América Latina. Cuba possui índice de analfabetismo menor que o dos Estados Unidos, segundo as Nações Unidas e outras organizações independentes. Os cubanos negros e pobres, que nunca sonharam freqüentar uma faculdade na época de Batista, agora podiam acalentar tais projetos.

Chávez emprestou de Cuba o modelo de campanha de alfabetização, com algumas alterações para adaptá-lo à realidade venezuelana. O governo cubano enviou centenas de agentes de alfabetização para ensinar didática a 100 mil voluntários da Venezuela. E do mesmo modo que os cubanos, uma geração antes, haviam saído a campo armados de lápis e cadernos para ensinar as pessoas a ler, esses de agora usavam aparelhos de TV, aparelhos de videocassete e óculos de grau.

Os voluntários davam aulas nas escolas depois do período letivo, no porão de igrejas e em livrarias comunitárias. No *barrio* Coche, de Caracas, em uma dada noite, a universitária Rosana Alviarez, 22, ensinava quatro mulheres idosas que tinham aderido à *Misión Robinson*. As alunas estavam sentadas em uma garagem de cimento, em meio a um calor escaldante, enquanto um ventilador tentava sem sucesso resfriar a sala. As mulheres repetiam as palavras ditas por Alviarez para ilustrar a diferença, em espanhol, entre o *r* normal surdo e duplo *r* sonoro. Depois, elas elogiaram Chávez por permitir-lhes aprender a ler, escrever e dominar as operações matemáticas básicas. “Ele é um bom presidente para todos nós venezuelanos”, disse Maria Barrio, 68. “Ele criou programas muito bons, como nunca vimos antes.”

O programa de alfabetização recebeu o nome de Simón Rodríguez, o tutor de Bolívar que, quando no exílio, deu a si próprio o pseudônimo de Samuel Robinson em homenagem a Robinson Crusoe. Chávez criou um outro programa educacional, a Misión Ribas, batizada com o nome do herói da independência José Félix Ribas, que se casou com uma das tias de Bolívar. Um dia, um escravo entregou-o aos espanhóis, que o decapitaram, ferveram sua cabeça em água e exibiram-na dentro de uma gaiola em Caracas.

A Misión Ribas pretendia permitir a jovens que houvessem largado os estudos completarem o ensino médio. Havia um grande número de participantes em potencial: uma enorme quantidade de venezuelanos nunca terminara o ensino médio ou nem mesmo o básico. No primeiro ano, 600 mil estudantes inscreveram-se; ao final, essa cifra chegou a 1,4 milhão. Os estudantes tinham aulas principalmente à noite, com destaque para matemática, gramática avançada, geografia e inglês como segunda língua. Alguns recebiam pequenas bolsas como auxílio para compensar pelo tempo que não conseguiam mais ficar trabalhando ou para ajudar a cuidar de seus filhos ou a pagar por suas passagens de ônibus. O curso intensivo deveria ser concluído em dois anos.

Chávez acabou criando um outro programa para os que possuíam um diploma de ensino médio e precisavam de auxílio para ingressarem em uma faculdade. Batizado com o nome do general Antonio José de Sucre, que participara da conquista da Bolívia, o programa fornecia ajuda para 100 mil estudantes todos os anos. O presidente também inaugurou uma nova universidade para os alunos de baixa renda: a Universidade Bolivariana da Venezuela.

Simbolicamente, a instituição passou a ocupar os escritórios da pdvsa em Chuao, esvaziados depois de Chávez ter demitido milhares de executivos e diretores da estatal envolvidos na greve do petróleo. Mais tarde, a instituição abriu derivadas em todo o país, oferecendo vários cursos, entre os quais os de saúde pública, arquitetura, medicina, ciência da computação e gerenciamento ambiental, junto com atividades como dança e futebol.

Apesar de os programas educacionais terem sido largamente elogiados entre as classes empobrecidas da Venezuela, também receberam críticas. Alguns questionavam a qualidade das aulas, especialmente na Misión Ribas, a respeito da qual havia dúvidas quanto à possibilidade de todo o curso de ensino médio ser comprimido em dois anos. Outros reclamavam do fato de a Universidade Bolivariana da Venezuela dedicar-se mais a divulgar a doutrinação política pró-Chávez do que a fornecer formação de ensino superior.

Para os pobres do país, no entanto, as missões eram revolucionárias. Independente de suas falhas, representavam um esforço genuíno e maciço para ajudar as classes empobrecidas, um esforço inédito no país. Segundo algumas estimativas, em 2006, cerca de 3 milhões de pessoas tinham sido inscritas em alguma das missões educacionais desde o início delas, três anos antes.

Os programas não se limitaram às áreas da saúde e da educação. Chávez também criou, em todo o país, milhares de estabelecimentos para vender comida a preços subsidiados, os chamados Mercals. Esses locais ofereciam farinha, macarrão, pão, arroz, feijão, carne e outros produtos com generosos descontos para os moradores das favelas e para os agricultores pobres. Em 2006, estima-se que de 40 a 47% da população realizava compra

nos Mercals, que vendiam alimentos a preços entre 41 e 44% mais baratos. O governo também abriu milhares de sopões nas áreas de baixa renda como La Vega. As autoridades doavam as vasilhas, os pratos e a comida para pequenos grupos de moradores de um determinado bairro, que por sua vez montavam uma cozinha em uma de suas casas e preparavam todos os dias um almoço nutritivo para cerca de 150 pessoas que viviam na miséria.

Enquanto o governo se dedicou a melhorar a educação e o atendimento médico – o que, no nível mais básico, significava dar alimentos para os famintos –, não deixou de lançar programas voltados para a criação de empregos. A Misión Vuelvan Caras, ou Missão Reviravolta, pretendia reduzir as taxas de desemprego e incentivar o desenvolvimento das comunidades por meio da criação de milhares de pequenas cooperativas em áreas agrícolas ou não. O programa baseava-se no conceito do desenvolvimento endógeno, ou desenvolvimento “vindo de dentro”.

Ignorando a tradicional cartilha marxista-leninista, o conceito previa a utilização de cooperativas locais para tornar a Venezuela auto-suficiente, incentivando a produção interna e substituindo os produtos importados por uma “oligarquia parasita” para serem revendidos com vistas a auferir grandes lucros, conforme as palavras de um membro do governo chavista. Itens como carrinhos de bebê e computadores eram vendidos costumeiramente por preços duas a três vezes maiores que os praticados nos Estados Unidos, de onde os empresários venezuelanos os traziam. Em viagens a Miami, os turistas venezuelanos ricos embarcavam de tudo, desde aparelhos de ar-condicionado a equipamentos de som, nos aviões que os levariam de volta a seu país. Chávez desejava usar a matéria-prima existente na Venezuela para, em vez de

enviá-la aos Estados Unidos e a outros países industrializados, mantê-la no país, para que os venezuelanos fabricassem seus próprios produtos. Conforme disse Carlos Lanz, professor universitário já experiente que ajudou a comandar esse esforço: “Entregamos matéria-prima barata para o Império (os Estados Unidos) e empresas multinacionais, e eles nos vendem produtos muito caros. Quem se beneficia disso? O pessoal do norte”.

O governo de Chávez instalou um exemplo de seu novo modelo econômico em um morro que dava vista para o gigantesco *barrio* operário de Catia, criando uma cooperativa agrícola e manufatureira na área de Gramoven. No terreno montou-se a instalação de uma antiga unidade da pdvsa, de onde caminhões antes saíam para distribuir gasolina. O local fora abandonado mais de uma década antes, mas grandes tanques vazios ainda continuavam ali.

O governo reformou um enorme armazém da área e transformou-o em uma fábrica, onde os trabalhadores produziam sapatos. Um outro armazém convertido dedicava-se à fabricação de camisetas e de outras peças de roupa. O local também incluía uma nova e reluzente clínica de atendimento médico, uma escola “bolivariana” que oferecia refeições gratuitas e computadores conectados à internet e um mirante onde os moradores da área realizavam encontros comunitários semanalmente. Ao lado, membros da cooperativa cultivavam tomates e outros produtos em uma pequena unidade agrícola. Nessa comunidade pobre, onde os governos anteriores passaram quase incólumes, o projeto significava uma fonte de grande esperança e orgulho para seus habitantes.

Além da Misión Vuelvan Caras, um dos esforços mais importantes do governo era um programa encarregado de entregar títulos de propriedade imobiliária para os moradores dos *barrios*. Muitos dos *barrios* de Caracas e de outras cidades foram iniciados por venezuelanos pobres que haviam simplesmente “invadido” a terra e erguido moradias improvisadas com papelão ou plástico antes de, um dia, usarem blocos de cimento para construir suas casas, muitas vezes umas sobre as outras. Alguns dos *barrios* espalhavam-se perigosamente pela encosta de morros sujeitos a deslizamentos semelhantes aos que mataram milhares de pessoas em dezembro de 1999. O governo de Chávez deu início a um programa para oferecer, aos moradores das áreas não consideradas zonas de risco, títulos de propriedade dos terrenos que ocupavam. O programa significava uma grande conquista para os habitantes dos *barrios*, abrindo-lhes uma variada gama de possibilidades, entre elas a obtenção de empréstimos bancários para dar início a pequenos negócios.

A lista de missões prosseguia. A Misión Identidad consistia em um esforço para registrar eleitores, a fim de levar os que estavam em condições de votar a participarem dos pleitos. Milhares de venezuelanos haviam perdido suas carteiras de identidade, viram-nas expirar ou nunca as receberam. Agora, poderiam conseguir uma nova rapidamente, sem ter de enfrentar a burocracia tipicamente assustadora. Os adversários descreveram o programa como um golpe de Chávez para atrair seus simpatizantes às urnas, mas outros o compararam a esforços de alistamento de eleitores realizados nos Estados Unidos nos anos de 1960 para inserir no sistema político os negros desprivilegiados. O programa também permitiu que centenas de milhares de estrangeiros que moravam na

Venezuela durante anos sem nunca terem se nacionalizado recebessem documentos legais e conquistassem o direito de votar.

A carteira de identidade, conhecida como *cedula*, também era fundamental, porque sem ela não se conseguia, na Venezuela, obter autorizações do governo, participar dos programas oficiais ou, em muitos casos, conseguir um emprego. Receber a carteira fez de muitas pessoas cidadãos plenos pela primeira vez em suas vidas.

Outras missões dedicavam-se a outros setores, abarcando desde os indígenas aos trabalhadores das minas de ouro. A Misión Zamora procurava ajudar os agricultores pobres. A Misión Guaicaipuro voltava-se para as tribos indígenas e seus 500 mil moradores, alguns deles vivendo nos cantos mais remotos do país. A Misión Piar estendeu a mão aos mineiros que usavam mangueiras de alta pressão para procurar ouro nas terras amazônicas e que, com freqüência, viviam em condições miseráveis.

As missões viram-se criticadas pelos adversários de Chávez, que o acusaram de paparicar os pobres e adotar atitudes "populistas" – um termo pejorativo na América Latina, associado a benefícios governamentais ou à distribuição de itens de pouco valor, ações voltadas à conquista de votos. Eles criticavam o modelo econômico endógeno como algo nada diferente de uma imitação barata das políticas de substituição de importação que tomaram conta da América Latina nas décadas de 1960 e 1970, com pouco sucesso. Acreditavam que as missões eram mal administradas e que fracassavam no combate às raízes dos grandes problemas sistêmicos enfrentados pela Venezuela, tais como o sistema judiciário corrupto, uma dos aparatos burocráticos mais inchados da América Latina, o aumento das taxas de criminalidade e de pobreza, para não falar dos altos índices de desemprego.

Luis Pedro España, um professor da Universidade Andrés Bello, em Caracas, que estudou a pobreza, argumentava: “o governo não possui realmente uma política social. O que existe é um teatro social”. España e outros previram que as missões sociais de Chávez desmoronariam – junto com a Presidência dele – quando o preço do petróleo caísse.

Esse argumento levantava uma questão legítima. Ainda assim, os simpatizantes de Chávez perguntavam: o que há de errado com gastar o dinheiro do petróleo com a maioria pobre enquanto o dinheiro durar? Chávez simplesmente seguia a fórmula corroborada pelo FMI e que transformou a Coreia do Norte, Cingapura e outros países nos “Tigres Asiáticos” ao aumentar os gastos com a saúde e a educação, o que, no longo prazo, ajudou essas economias a expandirem-se com taxas recorde. O cientista político Edgardo Lander, da Venezuela, aventava a possibilidade de haver dois pesos e duas medidas quando presidentes como Chávez redirecionavam os recursos estatais para as camadas mais pobres do país. “Por que isso é populista?”, questionava. “Por que, nesse caso, não se diz que o Estado apenas cumpre suas obrigações?”

As missões de Chávez, de fato, não se limitavam a doações realizadas pelo governo. Elas serviam para estimular, mobilizar e organizar as comunidades como nenhum outro programa governamental conseguira fazer no passado. Vizinhos que antes mal se cumprimentavam nas ruas agora se reuniam para formar comitês imobiliários, algo exigido pelo governo antes de distribuir os títulos de propriedade. Eles trabalhavam juntos nos sopões e estudavam lado a lado, à noite, na Misión Robinson ou na Misión Ribas. Lançavam projetos comunitários básicos para consertar encanamentos de água, instalar cercas de segurança para evitar

que as crianças ficassem nas ruas mais movimentadas ou pregavam cartazes orientando a população a evitar doenças como a dengue, por exemplo – e faziam isso, muitas vezes, com pouca ou nenhuma ajuda do governo.

A onda contagiante de esperança que se espalhava pelos *barrios* não vinha apenas dos serviços de melhoria oferecidos pelo governo, mas da participação de seus moradores como cidadãos, oportunidade primeira em suas vidas e que funcionava como um catalisador do processo. Os governos anteriores não forneciam muitas coisas e tampouco faziam exigências. Chávez desafiava as pessoas a devolverem tanto quanto recebiam. Os milhares de voluntários que preparavam refeições, davam aulas de alfabetização e organizavam comitês imobiliários conquistavam um novo sentimento de identidade e dignidade que ninguém, com facilidade, conseguiria tirar-lhes.

É possível que o projeto todo de Chávez ruísse quando chegasse o dia em que ele não mais estaria no governo ou quando os lucros com o petróleo desaparecessem. No entanto, é provável que Chávez tenha despertado a maioria pobre da Venezuela de forma tal que já não haja como retroceder. Após décadas de submissão, as classes desfavorecidas tinham se levantado e tomado o poder. A Venezuela nunca mais seria a mesma, com ou sem Chávez.

Para alguns de seus simpatizantes, não importava saber se os programas do governo obtinham somente um sucesso de curto prazo. Chávez era seu presidente – o primeiro a verdadeiramente os representar. As pessoas penduravam retratos dele nas paredes de suas casas ao lado da imagem de Jesus Cristo. As mulheres dormiam com pôsteres dele afixados sobre suas camas. Os homens

prometiam defendê-lo até a morte. “Eu preferiria passar fome com Chávez a ver o regresso da oposição”, afirmou Julio César, morador de uma favela de Caracas. Ele teve as duas pernas amputadas depois de haver sido baleado durante um roubo. Quando visitou o *barrio* dele e ouviu essa história, Chávez conseguiu-lhe próteses. “Chávez é o único presidente que veio até aqui, aos *barrios*. Ele ama o povo.”

Para os partidários do presidente, as reclamações contra o governo alimentavam-se de um único motivo: os pobres tinham tomado o poder na Venezuela pela primeira vez na história do país, e as elites ricas, que viviam dentro de suas mansões muradas e que tinham imóveis em Manhattan ou em Paris, não gostavam disso. “Para os setores privilegiados do país, o problema não é que haja pobreza”, afirmou Lander, o cientista político formado em Harvard. “O problema é que os pobres estão se organizando e se mobilizando. E isso significa uma ameaça vinda das ‘classes perigosas’. As classes perigosas são perigosas quando se mobilizam, quando agem, quando exigem.”

Lander comparou a situação a uma festa da alta sociedade, da qual participam “as pessoas brancas, as pessoas refinadas, as pessoas que sabem como falar, que sabem como segurar uma taça de cristal para beber vinho. De repente, a festa é invadida por algumas pessoas que não sabem se comportar, que estão malvestidas, que não tomaram banho ou que fedem. Elas agarram a comida com a mão. A sensação é de que essas pessoas estão tomando conta do país”.

A missão de Chávez – e suas missões – alimentou um interesse crescente fora da Venezuela. O “turismo revolucionário” tornou-se um negócio promissor. Professores de universidade, ativistas,

estudantes, líderes dos direitos civis, membros de igrejas e chefes de sindicato dirigiram-se em grande número ao país. A Venezuela transformou-se em uma Meca da esquerda. Os recém-chegados eram a encarnação mais recente dos ativistas que visitaram Cuba nos decênios de 1960 ou 1970 e a Nicarágua e El Salvador nos anos de 1980. Muitos desconfiavam das notícias divulgadas pelos grandes meios de comunicação a respeito da Revolução Bolivariana. Desejavam ver as coisas com os próprios olhos.

Quando visitaram os *barrios*, essas pessoas encontraram uma atmosfera eletrizante. Algumas delas viram mulheres e homens na casa dos 70 aprendendo, pela primeira vez, a ler. "Aqui há um país e um líder tentando oferecer uma alternativa ao neoliberalismo e às políticas que devastaram a América Latina nos últimos 20 anos", afirmou um estudante australiano a *The New York Times*. "É por isso que as pessoas estão vindo para cá. Há um sentimento de que este é um momento histórico." Um outro visitante, a sindicalista de Nova York Brenda Stokely, declarou: "o presidente Chávez tenta dar aos pobres assistência médica, educação e empregos com salários decentes. Qualquer um contrário a isso ou está tampando os olhos ou não possui respeito nenhum pelos seres humanos que vivem na miséria".

Grupos como o Global Exchange, de San Francisco, organizaram via-gens à Venezuela nas quais os visitantes testemunharam o funcionamento de tudo, desde as cooperativas às missões de atendimento médico. Os céticos menosprezaram as peregrinações, argumentando que os visitantes obtinham uma visão parcial da Venezuela, ignorando as críticas feitas pelos opositores do regime. O sociólogo Amalio Belmonte comparou esses turistas aos "antropólogos do século 19 que rodam o planeta à procura de

culturas primitivas. Então regressam para suas vidas confortáveis no Primeiro Mundo e repetem o discurso revolucionário de Chávez, mas sem interesse nenhum em ouvir o outro lado da história”.

Na verdade, muitos dos grupos turísticos reuniram-se com políticos da oposição para ouvir o outro lado da história. E acabaram conquistando uma compreensão muito mais profunda sobre o funcionamento da Revolução Bolivariana do que muitos militantes da oposição – que nunca colocaram os pés nos *barrios*.

Entre os visitantes estava Chesa Boudin, filho de Katherin Boudin e David Gilberto, ex-membros do Weathermen, um grupo radical da década de 1970. Formado em Oxford, Chesa Boudin realizou um estágio rápido na área de relações internacionais do governo venezuelano. Os mais conhecidos visitantes norte-americanos a dar apoio a Chávez foram líderes negros como Jesse Jackson, o cantor Harry Belafonte e o ator Danny Glover, cuja filmografia inclui *A Cor Púrpura* e *Máquina Mortífera*. Um outro visitante, Cornell West, professor da Universidade Princeton, afirmou que um dos motivos da sua viagem era ir além do retrato da Venezuela apresentado pelos grandes meios de comunicação. “Nós, nos Estados Unidos, ouvimos tantas mentiras sobre o presidente Hugo Chávez e a Revolução Bolivariana”, disse.

Em uma viagem organizada pelo grupo negro norte-americano Forum TransAfrica, Belafonte, Glover e outros participaram de uma cerimônia em que a Venezuela inaugurou uma escola bolivariana que homenageava Martin Luther King Jr. A escola ficava localizada na cidade majoritariamente negra de Naguayata, na costa caribenha, e duramente castigada pelas enchentes e os deslizamentos de 1999. Aristóbulo Istúriz, primeiro venezuelano de ascendência africana a ocupar o cargo de ministro da Educação, comandou a

cerimônia. Em um discurso instigante, Bill Fletcher, presidente da TransAfrica, destacou os paralelos existentes entre a Revolução Bolivariana de Chávez realizada em nome da maioria pobre da Venezuela e a atuação de Martin Luther à frente do movimento de defesa dos direitos civis nos anos de 1960:

O doutor King não era um homem preocupado fundamentalmente com mudar as leis. Ele estava preocupado fundamentalmente com a justiça social. Ele era um homem que abominava a opressão sofrida por bilhões de pessoas neste planeta e que desprezava os vampiros responsáveis por sugar as riquezas e direcioná-las para um pequeno grupo de pessoas. Ele era um homem que abominava a guerra e que teve coragem de levantar-se contra a Guerra do Vietnã. [...] Qualquer movimento que defenda esse tipo de política é um movimento consistente com o legado do doutor King.

Não obstante a maior parte das classes altas alimentar um ódio arraigado por Chávez, alguns dos seus membros seguiram caminho igual ao dele, ao não aderirem totalmente ao líder venezuelano. Quando 457 famílias pró-Chávez invadiram uma terra de propriedade de uma das famílias mais ricas do país e lar de uma das destilarias de rum mais tradicionais da Venezuela, o proprietário dessas terras, Alberto Vollmer, não mandou que os invasores fossem presos e nem contratou pistoleiros para matá-los. Em vez disso, fez um acordo: ofereceu-lhes parte da terra para que construíssem suas casas, desde que trabalhassem e respeitassem o restante da propriedade.

Vollmer, então na casa dos 30 anos, era representante de uma das famílias mais antigas da Venezuela. Seu pai, Alberto J. Vollmer, cursara o ensino médio com o primeiro presidente Bush e servira

como embaixador venezuelano junto ao Vaticano. A mãe, Christine de Marcellus, por seu lado, era uma *socialite* de Palm Beach e uma ativista antiaborto ligada aos altos escalões da Igreja Católica. A família comprara a destilaria Santa Teresa Rum em 1885. A fábrica havia sido fundada, em 1796, naquele mesmo lugar. Dois séculos mais tarde, em 1996, a empresa encontrava-se à beira da falência quando Vollmer filho, ex-estudante da Academia Militar Valley Forge, perto de Filadélfia, assumiu os negócios e recuperou-os.

Em fevereiro de 2000, as famílias pobres invadiram a propriedade, mas a resposta de Vollmer transformou-se em um modelo de cooperação entre as elites ricas da Venezuela e as massas empobrecidas. Foram construídas cem casas em 60 acres de terra, em meio a um projeto elogiado por especialistas em resolução de conflito da Universidade Harvard, entre outras instituições. O governo também participou do esforço, pavimentando as ruas e fornecendo serviços públicos como eletricidade e linhas de telefone. As famílias foram instadas a pagar hipotecas para o órgão de habitação do governo.

O projeto não terminou ali. Quando gangues de rua de uma favela próxima começaram a pressionar os trabalhadores da destilaria (e dois foram detidos sob a acusação de terem roubado as armas de segurança), Vollmer selou um novo acordo. Ofereceu a possibilidade de não dar queixa se os membros da gangue prestassem serviços comunitários durante três meses ao governo, em troca também de alimentação. Os acusados concordaram. Um dia, o programa ampliou-se para incluir 75 jovens de três gangues rivais. Depois de três meses de trabalho, os integrantes das gangues recebiam aulas e acompanhamento psicológico. Vollmer ainda os ajudou a encontrar trabalho em empresas da região. Ele

chamou seu programa de "Alcatraz", mesmo nome da famosa prisão de San Francisco. Certa vez, levou um dos ex-membros de gangue, na primeira classe de um avião, até Sarajevo, para que participasse de uma conferência do Banco Mundial sobre programas sociais.

Chávez começou a mencionar o programa de Vollmer em discursos, citando-o como modelo do que a Venezuela poderia ser. O empresário, que não votou em Chávez, chegou a aparecer na TV ao lado do presidente, fazendo com que dezenas de pessoas enviassem e-mails enfurecidos, acusando-o de ser um traidor de sua classe. Alguns clientes prometeram mesmo nunca mais comprar mercadorias dele. No entanto, para os moradores da área beneficiada, o programa era uma dádiva dos céus, da mesma forma como as missões de Chávez, responsáveis por mudar suas vidas. "Se um quarto das pessoas ricas fosse como Alberto", afirmou um desses moradores, "este seria um país diferente".

25. O Referendo



À medida que as missões de Chávez criavam raízes e sua popularidade solidificava-se, a oposição via esgotarem-se as alternativas para tirá-lo do poder. As greves fracassaram. O golpe de 2002 tampouco atingiu seu objetivo. De dezembro de 2002 a fevereiro de 2003, a paralisação do setor petrolífero devastou a economia, mas não conseguiu arrancar Chávez de Miraflores – e a oposição, após o “cancelamento” do Natal e os prejuízos registrados por centenas de empresas, estava mais desacreditada do que nunca.

A greve do petróleo mal tinha acabado quando os opositores adotaram uma nova tática para derrubar Chávez do cargo. A Constituição de 1999 elaborada pela assembléia constituinte pró-Chávez e aprovada com folga em um plebiscito realizado no mês de dezembro daquele ano continha uma cláusula única no Hemisfério Ocidental e talvez no mundo: ela permitia a

realização de um referendo com força de lei para saber se o presidente deveria ou não continuar no cargo.

Para convocar uma votação do tipo, a oposição precisava reunir as assinaturas de 20% dos eleitores registrados, ou cerca de 2,4 milhões de pessoas. A eleição revocatória poderia acontecer apenas depois de transcorrida metade do mandato presidencial de seis anos – no caso de Chávez, depois de 9 de agosto de 2003. A fim de vencê-la, os adversários do presidente necessitavam obter um número maior de votos do que os recebidos pelo dirigente quando eleito – nesse caso, quase 3,8 milhões de votos. E, claro, precisavam de um montante de votos favoráveis à derrubada do presidente maior do que o montante dos votos favoráveis à sua permanência. Se a oposição vencesse o referendo, um novo pleito presidencial poderia ser realizado dentro de 30 dias.

Apesar de as leis não serem muito claras a esse respeito, tudo indicava que Chávez poderia concorrer novamente.

Não obstante o alto grau de tensão nas relações entre o governo e seus adversários, os dois lados assinaram um histórico acordo em maio de 2003, prometendo encontrar uma solução constitucional para a crise. O pacto resultou de seis meses de árduas negociações envolvendo os dois lados e supervisionadas pelo Centro Carter (com sede em Atlanta), do ex-presidente Jimmy Carter, entre outros. O clima era promissor. A oposição acreditou que conseguiria vencer facilmente o referendo a respeito do mandato de Chávez. As pesquisas davam sustentação a essa esperança. Uma enquete realizada pelo instituto Estratégias de Pesquisa e Opinião Pública Greenberg Quinlan Rosner, que já trabalhara tanto para o Partido Democrata quanto para o Partido Republicano nos Estados Unidos, previu em abril que Chávez seria

derrotado por uma margem de dois para um. Artigos de jornal costumavam afirmar que as políticas de Chávez, conforme um deles em particular escreveu, “fizeram com que a maioria dos venezuelanos se voltasse contra ele”.

A Venezuela ainda não contava com um órgão capaz de supervisionar o referendo. No final de agosto, a Suprema Corte rompeu um impasse existente entre o governo e a oposição, nomeando cinco membros para integrarem o Conselho Eleitoral Nacional. Os dois lados, junto com os Estados Unidos, elogiaram a medida, argumentando que a composição do conselho estava equilibrada – dois membros davam apoio à oposição, dois ao governo. O presidente do órgão, Francisco Carrasquero, era um professor universitário com tendências esquerdistas.

A primeira decisão do conselho desfavoreceu a oposição. O órgão decidiu que as petições entregues pelos opositores em agosto e que, supostamente, conteriam os 3 milhões de assinaturas requeridos, não eram válidas. O órgão afirmou que as assinaturas haviam sido colhidas a partir de fevereiro de 2003 – antes da metade do mandato de Chávez – e sem a supervisão das autoridades. A oposição alegou que o governo tentava evitar a votação e que buscava dissuadir a população de assinar as petições, ao divulgar na Internet uma lista com os que tinham aderido ao movimento e ao negar-lhes empregos, passaportes, carteiras de identidade e bolsas estudantis. O governo, por seu lado, respondeu afirmando que empresas obrigavam seus funcionários a assinarem as petições, sob pena de serem demitidos.

No final, os líderes da oposição aceitaram colher novamente as assinaturas. O processo aconteceu no último fim de semana de novembro. Os venezuelanos formaram longas filas em escolas,

praças e igrejas para colocar seu nome nos documentos. Uma semana antes, os simpatizantes de Chávez tinham realizado sua própria campanha de coleta de assinaturas, para realizar uma votação sobre a continuidade ou não do mandato de 38 congressistas da oposição. O processo parecia oferecer uma alternativa muito menos problemática do que os golpes e as greves do petróleo. César Gaviria, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, declarou aliviado que a Venezuela “encontrava uma via democrática para resolver seus problemas”.

Quando as duas campanhas de recolhimento de assinaturas terminaram, a oposição alegou ter obtido as assinaturas de que precisava para realizar o referendo. Recusou-se, no entanto, a divulgar imediatamente o número de seu montante. A seguir, demorou três semanas para entregar as petições. Essa atitude levantou suspeitas entre os partidários de Chávez e no próprio presidente. Descrevendo a ação dos opositores como uma “megafraude”, o líder venezuelano, em um comício realizado no dia 6 de dezembro, mostrou várias petições, alegando que as listas continham nomes de pessoas que não eram eleitores registrados, apresentavam nomes repetidos e ainda contavam com o nomes de pessoas falecidas. Chávez também acusou os que recolhiam as assinaturas de entrarem em hospitais, asilos para idosos e instituições psiquiátricas, para pressionar as pessoas a incluir seus nomes nas listas.

Após um intenso processo de revisão, ocorrido em fevereiro, o conselho eleitoral anunciou que a oposição havia entregado cerca de 3 milhões de assinaturas, e não 3,4 milhões, conforme afirmara. O órgão decidiu que 1,83 milhão de assinaturas não tinham validade. Dessas, 375 mil foram rejeitadas de pronto como

inválidas. Outras 876 mil foram colocadas sob suspeita porque a caligrafia delas era muito parecida. O conselho disse que poderia aceitá-las se os cidadãos responsáveis por elas se apresentassem para confirmar o fato. A oposição precisava de 530 mil confirmações para convocar o referendo.

Os adversários de Chávez ficaram furiosos e acusaram o conselho de fraude e de aliar-se ao governo. Lançaram manifestações de rua com uma nova tática de “desobediência civil”, que batizaram de Operação Guarimba. Instruíram seus simpatizantes a erguerem bloqueios de rua em grandes avenidas localizadas perto de suas casas ou de locais seguros e a buscarem abrigo quando a polícia ou outras autoridades se aproximassem. Depois que as forças de segurança tivessem partido, os manifestantes regressariam para as ruas. Com isso, pretendiam criar uma situação caótica, impedindo as pessoas de ir para o trabalho, as escolas, as lojas e os hospitais. Robert Alonso, irmão da atriz venezuelana Maria Conchita Alonso e proprietário de um *site* que anunciava o dia, o local e a hora de cada ato da Operação Guarimba, acreditava que os distúrbios provocariam a intervenção das Forças Armadas e que Chávez cairia dentro de poucos dias.

A operação logo gerou violentos conflitos com as forças de segurança. Os manifestantes queimaram pneus, veículos e sacos com lixo ao bloquearem as ruas, especialmente em setores mais ricos de Caracas. Alguns atiraram pedras e coquetéis Molotov contra os soldados e tentaram romper os cordões de isolamento formados por membros da Guarda Nacional, convocados às ruas para controlar os grupos de protesto. Alguns militares dispararam contra os manifestantes. Prefeitos opositores de áreas ricas nas quais ocorriam protestos recusaram-se a mobilizar a polícia para

restabelecer a ordem. Henrique Capriles Radonski, o prefeito de Baruta que não tentara controlar os agressores da Embaixada cubana durante o golpe de abril de 2002, defendeu o direito dos envolvidos na Operação Guarimba. Segundo o político, eles “não estão fazendo nada muito diferente de exercer seu direito legal de protestar”.

As manifestações, que duraram uma semana, aconteciam em um momento delicado – os líderes do Grupo dos 15, que reúne países em desenvolvimento, davam início a uma cúpula em Caracas. O governo avisou que os manifestantes não deveriam tentar invadir o encontro, realizado no Hilton Hotel, mas alguns deles procuraram fazê-lo. Os conflitos obrigaram os bancos a fechar 20 agências; paralisaram a coleta de lixo; deixaram fora de operação os postos de gasolina; provocaram grandes congestionamentos e dificultaram a circulação dos veículos de serviços de emergência. Na primeira semana, os manifestantes provocaram um prejuízo de 1 milhão de dólares em danos nas ruas, apenas em Caracas.

Grupos de defesa dos direitos humanos, entre os quais a Anistia Internacional, acusaram as forças de segurança de usar força excessiva para conter os manifestantes, incluindo relatos sobre casos de tortura e espancamento. Dez pessoas foram mortas e até 300 ficaram feridas. Outras 400 foram detidas ilegalmente, segundo a oposição, para quem os manifestantes exerciam seu direito constitucional de protestar. Os adversários de Chávez aproveitaram-se dos conflitos para retratar o presidente como um grande violador dos direitos humanos, algo semelhante aos ditadores mais sanguinários da América Latina. O embaixador da Venezuela junto às Nações Unidas, Milos Acalay, renunciou, afirmando quanto às

medidas repressivas “parecem-se muito” com as ditaduras militares de direita da América Latina do decênio de 1970.

Mas, para o governo, a Operação Guarimba não passava de outra tentativa ao estilo da CIA para derrubar Chávez, disseminando caos e violência nas ruas, fazendo com que as autoridades reagissem, bem como incentivando os militares a intervirem para depor o presidente “que abusa dos direitos humanos”.

Os membros da oposição acusaram Chávez de tentar descarrilar o referendo. Disseram que o Conselho Eleitoral Nacional, que antes haviam elogiado e considerado um órgão de composição equilibrada, estava agora sob seu controle. Argumentaram que as eventuais violações procedimentais nas petições com as assinaturas seriam mínimas. Os meios de comunicação nacionais e estrangeiros reportaram que o conselho recusara centenas de milhares de assinaturas devido a “tecnicidades”.

No entanto, irregularidades um pouco mais graves do que meras “tecnicidades” tinham levado o órgão a rejeitar as assinaturas. O conselho eleitoral elaborara e divulgara regras específicas para a coleta de assinaturas. Entre essas, havia a exigência de que todos os signatários, com exceção dos deficientes, teriam de preencher pessoalmente os formulários com informações tais como nome e número da carteira de identidade. Porém, quando o conselho recebeu as petições, dezenas de milhares de formulários pareciam ter sido preenchidos com uma mesma caligrafia. Até algumas assinaturas pareciam ser iguais. A oposição reconheceu que em alguns locais voluntários tinham preenchido os formulários, mas insistiu a respeito da legitimidade das assinaturas.

No final, o conselho eleitoral não descartou totalmente as assinaturas questionáveis. O órgão ofereceu um acordo de compromisso. Durante um "período de retificação", previsto para durar cinco dias, os cidadãos poderiam confirmar que tinham assinado as petições.

Os simpatizantes de Chávez suspeitavam dos esforços para convocar o referendo, em parte devido à entidade responsável por coordená-los: o grupo Sumate, financiado pelo NED. No começo de 2004, como resultado dos pedidos baseados na Lei de Liberdade de Informação e apresentados pelos norte-americanos Eva Golinger e Jeremy Bigwood, surgiram indícios crescentes da interferência do NED na Venezuela. Esses pedidos forneceram milhares de páginas de documentos internos detalhando as atividades do grupo. Grande parte do dinheiro distribuído pela organização na Venezuela, cerca de 1 milhão de dólares ao ano, aos grupos da oposição, entre os quais alguns cujos líderes assinaram o Decreto Carmona, responsável por eliminar a democracia durante o golpe de abril de 2002, ou visitaram o palácio presidencial naquele dia. Entre esses se incluíam Maria Corina Machado, a fundadora e líder do Sumate; Machado, a atraente filha de uma das famílias mais ricas da Venezuela. Mulher bonita e sempre bem-vestida, insistia em que o Sumate não passava de uma organização pró-democracia "independente" dedicada a "educar os eleitores".

Quando os esforços para convocar o referendo ganharam força, o governo venezuelano contra-atacou. Promotores abriram investigações sobre Machado e o co-líder do Sumate, Alejandro Plaz, sob a acusação de conspirarem para cometer traição. Se considerados culpados, os dois poderiam ser condenados a até 16 anos de prisão.

A investigação detonou uma enxurrada de protestos na comunidade internacional. Os defensores de Machado apresentaram-na como uma valente ativista pró-democracia que combatia os males de um governo ditatorial disposto a esmagar as menores manifestações de discordância. "A luta dela é heróica", escreveu um colunista de *The Washington Post*. "Maria Corina Machado sorri corajosamente, mas admite que está com medo. Eles estão atrás dela, explicou; a máquina do Estado." Moisés Naím, editor da revista *Foreign Policy* e um dos tecnocratas responsáveis pelo "choque econômico" implantado por Carlos Andrés Pérez em 1989, descreveu as atividades de Machado sob um viés religioso. "Isso é uma obra divina", disse. Em novembro de 2004, mais do que 70 figuras de destaque tinham assinado uma carta apoiada pelo NED e na qual se descrevia o processo contra Machado como uma "grave ameaça à democracia". Da lista de signatários participaram a ex-secretária de Estado dos Estados Unidos Madeleine Albright e o senador John McCain, que integrava o quadro de diretores do NED.

Para Chávez e seus partidários, apenas um cego descreveria Machado como uma defensora inocente da liberdade lutando para salvar a democracia venezuelana. Pelo contrário, eles viam nela um instrumento dos Estados Unidos e da campanha desse país para tirar o presidente do poder. O NED aprovou conceder 53.400 dólares para o grupo de Machado. Chávez e seus simpatizantes não questionavam o direito de o Sumate organizar o referendo sobre o mandato presidencial. Questionavam o direito de o grupo receber dinheiro de um governo estrangeiro para fazer isso. O raciocínio era o seguinte: qual seria a reação dos norte-americanos se um governo estrangeiro ajudasse a financiar uma campanha para tirar o presidente Bush do cargo? Seria *essa* uma ação legal?

As verbas distribuídas pelo NED acabaram favorecendo Chávez. O presidente descreveu a campanha pelo referendo como um plano de Bush e dos Estados Unidos para derrubá-lo. Davi tentava rechaçar um novo ataque lançado pelo Golias gringo. Em um comício realizado no dia 29 de fevereiro, os organizadores do evento montaram uma imensa piranha de papel machê para representar os Estados Unidos. Ao lado, aparecia um peixinho, representando a Venezuela.

O confronto entre Chávez e a oposição durou semanas, até o final de maio, quando os adversários do governo finalmente realizaram seu “período de retificação”, a fim de validar as assinaturas questionáveis. O Conselho Eleitoral Nacional decidiu que os opositores conseguiram reunir uma quantidade suficiente – no limite, suficiente – de assinaturas para realizar a votação. A oposição ficou em êxtase. Convenceu-se de que o referendo estava ganho e deu a vitória como favas contadas. Chávez mostrava-se igualmente confiante. Em junho, o líder venezuelano previu que obteria 5 milhões de votos, uma vitória fácil.

O senso comum entre analistas, diplomatas e os grandes meios de comunicação rezava que Chávez se encontrava em sérios apuros e que, provavelmente, seria derrotado, ou pelo menos a corrida terminaria empatada. Apenas uma semana antes da votação, marcada para o dia 15 de agosto, dois dos “principais” especialistas venezuelanos em pesquisas, Luis Vicente León e Alfredo Keller, que também criticavam Chávez costumeiramente, descreveram essa como uma corrida apertada. A publicação *The Washington Post* relatou: “a popularidade de Chávez diminuiu a olhos vistos desde que se elegeu pela primeira vez”.

Além das críticas usuais sobre o presidente comandar um governo incompetente e autoritário, responsável por coibir a liberdade de expressão e tentar implantar na Venezuela um modelo cubano de regime, Chávez viu-se atacado em outras frentes. A Assembléia Nacional aprovou uma nova lei, em junho, permitindo que o número de membros da Suprema Corte aumentasse de 20 para 32, anulando a nomeação de juizes substitutos. O grupo Human Rights Watch e outros grupos acusaram Chávez de alterar a composição da Corte, para determinar o resultado do referendo, caso surgissem disputas pertinentes.

O presidente tinha motivos para precaver-se contra o órgão. Alguns magistrados escolhidos com a ajuda de seu ex-mentor político Luis Miquilena tinham se voltado contra ele e assumido uma postura abertamente contrária ao governo depois de os dois haverem se desentendido, no começo de 2002. Após o *putsch* de abril daquele ano, a Corte permitiu que todos os suspeitos saíssem livres e declarou não ter havido tentativa de golpe.

Independente de ninguém poder argumentar que Chávez não era o presidente legitimamente eleito da Venezuela, alguns asseveravam que o dirigente seria certamente um “falso democrata”, conforme sugerido pelo editorial de *The New York Times*, assinado por Bernard Aronson. Aronson, ex-secretário-assistente de Estado para os assuntos interamericanos, mantinha naquela época investimentos na Venezuela. Um dia antes do referendo, ele escreveu sobre Chávez: “representa uma nova raça de autocrata latino – um líder que é eleito de forma legítima, mas que então usa seu cargo para minar o sistema de peso e contrapeso da democracia e intimidar seus adversários políticos”. O colunista citou a lei sobre a Suprema Corte, o caso contra Maria

Corina Machado (a líder do Sumate) e a prisão, em maio, do prefeito Henrique Capriles Radonski, que depois da Operação Guarimba foi detido como parte de uma investigação sobre o ataque contra a Embaixada cubana, no golpe de 2002. Segundo Aronson, o prefeito estava detido "devido a acusações claramente falsas de incentivar um motim". O embaixador de Cuba discordava. Ele ficara preso dentro da Embaixada ao longo daquele dia e daquela noite, ao lado de seus funcionários e alguns dos filhos deles, sem que lhes fossem fornecidos alimentos, água ou eletricidade. Do lado de fora, reunia-se uma multidão enfurecida que o prefeito e sua polícia não dispersaram.

O artigo de Aronson assemelhava-se a outro artigo opinativo do *Times*, escrito antes por Naím, ex-ministro do Comércio e da Indústria de Carlos Andrés Pérez: "Hugo Chávez e os limites da democracia: como as eleições livres desembocaram em uma tirania na Venezuela". Citando uma das malafamadas pesquisas realizadas no país, Naím declarou que dois de cada três venezuelanos que viviam abaixo da linha de pobreza opunham-se a Chávez. Somado ao disseminado sentimento de rechaço ao presidente nas classes alta e média, o dado significava que uma acachapante maioria no país se opunha a Chávez, conforme Naím. Bastava que houvesse uma eleição para que o presidente deixasse o cargo.

Aronson argumentou no *Times* que "se faz necessária uma nova agenda, capaz de oferecer mobilidade ascendente e fortalecimento político aos pobres do continente. Isso exigiria não apenas um aprofundamento das reformas econômicas estruturais e maior disciplina fiscal, como um esforço renovado para dar aos pobres títulos de propriedade para suas terras, crédito para microempresas, medidas para facilitar o processo por meio do qual

as pequenas empresas poderiam trocar a economia informal pela economia formal, combate à evasão fiscal e à corrupção entre as autoridades, bem como fim do custeio da educação superior às custas do ensino básico e do ensino médio”.

Com exceção do fracasso de Chávez em combater de forma eficiente a corrupção endêmica no país, muitos dos passos sugeridos por Aronson eram exatamente iguais ao que o presidente buscava implantar. Seus programas educacionais e de reforma agrária ofereciam exemplos de destaque. E logo se intensificaria o combate a casos de suposta evasão fiscal, tendo por alvo também e inclusive empresas multinacionais como a Coca-Cola, o McDonald's e a Chevron.

Não obstante a maior parte dos meios de comunicação menosprezar ou ridicularizar esses programas, Chávez redirecionava grandes somas do dinheiro obtido com o petróleo venezuelano para a fatia mais pobre da sociedade.

O Ministro da Educação do país, Aristóbulo Istúriz, calculava que o governo gastara 4,5 bilhões de dólares, ou 20% do Orçamento, com o setor de educação. Esse montante equivalia a 6,1% do Produto Interno Bruto da Venezuela, ou cerca de o dobro do percentual verificado no ano anterior. No que diz respeito à pdvsa, a empresa estava injetando 1,7 bilhão de dólares de seu orçamento de capitalização de 5 bilhões de dólares em programas sociais do governo como a Misión Robinson. Esse valor incluía 600 milhões de dólares para os programas de educação e saúde, 600 milhões de dólares para os programas agrícolas e 500 milhões de dólares para casas e estradas, além de outros projetos de infra-estrutura. Enquanto a maior parte dos meios de comunicação e dos representantes da elite como Naím e Aronson concentravam-se nas

reclamações da oposição, uma revolução de base – embora com falhas desenrolava-se nos *barrios* e na zona rural. A redoma dentro da qual viviam os opositores impedia que percebessem isso.

Chávez transferiu os altos índices de popularidade das missões sociais para sua campanha no referendo. Lançando mão de seu gosto pelas citações históricas, o presidente batizou a campanha contra a votação de “Batalha de Santa Inés”. Foi nesse local de Barinas que Ezequiel Zamora venceu um famoso confronto do século 19, durante o qual atraiu os espanhóis para uma emboscada. Chávez comandou pessoalmente a campanha contra o referendo, escolhendo uma nova equipe para dirigir o esforço eleitoral. Ele os chamou de Comando Maisanta, em homenagem a seu bisavô. A equipe, da qual participava um núcleo de especialistas em política, era dominada por artistas, acadêmicos e comunicadores sociais que pouco tinham participado do jogo político anteriormente. Com uma ficha limpa, essas pessoas deram prestígio e frescor à campanha.

Já que sua Presidência corria perigo, Chávez e seus aliados sugeriram uma idéia nova. Organizaram milhares de pequenas UBEs, ou Unidades de Batalha Eleitoral, nos *barrios*. Cada UBE constava de dez pessoas responsáveis por convencer outras dez pessoas a votarem contra o fim do mandato e por garantir que os eleitores comparecessem às urnas. Cada unidade, então, deveria assegurar cem votos. Em vez de trabalharem com as listas de eleitores registrados, muitas UBEs dividiram-se segundo ruas ou prédios. Outras se concentraram não nos locais onde moravam seus integrantes, mas onde eles trabalhavam. As unidades provaram ser uma ferramenta eleitoral eficiente: estima-se que 1,2 milhão de pessoas, ou 4% da população, aderiu a uma ube. Muitos deles eram ativistas de longa data em movimentos sociais ou membros

de comissões de terra e de saúde que surgiam nos *barrios* em meio à Revolução Bolivariana. No entanto, para a maioria deles, essa seria a primeira vez em que atuariam como ativistas políticos. Chávez pediu que essas pessoas comparecessem cedo aos locais de votação.

O conselho fez-se ouvir. No dia 15 de agosto, um domingo, centenas de milhares de moradores das favelas acordaram com o barulho de fogos de artifício ou com o “toque de alvorada” vindo de alto-falantes. As UBEs convocavam seus seguidores para a ação. Os relógios marcavam 3 horas da madrugada. As urnas só abririam às 6 horas. Na região oeste de Caracas, uma área rica, e em outros bolsões de abundância o clima também era de excitação. Os moradores dessas regiões sentiam que finalmente teriam uma chance de votar. Eles estavam exultantes e tinham certeza de que o pesadelo nacional terminaria dentro em breve.

O comparecimento às urnas foi assombroso. Milhares de pessoas forma-ram filas uma hora antes do início da votação. À medida que o processo avançava, as filas começaram a aumentar, estendendo-se pelos quarteirões dos locais de votação – ao longo de até 2 quilômetros. As pessoas esperavam pacientemente sob o calor escaldante. Em geral, ficaram por até sete horas nas filas. O processo pautou-se quase inteiramente pela calma e a tranquilidade.

Observadores internacionais encarregados de monitorar o pleito e vindos do mundo todo ficaram surpresos. Nunca tinham visto algo parecido com aquilo. Jimmy Carter disse que essa era o maior comparecimento às urnas que vira nas dezenas de eleições que tinha monitorado, em locais como a Nigéria, a Indonésia e Moçambique. O referendo transformava-se em uma bela e

impressionante celebração à democracia. As pessoas teriam a chance de se manifestarem. Quando Chávez se dirigiu a sua zona eleitoral, o empobrecido *barrio* 23 de Enero, com seus vários prédios altos, comentou: “Todos os que diziam que o ditador Chávez não concordaria com uma votação... Bem, aqui está uma prova”. Carter e sua equipe eram recebidos com palmas em todos os lugares que visitavam.

No final da tarde, ficou claro que não haveria tempo suficiente para que votassem todos os que ainda estavam nas filas. O Conselho Eleitoral Nacional adiou o fechamento das urnas, das 18 horas para as 20 horas. Ainda assim, o tempo não seria suficiente, e o órgão determinou um novo adiamento, agora para a meia-noite. A votação em alguns bairros, principalmente nos mais pobres, estendeu-se até as 3 horas da madrugada. A maratona eleitoral durou 21 horas. No final, quase 10 milhões dos 14 milhões de eleitores registrados compareceram às urnas. A Venezuela batia um recorde.

Às 4 horas, as autoridades estavam prontas para divulgar os primeiros resultados oficiais. Quando Francisco Carrasquero, o presidente do Conselho Eleitoral Nacional, apareceu na TV para fazer o anúncio, grande parte do país continuava acordada e com os olhos vidrados nos aparelhos de TV. Os dois lados estavam convencidos de que venceriam. Os simpatizantes de Chávez reuniram-se às portas do Palácio de Miraflores. Os líderes da oposição encontravam-se em uma área rica do leste de Caracas. Eles estavam totalmente despreparados para o que Carrasquero diria logo a seguir. A televisão explicava em parte esse despreparo.

As grandes redes de televisão, controladas pelos magnatas da mídia que faziam oposição a Chávez, passaram o dia mostrando as

longas filas formadas pelas pessoas que esperavam para votar nos bairros anti-Chávez, como Altamira. Elas não se deram ao trabalho de ir aos *barrios* de baixa renda, onde as filas eram tão grandes e o sentimento de apoio a Chávez, arraigado. Os canais de televisão, que tiveram uma participação importante no golpe de 2002 e nas greves econômicas, criaram a falsa impressão de que as forças anti-Chávez conquistariam uma vitória arrasadora no referendo. A distorção revelava-se tão grande que, em dado momento, Teodoro Petkoff, um dos maiores críticos de Chávez e chefe de um jornal, telefonou para o dono de uma estação para pedir-lhe que enviasse suas câmeras para as favelas em nome de se apresentar um retrato mais exato e equilibrado do que ocorria. Segundo Petkoff, o dono da emissora recusou-se a atender-lhe o pedido.

A tendenciosa cobertura televisiva, as pesquisas divulgadas pela mídia segundo as quais a disputa era apertada e a convicção preconcebida da oposição de que falava pela maioria do país fizeram com que o pronunciamento de Carrasquero, às 4 horas, fosse ainda mais chocante e inacreditável para os opositores do presidente. Chávez, declarou Carrasquero, vencera com folga. Os votos pró-governo superavam em muito os contrários – 58% contra 42%, afirmou o presidente do Conselho Eleitoral Nacional. À medida que outros resultados foram sendo divulgados, a vantagem de Chávez aumentou para 59% contra 41%. Os resultados superavam até mesmo a vantagem obtida pelo presidente na vitória de 1998, quando obtivera 56% dos votos, contra 44%. O dirigente ultrapassou a marca dos 5 milhões de votos que obteria, segundo previu em junho, ficando com um recorde de 5,6 milhões de votos. A oposição conquistou 3,9 milhões de votos, saindo

perdedora, mas ainda assim produzindo um grande impacto: quatro de cada dez venezuelanos opunham-se a Chávez.

O pronunciamento de Carrasquero detonou uma chuva de fogos de artifício nos bairros chavistas responsável por chacoalhar a cidade. Uma hora mais tarde, quando o nascer do Sol se aproximava, um sorridente Chávez saiu na sacada do segundo andar do Palácio de Miraflores para saudar a multidão de simpatizantes em polvorosa. Ele triunfara – mais uma vez. Somando as eleições para governador e para o Congresso, essa era sua oitava vitória consecutiva desde 1998, quando conquistara a Presidência. Era também a terceira grande derrota da oposição em dois anos, depois do fracassado golpe de 2002 e da fracassada greve do petróleo. Chávez afirmou à multidão em êxtase que o sucesso no referendo equivalia a acertar um potentíssimo *home run*, mandando a bola para fora de Caracas, passando por sobre Cuba e fazendo-a cair no terreno da Casa Branca, ocupada por George W. Bush. “A Venezuela mudou para sempre”, afirmou. “Não há como retroceder. O país nunca voltará a ter a falsa democracia do passado, na qual as elites dominavam.” O dirigente acrescentou: “essa é uma vitória para a oposição. Eles derrotaram a violência, os planos golpistas e o fascismo. Espero que eles aceitem isso como uma vitória e não como uma derrota.”

A oposição, no entanto, não engoliria o resultado tão facilmente. Uma hora depois do pronunciamento de Carrasquero, os adversários de Chávez começaram a aparecer na TV para alegar que o processo fora fraudado. Eles baseavam suas acusações, em grande parte, na pesquisa de boca-de-urna realizada pelo instituto norte-americano Penn, Schoen & Berland Associates. A pesquisa mostrava que Chávez perderia pela mesma margem de votos com a

qual vencera. Infringindo uma lei que proibia a divulgação de pesquisas antes do fim da eleição, a Penn, Schoen & Berland Associates enviou os números por fax e por e-mail, às 20 horas, para vários veículos de comunicação e para os escritórios da oposição. O título da mensagem era o seguinte: "Pesquisa de boca-de-urna mostra derrota arrasadora para Chávez". A notícia sobre esses números espalhou-se no começo da tarde por meio dos telefones celulares, alimentando a impressão dominante entre os opositores de que eles caminhavam para uma vitória esmagadora e inevitável.

Além de infringir a lei contra a divulgação do resultado de pesquisas enquanto ainda houvesse eleitores votando, havia um outro problema com a enquete: ela fora realizada não por observadores neutros treinados para realizar pesquisas, mas por voluntários do Sumate, o grupo anti-Chávez que liderara a campanha pelo referendo e que recebia dinheiro do NED. As pesquisas de boca-de-urna são conhecidas por não serem confiáveis – conforme mostrou a eleição presidencial de 2000 nos Estados Unidos. E o envolvimento do Sumate levantava ainda mais suspeitas a respeito da legitimidade do esforço. Nas palavras do Ministro das Comunicações da Venezuela, Jesse Chacon: "Se alguém utiliza um ativista para realizar uma pesquisa, então essa pessoa acabará, uma hora ou outra, agindo como um ativista".

Na opinião de Jimmy Carter, a oposição usou a pesquisa pouco confiável para fazer com que o fiel da balança pendesse a seu favor na votação e para criar a impressão de que a vitória seria iminente e irremediável. "Não há dúvida de que alguns dos líderes da oposição distribuíram intencionalmente essa falsa pesquisa de boca-de-urna para ganhar força, e não apenas para criar um clima

de vitória do bloco anti-Chávez, mas também para influenciar as pessoas que ainda estavam na fila”, afirmou Carter mais tarde a repórteres.

Nada disso, porém, importava para os adversários do presidente. Eles nunca questionaram a legitimidade da pesquisa. Pelo contrário, tomaram-na como uma prova de que o governo havia cometido uma fraude de proporções cavalares. Insistiram que tinham vencido. As manchetes dos meios de comunicação controlados pela oposição esgoelavam-se: “Catastrofe”, “El Fraude Permanente” e “Serias Dudas”.

Essa era a opinião minoritária. Carter considerou o pleito justo, independente e de resultado preciso. Declaração semelhante saiu da boca de César Gaviria, da Organização dos Estados Americanos. Até o governo norte-americano confirmou que Chávez vencera, apesar de não ter parabenizado o dirigente. “O povo da Venezuela manifestou-se”, afirmou J. Adam Ereli, porta-voz do Departamento de Estado. Mesmo uma “contagem rápida” em um universo aleatório dos votos, conduzida pelo Sumate e sem relação com a pesquisa de boca-de-urna da Penn, mostrou que o governo vencera. A oposição escolheu ignorar essa contagem, mantendo silêncio a respeito.

Carter e Gaviria reuniram-se com os donos de meios de comunicação e com líderes da oposição na manhã daquela segunda-feira, na suíte de hotel ocupada pelo ex-presidente dos Estados Unidos e antes do anúncio de Carrasquero, a fim de tentar acalmar-lhes os ânimos e convencê-los a aceitarem os resultados. Os dois homens estiveram presentes na sede do conselho eleitoral à 0h30 para testemunhar a divulgação das primeiras tabulações eletrônicas, mostrando que Chávez, contados 6,6 milhões de votos,

liderava com tranquilidade. Agora, na suíte do hotel, Carter e Gaviria disseram acreditar que a contagem dos votos fora imparcial e que suas próprias pesquisas com amostras de votos confirmavam os resultados do conselho eleitoral. Alguns dos presentes ficaram “extremamente irritados”, segundo relatou Carter. “Ficaram brancos e nos criticaram duramente devido a nossa suposta falta de imparcialidade e de objetividade.” Outros dirigentes da oposição, como Enrique Mendoza, governador do Estado de Miranda, ficaram “visivelmente abalados e não falavam nada”, afirmou um repórter.

A oposição também disse que o novo sistema de votação eletrônica da Venezuela, usando telas sensíveis ao toque, era sujeita a fraudes e que o governo havia manipulado esse sistema para transformar uma derrota acachapante em uma vitória fragorosa. Mas especialistas em eleição, entre os quais Jennifer McCoy, membro do Centro Carter e em nada parecida com uma simpatizante de Chávez, disseram que as máquinas tinham proporcionado o “pleito tecnicamente mais avançado que já vimos”. Quando as pessoas votavam, as máquinas colhiam suas impressões digitais, enviavam-nas para satélites e comparavam-nas quase instantaneamente, a fim de evitar que alguém votasse mais de uma vez. Além disso, as máquinas também emitiam cédulas eleitorais que os votantes enfiavam nas urnas. Para alterar os resultados finais, uma pessoa teria de interferir nas máquinas eletronicamente. Os militares – os guardiões históricos dos materiais usados nas eleições venezuelanas – teriam de reprogramar “19.200 urnas eletrônicas a fim de imprimir novas cédulas eleitorais com as datas, a hora e o número de série apropriados e o número apropriado de votos no ‘sim’ e no ‘não’ para casar com o resultado eletrônico. Depois, teriam de reinserir esses papéis nas urnas tradicionais”,

escreveu McCoy tempos depois, em *The Economist*. "Tudo isso em quartéis espalhados por 22 Estados, entre a segunda e a quarta-feira, sem que ninguém denunciasse a fraude. Consideramos essa uma hipótese extremamente improvável."

Os protestos da oposição mostravam-se ainda mais infundados porque ela participara das verificações feitas antes do pleito a respeito das máquinas depois da instalação de um *software* antifraude, como consequência da polêmica em torno das empresas com sede na Flórida, responsáveis por fornecer as urnas eletrônicas e os programas de computador. Essa seria a primeira eleição das empresas, dirigidas por venezuelanos e que contavam com escritórios em Caracas. Uma agência de crédito ligada ao governo da Venezuela concedera à pequena empresa de *software*, chamada Bizta, um empréstimo de 150 mil dólares, mas a empresa logo devolveu o dinheiro, após alguns terem denunciado um possível conflito de interesses, já que a Bizta oferecera 28% de suas ações como garantia do empréstimo. A verificação pré-eleitoral mostrou que as urnas eletrônicas funcionavam com perfeição. A oposição e alguns dos adversários mais destacados de Chávez, entre os quais Teodoro Petkoff, concordaram com a respectiva utilização e com o eventual resultado do pleito.

Naquele momento, porém, como resultado da derrota, a oposição exigia uma auditoria no processo. O conselho eleitoral aceitou realizar uma auditoria parcial. O órgão levou a cabo tal verificação sob o olhar atento do Centro Carter e de outros respeitados observadores estrangeiros. Mas, então, os opositores afastaram-se da auditoria por eles próprios exigida, alegando ter encontrado provas de fraude não detectáveis naquele processo.

O comportamento da oposição lembrava cada vez mais o de um excêntrico lunático. Ela recusava-se a aceitar a realidade, pois perdera. A publicação *The New York Times*, usualmente crítica em relação a Chávez, escreveu em um editorial ser “hora de os adversários do presidente Hugo Chávez pararem de fingir que falam pela maioria dos venezuelanos. Eles não falam”. Alguns analistas acreditavam que algum tipo de “neurose coletiva” ou de “histeria” espalhava-se por grande parte da oposição. Essas pessoas eram bombardeadas 24 horas por dia, pelas emissoras de televisão, com peças de propaganda anti-Chávez, uma propaganda ríspida, achincalhante e muitas vezes mentirosa. “Eles não conseguem perceber a realidade”, concluiu a socióloga Margarita López Maya, da Universidade Central da Venezuela. “Instalou-se um bloqueio mental. [...] Isso é quase como uma patologia.” O padre jesuíta Arturo Peraza, defensor dos direitos humanos e adversário de Chávez que participara da passeata oposicionista de 11 de abril de 2002, concluiu que a recusa da liderança oposicionista em aceitar o resultado do referendo alimentava, na comunidade internacional, a impressão de que “eles não passavam de um bando de loucos”. Peraza comparou-os a uma criança de oito anos de idade que tem um acesso de raiva quando não consegue o que deseja. “Eles jogaram fora toda a credibilidade com que contavam”, afirmou o padre. “Isso não passa de um ato de suicídio.”

Peraza e alguns outros temiam que a derrota no referendo, ocorrida depois da tentativa fracassada de golpe e do malogro da greve do petróleo, fizesse com que direitistas radicais da oposição recorressem ao último subterfúgio de que aparentemente dispunham: assassinar Chávez. O pior pesadelo do jesuíta e de outros como ele era uma versão venezuelana do “El Bogotazo”, na

Colômbia, em 1948, quando o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, o popular líder do Partido Liberal, provocou três dias de conflitos sangrentos. A guerra civil resultante ainda assola aquele país.

Chávez também temia por sua segurança pessoal – e isso justificadamente. Dois meses após o referendo, Orlando Urdaneta, o ator venezuelano auto-exilado, apareceu em um programa de entrevistas de um canal de Miami e defendeu o assassinato de Chávez. Nas declarações para o programa *Maria Elvira Confronta*, Urdaneta afirmou: “Não há espaço para dúvidas. Não há outra saída. Eliminação física, com certeza”. Quando ele foi questionado sobre como isso poderia acontecer, respondeu: “Isso acontece utilizando-se alguns homens armados com fuzis e miras telescópicas que não erram. [...] Isto é uma ordem. Vamos. Apressem-se”.

Autoridades venezuelanas ficaram embasbacadas com o fato de os Estados Unidos terem permitido que Urdaneta se valesse de um canal de televisão do país para conclamar abertamente o assassinato de um chefe de Estado eleito democraticamente. Se o ator defendesse o assassinato de Bush, teria sido preso. O novo ministro da Informação da Venezuela, Andrés Izarra, produtor de jornais de televisão, que se demitira durante o golpe de abril de 2002, quando seus chefes no canal mandaram banir Chávez das telas, dis-se: “Neste momento, queremos que o governo norte-americano nos explique como Orlando Urdaneta conseguiu pedir que alguém fosse assassinado sem receber qualquer tipo de punição”.

Carlos Andrés Pérez, inimigo mortal de Chávez, também aderiu ao coro que pedia a eliminação física do presidente. Pouco antes do referendo, disse que Chávez “precisa morrer como um cão, porque

ele merece isso. Estou me esforçando para tirá-lo (Chávez) do poder. A violência nos permitirá derrubá-lo. Esse é o único instrumento que nos restou". Pérez, que o jornal conservador *Washington Times* descrevera como um símbolo da "cleptocracia e da incompetência que originalmente permitiram a ascensão de Chávez", afirmou ainda: "Não podemos simplesmente nos livrar de Chávez e termos, de pronto, uma democracia. [...] Precisaremos de um período de transição de dois ou três anos para criar os fundamentos de um Estado no qual prevaleça o sistema legal.

A oposição e grande parte dos meios de comunicação menosprezavam as constantes referências de Chávez a planos para assassiná-lo, classificando as declarações como paranóicas. No entanto, havia indícios evidentes de que – e o senso comum ditava o mesmo – essa era uma possibilidade real, já que o presidente se fortalecera no poder e as chances da oposição de regressar ao governo pelas vias democráticas tornavam-se cada vez menores. Em novembro de 2004, o promotor Danilo Anderson, que investigava 400 suspeitos de participação no golpe de abril de 2002, entre os quais alguns que tinham recebido dinheiro do National Endowment for Democracy, foi morto quando duas bombas detonadas por controle remoto destruíram seu carro. O assassinato de Anderson chocou um país desacostumado a ver morrerem violentamente figuras de destaque, ao contrário do que acontecia na vizinha Colômbia ou mesmo nos Estados Unidos, onde, apenas para citar as últimas décadas, tinham sucumbido às balas os irmãos Kennedy, Martin Luther King Jr. e Malcolm X, somando-se a isso ainda, que Ronald Reagan, Gerald Ford e George Wallace sobreviveram a tentativas de assassinato.

Como um ataque físico contra o dirigente venezuelano se mostrava, claramente, uma possibilidade palpável, Chávez ampliou seu aparato de segurança. Ele recebeu alguma ajuda dos cubanos, cujo líder, Fidel Castro, sobrevivera a dezenas dessas tentativas ao longo de quatro décadas. Quando, em setembro de 2006, Chávez desembarcou em Nova York, guarda-costas à paisana podiam ser vistos a seu lado em palanques no Sindicato do Cobre, em East Village, e na Igreja Batista Monte das Oliveiras, no Harlem. Esses seguranças carregavam “maletas” pretas de visual sinistro que se transformavam, na verdade, em escudos a prova de balas.

Apesar das cada vez mais numerosas ameaças a sua integridade física, Chávez saiu do referendo a respeito do seu mandato mais forte do que nunca, do ponto de vista político. Os adversários tiveram o que queriam – uma votação – e perderam, perderam feio. Eles não conseguiram apresentar uma alternativa convincente a Chávez. A única plataforma da oposição parecia ser as manifestações de ódio em relação a tudo que o dirigente realizasse. Agora, Chávez era o inquestionável presidente democraticamente eleito da Venezuela, apoiado pela maioria dos venezuelanos em eleições seqüenciais. Setores da liderança oposicionista aliada dos Estados Unidos davam sinais cada vez mais claros de que não desejavam mais brincar segundo as regras do jogo democrático. Eles clamavam por democracia, mas apenas quando os resultados lhes favorecessem.

Em vista da aniquilação quase total da oposição, Chávez viu-se livre para dedicar-se não apenas a fortalecer as missões sociais responsáveis por catapultá-lo à vitória no referendo, como também para garantir seu lugar no cenário internacional na qualidade de um herdeiro de Simón Bolívar para os tempos modernos. O presidente

transformara um dos maiores desafios a seu governo em um mandato ainda mais sólido para sua Revolução Bolivariana e provara estarem errados os especialistas em pesquisa e os meios de comunicação, segundo os quais Chávez desapareceria politicamente. O sonho de unificar a América Latina e disseminar para outros continentes a empreitada bolivariana por justiça social estava pronto para ganhar asas, não obstante o fato de que tal esforço, à medida que Hugo Chávez atraía a atenção do mundo todo, enfrentava resistências e tropeçava em alguns de seus próprios erros.

26. No Contra-Ataque



Oficialmente, o governo Bush aceitou a esmagadora vitória de Chávez no referendo de 2004. Mas, na prática, nada mudou. Os Estados Unidos ainda desejavam vê-lo pelas costas e continuavam tentando desacreditá-lo de todas as formas possíveis. Um mês depois da votação, o governo norte-americano anunciou estar “descertificando” a Venezuela da luta mundial contra o tráfico de seres humanos. E impôs sanções que colocaram em risco centenas de milhões de dólares em empréstimos concedidos por instituições financeiras internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento. A Venezuela poderia perder até 1 bilhão de dólares em empréstimos voltados para a construção de uma hidrelétrica de 750 milhões de dólares e outros projetos de distribuição de água potável, preservação da floresta Amazônica, reformas no Poder Judiciário, melhoria de escolas e maior eficiência na arrecadação de impostos.

A acusação era absurda e resultante, obviamente, da hostilidade do governo Bush em relação a Chávez. Os Estados Unidos acusaram a Venezuela de estar entre os seis países do mundo mais envolvidos com o tráfico de seres humanos. E isso apesar de, apenas um ano antes, o Departamento de Estado norte-americano ter afirmado que o país latino-americano não constava nem entre os cinco países do Ocidente mais envolvidos com a prática daquele crime. De repente, a Venezuela via-se atirada em um grupo de países que, por coincidência, eram todos inimigos de Bush – Cuba, a Coreia do Sul, o Sudão, Mianmar (ex-Burma) e a Guiné Equatorial. Especialistas da área de defesa dos direitos humanos não identificavam nada capaz de corroborar as acusações lançadas pelo governo norte-americano contra a Venezuela.

A campanha contra Chávez não se limitou à acusação referente ao tráfico de seres humanos. Um ano mais tarde, o governo Bush “descertificou” a Venezuela novamente, agora por supostas falhas na guerra contra as drogas. O único outro país do mundo “descertificado” junto com a Venezuela fora Mianmar. Mais uma vez, porém, as acusações dos Estados Unidos não condiziam com a realidade.

A ofensiva norte-americana contra Chávez continuava avançando, apesar da ausência de um dos seus principais arquitetos, Otto Reich. O cubanoamericano anticastrista e de linha-dura renunciou ao cargo de enviado especial de Bush à América Latina após dois anos no governo. Reich, no entanto, não abandonou sua luta. Ele logo assinaria a matéria de capa de uma edição da *National Review*: “O Eixo do Mal... Versão Hemisfério Ocidental”. Ao lado dessas palavras, as imagens de Chávez e de Fidel Castro.

O substituto de Reich no cargo de secretário-assistente de Estado dificilmente poderia ser descrito como alguém menos obtuso. Roger Noriega, assessor de longa data do senador Jesse Helms, desempenhara papel de destaque na elaboração da Lei Helms-Burton, de 1996, que aprofundou o embargo norte-americano contra Cuba. Noriega manteve intacta a postura de determinação adotada por Reich em relação a Chávez. A hostilidade norte-americana ficou patente em maio de 2005, quando Bush recebeu Maria Corina Machado, membro da liderança dos opositores a Chávez, no Salão Oval, para um encontro de 15 minutos. A foto de Bush e Machado conversando dentro da Casa Branca apareceu na primeira página dos jornais venezuelanos.

Um mês mais tarde, a secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleezza Rice, reuniu-se em separado com Machado durante uma assembléia geral da Organização dos Estados Americanos realizada em Fort Lauderdale. Enquanto o embaixador da Venezuela nos Estados Unidos, Bernardo Álvarez, aguardava havia dois meses, em vão, para encontrar-se com Rice. Na audiência que a confirmou no cargo, realizada no mês de janeiro anterior, a secretária de Estado chamara Chávez de “uma força negativa na região”.

Em público, o presidente venezuelano deixara de lado grande parte de suas críticas ao governo norte-americano, mesmo logo após o golpe de 2002, quando os Estados Unidos praticamente endossaram o *putsch* e quando Rice admoestou Chávez sobre a necessidade de que as regras democráticas fossem respeitadas. Agora, no entanto, o presidente venezuelano soltaria a língua. Ele respondeu aos ataques de Rice e de outras autoridades com o mesmo tipo ácido de ataque pessoal e o humor de estilo

venezuelano que tanto sucesso fazia entre os moradores do país, mas que soava ofensivo para as pessoas de fora da Venezuela. Nesse país, obsedado por concursos de beleza e suas mulheres estonteantes caminhando nas ruas com roupas justas que mal lhe cobrem os seios, todas as piadas parecem conter um duplo significado de cunho sexual. Em um comício realizado diante de milhares de simpatizantes, Chávez sugeriu que os problemas com Rice, uma mulher solteira, resultavam, quem sabe, da falta de um parceiro do sexo masculino. Além disso, ela talvez acalentasse fantasias a respeito dele. Mas “eu não vou fazer esse tipo de sacrifício pelo meu país”, acrescentou, fazendo a multidão cair na risada e, certamente, desagradando às feministas de fora da Venezuela.

Chávez também chamou a ex-professora de relações internacionais da Universidade Stanford de “analfabeta” quanto a suas idéias sobre a América Latina e referiu-se a ela como Condolencia, o mesmo que “pêsames”. Em uma de suas invectivas de maior repercussão, Chávez chamou Bush de *pendejo*. Os meios de comunicação estrangeiros traduziram erroneamente a palavra como “idiota”. Mais precisamente, na Venezuela, significa “bobo” ou “uma pessoa da qual os outros tiram vantagem”. De toda forma, um termo forte. Chávez também chamou o presidente norte-americano de “bêbado”, “mula” e “covarde”. Referiu-se várias vezes a Bush como “Mr. Danger” (senhor Perigo), um personagem norte-americano de olhos azuis presente no clássico romance *Doña Bárbara*, de Rómulo Gallego. No livro, o personagem apropria-se das terras de agricultores venezuelanos ingênuos.

Ataques verbais partiam também do outro lado. O secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, comparou Chávez

com Adolf Hitler. (Isso levou Chávez a responder que “Hitler pareceria um bebê de colo quando comparado com George W. Bush”).) O chefe do Pentágono para a América Latina, Rogelio Pardo-Maurer, igualou Chávez a uma “hiena”. O ministro evangélico Pat Robertson, que mantinha laços estreitos com o governo Bush, chegou a defender o assassinato de Chávez. “Se ele acha que estamos tentando assassiná-lo, acho que deveríamos seguir em frente com isso”, afirmou Robertson em agosto de 2005, em seu programa de TV a cabo *The 700 Club*, provocando um alvoroço na comunidade internacional. “Isso seria muito mais barato do que iniciar uma guerra.”

O ministro evangélico não foi detido e nem mesmo interrogado por autoridades depois de haver feito o comentário que correu mundo. Isso deixou Chávez intrigado. O presidente venezuelano acusou os Estados Unidos de encorajarem o “terrorismo internacional”. “O único lugar em que uma pessoa pode defender que um chefe de Estado seja assassinado são os Estados Unidos, e foi isso o que aconteceu no caso do reverendo Pat Robertson, um amigo íntimo da Casa Branca”, afirmou Chávez. “Ele pediu abertamente que eu fosse assassinado e, mesmo assim, continua andando livremente pelas ruas.”

Em um primeiro momento, o apelo de Robertson pela morte de Chávez e os ataques vindos dos Estados Unidos não abalaram sua popularidade na Venezuela e nem conseguiram brevar a disseminação de líderes esquerdistas pela América Latina. Ao seu redor, líderes contrários ao neoliberalismo do Consenso de Washington, com opiniões semelhantes às de Chávez, subiam ao poder enquanto a “revolução de livre mercado” endossada por Wall

Street, pelo Fundo Monetário Internacional e por outros, fracassava em seus esforços para diminuir a pobreza em massa.

Esse fenômeno iniciou-se com a eleição, em outubro de 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro presidente do Brasil saído das classes trabalhadoras. A seguir, vieram Néstor Kirchner, na Argentina, e, em novembro de 2004, Tabaré Vázquez, o primeiro socialista eleito presidente no Uruguai. A vitória mais impressionante ocorreu em dezembro de 2005, quando Evo Morales se tornou a primeira pessoa de origem indígena a ser eleita presidente da Bolívia. Dos novos líderes, cuja oposição ao Consenso de Washington exibia tonalidades as mais variadas, Morales era o que possuía o perfil mais próximo ao de Chávez. O presidente boliviano cresceu em uma família tão pobre que, quando menino, corria atrás dos ônibus para apanhar as cascas de laranja e de banana que as pessoas atiravam pela janela. Houve época em que isso era tudo o que comia.

A onda esquerdista deu mais um passo quando o Chile elegeu a primeira presidente socialista de sua história. Em novembro de 2006, a Nicarágua recolocou no poder o ícone da Guerra Fria Daniel Ortega e seus sandinistas. Menos de um mês mais tarde, o Equador elegeu Rafael Correa, o economista de esquerda com doutorado na Universidade de Illinois que criticava o Consenso de Washington, prometia tirar os norte-americanos de uma base localizada em território equatoriano e invocava a mesma figura histórica a guiar Chávez, Simón Bolívar. “O sonho de Bolívar no século 21 é mais do que um sonho”, afirmou. “Trata-se de uma decisão pela sobrevivência.”

O adversário de Correa, o bilionário Alvaro Noboa, tentou usar uma tática cada vez mais popular para bater seu oponente – ligou o

nome dele ao de Chávez. Como era de se esperar, a estratégia ajudou Noboa até certo ponto. Os Estados Unidos e os meios de comunicação internacionais demonizavam Chávez de forma tal que muitos moradores da América Latina viam nele o diabo encarnado.

Se a “estratégia Chávez” fracassou no Equador, ela funcionou em outros lugares. No Peru, o tenente-coronel cassado Ollanta Humala oferecia uma versão inca de Chávez e elogiava alguns aspectos do governo do general Juan Velasco Alvarado, o ditador esquerdista do Peru cujos programas sociais (implementados entre 1968 e 1975) Chávez vira em primeira mão quando era cadete. Humala até chegou a liderar uma tentativa fracassada de golpe contra o governo corrupto de Alberto Fujimori. Ao final, perdeu a eleição para presidente. Muitas pessoas atribuíram a derrota ao fato de ele ter sido associado ao dirigente da Venezuela.

A maior derrota de Chávez ocorreu no México, onde o ex-prefeito da Cidade do México, Andrés Manuel López Obrador, perdeu por uma diminuta margem de votos, em julho de 2006, para o candidato conservador Felipe Calderón. Obrador liderou as pesquisas até Calderón sacar sua arma secreta

– Hugo Chávez. O candidato começou a exibir anúncios de televisão ligando Obrador a Chávez. Obrador nunca tinha se encontrado ou mesmo conversado com o presidente venezuelano. E repetiu várias vezes que não instalaria uma versão mexicana da Revolução Bolivariana. Mas isso não surtiu efeito. A propaganda sim. E caiu a intenção de votos para Obrador nas pesquisas.

Os detratores de Chávez acusavam-no de tentar influenciar o resultado das eleições no México, no Uruguai, na Nicarágua e, em termos gerais, de tentar conquistar influência no cenário

internacional, gastando parte das riquezas petrolíferas da Venezuela. Chávez apoiou declaradamente alguns candidatos, como Humala e Ortega. Na Nicarágua, assinou um acordo oferecendo 10 milhões de barris de petróleo subsidiado, ao ano, para 51 comunidades ligadas aos sandinistas. Em outros lugares, distribuiu bilhões de dólares em ajuda, compra de títulos de dívida e acordos envolvendo a remessa de petróleo a preços mais baixos. Chávez enviou 260 milhões de dólares à Jamaica para repavimentar uma estrada, 17 milhões de dólares para modernizar portos e aeroportos em Antígua e na Dominica e 3 milhões de dólares em ajuda emergencial de alimentos para o Burkina Fasso, a Mauritânia e o Níger.

Na visão de Chávez, essas eram ações semelhantes às adotadas costumeiramente por outros países, entre eles os Estados Unidos – dar mostras de boa vontade e conquistar aliados. Tudo fazia parte do plano do líder venezuelano de materializar uma versão moderna do sonho de Bolívar a respeito de uma América Latina unida e, depois, disseminar isso para abarcar os países em desenvolvimento do mundo todo, de forma a prover uma alternativa multipolar à hegemonia norte-americana. Quando Evo Morales concorreu pela primeira vez à Presidência da Bolívia, em 2002, o embaixador norte-americano naquele país, Manuel Rocha, avisou os bolivianos sobre a possibilidade de a vitória do líder cocalero resultar em um corte na ajuda enviada pelos Estados Unidos. A ameaça surtiu o efeito contrário, e Morales saiu do quarto lugar nas pesquisas de intenção de voto para ficar em segundo, apenas 1,5 ponto percentual atrás do vencedor. O candidato brincou, referindo-se a Rocha como “meu gerente de campanha”. Autoridades norte-americanas atuaram de maneira mais discreta

em 2005, mas a respectiva oposição a Morales não era segredo para ninguém.

Na Nicarágua, os Estados Unidos vieram a público declarar que suspenderiam a ajuda se Daniel Ortega vencesse. Dois anos antes, em El Salvador, Otto Reich avisara que eleger Schafik Handal, ex-líder de uma guerrilha marxista, como presidente significaria uma “mudança radical”, capaz de afetar negativamente as relações bilaterais entre os dois países. Apesar de essa intervenção não ter sido o único fator para o resultado do pleito, Handal perdeu.

Apesar dos esforços de Reich e do governo norte-americano para isolar Chávez, a popularidade dele, em alguns setores, apenas aumentava. Antes rejeitado pela esquerda devido a seu passado como soldado e líder golpista, o hoje presidente tornava-se uma figura de proeminência cada vez maior em um movimento mundial antiglobalização crescente e ávido por um líder carismático.

No Fórum Social Mundial realizado em janeiro de 2005, em Porto Alegre, Brasil, admiradores saudaram-no como se fosse uma estrela do *rock*. O fórum era um evento anual realizado para protestar contra o Fórum Econômico Mundial, na Suíça, do qual participavam as elites políticas e empresariais do planeta e que ocorria na mesma época. Usando uma camiseta vermelha adornada com a imagem de Che Guevara, Chávez provocou urros de admiração dos 15 mil ativistas que lotaram um ginásio de esportes e o saudaram com gritos de “Aí vem o chefe!”. Chávez respondeu criticando o capitalismo corporativo e declarou que o acordo de livre comércio com o qual os Estados Unidos pretendiam abarcar do Alasca à Argentina estava “morto”.

Um dia antes, o presidente Lula fora recebido com escárnio no fórum. Alguns participantes acusaram-no de não cumprir a promessa de combater a pobreza em massa dentro do Brasil e de ceder aos interesses corporativos, ao FMI e aos Estados Unidos. Chávez precisou defendê-lo. “Eu amo o Lula!”, gritou no estádio. “Eu o respeito. O Lula é um bom sujeito.”

Se a popularidade de Chávez aumentava entre milhões de pessoas, sua imagem nos meios de comunicação dominantes continuava sendo negativa. Esses meios costumavam dar destaque à versão das elites para o que ocorria e nunca conseguiam explicar convenientemente *por que* o presidente era tão popular na Venezuela, vencendo uma eleição após a outra. E, freqüentemente, agiam não apenas como porta-vozes das elites, mas também como uma arma delas. Chávez sabia que teria de fazer alguma coisa para controlar os meios de comunicação venezuelanos.

Seus esforços aceleraram-se depois do golpe de 2002. A Assembléia Nacional criou a Lei de Responsabilidade Social para televisão e Rádio com o objetivo de fixar limites para os meios de comunicação. A lei proibia o uso de linguagem “vulgar” e a divulgação de imagens de sexo e de violência física e “psicológica” entre as 7 e as 23 horas, horário durante o qual os canais venezuelanos costumavam exibir cenas de sangue, escatológicas e carnificinas muito mais violentas do que seria permitido nas televisões abertas dos Estados Unidos em qualquer horário. A lei ainda aumentou de oito dias para um ano a pena de prisão pelos crimes de difamação e de divulgar declarações que firam a “honra, a reputação, o respeito” de uma pessoa. As autoridades se incluíam nesse rol de possíveis vítimas. As violações poderiam levar à

imposição de multas pesadas ou à revogação das licenças de transmissão.

Os adversários de Chávez descreveram a medida como a Lei da Mordação. Depois de sua aprovação, em dezembro de 2004, as redes de televisão inicialmente suprimiram as cenas de sexo explícito e de violência extrema de suas novelas, freqüentemente sensuais, bem como de seus seriados, muitas vezes cheios de ação. Alguns programas de notícia adotaram medidas de "autocensura" – em alguns casos de forma exagerada, agindo de forma panfletária como quando disseram ter ocorrido um grave acidente de automóvel em Caracas, mas que só poderiam divulgar detalhes depois das 23 horas, devido à lei da mordação. Alguns apresentadores de programa abertamente contrários a Chávez, como Napoleón Bravo (que comemorara a deposição do presidente ao receber alguns líderes do golpe em seu programa, *24 Horas*), da Venevisión, foram tirados do ar por suas redes. Para alguns, a lei assemelhava-se a uma nova investida de Chávez contra a liberdade de expressão. Essas pessoas observavam que muitos jornalistas da Venezuela haviam sido atacados fisicamente por simpatizantes de Chávez nas ruas, apesar de repórteres de televisão do governo também terem sido agredidos por opositores e apesar de Chávez ter criticado as ações violentas.

Para o presidente, os meios de comunicação particulares do país estavam fora de controle e precisavam ser refreados. Os defensores da lei da mídia notavam que muitas medidas adotadas nela diferiam pouco das regulamentações da Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos, encarregada de proteger as crianças durante os horários de maior audiência. Acima de tudo, esperava-se que a lei permitisse uma cobertura menos parcial dos

acontecimentos por parte dos meios de comunicação, que não apenas criticavam ferozmente Chávez como ajudavam nos esforços para derrubá-lo do poder – esforços esses nem sempre legais.

Podia-se encontrar exemplos facilmente. Quando grupos governistas e opositores realizaram manifestações em março de 2002, por exemplo, o chefe do canal 2, da RCTV, mandou que o diretor de jornalismo Andrés Izarra desse bastante visibilidade à passeata da oposição. Izarra mobilizou dez equipes de televisão. Mas recebeu ordens para não divulgar notícias sobre a manifestação favorável a Chávez. O mesmo aconteceu em outras redes de televisão.

Alguns jornalistas confessaram ter deixado de atuar de forma jornalística, isto é, não apresentando os dois lados de uma história, para se transformarem em ativistas políticos dedicados a destruir o presidente. “A atitude mais comum tem sido deixar de lado a ética e as regras do jornalismo”, confessou a um escritor da *Columbia Journalism Review* Laura Weffer, repórter da editoria de política do *El Nacional*. Como consequência dessa atitude, aumentou o ódio entre os moradores dos *barrios* localizados nos morros, pessoas que agora viam jornalistas, antes respeitados, como prostitutas a serviço dos magnatas da mídia e das elites endinheiradas. “Antes, quando subíamos os morros, éramos recebidos como se fôssemos a Cruz Vermelha”, disse uma repórter do *Ultimas Noticias* à *CJR*. “Depois, os repórteres passaram a ser recebidos com pedras e garrafas já no pé dos morros.” Uma outra repórter, aos prantos, contou a Weffer sobre a vez em que foi chamada de puta quando tentou entrar em um bairro pobre usando um crachá de jornalista.

Nem mesmo os veículos de comunicação internacionais atuavam de forma tão parcial quanto os venezuelanos; forneciam

algumas vezes, uma cobertura mais equilibrada de eventos importantes, tais como a mobilização dos simpatizantes de Chávez nas ruas defendendo seu regresso depois do golpe. Em geral, no entanto, os veículos internacionais seguiam a toada dos meios de comunicação da Venezuela.

Costumavam distorcer suas matérias para dar destaque ao ponto de vista dos adversários de Chávez e deixar em segundo plano a opinião dos seus partidários, por acaso a maioria da população. Uma forma de fazer isso era escolher uma determinada fonte de informação, e não outra. A grande maioria dos “analistas” citados pelos grandes veículos norte-americanos eram críticos em relação a Chávez, em vez de serem mais tendentes à imparcialidade ou de serem mais simpáticos em relação ao presidente. Em um estudo, Justin Delacour, especialista em questões referentes à América Latina, identificou a origem dos analistas “independentes” citados com maior frequência por cinco dos grandes jornais norte-americanos: *The Miami Herald*, *The New York Times*, *The Washington Post*, *Los Angeles Times* e *Chicago Tribune*. Delacour descobriu que os quatro analistas mais citados eram críticos em relação a Chávez – Michael Shifter, do grupo Diálogo Interamericano, de Washington,

o historiador venezuelano Alberto Garrido, o editor de jornal Teodoro Petkoff e o “especialista em pesquisas” Luis Vicente León. Apenas o quinto analista mais citado, Larry Birns, do Conselho para Assuntos do Hemisfério, com sede em Washington, “poderia ser considerado, em alguma medida, simpático ao governo da Venezuela”. Birns, no entanto, estava em um distante quinto lugar ele fora citado 16 vezes, enquanto os outros tinham sido citados um total de 107 vezes.

De outro lado, oito estudiosos da Venezuela cujos artigos apareceram na edição de março de 2005 da revista *Latin American Perspectives* e que possuíam uma opinião imparcial ou favorável em relação a Chávez não foram citados uma única vez durante o período de quase dois anos analisado. Entre esses se incluía Steve Ellner, um respeitado cientista político dos Estados Unidos que morara na Venezuela por quase três décadas. Os outros eram o professor Miguel Tinker-Salas, da Faculdade Pomona, Edgardo Lander, Dick Parker, Jesús Maria Herrera Salas, Margarita López Maya, Luis Lander e Maria Pilar García-Guadilla.

Provavelmente, muitos dos correspondentes estrangeiros nunca nem ouviram falar a respeito desses especialistas, já que estavam completamente imersos no mundo da oposição. Vários deles “caíam de pára-quedas” no país para cumprir um período determinado de trabalho, moravam em hotéis cinco estrelas e passavam grande parte de seu tempo convivendo com as elites ou trocando opiniões com seus colegas de profissão. Julia Buxton, especialista em questões relativas à Venezuela, batizou-os de jornalistas do tipo “Hilton Hotel”. E mesmo muitos dos profissionais enviados em caráter definitivo ao país mantinham-se mais próximos das classes alta e média do que das classes trabalhadoras dos *barrios*, dentro dos quais raramente se aventuravam. Em vez disso, costumavam passar seus dias nas áreas mais ricas, em restaurantes e bares sofisticados. Uma jornalista antipática a Chávez, e que trabalhava em uma agência de notícias, adotou uma postura tão ostensiva que colocou sobre sua mesa um *button* com os dizeres: saquemos al loCo – vamos nos livrar do maluco.

Os correspondentes estrangeiros costumavam ridicularizar Chávez entre si e reclamar dos seus demorados discursos. Essas

peças bufavam quando o presidente aparecia na TV e zombavam das suas declarações. Algumas esperavam vê-lo derrotado nas eleições presidenciais ou arrancado do governo, para não terem mais de ouvir discursos com horas de duração. Afirmavam abertamente que os seus programas de governo eram uma maluquice e pareciam seguir de perto as opiniões da oposição. A maior parte de suas fontes, claro, mantinha laços com os adversários do governo. Em um dado momento, um deles até repetiu, durante uma conversa, um slogan da oposição, opinando: Chávez “tem de sair”.

Em determinado escritório de um veículo de comunicação, discussões acaloradas foram travadas entre jornalistas que pretendiam oferecer uma cobertura mais equilibrada a respeito de Chávez e os que tinham aderido claramente à missão de destruí-lo. O debate sobre como tratar o presidente transformou-se em um batalha constante. No final, os jornalistas anti-Chávez saíram vencedores, superando em número e com folga os que defendiam uma postura mais neutra. O cenário não diferia muito daquele encontrado por Andrés Izarra na RCTV.

Para muitos correspondentes estrangeiros, Chávez era um maluco digno de piada. E as matérias deles espelhavam isso. Em uma história característica divulgada no mundo todo, em fevereiro de 2003, na fase final da greve do petróleo, a Reuters escreveu a respeito dos opositores de Chávez “acusam-no de governar como um ditador, arruinando a economia com políticas anticapitalistas, ameaçando a liberdade de expressão e tentando fazer da Venezuela uma cópia da Cuba comunista”. No jornalismo tradicional, uma frase assim carregada seria seguida, imediatamente, por uma refutação com o outro lado da história e o

que os simpatizantes de Chávez pensavam a respeito: especificamente, que o governo dele era o mais democrático da história do país; que o golpe da oposição e a greve do petróleo eram os responsáveis por destruir a economia; que os meios de comunicação, podia-se argumentar, eram os mais livres do mundo, publicando e divulgando ataques ultrajantes contra o presidente e incentivando a sua deposição; e, ainda, que a Venezuela estava muito distante da Cuba comunista, já que contava com uma imprensa livre, uma economia basicamente de livre mercado e um sistema político multipartidário, com eleições livres e constantes. O país contava até mesmo com um mecanismo de avaliação capaz de tirar o presidente e outras autoridades eleitas de seus cargos na metade de seus mandatos.

Contudo, o responsável pela matéria não forneceu essas informações. Esse revelou-se um procedimento padrão da Reuters e de vários outros meios de comunicação do mundo. A oposição a Chávez recebia destaque, era apresentada em cores favoráveis nas notícias e descrita em detalhes profundos. O outro ponto de vista, favorável ao presidente, aparecia no pé das matérias ou nem mesmo constava delas, contando com poucos ou mesmo nenhum dos detalhes que embasavam as acusações muitas vezes falsas da oposição. Dominava a impressão de que Chávez era um ditador amalucado, disposto a destruir uma das mais antigas e fulgurantes democracias da América Latina. Nas palavras do grupo Fair, de vigilância dos meios de comunicação: "Hugo Chávez nunca teve uma oportunidade nos veículos norte-americanos".

Delacour, que simpatizava com o líder venezuelano, também denunciou que o viés anti-Chávez estendia-se aos artigos de opinião publicados nos jornais dos Estados Unidos. Na verdade, a

situação mostrava-se pior ainda. Quando Delacour analisou as páginas de opinião dos 25 jornais norte-americanos de maior circulação durante os primeiros seis meses de 2005, descobriu que “95% dos quase cem comentários que avaliaram o cenário político da Venezuela expressaram uma hostilidade declarada em relação ao presidente democraticamente eleito”. Opiniões de autores como o economista progressista Mark Weisbrot, que criticava as políticas dos Estados Unidos em relação a Chávez e que via com olhos favoráveis algumas das suas políticas, raramente encontravam espaço. De outro lado, as críticas acerbas dirigidas contra Chávez, tais como as de Mary Anastasia O’Grady, em *The Wall Street Journal*, e Jackson Diehl, de *The Washington Post*, eram divulgadas em colunas publicadas regularmente, colunas essas nas quais podiam surrar constantemente Chávez do alto dos dois jornais mais poderosos dos Estados Unidos sem que seus argumentos, muitas vezes especiosos, fossem rebatidos com vigor. Nenhum escritor mantinha, em qualquer jornal, uma coluna na qual defendesse Chávez com regularidade. Os responsáveis pelos editoriais dos diários nor-te-americanos pareciam, quase unanimemente, desprezá-lo. Delacour assim concluiu:

Não obstante o fato de pesquisas recentes indicarem que os índices de aprovação interna a Chávez ultrapassam os 70%, quase todos os comentários sobre a Venezuela apresentam o ponto de vista de uma pequena minoria do país, liderada pela elite econômica tradicional que tentou, por várias vezes, derrubá-lo do governo, recorrendo a instrumentos claramente antidemocráticos.

Ao apresentar opiniões que são quase exclusivamente hostis ao governo Chávez, os comentários norte-americanos sobre a Venezuela não se diferenciam muito de uma campanha de

doutrinação voltada contra um projeto político democrático que contesta a dominação política e econômica exercida pelos Estados Unidos na América do Sul. A quase ausência de opiniões alternativas sobre a Venezuela impediu os leitores norte-americanos de avaliarem os argumentos contrários com vistas a formar sua própria opinião a respeito do governo Chávez.

Alguns norte-americanos desejaram ver em primeira mão o que estava acontecendo durante a polêmica Revolução Bolivariana de Chávez. Sendo assim, viajaram para o país e realizaram “turnês de realidade”, durante as quais visitaram *barrios* e projetos que os jornalistas, colunistas e analistas costumavam ignorar ou aos quais nunca compareceram enquanto criticavam Chávez duramente. O que os visitantes encontravam geralmente contradizia a versão parcial oferecida por grande parte dos meios de comunicação. “Tudo o que ouvimos sobre Chávez limitava-se a retratá-lo como um ditador”, afirmou Donna Santiago, uma beneficiária de Filadélfia, do programa venezuelano por meio do qual se fornecia com descontos o combustível usado no aquecimento das casas. “O homem não se parece nada com isso. Ele é uma pessoa realmente amável. Eu fiquei com vontade de levá-lo para casa e enfiá-lo na Casa Branca.” O coordenador de uma rádio comunitária da Venezuela observou que a experiência vivida por Santiago não era uma exceção. “As pessoas voltam para os Estados Unidos e dizem: ‘Eu estive na Venezuela e vi algo muito diferente daquilo que a CNN está me mostrando.’”

Chávez não aceitou passivamente a cobertura tendenciosa dos meios de comunicação. Se os veículos dominantes não divulgassem informações sobre seus projetos políticos de uma forma mais

equilibrada, havia uma solução. O presidente criaria seus próprios veículos de comunicação.

Durante o golpe de 2002, Chávez viu-se limitado a apenas um tipo de mídia – as pequenas rádios comunitárias que funcionavam na casa dos moradores dos *barrios* e alguns canais comunitários de televisão com baixo orçamento. Esses veículos da mídia alternativa tornaram-se os únicos, ou quase isso, a divulgarem informações sobre o seqüestro de Chávez e desempenharam um papel importante na organização da resistência ao golpe. Eles se tornaram um dos primeiros alvos da campanha repressiva lançada durante o breve reinado de Pedro Carmona. A mando dos golpistas, policiais invadiram as estações, confiscaram equipamentos, detiveram e algumas vezes espancaram os responsáveis por elas.

Depois de regressar ao poder, o presidente tratou de ampliar e fortalecer a mídia alternativa. O governo concedeu licenças de transmissão para um sem-número de rádios “piratas”. E também distribuiu, em 2006, 2,6 milhões de dólares para estações de rádio e televisão como a Catia TV, que funcionava no populoso *barrio* de Catia, na região oeste de Caracas. A quantidade de estações de rádio e televisão alternativas saltou de aproximadamente 50 no país todo, antes do golpe, para 300, no começo de 2004.

Esses veículos não poderiam ser descritos como meios de comunicação enormemente influentes. A Rádio Perola, uma das estações invadidas durante o golpe, usava um transmissor de 13 quilowatts instalado no antigo armazém de um conjunto habitacional. Seus programas mal atingiam 300 casas. Uma outra estação, a Rádio Un Nuevo Dia, funcionava com apenas 5 quilowatts. Seu transmissor ficava no canto do quarto de dormir da casa de dois cômodos, de blocos de cimento, pertencente a uma

faxineira. A mulher pendurava lençóis para separar a aparelhagem das camas estreitas onde dormiam seus filhos. Funcionando basicamente com voluntários, a mídia alternativa tocava salsa e tratava com destaque dos problemas da comunidade, como a coleta de lixo e os buracos nas ruas.

Em novembro de 2003, o governo decidiu ir além do mero custeio das estações de rádio e televisão alternativas. Criou seu próprio canal – a Vive TV. A idéia consistia em apresentar uma versão diferente da Venezuela, da América Latina e do mundo, uma versão diferente daquela retratada nos grandes meios de comunicação, como a Venevisión ou a RCTV, que preferiam transmitir novelas melodramáticas ou programas de estilo norte-americano voltados para os consumidores como *Quién Quiere Ser Millionario* (versão do *Who Wants to Be a Millionaire*). A Vive TV não se concentrava na vida das rainhas da beleza nem das estrelas do cinema, mas na vida da majoritária classe empobrecida da América Latina. No final de 2004, o sinal da televisão atingia algo entre 60% e 70% da população venezuelana.

As grandes redes corporativas, porém, ainda dominavam no país e em toda a América Latina. Chávez sugeriu, então, uma outra idéia para enfrentar todo esse poderio. Propôs a criação de um canal de notícias regional, que ficaria no ar 24 horas por dia e seria administrado por vários países, em regime de cooperativa. Essa prometia ser a resposta latino-americana à CNN. O “motivo de ela existir é a necessidade de vermos a América Latina com olhos latinoamericanos”, afirmou seu diretor-geral, o experiente jornalista Aram Aharonian. Chávez também esperava que o canal servisse como contrapeso à sua imagem, predominantemente negativa, criada pelos meios de comunicação de massa que dominavam os

programas de notícias internacionais na América Latina. Entre eles incluíam-se a CNN *en Español*, a Televisión Española (da Espanha) e a Univisión, de Gustavo Cisneros.

O novo canal de televisão recebeu o nome de Telesur – Televisão do Sul. Inicialmente, participaram desse esforço a Venezuela, a Argentina, Cuba e o Uruguai. A Bolívia aderiu mais tarde. O Brasil ofereceu sua rede pública de televisão para ajudar na realização do projeto. O governo venezuelano custeou a maior parte dele, fornecendo mais da metade da verba inicial de 2,5 milhões de dólares. O canal abriu escritórios na América do Sul e um em Washington.

Mesmo antes de entrar no ar, a Telesur viu-se criticada por pessoas que a desprezaram como a porta-voz de Chávez. Elas a apelidaram de “TeleChávez” e compararam-na com a Al Jazeera, o canal árabe de notícias via satélite criado para fornecer um ponto de vista não-ocidental sobre os eventos ocorridos no Oriente Médio e em outras partes do mundo. O congressista republicano Connie Mack, da Flórida, chegou a propor que os Estados Unidos bombardeassem a Venezuela com ondas de rádio e televisão, a fim de combater o novo canal. O legislador fez a absurda acusação de que os meios de comunicação venezuelanos tinham sido amordaçados. “Na Venezuela de Hugo Chávez, não há imprensa livre – apenas propaganda contra os Estados Unidos controlada pelo Estado”, afirmou.

Exageros à parte, mostrava-se legítima a pergunta sobre se a Telesur se transformaria em um veículo dedicado meramente a elogiar seu maior contribuinte. O canal mostrou um perfil de viés esquerdista, exibindo imagens de Che Guevara e de Salvador Allende em um vídeo promocional representativo da rede. Na

presidência da Telesur estava Andrés Izarra, que se demitira com asco da RCTV durante o golpe de 2002 e que comandava o Ministério da Informação de Chávez. Reconhecendo o conflito de interesses, Izarra logo abandonou seu cargo no governo.

No entanto, o presidente da Telesur, que já trabalhara na CNN, em Atlanta, percebeu também, junto com Aharonian e outros diretores, que a rede teria de ir além da mera retórica pró-Chávez, caso desejasse atrair e manter índices consideráveis de audiência. Se transmitisse apenas os discursos de Chávez e de outros presidentes, “teríamos de aceitar que ninguém assistiria ao canal”, disse Aharonian. “Se a rede se transformasse em um instrumento de propaganda política, nós todos sairíamos dela.” Ele acrescentou ainda: “este não é um canal no qual ficaremos dizendo: ‘Viva Chávez’”.

Menos de um ano depois de a Telesur entrar no ar, o governo chavista propôs ampliar a idéia para abarcar as estações de rádio. A nova estação foi batizada de Radiosur e pretendia-se que rádios já existentes na região aderissem a uma única rede. Quando comparada com a empreitada envolvendo a Telesur, criar uma rede regional de rádios prometia ser algo mais fácil.

Chávez ainda partiu para a ofensiva dentro dos Estados Unidos. Ele abriu em Washington o Escritório Venezuelano de Informações (VIO), a fim de combater o que considerava ser a disseminação, por parte de empresas de comunicação, de notícias falsas sobre a Venezuela. Sua meta consistia em apresentar o que Chávez e seus aliados descreviam como uma versão mais exata da Revolução Bolivariana. O VIO, conforme ficou conhecido, administrava um site, compilava informações sobre o país e enviava alertas convocando seus simpatizantes a contatarem os veículos de comunicação. O

escritório, no entanto, não se comparava, em tamanho, à grande mídia.

Os esforços de Chávez para responder às empresas de informação estenderam-se para tentar proteger a cultura indígena da Venezuela e da América Latina como um todo, dos meios de comunicação dominados pelos Estados Unidos. Diante do massacre capitaneado por Britney Spears, o Backstreet Boys e outros ícones do cenário musical norte-americano, Chávez desejava proteger a singular música tradicional da Venezuela nascida nos *llanos*, os altiplanos andinos, e nas ruas calorentas de Maracaibo, região rica em petróleo. A lei de responsabilidade dos meios de comunicação aprovada em dezembro de 2005 incluía um artigo exigindo que ao menos 50% da música tocada em estações do país fossem venezuelanas e, ainda, que ao menos metade disso deveria apresentar “um elemento tradicional, tal como a utilização da harpa *llanera*”.

A lei provocou um *boom* entre os intérpretes da música tradicional venezuelana que tocavam harpa, maraca, flauta, rabeca e o famoso *cuatro*, uma bandola de quatro cordas. De repente, as canções e baladas tristonhas, sensuais ou engraçadas vindas dos *llanos*, área onde nasceu Chávez, ou de outros lugares e que celebravam os cavalos velozes, um pôr-do-sol romântico ou a perda de um amor tornaram-se mais procuradas do que nunca. Simón Díaz, um cancionista da casa dos 70 anos de idade conhecido internacionalmente, ouviu suas músicas sendo tocadas novamente nas rádios. A Orquestra Tradicional Nacional, que antes teria sorte se conseguisse vender um CD durante suas apresentações, agora vendia 200 deles em cada *show*.

Chávez voltou sua mira para um outro ícone dos meios de comunicação de massa norte-americanos: Hollywood. Em junho de 2006, o presidente criou um complexo com estúdios de gravação em Caracas, chamado Cinema Town. O projeto visava a oferecer uma alternativa a filmes nos quais eram freqüentes as cenas de sexo e violência e nos quais os latinos costumavam ser apresentados como membros de gangues ou barões das drogas. “Há uma ditadura de Hollywood”, reclamou Chávez ao visitar os *sets* de filmagem e sentarse em uma cadeira de diretor. “Eles nos inoculam com mensagens que não pertencem a nossas tradições [...], (mensagens sobre) o modo de vida americano, o imperialismo.”

O líder venezuelano levou sua “revolução cultural” também à literatura. Os livros eram artigos difíceis de se obter na Venezuela – eram caros e as bibliotecas públicas, em número reduzido. Chávez mandou então que o governo pagasse pela impressão de alguns deles e que os distribuísse gratuitamente. No aniversário de 400 anos do clássico *Dom Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes Saavedra, ele encomendou 1 milhão de exemplares da obra. E também mandou distribuir 500 mil exemplares de outro dos seus livros preferidos, *Les Misérables*,¹⁸ de Victor Hugo.

Internacionalmente, Chávez continuava sendo visto como o “brutal ditador marxista”, conforme o descreveu o chefe da Liga Cívica Cristã no Maine. O presidente da Venezuela enfrentava um sério problema com sua imagem. Para tentar responder a isso, teve uma idéia simples. Em meio à alta recorde dos preços do petróleo, Chávez decidiu distribuir, para moradores de baixa renda dos Estados Unidos, a preços mais baratos, o combustível usado no aquecimento de suas casas.

O programa começou no inverno de 2005-2006, quando a Citgo Petroleum Corporation, controlada pela Venezuela, prometeu distribuir 45 milhões de litros de combustível usado no aquecimento para habitantes de Massachusetts e 30 milhões para habitantes do Bronx. Os beneficiados pelo programa receberiam um desconto de 40%. O ex-congressista Joseph P. Kennedy II, filho de Robert Kennedy, que então comandava a organização sem fins lucrativos Citizens Energy Corporation, ajudou a fechar o acordo referente a Massachusetts.

O plano representava um golpe de mestre, que nem mesmo os mais acerbos críticos de Chávez conseguiriam atacar de forma contundente, especialmente depois de nenhuma empresa de petróleo ter respondido ao apelo feito por um grupo de senadores norte-americanos para que doassem parte de seus lucros recorde para a população mais carente. Um analista descreveu-o como uma "peça astuta de teatro político". Mesmo o governo norte-americano elogiou-o, ainda que a contragosto. A Venezuela não deixou de capitalizar em cima da propaganda positiva. O país mandou publicar anúncios de página inteira em *The Washington Post* e em *The New York Times* afirmando: "Como a Venezuela está mantendo aquecidos os lares de Massachusetts".

Quando a notícia sobre o programa se espalhou, os pedidos acumularam-se. Antes de o inverno ter chegado ao fim, a medida passou a valer para as áreas do Maine, Vermont, Rhode Island, Connecticut, Delaware e Filadélfia. No Maine, entre os beneficiários constavam membros de quatro tribos indígenas. A Citgo levou alguns integrantes desses grupos e de outras comunidades para a Venezuela, em abril de 2006, a fim de que se encontrassem com Chávez. Donna Santiago, uma mãe solteira da Filadélfia, verteu

lágrimas. “O senhor tem tratado os norte-americanos como irmãos e irmãs”, disse. “Isso salvou vidas e é algo que não tem preço. [...] Em um momento desesperador, Deus nos mandou um anjo. E o senhor, presidente Chávez, é o nosso anjo.”

Chávez conseguiu anular grande parte desse espírito positivo cinco meses depois, quando chamou Bush de “demônio”, durante seu discurso na Assembléia Geral das Nações Unidas. O presidente venezuelano pretendia anunciar, em clima de triunfo, durante sua visita a Nova York, que o programa de combustível para aquecimento mais que duplicaria em 2006 e 2007, passando de 150 milhões de litros para 378 milhões de litros. Cerca de 400 mil famílias – mais de duas vezes o total beneficiado, então, de 181 mil – receberiam o material subsidiado, em mais de 60 Estados ou cidades, incluindo Michigan, Minnesota, Wisconsin, Virgínia, Maryland, Pittsburgh e Washington, DC. Tribos indígenas de lugares tão distantes quanto o Alasca, que pagariam 8 dólares o galão (3,4 litros) de combustível, participariam do programa.

Mas o ataque pessoal, algo a que Chávez, de um modo geral, parecia incapaz de resistir, provocou uma reação mesmo entre alguns dos beneficiários. Linda Kelly, uma moradora de Quincy, Massachusetts, comentou que Chávez “passou dos limites” com seus comentários, em meio aos quais chamara Bush também de “alcoólatra” e de um “homem doente” quando visitara o Harlem. Agnes Crosson, uma vizinha de Kelly, idosa de 71 anos, afirmou: “Eu não sou a favor de Bush, acredite-me. Mas eu fiquei realmente ofendida com aquilo”. O governador do Maine disse que sairia do programa. Mesmo algumas tribos indígenas do Alasca voltaram atrás. Mais uma vez a Citgo mandou publicar anúncios de página inteira em jornais de grande circulação. Agora, no entanto, a

empresa tentava sanar os problemas criados, enquanto advogados e cidadãos propunham boicotar a empresa e seus 13 mil postos de gasolina.

Na Venezuela, a maior parte das pessoas mal se incomodou com os ataques de Chávez contra Bush. Muitas acreditavam que o dirigente venezuelano não errara ao falar aquilo sobre um homem que consideravam um palhaço. Chávez continuou avançando impassivelmente. Uma outra eleição presidencial seria realizada dentro de poucos meses. Ele aparecia à frente nas pesquisas de intenção de voto. Continuava a ser altamente popular na Venezuela e em muitas partes da América Latina. Com um novo mandato de seis anos a caminho, Chávez preparava-se para dar início a uma fase ainda mais radical de sua Presidência. Ele acalentava o sonho de implementar seu plano mais avançado até agora para reformar o país.

Algo a que chamava de "o socialismo do século 21".

27. O Socialismo do Século 21



Hugo Chávez postou-se diante de 25 mil fãs em polvorosa dentro de um estádio de futebol de Mar del Plata, Argentina. Aquele era o mês de novembro de 2005, e 33 presidentes da América Latina e George W. Bush reuniam-se para a quarta Cúpula das Américas. O encontro visava em parte a consolidar o apoio aos planos norte-americanos de criar um pacto de livre comércio que abarcasse desde o Alasca até a Argentina. O encontro, porém, mal começara e Chávez já chamava mais atenção do que Bush. De pé ao lado do líder venezuelano, dentro do estádio onde ocorria a “contracúpula”, encontrava-se a maior lenda da história do futebol argentino, Diego Maradona. Os manifestantes exibiam cartazes nos quais comparavam Bush a Adolf Hitler e gritavam em uníssono, quando ingressavam no local: “Bush, o fascista! Bush, o terrorista!”. Pesquisas mostravam que Bush era, entre os latino-americanos, o mais impopular dos presidentes dos Estados Unidos que já existira.

Chávez provocou urros de satisfação quando declarou que o líder norteamericano perdia tempo ao tentar ver aprovada a Área de Livre Comércio das Américas, um elemento fundamental do Consenso de Washington. “Todos nós trouxemos uma pá porque Mar de Plata vai enterrar a Alca”, disse Chávez, em meio a um discurso de duas horas. “A Alca está morta, e nós, o povo das Américas, somos os que a enterramos.” Em uma iniciativa que comparou com a Aliança para o Progresso de John F. Kennedy, Chávez anunciou um programa de assistência previsto para durar uma década, com gastos de 10 bilhões de dólares visando a eliminar a fome da América Latina.

Enquanto Chávez discursava, o ódio em relação a Bush e às políticas sustentadas pelos Estados Unidos, que contribuíram para atirar a Argentina na pior crise econômica de sua história, extravasava em violência nas ruas.

Os manifestantes tentaram romper as barreiras de ferro e chegar aos locais da cúpula, entre os quais o Sheraton Mar del Plata. Jogaram pedras, quebraram janelas, saquearam lojas e atearam fogo em um banco usando um coquetel Molotov. A polícia disparou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Até o cair da noite, 50 pessoas tinham sido detidas.

No dia seguinte, Chávez apareceu na primeira página de *The New York Times* e de outros grandes jornais após deixar Bush em segundo plano. O diário *The Washington Post* descreveu-o como um homem que assumia o “papel de um alegre provocador”.

Mesmo escritores acostumados a criticá-lo duramente, como o colunista Andrés Oppenheimer, do *Miami Herald*, reconheceram que Chávez vivia um dia de glória enquanto estripava Bush, que parecia

perdido ao receber “uma surra de relações públicas”. A visita dele à América Latina, imaginada como um momento de triunfo, terminara em distúrbios e bombas de gás lacrimogêneo nas ruas, e sem nenhum acordo de comércio em mãos. “O grande perdedor hoje foi George W. Bush”, gabou-se Chávez. “O homem saiu daqui ferido. Era possível ver a derrota estampada em seu rosto.”

Um dia antes do início da cúpula, a Venezuela encenou uma invasão simulada do seu território pelos Estados Unidos. O exercício integrava os esforços de Chávez a fim de preparar o país para um eventual ataque dos soldados norte-americanos. Militares camuflados saltaram de botes nas praias da Venezuela, enquanto centenas de moradores que os confrontaram na areia gritavam: “Fora gringos!” e “Liberdade!”. Apesar de autoridades norte-americanas terem zombado, classificando os temores de Chávez como autêntica paranóia, o presidente venezuelano e seus aliados faziam questão de não deixar cair no esquecimento as recentes invasões ocorridas na região. Essas intervenções incluíam o Panamá, em 1989, para depor Manuel Noriega, Granada, em 1982, para destronar os sucessores radicais do esquerdista Maurice Bishop, a República Dominicana, em 1965, para tirar do poder Juan Bosch, e Cuba, na malsucedida invasão da baía dos Porcos, em 1961, para derrubar Fidel Castro. Em alguns casos, os motivos oferecidos pelos norte-americanos para justificar as invasões revelavam-se ridículos. No caso de Granada, o governo Reagan alegou estar resgatando estudantes de medicina oriundos dos Estados Unidos. No caso do Panamá, o governo de Bush pai transformou Noriega em um demônio envolvido no tráfico de drogas, mesmo com o contra-senso de, durante anos, o político constar da folha de pagamento da CIA, que Bush dirigira.

Chávez também se lembrava de como os Estados Unidos se mantiveram omissos e permitiram que rebeldes de direita, entre os quais ex-agentes da CIA, expulsassem o presidente democraticamente eleito Jean-Bertrand Aristide do Haiti, em fevereiro de 2004. A maior invasão recente conduzida pelos Estados Unidos ocorrera no Iraque, onde o governo Bush acusara falsamente Saddam Hussein de possuir armas de destruição em massa e de ter participado, de alguma forma, dos ataques de 11 de setembro. Se os Estados Unidos demonizassem Chávez o suficiente, talvez conseguissem criar um ambiente propício ao apoio ou mesmo a uma intervenção norte-americana.

O líder venezuelano adotou outras medidas, a fim de se preparar para uma invasão. Ele criou uma milícia civil reservista que, segundo previa, chegaria a somar 2 milhões de integrantes. Donas de casa, professores, estudantes e motoristas de táxi passaram finais de semana tomando lições sobre primeiros socorros, manuseando fuzis automáticos e marchando em formação. Algumas pessoas acusaram Chávez de estar formando uma milícia ao estilo cubano para espionar seus adversários, reprimir os dissidentes internamente e defender sua Presidência a todo custo. Mas houve poucos indícios materiais para corroborar essas acusações, e a possibilidade de o governo Bush lançar uma invasão não poderia ser descartada de forma definitiva. “Os Estados Unidos invadiram o Iraque com base em mentiras, e agora eles estão falando mentiras sobre o governo venezuelano. Então, precisamos estar preparados”, afirmou o general da reserva Alberto Müller Rojas, conselheiro de Chávez para questões de segurança interna.

Além disso, o governo Bush adotava medidas para tornar mais vulneráveis as defesas militares da Venezuela. Os Estados Unidos recusaram-se a vender peças de reposição para os caças de combate F-16, de fabricação norte-americana. Mais adiante, em maio de 2006, o governo daquele país afirmou que a Venezuela não colaborava com a guerra contra o terrorismo. O que se somava à suposta falta de cooperação do governo venezuelano na guerra contra as drogas e na guerra contra o tráfico de seres humanos. A mais recente condenação significava que os Estados Unidos suspenderiam a venda de qualquer tipo de arma para os venezuelanos. Nenhuma outra peça de reposição para aviões de fabricação norte-americana comprados pela Venezuela seria enviada. A questão não era em nada irrelevante. Segundo algumas estimativas, das 277 aeronaves da Força Aérea da Venezuela, 177 tinham sido fabricadas nos Estados Unidos.

Se o governo norte-americano não vendesse armas para que os venezuelanos pudessem se defender, então Chávez procuraria por armamentos em outros lugares. O dirigente tentou selar acordos com a Espanha e o Brasil, mas os Estados Unidos contribuíram para brecá-los ao se recusarem a vender peças sobressalentes. Chávez, então, voltou-se para a Rússia. O líder venezuelano assinou um contrato para receber 100 mil fuzis de assalto Kalashnikov, que substituiriam os já envelhecidos FALs da Bélgica, os quais seriam repassados para as milícias civis. Chávez comprou uma licença dos russos para montar uma fábrica de Kalashnikovs na América do Sul. Além disso, encomendou 24 dos avançados jatos Sukhoi-30 e 15 helicópteros.

Os Estados Unidos classificaram esse como um alarmante aumento no número de armas na Venezuela e advertiram que parte

desse material poderia acabar nas mãos de guerrilheiros colombianos. As Forças Armadas da Venezuela, no entanto, gastavam menos do que a vizinha Colômbia, por exemplo, que despendera 6,3 bilhões de dólares na área de defesa, em 2005, ou do que o Chile, com 3,9 bilhões de dólares naquele mesmo ano. E, principalmente, gastava muito menos do que os Estados Unidos, cujo Orçamento para a área de defesa em 2006 seria, segundo estimativas, de 500 bilhões de dólares, incluindo os gastos com as guerras no Iraque e no Afeganistão. Chávez prometeu usar todos os meios disponíveis para resistir a uma invasão norte-americana. Os militares venezuelanos chegaram a mobilizar a colaboração de 500 índios armados com flechas envenenadas. “Se eles tiverem de disparar contra qualquer invasor, vocês estarão acabados em 30 segundos, meu querido gringo”, afirmou o presidente venezuelano.

Além de uma invasão dos Estados Unidos, a outra única opção real de que dispunha a oposição interna a Chávez para tirá-lo do poder seria assassiná-lo. Tratava-se de uma opção plausível. Os opositores do presidente, no entanto, talvez tivessem percebido que o matar não significaria o fim do chavismo; essa manobra apenas atiraria o país em uma catastrófica guerra civil. Centenas de milhares de simpatizantes de Chávez em fúria, muitos deles armados, tomariam as ruas. “A Venezuela nunca voltará a ser governada pelos Imorais”, disse uma chavista a um repórter. “Não voltaremos a ser um país no qual o dinheiro do petróleo é usado para a minoria e não para os *barrios*. E o que acontecerá se Chávez for morto? Uma guerra civil. Nós estamos preparados.”

A antipatia do governo Bush em relação a Chávez alimentava-se de muitos fatores, apesar de o líder venezuelano acreditar que o principal era o acesso ao petróleo. Chávez costumava avisar que a

Venezuela interromperia o suprimento de petróleo ou explodiria os campos de extração, como acontecera no Iraque, se os Estados Unidos invadissem o país ou se ele fosse assassinado (presumivelmente com o aval do governo norte-americano). O dirigente implantava um modelo econômico alternativo que investia contra a postura pró-mercado do Consenso de Washington. Ao desafiar a hegemonia norte-americana, dava um exemplo “perigoso” e “radical”, que outros países do Terceiro Mundo poderiam seguir. Como o programa dos sandinistas na Nicarágua, na década de 1980, de Allende no Chile, na de 1970, de Bosch na República Dominicana, na de 1960, de Arbenz na Guatemala, na de 1950 e, virtualmente, todos os projetos esquerdistas ou progressistas implantados na América Latina desde o nascimento da Doutrina Monroe em 1823, a Revolução Bolivariana na Venezuela precisava ser esmagada. Os norte-americanos não tinham aprendido com os últimos 200 anos de história de seu “jardim” ou mesmo desde a famosa declaração de John F. Kennedy a diplomatas latino-americanos em 1962: “Os que impossibilitam a revolução pacífica tornam inevitável a revolução violenta”. Chávez esforçava-se ao máximo para, diante da hostilidade implacável dos Estados Unidos, continuar com sua revolução pacífica.

O presidente da Venezuela mencionou pela primeira vez a expressão *socialismo do século 21* no Quinto Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, Brasil, em novembro de 2005. Tratava-se ainda de uma idéia sem definição e de uma alternativa ao modelo que provocara estragos na América Latina. Algo que se colocava entre o “capitalismo selvagem” e o comunismo fracassado. Independente do que fosse, não se tratava de uma reedição do socialismo de Estado da União Soviética, do Leste Europeu e

mesmo da amada Cuba de Chávez. O presidente da Venezuela sabia que esses projetos continham falhas e que a maior parte dos venezuelanos não aceitaria uma repetição do comunismo à maneira de Fidel. Chávez, por outro lado, não idolatrava o capitalismo sem limites, cujos resultados ele havia testemunhado com os próprios olhos na Venezuela e no restante da América Latina. “O modelo capitalista é perverso”, disse certa vez. “Ele favorece a minoria e expropria da maioria.” Sua missão, acrescentou, traduzia-se em “uma busca por justiça social, por igualdade”.

A implementação de seu novo modelo econômico nem sempre seguiu um padrão linear. Um diretor da estatal venezuelana do petróleo certa vez comparou esses esforços a “trocar o pneu com o carro em movimento”. Mas alguns elementos claros surgiram quando Chávez se preparava para concorrer à reeleição em dezembro de 2006. Os mais óbvios eram as missões sociais. O Estado chamava para si a responsabilidade por melhorar a educação, a saúde, a distribuição de comida, a moradia e o atendimento a outras necessidades básicas.

Um outro elemento central consistia no modelo de “desenvolvimento endógeno” cuja pretensão era fazer da Venezuela um país auto-suficiente. Um exemplo podia ser visto em uma área de Catia chamada Gramoven, onde a pdvsa entregara um armazém abandonado a uma cooperativa por meio da qual homens e mulheres fabricavam sapatos, camisetas e outros produtos, tudo gerido de forma coletiva. A Missão Reviravolta também incluía cursos, que encorajavam a adoção de uma postura de cooperação em detrimento daquela de competição capitalista sem limites. O governo patrocinou a criação de milhares de cooperativas semelhantes, que produziam de tudo, desde milho a iogurte.

E também implantou o que veio a chamar de “co-gestão”, ou “co-administração”. A idéia consistia em ajudar os trabalhadores a comprarem ações das empresas e a assumirem responsabilidades administrativas em algumas empresas que faliam. Um dos modelos de maior destaque desse tipo de empreendimento verificou-se com a fábrica de alumínio Alcasa, uma estatal então obsoleta e localizada na Ciudad Guayana, um pólo industrial. Os operários escolheram seus próprios gerentes e transformaram um modelo de administração piramidal em um modelo horizontal no qual os trabalhadores discutiam e participavam de forma mais ativa. A companhia elétrica Cadafe, de propriedade do Estado e que fornecia 60% da energia consumida na Venezuela, também implantou um modelo de co-gestão.

Chávez estendeu o modelo para várias fábricas em processo de falência ou inativas, que o governo expropriou para que não fossem fechadas. Um dos casos mais conhecidos envolveu a fabricante de celulose Venepal, grande produtora de papel e papelão. Nos seus tempos áureos, a Venepal chegou a empregar 1.600 trabalhadores, controlando um imenso complexo que incluía milhares de acres de terra, casas, uma escola, um estádio de beisebol, um hotel com piscina e seu próprio campo de pouso e decolagem.

Os proprietários fecharam o complexo durante a greve do petróleo (que durou de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003), fazendo com que a empresa mergulhasse em queda livre. Depois de uma série de reaberturas e fechamentos tumultuados que incluiu um período de 72 dias com os operários ocupando e dirigindo a fábrica, a empresa entrou em falência definitivamente, no final de 2004. Semanas mais tarde, em janeiro de 2005, Chávez anunciou que o governo nacionalizaria a Venepal. O Estado pagou aos

proprietários o valor de mercado da empresa, ajudou a reabri-la, concedendo um crédito de 6,8 milhões de dólares e entregou metade das ações aos operários. Chávez ressaltou que a desapropriação, embora representasse uma nova direção da Revolução Bolivariana, não significava o início de um processo de nacionalização em massa. "A desapropriação de hoje foi uma exceção, ela não faz parte de uma política governamental", disse, apesar de seus adversários mostrarem-se desconfiados. Os operários geriram a fábrica segundo um modelo de "cogestão" e planejaram utilizá-la em benefício da revolução, fabricando papel ou cadernos para as missões educacionais. E sonhavam com usar o estádio de esportes e as outras instalações do complexo em nome da comunidade.

Se Chávez saiu atrás de fábricas improdutivas, saíra atrás também de terras improdutivas. Como parte de seu socialismo do século 21, o presidente anunciou a aceleração do programa de reforma agrária iniciado em ritmo lento depois dos decretos de novembro de 2001 que antecederam o golpe de abril do ano seguinte. Da mesma forma como desejava usar os recursos naturais e a mão-de-obra venezuelana para fabricar suas próprias mercadorias, Chávez queria tornar o país auto-suficiente em produção de alimentos. Não obstante dispor de grandes extensões de terras aráveis, a Venezuela importava 70% de bens alimentícios. A distribuição das terras mostrava-se totalmente inadequada. Segundo uma estimativa do governo, 5% dos fazendeiros possuíam 75% das terras férteis. "Qualquer revolução de respeito não pode permitir uma situação dessas", disse Chávez. "Isso é algo feudal, é algo da pré-história."

Um dos primeiros alvos do governo dificilmente poderia ser superado em significado simbólico. Os agentes do Estado desembarcaram em uma fazenda de 32 mil acres de propriedade do Lorde Vestey, aristocrata inglês magnata do setor de carnes. Autoridades aventaram a hipótese de os ancestrais de Vestey terem adquirido as terras de forma ilegal, já que o processo de tomada de posse de terras na Venezuela se pautava pela corrupção. Os representantes do lorde juraram poder apresentar todos os documentos legais e descreveram a si próprios como vítimas de um programa de reforma agrária mal orientado. Os discursos inflamados de Chávez a respeito da reforma agrária já haviam, muito tempo antes, levado centenas de agricultores a invadirem El Charcote (o charco), montando barracos e começando a cultivar a terra. Autoridades do governo insistiam que desapropriariam apenas as terras improdutivas e que ressarciriam os respectivos donos. E que apenas tomariam posse imediata de terras obtidas ilegalmente.

Os adversários argumentaram que Chávez embarcara em um irrealizável e quixotesco empreendimento fadado ao fracasso – como foram outros tantos projetos de reforma agrária surgidos ao longo da história da América Latina. Alguns sugeriram que o presidente flertava com o mesmo destino de outros líderes que tentaram realizar reformas agrárias e foram depostos por golpes patrocinados pela CIA, entre os quais Salvador Allende no Chile, em 1973, e Jacobo Arbenz na Guatemala, em 1954. A mensagem parecia clara: nem pense em tentar isso.

Os ambientalistas também criticaram Chávez por tentar dividir acalentadas áreas de preservação, como a enorme fazenda de Hato Piñero, com 195 mil acres e localizada no Estado de Cojedes. A

propriedade abrigava espécies ameaçadas ou raras como o jaguar, o mutum-de-globo-amarelo, a capivara – o maior roedor do mundo – e a anta, que se assemelha ao cruzamento entre um porco e um tamanduá. A propriedade abrigava uma criação com um total de 11 mil cabeças de gado, recebia cientistas envolvidos em pesquisas e atraía ecoturistas do mundo todo dispostos a pagar cem dólares por dia, ou mais, para ver alguns dos animais e plantas mais exóticos da América do Sul. Os ecologistas avisaram que dividir a fazenda em pequenas propriedades significaria o fim de seu valor como área de conservação e destruiria a última área relativamente intocada dos *llanos* selvagens.

No entanto, para alguns dos simpatizantes de Chávez, Hato Piñero não passava de uma fortaleza bem protegida da qual apenas os turistas cheios de dólares e os venezuelanos ricos conseguiam desfrutar, enquanto muitos dos moradores do país mal conseguiam comer. Eles questionavam a validade da pretensão conservacionista dos proprietários da fazenda e apontavam para as várias áreas de desmatamento existentes na área. Chávez descreveu os donos de Hato Piñero como integrantes da elite de proprietários de terra pouco afeitos à realidade e insensíveis.

O presidente mostrava-se determinado a avançar em sua reforma agrária. Ele adotou medidas para retificar erros do passado, fornecendo crédito e assistência técnica aos novos proprietários de terra e exigindo que 15% dos empréstimos bancários fossem concedidos ao setor agrícola. Não obstante os temores, o governo respeitou, em termos gerais, o direito à propriedade privada. Foram poucos os casos de desapropriação. No final, as autoridades chegaram a um acordo com os proprietários de El Charcote. A empresa aceitou vender a fazenda do Estado de

Cojedes por 4,2 milhões de dólares e uma outra propriedade de 106 mil acres que possuía no Estado de Apure, por 4,7 milhões de dólares. No entanto, manteve sob seu controle mais oito fazendas com um total de 638 mil acres, a fatia maior de suas terras. Chávez saudou o acordo como um modelo para outros grandes proprietários de terra. O próprio governo possuía grandes fazendas que poderiam ser distribuídas.

Se Chávez conseguisse implantar uma reforma agrária duradoura na Venezuela, o feito seria monumental. No começo de 2007, o governo tinha distribuído quase 9 milhões de acres para 800 mil famílias de agricultores. O preço pago não fora nada irrisório: cerca de 170 líderes camponeses foram assassinados em meio à luta.

Para além da reforma agrária e do movimento de co-gestão, Chávez adotou medidas para criar empresas de propriedade do Estado nos setores de telecomunicação, viagens aéreas e petroquímicos. Fundou estatais que produziam de tudo, de tratores a “computadores bolivarianos”. Passou a controlar a pdvsa, colocando-a sob o domínio do governo, elevando as taxas cobradas das empresas estrangeiras de petróleo. Um novo estudo iniciado em 2006 indicou que as reservas comprovadamente existentes da Venezuela, antes calculadas em 80 bilhões de barris, poderiam chegar a 316 bilhões de barris se o óleo pesado do leste do país fosse incluído na conta, o que faria do país o maior detentor do combustível no mundo, ultrapassando os 260 bilhões de barris da Arábia Saudita.

O modelo econômico que Chávez criava não contou com aprovação unânime. As pessoas contrárias diziam se tratar não apenas de uma obra ainda em desenvolvimento – mas de uma obra

fadada ao fracasso. Argumentava-se que o “desenvolvimento endógeno” e a “co-gestão” não passavam de versões requeentadas das políticas de substituição de importação que tomaram conta da região nos decênios de 1960 e 1970. E, na opinião dessas pessoas, o alcance desses projetos seria limitado. Duvidava-se da possibilidade de os planos de Chávez darem vazão a um período longo de prosperidade e acreditava-se que todo o seu projeto entraria em colapso quando os preços do petróleo caíssem.

A dependência excessiva em relação ao petróleo era um ponto a ser considerado, apesar de Chávez rebater que as cooperativas visavam precisamente ao desenvolvimento de fontes alternativas de renda. O presidente estava convencido de que o capitalismo sem limites despojara a América Latina. Seus aliados apontavam para o fraco desempenho econômico da região desde o surgimento da “revolução do livre mercado”. De 1980 a 2005, a renda *per capita* subira apenas 10%, segundo o FMI. Mas aumentara 82% entre 1960 e 1980, antes da adoção daquela doutrina. “Os últimos 25 anos revelaram-se um fracasso sem precedentes para a América Latina”, concluiu o economista Mark Weisbrot, que o descreveu como o pior desempenho econômico de longo prazo na região, nos últimos cem anos.

Nesse meio-tempo, depois de sofrer abalos devido ao golpe de 2002 e à greve do petróleo, a economia da Venezuela oferecia sinais de recuperação. A taxa de crescimento deu um salto, ficando em 28% em 2004 e 2005, a melhor da região. O *boom* continuou em 2006, com 10,3% de crescimento. Até mesmo a publicação *The Economist*, não obstante apontar para algumas tendências “preocupantes”, concluiu que as políticas econômicas de Chávez “nem mesmo remotamente lembram o comunismo cubano”.

Segundo alguns relatos, o setor privado acabou detendo uma fatia ainda *maior* da economia do que antes da posse de Chávez. Apesar de o presidente falar sobre o socialismo do século 21, muitos economistas consideravam as políticas como medidas de “reforma gradual” mais semelhantes a uma democracia social de estilo europeu do que ao comunismo de Cuba. Ex-guerrilheiros marxistas, como Douglas Bravo, chegaram a acusar seu antigo aliado de ter traído a causa. Ao contrário de um revolucionário, afirmou Bravo, Chávez era um neoliberal.

A idéia chavista sobre uma nova economia não se pautava nas noções usuais sobre comércio entre nações, baseadas simplesmente na lógica da obtenção do maior lucro possível para si próprio. O presidente venezuelano introduziu a idéia da solidariedade. Em vez de competição, incentivava a cooperação. O exemplo mais óbvio disso eram os acordos de petróleo assinados com países de toda a América Latina. Alguns desses pactos ofereciam financiamento em termos favoráveis, permitindo a países que pagassem até 40% de suas contas durante longos períodos de tempo, períodos de até 25 anos. As taxas de juros poderiam ser tão baixas quanto 1%. Em troca, Chávez recebia de tudo, desde médicos cubanos a vacas argentinas, passando por arroz caribenho. Não se tratava de simplesmente distribuir petróleo gratuitamente. Nas palavras dele: “Quanto custariam 20 mil médicos cubanos?”.

Chávez usou os acordos de petróleo para divulgar sua idéia sobre uma América Latina unida, conforme proposto pelo seu herói Simón Bolívar quase duzentos anos antes. O líder venezuelano criou alianças regionais por meio de pactos como a PetroCaribe, que ofereceu a 14 países caribenhos um total de 198 mil barris de petróleo por dia com “condições favoráveis de financiamento”. A

PetroSul uniu o Brasil, o Uruguai, a Argentina e a Venezuela. A PetroAndina colocou juntos a Colômbia, o Equador, o Peru, a Bolívia e a Venezuela. Chávez acalentava o projeto de unir todos por meio de um grande empreendimento conjunto chamado PetroAmérica.

Um dos planos mais ambiciosos para unir a região previa a construção de um gasoduto que se estenderia por 9 mil quilômetros, saindo da Venezuela para atravessar o Brasil e chegar ao sul da Argentina. Linhas auxiliares ligariam o gasoduto ao Uruguai, ao Paraguai e à Bolívia. O custo do projeto ficou estimado em 20 bilhões de dólares, apesar de alguns especialistas terem alertado que complicações supervenientes poderiam significar um gasto duas vezes maior do que esse. O gasoduto teria uma extensão duas vezes maior do que a da fronteira do México com os Estados Unidos e poderia transformar-se no mais longo do mundo. Chávez batizou-o: o "oleoduto do sul". E o descreveu como um símbolo da nova era de cooperação regional e de limitação à influência norte-americana na América Latina. "Esse é o fim do Consenso de Washington", declarou. "Esse é o começo do Consenso Sul-Americano."

Alguns especialistas do setor de energia viram no projeto uma simples quimera. Segundo essas pessoas, o gasoduto pautava-se mais pelas ambições políticas de Chávez do que pelo bom senso econômico. Destacaram as dificuldades de atravessar os vastos e delicados ecossistemas da floresta Amazônica na Venezuela e no Brasil. Ambientalistas alertaram sobre os perigos não apenas para as espécies exóticas de aves e outros animais existentes na região, mas também sobre os perigos para as populações indígenas isoladas. Grupos como o Greenpeace destacaram a atuação anterior de Chávez em relação ao setor, não obstante o líder venezuelano

ter dado sinais de maior sensibilidade quanto às preocupações ambientalistas, divulgando alertas sobre o aquecimento global, defendendo o controle das emissões de carbono, conclamando seus seguidores a preferirem o transporte público ao uso de veículos particulares, distribuindo milhões de lâmpadas fluorescentes, que gastam menos energia, e até instalando postes de rua alimentados por luz solar. Mas o líder venezuelano continuava a insistir na exeqüibilidade do projeto referente ao gasoduto. Chávez observou que a Rússia construía um gasoduto de milhares de quilômetros estendendo-se até a Europa. Os presidentes Lula, do Brasil, e Kirchner, da Argentina, concordavam com a idéia. Na opinião de alguns especialistas, a obra poderia ser concluída dentro de cinco a sete anos, ao passo que Chávez considerava ser possível fazer com que o projeto pagasse por seus custos nos cinco a oito anos seguintes à respectiva conclusão.

O presidente da Venezuela elaborou outros planos para incentivar a unidade regional. Propôs a criação de um “Banco do Sul” que funcionaria como uma versão latino-americana do FMI. Sugeriu a adoção de uma moeda comum latino-americana semelhante ao euro, da União Européia. Aderiu ao pacto conhecido como Mercosul e do qual participavam o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Chegou a propor enviar um satélite latino-americano ao espaço e organizar uma versão latino-americana da Otan. A idéia contou com pouco apoio em uma região assolada no passado por sangrentas ditaduras militares.

Ainda assim, o tema comum de todos esses projetos consistia no fomento da unidade entre os países latino-americanos – uma unidade que integrava os planos de Bolívar – e no estímulo à criação de um mundo multipolar. Os projetos não se baseavam

exclusivamente na oposição aos Estados Unidos, mas na crença de que haveria mais estabilidade em um mundo com vários centros de poder.

Convencido disso, Chávez ampliou seu projeto econômico e geopolítico para além da região, levando-o para outras partes do globo. Em face de uma relação cada vez mais conflituosa com um governo Bush resolvido a isolá-lo internacionalmente, o presidente venezuelano buscou aliados onde quer que pudesse encontrá-los. Sua maior iniciativa internacional fora da América Latina envolvia a China. O gigante asiático deixava para trás décadas de controle comunista para adotar, com uma frequência cada vez maior, elementos da economia capitalista. Em busca de novos mercados, o comércio do país com a América Latina ampliava-se a olhos vistos. Chávez decidiu embarcar na onda expansionista. O mercado energético na China, sempre ávido por combustível, casava perfeitamente com os planos do líder venezuelano de afastar-se o máximo possível dos Estados Unidos e patrocinar um “mundo multipolar”. Chávez assinou um acordo para enviar petróleo aos chineses.

Tudo começou com um compromisso de fornecer, em 2005, 30 mil barris de petróleo por dia. Até 2007, esse volume saltaria para 300 mil, com uma meta final de enviar 500 mil barris de petróleo por dia até 2009 ou 2010. O acordo integrava os esforços de Chávez para aumentar de 15% para 45% a fatia das exportações venezuelanas de petróleo bruto e de outros derivados para a Ásia.

Chávez precisava de mais navios-tanque para enviar o combustível à China e a outras partes do continente asiático para as quais ampliava a distribuição, de forma que selou um acordo com os chineses para comprar deles oito embarcações do tipo. Ele

assinou outros acordos com o Brasil, que venderia mais dez navios-tanque, e com a Argentina, de onde viriam mais quatro, entre os quais um batizado de *Eva Perón*. No total, Chávez pretendia triplicar a frota venezuelana para um total de 58 navios-tanque, até 2012. O dirigente também assinou contratos com a China em vários setores, incluindo da construção de fábricas de computadores e de telefones celulares à montagem de plataformas de petróleo marítimas na Venezuela. Em agosto de 2006, Chávez realizou sua quarta visita ao território chinês desde que tomara posse como presidente. Nessa época, a pdvsa já possuía um escritório em Pequim.

Alguns consideraram os planos petrolíferos de Chávez algo pouco realista, em vista da grande distância existente entre a Venezuela e a China – 45 dias de navio, segundo algumas estimativas. Especialistas previram que apenas o transporte do combustível custaria a Chávez algo entre 5 e 10 dólares por barril. Argumentavam que o mercado natural da Venezuela era os Estados Unidos, para onde o país enviava 60% de sua produção de petróleo. O presidente venezuelano respondeu que conseguiria superar os problemas de transporte selando acordos de troca com novos aliados como a Rússia, a Indonésia e a Austrália, que entregariam o petróleo à China, livrando a Venezuela da necessidade de atravessar todo o Pacífico com sua carga.

O membro mais surpreendente da aliança internacional em expansão de Chávez era o Irã. O dirigente estendera a mão para esse importante produtor de petróleo do Oriente Médio no início de sua Presidência, quando conseguiu, com sucesso, que os países-membros da Opep diminuíssem sua produção, obtendo, assim, uma alta nos preços do combustível. Em 2006, quando o governo Bush se mobilizava abertamente para tirá-lo do poder, Chávez

aprofundou os laços com o Irã, país constante do “eixo do mal”, um conceito criado por George W. Bush, que incluiu nesse grupo também o Iraque e a Coréia do Norte. Na concepção de Chávez, não havia nada a perder. O governo norte-americano dava sinais claros de não desejar aproximar-se dele e Chávez precisava de aliados poderosos. Ele assinou vários acordos com o Irã, prevendo a instalação de fábricas iraniano-venezuelanas no país sul-americano para a produção de diversos tipos de mercadoria, entre os quais reluzentes betoneiras vermelhas, instrumentos cirúrgicos, tijolos, bicicletas, carros e ônibus. Os países acertaram, ainda, produzir petróleo e derivados do petróleo juntos, dar início a um programa de bolsas de intercâmbio para estudantes e abrir uma conexão aérea direta entre Teerã e Caracas.

Para além dos acordos comerciais, Chávez transformou-se no maior defensor do direito iraniano de desenvolver a tecnologia nuclear, programa esse que o país islâmico insistia estar voltado exclusivamente para a produção de eletricidade, apesar de as acusações norte-americanas dizerem o contrário. Quando Chávez visitou Teerã, em julho de 2006, recebeu a maior condecoração oficial do país, a dourada Eminente Medalha da República Islâmica. O presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, realizou uma visita à Venezuela semanas mais tarde, em setembro, e Chávez, como retribuição, concedeu-lhe uma medalha de honra criada para homenagear Simón Bolívar. Os dois referiam-se um ao outro como “irmão” e transformaram em objetivo comum seus esforços de denegrir o inimigo comum, o governo norte-americano liderado por Bush, bem como seu maior aliado no Oriente Médio, Israel. “Salvemos a raça humana”, disse Chávez. “Coloquemos fim ao império norte-americano.”

Essa aliança com o Irã gerou outras vantagens. Depois da deposição do xá e da crise dos reféns em 1979, o Irã continuou a possuir aeronaves militares de fabricação norte-americana, como os caças F-111, F-14 e F-15 comprados quando o xá estava ainda no poder. O país precisou adaptar várias peças, a fim de ser capaz de continuar utilizando os aparelhos. Desta vez, o país poderia compartilhar sua experiência com Chávez para que a Venezuela conseguisse manter no ar os F-16 e outros jatos, apesar da recusa norte-americana em vender-lhe peças de reposição.

A florescente aliança com o Irã fez soar alarmes dentro do governo Bush. Surgiram acusações infundadas de que a Venezuela enviaria urânio tirado de sua selva Amazônica para o Irã, a fim de ajudar este país em seu projeto nuclear.

Pintaram-se cenários apocalípticos nos quais radicais e terroristas islâmicos instalavam bases de operação no território venezuelano. Na verdade, as relações de proximidade entre a Venezuela e os países islâmicos não eram uma novidade, tendo sido iniciadas quando da formação da Opep, em 1960, em grande parte por meio dos esforços de Juan Pablo Pérez Alfonso, então ministro venezuelano do Petróleo. A aliança de Chávez com o Irã diferia pouco dos fortes laços selados pelos Estados Unidos com regimes polêmicos como parte do que Henry Kissinger chamava de *Realpolitik*.

Ainda assim, a amizade crescente de Chávez com Ahmadinejad chamava atenção para um processo de radicalização alimentado pela postura de enfrentamento adotada no governo Bush. Caso os Estados Unidos tivessem assumido uma atitude mais moderada, como fora o caso durante o governo Clinton, parece razoável perguntar se Chávez estaria agora cortejando alguns dos regimes

do planeta mais declaradamente contrários aos norte-americanos. O reinado de Otto Reich e de seus asseclas fez dessa uma questão a ser debatida. O fanatismo ultraconservador deixado como rescaldo da Guerra Fria ajudou a radicalizar e a afastar Chávez. O sucessor de Reich, Roger Noriega, viu-se substituído pelo diplomata de carreira Thomas Shannon em outubro de 2005, mas as políticas em relação à Venezuela pouco mudaram. Um especialista em questões políticas da região chamou-a de “política do arpão”.

Mesmo quando os Estados Unidos enfrentaram problemas na guerra do Ira-que e quando os preços do petróleo dispararam, as tensões em relação a Chávez não deram sinais de retração. A secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, referiu-se à Venezuela e a Cuba como os “assessores” do Irã. Rice anunciou que os Estados Unidos adotariam uma “estratégia de vacinação” nos outros países latino-americanos, a fim de limitar a influência da Venezuela. Em agosto de 2006, o governo Bush nomeou J. Patrick Mather, há bastante tempo trabalhando na CIA, para supervisionar as operações de espionagem sobre a Venezuela e Cuba. Antes, um cargo dessa natureza existia apenas em relação ao Irã e à Coreia do Norte. De forma absurda, a Venezuela passou a ser considerada uma ameaça comparável àquela dos países do “eixo do mal”.

A escalada das hostilidades norte-americanas em relação a Chávez e a seu governo não passou despercebida pelos cidadãos comuns da Venezuela. Quando o embaixador William Brownfield, substituto de Charles Shapiro, visitou um *barrio* de Caracas, em abril de 2006, para doar equipamentos de beisebol, os simpatizantes de Chávez reuniram-se do lado de fora do estádio reservado para a cerimônia a fim de gritar: “Fora! Fora!”. Quando o embaixador saiu do local, os manifestantes jogaram ovos, tomates

e cebolas em seu carro. Cerca de dez motociclistas perseguiram o veículo de Brownfield ao longo de uma estrada, jogando comida e depois batendo contra o carro quando

o tráfego o obrigou a parar. O episódio repetia uma cena ocorrida em 1958, quando venezuelanos enfurecidos, devido ao apoio dos Estados Unidos ao ditador Marcos Pérez Jiménez, quase arrastaram o vice-presidente Richard Nixon para fora de seu carro. O governo norte-americano pouco aprendeu com os erros do passado.

Como Chávez era considerado uma ameaça à democracia e à estabilidade na América Latina e como tinha sido incluído, com base em provas duvidosas, no Relatório Nacional sobre o Terrorismo, um documento dos Estados Unidos, por “oferecer guarida” para terroristas, o governo norte-americano tratou de investigar seus aliados – mesmo alguns deles presentes em universidades dos Estados Unidos. Em março de 2006, dois investigadores do condado de Los Angeles, que faziam parte de uma força-tarefa do FBI de combate ao terrorismo, apareceram no escritório de Miguel Tinker-Salas, professor da Faculdade Pomona. Tinker-Salas, nascido na Venezuela e professor de história da América Latina, costumava adotar uma postura favorável em relação a Chávez. Os investigadores interrogaram-no durante 25 minutos, questionando-o sobre seus eventuais laços com o governo venezuelano e com a comunidade venezuelana existente nos Estados Unidos. Os dois policiais interrogaram até mesmo alguns dos seus estudantes que apareceram naquele momento para o plantão do professor, e ainda examinaram os desenhos colocados na porta do seu escritório.

O reitor da universidade, David Oxtoby, disse que o interrogatório produziu um “efeito assustador”, ao passo que

Tinker-Salas afirmou que seus estudantes tinham se sentido “intimidados”. Para algumas pessoas, a ação carregava algumas das cores sombrias vistas quando das investigações de J. Edgar Hoover, do FBI, sobre ativistas dos direitos civis como Martin Luther King Jr. e sobre artistas pacifistas como John Lennon, durante o programa Cointel, dos anos de 1960, envolvendo espionagem, chantagem e a prática de atos intimidativos.

Não obstante os esforços dos Estados Unidos para manchar a imagem de Chávez e intimidar seus partidários, o líder venezuelano venceu com facilidade as eleições presidenciais de dezembro de 2006. O dirigente obteve um recorde de 63% (contra 37%) dos votos, em uma disputa cujo resultado previra-se meses antes. O principal adversário dele era Manuel Rosales, governador do Estado de Zulia e ex-membro da Ação Democrática, que aliás assinara o infame Decreto Carmona, responsável por anular o regime democrático da Venezuela durante o golpe de abril de 2002. Ainda vivendo dentro de uma redoma, a oposição convenceu-se de que obteria uma vitória arrasadora com Rosales. Quando perderam a disputa, os adversários de Chávez sacaram da manga as mesmas cartas usadas no referendo de 2004 sobre o mandato presidencial – fraude.

Mas Rosales, mérito dele, reconheceu sua derrota e, assim, pela primeira vez, alguns membros da oposição aceitaram que Chávez era o presidente legitimamente eleito do país, ao passo que o bloco contrário representava a minoria dos venezuelanos. Essa atitude abriu a possibilidade de que a Venezuela deixasse para trás o período de golpes e sabotagem econômica que marcaram o primeiro mandato de Chávez, embarcando em uma nova era de política eleitoral sem sobressaltos.

Fortalecido por sua vitória acachapante, Chávez, depois da eleição, deu uma guinada decisiva e acentuada em seus planos para o socialismo do século 21. Por volta da época em que tomaria posse para seu segundo mandato de seis anos, em janeiro de 2007, o líder venezuelano anunciou a nacionalização de várias empresas dos setores de telecomunicações, eletricidade e gás natural. E também disse que, no dia 1º de maio, o Estado assumiria o controle de quatro projetos multibilionários de exploração de petróleo no leste da Venezuela onde empresas estrangeiras tinham participação. Simultaneamente, Chávez declarou que estava dissolvendo o MVR e formando um partido socialista único, o Partido Socialista Unido da Venezuela, a fim de reunir os vários grupos que davam apoio ao seu governo. Comunicou ainda que o governo não renovaria a licença de transmissão do canal RCTV quando expirasse, em maio de 2007. Chávez tentou governar por decreto durante 18 meses, em algumas áreas, entres as quais a economia. Reformou novamente seu gabinete de governo, demitindo dois de seus maiores aliados – o vice-presidente José Vicente Rangel e Aristóbulo Istúriz, substituído no comando do Ministério da Educação por Adán, irmão de Chávez.

O desenrolar dos fatos atingiu seu clímax quando Chávez tomou posse, no dia 10 de janeiro, e repetiu a famosa frase de Fidel Castro: “Pátria, socialismo ou morte – eu juro”.

A frase e o ritmo açodado das novas medidas, adotadas no período de algumas semanas, provocou alarme no *establishment*, nos meios de comunicação e no governo Bush. Esses setores viram nas medidas de Chávez uma prova concreta de que o presidente instalava uma ditadura ao estilo cubano. Os adversários acusaram-no de eliminar a liberdade de expressão ao não renovar a licença

da RCTV, de esmagar a dissidência política ao formar um partido único, e de aproximar-se de um modelo de economia controlada pelo Estado ao nacionalizar empresas importantes.

Esses adversários, obviamente, contaram apenas uma parte da história. Chávez nacionalizava apenas uma empresa de telecomunicações, a CANTV, privatizada em 1991 e que detinha o monopólio da telefonia fixa dentro da Venezuela. Apesar de ter melhorado os serviços em um país onde o sistema de telefonia era tão precário que algumas empresas contratavam secretárias para ficarem apenas discando números o dia todo, a CANTV tampouco estava isenta de falhas. Levava-se, em geral, dois anos e algum suborno para conseguir a instalação de uma linha de telefone. As críticas dirigidas contra Chávez também deixaram de lado o fato de o governo planejar, de maneira geral, indenizar, a preços de mercado, os donos das empresas que viesse a comprar. Até então, as autoridades tinham agido dessa forma, a despeito de, no caso da CANTV, terem dito que pretendiam levar em conta dívidas da empresa com os trabalhadores e um "débito tecnológico" havido em relação ao Estado. Depois de a oposição quase o ter arrancado do poder em 2003, ao paralisar

o crucial setor petrolífero, Chávez acreditava ser prudente assumir o controle das principais áreas estratégicas da economia.

A não renovação da licença da RCTV não poderia ser descrita como uma medida de censura pura e simples, mas como uma decisão baseada na recusa do canal em pagar tributos e multas devidos ao governo e, mais importante, no fato de a rede ter apoiado e participado do golpe de abril de 2002 contra Chávez, somado ao fato de ter agido da mesma forma em relação à greve

do petróleo iniciada mais tarde, naquele mesmo ano. A rede agiu de tal maneira

– incitando os venezuelanos a derrubarem um presidente eleito democraticamente – que, se fosse nos Estados Unidos seria tirada do ar imediatamente pelo FCC. O governo Chávez precisou de cinco anos para fechá-la, apesar de o canal ainda continuar funcionando livremente via cabo e satélite.

A manobra para formar um partido único também foi descrita de forma errônea. Não se tratava de banir qualquer partido, mas de convocar os que o apoiavam a unirem-se sob uma mesma legenda. A oposição continuava livre para agir. Os adversários de Chávez, a seu turno, tentavam formar um novo e único partido para opor-se ao presidente. Chávez não tinha por que calar seus opositores. Ele conseguia vencê-los facilmente em processos eleitorais livres e justos.

Ainda assim, não havia dúvida de que a revolução chavista ingressava em sua fase mais radical e a pergunta sobre onde iria parar continuava em aberto. Até alguns dos partidários do dirigente questionavam o motivo de ele precisar governar por decreto a respeito de determinadas questões quando a Assembléia Nacional era totalmente controlada por seus aliados. Houve incômodo ainda com o fato de Chávez ter afastado do poder respeitados membros de seu gabinete, tais como Aristóbulo Istúriz e José Vicente Rangel, que ficaram ao seu lado – literalmente – durante alguns dos momentos mais difíceis da Presidência chavista.

Não estava descartada a possibilidade de Chávez adotar medidas para replicar a revolução de Fidel na Venezuela, criando um Estado totalitário no qual o governo controlaria tudo, dos

campos de extração de petróleo às sorveterias. Mas a probabilidade maior era de que caminhasse rumo a uma economia mista e uma democracia social, nacionalizando setores estratégicos importantes, unificando sua base política com vistas a avançar seu projeto de um novo socialismo e mantendo abertas as vias da liberdade de expressão e da democracia.

Quando Chávez deu início a um novo mandato de seis anos, em 2007, a pergunta crucial a ser respondida girava em torno de saber se a Revolução Bolivariana estava de fato melhorando de forma sustentável as condições de vida da população ou se não passava de um amontoado de declarações esquerdistas de outras épocas e vazias de conteúdo. Fazia-se ainda outra pergunta: Chávez aprofundaria o processo revolucionário dando mais poder aos movimentos de base, ou ele próprio seria como o insubstituível protagonista de um monólogo cuja revolução ruiria quando ele deixasse o poder? Se abrisse o círculo de poder para incluir pessoas com pontos de vista críticos, então a revolução perduraria. Por outro lado, se o ego dele inflasse e ele se retirasse para um mundo de adutores e assessores submissos, então a revolução, provavelmente, entraria em colapso.

Como acontece com qualquer governo, as zonas cinzentas imperavam. Os adversários conseguiam apontar falhas evidentes. Uma das maiores foi a guerra contra a corrupção. Chávez havia subido ao poder prometendo combater a corrupção no país, entre os mais corruptos do mundo. No entanto, oito anos depois de iniciada a batalha, pouco havia para ser comemorado. A corrupção continuava arraigada na sociedade venezuelana. Acusações de ilegalidade chegaram a atingir até mesmo uma grande cooperativa governamental de açúcar instalada no Estado natal de Chávez,

Barinas. Ele argumentava que a corrupção não era um simples *problema*, mas uma *cultura* num país onde a maior parte das pessoas considerava tolo alguém que não se aproveitasse de uma “oportunidade”. Chávez descreveu-a como um “monstro de mil cabeças”. E matá-lo não seria fácil. A solução do problema talvez levasse anos, ou mesmo gerações. O governo, é preciso reconhecer, prendeu vários oficiais das Forças Armadas envolvidos no escândalo da fábrica de açúcar em Barinas. Porém, mesmo alguns dos aliados de Chávez reconheciam que o dirigente precisava atacar a corrupção de forma mais contundente.

Seus adversários viam na elevação das taxas de criminalidade um outro fracasso do governo. O número de assassinatos, alto durante os anos 1990, não diminuiu ao longo da Presidência de Chávez e, segundo algumas fontes, o problema até mesmo piorara. Um relatório das Nações Unidas asseverou que a Venezuela possuía a maior taxa *per capita* de mortes por arma de fogo no mundo. O governo insistia estar realizando avanços na batalha contra o crime ao combater uma de suas causas, a pobreza disseminada, e ao reformar as forças policiais, sabidamente corruptas, mal treinadas e mal pagas. No entanto, de forma semelhante ao que acontecia no restante da América Latina, o império da lei na Venezuela continuava sendo precário e o sistema judicial, vulnerável – os juízes permaneciam sujeitos a pressões econômicas e políticas.

Os detratores de Chávez e mesmo alguns de seus partidários criticaram-no por não desmantelar a cultura de apadrinhamento existente no país. Na Venezuela, uma *palanca* (indicação) revelava-se freqüentemente mais importante na obtenção de um emprego no setor público ou privado do que os estudos ou as qualificações profissionais. De maneira semelhante, mostrava-se importante ser

leal a um dos dois partidos antes governistas, à Ação Democrática e ao Copei. Os adversários afirmavam que Chávez pouco tinha feito para mudar a mentalidade das *palancas* e que mesmo permitira que seu próprio governo se deixasse invadir por ela. O exemplo mais conhecido ficou sendo a “Lista Tascón”. Obtida por um congressista pró-Chávez da Assembléia Nacional, Luis Tascón; a lista arrolava mais de 3 milhões de pessoas que tinham assinado as petições de convocação do referendo sobre o mandato de Chávez. Inicialmente, Tascón colocou a lista em um *site*, a fim de permitir que os simpatizantes do mandatário se certificassem de que seus nomes não tinham sido fraudulentamente incluídos nas petições. Ao final, porém, as pessoas presentes no governo usaram-na para negar aos opositores de Chávez vários benefícios, de vagas de emprego a carteiras de motorista e passaportes. Os adversários do presidente viram naquilo o tipo de discriminação política típico dos regimes anteriores da Venezuela, que ele tanto prometera combater. Os simpatizantes do dirigente respondiam não ser injustificada a preocupação com a possibilidade de partidários da oposição ocuparem cargos públicos. Muitos deles tinham ajudado a desestabilizar ou a sabotar o governo durante a greve do petróleo.

Tascón acabou suspenso do Movimento Quinta República, de Chávez, e o próprio líder venezuelano conclamou o país a “enterrar a lista”. O episódio, porém, levantou dúvidas sobre a profundidade das mudanças promovidas pela Revolução Bolivariana na cultura política do país. A incompetência do governo, um problema perene na Venezuela e no resto da América Latina, não desaparecera.

Os adversários também reclamavam da concentração de poder nas mãos de Chávez. Alegavam que ele “controlava” o governo, a Justiça, a Procuradoria-Geral, as Forças Armadas, o Conselho

Eleitoral Nacional e tudo o mais. É bem verdade que Chávez mantinha uma grande dose de influência sobre a Venezuela na qualidade de líder da Revolução Bolivariana. Mas nem tudo podia ser tributado a ele, e havia aspectos que se pareciam com o cenário visto em outros países. Nos Estados Unidos, o presidente da nação nomeia os juízes da Suprema Corte – George W. Bush escolheu conservadores com opiniões semelhantes às suas. O presidente norte-americano também nomeava seu próprio procurador-geral – John F. Kennedy, por exemplo, colocou Bobby Kennedy, o próprio irmão, no cargo. A oposição venezuelana aceitou inicialmente a composição do conselho eleitoral. Mesmo que o órgão fosse politizado, ninguém poderia pretender seriamente que as eleições na Venezuela não tinham sido livres e justas. Era verdade que Chávez possuía uma base de apoio esmagadora na Assembléia Nacional – em dezembro de 2005, os chavistas ocupavam todas as 167 cadeiras do órgão. Isso, no entanto, devia-se ao fato de a oposição ter boicotado as eleições daquele mês quando perceberam que caminhavam para uma derrota avassaladora. O domínio completo sobre a assembléia da parte dos chavistas forneceu aos opositores o que desejavam – munição para disparar, afirmando que estavam vivendo em uma ditadura.

Uma das maiores fraquezas da Revolução Bolivariana era o culto à personalidade envolvendo Chávez. O presidente agia como a figura solitária e dominante do palco quando se tornou líder do movimento e havia dúvidas reais sobre quão duradouro seria o futuro dos chavistas quando seu líder saísse de cena. Um analista de Caracas simpático a Chávez, ex-bolsista da Fullbright, Gregory Wilpert, não conseguia imaginar um futuro róseo:

Se Chávez desaparecesse de um dia para o outro, o movimento inteiro se dividiria em mil pedaços, e isso porque teria perdido a cola responsável por mantê-lo unido. Essa dependência extrema em relação a Chávez também significa ser muito difícil para seus partidários criticarem-no. Todas as críticas passam pelo risco de minar o movimento, porque oferecem munição retórica à oposição. Uma outra consequência é que a falta de crítica isola Chávez e torna mais difícil o processo por meio do qual testaria suas idéias e suas políticas diante do mundo exterior. As críticas vindas das fileiras internas são raras e as críticas vindas de fora são descartadas facilmente. O resultado: um grande potencial para a adoção de políticas mal direcionadas.

Um exemplo, concluiu Wilpert, era a lei de responsabilidade dos meios de comunicação, por meio da qual se aumentaram as penas para os que insultassem autoridades do governo. O analista descreveu-a como “contrária aos direitos civis” e acreditava que ela “não servia para nenhum propósito útil”. O polarizado cenário político da Venezuela criava um ambiente insalubre entre os chavistas, um ambiente dentro do qual qualquer um com alguma crítica seria tachado como “contrário à revolução”. Certas pessoas perguntavam-se se Chávez viveria o mesmo destino de Simón Bolívar, caso o seu projeto populista (e os preços do petróleo) desabasse sob seu próprio peso, fazendo com que as massas que o adoravam passassem, de forma igualmente rápida, a desprezá-lo.

No entanto, embora fosse possível que Chávez se transformasse em um outro estereótipo de ditadorzinho e provasse ser verdadeiro o adágio de Simón Bolívar, segundo o qual “os que servem à revolução semeiam o mar”, o dirigente também desfrutava o potencial de ficar para a história como o mais

importante presidente da Venezuela. Seus partidários acreditavam que as missões sociais do mandatário representavam o primeiro esforço sério e de grandes proporções para redirecionar os recursos do petróleo, favorecendo a maioria pobre do país. Essa era uma versão venezuelana do New Deal de Franklin Delano Roosevelt.

Havia os que consideravam os programas uma mera ação populista, argumentando que pouco melhoravam a vida das pessoas no curto ou no longo prazo. Segundo alegavam, essas missões não integravam um modelo econômico viável, capaz de oferecer crescimento sustentável e de romper a dependência venezuelana em relação à flutuação dos preços do petróleo e nem a dependência do povo da Venezuela em relação ao Estado. Alguns jornalistas e analistas diziam que, apesar dos bilhões de dólares vindos do petróleo que caíram sobre a Venezuela, Chávez mostrara-se incapaz de reduzir consideravelmente a pobreza. O cenário parecia oferecer provas irrefutáveis da loucura do presidente. No entanto, essas declarações acabaram por se revelar mais um exemplo da desinformação.

A taxa de pobreza quando Chávez subiu ao poder, em 1999, era de 42,8% e a cifra subira, de fato, para 55,1% até a segunda metade de 2003. Isso não deveria surpreender ninguém. O golpe de abril de 2002 e a greve do petróleo de dezembro daquele ano lançaram a economia em uma queda livre. Porém, quando os esforços da oposição para provocar instabilidade perderam gás, a economia expandiu-se. Aumentou em 17,9%, em 2004, e em 9,3%, no ano seguinte – as melhores taxas de crescimento da América Latina. A pobreza diminuiu acentuadamente, para 37,9%, na segunda metade de 2005, ou quase 5 pontos percentuais abaixo do índice registrado quando Chávez deu início a seu governo. E o dado

levava em conta apenas a renda em dinheiro da população. Se fossem computados os alimentos subsidiados e a saúde gratuita, a taxa de pobreza terminaria por ser bastante menor. Essa cifra continuou caindo à medida que os programas sociais de Chávez ampliavam-se. Em 2006, sem incluir os subsídios, ficara em 33%.

Outros indicadores também apontavam que a vida, realmente, estava melhorando para os milhões de venezuelanos pobres. O Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas para a Venezuela subiu de 0,765 para 0,772, entre 1999 e 2005. E esse dado baseava-se em grande medida em números de 2003, quando a economia ainda enfrentava uma profunda recessão. Os números, provavelmente, apenas melhorariam quando fossem inseridos dados relativos aos anos subseqüentes, nos quais a economia se recuperou. “O governo Chávez contou apenas com três anos de estabilidade e controle sobre o setor petrolífero”, afirmou o economista Mark Weisbrot, em novembro de 2006. “Nesse período, ele conseguiu ampliar de forma marcante o acesso à saúde pública e à educação. [...] Não conheço nenhum outro lugar do continente que obteve esse tipo de ganho.”

Chávez iniciou ou concluiu uma série de grandes obras públicas, atingindo um ponto alto em 2006, pouco antes da eleição presidencial. Entre esses projetos incluíam-se desde centros de atendimento médico de alta tecnologia e usinas de petróleo até um sistema de bondes para levar os moradores dos *barrios* localizados nos morros de Caracas às estações do metrô subterrâneo. O presidente inaugurou uma ponte de 1,2 bilhão de dólares e 4 quilômetros, que atravessava o rio Orinoco e que levou cinco anos para ser construída. Chávez celebrou a conclusão de uma linha de metrô de 850 milhões de dólares, ligando a cidade-dormitório de

Los Teques a Caracas. Sentou-se no banco do condutor quando a primeira nova linha de trem dos últimos 70 anos na Venezuela realizou sua viagem inaugural rumo outra cidade-dormitório, Cua. O presidente venezuelano até propôs construir uma estrada de ferro transcontinental que se estenderia rumo ao sul, até a Argentina.

A fim de aprofundar o processo da democracia participativa, Chávez incentivou a formação de milhares de conselhos comunais de bairro com poderes para implantar, em nível local, projetos nas áreas de saúde, educação, transporte, habitação e agricultura. O governo pretendia injetar ao menos 1,8 bilhão de dólares nos conselhos em 2007.

O novo espírito era simbolizado pelos milhões de pessoas que caminhavam orgulhosamente pelas ruas com cópias de bolso da Constituição de 1999,

o projeto da Revolução Bolivariana. Muitos conseguiam citar de cor artigos da Carta Magna e alguns se diziam responsáveis por seções do texto legal sugeridas por seus *barrios* à assembléia constituinte. Trechos da Constituição apareciam em pacotes de arroz, feijão, farinha e outros alimentos dos mercadinhos Mercal. Um professor de estudos religiosos da Faculdade Manhattan, que visitou a Venezuela em uma "turnê de realidade", observou que a agenda dos direitos humanos constante do texto possuía "muitas semelhanças com os ensinamentos sociais da Igreja Católica", entre os quais o recentemente divulgado "Compêndio da Doutrina Social da Igreja". Não obstante as acusações de ser uma ditadura, a Venezuela dava sinais de vida com intensa atividade política sendo realizada em seus níveis mais básicos.

À frente de tudo isso, Chávez mal tinha tempo para dormir; o líder encontrava-se profundamente envolvido com sua Presidência e curioso a respeito de todos os seus mínimos detalhes. Em seus encontros de gabinete, não havia dúvidas sobre quem estava no comando. Embora existisse espaço para a realização de debates, no final ficava claro que ele era o homem responsável por tomar as decisões.

Cinco anos após o divórcio de sua segunda mulher, Chávez vivia de novo como homem solteiro. Ele não possuía tempo nem estilo de vida compatível com um casamento convencional. E costumava dizer que seu grande amor era o povo venezuelano e sua revolução. Com frequência, tarde da noite, depois de a maior parte das pessoas ter saído do palácio presidencial, Chávez continuava acordado, analisando relatórios ou lendo até as 2 ou 3 horas. E mantinha uma TV ligada com o volume baixo. Quando um programa de entrevistas lhe chamava a atenção, não era incomum que a atração fosse interrompida por um telefonema – o presidente estava na linha.

O velho mentor de Chávez na academia militar, general Jacinto Pérez Arcay, disse-lhe certa vez que não deveria reclamar sobre estar sozinho. Bolívar vivera da mesma forma após a morte da mulher, ocorrida pouco depois do casamento e que lhe proporcionou tempo e energia para libertar a América Latina. “Se ela não tivesse morrido”, afirmou-lhe Pérez, “Bolívar não teria sido nada mais que um major de San Mateo”, o pequeno vilarejo onde possuía sua fazenda.

Ainda assim, uma fiel chavista, chamada Lina Ron, uma líder de rua sem meias palavras, escreveu um artigo de jornal em janeiro de 2007 conclamando o presidente a casar-se – e a escolher a

companheira de revolução e ex-vice-ministra das Relações Exteriores Mari Pili Hernández como noiva. “Precisamos de uma primeira-dama agora!”, afirmou Ron. “Meu comandante (Chávez) está sozinho e não pode continuar vivendo assim.” A ativista acrescentou que Hernández deveria deixar seu ciúme de lado, uma vez que Chávez era “o homem mais amado pelas mulheres deste país”.

Casado ou não, mesmo se a Presidência de Chávez chegasse ao fim de repente, o dirigente teria deixado sua marca na Venezuela. O país nunca mais seria o mesmo. Ele quebrara as pernas da minoria privilegiada de pele clara que durante décadas governara a Venezuela quase como uma máfia. A antiga ordem morria. E uma nova vinha à luz. Alguns acreditavam que o processo continuaria, com ou sem Chávez. O presidente oferecia apenas um símbolo da histórica passagem do poder para as mãos da maioria pobre, de pele escura e há muito tempo explorada; a minoria que agora controlava o país pela primeira vez desde a conquista espanhola, cinco séculos atrás.

Quando Fidel Castro sofreu um grave problema de saúde, em agosto de 2006, Chávez figurava como seu herdeiro natural, na qualidade de principal líder da esquerda na América Latina e talvez no mundo. Em certa medida, o líder venezuelano já superara Fidel ao rodar pelo planeta e pregar a revolução iniciada por Bolívar quase dois séculos antes. Chávez completou 53 anos de idade em julho de 2007 – um homem ainda relativamente jovem. Em vista da autodestruição dos opositores dentro da Venezuela, o presidente não fazia outra coisa que ganhar força. Ele prometeu realizar um plebiscito sobre eliminar o limite de reeleições, a fim de que o homem indispensável à Revolução Bolivariana pudesse continuar no governo. Até mesmo seu antigo companheiro de armas, Francisco

Arias Cárdenas, que o ajudara a liderar o golpe de 1992 e que mais tarde tinha se voltado contra Chávez, abandonou a oposição e regressou à base aliada. Assumiu o posto de embaixador da Venezuela junto às Nações Unidas em 2006 e comandou os esforços para que o país obtivesse um lugar no Conselho de Segurança da organização.

No dia das eleições presidenciais, 3 de dezembro de 2006, milhares de simpatizantes de Chávez saíram de casa às 3 horas da madrugada e colocaram em alto-falantes montados sobre carros fitas com o toque de clarim para acordar seus vizinhos e lembrá-los de se dirigirem para os locais de votação antes do amanhecer. O comparecimento às urnas bateu um recorde no país

– 75% dos aptos a votar. A somatória dos programas sociais de Chávez com seu carisma pessoal – mais os bilhões de petrodólares que despencavam sobre o país – mostrou ser forte demais para ser superada por qualquer adversário. Naquela noite, depois de ter sido eleito com a larga vantagem de 26 pontos percentuais, Chávez ingressou na sacada do Palácio de Miraflores e discursou para uma multidão em êxtase, que aguardara durante horas sob uma chuva torrencial. “Essa é mais uma derrota para o império do Mr. Danger. Essa é mais uma derrota para o demônio que quer dominar o mundo”, vociferou Chávez. Os venezuelanos, afirmou, tinham “votado pelo socialismo do século 21, esta nova era de Democracia Socialista”.

Uma nova e mais radical fase da revolução estava prestes a iniciar-se. Chávez diferia de qualquer outra figura histórica da Venezuela. Era uma figura modelar para milhões de pessoas, um *workaholic* abstinente, estudioso da história, viciado em livros e dono de língua afiada, egresso das classes mais desfavorecidas e que

lutava para colocar fim a décadas de injustiça. “Isso é algo verdadeiro”, afirmou Juanita Ortega, uma freira e enfermeira norte-americana com 50 anos de experiência nos *barrios* do país. “A revolução perdurará enquanto não houver nenhuma interferência vinda de fora.” Os simpatizantes de Chávez prometeram defendê-lo a qualquer custo. Até com suas próprias vidas. Ele estava dando esperança para milhões de venezuelanos, e isso era algo que não sentiam havia muito, muito tempo.

Posfácio da Edição Americana



Como a maior parte do mundo, fiquei sabendo da existência de Hugo Chávez em fevereiro de 1992, quando ele lançou sua fracassada tentativa de golpe. Estava me preparando para morar na Venezuela, inicialmente como ativista de um grupo católico de ajuda humanitária chamado Maryknoll, o braço para missões estrangeiras da Igreja Católica dos Estados Unidos.

Eu trabalhava em uma escola de línguas de Cochabamba, na Bolívia, quando Chávez liderou o golpe. Mudei-me para a Venezuela naquele mês de julho. Em outubro, passei a morar em um *barrio* de Barquisimeto, onde permaneci durante 18 meses.

A experiência permitiu-me ver em primeira mão como vivia a maioria pobre da Venezuela, uma lição inestimável para um jornalista. Muitos de meus vizinhos da parte alta de El Trompillo moravam em barracos feitos com pedaços de metal amassados ou,

até mesmo, no caso de uma vizinha do outro lado da rua, em casas de pau-a-pique como aquela em que crescera Hugo Chávez.

Um dia, a vizinha me contou que não comia nada havia dois dias, que tinha apenas café para beber e não tinha mais nenhum alimento para dar a seus três filhos. Comprei para ela vários produtos de supermercado.

Os *barrios* de ruas de terra não dispunham de água encanada ou de banheiros internos. Como acontecia com vários dos seus moradores, eu tomava banho com um balde dentro de um "chuveiro" interno, formado por quatro paredes de folhas de metal amassadas. Um caminhão-pipa comparecia à área algumas vezes por semana e enchia os barris de água que mantínhamos na parte da frente das casas.

Em uma manhã, seis semanas depois de minha chegada, o Sol ainda não tinha se levantado quando ouvi um barulho, como se alguém estivesse batendo com uma estaca do lado de fora da minha casa de paredes de concreto. Descobri que o barulho vinha dos fogos de artifício disparados por algumas pessoas. Uma outra tentativa de golpe se desenrolava. O dia: 27 de novembro de 1992. Os colaboradores civis dos golpistas, de uma outra parte do *barrio*, anunciavam a rebelião. Pouco tempo mais tarde, meus vizinhos reuniram-se na rua de terra. Todos víamos as forças de segurança invadirem casas do *barrio* localizado no morro dos quais tinham vindo os fogos de artifício. Assustados, meus vizinhos correram de volta para dentro de suas casas. Cheguei à conclusão de que seria melhor se fizesse o mesmo.

Naquele mesmo dia, horas depois, consegui ver os caças legalistas e rebeldes travando combates aéreos sobre a cidade.

Alguns pilotos ejetaram-se de seus aviões, aterrissando em um *barrio* localizado do outro lado da cidade. Eu não tinha certeza sobre o que estava acontecendo. Estava ajudando um vizinho com seus exercícios de inglês quando membros mais experientes do Maryknoll passaram por ali, a fim de aconselhar-me a não sair de casa. Naquela noite, o abalado governo do presidente Carlos Andrés Pérez decretou lei marcial. Qualquer um flagrado nas ruas após o anoitecer corria o risco de ser alvejado.

Encontrei-me com Chávez pela primeira vez em 1994, pouco depois de ele ter sido libertado da prisão. Então, eu já havia retomado minha carreira de jornalista, tendo ingressado no escritório da Associated Press em Caracas, um local bastante diferente de um bastião chavista e onde trabalhei até 2000. Logo me mudei para o bairro chique de Altamira/Los Palos Grandes, que, com o passar do tempo, se transformaria em um reduto da oposição a Chávez. Os moradores dessa área saíam em suas janelas à noite para bater panelas furiosamente, conclamando a derrubada do presidente. O bairro ficava localizado aos pés da imensa cadeia de montanhas Avila e contava com elegantes prédios de apartamentos, restaurantes da moda e supermercados bem abastecidos. Diplomatas, empresários estrangeiros e outras pessoas em cargos de poder moravam na área. O local colocava-se no pólo oposto ao de El Trompillo. Morei ali nos cinco anos seguintes.

Eu me encontrei com El Comandante em um restaurante chinês do moderno bairro de Mercedes, em Caracas, alguns dias depois de sua libertação, realizando a primeira entrevista concedida por Chávez a um correspondente estrangeiro. No *entourage* que o acompanhava, então, estavam seu filho, Hugo, e o advogado

Manuel Quijada. Não havia muito tempo para perguntas. Seu telefone celular não parava de tocar e as pessoas o abordavam para desejar-lhe boa sorte.

Cerca de um ano mais tarde, eu o entrevistei novamente, no escritório do arquiteto da área de Chuao que lhe emprestara aquele espaço. Depois de Chávez ter me apresentado em detalhes seus planos para o país, Luis Alfonso Dávila, ex-oficial das Forças Armadas que assessorava Chávez, perguntou-me o que achava daquilo tudo. Eu não estava muito certo sobre o que responder. Naquela época, Chávez estava sendo execrado pelo *establishment* – o que incluía o veículo de comunicações para o qual eu trabalhava –, sendo retratado como uma relíquia meio amalucada que não se diferenciava muito de uma moda passageira.

Em 1998, quando ele concorria à Presidência, sentamo-nos juntos mais uma vez. Ele subia nas pesquisas e tinha chances reais de vencer; o *establishment* se enganara a respeito do que acontecia entre as camadas humildes da população. A maioria pobre do país nunca esquecera de verdade El Comandante. Conforme me disse Adán, irmão dele e um dos principais colaboradores de Chávez, em abril de 2007: “Aquilo foi um furacão, um furacão que continua em atividade”.

Depois de registrar a ascensão de Chávez ao poder e os primórdios do seu governo, regressei aos Estados Unidos, mas acompanhei de perto o desenrolar dos fatos na Venezuela, realizando visitas regulares ao país. Em 2003, comecei a fazer pesquisas para escrever este livro.

Vários anos tinham se passado desde que eu tivera a última chance de conversar com ele pessoalmente, e eu queria visitá-lo

outra vez.

No entanto, aproximar-se dele não era, havia muito tempo, algo fácil de se conseguir. Passei meses tentando marcar uma entrevista. Recorri a assessores, ao embaixador da Venezuela junto às Nações Unidas, ao embaixador do país em Washington, a amigos que tinham amigos que supostamente conheciam alguém. Recorri a todos os que consegui imaginar. A maior parte desses contatos não rendeu nada. Alguns dos assessores perderam seus cargos. No entanto, em abril de 2007, fui chamado a Caracas. Eu finalmente chegava perto de meu objetivo.

Chávez não compareceu no dia marcado para nossa entrevista, de forma que procurei José Vicente Rangel, durante um longo tempo seu vice-presidente, e que recentemente deixara o governo.

Sentado em uma sala de estar repleta de quadros e estátuas, na casa dele, no bairro de Alta Florida, Rangel descreveu para mim os eventos do golpe de 2002. Ele ficara ao lado de Chávez durante a maior parte do tempo naquela noite de 11 de abril. Disse que uma das coisas mais notáveis fora a postura controlada e metódica adotada por Chávez, em um contraste marcante com o cenário de caos, tensão e ameaças de bomba circundante. Em um dado momento, o presidente pediu para ser deixado sozinho, a fim de meditar a respeito do que fazer. Rangel afirmou ser uma característica de Chávez pedir para ficar isolado em momentos que exigem uma decisão importante.

“Ele estava tranqüilo, inacreditavelmente tranqüilo”, disse Rangel. “Ele é muito contraditório nesse aspecto, porque é um homem hiperativo e emocional. Mas, em circunstâncias especiais, age com uma serenidade incrível, com frieza. É por isso que as

decisões tomadas por ele até agora são tão boas. Acho que um dos motivos pelos quais se retira é precisamente para evitar que as pressões do momento ditem o caminho a ser adotado.”

Mais tarde, naquela mesma noite, encontrei-me com Adán Chávez, em seu espaçoso gabinete no Ministério da Educação, então comandado por ele. O irmão do presidente era conhecido por não conceder entrevistas, muito menos para jornalistas dos Estados Unidos. Ele me disse dispor de 30 minutos. Acabamos conversando durante uma hora.

Eu falei sobre a história de seu ingresso no MIR e no PRV, de Douglas Bravo, e então sobre o seu papel como elo de ligação entre Bravo e Hugo Chávez. Perguntei-lhe se aquilo era verdade. Adán pareceu surpreso com o fato de eu estar familiarizado com os detalhes da sua vida pregressa, detalhes que mesmo os venezuelanos desconheciam, e disse que o relato se mostrava bastante preciso. Hugo, afirmou, “dispôs-se imediatamente a entrar em contato” com Bravo quando Adán sugeriu a idéia. Os dois finalmente se encontraram em 1979, contou, acrescentando: “Aquilo foi importante porque deu início ao processo dele de montar um movimento civil-militar”.

Adán falou um pouco sobre a infância deles em Sabaneta, sobre como os pais viajavam entre essa cidade e Los Rastrojos nos primeiros anos, sobre o próprio nascimento dele e de Hugo na casa de pau-a-pique de Rosa Inés. Ele negou a informação, contida em um livro publicado originalmente na Venezuela, segundo a qual, em dado momento, Hugo e a mãe ficaram sem conversar durante ao menos dois anos. Adán falou sobre a evolução do movimento bolivariano nos anos de 1990 e sobre a decisão crucial tomada por Chávez de concorrer à Presidência em 1997.

Quando me levantei para partir, pedi a Adán que falasse com seu irmão, já que eu não estava convencido de que a entrevista com o dirigente aconteceria realmente. Ele prometeu que faria isso, mas eu não sabia dizer então se ele estava apenas sendo educado.

Passados alguns dias, quando tudo levava a crer que a entrevista com o líder venezuelano não ocorreria, eu me vi sentado à frente de Hugo Chávez, no avião presidencial. O escritório dele era menor do que eu esperava, em vista da indignação dos adversários do mandatário devido à compra do Airbus 319 por 65 milhões de dólares. O aparelho parecia, em termos gerais, relativamente modesto para um avião presidencial que levava Chávez para todas as partes do mundo. Certamente não se comparava em tamanho ao Air Force One. O aparelho possuía 40 cadeiras para passageiros. As torneiras e os outros objetos de ouro denunciados pelos opositoristas acabaram por se revelar meramente como objetos de cor dourada.

Chávez continuava usando sua característica camiseta vermelha que exibira no último dia da cúpula realizada no fim de semana, em Barquisimeto, com o presidente boliviano, Evo Morales, o presidente nicaraguense, Daniel Ortega, e outros líderes. O dirigente estava acompanhado da filha mais velha, Rosa, que se sentou em um sofá da sala existente no avião.

Chávez disse estar feliz por ver-me novamente. Ele mostrava-se amigável, mas um pouco reservado, um tanto mais formal do que de costume. Não houve nenhum abraço apertado, uma das marcas dele. Fiquei imaginando se Chávez, em vista dos constantes ataques de que era alvo nos meios de comunicação internacionais, estava desconfiado por conversar com um jornalista norte-americano.

Sentamo-nos em uma mesa do escritório. O presidente certamente mudara ao longo dos anos desde que eu trabalhei na Venezuela, na década de 1990. Ele não era mais o *flaquito*, fracote, tão magro e de pés tão grandes na juventude que os amigos apelidaram de *Tribilin*, Pateta. O rosto dele estava mais cheio, seu corpo, mais robusto.

Perguntei-lhe de que forma havia mudado como pessoa e como administrador público desde que se tornara presidente, oito anos antes – sobrevivendo a vários desafios, entre os quais o golpe, a greve do petróleo e o referendo sobre seu mandato. Os temores de assassinato eram reais e a sua segurança, rígida.

Enquanto Rosa ficou ouvindo do sofá, Chávez respondeu que não mudara. Ao contrário, que resistira às grandes pressões feitas pelos poderosos para ceder às elites e abandonar seu projeto revolucionário de transformar a Venezuela em nome dos pobres. “Acho que continuo a ser a mesma pessoa – o mesmo subversivo, o mesmo homem que passou vários anos pensando sobre como ajudar, como ser útil, como liderar o povo rumo a um destino melhor. [...] Sou um subversivo instalado em Miraflores. Estou sempre imaginando como subverter a velha ordem, como virar as coisas de cabeça para baixo.”

Pedi-lhe que comentasse os acontecimentos e as experiências mais importantes de sua formação, e ele começou a falar sobre a Bíblia e sobre Jesus Cristo. Quando foi coroinha em Sabaneta, o padre lera a Bíblia para ele. Uma coisa que Chávez disse não conseguir compreender, então, era “o motivo pelo qual Jesus nasceu entre animais em uma manjedoura, já que havia tantos outros lugares e já que ele era o filho de Deus”. A avó Rosa Inés tentou explicar aquilo, afirmando que “quando nós, os pobres,

morremos, vamos para o céu”. Ele me disse: “Mas eu não conseguia entender aquilo. Por que a gente tinha de morrer para ir para o céu? Por que a vida não poderia ser melhor aqui?”.

Anos depois, prosseguiu Chávez, ele começou a entender por que Jesus nascera em condições tão precárias. “Cristo veio para nascer entre os mais pobres dos pobres, para trilhar o caminho da libertação.”

O presidente contou que os livros representavam a outra grande influência de seus primeiros anos de vida. Desde muito novo, ele foi um leitor voraz. “Sou viciado em leitura”, disse-me. “Não consigo viver sem isso, como alguém que seja viciado em drogas.” Uma das primeiras publicações com que se deparou foi uma série de livros de consulta, comprada pelo pai em Caracas. O primeiro capítulo chamava-se “Como Vencer na Vida”. E concluía com a seguinte frase: “Vencer na vida depende, antes de tudo, de conseguir ser útil à sociedade”.

Os detratores de Chávez apresentavam-no como um demagogo ávido por poder e um ditador responsável por destruir o país, mas o presidente insistia que aquele conselho simples representava uma das diretrizes de sua vida – um conselho que ia de encontro à crença fundamental das sociedades capitalistas: alguém será bem-sucedido se for rico.

“Desde quando era muito jovem, aprendi a ser feliz ajudando os outros”, disse. “Fico feliz quando estendo a mão a alguém a fim de ajudá-lo a levantar-se. [...] Se alguém não dispõe de um lápis, eu quebro o meu ao meio para dar-lhe metade, e fico feliz.” Ele cruzou os braços e estampou no rosto um sorriso largo como sinal da satisfação sentida com aquele pensamento.

Chávez contou ainda que, como sua família e seus vizinhos em Sabaneta não possuíam um aparelho de TV – e, na verdade, ele nunca assistira à TV até chegar a Caracas como cadete, no começo da década de 1970, salvando-se do “veneno” da televisão durante sua infância –, ele costumava ouvir as novelas de rádio. Um de seus personagens favoritos era El Gavilan – o Gavião –, um homem vestido de preto que fazia justiça em nome dos pobres.

Mais tarde, afirmou Chávez, ele descobriu Bolívar, Zamora e Maisanta. Neste momento, sacou o medalhão centenário que pertencera a Pedro Pérez Delgado e que usava no pescoço desde que um parente lhe dera o objeto, quando estava na prisão.

Perguntei ao mandatário como respondia às acusações de que concentrava poder demais e de que tentava instalar uma ditadura na Venezuela. “Que tipo de tirano gasta tempo para ensinar as pessoas a ler e a escrever?”, afirmou, referindo-se às missões sociais. Que tipo de tirano distribui armas para milhares de civis formarem um contingente militar de reservistas? “Nunca tive vocação para o poder”, afirmou. “Poder para quê?” Em vez de representar um ditador, insistiu, “eu represento o antipoder, um embate com o poder do império”.

Se sua meta principal consistia simplesmente em angariar poder para si próprio, disse, ele não continuaria perseguindo um projeto realizado em nome da maioria pobre da Venezuela e responsável por quase o matar. “Cheguei perto da morte várias vezes”, contou. “Se eu tivesse um simples projeto de poder, nunca teria chegado perto dela.”

Chávez falou sobre a noite do golpe de 2002, quando foi levado do Forte Tiuna para Turiamo. Disse que havia boatos nos meios de

comunicação da Venezuela e de fora do país sobre a renúncia do presidente e “a única forma de impedir que eu negasse aquilo seria me assassinando. [...] Os líderes do golpe não sabiam o que fazer comigo. Chegou uma ordem de Miraflores para que eu fosse morto”. Chávez denunciou que Pedro Carmona “mandou que aquilo tivesse a aparência de um acidente” – uma acusação rebatida por Carmona.

Quando Chávez desembarcou em Turiamo, por volta da meia-noite, não sabia onde estava. Ao chegarem a alguns depósitos e a uma casinha existente perto da praia, mercenários enviados pelos líderes do golpe desceram de um helicóptero e estavam prontos para matá-lo, afirmou o presidente. “Eu rezei, pedi a bênção de Deus para meus filhos. Olhei para uma estrela no céu, segurei meu crucifixo. [...] Eu estava pronto.”

Chávez disse ter se lembrado de Che Guevara no momento de sua morte, nas selvas da Bolívia, quando o revolucionário, ferido, pediu a seu assassino que esperasse um pouco, para que conseguisse se levantar e lhe mostrar “como morre um homem”. “Eu me lembrei de Che. Falei para mim mesmo: não vou rogar por clemência, não vou me transformar em um covarde.”

No momento em que os mercenários, segundo acreditava, preparavam-se para matá-lo, ele os confrontou, perguntando-lhes o que planejavam fazer no dia seguinte, onde se esconderiam e o que diriam às pessoas que perguntassem o que ocorrera com ele. Quando alguns dos soldados que serviam na base perceberam o que se passava, um deles interveio e afirmou aos mercenários: “Se vocês matarem este homem aqui, vamos nos matar uns aos outros”. O comentário “caiu como uma bomba naquele lugar desolado” e colocou fim ao impasse, lembrou Chávez. Os soldados

legalistas assumiram o controle da situação e levaram Chávez embora. Os mercenários foram obrigados a sair dali a bordo de um helicóptero. Um dos soldados leais afirmou ao presidente: “Não se preocupe. Nada vai acontecer com o senhor. Nós garantimos que continuará vivo”.

Salvo da execução, Chávez foi levado para a enfermaria da base – a única sala que dispunha de ar-condicionado no local – e um médico das Forças Armadas e uma enfermeira cuidaram dele, levando-lhe alguns remédios. Quando o médico saiu por alguns momentos, a enfermeira – com lágrimas nos olhos – disse a Chávez que sempre desejara encontrá-lo, “mas não dessa forma”.

Foi esse o encontro que fez nascer alguma coisa dentro de Chávez. Na manhã seguinte, no dia 13 de abril, um sábado, ele convenceu-se de que *el pueblo* reagiria ao seu desaparecimento e também de que regressaria ao poder.

Quando Chávez terminou de me narrar esses fatos, o avião pousou e seu telefone celular começou a tocar. Eu ainda desejava confirmar rapidamente um detalhe antes do final da entrevista. Em que ano ele regressara para a academia militar para começar a dar aulas? Ele pensou um pouco, afirmou que foi em 1981, e então respondeu a mais uma outra pergunta breve: Como exatamente ele organizara a conspiração dentro da academia?

Ele discorreu a respeito das respectivas atividades como instrutor da academia militar: “eu comecei com aquilo em silêncio, com muita disciplina, dando muita atenção aos garotos” – os cadetes. Ele explicou como, inicialmente, dedicou seus esforços de recrutamento aos cerca de cem cadetes colocados sob seu comando direto. Depois se voltou para os cerca de 300 aos quais dava aula.

A seguir, envolveu-se no maior número possível de atividades a fim de expandir seus contatos, desde encenar atos históricos de maneira teatral até organizar equipes de esporte.

Era hora de partir. Os ministros e outros assessores de Chávez estavam na pista esperando o final da entrevista. Ele levantou-se, abraçou Rosa, falou com ela com delicadeza, e despediu-se. Em seguida, para surpresa minha, convidou-me para acompanhá-lo na viagem de carro até Caracas.

Sentei-me no banco de trás com Chávez. As únicas outras pessoas presentes no veículo eram o motorista e uma assessora – uma coronel que fora a única mulher das Forças Armadas a participar do golpe liderado por Chávez em 1992. Dois carros e dois guardas montados em motos dirigiam à nossa frente. O resto da caravana com os ministros nos seguia. Chávez me ofereceu biscoitos e um pequeno copo de plástico com refrigerante. Os relógios marcavam quase 23 horas e nenhum de nós havia jantado.

O presidente parecia mais à vontade comigo e debruçou-se na minha direção enquanto me oferecia dicas de turismo no caminho para o monte Avila, em Caracas. Ele falava calmamente e lembrava um pai orgulhoso que descrevesse as qualidades do filho recém-nascido.

Mostrou como seu governo removera as cabines de pedágio com as quais os trabalhadores vindos da costa em direção a Caracas precisavam negociar todos os dias. Também destacou o fato de seu governo ter removido os postes de luz do canteiro central da estrada e tê-los colocado na lateral elevada, onde iluminavam melhor o caminho. Ao passarmos por dois túneis que atravessavam morros existentes no caminho para Caracas, Chávez

vangloriou-se de ter limpado os muros internos dos túneis, que durante anos ficaram sem um sistema adequado de ventilação e que antes não recebiam manutenção regularmente – “como se isso fosse uma caverna de lobos”.

Um minuto mais tarde, o presidente discorria sobre seu grande plano para criar uma “cidade socialista” a pouca distância da estrada, nas imediações do monte Avila. Repentinamente, mandou que o motorista parasse o carro para que pudesse mostrar-me a entrada da futura cidade, o que provocou uma série de chamadas pelo rádio do veículo. Descobriu-se, então, que o carro presidencial não poderia ficar parado ali, e a viagem prosseguiu.

Chávez explicou que seu projeto para uma cidade socialista passava por criar um lugar onde reinassem os seres humanos e não veículos motorizados. As pessoas seriam obrigadas a estacionar seus carros fora da cidade e caminhar cerca de 450 metros até a cidade propriamente dita. Ela seria construída de forma a coexistir em harmonia com a natureza. A energia solar e a energia eólica seriam utilizadas. Cooperativas, criadouros de animais, o turismo e pequenas empresas seriam responsáveis por movimentar a economia da cidade.

A idéia consistia em fazer com que as pessoas trocassem os populosos e perigosos *barrios* de Caracas por uma área localizada entre a capital e a costa caribenha, onde nasceria uma cidade mais humana. À medida que as pessoas saíssem de suas propriedades em Caracas, o governo derrubaria os barracos, a fim de diminuir a densidade populacional.

Operários venezuelanos e cubanos já trabalhavam na construção de altiplanos no morro onde o governo pretendia

construir entre 30 mil e 40 mil casas, afirmou Chávez. “Essa será uma nova Caracas.” Segundo o presidente, as obras para a construção de uma outra cidade socialista já tinham começado a leste da capital, no caminho de Guarenas. Cerca de 30 mil casas seriam erguidas naquela localidade. Chávez disse esperar expandir a idéia para todo o país.

Como muitos dos seus projetos, pensei, esse também poderia ser tanto uma manobra genial quanto um plano natimorto, envolvendo um sonho vistoso.

Pouco tempo depois de chegarmos a Caracas, descemos a rua principal do imenso *barrio* de Catia e paramos em Miraflores. Imaginei que aquele se-ria o fim da entrevista, mas Chávez me surpreendeu novamente ao convidarme para subir uma grande escadaria existente do lado de fora do palácio e que levava a um heliponto e a um pequeno jardim. Aquelas eram as escadas que Chávez desceu na manhã de 14 de abril de 2002, quando, terminado o golpe, regressou ao palácio.

O topo do morro onde ficava a escada oferecia uma vista espetacular dos prédios construídos no *barrio* 21 de Enero pelo ditador Marcos Pérez Jiménez, na década de 1950. Conseguíamos ver centenas de pequenas propriedades recobrando a paisagem. Mais adiante, em um outro morro, ficava o Museo Histórico Militar, que servira como base de operações de Chávez durante o golpe de 1992. No meio do platô, havia uma igreja católica com uma cruz no alto e uma estátua de Cristo com os braços abertos. Chávez mandou que a igreja e o museu ficassem iluminados à noite.

Ele comentou que tinha a mesma vista da “sacada do povo”, no segundo andar de Miraflores. “Se eu não tivesse ocupado aquele

lugar durante o amanhecer”, afirmou, referindo-se ao museu militar, “não estaria aqui (no palácio) hoje”. “A partir dali, de 1992, seis anos mais tarde, eu cheguei aqui. Aquilo teve uma importância enorme para mim.” Chávez acrescentou que aquela vista reunia alguns dos elementos fundamentais da sua vida: as Forças Armadas, Deus e *el pueblo*.

A meia-noite se aproximava, e nós descemos as escadas de volta. Chávez prometeu ver-me no dia seguinte, por volta do meio-dia, para concluir a entrevista.

No dia seguinte, o meio-dia chegou e passou. Não tive notícias de Miraflores. Pouco depois meu celular tocou: “esteja no palácio às 20 horas. O presidente se encontrará com o senhor”.

Eu apareci na hora marcada, e então esperei durante três horas. Chávez não estava no palácio, mas no Teatro Teresa Carreño, perto do Hilton Hotel. O presidente anunciava uma série de medidas à véspera do Dia do Trabalho, 1º de maio. Eu o observava por meio do aparelho de TV de um assessor.

Chávez informou que o governo elevaria o salário mínimo para o equivalente a 286 dólares ao mês, o que significava, quando levados em conta também os cupons para retirada gratuita de alimentos, o maior salário mínimo da América Latina. O presidente também disse que as donas de casa poderiam requisitar aposentadorias do governo quando completassem 65 anos de idade, porque o trabalho que desempenhavam em seus lares era tão legítimo quanto qualquer outro.

Além disso, Chávez anunciou que a Venezuela deixaria de ser membro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Outros países, entre os quais o Equador, que culpavam as duas

instituições pelos problemas econômicos enfrentados na região, adotavam uma manobra semelhante. Críticos à medida afirmaram que a retirada não seria uma questão tão simples porque poderia implicar, tecnicamente, uma moratória em relação a parte da dívida venezuelana.

O presidente realizou, ainda, um outro comunicado surpreendente: ele desejava reduzir a jornada diária de trabalho de oito para seis horas até 2010. E observou que os trabalhadores reprimidos durante os distúrbios do Chicago Haymarket tinham lutado para conseguir uma jornada de oito horas diárias passado mais de um século e que muitos países não haviam avançado para além disso.

O discurso terminou por volta das 21 horas e Chávez, então, regressou ao palácio. Eu fui finalmente convocado a subir para o segundo andar de Miraflores. Um assessor acompanhou-me através do espaçoso *despacho*, gabinete principal, antes de virar em um corredor estreito onde um pequeno elevador nos levou para o andar superior. Caminhamos ao longo de um outro corredor e entramos em um pátio ao ar livre, com cobertura parcial, onde Chávez estava sentado sozinho a uma mesa. O presidente usava uma camiseta verde e um tipo de jaqueta de safári também verde. Ele parecia estar relaxado.

Mais uma vez, surpreendi-me com sua atitude. Ao contrário do orador esfuziante que mobilizava as massas nos comícios e que, segundo seus adversários, não dava ouvidos a ninguém, ele falava com mansidão e mostrava-se atento às minhas perguntas. Uma pilha de relatórios acumulava-se sobre a mesa.

Um aparelho de TV instalado no teto era observado com atenção pelo presidente. Depois dos anúncios feitos no começo daquela noite, ele preparava-se para realizar mais uma manobra histórica: assumir o controle de quatro grandes projetos de extração de petróleo da bacia do rio Orinoco. O governo não expulsaria as empresas estrangeiras, mas assumiria o comando dos projetos – deteria ao menos 60% das ações. As empresas poderiam continuar participando na qualidade de sócios minoritários, se assim desejassem.

A manobra detonou uma onda de críticas. Os adversários acusaram Chávez de transformar a Venezuela em um Estado comunista no qual o governo controlaria todos os ramos da economia e a vida em geral. O senador do Texas Kay Bailey Hutchison, chefe do Comitê de Política de Senado, declarou que a medida era “o mais recente e o mais funesto esquema tirado do livro de instruções de Fidel Castro”. Segundo Sean McCormak, porta-voz do Departamento de Estado, as negociações com as empresas petrolíferas a respeito dos termos de controle “prossegirão de toda forma”. McCormak, no entanto, criticou Chávez por outras ações, entre as quais a retirada venezuelana do FMI e do Banco Mundial, afirmando que o presidente enterrava a Venezuela em um buraco.

“Não se consegue tirar a pá das mãos desse homem”, afirmou o porta-voz. “Ele continua cavando sem parar. E, infelizmente, o povo venezuelano é a principal vítima disso.”

Na verdade, as manobras de Chávez não poderiam ser descritas como radicais. Desde a nacionalização do setor petrolífero da Venezuela por Carlos Andrés Pérez, em 1976, até o começo dos anos de 1990, o país mantivera controle total sobre essas operações. A “abertura” do petróleo promovida pelo governo no

começo da década de 1990 permitiu que algumas empresas estrangeiras regressassem, mas Chávez reafirmava agora o controle majoritário do Estado sobre os projetos. Perdidos no meio do debate encontravam-se os fatos de que países como o México e a Arábia Saudita impediam *qualquer* tipo de participação estrangeira em seu setor petrolífero e de que 75% das reservas mundiais de petróleo estavam nas mãos de estatais como a venezuelana pdvsa. Os Estados Unidos, por exemplo, permitiriam que empresas estrangeiras detivessem o controle majoritário sobre suas reservas naturais estratégicas?

Chávez argumentou comigo a favor da tomada do controle, afirmando que a Venezuela reconquistava agora parte da soberania de que abria mão no decênio de 1990, passando a controlar o que, segundo novos estudos indicavam, poderiam ser as maiores reservas de petróleo cru do mundo – maiores até do que as da Arábia Saudita. O presidente acrescentou ainda que muitos dos operários venezuelanos envolvidos nos projetos “são explorados pelas multinacionais”. Segundo Chávez, essas pessoas assinavam contratos de três meses a fim de que as empresas não tivessem de pagar alguns benefícios previstos em lei e eram assim readmitidas periodicamente à medida que seus contratos expiravam. “Agora, a situação mudará radicalmente”, afirmou. Os quase 4 mil trabalhadores passariam a constar da folha de pagamento da pdvsa, recebendo salários e benefícios plenos.

As empresas de petróleo reclamaram do fato de terem investido 20 bilhões de dólares no desenvolvimento do cinturão de alcatrão pesado do Orinoco, cuja exploração exigia uma tecnologia específica, e que agora perderiam dinheiro. Chávez argumentou, porém, que durante anos as empresas tinham se aproveitado de

uma isenção quase total de tributos. Mesmo sob as novas condições, a situação continuava lucrativa o suficiente para fazer com que a maior parte das empresas se decidisse por ficar.

Ainda havia tempo antes da meia-noite, de forma que dei início a uma série de questões que não tivéramos tempo de abordar na noite anterior. Perguntei a Chávez sobre o momento em que tinham elaborado a idéia do socialismo do século 21. Seria essa uma carta que ele escondera durante vários anos, ganhando tempo antes de sacá-la, como fizera Fidel Castro, declarando sua revolução como socialista anos depois de ter subido ao poder?

Chávez respondeu que “há bastante tempo a tese socialista atrai minha atenção. Eu sempre fui um bom pesquisador das diferentes correntes. Sempre acreditei que essa é uma alternativa perfeitamente válida, e isso mesmo depois do colapso da União Soviética”.

Ainda assim, segundo observou, seu movimento militar na década de 1980 nunca adotou a bandeira do socialismo, mesmo que ele tenha se reunido com revolucionários como Douglas Bravo e Alfredo Maneiro. O foco do grupo naquele momento centrava-se no nacionalismo e no bolivarianismo. O modelo socialista não contava com grande aceitação.

“Naqueles dias, até a esquerda escondia a bandeira socialista”, afirmou Chávez. “Quase nenhum movimento esquerdista da América Latina, com a exceção de Cuba, levantava essa bandeira. Os grandes partidos de esquerda distanciaram-se do projeto socialista e a própria palavra desapareceu do léxico político.” Os esquerdistas começaram a falar sobre coisas como o *Tercer Camino*

ou Terceira Via, o nome do novo grupo de Bravo nas décadas de 1980 e 1990.

Chávez negou que pretendesse instalar um governo socialista quando foi eleito presidente em dezembro de 1998. Observou que nenhum integrante do Pólo Patriótico falava a respeito dessa possibilidade e “nem mesmo o Partido Comunista propunha a tese socialista. [...] Você não encontrará em nenhum discurso meu e nem no projeto constitucional” qualquer referência ao socialismo. A nova Constituição, adotada em 1999, “possui elementos do socialismo, mas não chega ao ponto de propor de uma maneira franca e clara a tese do socialismo”.

Chávez confessou que, no cargo de presidente, pouco a pouco, começou a adotar a idéia do socialismo como resultado “de uma maturação política e ideológica” e de “análises cada vez mais profundas”. Mas o que o levou a dobrar a esquina foi um fato em particular, o golpe de abril de 2002, durante o qual chegou perto de ser morto. “Concluí, em grande medida depois do golpe [...], que qualquer tentativa de chegar a um acordo com as forças do antigo regime daqui, a antiga ordem, seria um esforço vão.”

O golpe, segundo afirmou, “acelerou muitas coisas. Eu iniciei um processo bastante profundo de reflexão. Durante anos, tenho deparado com um dilema [...] sobre a conciliação das forças mais retrógradas com as forças avançadas. Eu funcionava como uma ponte, tanto em nível interno quanto internacional. Mas então percebi que isso era impossível. Percebi que a Bíblia estava profundamente correta quando diz que não se pode estar em paz com Deus e com o diabo ao mesmo tempo. Talvez antes eu tentasse estar em paz com Deus e realizasse um gesto conciliatório

em relação ao diabo. Isso é impossível. O diabo acabará por esfaqueá-lo”.

Por volta da mesma época, acrescentou Chávez, em meio a indícios de que os Estados Unidos corroboravam ou até mesmo participavam ativamente do golpe, ele decidiu-se por deixar claro o caráter “antiimperialista” da sua revolução. Os Estados Unidos argumentavam há bastante tempo que “por meio do livre comércio o grande e bom pai nos permitiria viver melhor” – assim afirmou o dirigente. “O mundo, no entanto, percebeu que o imperialismo continua a ser o mesmo imperialismo sangrento de sempre, mais feroz agora do que antes.”

Quando lhe perguntei se achava, em 1998, que poderia se tornar um presidente radical e dar uma guinada acentuada à esquerda com seu governo, ele respondeu com as seguintes palavras: “Eu sempre fui um radical e continuo a ser um radical”.

Mas como exatamente Chávez definiria o socialismo do século 21, uma proposta que ainda parecia vaga para muitas pessoas e alarmante para seus adversários? Ele citou algumas das medidas anunciadas horas antes, naquele dia, como exemplos parciais para o que tinha em mente – o novo salário mínimo, a aposentadoria para as donas de casa, a jornada de trabalho de seis horas por dia. Chávez observou que havia estudado a proposta de seis horas de trabalho durante dois anos e que nem todos os integrantes de seu governo concordavam com ela. “Mas não vou esperar até receber o sinal verde de todo mundo”, disse. “O líder é o líder.”

Segundo Chávez, seu projeto socialista visava a promover a igualdade, a liberdade, a fraternidade e o atendimento das necessidades básicas, tais como alimentação, educação, moradia,

saúde e empregos – em suma, a busca pelo reinado divino, mas “aqui na Terra”. O líder venezuelano referiu-se a uma frase de Bolívar, afirmando que seu projeto visava à criação da maior medida possível de felicidade para o maior número possível de pessoas. Disse que não eliminaria a propriedade privada, apesar de que realizaria esforços para pro-mover a propriedade social, a produção social e a distribuição social.

Acima de tudo, insistiu, ele desejava transferir poder para o povo por meio de mecanismos como os conselhos comunitários. “Eu não concebo o socialismo como algo diferente de um sistema profundamente democrático, embora essa não seja a democracia das elites.” Ainda assim, acrescentou, “eu sei que vou morrer sem ver atingida a meta do socialismo. [...] Atingi-la totalmente? Acho isso impossível”.

Nesse momento de nossa conversa, vários minutos já tinham se passado desde a meia-noite. Chávez interrompeu a entrevista para prestar atenção no aparelho de TV e no desenrolar dos fatos no Estado de Anzoátegui, onde a Venezuela estava prestes a assumir o controle das instalações de petróleo. Ele conversou com o presidente da pdvsa, Rafael Ramírez, para ter um relato em primeira mão sobre o que estava acontecendo, e mandou que Ramírez falasse ao país.

Cerca de dez minutos mais tarde, estando a situação em Anzoátegui sob controle, Chávez tirou o som da TV e retomou a entrevista. Eu queria lhe fazer mais perguntas sobre Douglas Bravo: o lendário líder guerrilheiro desempenhara realmente um papel de peso na formação de Chávez ou ele e seus colegas exageravam essa influência? Chávez respondeu: “Seria terrivelmente injusto se eu não reconhecesse a importância que um grupo de pessoas teve

durante um período da minha vida”. Ele contou que conversara com Bravo, por telefone, recentemente, e que esperava vê-lo, não obstante saber que o ex-guerrilheiro tinha muitas reservas em relação ao seu governo, que chamava de “neoliberal”.

“Ele é muito crítico (em relação ao governo), mas eu o respeito profundamente porque ele é um homem correto, um revolucionário íntegro”, disse Chávez. “Douglas me ajudou muito. Eu aprendi muito com ele.”

Tratávamos agora do tópico sobre os civis que ajudaram na sua conspiração, e eu sabia ser o momento de lançar a mais delicada das perguntas que eu tinha a fazer – a pergunta sobre a relação dele com Herma Marksman. Segundo as informações de que dispunha, ele nunca tinha reconhecido abertamente aquele relacionamento.

Eu lhe disse que vários dos comandantes que entrevistara – Francisco Arias Cárdenas, Raúl Baduel, Jesús Urdaneta – tinham mencionado Marksman como uma importante figura civil na conspiração. Eles não haviam feito isso para constranger o presidente, ou por sugestão minha, mas para simplesmente asseverar um fato ao reconstruírem a história do movimento. Nenhum deles descreveu-a como amante de Chávez, e sim como uma respeitada professora de história que fora leal ao movimento e a Chávez. Preparando-me para um acesso de fúria, perguntei se Marksman realmente desempenhara um papel importante.

Chávez reagiu com calma e pareceu um pouco surpreso com a pergunta. “Todos tinham sua importância”, respondeu, com voz serena. “Eu não quero minimizar o papel de ninguém.” E prosseguiu: “Herma Marksman. Uma guerreira. Eu gostava muito

dela”, disse, usando o verbo em espanhol *querer*, que poderia ser traduzido como “amar”, mas não com a mesma força do verbo em espanhol *amar*, que significaria acalentar um amor profundo.

Fiquei um pouco surpreso com a franqueza dele, já que esperava que fosse mais evasivo ou até mesmo negasse aquele relacionamento. Ele não o fez, embora tampouco parecesse ansioso para divulgar isso aos quatro ventos. Perguntei-lhe se faria sentido comparar o relacionamento dos dois com aquele mantido entre Simón Bolívar e Manuela Sáenz. Chávez riu e descartou essa idéia. “E eu sou Bolívar?”, questionou. “Isso não seria nunca comparável. Bolívar é o gigante.”

E acrescentou: “Manuela Sáenz acompanhou Bolívar na guerra, nas batalhas, na campanha. Ela o acompanhou em seus últimos dias, até a morte dele. Ela foi leal até a morte”.

Marksman, certamente, não estava sendo leal a Chávez até a morte dele. Ela fazia críticas duras ao governo e chegava mesmo a desempenhar um papel ativo em atividades da oposição. Chávez mais tarde comentou acreditar que ela fora “envenenada” pelos opositores. “Herma”, afirmou com um tom de melancolia, “deveria estar conosco”.

Já que nos encontrávamos no terreno dos assuntos extremamente pessoais, tomei a decisão de indagar o presidente a respeito de uma afirmativa constante da biografia *Hugo Chávez Sin Uniforme* (publicada no Brasil com o título *Hugo Chávez Sem Uniforme*), segundo a qual ele não teria falado com a própria mãe durante dois anos – sobre os dois até mesmo terem se ignorado na rua quando, por acaso, se encontravam. Chávez disse que isso era uma mentira. E acrescentou que o efeito de uma das causas do

suposto afastamento – o casamento dele com sua primeira mulher, Nancy Colmenares – estava sendo supervalorizado. Não obstante a relação entre as duas mulheres não ser inicialmente amigável, contou, elas acabaram por visitá-lo juntas na prisão e até trabalharam juntas em uma fundação de amparo às crianças de Barinas.

Também indaguei a respeito de um relato existente no livro, segundo

o qual o velho líder comunista de Barinas, José Esteban Ruíz Guevara, teria doutrinado Chávez no marxismo e no comunismo quando ele ainda era um adolescente. Chávez ridicularizou a alegação. E ainda negou ter ingressado na academia militar, em 1971, carregando o diário de Ernesto Che Guevara. Chávez observou que era ridículo acreditar que ele planejava um golpe de Estado já na época de cadete. “Isso é algo totalmente irracional.”

Passamos a falar sobre uma das principais “casas da conspiração”, a casa de Elizabeth Sánchez, em Caracas. Perguntei-lhe se aquele era realmente um lugar usado com frequência para a realização dos encontros. Segundo Chávez, aquela era uma das várias casas que eles utilizaram para se reunir. Observou ainda que, por motivos de segurança, não era aconselhável usar várias vezes o mesmo local. A casa de Sanchez tinha ainda um grave defeito: ficava em uma rua sem saída. Era preciso entrar e sair pelo mesmo lugar, e não existia perto dali uma avenida que pudesse ser usada em uma eventual fuga.

Chávez contou ter se reunido na casa não somente com Douglas Bravo, mas também com oficiais das Forças Armadas, como Luis Reyes Reyes. E se lembrou de que Marksman morava ali

e que era ali que os dois se encontravam. Como o assunto Marksman voltara à pauta, decidi questioná-lo sobre algo que ela me contara em uma entrevista – que teria ficado grávida dele e acabara sofrendo um aborto espontâneo. Chávez limitou-se a responder o seguinte: “Ela, em um determinado momento, desejou ter um filho. Nunca chegamos a um acordo a esse respeito”.

O presidente falou a seguir sobre os cinco congressos realizados pelo Grupo Bolivariano, contando que o primeiro ocorrera em uma praia perto de Caracas e que os demais foram organizados em Maracay, San Cristóbal e em outros locais. Disse ainda que, se alguém desejava ingressar na organização clandestina, essa pessoa seria avaliada com cuidado – e bastava a objeção de um membro para que o candidato fosse rejeitado. Na época dos dois golpes de 1992, o movimento era o maior do gênero já visto na história da Venezuela, afirmou Chávez, incorporando centenas de oficiais e soldados das Forças Armadas. “Não sei como não nos descobriram”, disse.

Ele contou ainda como Kleber Ramírez – um aliado fiel de Douglas Bravo – ajudou a editar alguns dos decretos preparados para o golpe de 4 de fevereiro e disse que costuma ainda hoje, de vez em quando, relê-los. Deles constam algumas das idéias que Chávez tenta implementar atualmente, tais como os conselhos comunitários e o conceito do poder popular. Ele disse a respeito de Ramírez e de outros: “Guardo todos eles dentro de mim, com um grande carinho”.

O relógio marcava 1h30 da madrugada quando Chávez afirmou que precisava encerrar a entrevista. Tínhamos conversado durante duas horas e meia, além do tempo que passáramos juntos na noite anterior. O presidente ainda precisava trabalhar. Horas depois ele

voaria para o leste, a fim de realizar um discurso pelo Dia do Trabalho, celebrando a tomada dos projetos de petróleo. Antes do final do dia, era necessário estudar relatórios com os detalhes da operação.

Caminhamos rumo a um pequeno elevador. Chávez falou que acompanhava a disputa pela Presidência dos Estados Unidos, a qual seria decidida em 2008, e manifestou esperanças de que Barack Obama vencesse. “Ele é alguém com quem poderíamos ao menos conversar”, disse, em uma referência clara à ausência de comunicação com George W. Bush e o respectivo governo.

Entrei no elevador e El Comandante ficou parado no final do corredor me dando tchau. Eu acenei de volta e, quando cheguei ao andar de baixo, o chefe de seu gabinete continuava reunido com assessores, trabalhando. A revolução que nunca descansa continuava a avançar, rumo a um destino ainda desconhecido.

Posfácio da Edição Inglesa



Sete meses depois de eu ter entrevistado Chávez, ele sofreu a maior derrota política de sua vida. Em um referendo nacional, os eleitores rejeitaram, por uma pequena margem de votos, medidas que levariam adiante seu projeto do “Socialismo do Século 21” e que aboliriam o limite de vezes que poderia ser reeleito. O fato significou um terremoto político na Venezuela e virou tudo de ponta-cabeça. Chávez havia, de repente, perdido sua aura de invencibilidade pela primeira vez, perdera uma eleição importante. Tudo indicava agora que o dirigente teria de sair do cargo até 2013.

Chávez gosta de se apresentar como um experiente estrategista militar e político, mas cometeu o maior erro estratégico de sua vida ao seguir adiante com a votação de 2 de dezembro de 2007 para reformar a Constituição da Venezuela. Depois de aniquilar a oposição um ano antes nas eleições presidenciais, conquistando avassaladores 63% dos votos – a maior porcentagem até hoje –, Chávez perdeu o referendo, tendo obtido cerca de 49%

dos votos. A reviravolta foi das maiores, já que o presidente vencera um ano antes com uma margem de 25 pontos percentuais.

Membros da oposição foram às ruas para festejar até o amanhecer depois de sua incrível vitória, dançando na praça Altamira e bebendo rum. Um Chávez sorumbático apareceu em cadeia nacional de TV, direto do Palácio de Miraflores, reconhecendo ter sido derrotado.

O pacote de reforma constitucional de Chávez era uma salada mista composta por 69 medidas que tratavam de vários assuntos vários, da seguridade social para os desempregados, incluindo taxistas e vendedores ambulantes, até a criação de uma nova “geometria do poder” que, em parte, redesenharia o mapa político da Venezuela. Algumas das medidas representavam, sem sombra de dúvida, passos positivos com os quais muitos venezuelanos concordariam. Uma delas tornava crime o preconceito contra homossexuais. Outra exigia paridade entre homens e mulheres nos partidos políticos ao escolher seus candidatos. Uma terceira visava proteger a cultura afro-venezuelana. Outras reduziam a jornada oficial de trabalho de 44 para 36 horas e baixavam a idade mínima para votar dos 18 para os 16 anos.

Uma das propostas centrais tratava de fortalecer os conselhos comunitários que começavam a criar raízes em todo o país e forneciam um dos pilares do plano de Chávez para instalar uma democracia participativa e direta na Venezuela. A reforma institucionalizaria os conselhos, que aumentavam para um total de cerca de 50 mil no final de 2007. Chávez previa a formação de mais de milhares deles em todo o país, conselhos esses dotados de poder para governar comunidades locais. Em 2008, o governo esperava injetar algo entre 3 bilhões de dólares e 4 bilhões de

dólares nessas organizações, que decidiriam o que fazer com o dinheiro – levar eletricidade a seus bairros, instalar sistemas de água, consertar as ruas esburacadas.

Chávez via nos conselhos um instrumento para dar mais poder ao povo. Eles formariam o que alguns descreveram como uma estrutura de tipo “ampulheta”, uma estrutura do poder emergente no país. No topo da ampulheta estaria Chávez, pronto para gastar bilhões de dólares auferidos com a venda de petróleo. O gargalo do meio da estrutura seria representado pelos governos estaduais e municipais, que Chávez esperava colocar de lado a fim de evitar a corrupção e a ineficiência que tantas vezes os assolavam. A parte larga da base da ampulheta eram as massas de gente pobre que receberia o dinheiro diretamente do governo por meio dos conselhos comunitários. Chávez considerava o esquema uma iniciativa crucial e direta para instalar uma democracia “real” na Venezuela, algo diferente da falsa democracia que, na opinião dele, funcionou ali durante décadas beneficiando as elites da classe dirigente. Os contrários à medida argumentavam que aquilo apenas aumentaria o controle de Chávez sobre a Venezuela, já que o presidente vigiaria o acesso dos conselhos às verbas e poderia, assim, recompensar os simpatizantes e punir os opositores.

Apesar de a proposta de reforma constitucional conter alguns elementos interessantes e positivos, acabou sendo prejudicada por medidas que deixaram ressentidos muitos venezuelanos – dentre os quais alguns dos simpatizantes mais inveterados do dirigente. Os meios de comunicação se concentraram na mais óbvia delas – o fim do limite de número de vezes que alguém poderia reeleger-se presidente. Sob o sistema atual, Chávez teria de limitar-se à reeleição já conquistada e deveria deixar o cargo ao final do

mandato. Pela medida proposta, o dirigente poderia concorrer quantas vezes quisesse.

Os adversários de Chávez botaram a boca no trombone, afirmando que a manobra tinha por objetivo permitir que Chávez se instalasse no poder como “presidente vitalício” ou um “ditador para a vida toda”. No mínimo, a medida chamava atenção para uma das fraquezas centrais da Revolução Bolivariana: trata-se de um show de um homem só e depende excessivamente de Chávez no posto de seu líder central. Por cima disso, havia um sentimento de que, se Chávez deixasse os palcos amanhã, todo o projeto bolivariano poderia ruir.

Os simpatizantes de Chávez argumentaram que os Estados Unidos haviam eleito Franklin Delano Roosevelt para comandar a Casa Branca por quatro vezes e que outros países, entre os quais a França, não tinham limite quanto ao número de reeleições de seus líderes. Destacaram também o fato de que aprovar a reforma não tornaria Chávez, automaticamente, um “presidente vitalício”. O dirigente teria de concorrer a reeleições periódicas e poderia ser retirado do cargo a qualquer momento, na metade de seu mandato, por meio do mecanismo de referendo confirmatório – algo que os próprios chavistas incluíram na Constituição de 1999 e que não tem semelhante no mundo ocidental (ou talvez no mundo todo).

Para além esse debate, o elemento mais polêmico da proposta de reforma era o carro-chefe dos esforços de Chávez para implantar o Socialismo do Século 21 no país. A reforma declararia oficialmente a Venezuela uma nação socialista. Isso incluía medidas como a criação de várias formas de propriedade, incluindo uma propriedade social e uma propriedade comunal. A propriedade privada continuaria a ser legal, mas não seria mais o único tipo de

propriedade permitido. A reforma também reduziria a autonomia do Banco Central e permitiria a Chávez criar distritos federais especiais nos quais nomearia um vice-presidente a fim de ajudar o governo – uma manobra que, segundo os adversários do dirigente, ampliaria seu controle sobre o país. O projeto previa ainda conceder ao governo federal o poder de censurar os meios de comunicação durante estados de emergência.

Depois da vitória folgada em dezembro de 2006, Chávez intensificara o tom de seus discursos e radicalizara suas ações a fim de instalar o Socialismo do Século 21. Passou a citar com frequência cada vez maior Ernesto “Che” Guevara, descrevendo-o como um ícone e chegando mesmo a adotar para si a famosa frase de Che: “Pátria, Socialismo ou Morte! Venceremos!”. Chávez insistia para que os membros das Forças Armadas também repetissem a frase.

No entanto, ao defender uma versão para o século 21 dos planos de Che sobre uma utopia socialista, Chávez interpretava erroneamente, e muito, erroneamente, o sentimento da população em geral. Muitos venezuelanos, entre os quais alguns dos simpatizantes, não queriam ter relação nenhuma com o socialismo ou Che Guevara ou a Cuba de Fidel Castro. Eles queriam justiça social, mas não um sistema ao estilo cubano ou qualquer coisa que, mesmo remotamente, lembrasse aquilo.

Quando chegou o dia da votação, Chávez conseguiu obter apenas 4,4 milhões de votos – pouco se comparado com os 7,3 milhões que angariou um ano antes. Os votos da oposição, de outro lado, somaram os mesmos 4,5 milhões do pleito anterior. Parecia que muitos simpatizantes de Chávez haviam simplesmente ficado em casa e preferiram não votar a respeito das reformas dele. O resultado deixou o presidente e seus aliados chocados – os

governistas chegaram a perder em *barrios* de Caracas como Petare, La Vega e Caricuao, territórios inegavelmente chavistas. Durante as primeiras semanas que se seguiram à votação, Chávez e seus principais assessores ficaram em estado de choque e tiveram dificuldade para assimilar o fato de que haviam sido derrotados. Eles imaginavam o resultado do referendo como favas contadas e contavam vencer folgadoamente com uma margem de 60% contra 40% dos votos, como ocorrera em ocasiões anteriores.

Chávez cometera um erro fundamental. Desde o começo de sua Presidência e mesmo durante o período de conspiração clandestina dentro das Forças Armadas, ele sempre encarou seu movimento nos termos de Simón Bolívar. Conforme o próprio Chávez observara no começo dos anos de 1980, quando formou sua célula secreta, a maior parte dos venezuelanos poderia aceitar um movimento realizado sob a bandeira do Libertador, mas não um inspirado por Che Guevara ou por outros guerrilheiros como Douglas Bravo. Apesar de as políticas neoliberais do “Consenso de Washington”, defendidas pelo FMI, não terem funcionado, a maioria dos venezuelanos tampouco desejava substituí-las por um modelo puramente socialista. Chávez precisava encontrar algo diferente – de novo, uma terceira via.

Nos estágios anteriores de sua Presidência, o dirigente trilhara um caminho mais bem-sucedido, concentrando-se nas missões sociais realizadas em nome de Bolívar e redirecionando a riqueza do petróleo para os programas de saúde e educação voltados a beneficiar a maioria pobre do país. Mesmo a oposição reconhecia que manteria muitos dos programas em funcionamento caso assumisse o poder. Agora, no entanto, a nova direção adotada por Chávez se revelava problemática até mesmo para vários de seus

simpatizantes. Ficou claro que o líder venezuelano se precipitava, avançava rápido demais, para longe demais em um caminho que muitos pressentiam não desejar seguir.

O dilema era que alguns dos simpatizantes e assessores mais fiéis, tais como Adán, irmão dele, cujas raízes na esquerda vinham da década de 1970 e desde sua participação no grupo de Bravo, desejavam claramente levar adiante os esforços de implantação de uma sociedade socialista. Chávez se viu dividido entre duas correntes, da mesma forma como ocorrera ao longo de todo seu período de conspiração clandestina dentro das Forças Armadas.

Além de eleger uma meta ambiciosa demais, Chávez cometeu outros erros táticos que levaram a sua derrota. Ele não consultou o povo venezuelano a respeito das propostas – em vez disso, redigiu-as com uma pequena equipe de aliados próximos e depois as apresentou à Assembléia Nacional para que fossem sancionadas. O projeto dele não refletia os anseios da maioria dos venezuelanos, e eles disseram isso nas urnas. Não se tratava de um projeto popular surgido das massas. Ao contrário, tratava-se de um projeto imposto de cima para baixo.

Chávez tampouco explicou claramente para a opinião pública sua reforma. Havia muita confusão sobre alguns dos itens, tais como a nova geografia do poder. A oposição, claro, tirou vantagem das dúvidas, realizando uma campanha baixa e mentirosa responsável por aterrorizar milhões de pessoas ao dizer que o governo teria poderes para tirar-lhes os filhos ou a casa se o pacote fosse aprovado. Muitas pessoas acreditaram naquilo.

A derrota, contudo, levantou uma questão importante a respeito de Chávez: à medida que adquiria mais poder e fama, o

dirigente ficava excessivamente distante do povo, excessivamente convicto de suas idéias e por demais poderoso? Para um homem conhecido por sua capacidade de ler a situação do país nas ruas, Chávez havia se enganado redondamente no referendo. Alguns observadores acreditaram que o líder venezuelano se cercara de “bajuladores” incapazes de repassar um relato franco a respeito de como as pessoas estavam reagindo às propostas dele, levando-o a acreditar que contava com um grande apoio. Durante anos, a abastada oposição vivera dentro de uma bolha e não conseguira compreender o que estava acontecendo nos *barrios* pobres. Agora, no entanto, parecia possível que Chávez estivesse criando sua própria bolha.

Talvez a Revolução Bolivariana em si estivesse se transformando em algo isolado demais – tornando-se um processo no qual debates internos e saudáveis entre os simpatizantes dele deixavam de ocorrer e no qual qualquer um disposto a questionar o governo era acusado de ser um “contra-revolucionário”. A Revolução Cubana enfrentara o mesmo problema, e agora parecia que os bolivarianos corriam o risco de repeti-lo. Antes da votação, Chávez começou a chamar de “traidores” todos os que afirmavam ser favoráveis ao governo mas contrários à reforma. Essa postura parecia não deixar muito espaço para as críticas honestas e leais.

O líder venezuelano sofreu um grande revés quando o general Raúl Isaías Baduel, um dos quatro fundadores do MBR-200 em 1982 e o homem que arquitetou o contragolpe responsável por colocar Chávez de volta no poder durante o *putsch* de abril de 2002, desertou. Baduel descreveu a reforma constitucional proposta por Chávez como um “golpe” e fez campanha contra ela.

Dando mais força ao movimento de oposição encontrava-se um novo elemento na resistência ao governo – os estudantes universitários. Dezenas de milhares deles, muitos dos quais membros das classes endinheiradas da Venezuela, foram às ruas para protestar contra a reforma. Esse contingente dava uma nova cara a um movimento de oposição que há anos se caracterizava por apresentar muitos dos mesmos, velhos e cansados rostos dos membros dos desacreditados e tradicionais partidos políticos do país. Os estudantes injetaram um novo sopro de vida no movimento de oposição, dando-lhe, pela primeira vez em anos, esperança de derrotar Chávez e criar uma equação política mais equilibrada em uma nação onde El Comandante havia conquistado cada vez mais poder. Muitos outros estudantes, claro, ficaram ao lado de Chávez, mas esses não receberam a mesma atenção dos meios de comunicação.

Mesmo tendo perdido o referendo, Chávez, inicialmente, se saiu bem do embate. Não obstante os anos que os veículos de comunicação nacionais e estrangeiros, junto com o governo Bush, passaram acusando o líder venezuelano de ser um ditador ou um projeto de ditador, Chávez aceitou a derrota. O fato contribuiu muito para afirmar suas credenciais democráticas. O país realizara um processo eleitoral livre e justo, Chávez perdera por uma pequena margem de votos e aceitara o resultado. Esse tipo de coisa não sai das mãos de ditadores. O pleito também serviu para derrubar as acusações freqüentes de que o Conselho Eleitoral Nacional era controlado por Chávez e de que fraudara eleições em favor dele. Obviamente, essas acusações não se justificavam.

Chávez, porém, agiu de forma a rapidamente pulverizar a boa vontade que despertou ao aceitar graciosamente sua derrota, o que

ilustra o paradoxo de um homem que conseguia ser brilhante e obtuso em um mesmo dia, em uma mesma hora, em uma mesma frase.

Depois de ter elevado o nível do debate, Chávez começou a enxovalhar a vitória da oposição. Em uma entrevista coletiva realizada alguns dias depois de sua derrota, descreveu aquela como sendo *una victoria de mierda* – “uma vitória de merda”. Chávez pronunciou a palavra *mierda* quatro vezes na entrevista.

O líder venezuelano também ofereceu sinais claros de que a batalha em torno das reformas – e até a respeito dos esforços para permitir que concorresse novamente ao cargo de presidente – prosseguiria, mesmo depois de o povo ter votado. No discurso em que reconheceu a derrota, na noite do referendo, Chávez afirmou que ele e seus aliados haviam perdido “por enquanto” repetindo sua famosa frase do golpe fracassado de 1992. O dirigente ainda prometeu que não mudaria “uma única vírgula sequer de sua proposta. [...] A proposta continua viva”.

Nos dias subsequentes, Chávez deixou claro o que queria dizer. Começou a insistir sobre a possibilidade de a proposta ser votada novamente, não obstante a Constituição de 1999 parecer estatuir que isso não poderia ser realizado dentro de um mesmo mandato presidencial. Chávez repetiu que certas propostas poderiam ser votadas de novo em um referendo convocado ou pelos cidadãos por meio de petições ou pela própria Assembléia Nacional. Em alguns casos, como o do plano de seguridade social, as medidas poderiam ser implementadas diretamente por decreto presidencial.

Apesar de tudo isso parecer ser uma questão a ser debatida, o ponto realmente polêmico dizia respeito ao fim do limite ao número

de reeleições para presidente. Se Chávez e seus aliados tentassem fazer isso, corriam o risco de ver Caracas e outras partes do país levantarem-se em chamas já que a oposição prometia tomar as ruas com violência. Os adversários do presidente acreditavam ter votado a respeito da questão e ter vencido de uma vez por todas.

A pergunta-chave girava em torno de saber como Chávez reagiria à primeira grande derrota de sua carreira política. Ele aproveitaria a oportunidade para retroceder, refletir a respeito do que dera errado e calibrar melhor suas medidas? Ou culparia pela derrota coisas como a ineficiência de assessores e um fracasso nos esforços para convencer as pessoas a votar? Chávez obedeceria à vontade dos eleitores e deixaria seu cargo em 2013 ou buscaria outra forma de continuar no poder, tentando mais uma vez reformar a Constituição ou até mesmo criar um posto como o de primeiro-ministro para se transformar no homem poderoso por detrás do trono? Claramente, abrir mão do poder não seria algo fácil para ele – desde os seus dias de academia militar, na década de 1970, ele tem se dedicado a sua missão de transformar a Venezuela.

Chávez seria capaz de considerar outras formas de servir à Venezuela e ao mundo, um pouco como fez Jimmy Carter depois de deixar a Presidência dos Estados Unidos, quando passou a se ocupar com causas humanitárias e o monitoramento de eleições em vários pontos do globo? Martin Luther King Jr. conseguiu transformar os Estados Unidos em vários sentidos mesmo sem nunca ter sido eleito para nenhum cargo oficial. Teria Chávez a sabedoria e a humildade de perceber tais possibilidades, ou teria ficado realmente cego pela sede de poder?

Apesar de a derrota nas urnas ter representado um revés devastador para Chávez, o fato também oferecia uma grande

oportunidade para que o dirigente e seu movimento amadurecessem e avançassem. Agora ficou claro que havia chegado a hora de se concentrar no desenvolvimento de outros líderes dentro do movimento, líderes esses capazes de substituir Chávez quando se apresentasse o dia de o presidente deixar seu cargo. A votação também parecia ser uma mensagem sobre a necessidade de Chávez se concentrar mais nos problemas básicos e menos nas viagens pelo mundo a fim de defender e divulgar sua Revolução Bolivariana. A criminalidade e a corrupção representavam problemas graves que ameaçavam sair de controle. E Chávez pouco fizera para enfrentá-los.

O dirigente enfrentava problemas também na área econômica, a qual lhe impunha ameaças crescentes. O bolívar continuava sobrevalorizado, sendo negociado no mercado paralelo, no começo de 2008, a 6.000 bolívares por dólar (contra a cotação oficial de 2.150 bolívares por dólar). O PIB continuava a crescer em ritmo lento, a inflação de novembro de 2007 saltou para 4,4% ao mês, fazendo a taxa anual de inflação subir para 21%. Por vários motivos, começava a faltar leite, arroz e carne de frango no país. Os produtores diminuía a oferta, argumentando que o controle de preços baixado pelo governo os impedia de ter lucros, ao passo que a demanda aumentava porque os venezuelanos dispunham de mais dinheiro devido ao *boom* do petróleo e aos programas sociais de Chávez.

No final de dezembro de 2007 e no início de janeiro de 2008, o dirigente ofereceu alguns sinais de que estava dando ouvidos à insatisfação e de que estava respondendo a isso. Durante a semana do Natal, declarou estar refletindo sobre os caminhos tomados por seu governo e estar fazendo ajustes. "Nós faremos deste ano um

ano de uma revisão realmente profunda, de retificação e de revitalização do processo revolucionário”, afirmou. Chávez chamou isso de os três “erres”.

Mais uma vez, o dirigente reformou seu gabinete de governo, substituindo membros dele, entre os quais o vice-presidente. O governo suspendeu o controle de preços sobre certos tipos de leite, aumentando rapidamente a oferta desses produtos. Chávez declarou ainda um esforço de combate à criminalidade, à corrupção, aos pontos deficientes das missões sociais e ao mais básico dos problemas – as montanhas de lixo que se acumulavam nas ruas de Caracas durante o Natal. “Como é possível que um governo não consiga coletar o lixo?”, reclamou. Ele chamou a corrupção de um “câncer” e disse: “Nós herdamos isso, mas não podemos continuar com esse câncer pelo resto de nossas vidas. Ou nós o derrotamos, ou ele nos derrotará”.

Em uma de suas manobras mais notáveis, Chávez anunciou, na véspera do Ano Novo, uma anistia para muitas das pessoas supostamente envolvidas no golpe de abril de 2002 lançado contra ele, entre os quais os 400 signatários do famoso “decreto Carmona”, que aboliu o regime democrático. A anistia valia também para os envolvidos na tomada e sabotagem de navios-tanque durante os dois meses da greve do petróleo responsável por quase sufocar a economia venezuelana naquele ano. “Trata-se de virar a página”, afirmou Chávez. “Gostaríamos de ver um país que caminha rumo à paz.”

Não obstante a decisão de Chávez de aceitar sua derrota no referendo e obedecer às leis do jogo democrático, sua imagem nos Estados Unidos e na comunidade internacional continuava a ser ruim. Ele ainda era retratado como um maluco ditador ávido por

poder – uma ameaça ao mundo civilizado. Em vez de olhar para Chávez de forma equilibrada, realista e razoável, grande parte dos meios de comunicação e da opinião pública continuava a alimentar sentimentos histéricos a respeito dele, algo semelhante ao ocorrido durante o “terror vermelho” da caça às bruxas ocorrida na década de 1950, sob os auspícios de McCarthy. Eles costumavam demonizá-lo e divulgar a imagem de um homem que, aparentemente, estaria massacrando milhares de pessoas ou colocando os opositores em fila diante de pelotões de fuzilamento, no lugar de apresentar uma descrição mais exata, a de um presidente forte, e até mesmo autoritário, que, como qualquer líder, possuía seus defeitos e suas qualidades.

Não era raro ver seu nome misturado ao de Fidel, Hitler, Mussolini ou mesmo Osama bin Laden, ainda que seus pecados não tenham em nada sido semelhantes aos cometidos por esses ditadores e terroristas de verdade. A Venezuela realizava de fato eleições legítimas e contava com meios de comunicação em geral livres, um ambiente no qual as pessoas poderiam ir aos canais de TV e chamar o presidente de ditador – sem que nada ocorresse. Dezenas de milhares se manifestavam livremente contra Chávez nas ruas – algo inimaginável na Cuba de Fidel. Na Colômbia, país vizinho da Venezuela, surgiram provas sobre a existência de laços entre o governo do presidente Alvaro Uribe, aliado dos Estados Unidos, e esquadrões da morte formados por grupos paramilitares direitistas. Poucos deram sinal de se importar com isso. De outro lado, Chávez, que certamente não estava envolvido com esquadrões da morte, continuava a ser o pária da comunidade internacional.

O líder venezuelano era visto simplesmente – ou de forma simplista – como o diabo encarnado, um homem mau que estava destruindo uma das maiores democracias do mundo. Essa era uma caricatura grosseira que grande parte da opinião pública engolia. Parecia haver no planeta poucos seres humanos piores do que Hugo Chávez, que, ironicamente, ainda gozava de amplo apoio no país onde de fato morava e que governava. Nos Estados Unidos, todos pareciam ter uma única opinião a respeito de Hugo Chávez. Ele era odiado por milhões de pessoas apesar de elas nunca terem passado um dia sequer na Venezuela a fim de ver com os próprios olhos o que de fato ocorria ali. A campanha de demonização apoiada pela elite venezuelana e pelo governo Bush, uma campanha que reverberava quase diariamente nos meios de comunicação, mostrava-se bastante eficiente.

Depois do referendo, o jornal *The Chicago Tribune* contribuiu para o clima histórico com um editorial intitulado “Hugo Chávez – Mais Assustador do que o Inferno”. O *The San Francisco Chronicle* chamou-o de “presunçoso global”. O *Kansas City Star* vociferou que a Venezuela acabara de evitar que Chávez “se tornasse um ditador vitalício”.

Alguns meses antes, o inferno abriu as portas em Macon, Geórgia, quando o prefeito Jack Ellis cometeu o erro de enviar a Chávez uma declaração de solidariedade. Ellis elogiou Chávez por programas como o de fornecer, a preços subsidiados, para norte-americanos de baixa renda, combustível usado nos sistemas de calefação, mas uma avalanche de moradores da cidade atacou-o por ficar ao lado de um “tirano” dos Trópicos. Um deles descreveu a manobra de Ellis como “traíçoeira”. Um deputado estadual do Partido Democrata declarou que a atitude do prefeito “mancha” a

cidade. O quadro de mensagens do site de um jornal do município se viu invadido por tantos comentários injuriados – em um total de 22 páginas – que a publicação resolveu tirar o quadro do ar.

O líder venezuelano, claro, deu a seus críticos munição para que o descrevessem como um bufão esquerdista. Nas semanas que antecederam o referendo, Chávez entrou em atrito aberto com os dirigentes da Espanha quando acusou o ex-primeiro-ministro José María Aznar de ser um “fascista” e ao dizer que uma “cobra seria mais humana” que ele. Chávez ficou indignado com o fato de o sucessor de Aznar, José Luis Rodríguez Zapatero, estar defendendo o ex-premiê em uma cúpula de líderes latino-americanos e ibéricos realizada em Santiago (Chile). O venezuelano interrompeu Zapatero por várias vezes. Ao final, o rei da Espanha, Juan Carlos, afirmou a Chávez, em espanhol: “Por que você não se cala?”.

A frase se tornou um sucesso entre os adversários de Chávez, que a colocaram em camisetas e a transformaram em toque de celular. Os meios de comunicação, claro, nunca explicaram direito o motivo da indignação de Chávez em relação a Aznar – durante o golpe de abril de 2002, quando Chávez ficou seqüestrado durante dois dias e, segundo relatos dele, foi quase executado, a Espanha deu apoio aos golpistas. No segundo dia de governo do “ditador da hora” Pedro Carmona, dois embaixadores visitaram o Palácio Presidencial de Miraflores – os embaixadores dos Estados Unidos e da Espanha. Para Chávez, Aznar sancionara oficialmente o golpe.

O líder venezuelano também flertou com momentos de brilhantismo que poderiam ter melhorado sua imagem pública caso tivessem rendido frutos. No final de agosto de 2007, o direitista Uribe convidou seu colega esquerdista da Venezuela para realizar negociações com a guerrilha esquerdista Farc, da Colômbia, com

vistas a libertar dezenas de reféns. Entre esses estavam três norte-americanos e uma ex-candidata à Presidência colombiana com raízes francesas, Ingrid Betancourt.

Parentes dos reféns manifestaram seu total apoio aos esforços de Chávez, afirmando que sentiam então as maiores esperanças dos últimos anos sobre a possibilidade de seus entes queridos serem finalmente libertados. No entanto, em novembro, quando Chávez parecia perto de obter algum avanço, Uribe tirou o plugue da tomada e sacou-o da incumbência de negociador. O fato ocorreu algumas semanas antes do referendo na Venezuela. Uribe citou supostas violações de protocolo cometidas por Chávez, entre as quais um rápido contato telefônico com os dirigentes das Forças Armadas colombianas. No entanto, para os simpatizantes de Chávez parecia que Uribe e seu maior patrocinador – o governo norte-americano, que estaria pressionando os colombianos – não desejavam ver o dirigente venezuelano atingir seu objetivo e, sendo assim, encontraram uma desculpa para afastá-lo.

As Farc então surpreenderam todo mundo ao dizer que libertariam diretamente para Chávez três reféns, entre os quais um menino de 3 anos, filho de uma das reféns nascido no cativeiro. O presidente venezuelano trouxe consigo um séquito vistoso de nomes destacados do cenário internacional, entre os quais o ex-presidente argentino Néstor Kirchner, para acompanhar a missão de resgate no final de dezembro. Até o diretor de cinema Oliver Stone compareceu. Helicópteros venezuelanos com a insígnia da Cruz Vermelha voaram para a Colômbia a fim de aguardar instruções das Farc. Tudo indicava que um milagre de Natal encontrava-se perto de ocorrer.

Mas as Farc suspenderam a operação, acusando os militares colombianos de realizarem ataques que tornavam impossível completar a operação de forma segura. Uribe chamou os guerrilheiros de “mentirosos”. Chávez, enfurecido, disse que Uribe havia “torpedeado” uma operação que teria sido embaraçosa para o líder colombiano – cujos esforços para libertar reféns haviam sido sempre malsucedidos – e teria transformado ele próprio em um herói. No entanto, para alguns, Chávez chegou ao final da história com cara de bobo.

O líder da Venezuela recuperou parte de seu prestígio duas semanas mais tarde, quando, no dia 10 de janeiro de 2008, as Farc finalmente libertaram duas reféns. O menino de 3 anos, descobriu-se então, já fora, tempos atrás, enviado pelos guerrilheiros para uma creche em Bogotá – como dissera Uribe. Naquele momento, a libertação das mulheres foi quase um anticlímax, já que a maior parte dos observadores internacionais convocados por Chávez regressara para casa e os meios de comunicação já davam um destaque menor à história.

Apesar dos reveses, Chávez continua a ter o apoio da maioria dos venezuelanos. A ironia do referendo foi que, se tivesse tratado apenas de acabar com o limite de reeleições e tivesse deixado de lado as provisões relacionadas ao Socialismo do Século 21, talvez tivesse sido aprovado.

Ainda assim, nos *barrios* das cidades venezuelanas e na empobrecida zona rural do país, algumas dúvidas começavam a se disseminar. Muitos sentiam ter chegado a hora de Chávez agir em relação a problemas como a criminalidade, problemas que afetavam o dia-a-dia das pessoas, e ter chegado a hora de parar com as pregações sobre ideais ambiciosos e muitas vezes

indefinidos como o do Socialismo do Século 21. Acreditava-se ter chegado a hora de o dirigente descer um pouco do trono e entrar novamente em contato mais direto com o povo e os temas que o levaram ao poder originalmente. Se não fizesse isso, sua Revolução Bolivariana poderia se deparar com águas ainda mais turbulentas no futuro, o que, por sua vez, desferiria um golpe duro contra a Esquerda Latino-Americana, fazendo com que retrocedesse alguns anos. Se a revolução em nome dos pobres não conseguisse funcionar na Venezuela rica em petróleo, com um líder poderoso e carismático como Chávez, perguntavam-se alguns, onde funcionaria?

Agradecimentos



Sou grato a várias pessoas que me ajudaram a acalantar e a tornar possível o projeto deste livro. Um colega da *Newsday*, Thomas Maier, sugeriu pela primeira vez a idéia de escrever um livro e serviu como um valioso, paciente e criterioso guia durante todo o processo. Devo muito a Tom, por conta das várias horas de apoio e aconselhamento.

De certa forma, a origem do livro pode ser traçada até 1992, quando desembarquei pela primeira vez na Venezuela e fiquei conhecendo várias pessoas. Minha maior guia na descoberta do país em seu nível básico foi a líder comunitária Xiomara Tortoza, que costumava me levar para dentro dos *barrios* de Caracas e que me expôs a um mundo onde vive a maior parte da população, mas no qual poucos analistas se aventuram. Além de sua amizade, Xiomara e a família dela ofereceram-me uma formação inestimável a

respeito do que a Venezuela é do ponto de vista da maioria empobrecida do país.

Um outro grande amigo, Americo de Sanchez, permitiu que Los Bucares, sua pensão de Mérida, se tornasse uma base de operações e compartilhou comigo horas de conversas enriquecedoras sobre a Venezuela e o fenômeno Hugo Chávez – algumas das quais ocorreram durante espetaculares viagens de bicicleta pelos Andes.

Meu mentor de longa data no jornalismo, o reverendo Raymond A. Schroth, S.J., que tive a sorte de conhecer e com o qual estudei como aluno da Faculdade Fordham, no final da década de 1970, ajudou a tornar possível meu relato sobre a história da Venezuela e de Chávez ao colocar-me em contato com a Steerforth Press. Agradeço a Thomas Powers e a Chip Fleischer, da Steerforth, por darem a um autor de primeira viagem uma chance, e agradeço também a toda a equipe da Steerforth, incluindo Christa Demment-González, Kristin Sperber e Helga Schmidt.

Tom Roberts, da *The National Catholic Reporter*, foi generoso o bastante para enviar-me em uma missão jornalística até a Venezuela para cobrir o referendo de 2004 sobre o mandato de Chávez; e a história que escrevi, então, serviu como uma das sementes das quais brotou este livro. O Fundo para o Jornalismo Investigativo, em Washington, DC, concedeu, generosamente, verbas que me ajudaram a realizar parte das pesquisas para o livro nas viagens subsequentes à Venezuela.

Um grande número de pessoas leu trechos do manuscrito e ofereceu sugestões valiosas, ou ajudou-me de outras formas, inclusive com palavras encorajadoras, das quais precisei quando o projeto me pareceu grande demais. Entre essas incluo meus pais,

Frank e Claire Jones, Nataly Lucena, Hildebrando Lucena, Lauli Iriarte, Greg Cascione, John Bingham, Lisa Sullivan, Eric Wingerter, William Camargo, o reverendo Richard Dillon, Ed e Jo Connelly, Marta Harnecker, Daniene Byrne, Stacie Walker, Kathy McNeely e Matilde Parada.

Várias pessoas da Venezuela foram generosas ao reservarem parte de seu tempo para entrevistas e conversas comigo; agradeço a Herma Marksman, Ángela Zago, Fernando Ochoa Antich, Mario Ivan Carratú, Agustín Blanco Muñoz e Francisco Arias Cárdenas, que passaram muitas horas conversando sobre o desenvolvimento do movimento bolivariano e que se esforçaram tanto para marcar, para mim, uma entrevista com um extremamente atarefado presidente Hugo Chávez. Quanto a esse último ponto, também contribuíram Maximilien Arvelaiz, Alex Main e Willian Lara.

Agradeço em especial a Charles Hardy, que em um momento ou outro realizou muitas das coisas mencionadas acima. Charlie leu com atenção o manuscrito, fez sugestões com base em sua profunda experiência no país e em seu talento como escritor, além de mostrar-se um aliado fiel na busca por informações, materiais, números de telefone e outros contatos na Venezuela algo sempre difícil. Ele fez tudo isso enquanto completava seu próprio livro sobre o país, o que por si só diz muito a respeito do caráter desse ex-padre missionário.

Meu muito obrigado a minha mulher, Elba, e a meu filho, Frank, que agüentaram com valentia meus longos períodos de reclusão no "escritório pequeno" e ofereceram um tipo de apoio e compreensão fundamental em uma empreitada dessas proporções. A dedicação e o amor de Elba não poderiam ter sido deixados mais claros do que por meio da paciência mostrada enquanto cuidava de Frank

sozinha, durante meus longos períodos de ausência. Só posso esperar que meu amor e minha devoção a ela consigam compensar, em alguma medida, o tempo que passamos separados.

NOTAS

1 General originário da antiga Prússia, cuja fama se baseia em argumentos de ética aplicados à guerra; considerado um mestre estrategista no domínio da guerra. (N. do E.)

2 É autor de livro muito conhecido sobre a arte da guerra, grande estrategista chinês, possivelmente do século VI antes da Era Cristã. (N. do E.)

3 Também conhecida como Isabelita, era vice-presidente e também a segunda mulher de Perón. Ela assumiu o poder quando da morte dele, em 1974. (N. do E.)

4 Chamada assim em referência à segunda cidade americana mais populosa da Pensilvânia e, em determinado período de sua história, o maior centro siderúrgico do mundo. (N. do E.)

5 Imperador do Japão cujo reinado foi o mais longo da história do país (1926-1989). (N. do E.)

6 A sigla designa o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (EUA), considerado um centro de excelência em pesquisa e desenvolvimento dentre os melhores do mundo. (N. do E.)

7 Ração-C recebe a letra "C" em referência à palavra "Combate"; refeição à base de enlatados e cujos alimentos pretendem suprir as necessidades diárias vitais de um combatente. (N. do E.)

8 Com o fim da ditadura de Marcos Jiménez e a implementação da Constituição de 1961, estabeleceu-se o pacto do *Punto Fijo*, em que as elites dominantes da Venezuela (representadas então pelos partidos AD e Copei) buscaram o consenso para governar o país segundo bases democráticas. A política concernente ao uso

e à distribuição do petróleo era praticamente a base de sustentação sobre a qual se firmava esse pacto. (N. do E.)

9 Expressão latina cujo significado designa, em academias universitárias, “com grandes honras”. (nota copidesque)

10 Antonio José de Sucre (1789-1830), revolucionário que nascera em Caracas e depois de muitas viagens pelo mundo lutou contra o domínio dos colonizadores na América espanhola.
(N. do E.)

11 “Visa”, em espanhol (e inglês), significa “visto”. (N. do E.)

12 Filme (título em português: “O Médico e o Monstro”) em que as pesquisas do protagonista médico o levam à revelação de seu lado monstro. (N. do E.)

13 Terminologia referente às regras do jogo de beisebol. (N. do E.)

14 Lutador de boxe, interpretado por Sylvester Stallone nos cinemas, em filme de imenso sucesso. (N. do E.)

15 O avião da Presidência dos Estados Unidos. (N. do T.)

16 A palavra deriva do nome artístico do escritor George Orwell, nascido na Índia (1903) e cujos temas literários enfocavam sobretudo o labirinto político de formas totalitárias de poder. (N. do E.)

17 Parque verde e que abriga um zoológico encravado na populosa cidade de Caracas. (N. do E.)

18 Obra traduzida como “Os Miseráveis” para o português, que retrata o antológico e comovente personagem Jean Valjean, vítima de uma sociedade injusta e opressiva na França; escrita do século 19. (N. do E.)